

**CONTROLE DE ESTOQUE:
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO INVENTÁRIO ROTATIVO
EM UMA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

***PROPOSAL FOR IMPLEMENTING THE ROTARY INVENTORY
IN A TECHNICAL ASSISTANCE COMPANY***

ELANE PEREIRA ROCHA¹; LESSANDRO NUNES DE AMORIM²; NEINIANE CASTRO
DA SILVA³; RHYNALDO RIBEIRO COSTA⁴

RESUMO

O controle efetivo dos estoques é um requisito para o bom andamento dos processos operacionais, para isso, os dados dos saldos dos estoques devem ser confiáveis. Os inventários gerais são muito utilizados pelas empresas para manter o controle e a organização de seus estoques e, além disso, buscar a melhoria contínua, outras aderem às facilidades do inventário rotativo. Baseado nessa premissa o presente artigo tem como objetivo identificar qual motivo da falta de material no estoque em uma empresa de assistência técnica. Para alcançar o objetivo proposto escolheu - se o estudo de natureza exploratória e foi adotado como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. Através da realização do estudo e da entrevista com o gestor do estoque foi possível concluir que a realização do inventário rotativo, juntamente com o inventário geral, pode trazer inúmeros benefícios econômicos e diversas vantagens estratégicas para as organizações.

Palavras-chave: Estoque. Inventário. Organização. Endereçamento.

ABSTRACT

The effective control of inventories is a requirement for the smooth running of operational processes, therefore, the data on the inventory balances must be reliable. General inventories are widely used by companies to maintain control and organization of their inventories and, in addition, to seek continuous improvement, others adhere to the facilities of the rotary inventory. Based on this premise, this article aims to identify the reason for the lack of material in stock at a service company. In order to achieve the proposed objective, an exploratory study was chosen and bibliographic research was adopted as a technical procedure. Through the study and the interview with the inventory manager it was possible to conclude that the realization of the rotating inventory, together with the general inventory, can bring numerous economic benefits and several strategic advantages for organizations.

Keywords: Stock. Inventory. Organization. Addressing.

¹Graduanda do curso de Administração da Faculdade Unida de Campinas. email: elanepereira.rocha@outlook.com

² Graduando do curso de Administração da Faculdade Unida de Campinas. email: amorim.lessandro@gmail.com

³ Graduanda do curso de Administração da Faculdade Unida de Campinas. email: neinycastro.silva@gmail.com

⁴ Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Goiás. Professor da FacUnicamps - email: profrhynaldo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O termo controle de estoque não é recente, pode-se voltar para nossos antepassados para demonstrar como controlavam seus estoques de alimentos, os egípcios antigos que faziam o controle de grãos e cereais em suas plantações. No ano de 1960, o controle de estoque obteve uma mudança muito positiva, quando comerciantes do varejo, criaram os códigos de barras para identificar os produtos, assim, ganhando o mundo, mas só foi padronizado em 1974. A partir do ano de 1990, surgiram as primeiras ferramentas para controle de estoque e que evoluem até hoje.

Estoques são materiais diretos, indiretos e patrimoniais em alguma quantidade, armazenados em local apropriado, normalmente chamado de armazém ou almoxarifado. Ele pode ser considerado como matéria-prima, insumos, materiais em processo de produção ou produtos acabados, estejam eles no estoque de almoxarifado ou em trânsito.

A formulação correta de uma política de estoque depende fundamentalmente de quando pedir, quanto pedir, quanto manter em estoque de segurança e da localização dos estoques. No ambiente empresarial, se por um lado baixos níveis de estoque podem levar a perda de economia de escala e altos custos de falta de produtos, por outro lado o excesso de estoques representa custos operacionais e de oportunidade do capital empatado (SAGGIORO, 2006, p.09).

Baseando-se no conceito referido pelo autor, o estoque é considerado como, materiais e suprimentos que uma empresa utiliza para fabricação de seu produto ou suprir a necessidade da própria empresa.

A administração desse setor não é uma tarefa fácil, os gestores lidam diariamente com muitos problemas, do qual os mesmo possuem algumas ferramentas que o auxiliam para encontrar as soluções e nas tomadas de decisões.

É de conhecimento geral de que todas as organizações devem ter um almoxarifado, um controle de seus pertences, seus estoques, para poder administrar bem tudo que entra e sai na organização. Por isso o gerenciamento de estoque é significativo para as organizações. O gerenciamento de estoque surgiu para suprir a necessidade das empresas em controlar todo o fluxo de materiais como o período de cada um dentro dos armazéns e/ou estoques, a quantidade mantida em cada compartimento, a periodicidade de reposição entre outros (MARTELLI, 2015, p.172).

A cada ano que passa, a tecnologia tende a avançar e a sociedade a ficar mais exigente, desta forma, para que uma empresa consiga se manter bem no mercado é necessário que ela se adeqüe a esse avanço e as essas exigências. O estoque é uma ferramenta importante para as

empresas, pois consegue deixar disponível determinado tipo de mercadoria. Uma empresa em que não tenha em estoque a peça para terminar o produto que está sendo manufaturada, quando isso acontece, a empresa é obrigada a paralisar a produção, e esperar pela peça solicitada. Tudo isso seria evitado se a empresa possuísse em seu estoque.

O inventário é um processo de classificação, identificação e contabilização das mercadorias que estão armazenadas no estoque. Trata-se de uma visão completa e atualizada do estoque, ou seja, quais e quantos produtos estão no armazém, seu valor e condição atual, além de sua localização.

Inventário de estoque rotativo/cíclico: realizado em ciclos que podem ser semanais ou mensais. Inventário de estoque rotativo: os itens são divididos em grupos e contados separadamente. É mais indicado para um levantamento pontual. Inventário de estoque perpétuo/permanente: realizado em tempo real e exige o uso de ferramentas automatizadas. Eficiente e prático, mas necessita de uma contagem manual esporádica para coibir fraudes.

O inventário de estoque geral é o levantamento dos itens em um determinado momento. Necessita que as operações da empresa sejam paralisadas para ser realizado. Assim considerando o exposto acima, questiona-se: Qual motivo da falta de material no estoque?

Este trabalho tem por objetivo principal identificar qual motivo da falta de material no estoque em uma empresa de assistência técnica. Tendo como objetivos específicos: a) mostrar qual o impacto que a falta de matérias causa no estoque; b) demonstrar a importância do endereçamento e organização do controle de materiais; c) adotar o inventário rotativo como ferramenta de apoio ao inventário geral.

Diante do trabalho em questão, justifica-se o tema, pela sua importância para todas as empresas por manter a gestão e o controle das informações contábeis de entrada e saída de mercadorias que condizem com a realidade física de materiais.

A escolha pela temática desse trabalho foi porque o inventário rotativo vem se sobressaindo como um importante aliado na redução de custo e na gestão estratégica, pois permite que a produção não seja interrompida em contagens de inventário gerais.

Devido à falta de gerenciamento no controle de estoque, pode ocasionar na compra de materiais que já existem, pela falta do desconhecimento do gestor. Toda organização que optar por inventário rotativo terá um ganho significativo nos seus controles de estoque, pode-se dizer que trará benefícios à empresa em estudo, pois, ajudará a prevenir desperdícios, perdas, danificações e extravio de produtos e manter suas prateleiras sempre abastecidas, reduzindo o tempo que a empresa fica parada com a utilização do inventário geral.

Através da ferramenta inventário rotativo ganha grande destaque no que se refere à boa prática de gestão, almejando o controle absoluto da operação. Desta forma, busca-se evitar falhas e perdas nos processos que poderiam afetar os resultados financeiros, despesas não planejadas, alterando os valores finais dos produtos, principalmente na comparação física, versa sistêmica dos estoques.

O produto do inventário é o exame do estoque, uma foto de um dado momento, se este exame não é bom, a empresa precisa reverter o quadro de modo que se tenham saldos corretos, criando assim, condições afins de que se tenha uma gestão e controle de estoque eficaz e com condições de consultas confiáveis ao decorrer do ano.

Tudo deve estar exatamente controlado e analisado para que se possa ter real visão de todo o setor, o inventário rotativo é um grande aliado na busca por excelência na operação, objetivo esse, comum em todas as empresas, redução de despesas e maximização de lucros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Controles de Estoque

Estoque é qualquer quantidade de material que esteja sendo conservado de forma improdutivo por um período de tempo, seja aguardando liberação para venda, despacho ou componentes para a produção, explica Moreira (2002).

Conforme Bowersox e Closs (2001, p. 255) “controle de estoque é um processo rotineiro necessário ao cumprimento de uma política de estoque. O controle abrange as quantidades disponíveis em uma determinada localização e acompanha suas variações ao longo do tempo”.

Segundo Accioly, Ayres e Sucupira (2008, p.125), “os controles desempenham o papel de acompanhar a operação do estoque para que o gestor avalie o desempenho da operação em relação a aquele que foi planejado identificando situações que representem risco ao cumprimento das metas.”

A falta de materiais produtivos pode causar sérios problemas para a empresa, como perda de clientes, aumento dos custos e mão-de-obra parada.

Vendrame (2008) conceitua que o objetivo básico do controle de estoques é evitar a falta de material sem que esta diligência resulte em estoques excessivos às reais necessidades

da empresa. O controle de estoque procura manter os níveis estabelecidos em equilíbrio com as necessidades de demanda, consumo ou das vendas, ou custos daí decorrentes. Os níveis dos estoques estão sujeitos a velocidade da demanda. Se a constância da procura sobre o material for maior que o tempo de ressuprimento, pode ocorrer a ruptura ou esvaziamento do estoque, com prejuízos visíveis para produção, manutenção e vendas. Em contrapartida, se não dimensionarmos as necessidades do estoque, poderemos chegar ao ponto de excesso de material ou ao transbordamento de seus níveis em relação à demanda real, com prejuízos para circulação de capital.

A gestão de estoques deve priorizar o menor custo possível, sem a ocorrência de falta de materiais, numa primeira abordagem, manter os recursos ociosos expressos pelo inventário, em constante equilíbrio em relação ao nível econômico ótimo dos investimentos. E isto é obtido mantendo estoques mínimos, sem correr o risco de não tê-los em quantidades suficientes e necessárias para manter o fluxo da produção da encomenda em equilíbrio com o fluxo de consumo. Gestão é um conjunto de atividades que visa, por meio das respectivas políticas de estoques, ao pleno atendimento das necessidades da empresa, com a máxima eficiência e ao menor custo, através do maior giro possível para o capital investido em materiais. Assim, seu objetivo fundamental consiste essencialmente na busca do equilíbrio entre estoque e consumo (VIANA, 2002, p.117).

Segundo Dias (2006, p. 19), “sem estoque é impossível uma empresa trabalhar, pois ele funciona como amortecedor entre os vários estágios da produção até a venda final do produto”.

De acordo com Slack (1997, s. p), “o estoque é definido como acumulação de recursos materiais em um sistema de transformação. Algumas vezes estoque também é usado para descrever qualquer recurso armazenado. Não importa o que está sendo armazenado como estoque, ou onde ele está posicionado na operação, ele existirá porque existe uma diferença de ritmo ou de taxa entre fornecimento e demanda.”

Para Viana (2000), estoques ajudam a maximizar o atendimento aos clientes protegendo a empresa de qualquer surpresa que possa ocorrer em meio aos processos do marketing ou vendas.

Segundo Ballou (2006, p. 277), é necessário que “começemos então a desenvolver a metodologia de controle de estoques como uma forma de definir a disponibilidade de produtos e uma identificação dos custos relevantes ao gerenciamento dos níveis de estoques.”

Para Arnold (1999, p. 265), “a administração de estoques é responsável pelo planejamento e controle do estoque, desde o estágio de matéria-prima até o produto acabado

entregue aos clientes. Como o estoque resulta da produção ou a apóia, os dois podem ser administrados separadamente e, portanto devem ser coordenados”. “Para obter um resultado positivo, é preciso à elaboração de alguns controles e a aplicação de indicadores de controle que garantam a acuracidade do estoque” (PAOLESCHI, 2014, p. 41).

Além disso, visto que a organização busca atender seu cliente, o controle de estoque torna isso possível ao permitir que produtos estejam disponíveis.

- Ruptura de estoque
- Diferença de inventário
- Extravio, furto ou dano de materiais

Esses problemas são convertidos em relação a erros operacionais que geram uma informação errada sobre o saldo disponível nos estoques, ou seja, afeta diretamente a acuracidade (ACCIOLY; AYRES; SUCUPIRA, 2008 p.126).

2.2 Acuracidade de Estoque

A acuracidade provém do termo em inglês *accuracy*, e traz em seu significado a idéia de precisão. Aplicando o conceito da acuracidade no estoque, verifica-se que quanto mais precisas forem as informações dos estoques, mais seguras serão as decisões de seu gerenciamento (WALLER et al., 2006).

A acuracidade de estoque é a relação entre a quantidade física e a aquela existente nos registros de controle. Esses registros podem ser em sistemas integrados tipo (ERP –*Enterprise Resources Planning*), ou em um simples controle de fichas (BERTAGLIA, 2009).

A acuracidade de estoque também é considerada como um indicador de qualidade e confiabilidade de informações existentes nos sistemas de controle, contábeis ou não, em relação à existência física dos itens controlados, pois, se as informações do controle de estoque que consta no sistema ou fichas não conferem com o saldo físico, diz-se que o estoque não é confiável ou não tem acuracidade, o que afeta todos os setores da empresa, desde a gerência até o operacional (ACCIOLY; AYRES; SUCUPIRA, 2008).

A falta de um acompanhamento efetivo da acuracidade de estoque pode gerar efeitos indesejáveis no funcionamento das atividades citadas acima. Com isso, a manutenção de registros de estoque precisos, registros que refletem a realidade física, é crucial para o desempenho de organizações de varejo, tendo em vista a integração de cadeia de suprimentos (DEHORATIUS; RAMAN, 2004).

2.3 Endereçamento e Organização

No endereçamento de armazéns, é de extrema importância que seja verificado o modelo de estrutura que está sendo utilizado, ou seja, analisar as especificidades de cada estrutura de armazenagem, pois, realizar este levantamento evitará ter que recriar ou excluir os códigos de endereçamento após sua criação, o que seria um retrabalho. Para fazer o desenho das estruturas de armazenagem, é indicado fazer uma inspeção nas estruturas de armazenagem, verificando o volume suportado em cada locação e quantidade de endereços em cada estrutura.

O endereçamento é uma ferramenta que auxilia na localização de materiais dentro de um armazém. Visa estabelecer locais específicos ou endereços para a armazenagem dos materiais, visando facilitar as operações de movimentação, inventários, estabelecendo parâmetros para a identificação e facilidade de localização dos itens estocados.

Segundo Martins (2002), o endereçamento é uma das técnicas para facilitar a localização de itens. O sistema de endereçamento consiste em dividir o armazém em local, blocos, ruas, colunas e níveis.

Um esquema de localização tem por finalidade estabelecer os meios necessários e proporcionar facilidades em identificar imediatamente o endereço da guarda do material dentro de um armazém, desta forma, não pode haver dúvidas na identificação das localizações. A definição do sistema de localização está intimamente ligada à disposição do arranjo físico dos materiais armazenados, sendo imprescindível à fixação e determinação do *layout*. É com base no *layout* que o melhor método de endereçamento é determinado.

Para exemplificar a classificação de endereços de acordo com a rotatividade é importante observar a atividade subsequente à codificação de endereços, nesta atividade os endereços receberão um nome, ou seja, um código para identificá-los.

2.4 Inventários de Estoques

O gerenciamento dos estoques e o controle que se faz necessário, vem gerando uma pressão nas organizações, já que, atuar minimizando os custos é uma das exigências do mercado moderno e da competitividade atual (MENEZES; GUIMARÃES; SELITTO, 2008).

As organizações utilizam o inventário dos seus estoques como ferramenta para atingir o objetivo de estabelecer um sistema eficiente e garantir que os registros e o saldo físico estejam iguais entre si (VIANA, 2006).

Para José Antonio (2009), a gestão de inventário é de suma importância para a empresa para evitar possíveis desvios e garantir a disponibilidade dos estoques para o atendimento ao cliente final. Segundo Francischini (2004), os inventários costumam conter a descrição do produto, bem como, a quantidade existente e o local onde se encontra.

O inventário refere-se à contagem de materiais de um grupo de itens ou de todos os itens que constam em estoque para confrontar com o saldo contábil. Ele tem dois objetivos específicos, sendo a posição de estoque de momento, para ser levado ao balanço da empresa e uma auditoria da situação do estoque e procedimentos desenvolvidos no armazém (CASTIGLIONI, 2009).

Inventário é um levantamento físico ou contagem dos materiais existentes, para efeito de confrontação com os estoques, anotando os resultados nos fichários de estoques ou no banco de dados sobre materiais. Alguns dão o nome de inventário físico porque se trata de um levantamento físico e mensurável daquilo que existe em estoque na empresa, e para diferenciar do estoque registrado nos relatórios (CHIAVENATTO, 1996).

Segundo Castiglioni (2010), afirma que o inventário físico refere-se à contagem de materiais de um determinado grupo, ou também, todos os outros itens em estoque para confronto com a contabilidade. Ele tem dois objetivos específicos, sendo o levantamento real da situação do estoque, para ser levado ao balanço da empresa e uma auditoria da situação do estoque e procedimentos desenvolvidos no armazém (CASTIGLIONI, 2010).

Existem diferentes alternativas e procedimentos para inventários, porém deve ser usada a mais adequada à necessidade de cada empresa (NOGUEIRA, 2012).

2.4.1 Inventário Rotativo

É uma contagem física contínua dos itens em estoque, programada de modo que, os itens sejam contados em uma frequência predeterminada (mensal, semanal, diária).

Segundo Ballard (1996), o monitoramento do estoque em relação ao inventário é muito importante. Ele destaca que os volumes de estoque podem ser monitorados por meio do inventário periódico, normalmente uma contagem anual dos estoques, ou por meio de verificações contínuas realizando contagem rotativa e a contagem residual do estoque.

Conforme Dias (2010), a empresa deve efetuar periodicamente as contagens físicas de seus itens de estoques. O inventário cíclico é a execução do inventário em períodos de tempo definidos para grupos de itens escolhidos, de modo que, ao final de certo período, todos os tipos de itens estocados sejam inventariados (CASTIGLIONI, 2010).

Segundo Dias (2006), o inventário rotativo possibilita um maior número de contagens, pois é distribuído em intervalos regulares durante um exercício e por tratar-se de um número menor de itens a serem contados, são de rápida execução.

Na visão de Bertaglia (2003), a contagem rotativa possui a grande vantagem de tornar o estoque mais dinâmico e, assim, facilitar a identificação das causas de erros, pois não é necessário aguardar o fim do exercício para apurar diferenças dos materiais e iniciar as devidas correções. Podem-se destacar como principais causas de erros nos controles de estoque dentro das organizações: sistemas imprecisos de entrada e saída de mercadorias ou insumos, procedimentos inadequados de armazenagem e inversões de códigos.

De acordo com Granato (2012), a opção de implementar o inventário rotativo pode alterar devido ao perfil da empresa, seu tamanho ou segmento, mas é possível prever possíveis falhas com sua utilização. No comércio atacadista, com itens numericamente elevados, é capaz de presumir a falta de algum item que o cliente deseja.

O inventário rotativo visa distribuir as contagens ao longo do ano, com maior frequência, porém concentrada cada mês em menor quantidade de itens, deverá reduzir a duração unitária da operação e dará melhores condições de análise das causas de ajustes visando o melhor controle, abrangerão através de contagens programadas todos os itens de várias categorias de estoques e matéria-prima, embalagens, suprimentos, produtos em processo e produtos acabados (DIAS, 2005, p. 218).

As principais vantagens, segundo Accioly, Aryres e Sucupira, (2008, p.135), é a contagem freqüente, prevenção de erros, aprimoramento da equipe, monitoramento contínuo da acuracidade e realização em plena operação em funcionamento. As desvantagens estão associadas ao tempo dos funcionários na coordenação de alocação das pessoas responsáveis no setor, deve-se estabelecer uma quantidade de horas diariamente para fazer inventário de alguns itens.

Segundo Jacintho (2012), assim como o inventário periódico, o inventário rotativo confronta o saldo físico e contábil, porém, com as vantagens, onde, seu custo é relativamente menor, devido ser necessário apenas uma equipe, que com o treinamento adequado efetua as contagens sem que haja a necessidade de paralisação das áreas produtivas da empresa; Possibilidade de se entender os motivos das divergências e conseguir corrigi-las de imediato,

inibindo novas ocorrências com divergências; identificar itens obsoletos, lotes antigos e com prazo de validade vencido; mantém a organização e torna fácil a localização no estoque.

2.4.2 Inventário Geral

É um processo de contagem física de todos os itens da empresa em uma data prefixada. É utilizado, usualmente, no fechamento contábil do exercício anual.

Diferente do inventário rotativo, o inventário anual ou periódico em geral é realizado uma vez no ano e exige a paralisação da empresa por um período, e por isso pode haver uma tendência na ágil contabilização dos itens do estoque (ARNOLD, 2011).

Além disso, apresentam as informações da data em que foi realizada e pode conter dados desatualizados, e quanto mais vezes for realizado, maior será a acurácia do estoque (LAMB; SCHERER, 2014).

As principais desvantagens, segundo Accioly, Aryres e Sucupira (2008, p. 134), “vários itens para contar em pouco tempo, difícil coordenação, dependendo dos números de itens e volumes, dificuldade de realizar novas contagens, em casos de divergência, falta de credibilidade no estoque ao longo de todo ano, não mostra as causas das divergências, faz somente ajustes, empresa fecha as portas para realização do inventário, que envolve altos custos e percas desnecessária”.

2.4.3 Inventário Dinâmico

É um processo de contagem de um item, sempre que é movimentado. Ou seja, ao ser recebido ou expedido na área de armazenagem, o item sofre contagem.

Na maioria das vezes pode aproveitar quando estoque de endereço é zerado. Conforme Accioly, Aryres e Sucupira (2008, p.134), são itens que “sofrem maior movimentação, que costumam ter maiores disparidade de inventário, assim são contados com maior frequência”.

2.4.4 Inventário por Amostra

É empregado em procedimentos de auditoria, através de uma abordagem estatística. Neste caso, “a contagem é feita a partir de itens que representem uma boa amostra do universo da empresa. Este método é recomendado quando se tem uma boa acuracidade, é mantida por meio de inventários rotativos” (ACCIOLY; ARYRES; SUCUPIRA, 2008, p.134).

2.4.5 Curva ABC

A curva ABC é um instrumento muito importante para os estoques, tratando - se de identificar aqueles itens que precisam de atenção e tratamento adequado conforme sua importância relativa.

Este modelo vem sendo usado para a administração de estoques, para a definição de política de vendas, estabelecimento de prioridades para a programação da produção e uma série de outros problemas ou definições em que empresa pretenda alcançar.

Este método é simples e aplicável em quaisquer situações, que possibilitem a classificação por algum valor desde o custo, receita até unidades de tempo, estabelecendo um sistema de análise em três classes, geralmente de acordo com o volume de determinado período, agrupados por sua importância financeira.

Abaixo algumas informações sobre a política de gestão por curva ABC:

✓ **Classe A:** São os itens mais importantes e que devem receber maior atenção. Os itens dessa categoria correspondem a 80% do valor monetário e 20% dos itens. Alto nível de precisão no planejamento e controle, tendo alguns efeitos tais como, maior giro, menor cobertura, inventário preciso.

✓ **Classe B:** São itens intermediários e segundo em importância. Os itens B correspondem cerca a 15% do valor monetário total e 30% dos itens estudados. Alto nível de precisão no planejamento e controle, tendo alguns efeitos tais como, maior giro, menor cobertura, inventário preciso.

✓ **Classe C:** Aqui estão classificados os itens de menor importância. Apesar de serem em grandes quantidades, os itens C possuem valores baixos. Correspondem somente 5% do valor monetário e 50% dos itens. Nível com maior folga de previsão, planejamento e controle. Atender a demanda sem aumentar a carga de trabalho: São os itens com menor giro,

maior cobertura, revisões de inventário menos frequentes, maior tempo de reposição, maior estoque de segurança.

3 METODOLOGIA APLICADA

Neste trabalho foi abordado o estudo de caso, dentro da empresa de assistência técnica no segmento de conserto de aparelhos eletrônicos a mais de 40 anos. A escolha desse tema foi devido a vivência na área, a necessidade de aplicar a ferramenta na organização, viu-se na necessidade de aplicar o inventário rotativo como apoio ao inventário geral. O estudo foi exposto de natureza exploratória por visar maior familiaridade com o tema.

Quanto a forma de abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa, por ter uma abordagem descritiva por descrever uma situação e relacionar variáveis.

Castro (1976, p. 66) descreve que “quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas.”

A pesquisa utilizou do método dedutivo, partindo da abordagem do geral até chegar o ponto específico, que são os inventários. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, na internet. Foi realizada a entrevista não estruturada no local, com o responsável do estoque da empresa com 7 perguntas.

3.1 Cronograma

CRONOGRAMA DE TCC	
DATA	ATIVIDADES FEITAS
22/08/2020	Definição do Tema + Título
29/08/2020	Pesquisa + Objetivo Geral e Específico
05/09/2020	Pesquisa + Começo da Justificativa
12/09/2020	Pesquisa + Finalização da Justificativa
19/09/2020	Pesquisa + Introdução a Fundamentação Teórica
10/10/2020	Pesquisa + Fundamentação teórica
11/10/2020	Pesquisa + Finalização da Fundamentação teórica
30/10/2020	Pesquisa + Metodologia Aplicada
07/11/2020	Pesquisa + Resultados e Considerações Finais

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da realização desse estudo e da entrevista com o gestor do estoque, foi possível entender como são feito os processos de entrada através do sistema ADM e saída de nota fiscal de materiais dentro dessa organização. Constatou-se que é realizado inventário anual e, quando é identificada falta de material em estoque, é feito bloqueio do produto com justificativa. Além disso, notou-se a falta de identificação das prateleiras e organização do estoque. Com o intuito de identificar os motivos que geram a falta de estoque na empresa de assistência técnica, foi realizada a entrevista com o responsável.

1) Como é feito a entrada de Nota Fiscal?

Através do sistema ADM. Quando chega o produto acompanhado com a nota fiscal, é feito a consulta através do CNPJ do fornecedor, assim é localizado o pedido de compra. Após a conferência física versus sistema, finaliza a entrada no sistema.

2) Como são feito as Saídas e Baixas de Material?

Depois de feito a entrada da nota fiscal automaticamente gera um saldo contábil sistêmico no estoque, onde através do pedido de venda, tem saldo para saída. A baixa de material é realizada através de uma requisição criada pelo vendedor no pedido de venda.

3) Consegue gerar relatório de um item específico para contagem estoque de um produto? Caso não localize esse material, como é feito a baixa do estoque?

Sim é possível. Primeiro é feito um levantamento através do relatório gerado no sistema do item faltante no endereço que deveria estar armazenado, caso não seja encontrado, é feito o bloqueio do material, com acompanhamento justificando falta.

4) Existe código para todo produto que fica armazenado no estoque? As prateleiras são identificadas com endereço do material?

Existe sim. Porém, não são utilizadas da maneira correta, muitas não consta identificação.

5) Existe Furo de estoque? Quais os motivos que ocasionam isso?

Sim. Organização no estoque e falta de endereçamento.

6) É feito inventário de estoque?

Sim, é utilizado o inventário Anual.

7) Em sua opinião o que é importante para manter o estoque organizado?

Prateleiras com endereço, ter um sistema eficiente, realizar lançamento correto no sistema, fazer as baixas de requisição após entrega do material para o cliente, implantar o inventário Rotativo na rotina de trabalho.

Figura 1: Exemplificação de um estoque endereçado.



Fonte: <https://blog.bluesoft.com.br/enderecamento-logistico/>

Figura 2: Estoque da empresa estudada.



Fonte: Imagem disponibilizada pela empresa.

Figura 3: Modelo de estoque organizado.



Fonte: <https://www.guiadoexcel.com.br/mapa-de-estoque-excel-logistica-wms/>

Figura 4: Estoque da empresa estudada.



Fonte: Imagem disponibilizada pela empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida procurou a obtenção de conhecimento dos problemas ocasionados pela falta de material no estoque, devido à falta de organização e endereçamento no estoque. Constatou-se que a empresa, ao manter o correto endereçamento da mercadoria na armazenagem e estocagem, evita falhas que causam transtornos ao cliente, como: desconfiança pela longa demora na busca pela mercadoria e/ou insatisfação pelo atraso na entrega do produto adquirido.

Sabe-se que dentro das funções de armazenagem e estocagem, o endereçamento é uma ferramenta fundamental com finalidade de estabelecer os meios necessários, proporcionando facilidades para identificação imediata do endereço da guarda do material no depósito, ou seja, a localização de materiais. A implantação do inventário rotativo é um processo para a obtenção da diminuição de erros de processo e, por ventura, de acontecimentos do dia a dia, será muito rápida e as divergências encontradas serão cada vez menores, pois, os itens estarão sendo verificados rotativamente.

Conclui-se dessa forma, que a realização do inventário rotativo, juntamente com o inventário geral, pode trazer inúmeros benefícios econômicos e diversas vantagens estratégicas para as organizações, além de garantir uma maior confiabilidade nos processos de contagens de materiais, agilidade na resolução de problemas e redução de custos operacionais, pois, não exige um desprendimento absoluto das atividades diárias.

6 REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Felipe; AYRES, Antonio de Pádua Salmeron; SUCUPIRA, Cezar. **Gestão de Estoque**. Rio de Janeiro: Fgv, 2008.

AGUILAR, Carlos Reinaldo Villa; LOOS, Mauricio Johnny. **Proposta de implantação de inventário rotativo em um centro de distribuição de um grande atacarejo**.

CAMPOS, Marcos Rogério Ribeiro. Gestão de estoques com rastreabilidade de materiais – estudo de caso de impactos no inventário físico de uma indústria eletroeletrônica. **Revista de Ciências Gerenciais**, 12.15. 177-194, 2008.

CAMPOS, Benedito Marques; SILVA, Gisele Aparecida Da; GOMES, José Carlos Andrade.

Modelo de aplicação da metodologia de endereçamento como ferramenta de gestão de estoques: estudo de caso em uma empresa do comércio atacadista. **Revista Científica e-Locução** 1.08: 18-18. 2015.

DE AQUARISMO, R. A. M. O. **ANÁLISE DA GESTÃO DE ESTOQUE DE UM COMÉRCIO VAREJISTA PET NO.**

DELAGE. **Inventário de Estoque:** guia completo para gestão e execução. Disponível em: <<https://www.delage.com.br/blog/inventario-de-estoque-guia-completo-para-a-gestao-e-execucao/>>. Acesso em: 29 ago.2020.

DROHOMERETSKI, Everton; FAVARETTO, Fábio. Um levantamento das causas e efeitos da falta de acuracidade nos estoques: um estudo exploratório. **Revista Gestão Industrial**. 6.2 2010.

EQUIPE QUICKBOOKS. **Controle de estoque:** conheça a história e a sua importância para os negócios. Disponível em: <<https://quickbooks.intuit.com/br/blog/controle-estoque/controle-de-estoque-e-sua-importancia/>>. Acesso em: 12 set. 2020.

FOGAÇA, Géssica Tais. **PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE INVENTÁRIO ROTATIVO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE BALDES INDUSTRIAIS.**

GARCIA, Eduardo, et al., **Gestão de estoques:** otimizando a logística e a cadeia de suprimentos. Editora E-papers, 2006.

INVESTOR. **O que é inventário de Estoque:** Como e porque fazer. 2020. Disponível em: <<https://investorcp.com/gestao-ativo-imobilizado/o-que-e-inventario-estoque/>>. Acesso em: 29 ago.2020.

JACINTO, Juliano, et al.,**Logística:** o endereçamento como ferramenta fundamental na armazenagem e estocagem. Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina. Brusque. 2011.

LAMB, Aline Cassiana; SCHERER, Oscar Luiz da Silveira. Inventário Rotativo. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis** 4.6: 247-269. 2015.

LOPRETE, Diego, et al., **Gestão de Estoque e a Importância da Curva ABC.** Lins, SP. 2009.

MARTELLI, Leandro Lopes. **Revista Gestão Empresarial**, 2015.

OLIVEIRA, Alcione Arcelino, José Luiz Lope; BURI, Marcos Roberto. **GESTÃO DE ESTOQUE: AS DIFICULDADES DE INVENTÁRIO EM UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA LOCALIZADA EM BARUERI-SP.****Educação, Gestão e Sociedade:**Revista da Faculdade Eça de Queiros. Ano 1, 2011.

PAURA, Glávio Leal. **Fundamentos da logística.**2016.

PIRES, Claudinei. **Proposta de melhoria para acuracidade de estoques de matéria prima de uma empresa do setor metalúrgico:** uso do inventário rotativo. 2018.

REIS, Fernando dos. **Como aplicar o inventário rotativo para o controle de materiais em**

uma empresa de automação de Santa Catarina.2014.

REIS, Lázaro Ricardo Costa. **Inventário de materiais diretos, uma atividade fundamental para uma gestão de estoque eficaz: caso Iveco/Fiat.2013.**

SANTOS, Diego Cristian Ignácio, et al.,**Gestão de estoque.**Trabalho de Conclusão de Curso. 2014.

SAGGIORO, Garcia Eduardo. **Livro Gestão de Estoque:** otimizando a logística e a cadeia de suprimentos. Garcia Eduardo Saggioro , 2006.

SCHULTZ, Felix. **Como fazer um inventário de Estoque com este passo a passo.** 2019. Disponível em: <<https://bomcontrole.com.br/inventario-de-estoque-como-fazer/>>. Acesso em: 29 ago.2020.

SOUZA, Douglas Fracari, et al., Controle de perdas de estoque em uma rede de supermercados. **Revista Conbrad** [ISSN 2525-6815] Qualis B5 1.1: 71-96. 2016.

TEIXEIRA JUNIOR, Rene. **A importância do inventário para controle e gestão de estoque nas empresas:** um estudo de caso em uma expedição de multinacional no segmento de bebidas.2016.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Elane Pereira Rocha RA 31864

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Controle de Estoque: Proposta de implantação do inventário rotativo em uma empresa de assistência técnica.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Rhynaldo Costa

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Administração . Modalidade afim presencial

Elane Pereira Rocha

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 21 de Dezembro de 2020

LOGÍSTICA REVERSA: COMO TODOS OS SETORES PODEM ATUAR PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE

REVERSE LOGISTIC: AS ALL SECTORS CAN ACT TO IMPROVE THE ENVIRONMENT

ALLYNNE DA SILVA BOAVENTURA¹; LORENA VIANA DA SILVA²; MARCELO
CALIXTO DOS SANTOS³; RHYNALDO RIBEIRO DA COSTA⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar como cada setor da sociedade pode se envolver na recuperação e preservação do meio ambiente, uma vez que iremos focar na Compostagem, onde o cidadão comum pode desenvolver de forma bem simples e fácil uma maneira de reutilizar seu lixo orgânico. A Reciclagem pode ser bem trabalhada pelas empresas de maneira a retirar da natureza as embalagens de alumínio e as embalagens pet, fazendo assim com que se gere renda através do recolhimento desses produtos. Já a utilização do asfalto borracha pode ser muito bem aproveitada pelo setor político, uma vez que que Leis mais rigorosas, bem como a escolha de empreiteiras que utilizam esse composto pode transformar um dos maiores vilões do meio ambiente em herói, seja da natureza ou mesmo da economia. Devido a pandemia, toda a pesquisa teve que ser feita de maneira virtual, uma vez que não pudemos realizar nenhuma visita, em bibliotecas ou empresas, para desenvolver um conteúdo retirado *in locu* sobre o nosso tema. Por isso tivemos que recorrer a sites governamentais, sites e revistas especializadas e trabalhos acadêmicos publicados.

Palavras-chave: Logística reversa. Compostagem. Reciclagem. Asfalto borracha.

ABSTRACT

This work aims to show how each sector of society can get involved in the recovery and preservation of the environment, since we will focus on Composting, where ordinary people can develop in a very simple and easy way a way to reuse their organic waste. Recycling can be well done by companies in order to remove aluminum packaging and pet packaging from nature, thus generating income only through the collection of these products. The use of rubber asphalt can be very well used by the political sector, since more stringent laws, as well as the choice of contractors that use this compound can transform one of the greatest villains of the environment into a hero, be it nature or even of the economy. Due to the pandemic, all the research had to be taped in a virtual way, since we were unable to make any visits, in libraries or companies, to develop content taken on the spot about our topic. So we had to resort to government websites, websites and specialized magazines and published academic Works.

Key words: Reverse logistics. Composting. Recycling. Asphalt rubber.

1. INTRODUÇÃO

1 Allynne da Silva Boaventura – Acadêmica de Administração/FacUnicamps – allynneboaventura1@gmail.com

2 Lorena Viana da Silva - Acadêmica de Administração/FacUnicamps – lorenaviana97@gmail.com

3 Marcelo Calixto dos Santos - Acadêmico de Administração/FacUnicamps – calixtotkd@gmail.com

4 Rhynaldo Ribeiro da Costa – Proessor Especialista/FacUnicamps – profrhynaldo@gmail.com

Segundo o Portal Saneamento Básico (2020), “o Brasil gerou, em 2018, 79 milhões de toneladas de lixo por ano, um aumento de quase 1% em relação ao ano anterior, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos 2018, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Deste total, a estimativa é de que somente 3% sejam de fato reciclados, sendo que o potencial é de até 30%”.

Mas não precisa-se de pesquisas, reportagens, vídeos e nem de outras fontes externas para vislumbrar o quão grande é esse problema. Vê-se isso todos os dias nas ruas, nos rios, nas praças, ou seja, em cada parte da cidade percebe-se que o meio ambiente está sendo destruído pelo ser humano. O que nos leva aos objetivos do trabalho.

De forma geral, mostrar algumas das possibilidades em que cada esfera da sociedade pode atuar para recuperação do meio ambiente. E especificamente demonstrar como o cidadão comum pode ajudar na proteção do meio ambiente; criar uma consciência de proteção ambiental; mostrar que todos nós precisamos nos empenhar para que essa destruição seja revertida; avaliar a forma como podemos mudar os costumes para construir um mundo mais sustentável.

Diante do exposto chega-se a seguinte pergunta: O que podemos fazer para minimizar os danos causados ao meio ambiente?

Esta pergunta deve ser respondida, uma vez que, os recursos disponíveis na natureza são finitos. Deve-se cuidar melhor do nosso habitat, pois as gerações que virão depois de nós, devem ter um meio de continuar esse processo de proteção e restauração, ou o mundo não vai suportar por muito mais tempo.

A cada dia que passa, os avanços tecnológicos são impressionantes, o estilo de vida melhora. Tudo ficou de fácil acesso, contudo, está-se pagando um preço muito caro para que se possa ter essas comodidades. Tem-se água sem sair de casa, mas degrada-se as nascentes. Não vive-se nas trevas, mas causa-se grandes estragos ambientais com as hidrelétricas. Consume-se produtos de ótima qualidade, mas descarta-se o lixo de forma impensada.

Deve-se, enquanto únicos seres dotados de raciocínio lógico, analisar as consequências que a destruição do meio ambiente irá causar ao mundo todo. Já são séculos desde a Revolução Industrial, tempo em que o ser humano vem causando um dano que pode se tornar irreparável ao nosso ecossistema.

Segundo o *site* Cola da Web, 2020, “a degradação ambiental foi crescente e desenfreada durante os séculos XIX e XX, com consequências evidentes no século

XXI, poluição atmosférica, contaminação da água e do solo, retirada de florestas etc., o que tornou sombrias as previsões futuras para a vida no planeta”.

Desde o início dos tempos o ser humano depende expressivamente do meio ambiente para sua sobrevivência, pois é de onde ele retira toda a matéria prima que necessita, utilizando e descartando seus resíduos de qualquer forma, em locais inadequados sem se preocupar com o acúmulo de lixo produzido, nem com as consequências destas atitudes.

Com o passar do tempo a situação foi se agravando. As indústrias passaram a produzir em larga escala, aumentando os resíduos industriais, causando um grande impacto ao meio ambiente, conseqüentemente, aos seres humanos, o que provocou a contaminação do solo, das águas e atmosfera, gerando grandes impactos ambientais, que comprometem a sobrevivência da fauna e da flora no planeta.

Além disso, as pessoas tem por hábito descartar de qualquer maneira tudo o que consideram ser lixo. Colocando assim, no meio ambiente, uma variedade de resíduos que possuem as características necessárias para serem reutilizados e não agredirem o ecossistema.

Ao longo das últimas décadas, governos e empresas passaram a observar melhor estas situações, de que a quantidade de lixo produzido estava causando a degradação do meio ambiente em que vivemos. Passaram a buscar formas de corrigir ou diminuir os impactos e danos causados ao planeta. Começaram a investir em formas de aproveitamento da matéria-prima diminuindo os desperdícios, além de organizar mecanismos para reaproveitar de forma consciente os produtos descartados.

A logística surgiu como ideia dos militares, desde os tempos antigos, pois havia a necessidade de cuidar da organização, armazenamento, transporte, distribuição e manutenção de todos os bens necessários para o emprego de tal empreitada bélica. A logística, por muito tempo era associada apenas a nível militar. Na época da Segunda Guerra Mundial, outras áreas da administração militar e política também começaram a utilizar estes conhecimentos.

Com as novas formas de se ver a logística, os empresários passaram a perceber que os conceitos poderiam ser aplicados em várias áreas da cadeia produtiva. Sendo assim, muitas áreas das organizações foram incluídas no processo logístico. Pode-se dizer que a logística é a área onde pode-se planejar, organizar, controlar e realizar todas as tarefas relacionadas à administração dos bens de consumo. “Logística é aquela parte do processo da cadeia de abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e estocagem eficiente e eficaz de produtos, serviços e informações relacionadas desde o ponto de origem ao ponto de consumo, a fim de atender as necessidades dos clientes” (MOURA et al, 2004, p. 8).

Nos tempos atuais, pode-se perceber cada vez mais o quanto a logística faz parte da vida de cada um dos seres humanos, pois, pode ser desde uma grande empresa, utilizando os mais modernos equipamentos eletrônicos ou no mais simples casebre, onde um lavrador organiza seus mantimentos, a logística está presente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Logística

De modo geral, os problemas ecológicos são mais comuns nas grandes cidades, do que nas pequenas ou na zona rural, uma vez que, as pessoas usam a desculpa da falta de tempo para se preocupar com algo que não seja sobreviver. Lixo jogado nas ruas, esgoto a céu aberto, descarte inadequado de materiais perigosos à saúde, são apenas exemplos da péssima conduta das pessoas com relação ao meio ambiente.

Com o crescimento cada vez maior da poluição no mundo, deve-se atentar de que isso não é um problema isolado ou de uma pessoa, ou país, apenas. Isso é um problema global, pois a atmosfera é uma só, nossos recursos hídricos são interligados. O ar é o mesmo para todos os habitantes do planeta.

Não adianta ficar esperando que esse ou aquele país comece a fazer algo, devemos nós mesmos começar um processo de conscientização em nossas casas, com nossa família e amigos. Deve-se cuidar da nossa parcela de culpa no que tem acontecido com o mundo e começar a melhorar o estilo de vida, passando a ter hábitos mais sustentáveis.

Com o uso da própria tecnologia, ou mesmo com coisas simples, pode-se começar a dar um destino correto aos resíduos orgânicos que sobram em nossa mesa. Desenvolver o hábito de separar o lixo reciclável do lixo convencional, para que os lixões não se proliferem com tanta rapidez como tem acontecido.

Além disso, pode-se levar essa ideia para as empresas onde trabalhamos, para que mais e mais pessoas comecem a aderir a esse pensamento, ao perceberem que está-se destruindo o único lugar onde pode-se viver. Ainda não descobriram outro planeta habitável, se é que exista um. Por isso deve-se cuidar da Terra com mais carinho e atenção, pois é dela que vem todo o sustento, toda a comodidade. Mas tem-se feito isso de forma errada ao não ter uma consciência de que está-se matando nosso planeta.

Ao se mudar o pensamento no que diz respeito à sustentabilidade, os governantes também irão mudar, uma vez que, irá-se escolher pessoas que estão engajadas nessa mesma causa. Esses políticos devem estar verdadeiramente ligados à proteção do meio ambiente, pois será uma verdadeira guerra contra uma cultura de destruição, que vem desde que o homem deixou de ser nômade, começou a cultivar a terra e a domesticar os animais, para seu sustento e comodidade. Somente com esse pensamento, o de que deve-se lutar contra essa destruição, é que vai-se conseguir proteger o verdadeiro patrimônio da humanidade: O meio ambiente.

Uma das maneiras mais eficazes de controlar essa degradação do meio ambiente, é atuar em conjunto com todas as esferas da sociedade, através de um dos ramos da Administração, que a maioria das pessoas conhece apenas superficialmente. Trata-se da Logística ou, mais especificamente, da Logística Reversa.

O conceito de Logística é muito amplo, apesar de a maioria das pessoas pensarem que se trata apenas de transporte, a Logística envolve as áreas da Administração relacionadas com o planejamento, armazenagem, movimentação, transporte e distribuição de produtos. Segundo Coelho, no *site* Logística Descomplicada, “A logística agrupa todas as atividades ligadas à posse e movimentação dos produtos nas organizações: previsão da demanda, gestão de estoques, transportes, armazenagem, design de redes de distribuição, etc.”.

Visando criar uma nova forma de armazenar, roteirizar, entre outros, já que a partir do final do séc. XVIII (Revolução Industrial), a oferta e procura de produtos manufaturados aumentou de forma exponencial. Também é necessário que esses produtos estejam no destino final com os melhores indicadores de desempenho e ao menor custo possível, para fazer a diferença em um mercado competitivo.

Como pedra fundamental da Logística, tem-se o planejamento, que teve muitas alterações nas últimas décadas. Onde, antes, todo o processo produtivo era decidido pela alta cúpula da empresa, hoje existe um processo de planejamento diferente. Pois, com a globalização dos mercados, o aumento das parcerias entre empresas, clientes mais informados, avanços de tecnologia, mudou-se a forma que as empresas fazem o processo de planejamento, pois, a melhor ideia para o planejamento estratégico, pode vir de um lugar ou de uma pessoa inesperada.

A biblioteca virtual FGV *Online*, dá a definição do *Council of Logistics Management* (1986) para logística da seguinte forma, “logística é a parte do Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como as

informações a eles relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes”.

Segundo Dias, (2010), a logística compõe-se de dois principais subsistemas de atividades: Administração de Materiais e Transporte/Distribuição Física, cada qual envolvendo o controle da movimentação e a coordenação demanda-suprimento.

Observa-se que a logística vai desde o planejamento, etapa onde são definidos todos os parâmetros do produto, até o consumidor final, etapa em que o produto chega ao seu destino final. Certo? Na verdade, não. Existe uma área da logística que ainda é pouco aplicada, e pouco estudada, chamada Logística Reversa, assunto principal deste estudo.

2.2. Logística Reversa

A PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), define a logística reversa como um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

Nas últimas décadas viu-se um crescimento exponencial dos volumes de negócios e do transporte de produtos por todo o mundo. Com isso, o aumento na produção de lixo e resíduos, que precisam ser retornados à sua origem, também aumentou vertiginosamente. O que chama-se de logística reversa é, justamente, esse fluxo de produtos no sentido contrário ao normal da cadeia de produção. Esses materiais descartados devem ser tratados de forma adequada para evitar mais trabalho e custos extras para a organização. Segundo Leite (2002), entende-se a “Logística Reversa como a área da Logística Empresarial que planeja, opera e controla o fluxo, e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo, ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, através dos Canais de Distribuição Reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros”.

Esse fluxo de produtos tratados pela logística reversa podem ter inúmeras causas: reuso, reciclagem, recall, devoluções, entre outras. Esse processo é importante, principalmente por dois motivos: as regulamentações dadas pelos órgãos governamentais, definem que alguns produtos devem receber tratamentos especiais (exemplos: baterias de

celulares e embalagens de agrotóxicos), e também pelo fato de poder agregar valor ao que seria descartado, como algo que não tem mais uso.

Com o passar do tempo, e o maior fluxo de informações trocadas ao redor do mundo, as pessoas passaram a se informar sobre todas as coisas, e com isso se tornaram mais críticas com relação à forma como as empresas tratam o meio em que vivem. Com isso, a logística reversa vem ganhando força e se tornando um dos motores desse movimento de conscientização. Não só como meio de reduzir os impactos causados pelo mal descarte de resíduos no meio-ambiente, como também, se tornando uma forma de a organização ter uma imagem melhor junto ao público.

Dentro da logística reversa, pode-se destacar práticas já conhecidas de reciclagem, como latas de alumínio, papel, garrafas pet e outros bens de pós-consumo. Mas não pode-se somente reciclar, pode-se reutilizar alguns produtos, como sucatas, sobras das indústrias e partes de equipamentos. Existe também a devolução de produtos ao vendedor por parte do consumidor, ou seja, quando ele não está satisfeito com algum aspecto da compra do produto ele o devolve.

No geral, três fatores podem estimular o retorno de um produto: consciência da população para a reciclagem e o meio ambiente; reaproveitamento de componentes usando novas tecnologias; leis que obrigam as empresas a recolher e dar o destino adequado aos resíduos após o uso do produto.

Para que as empresas consigam cumprir com essa demanda, é necessário que ela tenha uma estruturação de sistema, que possa lidar com esse volume de retorno. Um dos principais componentes da logística reversa, assim como na logística tradicional, é o transporte. Portanto, existe a necessidade do sistema de rota conseguir resolver os problemas que surgirão, com a necessidade de fazer coletas juntamente com as entregas, observando a capacidade de carga e os horários dos veículos.

Um dos grandes desafios a serem tratados pelas organizações é o recolhimento desses produtos, para levá-los de volta às fábricas ou centros de tratamento, pois, estes produtos normalmente estão dispersos nos centros de consumo. Dessa forma, é importante ter uma estratégia bem planejada de todos os processos internos (estoque, TI, Layout) e externos (transporte e SAC), que envolvem a área da logística, para que se possa aproveitar esse novo ramo da logística.

Apesar de usar as mesmas ferramentas e técnicas da logística direta, a logística reversa visa, em suas atividades, a satisfação dos clientes e a sustentabilidade empresarial. Essas empresas, que se engajam nos processos de sustentabilidade, percebem os resultados através

do reconhecimento do público em geral, dos seus clientes (internos e externos) e pelo reflexo de sua imagem corporativa junto à opinião pública e a outras empresas.

3. METODOLOGIA

Nesse trabalho aborda-se tópicos importantes no processo de Logística Reversa, mostrando que todos os setores da sociedade podem se engajar nessa batalha para preservar e recuperar o meio ambiente. Como a área de abrangência da Logística Reversa é bastante ampla, podendo atuar desde a coleta seletiva do lixo doméstico, uso de embalagens retornáveis, tratamento de resíduos sanitários, reutilização de componentes eletrônicos, entre outras diversas áreas, aborda-se três tópicos importantes, que podem ser trabalhados pelo cidadão comum, empresas e poder público.

Destacando os temas compostagem, reciclagem de produtos de alumínio e embalagens pet e também do uso de asfalto borracha. Esses três assuntos são de fácil entendimento, uma vez que, estão diretamente relacionados ao cotidiano de cada pessoa no mundo. Poder-se-ia dizer que o asfalto borracha não se enquadra nessa descrição, uma vez que, é pouco conhecido, contudo, ele entra nesse aspecto pelo fato de ser a opção mais viável para a contrapartida do atual sistema de pavimentação que é utilizado.

Segundo Asti Vera (1976, p. 97 apud LAKATOS, 2003, p. 44) “o tema é o assunto que se deseja provar ou desenvolver; “é uma dificuldade, ainda sem solução, que é mister determinar com precisão, para intentar, em seguida, seu exame, avaliação crítica e solução”.

A escolha desse tema deu-se pelo fato de que, deve-se entender o que a humanidade está fazendo com o meio ambiente e o que pode ser feito para mitigar todos os danos que já foram causados por gerações de pessoas, que não tinham essa consciência crítica sobre a utilização dos recursos naturais, nem de sua preservação.

Após a escolha do assunto, o passo seguinte é a sua delimitação. É necessário evitar a eleição de temas muito amplos que ou são inviáveis como objeto de pesquisa aprofundada ou conduzem a divagações, discussões intermináveis, repetições de lugares comuns ou "descobertas" já superadas. (LAKATOS, 2003, p. 44)

A definição dos assuntos abordados é interessante, uma vez que, são assuntos pouco comuns no cotidiano das pessoas, mesmo dos acadêmicos. A Logística Reversa deve passar a

integrar cada vez mais um lugar de destaque, como tópico de conversas, pesquisas, reportagens, trabalhos acadêmicos, etc.

Para Gil, 2008, “pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Como está-se vivendo tempos atípicos, o método de pesquisa teve que ser limitado ao que foi encontrado através da internet, pois não pôde-se ter acesso à bibliotecas e nem fazer a pesquisa de campo que estava programando para esse semestre, com a finalidade de ver *in loco* como funciona todo o processo dos temas abordados.

Ficou restrito a *sites* como o do Ministério do Meio Ambiente, Brasil Escola, Revista Globo Rural, entre outros *sites* confiáveis. Também utilizou-se *sites* de empresas e organizações que atuam nessas áreas como o CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), Greca Asfaltos e o Projeto de Lei nº 7.013 de 2017, que determina a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis, provenientes de reciclagem.

Optou-se por uma pesquisa descritiva, onde destaca-se as características gerais da sociedade no que concerne à sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, fatores que estão ligados diretamente à degradação da natureza, sugestões de como todos podem contribuir para que isso seja minimizado, ou até mesmo eliminado do cotidiano.

Segundo Gil, 2008, “as pesquisas deste tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Fato pelo qual pode-se identificar as relações diretas entre as atitudes humanas e a depredação do meio ambiente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Resultados

4.1.1 Compostagem

De acordo com conteúdo disponível no *site* do Ministério do Meio Ambiente, 2020, compostagem é o processo de reciclagem dos resíduos orgânicos, técnica essa que permite a transformação de restos orgânicos (sobras de frutas, verduras e legumes, grãos e sementes, borra de café...) em adubo. É um processo biológico que acelera a decomposição do material orgânico, tendo como produto final o composto orgânico. A compostagem tem o objetivo de recuperar os nutrientes dos resíduos orgânicos, reduzir o volume de lixo produzido pela sociedade, resíduo esse, que fora deste processo certamente acumularia nos lixões e aterros, ocasionando mau cheiro no local e liberação de poluentes como gás metano (gás de efeito estufa 23 vezes mais destrutivo que o gás carbônico) e chorume (líquido que contamina o solo e as águas). Referente ao lixo produzido na sociedade, uma grande porcentagem é composta por resíduos orgânicos, que sofrem soterramento nos aterros e lixões, e este processo acaba impossibilitando sua biodegradação.

Segundo informações retiradas no *site* Scielo, O Diagnóstico do Manejo de Resíduos Urbanos - 2015, compilado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, revelaram que, das 77.997.025 toneladas de resíduos que chegaram a alguma unidade de processamento (aterros sanitários, aterros controlados, lixões, unidades de triagem etc.), apenas 0,3% foi direcionado às unidades de compostagem existentes no país. Não foram encontradas informações oficiais sobre outras formas de reciclagem dos resíduos orgânicos urbanos que estivessem em operação nos municípios, como biodigestores ou plantas de biometanização.

De acordo com reportagem de 2019, do *site* Ciclo Orgânico, estima-se que mais de 60% de todo o lixo gerado no Brasil seja de resíduos orgânicos. Com essa porcentagem alta de resíduos orgânicos, seria interessante se cada residência adotasse o método de compostagem. Quando realiza-se compostagem doméstica, evita-se diversos problemas causados pelo acúmulo de lixo nas ruas e em outros locais, além de evitar a poluição e gerar renda, faz com que a matéria orgânica volte a ser usada de forma útil.

O objetivo da compostagem é produzir adubo biológico livre de agrotóxicos, quando todo o processo é feito de maneira correta, o insumo final é uma fonte de minerais potente, que ajuda as plantas no crescimento e desenvolvimento de forma saudável e natural.

O primeiro passo para dar início ao processo de compostagem é construir uma composteira. Seu tamanho varia de acordo com a demanda do resíduo que será utilizado, vale ressaltar que este processo pode ser realizado em qualquer lugar. Referindo-se à resíduos coletados diariamente no meio residencial, o recipiente de tamanho pequeno consegue atender

a uma residência de até duas pessoas, tamanho médio até 4 (quatro) pessoas e para domicílios com mais de quatro pessoas um recipiente de tamanho grande consegue atender a demanda.

Tem duas opções de composteira, que são a composteira com minhocas e a composteira comum (sem minhocas). A composteira com minhocas é um processo de compostagem mais rápida, devido terem grande função na decomposição dos resíduos, as minhocas mais indicadas para este tipo de ação são as Minhocas Californianas (vermelhas), Africanas Gigantes e a Violeta do Himalaia. O adubo orgânico gerado a partir desse processo é rico em flora bacteriana e ajuda a fornecer às plantas uma nutrição equilibrada e maior resistência à doenças. Já a composteira sem minhocas, tem um processo mais lento e pode desenvolver um cheiro não tão agradável, é comum que a falta de oxigenação gere mofo, e a falta de material seco pode causar o mau cheiro.

Na compostagem doméstica existem alguns materiais que não devem ser utilizados, pelo fato de comprometerem a degradação da matéria orgânica e prejudicarem o desenvolvimento do adubo, alguns exemplos são: carnes, arroz, líquidos, temperos fortes como alho, pimenta, cebola, limão, laranja, óleos, fezes de animais e papéis. Materiais como frutas, legumes, casca de ovo, verduras, borra de café, grãos e sementes, sachê de chá sem a etiqueta podem ser utilizados a vontade na composteira.

Imagem 1: O que usar em uma composteira

Compostagem Doméstica

 **Pode usar à vontade**

 Frutas	 Legumes	 Verduras	 Grãos e sementes
 Cascas de ovos	 Sachê de chá sem etiqueta e erva de chimarrão	 Borra e filtro de café	

 **Pode usar com moderação**

 Frutas cítricas	 Flores e ervas medicinais ou aromáticas	 Alimentos cozidos	 Guardanapos e papel toalha	 Laticínios
--	--	--	--	---

 **Não pode usar**

 Arroz	 Carnes	 Temperos fortes (pimenta, alho e cebola)	 Limão
 Líquidos (iogurtes, leite, caldos de sopa, feijão, etc)	 Trigo	 Papéis (papel higiênico, jornais e papelões em geral)	 Nozes pretas
		 Fezes de animais domésticos	 Óleos e gorduras

**SERRAGEM GROSSA, PALHAS, FOLHAS, GRAMAS E/OU
PODAS DE JARDIM TRITURADAS DEVEM SER MISTURADAS**
Fonte: **Morada da Floresta**

Fonte: Revista Globo Rural

Para montar a composteira doméstica são necessárias três caixas plásticas, as caixas devem ser empilhadas em três níveis, nas duas superiores deve haver pequenos furos no fundo, são nessas caixas que será feita a compostagem e a última caixa será para coletar o resíduo líquido orgânico (chorume) que poderá ser usado para regar plantas, um litro de chorume deve ser misturado em dez litros de água, essa mistura pode ser despejada nas plantas, evitado despejar sobre as folhas, em caso de plantas comestíveis.

O primeiro passo da distribuição de matérias é forrar o fundo da caixa com folhas secas ou serragem, em seguida deve-se colocar a terra com minhocas ou sem e logo acima os resíduos orgânicos, deve-se repetir as camadas até encher a caixa. É importante que os resíduos sejam cobertos com camadas de folhas secas para contribuir com a oxigenação, garantido que não gere um mau odor durante o processo. Os depósitos de lixo orgânico devem ser feitos diariamente. O adubo orgânico pode ser coletado em média a cada três meses, caso a compostagem tenha sido com minhocas, quando o processo ocorrer sem minhocas o adubo pode ser coletado entre 60 a 90 dias. As informações aqui citadas referentes ao processo de montagem da compostagem foram extraídas da Revista Globo Rural e do Manual de Compostagem doméstica com minhocas.

Foram retirados alguns dados referente a compostagem em uma demanda maior de resíduos orgânicos, no artigo Logística Reversa, Um estudo de caso no sistema de compostagem de matéria orgânica do aterro sanitário de Anápolis. O processo de compostagem realizado no aterro sanitário de Anápolis é o único no centro-oeste, sendo um método pouco difundido pelo país e que não é conhecido pela população local, em sua maioria.

Com seu planejamento iniciado em maio de 2018, o serviço começou a funcionar no dia seis de junho do mesmo ano, com o intuito de dar destinação correta aos resíduos orgânicos, que são recolhidos nas feiras públicas e no CEASA. Para a coleta dos leguminosos no CEASA, foi definido que fosse feita por um caminhão compactador de lixo, já que o volume de resíduos é grande. Esta coleta é feita uma vez na semana, já nas feiras a coleta é feita com o auxílio de uma *pick-up*, por se tratar de um volume menor.

A quantidade coletada em cada um dos locais poderia ser maior, porém há um grande número de pessoas que recolhem os leguminosos não comercializados ao fim das feiras, seja para consumo próprio ou para a alimentação de animais. O Quadro 1 mostra a quantidade de resíduos orgânicos, por tonelada, que foram recolhidos até o mês de março de 2019.

Quadro 1: Dados coletados sobre a quantidade de matéria orgânica nas feiras do município e do CEASA de junho de 2018 até março d 2019

MESES	QUANTIDADE COLETADA (t)
06/18	33.120
07/18	22.518
08/18	36.140
09/18	29.700
10/18	68.490
11/18	51.560
12/18	51.250
01/19	70.370
02/19	23.920
02/19	23.510
Total Coletado	410.578

Fonte: CEASA de Anápolis

Analisando a tabela acima, observa-se que há uma inconstância na quantidade coletada, segundo dados da empresa isso se deve pelo fato de que existem concorrentes disputando os rejeitos. Como foi dito anteriormente, são pessoas que recolhem no intuito de aproveitarem aquilo que for possível para consumo próprio ou para usarem como alimento para animais de criação. Se essa “concorrência” não existisse a quantidade coletada seria maior, o que geraria mais insumos a serem utilizados pela compostagem.

Após a coleta, os resíduos são levados ao aterro sanitário. Ao chegarem lá, todo o material coletado é pesado, para que seja feito o controle adequado, após a pesagem os resíduos são levados para a triagem, onde os funcionários responsáveis verificam se não existem materiais de fonte não orgânica que possam atrapalhar o processo de decomposição do lixo. Feita a triagem, os resíduos são levados para as leiras, onde ficarão em repouso para que o processo de decomposição ocorra, assim, é dada a continuidade no ciclo da compostagem até se obter a extração do chorume e o adubo orgânico.

Imagem 2: Leira em processo de decomposição



Fonte: Pesquisa

4.1.2 Reciclagem de alumínio e embalagens pet

Reciclagem é o processo em que há a transformação do resíduo sólido que não seria aproveitado, com mudanças em seu estado físico, físico-químico ou biológico, de modo a atribuir características ao resíduo, para que ele se torne novamente matéria-prima ou produto, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Há diversas leis que incentivam as empresas a reciclar e usar reciclados, reciclagem é um negócio lucrativo, uma empresa que recicla pode faturar bilhões por ano, no Brasil o setor de reciclagem consegue movimentar cerca de 12 bilhões por ano, além de se tornar conceituada no mercado, visto que, os consumidores estão cada vez mais exigentes e uma empresa ecologicamente correta, consegue se destacar da concorrência.

Boomera, empresa paulista especializada em soluções para resíduos considerados difíceis de reciclar (como embalagens de biscoitos e cápsulas de café, que misturam dois ou mais tipos de plástico) teve um salto no faturamento de R\$ 6 milhões em 2016, para 40 milhões no último ano. Para 2019, a perspectiva é que este número fique entre R\$ 60 e R\$ 70 milhões.

A reciclagem traz muitos benefícios, como a diminuição da poluição do solo, produção de produtos orgânicos, contribuição para limpeza e segurança pública, gerando empregos, entre outros. No Brasil são produzidos aproximadamente 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano. Quando os resíduos são misturados, somente 1% destes resíduos pode ser reaproveitado, e quando ocorre a separação correta, o aproveitamento passa para a ser 70%. A reciclagem de garrafa pet e alumínio possuem um importante papel no Brasil, por envolver diversas cooperativas e pessoas carentes que fazem a venda dos materiais coletados, porém, um certo grau de dificuldade é encontrado devido ao descarte incorreto.

Para que no futuro não tenhamos que conviver com um caos ambiental e em meio ao lixo, o processo de reciclagem é abordado por Ongs e ambientalistas, que questionam as empresas e governantes.

4.1.2 Alumínio

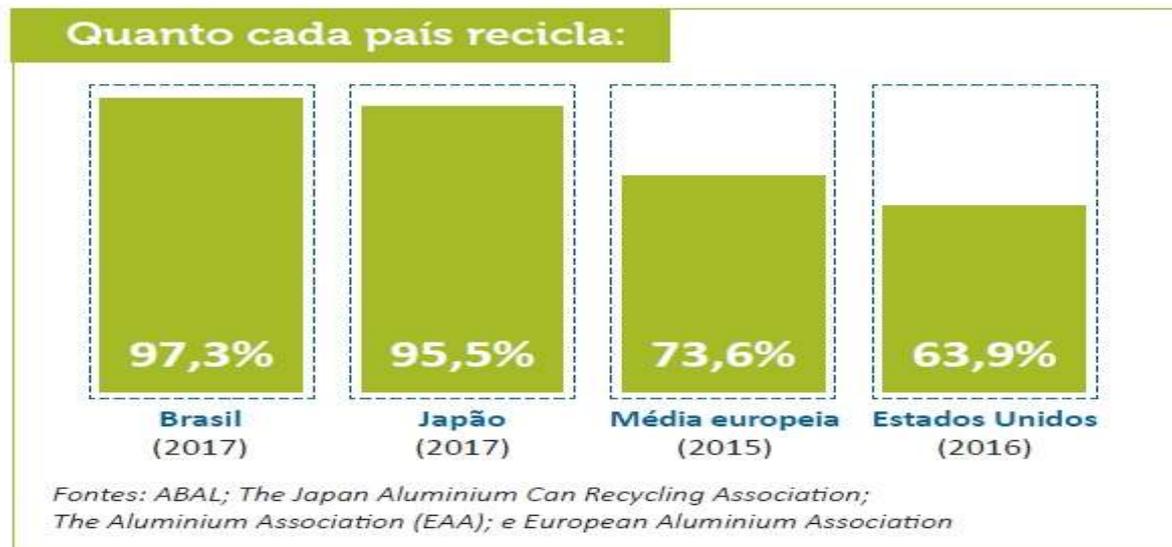
A reciclagem do alumínio pode ocorrer a partir da sua sucata ou de sobras de processos produtivos, o processo de reciclagem do alumínio consiste na sua reutilização para composição de novos produtos, com menor custo e consumo de insumos para sua fabricação, pois, possuem a mesma qualidade que um novo. Cada tonelada de latas de alumínio reaproveitada economiza até 95% de energia.

Quando fala-se em reciclagem de alumínio, a primeira que coisa que vem em mente são as latinhas, por estar presente no dia a dia do brasileiro, e é certo que o consumo é alto, empresas especializadas no processo, obtém um bom retorno financeiro e também gera renda para famílias carentes e cooperativas com a coleta.

No Brasil, as latas de alumínio para bebidas são as mais recicladas, devido ao alto consumo e um ciclo de vida muito mais curto que o apresentado por outros produtos de alumínio. A ABAL, Associação Brasileira do Alumínio, estima que em aproximadamente 60 dias uma latinha de alumínio volta para o consumidor. Ou seja, pode ser comprada, utilizada, coletada, reciclada, envasada e voltar às prateleiras para o consumo.

O Brasil é o país que mais recicla latas de alumínio, um dos fatores é seu alto consumo.

Imagem 3: Números da reciclagem de latas de alumínio



Fonte: Pesquisa

Segundo a Revista Alumínio, um dos grandes casos de sucesso da indústria nacional é o alto índice de reciclagem de latas de alumínio para bebidas. Os dados mais recentes que existem sobre o tema, divulgados em dezembro de 2018, pela Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) e Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas), apontam que, em 2017, foram reaproveitados 97,3% das latas produzidas no País. Ou seja, das 303.900 t de latas de alumínio para bebidas colocadas no mercado naquele ano, impressionantes 295.800 t foram recolhidas e recicladas.

Em 2016, esse número foi ainda maior: 97,7%. A pequena oscilação em 2017, não reduz o feito da nossa indústria, que lidera o ranking há mais de duas décadas — desde 2004, o índice se mantém acima dos 90%. Para se ter ideia, a média mundial de reaproveitamento do item é de 69%, segundo levantamento realizado pela *Resource Recycling Systems* (RRS), contra 43% para as garrafas PET e 46% para as garrafas de vidro.

O Brasil é hoje, o 3º maior produtor mundial de latinhas de alumínio, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Cerca de 50% de toda cerveja produzida no país já é envasada em latas, há quinze anos, a embalagem correspondia a 30% do mercado. Listem-se de igual modo refrigerantes (o item de alumínio tem quase 10% do mercado) e novos produtos, como vinho, sucos, energéticos e chás. “O mercado de cerveja possui ainda muito potencial de crescimento, em função da queda das embalagens retornáveis e a crescente busca dos consumidores por conveniência e preocupação com um consumo ético e sustentável”, aponta, otimista, Bannitz, da Ardagh. Para Cátulo Cândido, da Abralatas, “hoje, existe um novo consumidor que nasceu em um momento onde a tecnologia e a sustentabilidade são essenciais. Esse consumidor tem tudo para optar por produtos ecologicamente melhores. O

resultado é o aumento da participação da lata de alumínio no mercado de bebidas”. Se também houver estímulo do poder público, reconhecendo a importância da economia circular, a tendência é só crescer.

Imagem 4: Latas de alumínio



Fonte: Revista Alumínio

Pode-se observar que, com redução do impacto ambiental e ganho econômico gerado com a reciclagem de latas de alumínio, tem atraído cada vez mais investidores. Um dos motivos é o alto consumo e um ciclo de vida muito mais curto, que o apresentado por outros produtos de alumínio. A ABAL, Associação Brasileira do Alumínio, estima que em aproximadamente 60 dias uma latinha de alumínio volta para o consumidor. Ou seja, pode ser comprada, utilizada, coletada, reciclada, envasada e voltar às prateleiras para o consumo. Além do processo de reciclagem de alumínio ser muito mais barato e consumir menos energia do que a produção deste metal.

4.1.4 Embalagens Pet

Por ser um termoplástico, o PET pode ser derretido e moldado inúmeras vezes, quando aquecido sem perda de qualidade. Essa característica o torna um material de grande valor econômico para a indústria da reciclagem. Em relação às garrafas PET, esse material oferece muitas vantagens: é leve, o que permite um fácil manuseio em relação, por exemplo, ao vidro. Além disso, o uso de embalagens PET oferece segurança. Por ser um material resistente, há menos perda de produtos devido a impactos ou quedas durante o transporte, em comparação a outros tipos de embalagem.

Entretanto, o plástico leva em torno de 450 anos para se decompor na natureza. Logo, as garrafas pet, muito utilizadas, uma vez que a maioria dos líquidos são envasados nela, se tornou um dos principais poluentes do meio ambiente.

O índice de reciclagem de garrafas pet no Brasil, é um dos maiores do mundo, além desse processo ser muito bem desenvolvido. A embalagem pet é um material resistente, que não perde sua qualidade no processo de reutilização e reciclagem, além de fornecer uma maior rentabilidade empresarial, também é fonte de renda para catadores e cooperativas. As empresas que realizam sua reciclagem têm uma margem maior de lucro, com as baixas nos custos e insumos, pelo fato das embalagens serem reutilizadas em diversos setores produtivos, criando assim, uma demanda constante e garantida.

Imagem 5: reutilização de garrafas pet como vasos de plantas



Fonte: Biblioteca Virtual de São Paulo

A embalagem pet é utilizado em vários setores produtivos. Como por exemplo:

- Indústria automobilística: carpetes para veículos, para-choques, elementos de painel de carros, tampas de bagageiro e materiais termoacústicos usados nas forrações em geral. O PET reciclado também é usado na fabricação de assentos de ônibus e trens.
- Indústria de embalagens: podem ser transformadas em isopores, garrafas e embalagens diversas para o acondicionamento de produtos industrializados.
- Construção civil: tubos e conexões, torneiras, caixas para armazenamento de água, calhas, telhas, mármore sintético, chapas plásticas e pastilhas feitas com a resina pet para revestimento de paredes (semelhantes às pastilhas de vidro).

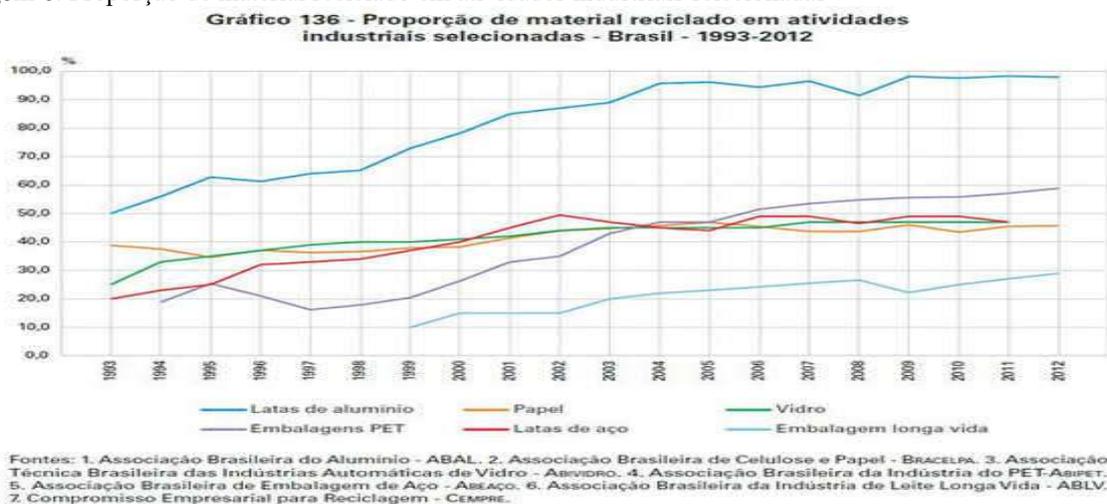
No Brasil, os testes com a matéria-prima feita de pet começaram na década de 90, mas o preço do material tem aumentado devido a versatilidade de utilização. Hoje a garrafa triturada é usada para produção da resina poliéster, utilizada na fabricação de produtos como

telhas, botões, canos e tecidos. A Bema Tintas, por exemplo, usa a pet para fazer uma resina necessária à produção de tintas.

Já a GB Tech, tritura 200 toneladas de pet por mês para vender às indústrias, o que representa 7 milhões de garrafas a menos jogadas fora. “Fazemos um processo totalmente limpo. Temos estação de tratamento de água para lavar as garrafas”, explicou o proprietário, Breno Arcuri. No processo de transformação, a máquina separa a tampa e o rótulo da embalagem, que também são moídos e vendidos – a custo menor que as PETs – para servir como matéria-prima de peças de carro e outros plásticos duros.

Segundo artigo do *site* Ciclo Vivo, 2020, o último Censo da Reciclagem do PET revelou que o Brasil reciclou 55% das embalagens de PET, em 2019. Isso significa o reaproveitamento de 311 mil toneladas, 12% acima do calculado em 2018, e um faturamento de R\$ 3,6 bilhões. Esse número pode ser considerado baixo. Como efeito de comparação, a reciclagem de latas de alumínio é superior a 90% segundo dados da Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade.

Imagem 6: Proporção de material reciclado em atividades industriais selecionadas



Do ponto de vista econômico, a reciclagem de embalagens PET desenvolveu uma indústria que movimenta muito dinheiro. Em 2011, o Brasil consumiu mais de 572 mil toneladas de embalagens plásticas produzidas com resina PET, segundo o Panorama do Setor - CEMPRE. Ela é responsável pela geração de renda e empregos na indústria e nas cooperativas de catadores.

Além disso, a produção de plástico derivado da reciclagem de embalagens PET permite o consumo menor de energia e derivados do petróleo. A indústria também está

aumentando o processo de despolimerização, recuperando as matérias-primas utilizadas na produção inicial das embalagens plásticas. Essa técnica é conhecida como *"bottle-to-bottle"*.

4.1.5 Asfalto Borracha

Segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente divulgado em 2019, tendo como ano-base 2018, o número de pneus fabricados no Brasil, juntamente com os importados, ultrapassam 87 milhões de unidades.

De acordo com o site do SEST/SENAT, 2020, “No Brasil, pelo menos 450 mil toneladas de pneus são descartados por ano. Isso equivale a cerca de 90 milhões de unidades utilizadas em carros de passeio.”, Levando-se em conta que um pneu leva em torno de 600 anos para se decompor na natureza, podemos perceber o tamanho do problema que deve ser enfrentado.

Imagem 7: Pneu descartado de forma inadequada



Fonte: Instituto Brasileiro de Sustentabilidade

A Lei 12.350/10, no seu artigo 33 destaca que, “são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes”. Tendo os pneus sido especificados no inciso III deste artigo.

Essa Lei ainda destaca no § 3º que, “cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas

necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo”.

Segundo o *site* Agência Brasil, 2017, “o Brasil possui 1.720.756 km de rodovias”, onde apenas 12% da malha rodoviária é pavimentada, de acordo com o Blog Logística, que diz ainda que, entre as rodovias pavimentadas, 44,7% apresentam desgastes e 19,1% exibem trincas e remendos.

Infelizmente a quase totalidade das rodovias ainda é pavimentada usando CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) convencional, que é mais barato do que o asfalto borracha em cerca de 15% (R\$ 200,00 por tonelada contra R\$ 230,00 do asfalto borracha), segundo dados da Greca Asfalto, 2020.

Entretanto, o valor final da obra com asfalto borracha fica bem abaixo de seu concorrente convencional, conforme figura a seguir.

Imagem 8: Tabela comparativa revestimento CBUQ Convencional x revestimento CBUQ com asfalto-borracha

GRANDEZAS	CÁLCULO	UNIDADE	TIPO DE ASFALTO		
			CAP 50/70	ASFALTO BORRACHA (ECOFLEX)	
A	Quantidade de massa asfáltica CBUQ produzida	-	ton	26.250	18.375
B	Custo de Usinagem/Aplicação por tonelada de CBUQ aplicado	-	R\$/ton	200,00	230,00
C	Quantidade de massa x Custo de Usinagem/Aplicação	A x B	R\$	5.250.000,00	4.226.250,00
D	Teor de Asfalto	-	% peso	5%	5,5%
E	Custo de Asfalto por tonelada	-	R\$/ton	1.150,00	1.550,00
F	Custo Asfalto no CBUQ	A x D x E	R\$	1.509.375,00	1.566.468,75
G	Custo Total da Obra	C + F	R\$	6.759.375,00	5.792.718,75

Fonte: Greca Asfaltos: Estudo Ecoflex

É possível ver nesses números uma redução de custo em aproximadamente de 14,3% em favor do asfalto borracha. Isso apenas na produção e execução da obra. Se levarmos em consideração também o fato de que a deformação permanente da liga de borracha é menor do que o composto convencional, esses valores podem ser maiores em longo prazo, fazendo com que ao se reutilizar os pneus que são descartados na produção de liga asfáltica, tem-se uma redução na poluição do meio ambiente, economia quando pavimentar e também com a manutenção das estradas, além de uma vida útil mais longa desses trechos de asfalto ecológico.

Pode-se enumerar várias vantagens na utilização do composto elástico na produção do asfalto, tais como: Maior coesão; Melhor adesão; Alta viscosidade (evita trincas); Resistência ao envelhecimento; Maior custo/benefício.

Além de ajudar na economia dos próprios pneus, uma vez que, a rodovia já estará emborrachada. Isso ajuda bastante na aderência dos veículos, minimizando o risco de derrapagens, bem como, uma melhor absorção das águas da chuva, por exemplo, fazendo com que diminuam também as poças ou alagamentos nas estradas.

4.2 DISCUSSÕES

Muito se ouviu falar sobre sustentabilidade nas últimas décadas, mas pouco se tem visto como efeito real do que deve acontecer para que o meio ambiente possa começar a se recuperar de toda a destruição que o ser humano vem causando, ao longo dos séculos de depredação indiscriminada.

A maioria dos cidadãos comuns não acredita que seja um problema deles ou que uma gesto tão simples, como a compostagem, possa surtir algum efeito, diante de tanta violência contra o meio ambiente. Grande parte das empresas busca uma forma de ganhar cada vez mais lucros e veem qualquer investimento na parte sustentável como um gasto que pode ser evitado. A classe política não se empenha em fazer valer a Lei quando se trata de obrigar as empreiteiras a investir numa forma de diminuir os danos a natureza, uma vez que, muitas vezes, são essas empresas que patrocinam suas campanhas eleitorais.

A evolução do ser humano é necessária e benéfica para todos, contudo é preciso se preocupar com a forma como se consegue essa evolução. Rios poluídos, florestas devastadas ou já inexistentes, extinção dos animais, solo improdutivo, ar contaminado por gases tóxicos, são exemplos do que se tem feito com o planeta ao longo de toda a história humana.

É preciso entender que nossos recursos são finitos, um dia eles irão acabar. Não se pode explorar indefinidamente tudo que a natureza nos proporciona, ou as futuras gerações irão herdar um planeta vazio e sem condições de sobrevivência. Por isso, é preciso mudar a forma como busca-se esses avanços, numa evolução que seja possível recuperar ao menos uma parte do que já foi destruído.

Esses exemplos citados, mostram que é possível trabalhar de forma a preservar o meio ambiente, e gerar riqueza com essa preservação. Existem Leis que foram criadas para que as pessoas hajam de maneira mais consciente no que tange à preservação de nossos recursos

naturais. Cabe às autoridades fazer com que essas Leis sejam cumpridas. E que haja punição para quem a violar.

Além disso, é necessário criar cada vez mais formas de sustentabilidade, de preservação. O mundo vive uma era de consumismo, mas não se preocupa com o destino do que é descartado. As pessoas, em sua maioria, não quer saber ou não se importa com a forma como o seu copo descartável, por exemplo, pode impactar no meio ambiente. Esse tipo de atitude deve ser mudado rápido ou perde-se essa guerra. E viveremos em um mundo que já consegue-se ver em nossos filmes de ficção. Mas que está em vias de ser realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem da Terra vista pelos astronautas teve a virtude de nos inculcar a consciência de que, longe de habitar um espaço infinito, habitamos uma espécie de nave espacial isolada, dentro de uma cápsula de recursos constantes, que consumimos, e que somente não esgotamos porque reciclamos. Este conceito da necessidade de reciclagem - de nada perder, de nada destruir, de tudo usar de novo - desta cápsula de recursos constantes acordou-nos para a ameaça da poluição, que interrompe o processo de reciclagem pela inutilização do recurso ou pelo envenenamento (SILVA, 1975, p. 1).

“Devemos preservar nosso planeta”, essa é uma frase que todos já ouviu-se inúmeras vezes de diferentes formas e fontes. E a cada dia que passa, ela se torna mais verdadeira e mais urgente. Está-se matando a única fonte de sobrevivência e não percebe-se isso, pois estamos preocupados demais em consumir tudo que se deseja.

Imagem 9: 5 Rs da sustentabilidade



Fonte: site Pinterest

Não consegue-se ver que simples atitudes, como fazer uma coleta seletiva de lixo, pode ajudar a preservar a natureza. Que a compostagem pode diminuir o acúmulo de gases tóxicos na atmosfera, além de diminuir o uso dos aterros sanitários. Que a reciclagem é a saída para que não esgotemos os recursos naturais. Que o reaproveitamento dos pneus é um investimento, que tem retorno ambiental, além de um grande retorno financeiro.

Tentou-se mostrar que todas as pessoas podem, e devem, integrar o time de preservadores do meio ambiente. Não importa a classe social, raça, credo ou posição na sociedade. Todos temos nosso papel na salvação do planeta. Sim, nosso planeta, pois vivemos todos juntos nesse ecossistema que é interligado, não importando em qual país, estado ou cidade você vive. Você tem a obrigação de fazer o seu melhor, para que seja possível recuperar, se não tudo que já se perdeu, ao menos uma boa parte.

Se não pudermos diminuir o consumo, deve-se dar um destino adequado ao resíduo gerado por esse consumo. Não deve-se considerar uma sociedade sustentável como uma utopia, muito pelo contrário. Precisa-se lutar para que essa sociedade seja possível, ou viveremos em um mundo onde as guerras não serão por riquezas, mas sim, por água e comida, como já vê-se em alguns lugares do mundo.

Com isso, conseguimos mostrar que os objetivos do trabalho foram alcançados ao mostrar que a sociedade pode fazer sua parte através da compostagem, as empresas podem se empenhar na reciclagem e reutilização dos resíduos ou ainda dar uma destinação adequada ao que não pode ser reaproveitado, além da esfera pública que pode reforçar as Leis, além de dar incentivos às empresas que consigam atuar de forma mais sustentável e também punir todos que não agem dessa forma.

6. REFERÊNCIAS

ASFALTOBORRACHA. **Ecoflex:** 10 milhões de pneus retirados da natureza. 2020. Disponível em: <<http://asfaltoborracha.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BIBLIOTECAVIRTUAL. **Reciclagem:** garrafas PET. 2020. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/temas/meio-ambiente/reciclagem-garrafas-pet.php#:~:text=O%20PET%20reciclado%20tamb%C3%A9m%20%C3%A9,o%20acondicionamento%20de%20produtos%20industrializados.>> Acesso em: 1 nov. 2020.

BLOGLOGISTICA. **O problema da malha rodoviária brasileira.** 2020. Disponível em: <<https://www.bloglogistica.com.br/mercado/o-problema-da-malha-rodoviaria-brasileira/#:~:text=Uma%20pesquisa%20realizada%20pela%20Confedera>>

%C3%A7%C3%A3o,percorridos%20quase%20100%20mil%20quil%C3%B4metros.>
Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ações de estímulo ao turismo em parques nacionais cresceram 10 vezes em 2020.** 2020. Disponível em:
<<https://www.mma.gov.br/component/k2/item/11290-destinacao-de-pneus>> Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 189º da Independência e 122º da República.

BRASILESCOLA. **A Degradação do Meio Ambiente.** 2020. Disponível em:
<<https://monografias.brasilescola.uol.com.br/biologia/a-degradacao-meio-ambiente.htm>>.
Acesso em: 6 nov. 2020.

CICLO ORGÂNICO. **Qual a Importância da Compostagem para o Meio Ambiente?** 2019. Disponível em: <<http://blog.cicloorganico.com.br/compostagem/qual-a-importancia-da-compostagem-para-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 10 nov. 2020

CICLOVIVO. **Brasil recicla 311 mil toneladas de garrafas PET em 2019.** 2020. Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/inovacao/negocios/brasil-recicla-311-mil-toneladas-de-garrafas-pet-em-2019/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CRISTALDO. Heloísa. **Pesquisa da CNT diz que 42,7% das rodovias federais são boas ou ótimas.** 2017. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-08/pesquisa-da-cnt-diz-que-427-das-rodovias-federais-sao-boas-ou-otimas>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais:** Uma abordagem logística. 5ª edição. São Paulo. Atlas. 2010.

ECYCLE. **Reciclagem:** o que é e qual a importância. 2020. Disponível em: <[ECYCLE. **Reciclagem no Brasil:** latas de alumínio seguem no topo; embalagens PET aumentam índice. 2015. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/6-atitude/3486-reciclagem-no-brasil-latas-de-aluminio-seguem-no-topo-embalagens-pet-aumentam-indice.html>>. Acesso em: 19 nov. 2020.](https://www.ecycle.com.br/2046-reciclagem#:~:text=Reciclagem%20%C3%A9%20o%20processo%20em,de%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lidos%20(PNRS).> Acesso em: 19 jul. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FONSECA, Lúcia Helena Fonseca. Reciclagem: O Primeiro Passo para a Preservação Ambiental. **Revista Científica Semana Acadêmica.** Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000036, 2013. Disponível em: <<https://sitesustentavel.com.br/composteira-o-que-e-para-que-serve/>> Acesso em 19 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo. Atlas. 2008.

GRECAASFALTOS. **ECOFLEX** - Asfalto Borracha. 2020. Disponível em: <<http://www.grecaasfaltos.com.br/asfalto-borracha-ecoflex-asfalto-ecologico/>> Acesso em: 12 ago. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo. Atlas. 2003.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: Nova área da logística empresarial. **Revista Tecnológica**. São Paulo. Publicare. Maio 2002.

MARASCIULO, Marília. **Por que o Brasil ainda recicla tão pouco (e produz tanto lixo)?** 2020. Disponível em: <[https://www.saneamentobasico.com.br/brasil-recicla-pouco-lixo/#:~:text=O%20Brasil%20gerou%2C%20em%202018,e%20Res%C3%ADduos%20Especiais%20\(Abre\)pe.>](https://www.saneamentobasico.com.br/brasil-recicla-pouco-lixo/#:~:text=O%20Brasil%20gerou%2C%20em%202018,e%20Res%C3%ADduos%20Especiais%20(Abre)pe.>)> Acesso em: 11 jul. 2020.

MOUTINHO, Wilson Teixeira. **Revolução Industrial e a Questão Ambiental**. 2020. Disponível em: <<https://www.coladaweb.com/biologia/ecologia/a-revolucao-industrial-e-a-poluicao#:~:text=A%20degrada%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20foi%20crescente,para%20a%20vida%20no%20planeta.>>> Acesso em: 15 set. 2020.

MOURA, R. A. et al., **Atualidades na Logística**. V.2. São Paulo: IMAM, 2004.

OLIVEIRA, Helena Patto Sanábio. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. 2019. Disponível em: <<https://www.inbs.com.br/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs/>> Acesso em: 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, Celio; FERNANDES, João. **Manual de compostagem domestica com minhocas**. Guarulhos, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://web-resol.org/cartilhas/manual-composteira-minhocario.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2020

PAZ, Elizabeth Maria de Souza Motta; BOCH, Everonice Elfrida; ORTEGA, Gisele Pereira; CAMPOS, Neuza Alves da Silva. **Revolução industrial e meio ambiente: questões para refletir**. 2015. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/revolucao-industrial-e-meio-ambiente-questoes-para-refletir>> Acesso em: 19 out. 2020.

PENSAMENTO VERDE. **A relação entre Revolução Industrial e o meio Ambiente**. 2014. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/relacao-entre-revolucao-ambiental-e-meio-ambiente/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

REVISTA ALUMÍNIO. **Campeão de reciclagem. 2019. Disponível em:** <<https://revistaaluminio.com.br/campeao-de-reciclagem/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

REVISTA GLOBO RURAL. **O que é compostagem e como fazê-la em casa.** 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/02/o-que-e-compostagem-e-como-faze-la-em-casa.html>> Acesso em: 9 nov. 2020

REVISTAGLOBORURAL. **O que é compostagem e como fazê-la em casa.** 2018. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2018/02/o-que-e-compostagem-e-como-faze-la-em-casa.html?GLBID=1b87b56b754d0b89f15c1c06e3b90a7db6c53665358756e587346396966377a3754315a72623165744159455067734e5a686f4f79446a734d423653704e6465554c5a55646f76566f58514f684c6b77663731667863684a3256334943534771776758634c64773d3d3a303a63616c6978746f746b642e32303135>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SESTSENAT. **Cerca de 450 mil toneladas de pneus são descartados por ano no Brasil.** 2020. Disponível em: <<https://www.sestsenat.org.br/imprensa/noticia/cerca-de-450-mil-toneladas-de-pneus-sao-descartados-por-ano-no-brasil>>. Acesso em: 14 out. 2020.

VGRESIDUOS. **Confira o passo a passo da reciclagem do alumínio e gere renda.** 2018. Disponível em: <<https://www.vgresiduos.com.br/blog/confira-o-passo-a-passo-da-reciclagem-do-aluminio-e-gere-renda/>> Acesso em: 19 nov. 2020.

ZAGO, Valéria Cristina Palmeira; BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos urbanos no Brasil: do ordenamento jurídico à realidade. **Eng. Sanit. Ambient.** vol.24 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2019 Epub May 30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522019000200219> Acesso em: 20 nov. 2020.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Marcelo Calisto dos Santos RA 32042
Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)
NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: **LOGÍSTICA REVERSA: COMO TODOS OS SETORES PODEM ATUAR PARA MELHORAR O MEIO AMBIENTE**

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Rhynaldo Ribeiro da Costa

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Administração.

Modalidade afim: Remota

Marcelo Calisto dos Santos
Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 05 de fevereiro de 2021



FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS – FacUNICAMPS
Recredenciada pela Portaria MEC nº262 de 18/04/2016

TEORIA DAS RESTRIÇÕES NO GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO: UM ESTUDO NA EMPRESA METAL LIGHT

TEORY OF RESTRICTIONS IN PRODUCTION MANAGEMENT: A STUDY IN THE METAL LIGHT COMPANY

CORGOSINHO, Daniela Sousa¹, CAMILO, Deice Grey Honorato², SOUZA Nathalia
Karolayne Oliveira³, COSTA, Rhynaldo Ribeiro⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, demonstrar por meio de um estudo de caso, a sugestão da aplicação da Teoria das Restrições na empresa Metal Light. Para isto, apresenta-se como princípio teórico as origens, os conceitos, e o desenvolvimento da TOC (Teoria das Restrições) e suas ferramentas. No estudo de caso, demonstra-se as atividades produtivas da empresa estudada, a qual são constatados diversos aspectos com gargalos, que geram uma produção limitada. O mercado tem se mostrado bastante competitivo, devido à influência das fortes variações e constantes mudanças ocorridas no cenário atual. Com o aumento da concorrência, a empresa deve buscar se destacar por preço e qualidade, mas o diferencial seria oferecer um prazo de entrega mais atrativo para o cliente. A Teoria das Restrições é uma ferramenta capaz de auxiliar qualquer empresa com gargalos existentes no processo de produção e empecilhos que atrapalhem as empresas a atingirem níveis e resultados adequados.

Palavras-Chave: Teoria das Restrições. Produção. Gargalos

ABSTRACT

This article aims to demonstrate, through a case study, a suggestion of the application of the Theory of Restrictions in the company Metal Light. For this, the origins, concepts, and development of TOC (Theory of Restrictions) and its tools are presented as a theoretical principle. The case study demonstrates the productive activities of the studied company, where several aspects with bottlenecks are found, which generate limited production. The market has been pre-defined, due to the trend of strong variations and constant changes that have occurred in the current scenario. With the competition, the company should seek to stand out for price and quality, but the difference would be to offer a more attractive delivery time for the customer. The Theory of Restrictions is a tool capable of assisting any company with existing bottlenecks in the production process and obstacles that hinder companies from reaching adequate levels and results.

Keywords: Theory of Constraints. Production. Bottlenecks¹

¹ Graduanda do curso de Administração/FACUNICAMPS. E-mail: danielasousacorgosinho03@gmail.com

² Graduanda do curso de Administração/FACUNICAMPS. E-mail: deice.grey@gmail.com

³ Graduanda do curso de Administração/FACUNICAMPS. E-mail: nathaliakos@gmail.com

⁴ Professor Especialista do curso de Administração/FACUNICAMPS. E-mail: rhynaldoc@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Teoria das Restrições consiste em uma metodologia de raciocínio lógico direcionada para uma produção otimizada. Pode-se dizer que o seu conceito central é maximizar os resultados da empresa, para que desta forma ela tenha lucro.

De acordo com Goldratt e Cox (2002.p.345),

Se esforços sincronizados são necessários e a combinação de um elo é muito dependente do desempenho dos outros elos, não se pode ignorar o fato de que as organizações não são apenas um amontoado de elos, estes devem fazer parte de uma corrente.

A TOC, parte da presunção que toda organização contém uma restrição. Restrição essa que extingue o desenvolvimento de suas atividades na obtenção de suas metas. Visto que a meta principal das empresas é a lucratividade. E se essas restrições não existissem, ou fossem diminuídas, o lucro seria maior.

De acordo com Goldratt e Cox (2002), para se compreender de maneira mais clara de que se trata a Teoria das Restrições, se faz necessário colocar que restrição é qualquer coisa que limita o sistema em atingir maior desempenho em relação a sua meta, podendo a restrição ser ou não física.

Segundo Guerreiro (1996, p.14),

Existem dois tipos de restrições: a primeira é a física, “engloba mercado, fornecedor, máquinas, materiais, pedido, projeto, pessoas e é denominada de restrição de recurso”, e a segunda é a restrição política, “formada por normas, procedimentos e prática usuais do passado.

O foco principal desta Teoria, é viabilizar um eixo objetivo e sustentável no desenvolvimento da restrição atual, para que ela não limite mais o fluxo. A TOC possui um vasto controle da capacidade de criar um foco resistente para o seu objetivo.

Tendo em vista as considerações acima, foi definido como objetivo geral deste trabalho: Classificar a teoria das restrições como ferramenta de melhoria em uma empresa do ramo industrial, assim como, classificar os benefícios da possível aplicação da TOC no processo de produção. Partindo deste princípio, os objetivos específicos foram delineados da seguinte maneira: Definir a Teoria das Restrições; explicar sobre as etapas e os métodos que integram a TOC; identificar os gargalos no processo produtivo industrial; classificar planos de melhoria no processo produtivo da empresa estudada com base na Teoria das Restrições.

Atualmente, o ramo industrial passou por uma fase muito complexa com a chegada inesperada de uma pandemia que parou o mundo, esse período ocasionou diversos problemas e restrições no desempenho das fábricas e conseqüentemente o fechamento de inúmeras. É evidente que para atingir resultados surpreendentes seja necessário maximizar a produção, salientando a importância de identificar os gargalos dentro do processo produtivo, para que os próprios sejam solucionados através do fortalecimento dos elos mais fracos. Com base nos dados e informações a respeito da TOC e sua eficácia na resolução de problemas, tem-se o questionamento: Como a Teoria das Restrições pode contribuir para identificar os gargalos no gerenciamento da produção afim de eliminá-los e promover melhores resultados na empresa Metal Light?

Portanto, o presente artigo pretende contribuir para com a melhoria do desempenho da empresa estudada, com o intuito de identificar as restrições existentes no chão da fábrica e estudar as ferramentas disponíveis para solucionar os gargalos. Desta forma, o trabalho poderá favorecer não só a empresa Metal Light como também outras empresas que enfrentam a mesma situação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria das Restrições

A Teoria das restrições é uma filosofia de administração desenvolvida pelo Dr. Eliyahu M. Goldratt, pode ser vista como três áreas totalmente diferentes, porém interrelacionadas: logística, indicadores de desempenho e pensamento lógico.

A TOC (Theory of Constraints) teve sua origem por volta de 1970, na ocasião em que o físico Eliyahu M. Goldratt se deparou com alguns problemas de logística de produção, desenvolvendo assim uma fórmula matemática. Contudo, o físico não possuía nenhum conhecimento de administração, mas esse fato não o impediu de usar os métodos de solução que aprendeu na física para buscar resolver os obstáculos que encontrou na logística de produção. (CORBETT, 2005).

Segundo Goldratt (1990, p.10) “Toda melhoria é um processo de mudança e em cenários onde a mudança é contínua, torna-se necessária uma metodologia para autoaprimoramento permanente das organizações.”

Diante de alguns resultados, Goldratt aperfeiçoou seu método e criou um software que tinha por finalidade, programar e determinar o ritmo de produção a partir do seu recurso com mais restrição, o software foi batizado de OPT (Optimized Production Technology).

A Teoria das Restrições foi inicialmente utilizada em sistemas industriais com o intuito de obter melhorias nos processos. Atualmente, seus conceitos e princípios são aplicados em organizações que atuam em diversas áreas, como a contábil, aeroespacial, automotiva, consultoria, tecnologia, educação, saúde e outras áreas. (BURTON-HOULE, 2001). A TOC considera as empresas como um conjunto de processos interdependentes e para alcançar um bom desempenho no processo produtivo, é necessário interagirem para conseguir alcançar a meta de toda organização.

Segundo Goldratt e Cox (2002, p.40),

Produtividade é o ato de aproximar uma empresa da sua meta. Toda ação que aproximar a empresa da sua meta é produtiva. E toda ação que não aproximar a empresa de sua meta não é produtiva. Produtividade não tem sentido a não ser que se tenha conhecimento sobre quais são as metas. Pode-se dizer que a meta é composta pela junção de três fatores: eficiência, qualidade e tecnologia.

O objetivo principal da TOC é potencializar e aumentar os lucros de uma empresa, através de uma gestão completa dos recursos que ela possui, deste modo, ela mapeia todo o sistema e identifica as falhas existentes. Logo depois, estabelece melhorias que se adequam à restrição afim de que o problema seja sanado e os resultados sejam positivos.

As restrições, também conhecidas como gargalos podem ser determinados como qualquer recurso no qual a demanda imposta sobre ela seja maior que a sua capacidade de processamento. Todavia, se a capacidade de produção for maior ou menor que a demanda imposta sobre a restrição, o recurso citado não pode ser definido como um gargalo, sem primeiramente obter a percepção de qual importância deste recurso dentro da linha de produção ao qual ele pertence.

Conforme Goldratt E Cox (1993), o sistema tem como meta “gerar caixa hoje e no futuro”. Essa meta está submetida às seguintes circunstâncias estipuladas por Goldratt (1994), segurança e satisfação para os empregados e satisfação dos clientes.

De acordo com Goldratt e Cox (2002, p.49),

A meta de uma empresa industrial é ganhar dinheiro. E esses seriam alguns meios de se atingir a meta: comprar a baixo custo, empregar bons funcionários, produzir artigos de qualidade, vender produtos de qualidade, conquistar participação de mercado, comunicação e satisfação do cliente. Todos esses são essenciais para se gerenciar com sucesso uma empresa.

Segundo Noreen et al. (1996), as restrições podem ser facilmente identificadas desde que a fábrica seja bem organizada, através da localização de inventários de material de processo. Assim que localizados, os inventários são concentrados na fase antecedente da restrição. Outra maneira de reconhecer os gargalos, citada por Cogan (2007), seria por meio da efetuação de cálculos da capacidade que cada máquina suporta comparando com o que ela produz. De acordo com Csillag e Corbett Neto (1998), os recursos devem trabalhar no ritmo da restrição, e não mais rápido e nem mais devagar. A meta é proteger o conjunto de definições referentes ao aproveitamento da restrição nas ações diárias.

As restrições são tudo o que impede uma empresa de evoluir, é qualquer agente limitador que impede uma organização de atingir seus objetivos e metas. Para ser aplicada a Teoria das Restrições dentro de uma organização, os objetivos a serem atingidos precisam estar definidos pela empresa. A utilização da Teoria das Restrições no mercado tem sido vista como uma ferramenta de melhoria nos processos organizacionais e gerenciais. Com o objetivo de ajudar gestores na tomada de decisões sobre mudanças necessárias. Através da teoria, é possível encontrar ao menos uma restrição em algum processo dentro de uma empresa que é capaz de impedir o alcance de suas metas e objetivos, sejam elas de vendas, lucros, redução de custos entre outras.

Goldratt e Cox (2002) afirma que a meta de uma empresa industrial é ganhar dinheiro. E esses seriam alguns meios de se atingir a meta: comprar a baixo custo, empregar bons funcionários, produzir artigos de qualidade, vender produtos de qualidade, conquistar participação de mercado, comunicação e satisfação do cliente. Todos esses são essenciais para se gerenciar com sucesso uma empresa.

Para muitas empresas e organizações, seu maior objetivo é gerar mais lucros, esse objetivo envolve vários elementos. A Teoria das Restrições, tem a função de ajudar a analisar esses elementos e eliminar possíveis restrições ou erros que impeçam o andamento ideal para que a empresa alcance melhores resultados possíveis. Após identificar e eliminar as restrições em seus processos, é possível um alcance maior na produtividade sem ter a necessidade de investimentos, gerando um maior rendimento.

Segundo Cox III e Spencer (2002, p.15). O conceito de restrição é:

Restrição – qualquer elemento ou fator que impede que um sistema conquiste um nível melhor de desempenho no que diz respeito a sua meta. As restrições podem ser físicas, como por exemplo, um equipamento ou a falta de material, mas elas podem ser também de ordem gerencial, como procedimentos, políticas e normas.

Podemos citar alguns tipos de restrições existentes que podem influenciar nos processos de organizações e empresas. Sendo elas:

Física: as restrições físicas podem ser classificadas como: equipamentos com problemas, falhas de insumos, falta de colaboradores ou até mesmo a falta de espaço.

Política: as restrições políticas estão ligadas à forma padrão de se trabalhar que é determinada pela empresa. Observando-se os procedimentos de trabalho na empresa, como por exemplo, os requisitos para contratação de um novo colaborador, tendo em vista contratos sindicais que possuam um regulamento que deve ser seguido, e planos de bonificação e políticas de horas extras.

Paradigma: são as doutrinas ou práticas implantadas pelas organizações. Por exemplo, a crença a qual “os equipamentos devem estar sempre funcionando, para que não haja aumento de custos no processo de produção”.

Mercado: é quando existe capacidade eficaz para se produzir, mas os pedidos são escassos. Um outro exemplo é quando existe uma restrição no tempo disponível de uma máquina para se produzir um determinado tipo de produto. Identificar essa restrição significa que devem ser fabricados produtos que geram melhores resultados em cada hora trabalhada nessa máquina, estabelecendo assim, o gargalo no processo de produção.

Após a identificação da principal restrição em uma empresa, se faz necessário modificar a capacidade produtiva afim de gerar benefícios institucionais. Se for identificado uma restrição no desenvolvimento profissional de um colaborador, por exemplo, verifica-se o que pode ser feito para aumentar suas habilidades produtivas. Ou se a restrição está em um processo mal desenvolvido, por exemplo, busca-se um novo sistema para se modificar as estratégias. Os outros sistemas e recursos da empresa precisam ser maiores que a limitação e não superiores, pois se forem excessivamente superiores à restrição, terão desperdícios. Se for identificado uma restrição ou um problema que impeça o desenvolvimento, não há como os outros recursos produzirem resultados eficientes.

2.2 Etapas e Métodos Que Integram a TOC

A teoria das restrições apresenta uma metodologia para identificar e eliminar as restrições. Tendo como foco principal, a busca contínua do fator limitante implementando melhorias contínuas aos processos de produção.

A teoria das restrições é baseada, segundo Corbett (1997, p. 11), “no princípio de que existe uma causa comum para muitos efeitos, de que os fenômenos que se vê, são consequência de causas mais profundas. Esse princípio leva a uma visão sistêmica da empresa”.

Essa metodologia é conhecida como o processo de focalização de cinco etapas. Essas etapas têm como objetivo inicial o reconhecimento e a exploração das restrições.

A primeira etapa baseia-se em detectar a restrição no sistema que limita o ganho. Através de uma boa administração é possível perceber facilmente onde se encontra o gargalo no processo. Para qualquer linha de produto existe na maioria das vezes apenas uma restrição, e esta é normalmente estabilizada quando o sistema de produção é gerenciado adequadamente utilizando o gerenciamento de restrições.

A segunda etapa baseia-se em definir como explorar a restrição do sistema. Ou seja, aproveitar ao máximo a capacidade existente na restrição que constantemente é desperdiçada por se produzir e vender os produtos errados, por causa da utilização de regras e procedimentos inadequados para programar e controlar a restrição.

A terceira etapa baseia-se em subordinar todas as outras atividades à restrição. Ou seja, todo o restante do processo produtivo deve estar adequado à capacidade de restrição. Tomando como exemplo para esta etapa, Noreen, Smith e Mackey (1996, p. 46) afirmam que, "o exemplo mais claro de subordinação é fornecido pelo sistema de programação TPC, no qual a restrição estabelece o ritmo de todo o sistema. Outro exemplo é o uso de medições de utilização e eficiência para a restrição que se concentra nos esforços para maximizar o ganho em toda a fábrica"

A quarta etapa baseia-se em aumentar a capacidade para um nível mais alto. Tendo realizado a avaliação na segunda etapa, pode-se definir se é necessário adicionar capacidade à restrição, aumentando dessa forma sua capacidade. Para elevar a produtividade da etapa da restrição, as instituições devem avaliar a melhor forma, sendo possível, por exemplo, a execução de horas extras, aquisição de uma nova máquina, utilização de serviços de terceiros. (CORBETT NETO, 1997).

A quinta e última etapa do processo de focalização de cinco etapas baseia-se em evitar que a inercia interrompa o processo de aprimoramento contínuo. Bornia (2002) ressalta que o ciclo deve ser repetido indefinidamente, para que assim guie a empresa às ações de melhoria contínua, tornando-a cada vez mais competitiva. Diante destas informações, verifica-se que a teoria das restrições busca alcançar constantemente a meta da entidade.

O gerenciamento de restrições exige um direcionamento da atenção da gerência aos recursos restritivos. A restrição pode ser um recurso, uma política ou um procedimento

gerencial. De acordo com o planejamento de necessidades de materiais, o programa mestre de produção é uma declaração de necessidades para a produção baseada em períodos de tempo de itens que atendem às exigências dos clientes.

Esses itens do programa mestre de produção usualmente são os itens ou os produtos. Segundo Flores (2005), “Esse método prevê a existência de estoques definidos como pulmões para as entregas; de gargalos, que ditam o ritmo da produção como um tambor; e de controles para o início e fim de cada produção, denominados cordas.”

A estrutura do produto do item final especifica os componentes e as matérias-primas. Podendo programar as montagens principais que são programadas para serem montadas de forma a atender as exigências do cliente, como em um ambiente de montagem sob encomenda. O programa mestre de produção é o plano de ações para a restrição, considerando que quase nenhum programa mestre planeja os verdadeiros itens finais da estrutura do produto.

A gerência direciona o programa mestre de produção para um item de nível mais baixo da estrutura de produto. Programando o nível da estrutura de produto que mais se encaixa a estrutura de produto.

O tambor é a programação que estabelece o andamento da restrição. Ele detalha as restrições com os elementos que precisam ser produzidos, as quantidades e também os horários de início e fim.

O pulmão é o equipamento de tempo utilizado para resguardar os gargalos das incertezas. O pulmão mede em unidade de tempo e não pelo acúmulo de itens. A sua validade é ligada diretamente às restrições de outros mecanismos que não são restrições, e também pela instabilidade de respostas das operações.

A corda é o dispositivo usado para informar a sincronização da fábrica e definir a liberação dos materiais na cadeia de suprimentos. Ela garante que a liberação dos itens estará na quantidade adequada e será processada pela restrição. Fazendo seu uso e mantendo o ritmo, é certo que os recursos operem na mesma medida sem subir os níveis do estoque no processamento.

2.3 Os Gargalos no Processo Produtivo Industrial

No momento atual em que se vive, a maioria das indústrias buscam extinguir a existência de não conformidades em seu processo produtivo. Com as condições e normas pretendidas constatando a relevância de identificar seus gargalos existentes em suas execuções.

Sendo assim, os procedimentos podem ser melhorados de forma contínua, para se alcançar um desempenho assíduo dos meios e da capacidade de produção.

Para Maroueli (apud SASSI JUNIOR, 2012) a definição da expressão gargalo é tudo aquilo que limita a capacidade de produção dentro de um sistema industrial. E acrescenta também que:

O maior nível de ociosidade ocorre quando o gargalo se localiza próximo ao input (entrada), ou seja, no início da produção, pois todas as fases seguintes do sistema ficam comprometidas. Por outro lado, a ociosidade do sistema pode não ser o mais grave. Na verdade, quanto mais próximo ao output (saída), mais prejudicial ela será. (MAROUELI, apud SASSI JUNIOR, 2012).

Goldratt e Cox (2002) declaram que, o nível de utilização de um não-gargalo não é determinado pelo seu próprio potencial, mas por outra restrição no sistema. Ativar e utilizar um recurso não são sinônimos. Insistir em algo que não é uma restrição é um ato extremamente desnecessário. Um sistema de ótimos locais não é, de maneira alguma, um sistema ótimo; ele é um sistema muito ineficiente.

Os autores citam que a preparação e o processo são uma pequena parcela do tempo total decorrido para qualquer peça. Mas, a fila e a espera consomem muito mais tempo, ou seja, isso corresponde a maior parte do tempo total em que a peça fica dentro da fábrica. Para peças que vão passar por um gargalo, a fila é um elemento dominante. Para peças que vão passar apenas por não-gargalos, o tempo de espera é dominante, porque elas estão esperando antes da montagem, pelas peças que vem de gargalos. Os gargalos ditam o inventário bem como o ganho.

Conforme Goldratt e Cox (2002), os gargalos são as restrições que impedem a capacidade de produção, baseando-se na quantidade igual ou inferior a demanda que o mercado exige. Então, os gargalos se apresentam quando o mercado necessita de uma demanda com maior performance, e assim, não sendo possível suprir as expectativas. É de suma importância, que a identificação e análise dos gargalos que ocorrem dentro do processo de produção devem ser realizadas com antecedência, pois assim, se obtenha grandes vantagens no desempenho da empresa.

Segundo Goldratt (1997) “os gargalos são restrições duráveis no sistema, algo que impossibilite os mesmos de aprimorar o seu desenvolvimento em relação a meta estipulada, ou seja, é o que restringe a execução do sistema englobando como um todo.”

Gargalos são recursos atuantes dentro de um processo produtivo industrial, que reduzem a capacidade final da produtividade. Gerando assim, ociosidades no processo fabril em um ou mais locais, proporcionando grandes atrasos para os processamentos.

De acordo com Pessoa e Cabral (2005), o gargalo é o impedimento no sistema de produção que define e designa o seu desenvolvimento e a sua capacidade para se alcançar maior rentabilidade. O gargalo é a fase que inviabiliza a empresa de suprir significativamente as demandas de seus equipamentos. Entretanto, é importante que se tenha cautela para que não aconteça um alto número de etapas não-gargalos, pois assim ocasiona investimentos dispensáveis, gerando uma performance negativa para a empresa. Atingir a capacidade de produção gargalo gera em atitudes estratégicas que possibilitem uma rentabilidade elevada sobre o capital.

A forma assertiva de identificação e desempenho referente aos gargalos é indispensável para empenhar-se a extinguir ou reduzir as decorrências desfavoráveis dessa restrição e é imprescindível para o desenvolvimento da produtividade.

3 METODOLOGIA APLICADA

3.1 Pesquisa Bibliográfica, Método Qualitativo – Estudo de Caso

Para Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para alcançar conhecimento. Para tal consideração sobre o conhecimento científico, é necessário determinar caminhos para sua verificação, ou seja, determinar o método que permitiu atingir o conhecimento. Segundo o autor, houve um tempo em que muitas pessoas entenderam que este método poderia ser estendido a todos os trabalhos científicos. Os cientistas, no entanto, considerem que existem vários métodos, os próprios são estabelecidos pelo tipo de objeto a ser estudado e a proposição a ser desvendada.

Segundo Gil (2010) A maior parte dessas pesquisas englobam levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, ou análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como uma busca de informações ou seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa, como por exemplo: livros, artigos, trabalhos, teses, dentre outros. Haja vista que é o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o intuito de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo e interpretação. No contexto amplo, a pesquisa bibliográfica é compreendida como o planejamento global- inicial de qualquer trabalho de pesquisa o qual envolve uma série de procedimentos metodológicos.

Na presente pesquisa, será utilizado o método qualitativo, visto que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema e analisar a interação de determinadas variáveis. As técnicas qualitativas possuem como foco total na experiência das pessoas e seu real significado, com relação a eventos, processos, etc.

Tendo em vista o cenário atual, será realizado um estudo de caso, que tem como princípio a escolha de um determinado objeto a ser estudado, neste caso, será uma empresa do ramo industrial. Para Stake (1994, p.256) “a principal diferença entre o estudo de caso e outras possibilidades de pesquisa é o foco de atenção do pesquisador que busca a compreensão de um caso particular em sua complexidade”.

A pesquisa será feita com o objetivo de identificar quais são os anseios e expectativas que a empresa possui com relação ao mercado, assim como verificar os gargalos existentes que prejudicam o desempenho da produção e propor medidas de solução para eliminá-los, visto que os benefícios adquiridos vão manter a empresa saudável e competitiva no mercado.

3.2 Empresa Metal Light

A empresa estudada será a Metal Light, ela está presente no mercado nacional desde 1991, sendo referência em gondolas e equipamentos para pontos de venda há 29 anos, A empresa, que é uma das maiores do País em seu segmento, orgulha-se por conquistar e manter em seu portfólio, algumas das mais expressivas marcas dos segmentos de farmácias, drogarias, home centers, lojas de eletrodomésticos, lojas de departamentos e supermercados de todo o Brasil. A preocupação em superar as expectativas dos seus clientes faz com que a empresa se destaque no atendimento personalizado com uma equipe de projetos altamente qualificada que dispõe de várias tecnologias para executar projetos customizados. Atualmente, a empresa entrou em um novo seguimento, a fabricação de estruturas para fixação de painéis fotovoltaicos. A ideia de produzir uma estrutura de qualidade e com uma montagem simples chamou atenção de muitos distribuidores em todo o território nacional, se tornando então um dos melhores investimentos da empresa. O chão de fábrica é composto por inúmeras máquinas nacionais e internacionais com tecnologia de ponta, afim de acelerar os processos de fabricação e entregar os produtos para seus clientes na data certa e sem atrasos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma visita na empresa Metal Light foi realizada, com o intuito de identificar os gargalos que hodiernamente estão interferindo no processo de produção do chão de fábrica, foi possível observar que a mesma opera de acordo com a demanda solicitada pelo cliente, todavia sua produção não está conseguindo atender as solicitações do mercado.

4.1 Gargalos Identificados

4.1.1 Matéria Prima

O aço é a principal matéria prima utilizada pela fábrica que consome somente dois modelos: O CA36/1008 e o aço Bank chapa. Atualmente, a empresa se depara com dois cenários frente aos insumos utilizados, a qualidade do aço e o reajuste de preços por conta da alta do dólar, tais eventos contribuem negativamente no processo de produção.

A qualidade do aço nos outros países é bem inferior se comparado com a qualidade do aço brasileiro e é inviável de se adquirir, pois a má qualidade do material produz desgaste nas máquinas, sendo assim, ocasionaria gastos constantes com manutenção e conseqüentemente, as máquinas ficariam paradas e a empresa perderia muito tempo. Por conta da qualidade inferior do insumo em outros países, a procura do aço brasileiro é enorme e a escassez se faz presente diante dos fatos, o que gera atrasos contínuos na entrega dos materiais, prejudicando imensuravelmente o processo produtivo que fica à mercê da chegada dos elementos para a transformação.

O dólar, pode ser considerado como um evento externo, mas que interfere diretamente na empresa, o aumento do dólar foi apontado como um dos principais inimigos das organizações. Desde o início da pandemia do COVID -19 até o atual momento a moeda não cedeu, isso fez com que a exportação do aço nacional aumentasse bastante, o que é um ponto positivo visto pelos olhos da economia brasileira. Em contrapartida, os brasileiros sofrem as conseqüências, pelo fato de que o preço da matéria prima se torna exorbitante diante da inflação causada.

O aço teoricamente deveria ter seu valor mantido sem alteração, visto que a matéria prima não precisa estar baseada na moeda dos Estados Unidos. Entretanto, os fornecedores levam em consideração o valor que eles comercializam em dólar durante a exportação. Certamente se os insumos são vendidos com um preço maior para fora do Brasil, a realidade

aqui mudaria também, tendo em vista que para o comerciante não ficar em desvantagem, reajusta os preços em real também. Desse modo, há um círculo vicioso que empurra todos os preços para cima, independentemente de ter componentes dolarizados.

Essa situação prejudica bastante os donos das fábricas de transformação brasileiras, porque o preço pelo qual é adquirido a matéria prima, é o dobro do que é de costume se pagar no mercado. Fora os custos internos com a produção que corre o risco de não conseguir prover a quantidade de insumos suficiente para atender uma demanda se não estiver com o orçamento equilibrado. Diante dessa situação, a empresa precisa subir o valor de seus produtos para conseguir arcar com os custos internos, essa solução não agrada muito aos clientes que buscam comprar direto da fábrica porque os preços são mais em conta.

4.1.2 Manutenção Preventiva

Com base na norma NBR -5462, manutenção preventiva é a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com os critérios estabelecidos, esse processo se destina a reduzir a probabilidade de falhas e gargalos ou à degradação do funcionamento de um item.

A manutenção preventiva na empresa Metal Light é realizada de forma irregular, todas as máquinas com um padrão avançado de tecnologia possuem um painel que indica quando é necessário efetuar as correções que são solicitadas, como por exemplo, a troca do óleo, lubrificação, programação etc. Todavia, mesmo com os alertas e avisos sendo emitidos constantemente, as máquinas continuam funcionando normalmente sem nenhuma interrupção para manutenção.

Diante dessa situação, é possível notar que o maquinário trabalha até o limite, a manutenção só é de fato realizada quando as máquinas param de vez por conta de alguma falha técnica que provavelmente foi causada pela falta de uma manutenção preventiva, o que era uma simples troca de óleo, desencadeia em um problema muito maior visto que na maioria dos casos, para solucioná-lo é preciso desmontar o equipamento e descobrir qual elo está quebrado com a finalidade de restaurá-lo. Esse processo realizado de forma equivocada, tem como consequência o aumento do custo de manutenção e de consumo, além do que, demanda muito tempo, as máquinas e equipamentos que não conseguem trabalhar na sua capacidade máxima, necessitam de reparos constantes, porque esse é um dos principais fatores responsáveis pelos resultados

negativos na produção. Existem alguns casos na empresa em que semanas de fabricação de um determinado item são perdidas, prejudicando o restante da linha de produção.

Neste caso, seria bom que houvesse uma combinação de iniciativas, tanto técnica, como administrativa, incluindo uma equipe de manutenção, com o intuito de supervisionar todos as máquinas da fábrica. Desta forma, será possível acompanhar o desempenho das máquinas, e quando houver necessidade, realizar as manutenções e reparos, com a finalidade de aumentar a vida útil do maquinário, diminuir os custos resultantes das falhas durante os processos, aumentar a produtividade, dentre outros propósitos.

4.1.3 Mão de Obra

A empresa possui uma variedade de máquinas e equipamentos, todos com tecnologia altíssima, todavia não possui funcionários qualificados para operar as máquinas de forma correta como é orientado pelo facilitador. A maioria dos colaboradores operam da forma que eles entendem que devem ser, porém uma chapa colocada de maneira errada ou uma medida de aço contrária para qual não está programada, faz com que a matriz seja queimada.

Tal eventualidade gera consequências para a produção, o tempo de manutenção gasto nessas situações é alto, evidentemente o processo fica parado, gerando atrasos na demanda e prejudicando o andamento da produção, pois cada máquina é específica para uma ação, se um elo da produção se rompe, os outros elos não conseguem dar continuidade, mais gargalos se formam e tudo sai fora do planejamento. A perda de insumos é evidente diante deste cenário, além disso os custos fixos se mantem os mesmos e acabam encarecendo o valor para produzir cada produto. Vale ressaltar que, sem a produção rodando boa parte dos funcionários ficam ociosos, já que ficam por conta de esperar as atividades retornarem, isso ocasiona em falta de motivação e empenho da equipe para trabalhar, sendo necessário substituir a mão de obra.

Para solucionar esse gargalo seria necessário implementar na empresa uma espécie de academia profissionalizante, com cursos constantes e atualizados ministrados pelos facilitadores de cada máquina. Realizar esses treinamentos de colaboradores, contribui bastante para a aprimoração de suas competências e a diminuição de riscos de acidentes no chão de fábrica. O investimento realizado para ministrar esses treinamentos de capacitação e segurança é menor em relação aos custos gastos em manutenção de máquinas e o tempo de produção que se perde.

Entretanto, pelo ponto de vista de um empresário, investir em algo sem ter conhecimento do quanto essa ação o beneficiará em quesito de lucratividade se torna muito difícil, é preciso entender o retorno econômico desta ação antes de tomar qualquer decisão. Diante disso, utilizar um indicador que consiga mensurar o custo-benefício dos treinamentos promovidos é uma boa saída. Existe um indicador simples que normalmente é utilizado para gerenciar o departamento financeiro, porém, atenderia muito bem nessa situação, o ROI.

O cálculo do ROI consiste em dividir o investimento pelo retorno obtido, considerando hipoteticamente que a empresa invista R\$ 10.000 em treinamentos e com isso consiga um retorno positivo referencial de 15% com a aceleração da produção e redução de custos com falhas, resultaria em um lucro de R\$ 140.000, nesse caso, o investimento que fora realizado seria em torno de 7,1% com relação aos lucros obtidos, um ROI de 1300.0%.

Essa alternativa de promover cursos e treinamentos, pode ser bastante assertiva para a empresa, visto que os retornos podem ser benéficos, além do que, essa ação incentiva o colaborador, fazendo com que ele se sinta valorizado e querido pela empresa. Uma vez que o funcionário é instigado, ele busca vestir a camisa da empresa e se dedicar ao máximo para executar com excelência as funções que foram designadas a ele. Sendo assim, os gargalos apontados no mal gerenciamento das máquinas, serão solucionados e contribuirão para a eliminação de outros problemas que são causados por essa restrição.

4.1.4 Layout de Produção

Quando se trata de eficiência da produção, o arranjo físico é um ponto essencial, tendo em vista que o fluxo dos processos executados pode ser positivo ou negativo, de acordo com a disposição do maquinário dentro da empresa. É necessário que o Layout seja condizente com as características do local, pois o sistema pode ser otimizado ou prejudicado.

É possível observar uma restrição no layout da empresa Metal Light, as máquinas são alocadas em diferentes locais, como um zig-zag, entretanto de forma muito bagunçada e desalinhada, essa disposição incorreta ocasiona vários problemas dentro do local. O excesso de materiais em processo, a movimentação constante dos materiais inclusive com empilhadeiras, dificuldade em circular pela fábrica e confusões com os processos a serem executados, é a realidade da empresa com um ambiente de trabalho muito bagunçado e inadequado.

O arranjo físico estabelecido na Metal Light é bastante desvantajoso, haja vista que, em determinadas circunstâncias podem ocorrer acidentes, perda de materiais e danos no produto,

acarretando mais custos, trabalho redobrado e muitos atrasos para enviar as mercadorias já produzidas para o setor de qualidade.

O Layout da empresa deveria ser elaborado com base na capacidade de produção interligada com o melhor aproveitamento do tempo, visto que, quanto menor o tempo for gasto nas paradas, troca de ferramentas, movimentação de materiais, dentre outros fatores, melhor será a produtividade. Dentro do cenário visto na empresa, seria bom adotar um layout em formato de U ou em linhas, é necessário estabelecer e respeitar as distâncias mínimas entre as máquinas e os espaços destinados à movimentação e estocagem dos materiais, insumos em produção e o produto acabado. Ao considerar essa logística, é possível otimizar o uso do espaço do chão de fábrica e melhorar a produtividade sem grandes investimentos.

4.1.5 Galvanização

No segmento de energia solar, a empresa buscou inovar na fabricação de estruturas para painéis fotovoltaicos, a fim de ganhar competitividade no mercado, fornecendo estruturas de qualidade com garantias de fábrica acima de 25 anos. Desse modo, foi necessário implantar um sistema de galvanização, que consiste em um processo de revestimento de um metal por outro mais nobre com o objetivo de evitar a corrosão ou aprimorar sua aparência. Entretanto a empresa não pode possuir uma planta de galvanização dentro da fábrica, visto que esses processos podem ser bastante prejudiciais para o meio ambiente e para a saúde, pois geram resíduos tóxicos.

Sendo assim, é necessário encaminhar as estruturas para galvanizar em outro estado, pois a galvanização em Goiás é caríssima. Os preços chegam a ultrapassar o custo de produção das estruturas, e em outros estados os preços são mais baixos. Desta maneira, se perde em média uns dez dias, esse tempo faz muita diferença, visto que podem ocasionar atrasos na entrega da estrutura para o cliente final, gerando vários problemas e reclamações para a empresa. Nesta ocasião, houve uma falha de planejamento, visto que a organização não estava preparada para assumir esse risco pelo fato de não existir uma planta de galvanização própria pronta, ou de terceiros, porém com um valor em conta.

Esse gargalo foi avaliado com cautela pela equipe de produção, que chegou em um consenso de que a melhor maneira de solucionar esse problema seria abrir uma planta de galvanização no estado de Goiás, que atendesse não só a Metal Light. Como também, se inserir no mercado para prestar esse serviço a outras empresas por um valor determinado que acirrará a competição no mercado, utilizando meios para não denegrir muito o meio ambiente.

Com a inauguração dessa planta, será possível ganhar mais tempo, agilidade na galvanização e honrar o compromisso com o cliente final, além de abrir uma oportunidade para outras empresas adquirirem o serviço com excelência e eficiência. Além do que, solucionará um dos principais gargalos enfrentados pela produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo foi possível definir a Teoria das Restrições, destacando sua origem, principais conceitos e desenvolvimento. Além de, explanar sobre as etapas e métodos que compõe a ferramenta, segundo os estudos realizados por Goldraft. A pesquisa se tornou possível, pois a empresa autorizou uma visita técnica em loco, onde a fábrica foi apresentada por um funcionário que explicou detalhadamente todas as dificuldades enfrentadas dentro da linha de produção.

O desenvolvimento do presente estudo com base nos princípios da Teoria das Restrições, possibilitou identificar e analisar os principais gargalos que interferem negativamente no processo de produção do chão de fábrica da empresa estudada. A produção não consegue acompanhar a demanda em tempo real, como consequência, atrasos na entrega do produto acabado se tornam evidentes.

Tendo em vista os principais gargalos apontados, sugeriu-se alguns caminhos a serem estudados para a resolução dos problemas. Através da presente pesquisa, é possível considerar que se a empresa aplicar a TOC na prática, poderá eliminar os elos fracos, além de maximizar os processos e aumentar os resultados da empresa.

Conclui-se que a aplicação da Teoria das Restrições na empresa estudada é de total relevância, pois após classificar as limitações existentes, a gerência poderá tomar as melhores decisões e eliminar os gargalos que a impedem de atingir seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos** – Aplicação em Empresas Modernas. Porto Alegre: Editora Bookmann, 2002.

BURTON-HOULE, Tracy. **The theory of constraints and its thinking processes: a brief introduction to TOC**. Goldratt Institute, 2001.

COGAN, Samuel. **Contabilidade Gerencial: uma abordagem da teoria das restrições**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORBETT NETO, T. **Contabilidade de ganhos: a nova contabilidade gerencial de acordo com a Teoria das restrições**. São Paulo: Nobel, 1997.

CORBETT, Thomas. **Bússola financeira: O processo decisório da Teoria das Restrições**. São Paulo. Ed. Nobel, 2005.

COX III, J.F. & SPENCER, M. S. **Manual da Teoria das Restrições**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

COX James F. SCHLEIER John G. **Handbook da teoria das restrições**. (recurso eletrônico. Porto Alegre: Bookman 2013.

CSILLAG, J. M.; CORBETT NETO, T. (Ed.). **Utilização da teoria das restrições no ambiente de manufatura em empresas no Brasil**. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, relatório de pesquisa n. 17, 1998.

FLORES, R. **Teoria das restrições: análise da implantação de um modelo de gestão baseado na teoria das restrições na UCAR Produtos de Carbono S/A, em Candeias – BA**. 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDRATT, Eliyahu. **What is this thing called the Theory of Constraints, and how should it be implemented**. Croton-on-Hudson: North Riverr Press, 1990.

GOLDRATT, E. M. **Corrente Crítica**. São Paulo: Nobel, 1998.

GOLDRATT, E. M.; **MAIS que Sorte.um Processo de Raciocínio.** São Paulo: Editora Educator, 1994.

GOLDRATT, E.M.; COX, J. **A Meta:** Um processo de melhoria contínua. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

GUERREIRO, Reinaldo. **A Meta da Empresa:** seu alcance sem mistérios. São Paulo: Atlas,1996.

NOREEN, E.; SMITH, D.; MACKEY, J. T. **A Teoria das Restrições e suas Implicações na Contabilidade Gerencial:** um Relatório Independente. São Paulo: Educator, 1996.

PESSOA, P. F. A. de P. P.; CABRAL; J. E. de O. **Identificação e análise de gargalos produtivos:** impactos potenciais sobre a rentabilidade empresarial. XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2005.

SASSI JUNIOR, I. A.; **Balanceamento de Linha:** Estudo de Caso para Otimização de Recursos em uma Linha de Produção. 2012.

STAKE, R.E. **Handbook of qualitative research.** London: Sage, 1994.

WWW.METALLIGHTGONDOLAS.COM.BR

ANEXOS

Anexo 1: Matéria-prima utilizada: Aço.



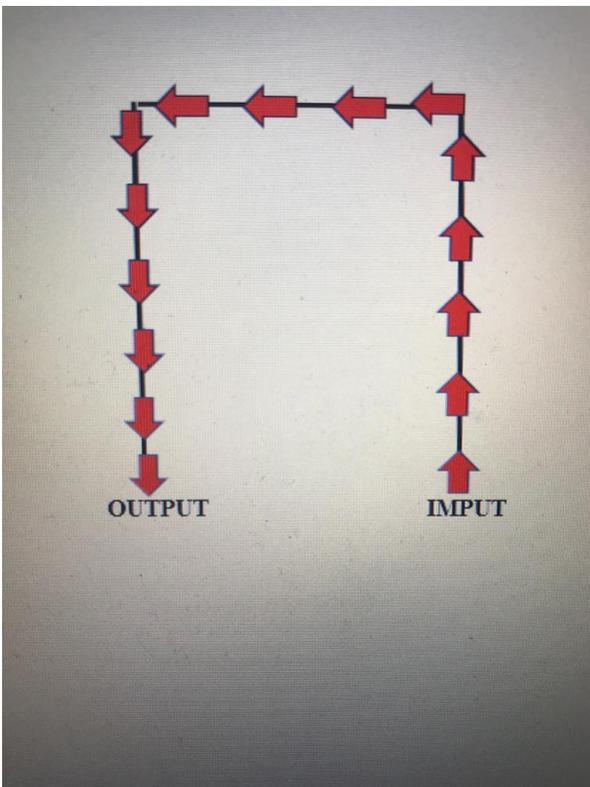
Anexo 2: Máquina de Corte a laser.



Anexo 3: Perfiladeira.



Anexo 4: Chão de fábrica.



Anexo 5: Layout sugerido em formato de U

www.metallightindustria.com.br



SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, Deice Grey Honorato Camilo, responsável principal pelo projeto de TCC, o qual pertence ao curso de Administração da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps, venho pelo presente, solicitar autorização para realizar uma pesquisa no setor de Produção da empresa Metal Light, afim de realizar um estudo para trabalho de conclusão de curso sob o título: “Teoria das Restrições no gerenciamento da produção: Um estudo na empresa Metal Light”. Orientado pelo professor Rhynaldo Ribeiro Costa

Atenciosamente,

07 809 935 70001-62
METAL LIGHT INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE METAIS E AÇO LTDA.
CNPJ: 07.809.935/0001-62
Chácara Recreio São Joaquim - CEP: 74470-260
GOIÂNIA-GO

METAL LIGHT IND. E COM. MÓVEIS DE AÇO LTDA.

GO 070 - KM 01 - N° 215 - RECREIO SÃO JOAQUIM / CEP:74470-260 /GOIÂNIA-GO / CNPJ:07.809.935/0001-62 / PABX: + 55 62 3297-1663



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Luiz Guy Honorato Camilo RA 31467

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Curso das Rastreios no Gerenciamento da Produção: Um estudo no empresa Metal Light.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Rhymardo Ribeiro do Lato

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Administração Modalidade afim Presencial

Luiz Guy Honorato Camilo
Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 20 de Dezembro de 2020

A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA AGRICULTURA

TECHNOLOGY AS A MANAGEMENT TOOL IN AGRICULTURE

BEATRIZ SIQUEIRA VIANA¹; NATHALYA FERREIRA BRASIL²; WILLIAM DE JESUS SOUZA³;
RHYNALDO RIBEIRO COSTA⁴

RESUMO

A tecnologia se faz presente nas mais diversas áreas, e na agricultura tem proporcionado diversas mudanças, nesse sentido o presente estudo teve como objetivo geral identificar quais são essas novas ferramentas e por que o uso delas são tão eficazes na gestão dos processos produtivos agrícolas. A pesquisa deste trabalho, para que o objetivo geral fosse atingido, se deu na modalidade exploratória por meio de revisão bibliográfica. Utilizou-se para esta pesquisa os livros, periódicos e trabalhos acadêmicos. E, assim, pode-se concluir que as novas tendências tecnológicas para a agricultura são os drones, softwares, sensores e GPS, que estão ajudando os agricultores a usar quantidades mais precisas de água, fertilizantes e manter um melhor controle de suas operações. Esses dispositivos avançados, agricultura de precisão e sistemas robóticos permitem que os negócios sejam mais lucrativos, eficientes, seguros e ecologicamente corretos.

Palavras-chave: Tecnologia. Agricultura. Ferramentas de Gestão.

ABSTRACT

Technology is present in the most diverse areas, and in agriculture it has provided several changes, in this sense the present study had as a general objective to identify which are these new tools and why the use of them are so effective in the management of agricultural production processes. The research of this work, so that the general objective was reached, took place in the exploratory modality through bibliographic review. Books, journals and academic papers were used for this research. And so, it can be concluded that the new technological trends for agriculture are drones, software, sensors and GPS, which are helping farmers to use more accurate amounts of water, fertilizers and maintain better control of their operations. These advanced devices, precision farming and robotic systems allow businesses to be more profitable, efficient, safe and environmentally friendly.

Keywords: *Technology. Agriculture. Management tools.*

¹Acadêmica do Curso de Administração/FacUnicamps. Email: beatrizsiqueirav98@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Administração/FacUnicamps. Email: nathalyabrasil08@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Administração/FacUnicamps. Email: 007williamsouza@gmail.com

⁴Professor Orientador: Esp. Rhynaldo Ribeiro Costa. Email: rhynaldoc@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O mundo está cada vez mais conectado por meio da tecnologia digital. Os dispositivos móveis estão ficando menores, mais rápidos e mais eficientes. Muitos setores estão aproveitando essa inovação digital para enfrentar os desafios de seu setor. As ferramentas digitais estão ajudando muitas empresas a tomar decisões melhores, e os agricultores não são exceção. Frente as novas tecnologias para auxílio na gestão, a intenção deste trabalho é saber quais são as novas tendências para automatização da gestão agrícola?

A tecnologia digital tem sido aplicada em diferentes processos agrícolas, incluindo máquinas agrícolas, instalações de manejo de gado, agronomia, comunicação, entre outros. Algumas ferramentas digitais permitem que os agricultores monitorem os movimentos do gado, comércio, relatórios, planejamento futuro e programas de alimentação. Novas tecnologias se tornaram essenciais para os produtores rastrear seus rebanhos.

A mecanização e a tecnologia adaptam-se no campo com um novo cenário, em que a tecnologia digital e *Global Positioning System* (GPS) tem sido usada em máquinas para rastrear os movimentos dos veículos e o consumo de combustível, rastreamento de operação para monitorar o rendimento e a qualidade da colheita, manutenção de rastros e comunicação direta com supervisores e trabalhadores.

O *software* de gerenciamento de fazendas permite que as empresas acessem informações e alertas de seus computadores ou dispositivos móveis. Os drones têm a vantagem única de fornecer informações ao vivo que podem ser vantajosas de várias maneiras. Eles estão sendo usados para verificar e monitorar a saúde da cultura, alimentação do estoque e pontos de água.

Objetivo geral do trabalho é identificar quais são essas novas ferramentas e por que o uso delas são tão eficazes na gestão dos processos produtivos agrícolas. Para isso respondendo aos seguintes objetivos específicos: a) identificar quais são as novas tecnológicas usadas na agricultura, b) como essas tecnologias se aplicam no campo, c) verificar as vantagens e desvantagens da aplicação das novas tecnologias.

A pesquisa se justifica ao tratar do uso da tecnologia na agricultura, visto que a agricultura continua a ser uma grande fonte de alimento para muitas pessoas em todo o mundo. A tecnologia vem ajudando a aumentar a produtividade, oferta de grãos e de comida para o mundo, sendo o Brasil um dos maiores fornecedores de alimentos no mundo, como o maior produtor de soja mundial e o terceiro de milho. Esse fato mostra a importância do ganho

tecnológico para amparar o crescimento exponencial da população mundial e sua demanda por alimentos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base em fontes diversas, tais como: livros e artigos científicos, baseados em apresentar as vantagens e desvantagens da Tecnologia na agricultura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Agricultura

A agricultura segundo Ribeiro (2020) “é o conjunto de técnicas concebidas para cultivar a terra a fim de obter produtos dela”. Teve início na pré-história, período conhecido com neolítico ou idade da pedra polida, quando os povos da época passaram de nômades, coletadores, caçadores e pescadores do próprio alimento, para sedentários, produtores da própria alimentação (COTRIM, 2010).

Com o passar do tempo a agricultura foi se aprimorando e a tecnologia passou a ter um papel fundamental na gestão rural, que segundo Cruz (2016), “se caracteriza por um conjunto de atividades para o melhor planejamento, organização e controle das atividades do ponto de vista financeiro, auxiliando para a tomada de decisão”. As inovações tecnológicas causaram grandes impactos em várias áreas, mas um dos mais importantes foram os da agricultura.

As preocupações com a sustentabilidade em sistemas agrícolas centram-se na necessidade de desenvolver tecnologias e práticas que não tenham efeitos adversos nos bens e serviços ambientais, sejam acessíveis e eficazes para os agricultores e levem a melhorias na produtividade alimentar. Apesar do grande progresso na produtividade agrícola na última metade do século passado, com a produtividade agrícola e pecuária fortemente impulsionada pelo aumento do uso de fertilizantes, água de irrigação, maquinário agrícola, pesticidas e terra, seria otimista demais assumir que essas relações permanecerão lineares no futuro (CRUZ, 2016).

São necessárias novas abordagens que integrem os processos biológicos e ecológicos à produção de alimentos, minimizem o uso de insumos não renováveis que causam danos ao meio ambiente ou à saúde dos agricultores e consumidores, fazer uso produtivo do conhecimento e habilidades dos agricultores, substituindo assim capital humano por insumos externos caros, e fazer uso produtivo das capacidades coletivas das pessoas para trabalharem juntas para resolver

problemas comuns de recursos agrícolas e naturais, como pragas, bacias hidrográficas, irrigação, florestas e gestão de crédito (COTRIM, 2010). Esses princípios ajudam a construir bens de capital importantes para sistemas agrícolas: naturais; social; humano; física; e capital financeiro. Melhorar o capital natural é um objetivo central, e os dividendos podem advir do melhor uso dos genótipos de colheitas e animais e das condições ecológicas sob as quais são cultivados ou criados.

2.2 Gestão Agrícola

Segundo Santos (2020), “a gestão agrícola é o processo para administrar uma propriedade rural com o objetivo de otimizar todo o planejamento da produção agrícola. Isso envolve desde o preparo do solo à colheita, gestão orçamentária, controle da frota e estoque, até a venda dos produtos”.

A gestão agrícola também pode ser compreendida como, administração rural, que de acordo com Novais (2014), pode ser definida “como o conjunto de atividades que facilitam aos produtores rurais a tomada de decisões ao nível de sua empresa agrícola, com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra”.

Gerir uma propriedade agrícola nada mais é, do que controlar as operações da propriedade, observando pontos como: fluxo de caixa, receita, recursos humanos, recursos materiais e afins, com o intuito da melhoria da produtividade e qualidade.

De acordo com Alhadad (2016), a adoção de boas práticas de gestão na condução da propriedade agrícola é fundamental ao agricultor brasileira, pois é o que garante a viabilidade do negócio.

Segundo Stabeline (2020), a Gestão Agrícola já é reconhecida como um importante ramo das Ciências Administrativas. Aspectos referentes à empresa rural, o agronegócio, encontra semelhanças com organizações diversas, pois visam o uso eficiente de recursos e a busca por resultados.

Ela auxilia na organização mais eficiente da empresa rural, visando principalmente lucratividade e minimização de custos. Além disso, possibilita um melhor controle sobre as operações da fazenda e, conseqüentemente, maior produtividade. Com dados precisos em mãos, você consegue saber quais insumos comprar, quanto comprar, quando plantar e por quanto vender sua produção. Na prática, utilizando a gestão agrícola, você transforma dados em lucro, pois, consegue traçar estratégias certas e realizar um melhor planejamento da safra. Isso também diminui seus riscos (SANTOS, 2020).

Uma boa gestão é muito importante para que haja bons resultados, e de acordo com o site da empresa Myfarm (2020) (empresa de *software* de especializada em gestão agrícola), mostra como a gestão alinhada com a tecnologia proporciona diversos pontos benéficos.

Mais efetividade, rotina organizada e mais ágil, auxilia na elaboração de processos que possibilitam a previsibilidade das atividades agrícolas, apontar os níveis ideais de investimentos, seja em bens materiais ou tecnologia, mais assertividade na tomada de decisões, simplificar os processos operacionais, redução de custos e gastos, máximo de retorno para os investimentos.

A busca por inovações tecnológicas que visem a diminuição de custo e aumentar lucros fundamental para que o gestor agrícola possa exercer suas funções de forma eficiente e precisa (STABELINE, 2020).

2.3 Tecnologia

Existem diversos conceitos e definições para tecnologia, segundo Angelos (2019) etimologicamente:

Tecnologia vem do Grego TEKHNE, “relativo à arte, aos trabalhos de artesão” mais LOGOS, “estudo, tratado, palavra”. Sendo este trabalho de artesão, trazido para o sentido de construção, aperfeiçoamento, de algo realizado com maestria, com umas certas superioridades. Ou seja, sendo o estudo da arte maestra (ANGELOS, 2019).

A tecnologia pode ser entendida, conforme Correia (1999) *apud* Oliveira (2008) como um conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizados na produção de bens e serviços. A tecnologia tem por princípio o estudo das necessidades humanas para o desenvolvimento de produtos e processos destinados às diversas atividades socioeconômicas e culturais, considerando sempre a possibilidade de reduzir o esforço humano (JUNG, 2009).

Para começar com o conceito de tecnologia, quase todas as sociedades humanas têm, ou tiveram, tecnologias que muitas vezes são muito elaboradas. Como sabemos, os arqueólogos têm usado a ocorrência de tecnologias características como base para a classificação das sociedades pré-históricas. Essas classificações são amplamente baseadas em artefatos deixados pelos povos que os usaram. Em vista da tarefa em mãos, entretanto, não temos utilidade para uma definição geral de tecnologia que inclui apenas artefatos ou produtos materiais de

invenções. Nossa definição de tecnologia deve nos permitir distinguir entre o uso de tecnologia em sociedades pré-industriais e industriais e entre sociedades industriais e pós-industriais em termos de fatores como flexibilidade, rigidez ou sua difusão na vida social (JUNG, 2009).

De acordo com Oliveira (2008) em um sentido muito amplo, o conceito de tecnologia pode se referir aos aspectos da cultura que se relacionam com a manipulação do ambiente natural pelo homem ou toda a coleção de maneiras pelas quais os membros de uma sociedade fornecem a si próprios as ferramentas e bens materiais de sua sociedade - a coleção de artefatos e conceitos usados para criar uma estrutura sócio-político-econômica avançada.

A fim de esclarecer as questões relativas às interações entre tecnologia e sociedade, distinguimos entre: 1. Tecnologia como conjuntos de objetos físicos, projetados e construídos pelo homem. Em uma sociedade industrial, este termo se refere especialmente a coisas artificiais, e mais particularmente a máquinas modernas: coisas artificiais que (a) requerem conhecimentos de engenharia para a sua concepção e produção; e (b) realizar eles próprios grandes quantidades de operações (JUNG, 2009).

2.3.1 A Tecnologia da Informação e Comunicação

A Tecnologia da Informação e da Computação (TIC) está mudando em um ritmo rápido. As tecnologias digitais permitem que as pessoas se conectem em todo o mundo em alta velocidade a qualquer momento. Mesmo aqueles em regiões remotas e em desenvolvimento têm cada vez mais a capacidade de se conectar *online*, por telefone e provedores de *internet* (CAVALHEIRO, et al., 2018).

Sobre o histórico, de acordo com Silva (2003, apud CAVALHEIRO et al., 2018, p. 30),

Ao longo das três últimas décadas do século XX e início desse século XXI, a prestação de serviços de telecomunicações em todo o mundo sofreu algumas mudanças. Houve alterações significativas na estrutura institucional que servia de base para a prestação de serviços de telecomunicações, principalmente após as privatizações desses setores que antes pertenciam aos governos de estado. Porém, seria errôneo, avaliar as transformações enfrentadas pelo setor apenas a partir do campo institucional. Essa mudança, na verdade, caminhou lado a lado com a tecnologia.

Para Castells (1999), a adoção das TIs nas diversas situações proporciona um cenário repleto de oportunidades para construção de ambientes menos assimétricos, pois para o autor, o que caracteriza a tecnologia não é centralizar o conhecimento e a informação, mas sim, a sua aplicação, pois pode contribuir para a geração de novos conhecimentos.

[...] a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dele e a redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa (CASTELLS, 1999, p. 69)

As tecnologias da *web* e da nuvem permitem que esses recursos sejam disponibilizados para um grande número de usuários finais com uma conveniência e custo que antes eram inconcebíveis. Como resultado desses e de outros desenvolvimentos, a sociedade espera que mais e mais informações de qualidade estejam disponíveis para apoiar a tomada de decisão diária (CODAF, 2015).

O entusiasmo por essas novas tecnologias nas ciências agrícolas deve ser temperado pela compreensão de que os sistemas de modelagem e suporte à decisão não acompanharam a tecnologia. De fato, muitos sistemas datam dos anos 1970 até 1990, antes da disponibilidade da atual coleta avançada de dados, computação, armazenamento, acesso, tecnologias de processamento, linguagens de *software* e padrões de codificação (CAVALHEIRO et al., 2018).

2.4 A Tecnologia e a Agricultura

As práticas agrícolas convencionais evoluíram de uma combinação de experiência e ciência conhecimento (KARNOPP, OLIVEIRA, 2012). Eles são modificados de acordo com as circunstâncias locais, como solos e clima, mas para o a maior parte representa prescrições para alcançar a sustentabilidade financeira do negócio agrícola arável (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura moderna obriga cada vez mais a utilizar práticas que levem os agricultores a melhorar os seus custos de produção, evitar perdas e garantir uma produção estável. Isso tem levado a encontrar alternativas como a adaptação do conceito de agricultura de precisão nas lavouras do país. Este tem como princípio determinar a variedade existente dentro das fazendas, para proceder a estabelecer áreas de manejo onde as condições sejam homogêneas e fornecer a cada zona o que isso requer (AFONSO, et al. 2015).

Os recursos de satélite e drones podem fornecer dados detectados remotamente em tempo real sobre o crescimento e desenvolvimento da safra durante a temporada, umidade do solo e outras variáveis dinâmicas. A computação de alto desempenho pode ser usada para processar grandes quantidades de dados em um curto espaço de tempo, para dar sentido a

grandes quantidades de dados estruturados e não estruturados (ou seja, "*big data*") coletados usando novas tecnologias de sensoriamento e para dimensionar e validar modelos de maneira que não eram possíveis anteriormente.

Assim, há duas oportunidades distintas para aplicar as TICs modernas à modelagem de sistemas agrícolas. Em primeiro lugar, avanços como *big data* (ou seja, dados e informações por meio de redes distribuídas de entrevistados), sensoriamento remoto e computação de alto desempenho, podem ser usados para o avanço da ciência de modelagem de sistemas agrícolas. Em segundo lugar, novas tecnologias podem ser usadas para transformar a prática e a aplicação da modelagem de sistemas agrícolas, tornando-a muito mais colaborativa, distribuída, flexível e acessível (CAVALHEIRO et al., 2018).

Como mencionado por Athanasiadis et al., (2015), a ciência da modelagem de sistemas agrícolas está progredindo de forma constante e adotando várias novas tecnologias de TIC para avançar a ciência, de caso a caso. No entanto, a prática e a aplicação de modelagem de sistemas agrícolas não estão progredindo tão rápido, levando à falta de aplicações, usando modelos de sistemas agrícolas.

Assim, um *feedback* importante da aplicação à ciência está ausente e precisa ser estabelecido, como também discutido, para modelos de sistemas de cultivo. Conforme discutido, o resultado de alcançar tal envolvimento será uma comunidade de modelagem de “próxima geração” (NextGen), que inclui não apenas modeladores e desenvolvedores de modelos que trabalham em várias disciplinas, escalas espaciais e escalas temporais para explorar novas fontes de dados, para produzir e aplicar novos modelos, mas também, desenvolvedores de *software* para produzir as estruturas de modelagem NextGen, aplicativos de processamento de dados e ferramentas de visualização (CODAF, 2015). O aproveitamento da tecnologia garantirá que os agricultores continuem a desfrutar de melhores safras, sustentando assim suas receitas.

2.4.1 Avanços Tecnológicos na Agricultura

Para Lamas (2017), a adoção de tecnologias modernas, que assegurem o aumento da produtividade, a redução dos custos de produção e a oferta de alimentos com qualidade é de extrema importância para que a agricultura possa exercer o seu papel.

Segundo Andrade (2019), “a tecnologia na agricultura tem como objetivo agregar praticidade e facilidade na execução de tarefas”.

De acordo com Fantim (2020), sensores, *softwares* e drones estão entre as tendências tecnológicas para o agronegócio. Essas novas tecnologias mostram o seu papel no que diz respeito ao aumento da produtividade e diminuição de perdas.

2.4.2 Agricultura de Precisão

Segundo Pinelli (2015), “agricultura de precisão é a prática agrícola que reúne tecnologias para tornar as atividades da lavoura mais precisas, automatizadas e independentes”.

Esse termo surgiu, segundo Vieira (2017), “a partir da constatação de manchas e falta de uniformidade na produtividade de uma lavoura, problema que levou à busca de soluções para abolir essas manchas, com a aplicação diferenciada de insumos”.

“É um sistema de manejo de produção integrado, que tenta igualar o tipo e a quantidade de insumos que entram na propriedade com as necessidades da cultura em pequenas áreas dentro de um campo da propriedade” (NUNES,2016).

Os benefícios da agricultura de precisão são, de acordo com Almeida (2018):

Uma maior produtividade: com análises mais precisas e detalhadas da lavoura, e possível haver um maior controle do ambiente produtivo, portanto o agricultor terá um resultado melhora das colheitas e obterá uma qualidade maior para seus produtos.

Aumento no preço final do produto: ocasionado pelo uso do solo de forma mais proveitosa, evitando desperdício e diminuindo custos de produção.

Maior rendimento das lavouras: o uso da Agricultura de Precisão pode ter um impacto global muito positivo na produção de alimentos, garantindo muito mais produtividade no campo.

Melhoria na gestão do campo: a gestão otimizada permite que o agricultor possa administrar a sua propriedade muito melhor, evitando assim perdas por decisões erradas e até mesmo a necessidade de realizar empréstimos por mau planejamento.

A agricultura de precisão tem ajudado o produtor no processo de tomada de decisão, permitindo assim a maximização dos ganhos e diminuição de desperdícios (SANTOS, 2020).

2.4.2.1 GPS - *Global Positioning System*

O GPS – Sistema de Posicionamento Global, segundo Carvalho e Araújo (2009, p. 3), “é um sistema de rádio navegação, desenvolvido pelo Departamento de Defesa dos Estados

Unidos da América, visando inicialmente ser o principal sistema de navegação do exército americano”.

Na agricultura o GPS, de acordo com Lamparelli (2020), associa e fornece dados precisos, o que viabiliza a intervenção gerencial necessária para sanar determinados problemas.

Conforme Martins (2009), as informações de localização são coletadas por receptores do GPS para mapear limites da terra, estradas, sistemas de irrigação, e áreas de plantação com problemas, como ervas daninhas ou pragas.

Para Nunes (2016), o uso desse equipamento pode trazer benéficos como uma combinação melhor do uso de fertilizantes, determinar os limites econômicos para tratar de pragas e ervas daninhas, assim, protegendo os recursos naturais para uso futuro.

Com ele é possível mapear propriedades e coletar dados para que sejam tomadas as melhores decisões, como, por exemplo, a aplicação correta e na quantidade necessária de fertilizantes, evitando assim, o seu uso em excesso, gerando economia.

(...)Combinando o GPS com sistemas de informações geográficas (SIG), é possível realizar a chamada agricultura de precisão, que é o uso da tecnologia para lidar com a variabilidade do solo e do clima nas lavouras. Com isso, os adubos e defensivos agrícolas são mais bem dosados, o que reduz os custos, aumenta a produtividade e diminui a contaminação do meio ambiente (JACTO, 2020).

O GPS também pode ser usado em máquinas agrícolas, trazendo benefícios como a automação de equipamentos, com isso, o plantio e a colheita serão aperfeiçoados e não será mais necessário o uso dos seres humanos, sendo assim, não haverá paradas no decorrer dos processos, havendo uma economia de tempo e dinheiro. Em máquinas agrícolas o GPS fornece informações detalhadas de lavouras de acordo com amostras de solo georreferenciadas (JACTO, 2020).

2.4.3.2 Drones

Drones são aeronaves não tripuladas, comandadas de forma remota, foram criados durante a Segunda Guerra Mundial. “O primeiro drone a ser criado foi inspirado em uma bomba, o principal objetivo era criar uma arma de detonação remota” (PEREIRA, 2017).

Com o passar dos anos esses equipamentos foram aprimorados e se tornando mais acessíveis e sendo usados por diversos segmentos da sociedade.

Segundo a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil, até outubro de 2020, existiam no Brasil cerca de 78.564 drones cadastrados, destes, 30.794 para uso profissional. Grande parte desse uso profissional está na agricultura.

“O instrumento faz parte do que se chama de agricultura de precisão, que considera a tecnologia de informação. O desenvolvimento computacional tem ampliado as perspectivas da agricultura moderna, que busca constantemente aumentar a produção e diminuir os custos” (MARINHO, 2018).

As principais funções desses dispositivos são a análise da plantação. Com as imagens geradas pelo drone é possível identificar pragas ou doenças que estejam atacando a lavoura com mais agilidade e de forma mais precisa, auxiliando assim, em uma tomada de decisão mais rápida e minimizando os custos.

(...) Dentre os principais benefícios da utilização dos drones para a agricultura destacam-se a redução de custos, economia de tempo, mão de obra e estoque na aplicação de fertilizantes e defensivos, aumento da produtividade e melhoramento da gestão de equipes, onde, por meio dos drones, é possível extrair informações mais relevantes e precisas, além de aumentar a eficiência da fazenda, propiciando maior precisão, controle sobre a fazenda e decisões mais assertivas, rápidas e seguras (CARAN, 2019).

Na agricultura o uso desses equipamentos, que aliadas a *softwares*, fornecem informações que auxiliam na gestão da agricultura.

(...)Com água, insumos e maquinários sendo economizados ou melhores utilizados contribuimos com uma agricultura melhor projetada para o futuro e de quebra protagonizamos uma evolução com benefícios claros para o pequeno, médio e grande produtor, além de propiciar melhoria de renda e aumento da oferta de produtos também para o país (AGRIMEC, 2018).

2.4.2.3 Softwares

De acordo com Diana (2020), “os *softwares* representam todas as instruções que o computador recebe pelo usuário para que uma determinada tarefa seja executada. Para isso, ele utiliza códigos e linguagem de programação”.

O uso de *softwares* na agricultura, segundo Lima (2017), “vai desde o controle de operações como o transporte e logística da produção, o controle, o gerenciamento do plantio, a análise de dados até um gerenciamento completo dos processos de produção”.

Para Machado (2020), o processo de administrar grandes áreas envolve várias etapas que necessitam de muita atenção do produtor, pois, exigem precisão na execução. Com uma visão ampla e detalhada e possível definir o melhor momento para a tomada de decisão, gerando melhores resultados.

Nesse contexto, o setor agrícola tem optado cada dia mais pela utilização de softwares para auxiliar o processo de obtenção, análise e armazenamento das informações. Essa ferramenta tem impulsionado cada vez mais o crescimento de empreendimentos agrícolas, seja para gerenciar as atividades desenvolvidas no campo ou para o controle e gerenciamento dos insumos da propriedade (MACHADO, 2020).

Segundo Nunes (2016), sistemas como esse servem para facilitar a vida do agricultor, fazendo com que ele aumente a produtividade, reduza seus custos com certos tipos de insumos e possa obter resultados melhores de suas propriedades, como a utilização desse terreno. Ela pode ser utilizada em todo processo produtivo.

O *software* de gerenciamento de agricultura, gerencia e otimiza as atividades de produção e operações das fazendas. O *software* de gerenciamento de fazendas automatiza o registro e armazenamento de dados, facilita o monitoramento e a análise de todas as atividades e otimiza a produção e os cronogramas de trabalho (CAVALHEIRO et al., 2018).

Este tipo de *software* ajuda os agricultores a ter melhores taxas de produção e lucro de suas safras, dando-lhes acesso às condições ambientais e financeiras. Soluções especializadas de gerenciamento de fazendas fornecem serviços personalizados, como manutenção de registros e funcionalidades de monitoramento da produção agrícola, de acordo com as necessidades do negócio. Mais frequentemente do que nunca, os agricultores e empresas agrícolas estão solicitando o serviço mais eficiente, rápido e profissional. O *software* de gerenciamento de fazendas para dispositivos móveis tornou-se um passo muito atraente para fornecer um serviço eficiente em diferentes locais e condições (CODAF, 2015).

As plataformas de *software* de gerenciamento de fazendas mais avançadas, fornecem soluções móveis, o que permite que os agricultores trabalhem com mais eficiência, enquanto economizam dinheiro, tempo e recursos. As soluções de *software* de gestão agrícola oferecem grande funcionalidade, permitindo que empresas especializadas no setor agrícola atendam a todas as suas necessidades de forma totalmente integrada (LOEBLER et al., 2017).

Hoje existem ferramentas de *software* de gestão agrícola mais eficientes do mercado, o que permite a essas empresas aumentar sua produtividade. As informações enviadas pelos trabalhadores passam a ser 100% móveis, por meio de seus *smartphones*, e as informações digitais são enviadas imediatamente para o escritório central para processamento. Além do

formulário móvel incluir a localização dos trabalhadores, a hora e a assinatura, verificando se o trabalho foi realizado corretamente (FONTOURA; DEPONTI, 2018).

Softwares de gerenciamento da agricultura:

Contagri: sistema para gerenciamento rural, usado para levantamento de dados financeiros, que pode fornecer desde ao pequeno e médio produtor, análise individual como grupal de propriedades.

Planagri: desenvolvido para automatizar o planejamento agrícola, visando melhorias no sistema produtivo, técnico, econômico e a ambiental. Com um armazenamento de dados da propriedade sobre os diversos orçamentos anteriores o proprietário pode fazer simulações e planejamentos para safras futuras ou melhorias no seu sistema produtivo. (EPAGRI/CEPA,2020).

Aegro: assim como os outros dois *softwares* citados acima, o aegro é usado como ferramenta pra gestão agrícola. Com ele o produtor/proprietário ou o gestor da fazenda pode fazer planejamentos de safra, controlar os custos e estoques da propriedade, fazer relatórios e gerir sua equipe de colaboradores. Tudo isso é permitido, pois, o objetivo principal do *software* é facilitar a gestão das propriedades e as atividades realizadas (CHINELATO, 2018).

Com essa descrição de algumas ferramentas tecnológicas que auxiliam na gestão rural, vale salientar alguns benefícios, de acordo com Franzoni (2017): otimização do uso de recursos, redução de custos, aumento dos lucros, armazenamento de informações, análise interanual da propriedade, comparação de grupos de propriedades e elaboração de orçamentos e planejamentos.

Na indústria agrícola, a produtividade é um fator chave. Se a produção for alta, o agricultor terá mais lucros. Se tornarem o sistema de produção mais eficiente, vão reduzir custos e aumentar a eficiência e a qualidade do trabalho realizado, gerando maiores volumes de colheita por ano e mais lucros (CAVALHEIRO et al., 2018).

2.4.2.4 Sensores

O sensoriamento remoto de acordo com Giraldeleli (2020), “é o conjunto de técnicas que tem como objetivo a obtenção de informações sobre alvos na superfície terrestre”.

Para Schiessl (2018), “as tecnologias de sensoriamento são desenvolvidas visando oferecer informações de qualidade sobre o solo; diferentes tipos de estresses de plantas; estimar produção de culturas”.

Os sensores, são, segundo Dutra (2020), “dispositivos capazes de detectar, ler e registrar uma série de mudanças, que rapidamente podem ser traduzidas por pessoas ou computadores”.

A utilização de sensores dentro das atividades de agricultura traz alguns benefícios, como: informações da vegetação, solo, qualidade do clima e local, entre outros. A aplicação de sensores dentro da agricultura, possibilita uma ferramenta de suma importância na hora de tomadas de decisão. Eles também possibilitam que o gestor agrícola possa prever possíveis problemas com a coleta de dados, é assim tomar medidas corretivas nas atividades exercidas. (SCHISSL, 2018).

2.4.2.5 Internet e Redes Sociais no Campo

Para Moraes et al., (2012), “uma rede mundial de computadores ou terminais ligados entre si, que tem em comum um conjunto de protocolos e serviços, de uma forma que os usuários conectados possam usufruir de serviços de informação e comunicação de alcance mundial”.

De acordo com Vicentini et al., (2005), “a *internet* curiosamente nasceu da necessidade do Ministério de Defesa Americano (*Departamento of Defense*) em proteger os importantes e sigilosos dados militares, no contexto da guerra fria que ocorria entre as duas grandes potências mundiais, os Estados Unidos e a União Soviética”.

A solução encontrada foi um sistema baseado em uma rede de computadores, capaz de continuar em operação mesmo quando um ou mais computadores da rede fossem destruídos. Na prática, o que os pesquisadores inventaram foi um conjunto de tecnologias muito simples, porém bastante confiáveis voltadas para a interligação de computadores em condições precárias de comunicação (MORAES et al, 2012, p. 50).

No campo, segundo uma pesquisa realizada em 2014, pelo Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação, conforme citado por Carvalho (2015), o número de usuários que acessam *internet* pelo celular, *tablet* ou *notebook* na zona rural cresceu de 4% para 24% em quatro anos, representando mais de 20 milhões de pessoas.

O uso da *internet* no campo trás diversos benefícios, é o que salienta Blainsk (2017),

A internet no meio rural facilita o acesso a informações e o contato com novas tecnologias, influenciando positivamente a tomada de decisão dos produtores, a gestão da propriedade, a aquisição de diferentes insumos, utilização de novos equipamentos ou técnicas que reduzam o custo da produção ou mesmo aumente a renda do agricultor.

Conforme citado por Vanessa (2020), redes como o *Facebook* e o *Instagram* são excelentes fontes de informação e compartilhamento de conteúdo. Outras Plataformas de comunicação como WhatsApp e Telegram têm sido utilizadas para facilitar a troca de ideias, fotos e vídeos em tempo real, além de auxiliar os agricultores e demais profissionais desde o planejamento inicial do produto até o final da venda.

2.5 Vantagens e Desvantagens do Uso da Tecnologia na Agricultura

As vantagens da modernização no agronegócio para a população, são cada vez mais decisivas para alavancar a produtividade no campo, a lucratividade dos negócios e da produção de alimentos e do bem-estar da sociedade rural e urbana (ANDRADE, 2019).

A tecnologia tem proporcionado outras vantagens como: agilidade na análise de dados, a coleta e análise de dados fica muito mais rápida, o que ajuda a entender as áreas de produção, facilitando a alocação estratégica de recursos. Diminuição de custos operacionais, a tecnologia no agronegócio pode reduzir custos por meio da automação de tarefas, e também pode reduzir os riscos do negócio. Aumento de produtividade, por meio de processos aprimorados e relatórios de desempenho detalhados, a produtividade certamente aumentará com o tempo. (BLOG SIMOVA, 2020)

Otimização do tempo, conforme a tecnologia consegue trazer mais desempenho às operações, o tempo é otimizado. Redução das perdas, a tecnologia ajuda a alocar insumos com base nas necessidades da cultura (JACTO, 2020)

Tomada de decisões mais eficiente, o uso da tecnologia em campo converte operações complexas em rotinas simplificadas, o que facilita o processo de tomada de decisão (ANDRADE, 2019).

Aplicação com precisão de produtos químicos e fertilizantes, reduzindo erros de aplicação excessiva ou insuficiente. Por meio de imagens de drones, é possível detectar doenças, pragas e ervas daninhas. (AGERADORA, 2020),.

A agricultura moderna obriga cada vez mais utilizar práticas que levem os agricultores a melhorar os seus custos de produção, evitar perdas e garantir uma produção estável. Isso tem

levado a encontrar alternativas como a adaptação do conceito de agricultura de precisão nas lavouras do país. Este tem como princípio determinar a variedade existente dentro das fazendas, para proceder a estabelecer áreas de manejo onde as condições sejam homogêneas (AFONSO, et al., 2015).

Ao longo de toda história da agricultura observaram a utilização de objetos que ajudavam na transformação, atualmente essa melhoria se dá ao uso de tecnologias no sistema produtivo, porém, nem todas as partes são boas, apesar de existirem grandes vantagens, também se tem na contramão as desvantagens.

Não é novidade que a utilização de maquinários substitui a mão de obra braçal do trabalho, e no campo esse cenário não seria diferente, o desemprego é um ponto de forte ênfase, mas não o único. Com todas melhorias não só no gerenciamento, mas também da qualidade dos produtos, existe o melhoramento genético que significa o uso de mais produtos químicos.

Os efeitos negativos do processo de mecanização rural causaram o desemprego estrutural dos trabalhadores rurais. No sistema agrícola, a prática de substituir humanos por máquinas é muito importante, embora a modernização agrícola não seja a única causa desse processo (PENA, 2020).

Este processo, aliado às terras concentradas nas mãos de poucas pessoas, principalmente nos países subdesenvolvidos e emergentes, faz com que a migração da população rural para as cidades aumente, promovendo o crescimento das grandes cidades (PENA, 2020)

3 METODOLOGIA

Metodologia de acordo com Minayo (2010. p. 46), conforme citado por Menezes et al., (2019, p. 62) “mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indicas as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”.

A metodologia desenvolvida no presente trabalho para atingir seus objetivos foi de natureza bibliográfica, que segundo Severino (2010, p. 122), “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, tese e etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

De caráter exploratório, que segundo Selltiz et al., (1965 apud OLIVEIRA 2011, p. 102),

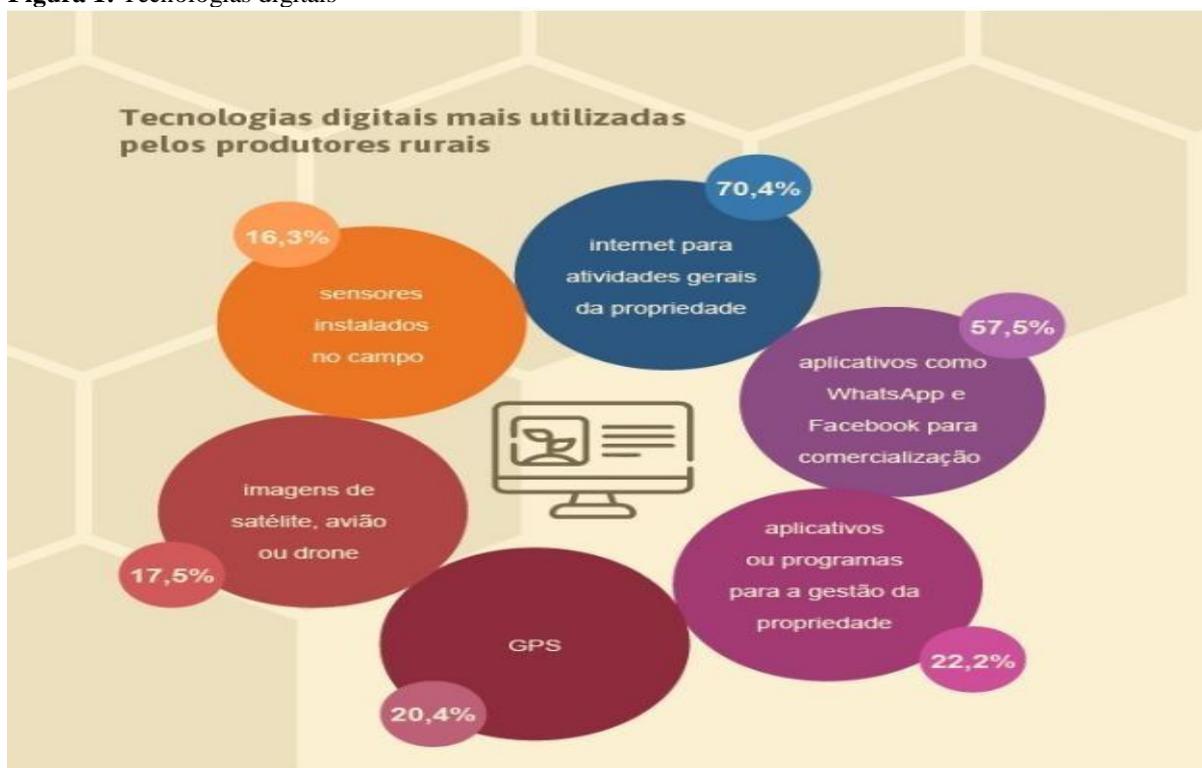
enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

Utilizou-se para esta pesquisa *blogs* voltados para o agronegócio, como, Jacto, Aegro, Bem Agro, Agro Link entre outros, também foram utilizados livros, jornais e trabalhos acadêmicos disponíveis na *internet*, nas seguintes plataformas Scielo, Google Acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os resultados e discussões trouxemos uma pesquisa que foi realizada com produtores rurais, empresas e prestadores de serviços, feita por meio da parceria entre a Embrapa, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Mais de 750 participantes fizeram parte da pesquisa sobre as tendências, desafios e oportunidades da agricultura digital no Brasil.

Figura 1: Tecnologias digitais



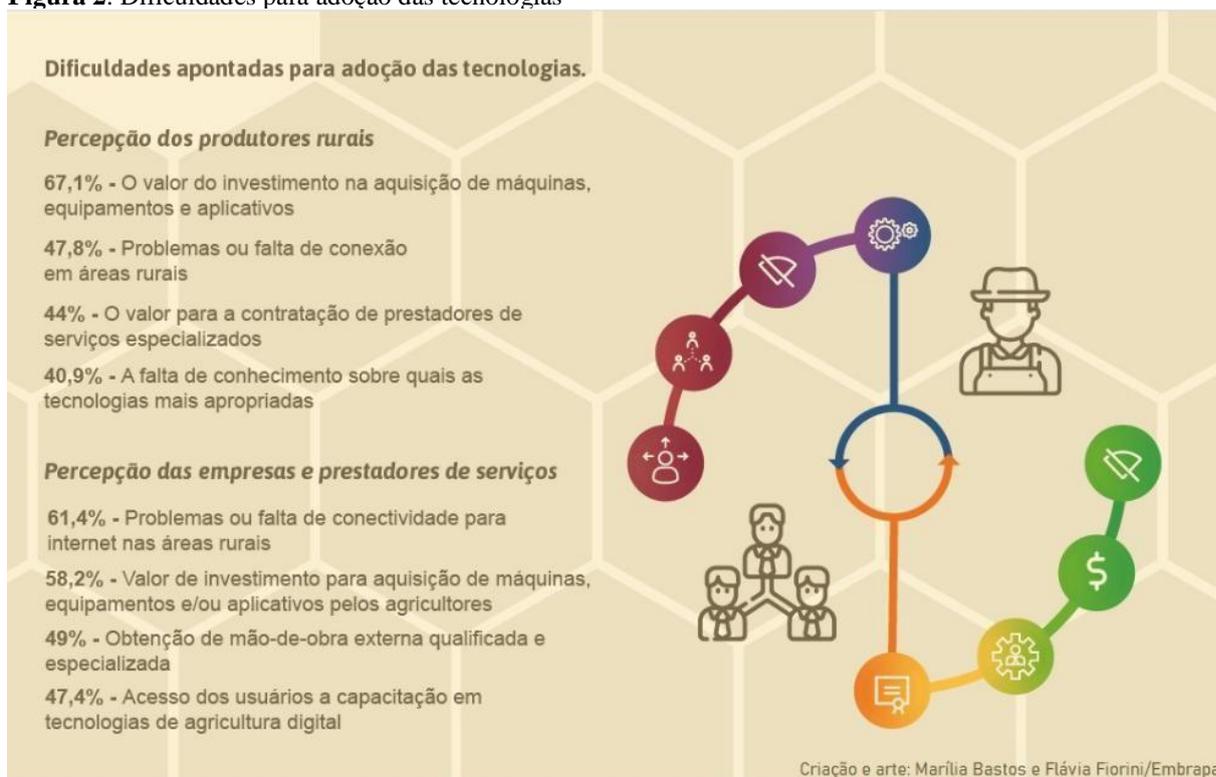
Fonte: Embrapa (2020)

De acordo com pesquisa 84% dos produtores brasileiros já utilizam pelo menos uma tecnologia digital como ferramenta de apoio à produção agrícola (EMBRAPA, 2020)

Mais de 70% dos produtores rurais pesquisados afirmam acessar a *Internet* para fins agrícolas em geral. Entre eles, 57,5% citaram as redes sociais como o *Facebook* e os serviços de mensagens como o *WhatsApp* como forma de obter ou divulgar informações relacionadas a imóveis, comprar insumos ou vender seus produtos (EMBRAPA, 2020).

Outras tecnologias são utilizadas em menor número, como é o caso do GPS, que segunda a pesquisa é utilizado por 20,4% dos agricultores entrevistados.

Figura 2: Dificuldades para adoção das tecnologias



Fonte: Embrapa (2020)

Ainda segunda a pesquisa, 67,1% dos agricultores apontaram o valor do investimento na compra de equipamentos e aplicações é a maior dificuldade para a aplicação das novas tecnologias.

No decorrer do trabalho notou-se que as novas tecnologias tem um papel fundamental na gestão da agricultura, o uso de drones, sensores, *softwares*, gps e outros, está auxiliando a gestão agrícola na tomada de decisão, fornecendo dados precisos para que insumos sejam aplicados na quantidade correta, para que haja controle de pragas mais eficiente e tantos outros benefícios, que em conjunto contribuem para redução de custos e o aumento da produtividade.

Porém, ao analisar os dados e as informações divulgadas pela Embrapa, para grande parte dos entrevistados, o uso de tecnologias ainda está voltada para tarefas simples, que não demandam grande conhecimentos para o manuseio, como, aplicativos de mensagens para divulgar informações sobre sua propriedade.

Ainda segunda a pesquisa da Embrapa, o investimento para a aplicação de drones, *softwares* e sensores é muito alto, tornando a modernização das propriedades rurais uma realidade de grandes produtores.

Apesar da implementação dessas novas tecnologias terem um custo elevado, atualmente, no mercado existem várias empresas que adaptam as necessidades dos produtores à sua capacidade produtiva e de acordo com o valor investido. Quaisquer ferramentas tecnológicas irão trazer melhorias para o agricultor, o que acarretará em uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

A tecnologia tem o potencial de ajudar os agricultores em termos de acesso a mercados lucrativos, acesso a financiamento, e acesso a insumos de qualidade na época certa. Há muito potencial, e até certo ponto, apenas ter um telefone e acesso à Internet, combinado com saber como usá-los para negócios, faz uma enorme diferença para os agricultores que tradicionalmente cultivam principalmente para seu próprio consumo, mas até certo ponto para venda.

Ou seja, a gestão por meio da tecnologia se torna mais eficiente, como a agricultura digital, onde a tecnologia ajuda os agricultores a controlar suas operações agrícolas. Isso pode incluir sensores, GPS, automação e outros. Por exemplo, os agricultores podem usar drones para pesquisar suas terras, permitindo que eles vejam o *layout* completo da terra. Outro exemplo é o uso de sensores para alertar um fazendeiro sobre máquinas ou colheitas com defeito que precisam ser verificadas. Uma grande vantagem da tecnologia é ajudar não apenas a prever, mas também, alertar os agricultores sobre tempestades ou outras condições climáticas perigosas.

No geral, a tecnologia está ajudando os agricultores a ganhar e descobrir mais sobre os componentes de suas fazendas, desde o solo, às colheitas, ao equipamento. Sendo assim, mostrando que a tecnologia é uma eficiente ferramenta na gestão da agricultura, e contribuir de forma impactante na produção e rendimento dos investimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concluímos que diante todo avanço tecnológico que vem acontecendo dentro de diversos setores, o objetivo do trabalho foi mostrar que pertinente a gestão agrícola, a tecnologia se faz presente com a chegada de novas tendências como: softwares, gps, drones e sensores. Pois são através delas que o sistema produtivo e o gerenciamento agrícola terão melhores resultados.

Essas ferramentas podem auxiliar o gestor a ter uma visão ampla da sua propriedade, trazendo melhores estratégias e otimizando seus processos, consequentemente ele terá mais lucro e menos custos na sua produção.

Sugerindo que se continuem fazendo estudos e análises sobre a aplicabilidade dessas ferramentas, visto que a agricultura avança cada vez mais para automatização de suas tarefas, e utilização das mesmas contribuirá com futuras melhorias para ajustar ou até mesmo desenvolver novos processos.

6 REFERÊNCIAS

AFFONSO, Elaine; TOYOKO HASHIMOTO, Cristina; GONÇALVES, Ricardo César Sant'Ana. **Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar**: Planilha para gestão de insumos Biblios. Julio Santillán Aldana, ed. Lima, Peru, núm. 60, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16143063004>>. Acesso em: 08 out. 2020.

AGERADORA. **Tecnologias Que Ajudam No Setor Do Agronegócio**. A Geradora. 2020. Disponível em: <<https://www.ageradora.com.br/tecnologia-setor-agronegocio/>>. Acesso em: nov. 2020.

AGRIMEC. **Como a tecnologia pode ajudar a reduzir os custos agrícolas**. 2018. Disponível em: <<https://agrimec.com.br/como-a-tecnologia-pode-ajudar-a-reduzir-os-custos-agricolas/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ALHADAS, Elisabete. **A importância de aplicar técnicas de gestão na propriedade rural**. Blog Next, 19 de set. de 2016. Disponível em: <<https://next.pecege.com/blog/2016/09/19/a-importancia-de-aplicar-tecnicas-de-gestao-na-propriedade-rural/><. Acesso em: 19 mai. 2020.

ALMEIDA, Gustavo. **Como funciona a agricultura de precisão e quais são as vantagens?** Mega Sistemas Cooperativos. 2018. Disponível em: <<https://www.mega.com.br/blog/como-funciona-a-agricultura-de-precisao-e-quais-sao-as-vantagens-6849/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil. **Quantidade de Cadastros**. Disponível em: <<https://www.anac.gov.br/assuntos/paginas-tematicas/drones/quantidade-de-cadastros>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ANDRADE, Cezar. **Qual A Importância Da Tecnologia Na Agricultura?** Negócios Softfocus. 2019. Disponível em: < <https://negocios.softfocus.com.br/qual-a-importancia-da-tecnologia-na-agricultura/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ANGELOS, Diego. **O que é tecnologia?** Intusforma, 11 de jul. 2019. Disponível em: < <https://www.intusforma.com.br/artigos/o-que-e-tecnologia/#:~:text=Etimologicamente%20a%20palavra%20Tecnologia%20vem,estudo%2C%20tratado%2C%20palavra%20E2%80%9D.&text=Ou%20seja%2C%20sendo%20o%20estudo,s%C3%A3o%20outros%20exemplos%20de%20tecnologia.>> Acesso em: 15 de nov. 2020.

ATHANASIADIS, Ioannis N. **Challenges in Modelling of Environmental Semantics**. Democritus University of Thrace, Xanthi, Greece. IFIP AICT 448, pp. 19–25, 2015.

BLAINSKI Juliane M. L. **A revolução da Internet no Campo**. Maneje bem, 2017. Disponível em: <<https://www.manejebem.com.br/publicacao/novidades/a-revolucao-da-internet-no-campo>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CARAN, N athalie. **Drone na Agricultura: A import ancia da tecnologia para o agronegócio x custo benefício**. Bem Agro, 9 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.bemagro.com/materia-drone-na-agricultura/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CARVALHO, Rosana de. **Cresce o número de pessoas com acesso à internet no campo**. Panorama. 2015. Disponível em: <<https://pn7.com.br/cresce-o-numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-campo/>> Acesso em: 01 nov. 2020.

CARVALHO, Edilson Alves; DE ARAÚJO, Paulo César. **No es básicas de sistema de posicionamento global GPS**. Natal, RN: EDUFRN, 2009. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Leituras_Cartograficas_II/Le_Ca_II_A08_MZ_GR_260809.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade Em Rede**. 6  edic o. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALHEIRO, Diego da Silva et al., **A Tecnologia da Informa o no Agronegócio: uma Revisão Bibliográfica**. XVII Mostra de Inicia o Científica, Pós-gradua o, Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-Gradua o em Administra o. UCS - Universidade de Caxias do Sul2018.Disponívelem:<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xviiimostrappga/paper/viewFile/5937/1968>>. Acesso em: 05 out. 2020.

CHINELATO, Gressa. **Como usar software para agricultura para melhorar seu custo de produ o**. Blog Aegro. 2018. Disponível em: < <https://blog.aegro.com.br/software-para-agricultura/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CEPA.EPAGRI. **Softwares de Gestão Aplicados   Agricultura**. Cepa.Epagri. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/produtos/software-de-gestao/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

CODAF. **Sobre o CoDAF**. Disponível em: <<https://codaf.tupa.unesp.br/institucional/sobre-o-codaf#:~:text=O%20Projeto%20Compet%C3%A2ncias%20Digitais%20para,digitais%20e%20escassos%20sistemas%20de>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral: volume 1**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CRUZ, Diego Augusto C. **A importância da gestão na pequena propriedade rural**. Biosistêmico. 2016. Disponível em: <<https://www.biosistêmico.org.br/blog/importancia-da-gestao-na-pequena-propriedade-rural/>>. Acesso em: 19 maio 2020.

DIANA, Juliana. **Hardware e software**. Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/hardware-e-software/>>. Acesso em: 21 maio 2020.

DUTRA, Alice. **Agricultura De Precisão: Sensores São Uma Tendência Para Otimizar Os Processos**. Blog Strider. 2020. Disponível em: <<https://blog.strider.ag/sensores-agricultura-precisao-tendencia-otimizar-processos-campo/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Pesquisa mostra o retrato da agricultura digital brasileira**, 2020. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/54770717/pesquisa-mostra-o-retrato-da-agricultura-digital-brasileira>>. Acesso em: 30 out. 2020.

FANTIM, Thiago. **Conheça 5 tendências tecnológicas para o agronegócio**. Agroblog. Disponível em: <<https://agrosmart.com.br/blog/conheca-5-tendencias-tecnologicas-para-o-agronegocio/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira; DEPONTI, Cidônea Machado. Desenvolvimento rural: a importância das TICS e dos controles econômicos e financeiros na visão dos agricultores familiares do Vale do Café-RS. **R. Bras. Planej. Desenv**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 85-103, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/5803/4876>>. Acesso em: 16 out. 2020.

FRANZONI, Maiara. **Como a tecnologia está ajudando a evoluir o agronegócio brasileiro**. Blog Aegro, 06 de dez. de 2017. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/tecnologia-ajudando-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GIRALDELI, Ana Lígia. **Sensoriamento remoto na agricultura: 7 coisas que você deveria saber**. Blog Aegro, 2020. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/sensoriamento-remoto-na-agricultura/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

JACTO. **GPS em máquinas agrícolas: por que usar?** Blog Jacto, 2020. Disponível em: <<https://blog.jacto.com.br/gps-em-maquinas-agricolas-por-que-usar/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

JACTO. **Por que investir em tecnologia aplicada ao campo?** Blog Jacto, 2020. Disponível em: <<https://blog.jacto.com.br/tecnologia-no-campo/>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia Científica e Tecnológica**: Módulo 5 – Tecnologia, 2009. Disponível em: <<http://www.dsce.fee.unicamp.br/~antenor/mod5.pdf>>. Acesso em: 29 de nov. 2020.

KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: Reflexões sobre o sistema produtivo do espaço agrário brasileiro. **Revista de desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, V. 17, n 02, maio- agosto 2012, p. 215-228. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056839013>>. Acesso em: 16 out. 2020.

LAMAS, Fernando Mendes. **A tecnologia na agricultura**. Embrapa, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30015917/artigo-a-tecnologia-na-agricultura>>. Acesso em: 16 out. 2020.

LAMPARELLI, Rubens Augusto Camargo. **Agricultura de precisão**. Ageitec - Agência Embrapa de Informação Tecnológica.

Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_72_711200516719.html#:~:text=O%20GPS%20%C3%A9%20um%20equipamento,%C3%A0s%20subdivis%C3%B5es%20da%20propriedade%20agr%C3%ADcola.&text=O%20equipamento%20possibilita%20%C3%A0%20agricultura%20de%20precis%C3%A3o%20uma%20alta%20efic%C3%A1cia>. Acesso em: 16 out. 2020.

LIMA, Markuss. **Por que usar softwares na agricultura?** Cpt Softwares, 2017. Disponível em: <<https://www.cptsoftwares.com.br/por-que-usar-softwares-na-agricultura/#>>. Acesso em: 21 maio 2020.

LOEBLER, L. B; KIST, R. B. B; DEPONTI, C. M; CADONÁ, M. A. O Curso Técnico a Distância em Agricultura e o Desenvolvimento Rural dos Municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul - Rio Grande do Sul. **Revista Reflexão e Ação**: UNISC. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7684>>. Acesso em: 16 out. 2020.

MACHADO, Rafaela. **Software Agrícola**: entenda porque eles são vitais para o agricultor na era da agricultura de precisão. Tecnologia no campo, 2020. Disponível em: <<https://tecnologianocampo.com.br/software-agricola/>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MARINHO, Ana Flávia. **Cresce o uso de drones na agricultura**. Canal Jornal da Bioenergia, 2018. Disponível em: <<https://www.canalbioenergia.com.br/drones-sao-utilizados-nas-lavouras-para-reduzir-custos-de-producao/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

MARTINS, Luiz. **Gps e agricultura**. Administradores.com, 2009. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/gps-e-a-agricultura>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MENEZES, Afonso H. N. *et. al.* **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE. Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.

MORAIS, Carlos T. Q; LIMA, José Valdeni; FRANCO, Sérgio R. K. **Conceitos sobre Internet e Web**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/Conceitos%20Internet%20miolo.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

MYFARM, **Gestão Agrícola**: aprenda a ter mais lucro para a sua fazenda. Disponível em: <<https://myfarm.com.br/gestao-agricola/#:~:text=A%20gest%C3%A3o%20agr%C3%ADcola%20%C3%A9%20tudo,m%C3%A1quinas%20e%20implementos%2C%20entre%20outros.>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

NOVAIS, Dirlane. **Adm. e economia rural**, 2014. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/09-40-22-apostilaadmeconomiarural.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

NUNES. José Luis da Silva. **Agricultura de precisão**. Agrolink, 2016. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/georreferenciamento/agricultura-de-precisao_361504.html>. Acesso em: 05 maio 2020.

NUNES. José Luis da Silva. **GPS e a agricultura**. Agrolink, 2016. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/georreferenciamento/gps_361505.html#:~:text=As%20aplica%C3%A7%C3%B5es%20baseadas%20no%20GPS,e%20o%20mapeamento%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: 08 jul. 2020.

OLIVEIRA, Eva Aparecida. **A técnica, a techné e a tecnologia**, Revista Eletrônica Do Curso De Pedagogia Do Campus Jataí- UFG. Vol. II - nº5, jul/dez, 2008.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Efeitos da modernização do campo**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/efeitos-modernizacao-campo.htm>> Acesso em: 14 nov. 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Efeitos da mecanização do campo**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/efeitos-mecanizacao-campo.htm#:~:text=Entre%20os%20efeitos%20da%20mecaniza%C3%A7%C3%A3o,e%20o%20aumento%20da%20produtividade.>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PEREIRA, Daniela Silva. **Drones história por traz desta nova era tecnológica**. Aero Drone Brasil, 27 de set. 2017. Disponível em: <<https://www.aerodronebrasil.com/2017/09/27/drones-historia-por-traz-desta-nova-era-tecnologica/>> Acesso em: 30 de abr. 2020

PINELLI, Natasha. **O que é agricultura de precisão?** Projetodraft, 2015. Disponível em: <www.projetodraft.com/o-que-e-agricultura-de-precisao/>. Acesso em: 20 abril 2020.

RIBEIRO, Amarolina. **O que é agricultura?** Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agricultura.htm>> Acesso em: 26 set. 2020.

SANTOS, Rayssa F. **Como A Gestão Agrícola Pode Trazer Mais Lucro Para Sua Empresa Rural**. 2020. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/gestao-agricola/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

SANTOS, Rayssa F. **5 Novas Tecnologias Que Vão Revolucionar O Agronegócio (E Tendências Para Os Próximos Anos)**. Blog Aegro, 2020. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/tecnologia-no-agronegocio/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

SCHIESSL, Maikon. **8 Maneiras De Deixar Sua Lavoura Mais Inteligente Utilizando Sensores No Campo**. Blog Aero, 2018. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/sensores-na-agricultura/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 06 de outubro de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. rev. e atual, São Paulo. Editora Cortez, 2007.

SIMOVA. **Conheça 3 Benefícios Da Tecnologia No Agronegócio**. Blog Simova. Disponível em: <<https://blog.simova.com.br/conheca-3-beneficios-da-tecnologia-no-agronegocio/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

STABELINI, Delton. **Gestão Agrícola: a administração aplicada à produção rural. Blog Texaco. Disponível em: <<https://blog.texaco.com.br/ursa/gestao-agricola/>>**. Acesso em: 10 2020.

VANESSA. **Qual a importância das redes sociais para o agronegócio?** Campos gerais rurais, 30 de jan. 2020. Disponível em: <<https://camposgeraisrural.com.br/noticia/272/qual-a-importancia-das-redes-sociais-para-o-agronegocio>>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

VICENTINI, Léia; LANZONI, Edilberto; FRANZOTTI, Valdemir; YONENAGA, William H. Introdução Da Tecnologia De Voz Sobre Ip Em Redes Corporativas. In: XXXIII – Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. **Anais...** 12 a 14 de setembro – Campina Grande – PB, 2005. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/14/artigos/SP-9-22177077877-1118945677392.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

VIEIRA, Daniel. **Agricultura de precisão: o que é, para que serve e quais os seus benefícios**. Startagro, 2017. Disponível em: <<http://www.startagro.agr.br/agricultura-de-precisao-o-que-e-para-que-serve-e-quais-os-seus-beneficios/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu WILLIAM DE JESUS SOUZA RA 32645

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA AGRICULTURA

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): RHYNALDORIBEIRO COSTA

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: ADMINISTRAÇÃO. Modalidade afim _____



Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 19 de dezembro de 2020.

**OS REFLEXOS DA DESCENTRALIZAÇÃO SOBRE O CLIMA
ORGANIZACIONAL ESTUDO DE CASO NA EMPRESA AMIGO
TRANSPORTES DE GOIÁS**

***THE REFLECTIONS OF DECENTRALIZATION ON THE
ORGANIZATIONAL CLIMATE CASE STUDY IN THE COMPANY AMIGO
TRANSPORTES DE GOIÁS***

DAIANE RAMOS BARRETO¹; REGINA MARIA CORREA²; RUAN URBANO LOPES³;
WENDER GOMES SANTANA AUGUSTO⁴; RHYNALDO RIBEIRO COSTA⁵

RESUMO

O artigo foi elaborado com o propósito de levantar dados e identificar a importância do clima organizacional, partindo da perspectiva do colaborador em relação a empresa em que se aplicou a pesquisa, "Amigo Transportes de Goiás". Uma boa liderança vem a somar tanto para a manutenção das atividades exercidas, quanto para saúde psíquica dos indivíduos, e da área financeira, envolvendo diretamente a parte humana das operações, contribuindo com a produtividade de seus integrantes, identificando o índice de satisfação em questão para entender suas necessidades, ao mesmo tempo que busca aprimorar seus processos para assim, tornar a empresa mais competitiva a partir do resultado obtido, os gestores terão uma visão mais detalhada de sua empresa, tendo em vista a participação de 70% (setenta por cento) dos colaboradores no questionário aplicado. Esta pesquisa teve por finalidade identificar as causas/efeitos de uma liderança descentralizada e como eles refletem no clima organizacional da empresa.

Palavra Chave: Clima organizacional. Descentralização. Empresa

ABSTRACT

The article was prepared with the purpose of collecting data and identifying the importance of the organizational climate, from the perspective of the employee in relation to the company in which the research was applied, "Amigo Transportes de Goiás". Good leadership adds to the maintenance of the activities performed, as well as to the psychological health of individuals, and the financial area, directly involving the human part of the operations, contributing to the productivity of its members, identifying the satisfaction index in question for understand your needs, while seeking to improve your processes to make the company more competitive based on the result obtained, managers will have a more detailed view of your company, considering the 70% (seventy percent) participation employees in the applied

¹Graduanda do Curso de Administração da FacUnicamps: E-mail:daianeramosbarretp@gmail.com

²Graduanda do Curso de Administração da FacUnicamps: E-mail:reginagina208@gmail.com

³Graduando do Curso de Administração da FacUnicamps: E-mail:ruanlac@live.com

⁴Graduando do Curso de Administração da FacUnicamps: E-mail:wender741360@gmail.com

⁵Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Goiás. Professor da FacUnicamps - E-mail: profrhynaldo@gmail.com

questionnaire. This research aimed to identify the causes \ effects of decentralized leadership and how they are reflected in the organizational climate of the company.

Key word: *Organizational climate. Decentralization. Company*

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa do clima organizacional, se aplicada de forma constante, vem a ser uma grande ferramenta que assegura consistência nas mudanças dentro das organizações. Sendo assim, a mesma é usada por organizações que buscam qualidade, além de eficiência em seus produtos e serviços. Segundo Luz (2003), para uma investigação adequada do clima organizacional, a escolha e as definições operacionais das variáveis desse conceito devem ser a primeira escolha a ser tomada.

Os dados serão levantados através de pesquisa que possa demonstrar se a empresa é uma empresa boa de trabalhar com uma empresa na qual as pessoas trabalham apenas para atingir suas metas individuais, o estudo tem a finalidade de tomar conhecimento dos reflexos da gestão descentralizada na vida profissional de seus colaboradores, considerando aspectos como produtividade, inter-relacionamento e satisfação tanto com o ambiente de trabalho, quanto com a remuneração ou os benefícios proporcionados como recompensas de acordo com desempenho e função de cada colaborador.

Sendo assim foi definido a seguinte pergunta problema: relacionar a gestão descentralizada com o clima organizacional, levantar as vantagens e desvantagens de uma gestão neste modelo

O estudo está sendo realizado sobre informações secundárias colhidas em bancos de dados de outros artigos e livros, este material nos permite fundamentar a nossa pesquisa trazendo à luz da ciência aquilo que é vivido na prática dentro de um ambiente de trabalho, dentro da organização.

Segundo Vivancos e Cardoso (1999, p. 2), “a centralização ou a descentralização da estrutura organizacional de uma empresa é uma das suas mais importantes características, refletindo sua cultura e constituindo-se em um condicionante do sucesso de sua estratégia”.

Para um bom planejamento, a organização deve levar algumas variáveis em conta, entre elas está o clima organizacional.

O planejamento organizacional baseado no clima deve considerar a interação nas seguintes variáveis: pessoas, suas capacidades e motivos; as tarefas e os tipos de comportamentos necessários para a realização mais eficiente destas tarefas; o ambiente externo e as exigências que se faz à organização em termos de criatividade, flexibilidade, qualidade; o clima organizacional, estilos de liderança da

organização (OLIVEIRA, 1996 apud BEGNAMI; VECHETIN; ZORZO, 2013, p. 2).

Existem fatores que tiram a estabilidade do clima organizacional como o stress, a comunicação eficiente entre as partes, a ausência de um líder, isso pode gerar desmotivação do colaborador o deixando insatisfeito com o trabalho o que acaba por influenciar diretamente a produtividade, aumentar a rotatividade de pessoal e conseqüentemente gerar prejuízos para a empresa.

O clima organizacional nem sempre foi visto ou tratado da mesma maneira. No desenvolvimento do clima organizacional teve-se três abordagens antes de se chegar ao conceito dos dias de hoje: ênfase nos atributos organizacionais e às percepções dos membros da organização; e ênfase nos atributos e às percepções individuais (CHIAVENATO, 1996).

O clima organizacional exerce um grande impacto emocional nos profissionais, influenciando seu comportamento, influenciando sua motivação e satisfação para a realização das suas tarefas diárias. De acordo com Oliveira (2008, p. 8),

O mundo globalizado tem gerado muitos desafios tanto para os indivíduos quanto para as organizações, que, cada vez mais, veem-se diante de clientes mais exigentes e de concorrentes com capacidade produtiva cada vez mais especializada e ameaçadora. Enquanto os profissionais buscam aprimorar-se e especializar-se em áreas específicas, as empresas buscam técnicas, no sentido de envolver, comprometer e, principalmente, motivar os seus recursos humanos para obter o sucesso e sobreviver em meio a esse mercado competitivo.

A utilização de questionários que poderão identificar as vantagens e desvantagens do modelo aplicado, essas ferramentas podem ser aplicadas para medir o clima organizacional na empresa, identificando qual reação é gerada nos colaboradores, enquanto trabalhadores e executores de tarefas dentro do ambiente da organização, o clima organizacional pode impactar de forma positiva e negativa.

O objetivo geral do presente artigo é analisar o desenvolvimento do clima organizacional e relacioná-lo a produtividade a fim de chegarmos ao resultado desejado, e os objetivos específicos que utilizaremos para alcançar o objetivo geral são: a) conceituar a empresa de acordo com as características e sua cultura organizacional; b) levantar os dados sobre as aplicabilidade reações e nível de satisfação dos colaboradores; c) definir as ferramentas e quais métodos serão utilizados a fim de operar os fatos de acordo com as pesquisas de campo dentro da empresa.

O tema proposto visa relacionar o clima organizacional ao modelo de gestão praticado na organização, a empresa é familiar e segue pelo caminho da descentralização, os colaboradores ganham mais liberdade e autonomia para desenvolver suas tarefas, tendo assim, condições de resolver pequenos problemas cotidianos de forma menos burocrática, propiciando assim, forte capacidade de engajamento dos trabalhadores com os colegas a empresa.

Faz-se referência ao papel do gestor e os instrumentos essenciais para controle e redução dos danos no clima organizacional, no microambiente da empresa, diante dos desafios da globalização e da alta volatilidade, as condições do mercado, propondo melhoria nos aspectos liderança, comunicação e motivação, de forma que a organização obtenha no seu rol colaboradores capacitados a oferecer os resultados a eles propostos.

A elaboração desse trabalho justifica-se devido a importância de entender quais são os efeitos da descentralização no clima da empresa e como ele reflete na rotina e desenvolvimento dos colaboradores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PESSOAS E ORGANIZAÇÕES

Para falar de clima organizacional, primeiramente precisa-se falar de cultura organizacional, para Chiavenato (2010), a cultura organizacional é compreendida de seis elementos que envolvem a cultura organizacional, são cotidianos do comportamento observável às normas ou as regras que envolvem os grupos os valores dominantes, esses valores são determinados pelo proprietário da empresa, às vezes quando a empresa é fundada, são impressos dentro da cultura organizacional da empresa, a filosofia administrativa que a empresa tem é o guia que orienta a empresa a saber quais os procedimentos serão seguidos, quais são as características da empresa, quais são as regras que serão utilizadas.

Quais princípios ela vai utilizar sobre isso faz parte da cultura organizacional da empresa, é umas das partes dos elementos fundamentais dentro da organização, além da parte financeira. São os recursos humanos e pessoais, e isso faz toda a diferença dentro de uma organização. Segundo o Instituto Brasileiro de Coaching (2017, p. 1),

Uma empresa é composta essencialmente por pessoas, e estas são elementos fundamentais, capazes de fazer com que determinada organização seja próspera ou não no mercado em que atua. Por terem importância extremamente significativa no contexto empresarial, é necessário que os colaboradores estejam constantemente alinhados com a missão, visão, e principalmente, com os valores de uma organização, para que assim sejam alcançados bons resultados para ambas as partes.

A cultura organizacional demonstra o cotidiano da organização e a conduta dos cooperadores por meio de sua história, princípios e normas, uma maneira própria de agir, interagir e de ser (subjatividade). Assim como as pessoas, as instituições são diferentes, diferença essa, que é marcada pela sua cultura organizacional. Cada organização demonstra uma cultura ímpar de acordo com a sua estrutura, seu ambiente, suas políticas e suas práticas de recursos humanos. Refere-se também, ao conjunto de definições comuns a todos os membros e que distinguem uma organização das demais. Também pode ser vista como um formato de explicação da sua realidade, ou seja, ela seria a forma institucionalizada de refletir e operar, que há em certa empresa. Para Cameron Quinn (2006, p.17),

[...] cada cultura é, geralmente, refletida pela linguagem única, símbolos, regras e sentimentos etnocêntricos... uma cultura da organização é refletida pelo que é valorizado, os estilos de liderança dominantes, a linguagem e os símbolos, os procedimentos e rotinas, e as definições de sucesso que fazem uma organização única.

O clima organizacional é a consequência da cultura organizacional e a forma como os funcionários respondem a esses valores, crenças e ideias da empresa. Essa reação pode ser positiva ou negativa, podendo ser avaliada através do comportamento do colaborador, se as atitudes do funcionário forem negativas, conseqüentemente irá refletir no desenvolvimento do seu trabalho, por isso é importante que a empresa utilize um programa para acompanhar e incentivar o desenvolvimento dos colaboradores.

Para Campello e Oliveira (2008apud BEZERRA 2011, p.12), “a palavra clima origina-se do grego *klimae* e significa tendência ou inclinação. O clima é algo que não se pode ver ou tocar, mas ele é facilmente percebido dentro de uma organização através do comportamento dos seus colaboradores.”

Segundo Chiavenato (2010 apud BEZERRA 2011, p.13), “o clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes, produzindo elevação do moral interno. É desfavorável quando proporciona frustração daquelas necessidades.”

A pesquisa de clima organizacional simboliza um meio de diálogo entre gestão e subordinados, é uma forma de receber *feedback* com foco nas necessidades dos colaboradores

e facilitar a interação dos mesmos no sistema de gestão através de uma retroalimentação, utilizando as opiniões obtidas através da pesquisa.

A pesquisa de Clima Organizacional é um instrumento voltado para análise do ambiente interno a partir do levantamento de suas necessidades. Objetiva mapear e retratar os aspectos críticos que configuram “o momento motivacional “dos colaboradores da empresa (MARCON,2013, p.43)

Através dos artigos pesquisados pode-se entender que cultura e clima organizacional são diferentes em suas características, e que o clima refere-se à forma como o indivíduo expressa suas emoções dentro do local de trabalho, o ambiente pode favorecer ou desfavorecer um clima positivo, depende muito de como os gestores ou responsáveis pela área ou setor coordenam e conduzem as relações no dia a dia, uma vez que, não dá para separar totalmente vida pessoal e profissional. Segundo Luz (2001, p. 2),

A cultura e o clima organizacional não são visíveis, mas sim perceptíveis em todas as organizações. A cultura é preponderante no comportamento da organização. Ela é um reflexo da "personalidade" da organização e, de forma análoga à personalidade de um indivíduo, nos permite prever atitudes e comportamentos. A formulação de estratégias, o estilo de liderança preferido e as maneiras aceitas de se realizar tarefas, entre outras facetas importantes da vida organizacional, são realmente reflexos da cultura específica da organização em questão.

Sendo assim uma boa empresa para trabalhar é aquela em que os colaboradores sentem confiança nos gestores, prazer em trabalhar junto com os colegas, têm oportunidades de desenvolvimento e autorrealizações, esse comportamento reflete no clima da empresa.

2.2 Cultura e Desenvolvimento Organizacional

Não é de hoje que se pensa de forma humanística no trabalho e mão de obra dos colaboradores, com ênfase nas pessoas, já no período entre (1890/1947), Elton Mayo desenvolvia a teoria das Relações Humanas, nos Estados Unidos, através da experiência em uma fábrica situada em Hawthorne, Western Electric Companhia norte americana que fabricava equipamentos para empresas telefônicas, a contribuição juntamente com a filosofia pragmática de John Dewey e psicologia de Kurt Lewin, com os estudos e pesquisas realizados dentro dessa fábrica no período de 1927 que 1972, utilizando-se de mulheres separadas em grupos e turnos, no início a finalidade da pesquisa era realizar um estudo da fadiga no trabalho.

Porém, mais tarde perceberam outro aspecto, como o desenvolvimento das atividades melhoraram, de acordo com a liberdade que as funcionárias tinham, na sala de provas eram menos cobradas, não se sentiram tão pressionados a produzir determinada quantidade, num determinado tempo, aspecto relevante nesse sentido é que na sala de provas elas eram menos cobradas, tinham menos medo dos supervisores do que no trabalho efetivo real, a partir daí surgiram as teorias humanistas, que se refere sobre as teorias clássicas.

Procurando explicar o comportamento das pessoas na teoria da motivação, na teoria da administração científica entende-se que a motivação era o dinheiro, porém, na teoria da das relações humanas, que entra dentro do clima organizacional, existem outros aspectos que podem favorecer ou não o desenvolvimento do colaborador no local de trabalho. Segundo Chiavenato (2003 pág. 324).

A partir do trabalho dinâmica de grupo desenvolvidos por Kurt Lewin ainda na sua fase inicial de impulsionador da teoria das Relações Humanas com a divulgação do livro de Chester Bernardes e dos estudos de George Homans sobre sociologia funcional de grupo culminando com a publicação do livro de Herbert Simon sobre o comportamento administrativo, a teoria administrativa passa a apresentar novas colocações. As raízes profundas dessas novas contribuições podem ser localizadas nos desdobramentos da teoria das relações humanas. Contudo, é somente a partir da década de 1950 que se desenvolve nos Estados Unidos uma nova concepção de administração. Trazendo diferentes conceitos, variáveis e, sobretudo uma nova visão da teoria administrativa baseada no comportamento humano nas organizações.

A aplicabilidade de três especialidades do saber como antropologia e psicologia que fazem esta atitude do indivíduo de maneira que obtenha resolução da análise do seu cotidiano organizacional, pode decifrar os comportamentos, e assim, o conhecimento das interações dos colaboradores traz os traços deste comportamento, crenças limitantes.

Nesse conjunto, a cultura organizacional era mais relevante em tempos mais remotos, para conservação dos costumes e estigmas, e os colaboradores eram respeitados como capitais de realização e de fato como recursos operacionais no chão fabril. “A cultura é considerada não como uma rede de comportamentos concretos e complexos, mas como um conjunto de mecanismos que incluem controles, planos, receitas, regras e instruções que governam o comportamento” (SILVA; ZANELLI, 2004, p. 416). Para CHIAVENATO (2010, p.172),

Cultura é um termo genérico utilizado para significar duas acepções diferentes. De um lado o conjunto de costumes e realizações de uma época ou de um povo e, por outro lado, artes, erudição e demais manifestações mais sofisticadas do intelecto e da sensibilidade humana considerada coletivamente. A cultura organizacional nada tem a ver com isso. No estudo das organizações, a cultura equivale ao modo de vida da organização em todos os seus aspectos, como ideias, crenças, costumes, regras, técnicas etc.

Os fatores externos influenciam o clima organizacional de maneira bem ímpar trazendo mudanças na organização, sendo os mesmos ligados às condições socioeconômicas, culturais e sociais. Tais mudanças podem vir a serem classificadas em três paradigmas culturais: o da autocracia, que trata dos colaboradores como subordinados de inteligência, iniciativa e criatividade com pouco valor; o do conformismo onde os colaboradores aceitam o que vem da organização sem questionamentos e se ajustam a tal situação; e a do individualismo onde o colaborador age individualmente, se privando de relações

2.3 Clima Organizacional

Segundo (CHIAVENATO, 1983), entende que a descentralização pode conceber gestores mais engajados, participativos, direcionados para metas e objetivos, pois, a estrutura descentralizada gera novos tipos de gerências, a descentralização permite uma autoridade que comporta uma gestão parcialmente confiada e bem mais balanceada e distribuída dentro da organização os planos de cargos e tarefas da empresa, para que possa tomar decisões o mais rápido possível de qualquer ocorrência.

Aproximando assim, os níveis hierárquicos para uma tomada de decisão mais saudável, aumentando eficácia e alcançando maiores resultados. A necessidade de unificação das tomadas de decisões, tornando-as eficientes, pois observa-se que uniformização e a igualdade concebem algumas melhorias na redução de custo da operação. A descentralização gera redução de reposta a alguma ocorrência, assim, dificultando as decisões, também abertura de coordenação e aumento de funções, que podem reduzir o problema. Um grande exemplo da boa funcionabilidade da descentralização, sendo um dos casos mais bem-sucedidos da história, é o da *General Motors Corporation*, no caso em questão, quando Alfred Sloan Jr. foi seu presidente em meados de 1921 a 1955 (CHIAVENATO, 1983)

Em contramão da Ford, que começou como uma indústria individual de pequeno porte e totalmente centralizada, a G.M. foi fundada no ano de 1910, por William C. Durant, como uma organização que, em sua base, seria composta de pequenos empreendimentos obtidos, somados com os antigos proprietários que dirigiam os seus respectivos negócios.

Ao assumir a presidência da companhia, em 1921, “Sloan tomou a decisão de substituir os proprietários por líderes capacitados, desenvolvendo assim, um plano de organização descentralizada, fazendo com que a G. M. chegasse ao topo da

pirâmide das indústrias automobilísticas americanas, tendo como base os primeiros cinco anos” (CHIAVENATO, 1983, p. 176).

É perceptível a melhora do clima organizacional na empresa, cujo modelo de gestão é descentralizado, são fatores relevantes a rapidez em que as decisões são tomadas e que os problemas cotidianos são resolvidos sem a necessidade de levar à diretoria, os processos são menos burocráticos, proporcionando melhor satisfação do cliente.

Para uma boa gestão no modelo descentralizado é necessário que sejam realizados treinamentos adequados e que haja uma comunicação clara e padronizada entre os colaboradores, isso é possível desde que falem a mesma língua, para não haver divergências de informações.

Outro fator relevante que favorece o clima bom dentro da organização é que esse modelo de gestão descentralizada dá mais autonomia ao colaborador que se sente mais valorizado, mais capaz e tem suas habilidades destacadas.

Segundo (CHIAVENATO, 1983) da Exemplo, a rotina diária do setor operacional é diferente a cada dia, quem sabe quantos turistas precisam e o encarregado do departamento, se fosse numa gestão centralizada ele precisaria fazer o levantamento, passar para o diretor e só após a autorização chamar o pessoal, isso levaria mais tempo e no ramo de transporte cada hora perdida pode prejudicar o serviço final, sendo assim, no modelo descentralizado não é necessário toda essa burocracia, ele já chama o pessoal, é só passar para o financeiro quanto será necessário para os pagamentos.

É imprescindível o conhecimento na área de atuação para tomar tal decisão, a responsabilidade é maior e tem autonomia para decidir desde que seja para o bem comum da empresa e do cliente. Neste modelo de gestão as responsabilidades são transferidas para os escalões menores, ficando apenas as decisões que exigem mais análise para o gestor, focando nas principais decisões, as necessidades mais urgentes são resolvidas diretamente pelo subordinado. Delegar é um meio que os gestores têm de motivar e gerar senso de responsabilidade, promovendo ao subordinado o sentimento de reconhecimento, conquista e crescimento pessoal (MILNER, 1991).

2.4 Vantagens e Desvantagens da Centralização

Algumas das vantagens da descentralização são a aproximação dos níveis hierárquicos, proximidade do problema para sua resolução, redução da morosidade na tomada

decisão, aumentar a produtividade, pois o corpo da gerência próximo do operacional não permite que o mesmo realize as tarefas propostas, tendo grande redução do mesmo e dos departamentos de coordenação, podendo assim, treinar e desenvolver novos líderes, motivando o funcionário a melhorar os resultados. O Quadro 1, relaciona algumas das vantagens e desvantagens da descentralização em uma empresa.

Quadro 1: Algumas vantagens e desvantagens da descentralização

Vantagens da descentralização	Desvantagens da descentralização
1. As decisões são tomadas mais rapidamente pelos próprios executores da ação. 2. Tomadores de decisão são os que têm mais informações sobre a situação. 3. Maior participação no processo decisional promove motivação e moral elevada entre os administradores médios. 4. Proporciona excelente treinamento para os administradores médios.	1. Pode ocorrer falta de informação e coordenação entre os departamentos envolvidos. 2. Maior custo pela exigência de melhor seleção e treinamento dos administradores médios. 3. Risco de sub-objetivação: os administradores podem defender mais os objetivos departamentais do que os empresariais. 4. As políticas e procedimentos podem variar enormemente em diversos departamentos.

Fonte: Chiavenato (1997 apud VIVANCOS; CARDOSO, 1999, p.4).

Conforme analisamos no Quadro 1, a descentralização permite melhor aproveitamento das habilidades dos recursos humanos disponíveis.

2.5 Liderança

O papel do administrador, conforme embasamento teórico, tem como pilar para gerenciamento de problemas, ferramentas para levantamento de hipóteses para uma possível solução de problemas em todos os âmbitos, sejam recursos materiais ou humanos.

A organização é o ambiente onde se desdobra a metamorfose de seus agentes internos e externos e assim é construída sua identidade. Sob um ambiente instável, tratar do que se refere às pessoas e suas necessidades, vêm a ser uma tarefa cheia de desafios do processo administrativo de gestão. RESENDE e BENAITER (1997), alertam que a disposição dos colaboradores em somar na organização está relacionada à realização de seus objetivos pessoais, assim, os mesmos contribuem de acordo com que recebem os incentivos desejados.

As organizações dependem, de forma geral, que seus funcionários venham a fazer o seu máximo, buscando trazer sempre o melhor para a mesma. Toda organização precisa de seus colaboradores em cinco aspectos específicos: adesão, direção, empenho, eficiência e inovação (XAVIER, 2006).

Um fator que vem se tornando um patrimônio importantíssimo nas organizações são as pessoas, os colaboradores. Ele se destaca por ser um dos mais importantes patrimônios

intangíveis, a ponto de ser um alvo de superação aos seus concorrentes no mercado. O ativo tangível pode vir a ser comprado ou negociado, e as competências das pessoas, a inteligência e as relações é que são responsáveis pelo bom desempenho, estabilidade e manutenção do clima das organizações (CHIAVENATO, 2005).

Tendo o estado da globalização atual, as organizações sofrem imensos impactos na sua constituição. As mudanças afetam as pessoas e organizações basicamente em quatro âmbitos: econômico, financeiro, operacional e psicossocial, sendo assim, tais aspectos se tornam interdependentes, em que um é afetado pelo outro, podendo gerar uma crise (XAVIER, 2006).

Um bom gestor, com competências para a administração do clima, está preocupado com o zelo da imagem da empresa, levantando seus pontos fracos e riscos para reduzir o nível de insatisfação. Cabe ao diretor levantar os índices de satisfação, absenteísmo e rotatividade políticas de demissões em tempo de crises possuem métodos como *lay-off*, reduções temporárias da carga de trabalho e suspensão dos contratos trabalhistas. Diante de um cenário desfavorável o nível de engajamento e motivação tende a diminuir, tornando a produtividade ineficaz.

Ser estratégico é calcular o vindouro da organização e então ajustar informações sobre as pessoas do negócio, e ainda ser capaz de entusiasmar quem é capaz de tomar decisão, o presidente ou os colaboradores.

Segundo MILKOVICH (2000, apud MACHADO, 2015, p.3), “políticas de recursos humanos referem-se às maneiras pelas quais a organização pretende lidar com seus membros e, por intermédio deles, atingir os objetivos organizacionais permitindo condições para o alcance de objetivos organizacionais e individuais”. Nas organizações, a todo o momento são tomadas decisões. Para que tais decisões sejam feitas de forma correta, é necessária uma pessoa com as devidas competências necessárias para exercer a função. Os administradores têm a liderança como seu principal dever. Ela vem a ser um dos papéis essenciais na vida profissional de quem busca a administração como profissão. Para Cury (2000, p. 288), “a capacidade de liderar está inteiramente ligada com o processo da motivação, em uma situação de mútua dependência entre líder e seus subordinados, assim, o líder precisa de seus subordinados para concretização das metas estabelecidas e vice-versa”.

As tomadas de decisões, dentro das organizações podem ser tidas como centralizadas ou descentralizadas. A tomada de decisão centralizada ocorre quando as decisões partem dos níveis hierárquicos mais altos das organizações, enquanto a descentralizada parte dos níveis mais próximos do operacional.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de estudo de caso na empresa de transporte Rodoviário Amigo Transportes de Goiás, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, qualitativa, porque visa medir a qualidade de vida profissional e pessoal, quantitativa pois será através de gráficos, amostras e pelo método de amostragem, conforme mencionado no parágrafo 3º da introdução deste artigo, o estudo foi realizado sobre informações secundárias colhidas em bancos de dados de outros artigos e livros, este material nos permite fundamentar a nossa pesquisa, trazendo à luz da ciência aquilo que é vivido na prática dentro de um ambiente de trabalho dentro da organização. Segundo Chiavenato (2014, 353),

Estudo de casos: é um método de desenvolvimento no qual a pessoa se defronta com a descrição de um problema organizacional para ser analisado e resolvido. Trata-se de uma técnica que permite diagnosticar um problema real e apresentar opções de solução, desenvolvendo habilidades de análise, comunicação e persuasão.

Para uma avaliação do clima organizacional bem sucedida são necessários alguns fatores que se tornam essenciais na elaboração da pesquisa, uma das formas mais eficientes é o estudo de caso, onde será definida a empresa, os métodos utilizados serão questionários, entrevistas, os dados serão levantados entre funcionários, chefe, diretores e proprietários, levando em consideração que o sigilo se faz necessário para evitar conflitos futuros, afinal, o objetivo da pesquisa é contribuir com a sociedade de forma a esclarecer e auxiliar no melhor método de convívio dentro das organizações.

3.1 Instrumentos da pesquisa

A ferramenta *google forms* foi escolhida para aplicação do questionário por fornecer dados gráficos que proporcionam melhores resultados para conclusão da pesquisa, a função da aplicação do questionário é compreender visão das pessoas que trabalham na empresa, ressaltando suas necessidades e insatisfações, a partir deste estudo possibilitar aos gestores um conhecimento mais abrangente dos recursos humanos que possuem. A pesquisa realizada aponta aspectos relevantes na qualidade de vida dos colaboradores e de sua satisfação no ambiente de trabalho, o interesse em permanecer na empresa, dentre outros.

O universo da pesquisa abrange a matriz localizada em Goiânia GO, e considerou-se interessante aplicar também na filial de São Paulo, com uma amostra número de 37 (trinta e sete) funcionários, foram aplicados a colaboradores de todos os níveis hierárquicos e de diversos setores da empresa (equipe de vendedores , assistentes administrativos, gerência, motoristas , ajudantes de carga e descarga, auxiliar serviços gerais). Desta amostra de 26 pessoas, corresponde a 70 % do total, responderam os questionários.

3.2 Aplicação da pesquisa

Encontrou-se uma certa dificuldade para aplicação dos questionários, pois primeiro a pessoa responsável pelo departamento de RH fez uma reunião com o pessoal do operacional incluindo motoristas, ajudantes de carga e descarga e o encarregado, também participaram os motoristas, foram passadas as instruções de como deveriam preencher, alguns não conseguiram fazer isso no mesmo dia, sendo necessário pouco mais de tempo sendo utilizados questionários impressos, e aos demais colaboradores a pesquisa foi por aplicativo de celular, o que levou em média uma semana para devolver respondidos os questionários impressos e assim, incluímos no questionário pelo *link*.

Os questionários foram divididos em dois grupos, tendo no primeiro, questões sobre o perfil do colaborador, como: necessidades básicas, saúde, situação financeira, convivência familiar, vida social, férias e lazer, porém serviu de base para os gestores sentirem como é a qualidade de trabalho dentro do ambiente coletivo e como flui a comunicação, o nível de satisfação com remuneração e benefícios que recebem, foi questionado sobre relacionamento interpessoal, valorização profissional. De acordo com Gil (2002, p. 42),

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

3.2.1 Caracterização da Empresa

A empresa atualmente situada em Trindade Goiás, teve início a partir da necessidade e oportunidade visualizada por um dos proprietários. Em uma entrevista, Edimar um dos sócios proprietários relata: “Trabalhei 10 anos em uma empresa conceituada de transportes que tinha entrado em falência por administração, então deveria tomar uma decisão, começar em outra ou fundar a Amigo Transportes. Houve dúvidas, mas a experiência indicava para começar o negócio em 1998. Então eu e mais um sócio fundou esta empresa. A primeira carga foi de 700 kg, três caminhões por semana, segundo foi de 3.000 kg e foi subindo a carga. A empresa estabilizou com 6 meses”.

No ano de 2019, conquistou seu próprio terreno onde construiu sua sede, com projeto desenvolvido nos padrões e requisitos necessários, estrutura física adequada para as operações de carga e descarga e ambiente climatizado. Possui duas entradas, uma para dependências dos funcionários administrativos e outra para carga e descarga, O galpão possui 670m² para desembarque e embarque de mercadoria. Com mais 330m² para área administrativa com estacionamento próprio, fachada dos dois lados tanto do galpão, como da parte financeira. Todas as dependências adequadamente climatizadas e iluminadas.

Possui uma filial em São Paulo SP, está localizada em uma área estratégica da Cidade de São Paulo, próximo a Marginal Tietê, o que facilita o acesso para os clientes e outras transportadoras que deixam suas mercadorias para transportes, conta com profissionais competentes para manuseio da mercadoria e atendimento aos clientes.

Suas características apontam para o modelo de empresa familiar desde sua fundação e pelo tipo de gestão mais informal, menos burocrático e por estar sendo administrada pelo filho de um dos donos da empresa.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após todos os levantamentos feitos na Amigo Transportes, verificou-se alguns pontos que chamaram atenção, RH é um departamento com gestão estratégica em Recursos Humanos, esse departamento teria a missão de auxiliar a empresa a preencher as necessidades dos seus colaboradores enquanto busca atingir seus objetivos, esse departamento trabalha com um planejamento para empresa e visa suprir as necessidades dos seus funcionários.

Foi possível chegar até esse diagnóstico através da pesquisa de clima que é uma ferramenta importantíssima que auxilia o trabalho do RH , através dela, o funcionário tem a liberdade de avaliar a empresa na qual trabalha apontar as necessidades da mesma, pois na

entrevista o funcionário não precisa se identificar, só assim ele revela a sua visão sobre a empresa em que trabalha, e o lado positivo que depois que a empresa recebe as críticas o intuito da pesquisa é pegar o resultado e trabalhar para sua melhoria.

Com base nos dados levantados alguns pontos a serem melhorados como: maior apoio da chefia para melhorar a interação com a equipe e um melhor ambiente de trabalho; melhor conforto físico; controle/pressão; adotar a política de recompensa além de estimular a coesão entre colegas de trabalho.

Todos esses fatores são essenciais para a compreensão da cultura e clima organizacional, e através desses levantamentos podem ser fornecidos subsídios para as melhorias necessárias. Dados estes, que não devem ser considerados como afronta ou “rebelião” de funcionários insatisfeitos, e sim, como um olhar de pessoas que vivem no dia - a- dia as pressões existentes por causa desses pontos a serem melhorados. Além de tudo, esse é o objetivo da pesquisa de clima organizacional, levantar pontos, dados a serem melhorados ou mudados.

O item que obteve maior porcentagem na pesquisa foi, ambiente, reconhecimento e remuneração, algo que faz-se necessário dentro de uma organização, esta, por sua vez, não necessariamente deva vir como lucro (dinheiro), mas pode vir em forma de elogios, reconhecimentos e valorização da tarefa executada pelo colaborador, pois estes trabalham em conjunto, onde cada um desempenha um papel essencial.

A vida dos indivíduos constitui uma infinidade de interações com outras pessoas e com a organizações. O ser humano é predominantemente social, pois não vive isoladamente, está em constante convívio e relacionamento com seus semelhantes em decorrência de limitações são obrigados a cooperarem uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que não atingiriam se estivessem sozinhos, e esta cooperação é fundamental para a sobrevivência da organização.

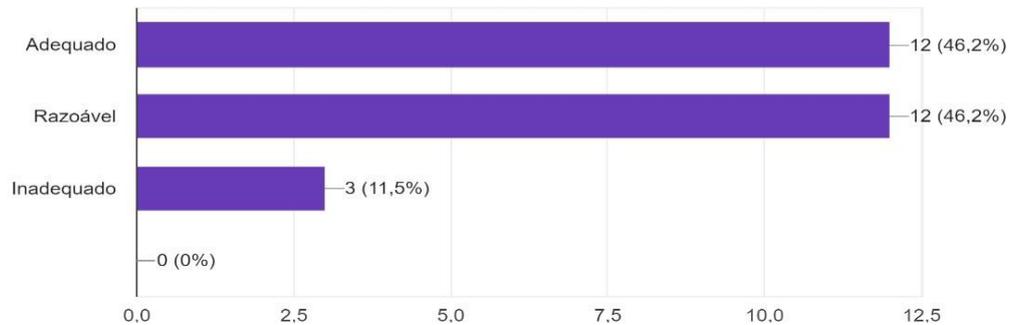
O colaborador menciona uma melhor interação entre a chefia e um ambiente de trabalho adequado (conforto físico), pois são pontos cruciais para a manutenção e sobrevivência da organização.

Questão 1. Relacionamento interpessoal

Participaram desta primeira questão 26 pessoas, 12 pessoas consideraram o relacionamento interpessoal de maneira geral adequado o que corresponde a 46,2% dos participantes. Apenas três pessoas consideraram inadequado correspondendo, a 11,5% das pessoas que participaram.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL • De maneira geral a uma união em resolução dos problemas encontrados pela equipe ? • Como você observa a interação entre as equipes ?

26 respostas

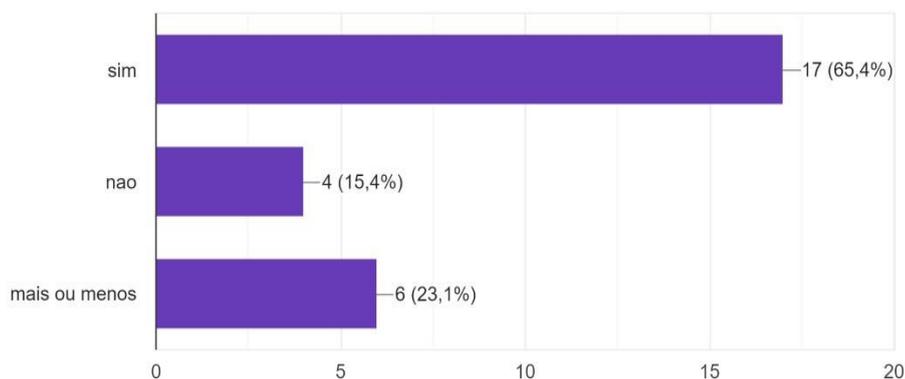


Questão 2. Remuneração

Referente à remuneração, para saber como o colaborador se sente realizado, participaram também 26 pessoas, o índice maior foi de 65%, com 17 participantes que concordam que a remuneração é apropriada com as tarefas que realizam, e o mínimo foi de 4 pessoas que corresponde a 15,4% que disseram que não, que a remuneração não é apropriada à tarefa realizada, 23,1% consideraram a remuneração como mais ou menos, ficaram indecisos corresponde a seis pessoas participantes dessa pesquisa.

REMUNERAÇÃO • Você se sente realizado com a sua remuneração? • Você avalia sua remuneração apropriada tarefa que você realiza? • Você acha...mpresa remunera adequadamente os funcionários?

26 respostas

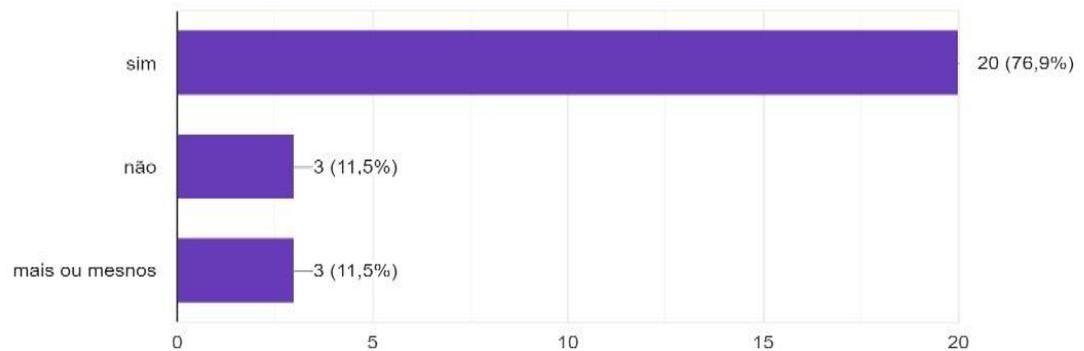


Questão 3. Estabilidade no emprego

Em relação a estabilidade no emprego 26 pessoas participaram, 20 delas que corresponde a 70,9%, que concordam que ter estabilidade com uma proposta para acessão de

cargo no emprego é importante, e a minoria três pessoas que corresponde a 11,6% acreditam que não tenham estabilidade na empresa

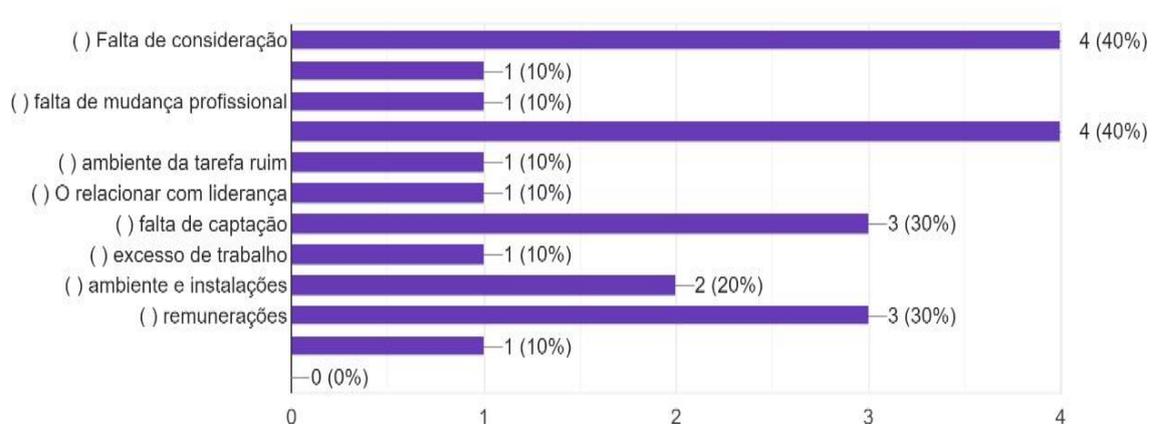
ESTABILIDADE NO EMPREGO • Você acredita ter estabilidade ou proposta para acessão de cargo no emprego ?
26 respostas



Questão 4. Fatores motivacionais/fatores desmotivadores

Essa questão contou com apenas 10 respostas, como a falta de consideração 40%, falta de mudança profissional 10%, ambiente de tarefa ruim 10% , considera ruim o relacionamento com a liderança 10%, relacionou a falta de capacitação 10%, ambiente e as instalações 20%, ao acesso do trabalho com 10%, e com relação à remuneração 30%. Essas questões foram sobre o conceito de satisfação ou insatisfação pelo colaborador com relação às motivações do trabalho.

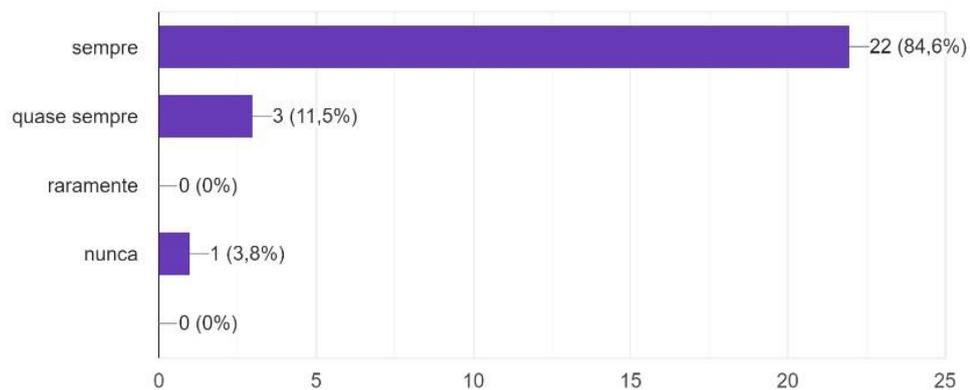
ATORES MOTIVACIONAIS/FATORES DESMOTIVADORES • Mencione três motivos que gere insatisfação ou satisfação para você colaborador. ...terceiro que provoca maior índice de insatisfação.
10 respostas



Questão 5. Imagem da empresa

Quanto à imagem da empresa, a avaliação foi se a empresa é uma empresa boa de se trabalhar se seria recomendada para um amigo, foi avaliado também se a conduta dos líderes são exemplos para os outros funcionários, participaram desta questão 26 pessoas, no entanto, 22 delas consideram que sempre é, nesse total corresponde a 84,6% dos entrevistados quase sempre 3 pessoas participaram correspondendo 11,5%, raramente nenhuma pessoa, e nunca uma pessoa, correspondendo a 3,8% dos entrevistados.

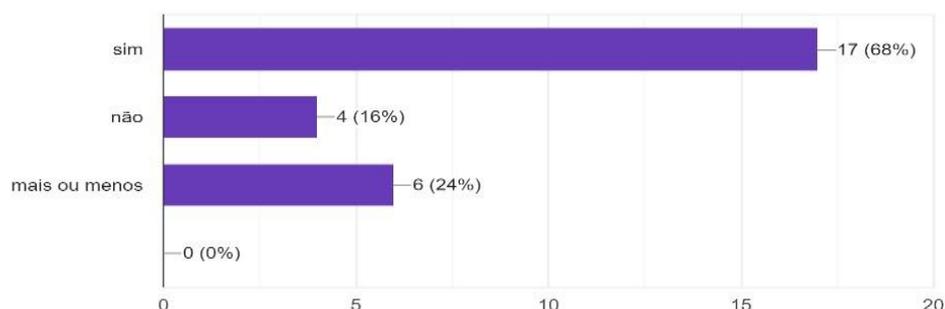
IMAGEM DA EMPRESA • Você avalia a empresa como boa de se trabalhar? • Você recomendaria para um amigo a empresa? • Você avalia a conduta ... • Os líderes são exemplos para os funcionários?
26 respostas



Questão 6. Carreira

Em relação à carreira, a pergunta foi sobre oportunidade de crescimento e o interesse por outro setor dentro da empresa, participaram dessa pesquisa 25 pessoas onde 17 pessoas correspondendo a 68% responderam que sim. Não esperam uma oportunidade crescimento em sua carreira foi o total de 4 pessoas correspondendo a 18%, e mais ou menos seis pessoas correspondendo a 24%.

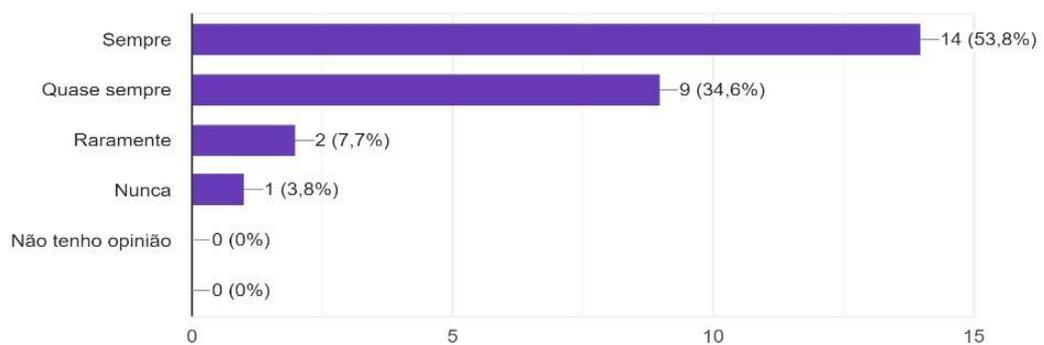
CARREIRA • Você espera em uma oportunidade de crescimento em sua carreira? • Você se percebe hábil para adquirir maiores cargos? • Voc...m interesse trabalhar em outro setor da empresa?
25 respostas



Questão 7. Realização profissional

Com relação à realização profissional, participaram também 26 pessoas, dos que sempre se sentem realizados foram 14 respostas totalizando 53,8%, quase sempre com nove pessoas totalizando 34,6%, raramente duas pessoas atualizando 7,7%, nunca 3,8% uma pessoa participante os demais não teve resposta.

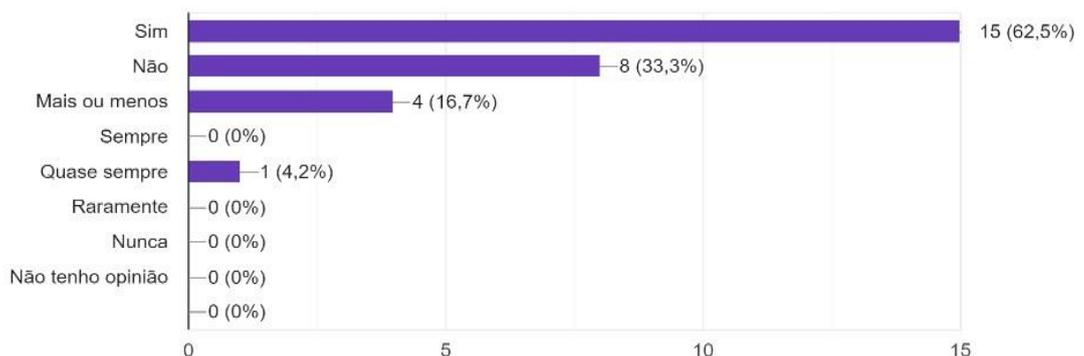
REALIZAÇÃO PROFISSIONAL • Você se sente realizado com seu cargo? • Seu estado profissional hoje você se sente realizado?
26 respostas



Questão 8. Quantidade e qualidade de trabalho

Em relação à quantidade e qualidade do trabalho, como os participantes se sentem em afinidade com quantidade de afazeres, e se eles atingem se a quantidade de trabalho é mais importante que a qualidade, participaram 24 pessoas, responderam que sim 15 pessoas totalizando 62,5%, 8 pessoas responderam que não totalizando 33,3%, mais ou menos foram 4 pessoas que responderam totalizando 16,7%, e quase sempre uma pessoa totalizando 4,2% os demais itens não tiveram respostas.

QUANTIDADE E QUALIDADE DE TRABALHO • Você se sente contente em afinidade ao quantidade de afazeres que atinge? • A quantidade do trabalho e mais importante do que qualidade?
24 respostas

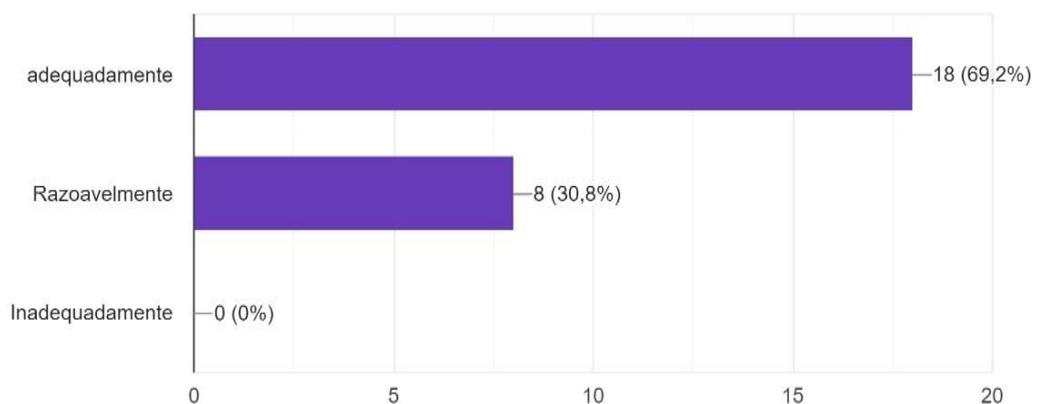


Questão 9. Diálogo

Em relação ao diálogo de que maneira a gestão da empresa dialoga com os operários, participaram também 26 pessoas, 18 delas correspondendo a 69,2% consideraram adequadamente, 8 pessoas correspondendo a 30,8% razoavelmente, inadequado não teve respostas, nenhuma pessoa considera a comunicação inadequada com os funcionários.

DÍÁLOGO • De que maneira a gestão da empresa se dialoga com seus operários?

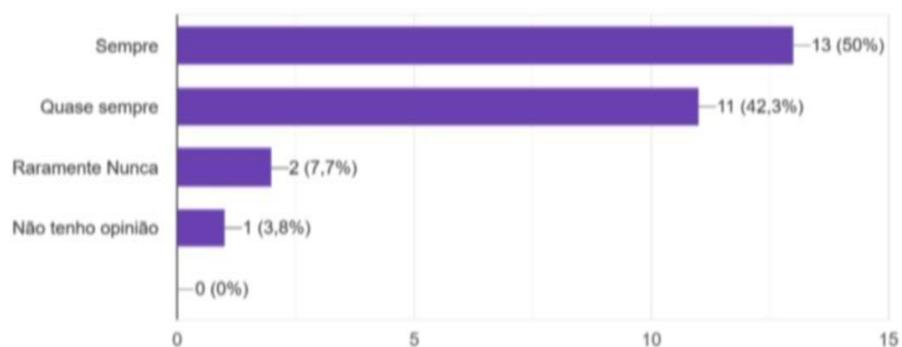
26 respostas



Questão 10. Reconhecimento profissional

No item reconhecimento profissional, como o colaborador se sente reconhecido pela organização, foram respondidos por 26 pessoas. Que julgam ser reconhecido 13 pessoas um total de 50%, quase sempre são reconhecidas 11 pessoas 42,3%, raramente duas pessoas correspondendo a 7,7%, e que não tiveram uma opinião uma pessoa correspondendo a 3,8% .

RECONHECIMENTO PROFISSIONAL • Você se sente reconhecido pela organização ? • Você observa que o seu potencial profissional tem sido a... • A empresa valoriza os profissionais eficientes ?
26 respostas

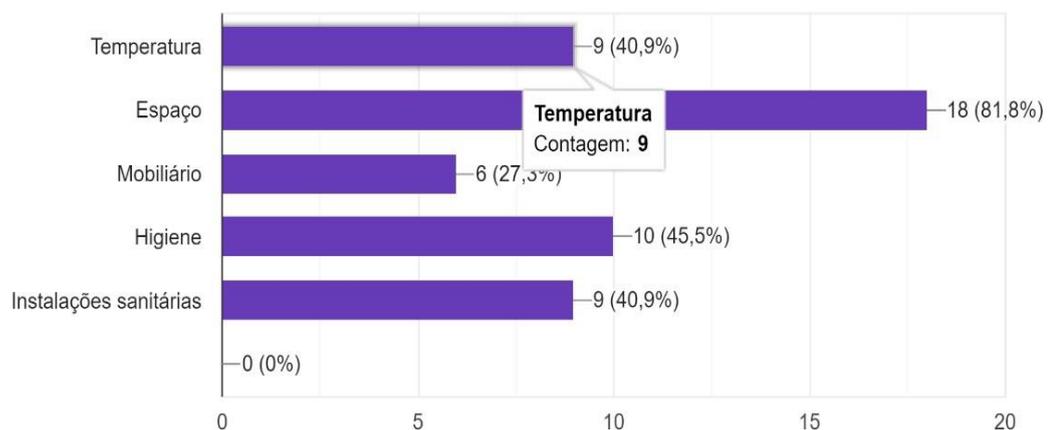


Questão 11. Condições físicas de trabalho

Referente às condições físicas no trabalho, ao ambiente e às atividades adequadas, 22 pessoas responderam essa questão, foi analisada temperatura, espaço físico, mobiliário, higiene e instalações sanitárias, o percentual para temperatura foi de 40,9%, espaço físico 18 pessoas 81,8%, mobiliário 27,3%, higiene 45,5%, instalações sanitárias 40,9%.

CONDIÇÕES FÍSICAS DE TRABALHO • Os ambiente da sua atividades são adequadas ?

22 respostas

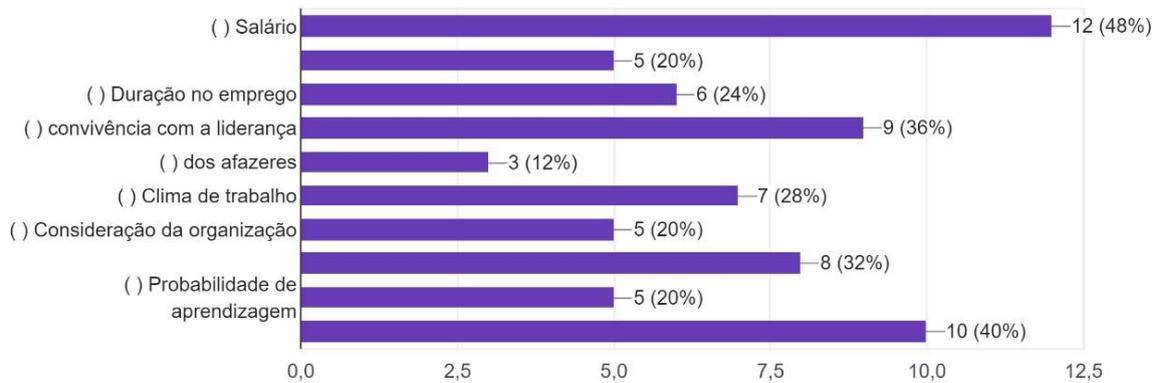


Questão 12. Motivação para o trabalho

Em relação à motivação no trabalho, o que mais motiva foram considerados em nível maior o salário, duração no emprego, convivência com a liderança, os afazeres, o clima do trabalho, considerações da organização, probabilidade de aprendizagem, esse item ficou com a maior percentual, o salário correspondendo a 48%, duração no empregos 24%, convivência com a liderança 36%, dos afazeres 12%, do clima de trabalho 28%, consideração da organização 20%, a probabilidade de aprendizagem ficou com 20%.

- O que te motiva ficar trabalhando na empresa. Coloque número 1 na principal e número 2 na segunda mais importante.

25 respostas



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar os impactos da descentralização sobre cultura e o clima organizacional na Empresa Amigos Transportes, foram levantadas informações sobre os relacionamentos interpessoais para resoluções de problemas, remuneração, estabilidade no emprego, fatores motivacionais, imagem da empresa, carreira, realização profissional e diálogo. Esse objetivo foi alcançado parcialmente devido ao pouco tempo disponibilizado para o alcance do mesmo, e da pouca disponibilidade dos colaboradores para a aplicação dos questionários e entrevistas, devido às suas rotinas serem corridas.

A presente pesquisa apresentou importantes levantamentos de clima organizacional dentro da empresa, o engajamento e o nível de satisfação entre os trabalhadores, as dificuldades encontradas no cotidiano bem como a elaboração de soluções para os problemas e a melhoria do clima organizacional. Iniciou a construção de uma ponte entre colaboradores e líderes, colocando os departamentos face -a -face em prol da melhoria da organização.

Pensando a frente e planejando o melhor caminho para a empresa, irá suprir suas necessidades e de seus funcionários, assumindo compromisso de realizar treinamentos periódicos com técnicas de avaliação e disciplina, quando a empresa se dispõe passa a cultivar um ambiente de trabalho que será focado no bem estar dos colaboradores, conseqüentemente a Amigo Transportes de Goiás, contará com funcionários produtivos todos em busca do mesmo objetivo e alcançando a missão da empresa.

A contribuição do presente artigo está em disponibilizar gráficos que explicam a satisfação, insatisfação, melhorias e sugestões dos colaboradores para a empresa. Contém dados levantados dentro da instituição, podendo a mesma utilizar-se dele para uma aplicação de melhorias na organização.

Portanto sugere-se que esse trabalho não seja finalizado neste momento, mas sim, reaproveitado pela instituição, caso a mesma deseje realizar uma gestão eficiente para a melhoria do clima e cultura organizacional.

6 REFERÊNCIAS

- ADMINISTRABRASIL. **Teorias Humanas**. Disponível em: <<https://administrabrasil.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Teoria-das-lac%CC%A7oes-Humanas.pdf>> Acesso em: 18 out. 2020.
- BEZERRA, Aline de Souza. **Clima Organizacional: Fatores que influenciam na empresa xyz**, 2011. Disponível em: <<http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/admpicos/arquivos/files/ALINE%20DE%20SOUSA%20.pdf>> monografia de TCC.> Acesso em: 30 mar. 2020.
- BERTERO, Carlos O. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v8n27/v8n27a03.pdf>> Acesso em: 18 out. 2020.
- BEGNAMI, M. L. V.; ZORZO, A. Clima Organizacional: Percepções e Aplicabilidade. **Revista Científica da FHOUNIARARAS** v. 1, n. 2/ 2013. Disponível em: <http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.5-002-2013.pdf> Acesso em: 18 out. 2020.
- CAMERON, K. S.; QUINN, R. E. **Diagnosing and changing organizational culture**. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.
- CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. -3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHIAVENATO, Idalberto; **Gestão de pessoas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHIAVENATO. **Gestão de pessoas o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.
- CHIAVENATO. **Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas**. São Paulo: Atlas, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**, Rio de Janeiro campus 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 - 6ª reimpressão.
- EQUIPE IBC. **Importância de cultura organizacional de uma empresa**, Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/importancia-cultura-organizacional-empresa/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

FERREIRA, Aparecida. **A Área de Recursos Humanos e seus Processos**. Disponível em: <http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Trabalhos%202015/A_area_de_recursos_humanos_e_seus_processos.pdf> Acesso em: 30 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUZ, Maria. A. M. **INFLUÊNCIA DA CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL NA PREDISPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ÀS MUDANÇAS**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81522>>. Acesso em: 5 out. 2020.

LUZ, R. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

MACHADO, A. M., GOULARTA, M. A., **Análise de clima organizacional: Estudo de Caso em uma Agência Bancária**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/289_Artigo_SEGET___Alyne_3%5B1%5D.0.pdf> Acesso: 20 abr. 2020.

MARCON, Denise. **Livro didático do Curso de Psicologia Organizacional**. Portal Educação. 1.ed.-Campo Grande: Portal Educação, 2013.

MILNER, O. I. **Successful Management of the Analytical Laboratory**. Flórida: Lewis Publisher, 1991.

OLIVEIRA, Anderson M. **A Influência do Clima Organizacional na Motivação dos Servidores da Fundação Alfredo da Matta**. Rio de Janeiro 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/themes/Mirage2/pages/pdfjs/web/viewer.html?file=http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3468/muniz.pdf?sequence=1&isAlloved=y>>. Acesso em: 24 out. 2020.

OLIVEIRA, D.de P.R. **Sistemas, Organização e Método: Uma abordagem gerencial**, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, W. M. **Perfil analítico-descritivo da pesquisa sobre clima organizacional em Instituições de Ensino Superior**. 1996. Tese (Doutorado em Administração Escolar) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PADILHA, M. G. **Liderança**. Disponível em: <www.ppr.gov.br/batebyte/edições/2003/bb132/stagiario.shtml> Acesso em: 24 out. 2020.

SEBRAE. **Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?matéria=10410>>. Acesso em: 24 out. 2020.

SOUZA Ana. G. A. **Estudo de caso sobre a centralização e a descentralização em estrutura de laboratórios de pesquisa**. Rio de Janeiro 2016. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30847/30847.PDF>>. Acesso em: 22 out. 2020.

RESENDE, E. BENAITER, P. R. **Gestão de clima organizacional: uma ferramenta de melhoria contínua que leva em conta as pessoas**. São Paulo: Ênio Resende & Associados, 1997.

VIVANCOS, Adriano. G., CARDOSO Francisco. F. **A Implantação de Sistemas de Gestão da Qualidade e a Descentralização do Poder em Empresas Construtoras**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep1999_a0396.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

XAVIER, R. **Gestão de Pessoas na prática: os desafios e as soluções**. São Paulo: Gente, 2006.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. In: SILVA, Narbal.

ZANELLI, José C. **Cultura Organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/32914309.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Daiane Ramos Barreto RA 31 638

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Os reflexos da descentralização sobre o clima organizacional estudo de caso na Empresa Lomigo Transportes de GO

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Rhymaldo Ribeiro Costa

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Administração Modalidade afim Bacharelado

Daiane Ramos Barreto

Assinatura do representante do grupo

MOTIVAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NUMA INDÚSTRIA TÊXTIL

MOTIVATION AT WORK: A CASE STUDY IN A TEXTILE INDUSTRY

ANA KARLA GOMES DE MORAIS¹; KAREN MEDEIROS²; TAMARA ANTONIA DA COSTA MOURA³; ODIR LUIZ FANK⁴

RESUMO

O trabalho apresenta teorias sobre a motivação, a importância do líder na motivação, como ele gerencia sua equipe, o impacto que isso tem na motivação de cada indivíduo e o quanto isso influencia na produtividade da organização, tudo comparado ao posicionamento da empresa estudada perante seus funcionários. O estudo teve como objetivo geral identificar os fatores que causam motivação ou desmotivação numa empresa do setor têxtil no município de Goiânia. Para tanto foi realizada a pesquisa qualitativa com objetivo descritivo e procedimento classificado como levantamento de dados aos quais foram obtidos por intermédio de questionário. Embasados no objetivo do trabalho, verificou-se que mesmo que os funcionários se sintam motivados quanto as necessidades físicas e possuam um bom relacionamento interpessoal para com seu superior, ainda há o que melhorar. Foi sugerido a empresa X que invista em pontos que motivem seus funcionários, tal como, a abertura de espaço para que sejam discutidas as melhorias e ideias propostas pelos seus subordinados e investimento no capital humano. Evitando assim, que a desmotivação impacte negativamente no ambiente de trabalho. **Palavras-chave:** Motivação. Clima Organizacional. Liderança.

ABSTRACT

The work presents theories about motivation, the importance of the leader in motivation, how he manages his team, the impact this has on the motivation of each individual and how much it influences the productivity of the organization, all compared to the positioning of the company studied in relation its employees. The general objective of the study was to identify the factors that cause motivation or demotivation in a company in the textile sector in the municipality of Goiânia. For this purpose, a qualitative research was carried out with a descriptive objective and a procedure classified as data collection, which was obtained through a questionnaire. Based on the objective of the work, it was found that even if employees feel motivated about their physical needs and have a good interpersonal relationship with their superior, there is still room for improvement. Company X was suggested to invest in points that motivate its employees, such as opening space to discuss the improvements and ideas proposed by its subordinates and investment in human capital. Thus preventing demotivation from having a negative impact on the work environment.

Key words: Motivation, Organizational Climate, Leadership.

¹ Graduanda do Curso de Administração FacUnicamps, anakarlagm@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Administração FacUnicamps, karen_tkw2009@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Administração FacUnicamps, tamaramoura.007@gmail.com

⁴ Mestre em ciências contábeis pela universidade regional de Blumenau. Professor da Faculdade Unida de Campinas. Email: odirfank@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A motivação pode ser compreendida como fator psicológico, como um processo ou como uma série de fatores, e segundo Bzuneck (2009, p. 09), “há um consenso generalizado entre os autores quanto à dinâmica desses fatores psicológicos ou de processo, em qualquer atividade humana”, pois eles induzem a uma opção, estimulam, fazem dar começo a comportamentos direcionados a uma meta.

Como interação dinâmica de muitos fatores, o termo motivação é a relação entre uma pessoa e seu meio-ambiente em busca do alcance de um objetivo, sendo que, conforme Heckhausen (1967), existe a “motivação potencial” que está ligada ao “eu”, sendo determinada sobre como uma situação deve ser construída para ser satisfatória. E a “motivação real” que reúne estados presentes e futuros de ser ou estar.

Nakamura (2006) menciona que a motivação tem despertado discussões, sendo no âmbito clínico, educacional, religioso e nas organizações. Ainda conforme o autor,

No âmbito clínico, quando se estudam algumas doenças, na educação, voltada para o processo de aprendizagem, na vida religiosa, quando se tenta compreender o que motiva alguém a ter de numa determinada crença, e, nas organizações, buscando obter um maior rendimento dos profissionais que formam o quadro de uma corporação (NAKAMURA, 2006, p. 15).

Para Verson (1973, p. 11), “a motivação é encarada como uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente”.

Diferente do que se pensava no início do século, Bergamini (1997) reforça que a missão era descobrir o que fazer para motivar as pessoas, descobriu-se que a motivação é intrínseca, cada pessoa possui dentro de si suas próprias motivações. Colocando, em evidência, a necessidade de encontrar e utilizar recursos que não minguem as forças motivacionais das próprias pessoas dentro da organização. Bergamini (1997) afirma que não há um pequeno gênio da motivação, que nos torna o melhor ou o pior dos trabalhadores, e na realidade, a desmotivação não é o defeito de uma geração, muito menos uma qualidade pessoal, ela está ligada a situações específicas.

A motivação dos colaboradores começou a ganhar mais importância na metade do século passado com estudos de psicólogos renomados, como Abrahm Maslow (1987), Frederick Herzberg (1959), Mc Gregor (1960), entre outros.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral identificar os fatores que causam motivação ou desmotivação numa empresa do setor têxtil no município de Goiânia, GO. Como objetivos específicos o estudo apresenta: a) analisar uma estratégia de como manter os funcionários motivados; b) Identificar os aspectos que podem causar a motivação e a não motivação do funcionário no ambiente de trabalho; c) Avaliar melhorias para o bem-estar dos colaboradores para que a produtividade continue em alta.

A escolha deste tema se deve em função da importância do assunto, pois o trabalho refere-se à motivação no trabalho das indústrias têxteis, portanto, é viável saber que no cenário da indústria têxtil há sempre uma relação muito forte entre os resultados de produção, qualidade e comprometimento, o que denota a existência de uma cultura forte e coesa que influencia, de certo modo, positivamente a motivação de cada funcionário. Além disso, percebe-se que estes aspectos parecem gerar o interesse entre os funcionários em conhecer não somente a alta produtividade e desempenho desejável da comunidade interna, mas também seu grau de comprometimento e afetividade com a organização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica do estudo, destacando os temas motivação, liderança, as teorias da motivação, cultura organizacional e clima organizacional.

2.1 Motivação

Para Griffin e Moorhead (2006, p. 98), motivação “é o conjunto de forças que leva as pessoas a se engajar numa atividade em vez de outra. E do ponto de vista de executivos e gerentes, a meta é motivar as pessoas a agir de acordo com o melhor da organização”. A motivação sendo elemento essencial se torna uma força intrínseca que leva o ser humano a conquista de seus objetivos e ideais. “A motivação, portanto, nasce somente das necessidades humanas e não daquelas coisas que satisfazem estas necessidades” (BERGAMINI, 1997, p. 25).

Desse modo, Robbins (2005, p. 133) menciona que “a motivação possui três propriedades que a regem, uma é a direção, o foco da pessoa em sua meta e como realizar, outra é a intensidade, se o objetivo proposto é feito como algo que vai lhe trazer satisfação ou será realizado por obrigação, e a permanência.”

O estudo realizado por Faria e Gibson (2017), teve como objetivo analisar as fontes de motivação que impulsionam o engajamento e a permanência de professores de artes cênicas em um projeto sociocultural como o Nós do Morro. Para a realização da análise, é utilizada uma abordagem em temas relacionados à motivação, organizações do terceiro setor e professores da área artística. O projeto sociocultural Nós do Morro, foi escolhido para o estudo de caso, possibilitando um maior esclarecimento sobre determinadas questões como: Quais as motivações que levam ao engajamento e à permanência de professores de artes cênicas em um projeto sociocultural como o Nós do Morro? Observou-se a existência de fatores motivacionais individualistas e coletivos, confirmando a ideia de que ambos existem e influenciam o trabalho.

De acordo com Maximiano (1995, p. 318), “motivação, é o conjunto de razões ou motivos que explicam, induzem, incentivam ou provocam algum tipo de ação de comportamento”.

Samulski (2002, p. 380) afirma que a motivação é a soma de fatores que direciona o comportamento para o cumprimento de um objetivo.

Dezan dos Santos (2018) aluna da Faculdade Multivix Cariacica de São Geraldo, realizou uma pesquisa aos funcionários de uma empresa bancária, teve como objetivo identificar os fatores que mantêm os funcionários motivados na empresa Alfa (nome fictício). A pesquisa realizada foi descritiva, de caráter quantitativa, com amostra de 35 participantes. Por meio dela, foi possível verificar que grande parte dos funcionários se sentem motivados no seu dia a dia. Entretanto, tais fatores variam de indivíduo para indivíduo. Também foi possível verificar o que pode acarretar a desmotivação dos empregados, sendo o principal, o não reconhecimento por parte da gerência. Por fim, cabe ao gestor respeitar a individualidade e trabalhar de acordo com o perfil de cada funcionário.

2.2 LIDERANÇA

Um conceito sobre liderança que iniciou nas obras clássicas de Peter Drucker: “É tomar a frente da sua própria vida. Ser líder é liderar seus objetivos, seus projetos, sua carreira. Não terceirizar as decisões que cabem apenas a você.”

A liderança está alinhada a influência, a capacidade que um gestor tem em influenciar seu subordinado a realização de determinada atividade ou qualquer outra ação. Chiavenato (1994), propõe a liderança como sendo um fenômeno tipicamente social que ocorre

exclusivamente em grupos sociais e como uma influência interpessoal exercida numa dada situação e dirigida através do processo de comunicação humana para a aquisição de um ou mais objetivos específicos.

Resstel (2017), demonstra que um líder precisa aprender a olhar o mundo não só com a sua perspectiva, mas com a perspectiva dos outros, caso contrário ele se tornará extremamente limitado, sem empatia e sem poder de influência.

A liderança em si representada atua como a conexão dos atributos dos líderes, sendo eles, costumes, traços de personalidade, competências, cultura, estilos, habilidades, valores e caráter com os resultados desejados pela organização (ULRICH et al.,1999, 2000). Já para Bergamini (2009), o aparecimento de uma quantidade excessiva de conceito de liderança, dificulta para delinear de maneira mais precisa e completa a abrangência desse assunto.

Pode-se observar em uma organização que há uma diferença relevante entre os tipos de liderança exercidos diariamente, sendo alguns possuindo personalidades de chefes. Hunter (2004), descreve um chefe como alguém que força ou coage seu subordinado a fazer sua vontade, pela sua posição hierárquica ou sua força, independente se a pessoa subordinada prefira não fazer. Chiavenato (2001), descreve liderança como um processo contínuo em que a escolha faz o grupo caminhar em direção a sua meta, independente de toda perturbação, seja interna ou externa.

Um líder deve possuir algumas características básicas, como comunicação, visão, autocontrole, integridade, capacidade de transmitir e absorver conhecimentos, entre outras. Segundo Kotter (2000), um líder tem, dentre diversas atividades, como principal a produção de mudança, ao qual sua ação deve encontrar-se pautada sobre três bases fundamentais: estabelecer a direção estratégica da empresa, comunicar o planejamento aos seus liderados e motivá-los para que as metas sejam cumpridas.

Um estudo realizado por Neves (2016), no Frigorífico Minerva situado no Mato Grosso. Um estudo sobre o papel do líder em uma indústria do ramo alimentício, com objetivo de pesquisar a importância do estilo de liderança na obtenção da produtividade a partir da motivação das pessoas e das equipes. Sendo realizada uma entrevista com os colaboradores, sendo as perguntas elaboradas a partir de dois eixos: as características que um líder deve possuir e as características que o superior hierárquico do respondente julga possuir. Após a coleta e análise dos resultados, a pesquisa revelou que de fato as razões pelas quais as pessoas são

motivadas a fazer algo são diferentes e dependem do momento em que a pessoa está vivendo, das suas insatisfações pessoais, dos seus objetivos e das necessidades sejam elas interiores ou adquiridas ao longo do tempo. Concluiu-se que a gestão motivacional é muito importante para a sobrevivência da empresa, os líderes devem criar um ambiente propício a todos, para que haja desenvolvimento, selecionar a pessoa certa para o cargo certo, quer dizer satisfazer o primeiro de todos os fatores pesquisados: fazer o que gosta.

2.3 Cultura Organizacional

A cultura organizacional é importante para as organizações independente de seu tamanho, pois refere-se aos valores e preceitos éticos que norteiam o comportamento dos colaboradores.

Cultura organizacional é o conjunto de normas, crenças, preceitos e parâmetros de comportamento que unidos provêm a cada empresa uma característica particular, permitindo a compreensão e interação entre os membros do grupo, a cultura organizacional “é a somatória de conceitos básicos inventados, descobertos ou desenvolvidos por um dado grupo, ao enfrentar seus problemas e necessidades de adaptação externa e integração interna (SCHEIN, 1992, p. 51).

De acordo com as concepções de Fleury (1996, p. 15-16),

A nosso ver é possível distinguir três tipos de postura com referência à investigação dos fenômenos culturais das organizações. A postura empirista... A postura do antropólogo ... A postura do clínico ou terapeuta". Estas posturas indicam a utilização de três ramos do conhecimento que estudam o comportamento humano como chave de leitura para decifrar a cultura: Antropologia, Sociologia e Psicoantropologia. Neste sentido, será conceituada a cultura de acordo com as três ciências citadas, descrito os aspectos da formação e discutidas algumas características da cultura, tais como crenças, valores, costumes, ritos, cerimônias, redes de comunicação, bem como algumas fronteiras desta com o comportamento das pessoas.

São três os principais níveis existentes em uma cultura organizacional: Artefatos, diz respeito ao que vemos. Valores compartilhados, se refere ao que dizem. Pressupostos, corresponde ao que acreditam. Alguns são de fácil percepção, enquanto outros se mostram mais difíceis de notar em ações no dia a dia.

Segundo Robbins (2005, p. 378),

A cultura desempenha diversas funções dentro de uma organização. Em primeiro lugar, ela tem o papel de definidora de fronteiras, ou seja, cria distinções entre uma organização e as outras. Segundo ela proporciona um senso de identidade aos membros da organização. Terceiro, facilita o comprometimento com algo maior do que os interesses individuais de cada um. Quarto, estimula a estabilidade do sistema social. A cultura é a argamassa social que ajuda a manter a organização coesa, fornecendo os padrões adequados para aquilo que os funcionários vão fazer ou dizer. Finalmente, a cultura serve como sinalizador de sentido e mecanismo de controle que orienta e dá forma às atitudes e comportamentos dos funcionários.

Como pode-se observar todos os autores estão com os pensamentos alinhados, desta forma, verifica-se que a cultura organizacional representa o espelho da empresa, que precisa se ver refletida.

O estudo de Varjão e Vergne (2013), teve como objetivo analisar a cultura organizacional como fator de influência no desempenho dos colaboradores. A pesquisa foi desenvolvida numa instituição de ensino, onde foi aplicado o questionário para 14 colaboradores do setor administrativo. Os resultados demonstram que para os colaboradores a adaptação à cultura foi um método de permanecer na empresa, por não terem uma abertura para o crescimento em seu desempenho. Os líderes e diretores possuem uma cultura própria na sua hierarquia, onde podem influenciar por não darem espaço ou oportunidade para os colaboradores, sobre a tomada de decisão. Com esta pesquisa constatou-se que as pessoas apresentam comportamentos diferentes devido à cultura organizacional da empresa, e quando necessita de mudanças a cultura precisa ser menos rígida e tradicional, porém, não deixando seus princípios e valores. Observou-se também que desde o início da sua admissão os colaboradores tiveram mudanças profissionais dentro da empresa.

Já em um Campus do Nordeste brasileiro a cultura organizacional é hierárquica. De acordo com Rocha e Pelógio (2011), que realizaram um estudo de caso em um Campus do Instituto Federal de Ensino situado em um Estado do nordeste brasileiro, tendo como principal objetivo explorar a cultura organizacional predominante na instituição. A pesquisa foi conduzida com 57 servidores ocupantes de diversos cargos. A coleta de dados realizou-se por meio de questionário estruturado e os dados foram processados utilizando-se o programa estatístico SPSS. Por fim, concluíram que a tipologia cultural predominante no Campus do Instituto Federal analisado é a Cultura Hierárquica, e que aspectos específicos do indivíduo influenciam o seu modo de perceber a cultura predominante nessa instituição, o que evidencia a impossibilidade de se afastar os aspectos subjetivos do indivíduo quando se analisa a Cultura Organizacional, mesmo adotando-se um viés funcionalista.

2.4 Clima Organizacional

O clima organizacional diz respeito à atmosfera dentro do ambiente de trabalho, é a forma como colaboradores se baseiam nas relações diárias, sendo de importância significativa para a motivação ou desmotivação através das sensações percebidas na organização.

O clima organizacional é resultante de várias dimensões, sendo elas a cultura, os valores, os costumes, as tradições e os propósitos que caracterizam uma organização. Quando há mudanças nessas variáveis, há mudanças no clima organizacional (TAGLIOCOLO; ARAÚJO, 2007).

O comportamento das pessoas nas organizações está alinhado à visão estratégica da empresa, influenciada pela cultura organizacional, e diagnosticar essas mudanças comportamentais, torna-se o foco da gestão do clima organizacional, que está ligada à maneira como o colaborador visualiza a empresa, com a sua cultura e normas, ou seja, é o conjunto de valores percebidos, formais e informais (FLORES; DA SILVA, 2018).

Fleury e Sampaio (2002), afirma que, o Clima Organizacional representa a coerência entre a cultura predominante e os valores individuais dos colaboradores da organização. Ambientes onde existe um clima organizacional inadequado, acaba gerando problemas para as empresas. Assim, a preservação de um bom clima organizacional justifica-se, pois: influencia a motivação e integração dos indivíduos e equipes; contribui para o alcance dos objetivos individuais e coletivos; diminui os conflitos entre chefias e colaboradores; estimula o comprometimento das pessoas com o negócio; valoriza o respeito ao ser humano; beneficia a comunicação entre os níveis hierárquicos da empresa.

Magnanti (2003) realizou um estudo com o objetivo de avaliar o Clima Organizacional da F.M. Pneus Ltda. Iniciou-se o estudo com a revisão das definições de Gestão de Pessoas, Estratégias de Gestão de Pessoas e Clima Organizacional, em que destaca a valorização do capital humano como principal diferencial competitivo nas organizações. Estudaram também os fatores que definem o clima organizacional nas empresas, tais como motivação, liderança e comunicação. Posteriormente, foi realizada a descrição da empresa selecionada e a pesquisa de campo nas três unidades do grupo, buscando avaliar a satisfação das pessoas em relação às práticas de Recursos Humanos. Diante dessa nova realidade, na qual as pessoas são consideradas o principal agente de mudanças, o clima organizacional revela-se como uma importante referência para avaliação da performance da empresa em relação aos seus clientes internos, gerando um valioso feedback para o planejamento das estratégias de negócio da empresa.

Segundo Beker (2006), o clima organizacional envolve um conjunto de características que descrevem uma organização e que: (a) distingue uma organização da outra; (b) mantém-se de certa forma permanente; (c) influencia o comportamento dos indivíduos na organização. Operacionalmente, representa a soma das percepções dos indivíduos que trabalham na organização.

Um estudo de caso realizado por Machado e Goulart (2016), em uma agência bancária localizada na cidade de Itajubá, MG, buscou identificar através da revisão bibliográfica, as variáveis consideradas importantes e adequadas ao estudo do clima organizacional da entidade. Utilizou-se, para a coleta de dados, de entrevista estruturada aplicada a todos os funcionários da agência citada. Os resultados da pesquisa revelaram um quadro bastante positivo, segundo a percepção de seus empregados, com um índice de aprovação bastante alto para as afirmativas propostas, o que revela um grau de satisfação elevado de toda a equipe. Foram observadas algumas deficiências, como a falta de reuniões, a melhoria do trabalho em equipe e melhoria no aspecto de segurança interna, itens que devem receber atenção especial por parte dos gestores. No geral, pode-se inferir pelos resultados encontrados, que existe um clima bastante favorável e propício ao desempenho profissional de seus colaboradores, bem como uma alta qualidade de vida.

2.5 Principais Teorias Motivacionais

Nesse capítulo são abordadas as teorias motivacionais, destacando a teoria motivacional de Herzberg, teoria das necessidades humanas de Maslow, teoria X e Y de McGregor e para finalizar a fundamentação teórica, temos a teoria das necessidades adquiridas de McClelland.

2.5.1 A teoria motivacional de Herzberg – fatores de higiene X motivação

A Teoria dos dois fatores, como observa Vergara (2000), procura identificar quais as consequências de determinados tipos de acontecimentos na vida profissional dos funcionários, visando determinar os fatores que os levam a sentirem-se excepcionalmente felizes e aqueles que os fizeram sentirem-se infelizes na situação de trabalho.

Fatores Higiênicos, segundo Herzberg (1973) apud Marcelo, Vieira, Schwanz, Pires, Modia e Ayres (2016) fatores extrínsecos, pois se localizam no ambiente que rodeia as pessoas

e abrangem as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho. Como essas condições são administradas e decididas pela empresa, os fatores higiênicos são: o salário, os benefícios sociais, o tipo de chefia ou supervisão que as pessoas recebem de seus superiores, as condições físicas e ambientais de trabalho, as políticas e diretrizes da empresa, o clima de relações entre a empresa e as pessoas que nela trabalham, os regulamentos internos etc. São fatores de contexto e se situam no ambiente externo que cerca o indivíduo.

Com essa teoria Herzberg concluiu que, o que causa a insatisfação nos funcionários são questões ambientais, que não são ligadas a seus cargos ou funções desempenhadas. Ele também constatou que o que leva à motivação de um colaborador é o que diz respeito às suas atividades e seu cargo.

Ainda para Herzberg (1959, apud MATOS; PIRES, 2006) fatores motivacionais em poucas palavras são apenas o trabalho em si e os fatores que lhe são diretamente relacionados podem fazer as pessoas sentirem-se satisfeitas. Assim sendo, os fatores motivacionais estão no controle do indivíduo, pois estão relacionados com aquilo que ele faz e desempenha. Envolve os sentimentos de crescimento individual, de reconhecimento profissional e as necessidades de autoavaliação e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no trabalho. Dessa forma, os fatores motivacionais estão no controle do indivíduo, pois estão relacionados com aquilo que ele faz e desempenha. Envolve os sentimentos de crescimento individual, de reconhecimento profissional e as necessidades de autoavaliação e dependem das tarefas que o indivíduo realiza no trabalho.

Segundo Herzberg (1997 apud OLIVEIRA, 2017), os fatores higiênicos, quando ausentes, interferem apenas na desmotivação do trabalhador, enquanto os fatores motivacionais ou intrínsecos estão relacionados quando presente a motivação do trabalhador.

Para Chiavenato (2010), fatores motivacionais e higiênicos não tem relação entre si, ou seja, o oposto da satisfação é a ausência de satisfação, não a insatisfação. O trabalho de Herzberg (1973) é uma ferramenta importante na contínua motivação das equipes de trabalho.

Neste contexto Bergamini (1997 p. 191), apoia a afirmação de Herzberg admitindo que,

O trabalho passa então a ser considerado como o grande responsável pela satisfação pessoal. Com isso a oportunidade de desenvolver certos tipos de atividades representa um fator motivacional intrínseco, pois o valor que lhe é atribuído está preso às expectativas internas de cada um.

De Sá (2009), aluna da UFSC, realizou uma pesquisa descritiva exploratória, multicasos, abrangendo contadores já graduados em Ciências Contábeis da cidade de

Florianópolis, perfazendo um total de doze participantes: cinco respondentes pertencem ao escritório Rui Barbosa, e sete participam do escritório Machado de Assis. O questionário era composto de cinco fatores higiênicos e cinco fatores motivacionais. Os fatores higiênicos escolhidos são: salário, segurança, condições de trabalho, política administrativa e relações interpessoais. Por sua vez os fatores motivacionais escolhidos são: crescimento, realização, reconhecimento, responsabilidade e o trabalho em si. Para cada fator foram elaboradas duas questões, obtendo-se vinte questões fechadas, as quais permitiram ao informante escolher a alternativa que melhor evidenciasse seu ponto de vista sobre fatores motivacionais e fatores higiênicos em seu ambiente de trabalho. Concluíram que os colaboradores de ambos os escritórios estão razoavelmente motivados, pois, pela pesquisa efetuada viu-se que os quesitos Realização, Crescimento, Reconhecimento, Responsabilidade e Trabalho em Si, apresentam pontuação e média satisfatórias. Da mesma forma quanto aos Fatores Higiênicos, isto é, Segurança, Salário, Política Administrativa, Condições de Trabalho e Relações Interpessoais, não apresentaram os respondentes significativa insatisfação em seus Escritórios.

Maciel e Sá (2007) afirmam que outro aspecto importante do trabalho desenvolvido por Herzberg é a possibilidade de diferenciar as pessoas de acordo com o seu tipo emocional. Isto é,

há pessoas que buscam sentimentos como realização pessoal, responsabilidades, crescimento e reconhecimento – são pessoas do tipo “procuram motivação”. Este tipo não se preocupa tanto com problemas, desafios ou dificuldades no ambiente de trabalho por serem mais tolerantes. Por outro lado, o tipo de pessoas que “procuram manutenção” tem o ambiente de trabalho e a sua atividade como o centro das suas atenções. Para estes o que mais importa é o que a empresa tem a oferecer a ele, como salário, vantagens, segurança, condições de trabalho etc. (MACIEL; SÁ, 2007, p. 62)

Pimenta e Garbin (2013), participantes do IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de trabalho, Brasília-DF, realizaram um estudo com o objetivo de investigar a motivação para o trabalho dos servidores públicos ocupantes do cargo de Oficiais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, lotados e em exercício na Região Administrativa XXX, integrada pelos municípios de Itabirito, Mariana, Nova Lima e Ouro Preto. Foi elaborado um instrumento que teve como referência os estudos propostos por Frederick Herzberg no campo da motivação. Apesar dos resultados gerais encontrados no estudo terem atestado a presença dos fatores higiênicos e motivadores no ambiente organizacional estudado, 70% dos participantes afirmaram se considerarem pouco motivados no trabalho. Este dado, associado ao fato de que 70% dos servidores públicos manifestaram que não desejam permanecer na instituição nos próximos cinco anos, constitui ponto de fundamental importância para uma reflexão. Também

não há oferta de cursos de orientação/formação para as atividades que serão desenvolvidas quando do início do exercício funcional. Este contexto pode contribuir para o nível de motivação registrado pela desmotivação dos servidores.

De acordo com os autores citados acima, entende-se que, para obter o aumento na produtividade e desempenho produtivo, faz-se necessário a melhoria da motivação dos trabalhadores, gerando conseqüentemente a satisfação pessoal no trabalho. Embora cada indivíduo tenha um ideal de realização e satisfação, cada um busca esse tipo de sentimento por meio de algum atributo no trabalho seja ele responsabilidades, crescimento interno ou reconhecimento, há também os que buscam a manutenção da motivação no ambiente de trabalho, para estes o importante é o que a empresa lhes ofereça uma contra partida, tais como, vantagens, benefícios, segurança, boas condições de trabalho entre outros.

2.5.2 Teoria das necessidades humanas

A teoria das necessidades humanas foi desenvolvida por um norte-americano cujo nome é Abraham Maslow, representa as necessidades humanas e outros seres vivos de manter o equilíbrio em seu ambiente interno de forma hierárquica, depende muito das características humanas. Pode-se afirmar que esta é uma das teorias mais conhecidas sobre motivação.

Maslow (1987 apud GIL, 2014, p. 205) definiu as necessidades em cinco etapas, desde a fisiologia até as realizações pessoais, desde a necessidade primária até a necessidade de satisfação: “Fisiologia: comida, água, abrigo, sono. Segurança: segurança da família, do corpo, da propriedade. Social: amor, amizade, família, comunidade. Estima: reconhecimento, status, autoestima. Realizações pessoais: criatividade, talento, desenvolvimento pessoal”. “As teorias de Maslow voltavam-se principalmente para o estudo da teoria da personalidade e do desenvolvimento humano, independentemente de preocupações com eficiência organizacional. Sendo assim, seus princípios não estavam voltados a preocupações com a eficiência organizacional e a produtividade, pelo contrário” (MOTTA, 2006, p. 65).

Para Drucker (1999), ninguém quer tanto realizar, produzir e contribuir quanto o trabalhador intelectual. As atividades de gerir e liderar pessoas vêm buscando uma visão mais comportamental, pela qual as pessoas devem ser motivadas além do modelo tradicional de remuneração.

Davis e Newstrom (1992) mencionam que as pessoas precisam trabalhar para satisfazer suas necessidades fisiológicas. Logo após buscam alguma segurança de que estas necessidades

serão também supridas amanhã e assim por diante. Por isso, constroem muralhas e planos de pensão, tudo para garantir sua segurança física e econômica.

Dubrin (2003, p. 111) salienta as implicações que a não-satisfação das necessidades sociais pode gerar nas pessoas,

As frustrações de necessidades neste nível podem levar a sérios problemas pessoais. Os gerentes podem contribuir para a satisfação das necessidades sociais ao promover o trabalho de equipe e ao encorajar a interação social em assuntos relacionados aos problemas no trabalho.

Um estudo feito por Cunha, Fraga e Andrade (2019), alunos da Universidade Federal Rural da Amazônia – Campus Tomé Açu (PA) abordando sobre a motivação no ambiente organizacional, teve como objetivo geral descrever a percepção dos aspectos motivacionais, segundo a Teoria das Necessidades de Maslow, nos colaboradores dos supermercados “A” e “B” um total de 25, situados no município de Tomé-Açu, nordeste do estado do Pará. A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo descritivo, de caráter quantitativo. Os resultados apontaram que, apesar dos aspectos positivos se apresentarem em maioria, também existem pontos a serem observados pelos gestores para fins de elaboração de um plano de ação, se demonstrou de maior relevância. Concluíram então, que é essencial para o desenvolvimento das organizações, compreender o processo motivacional para assim, manter o desempenho e o comportamento do colaborado alinhados com os objetivos e realizações almejados pelas organizações.

Deste modo Robbins (2005, p. 133) afirma que, “a teoria das necessidades de Maslow recebeu amplo reconhecimento, especialmente por parte de executivos formados na prática. Isto pode ser atribuído à lógica intuitiva da teoria e à facilidade que ela oferece para a compreensão”. Infelizmente, contudo, as pesquisas não validam, de maneira geral, a teoria. Maslow não fornece comprovação empírica substancial e vários outros estudos que buscaram validar a teoria não conseguiram encontrar embasamento para ela. As antigas teorias, especialmente aquelas intuitivamente lógicas, parecem não morrer facilmente. Embora a hierarquia das necessidades e sua terminologia permaneçam populares entre os executivos, existe pouco embasamento para afirmar que as necessidades são organizadas de acordo com as dimensões propostas por Maslow, ou que uma necessidade atendida ativa um movimento em direção a um novo nível de necessidade.

Silva, Uller, Santos e Rezende (2017), estudantes de engenharia de Produção na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus, realizaram um estudo em uma empresa

do Setor mecânico com objetivo de analisar o grau de satisfação e a questão motivacional de pessoas para as necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e autorrealização (Baseados na teoria de Maslow). Foi aplicado um questionário a 40 pessoas, de diferentes características, como idade, gênero, escolaridade e renda familiar. Com base nos resultados, constataram que, de maneira geral, os entrevistados estão satisfeitos pelo atendimento às necessidades fisiológicas, como alimentação, moradia, vestuário e descanso, porém, outras necessidades, dispostas em outros níveis da pirâmide de Maslow, não foram completamente atendidas e, portanto, resultam em insatisfação pela ausência de estímulos motivacionais.

2.5.3 Teoria X e Y

O psicólogo Douglas McGregor (1960 apud GIL, 2014, p. 206), definiu a Teoria X e Teoria Y, onde os adeptos da “Teoria X acreditavam que a maior parte das pessoas tinham repulsa ao trabalho e sua equipe funcionaria apenas pela disciplina e pela expectativa de possíveis recompensas; já os adeptos da Teoria Y julgam que as pessoas consideram o trabalho como motivo de satisfação e que são dedicadas para a obtenção dos melhores resultados, algo tão natural quanto momentos de lazer”.

Robbins (2002, p. 153) expõe que McGregor concluiu que “a visão que os executivos têm da natureza dos seres humanos se baseia em certos agrupamentos de premissas e que eles tendem a moldar seu próprio comportamento em relação aos funcionários conforme este conjunto de premissas”.

Robbins (2002, p. 153) apresenta Sob a Teoria X, as quatro premissas dos executivos são,

1. Os funcionários não gostam de trabalhar por sua própria natureza e tentarão evitar o trabalho sempre que possível.
2. Como eles não gostam de trabalhar, precisam ser coagidos, controlados ou ameaçados com punições para que atinjam as metas.
3. Os funcionários evitam responsabilidades e buscam orientação formal sempre que possível.
4. A maioria dos trabalhadores coloca a segurança acima de todos os fatores associados ao trabalho e mostra pouca ambição. Em contrapartida, apresenta outras quatro premissas, sob a chamada Teoria Y: 1. Os funcionários podem achar o trabalho algo tão natural quanto descansar ou se divertir. 2. As pessoas demonstrarão auto orientação e autocontrole se estiverem comprometidas com os objetivos. 3. A pessoa mediana é capaz de aprender a aceitar, ou até a buscar, a responsabilidade. 4. A capacidade de tomar decisões inovadoras pode ser encontrada em qualquer pessoa e não é privilégio exclusivo dos que estão em posições hierarquicamente superiores.

Para Mc Gregor (2005, p. 134) a Teoria X parte da premissa de que as necessidades de nível mais baixo dominam os indivíduos; “a Teoria Y, de que as necessidades de nível mais alto são as dominantes. McGregor, pessoalmente, acreditava que as premissas da Teoria Y eram mais válidas que as da Teoria X”. Para maximizar a motivação dos funcionários, propôs ideias como a do processo decisório participativo, a das tarefas desafiadoras e de muita responsabilidade e a de um bom relacionamento de grupo.

Infelizmente, não existem evidências de que “as premissas de ambas as teorias sejam válidas, nem de que a aceitação das premissas da Teoria Y e a alteração do comportamento individual de acordo com ela resultem em um funcionário mais motivado”, afirma Robbins (2002, p. 200).

Em 2019, Costa, aluno do Instituto Federal de Paraíba realizou pesquisas sobre líderes e liderados à luz da teoria de Mc Gregor, o ambiente de pesquisa selecionado foi a Prepara Cursos, que atua na área de qualificação profissional, preparatório e idiomas. A empresa tem mais de 500 unidades espalhadas por todo o Brasil. A pesquisa foi aplicada em forma de censo, sendo assim, participaram como sujeitos da pesquisa todos os 12 colaboradores da unidade Prepara Cursos em Santa Rita - PB, dentre os quais 2 ocupam cargos de liderança e 10 atuam como liderados, a fim de identificar as características comportamentais a partir da teoria X e Y. Diante das informações coletadas concluíram que tanto entre líderes, quanto entre liderados, há uma amarração a visões mais ultrapassadas e comportamentos claramente ligados a teoria X, nota-se também que, o comportamento de um por muitas vezes influencia diretamente no do outro, criando assim, um ciclo vicioso. Entretanto ambos apresentam alguma demonstração de mudança podendo abrir precedentes para mudanças futuras, só restando saber quem deve ser o responsável por dar os primeiros passos para essa importante evolução.

Para Burke (2011) e Schein (2011), a teoria Y de McGregor era vista em termos como promissora, mas esbarrava por muitas vezes nas dificuldades de como aplicar essa nova forma de visualizar o indivíduo brechando assim alguns avanços. Já para outros autores como Harter (1997), a teoria Y não fazia muito sentido, e a teoria X que deveria ser usada por gestores e responsáveis das empresas.

Outro ponto a ser destacado é que as teorias X e Y parecem não representar elementos incontáveis, mas pontos distintos que prosseguem entre uma visão tradicional, mais hierárquica e outra mais participativa, democrática. Como observa Weisbord (2011), há tensão entre X e Y dentro de nós que nos torna plenamente humanos.

Um estudo realizado por Reis (2018), sobre definição de liderança com enfoque na teoria X e Y de McGregor, realizado na Empresa Junior Ilha do Mel – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranaguá. Onde foram analisados os estilos de liderança dos

presidentes que passaram pela EJIM, o resultado se enquadra entre teoria X e Y, e todos foram classificados em apenas um aspecto, foram identificadas quais aprendizagens relacionadas à liderança foram levadas da experiência vivida na gestão de presidência para a vida profissional, as mais importantes delineadas foram proatividade e planejamento. Diante de todo o estudo desenvolvido, é notório que uma atuação no cargo de presidente de empresas juniores é um aprendizado de grande seriedade, 5% dos líderes atuantes no mercado de trabalho são líderes natos e 95% desenvolvem essa característica na graduação e aqueles que atuam de presidente em empresas juniores obtém um diferencial quando vão concorrer a uma vaga de emprego ou mestrado.

2.5.4 Teoria das necessidades adquiridas

Segundo David McClelland (1961 apud MOTTA, 2006, p. 74) a motivação está ligada a um alto ou baixo nível do grau de necessidades, que são adquiridas socialmente, e diz também que o ser humano é movido por três necessidades, sendo elas, realização, afiliação e poder.

Realização é a necessidade de atingir metas que os estimulem a fazer sempre o melhor, buscando o sucesso e reconhecimento nos objetivos pré-estabelecidos. Seguindo caminhos com riscos moderados, onde suas habilidades serão suficientes ou onde tenham maior chance de sucesso. As necessidades de afiliação dizem respeito ao desejo de se sentir querido ou aceito, ter relações positivas com as pessoas ao seu redor, ou seja, preferem trabalhos no qual haja um maior contato com outros indivíduos, como trabalhos em equipe. “As pessoas do grupo tendem a aderir a normas, procedimentos e cultura no local de trabalho e normalmente não alteram as regras por medo de rejeição.” Poder, se refere a quem tem necessidade de manter controle sobre o grupo, tendo características como persuasão, competitividade e um alto nível de influência. Gostam de se sentirem responsáveis por algo ou alguém, ou seja, se sentirem importantes. Buscam posições mais altas, como cargos de liderança, onde sua opinião prevaleça sobre as demais, conforme Mc Clelland (1961 apud MOTTA; PIES, 2006, p. 75).

Robbins (2005, p. 156) afirma que “existe a necessidade da pessoa superar os obstáculos da tarefa, contudo ela precisa sentir que o sucesso ou o fracasso do trabalho teve relação direta com as ações e decisões tomadas por ela mesma, o que faz com que ela evite os desafios mais difíceis e os mais fáceis”.

Ter uma grande necessidade de realização não corresponde a ter um grande desempenho no trabalho, pois, como explica Hampton (1990, p. 170),

[...] nas situações em que a tarefa exige empreendimento, onde o sucesso exige riscos calculados, a necessidade de realização parece ser particularmente útil. Porém, uma forte necessidade de realização também está associada à insatisfação mais intensa quando o cargo não tem desafios, feedback e reconhecimento.

Uma vez que as necessidades são adquiridas e aceitas a partir das experiências vivenciadas pelo indivíduo, cada comportamento que tenha gerado uma recompensa positiva tende a ser repetido muitas vezes e com frequência. Assim são construídos certos padrões de comportamento, que refletem diretamente no seu desempenho profissional ou pessoal.

Um estudo realizado por Campos, Estivalet, Lobler e Reis (2009), alunos da UFSM, em uma empresa que fabrica e comercializa vagões ferroviários, tendo como objetivo estabelecer relações entre as necessidades de realização, afiliação e poder e as dimensões do comprometimento organizacional. Para tanto, utilizaram uma abordagem quantitativa, de cunho exploratório, através de um estudo de caso. Participaram da pesquisa 153 colaboradores. Os resultados indicaram que a necessidade mais valorizada pelos colaboradores é a de realização. Quanto às dimensões do comprometimento organizacional, a dimensão mais valorizada é a normativa. Ao estabelecer relações entre as necessidades de afiliação, realização e poder e as dimensões do comprometimento organizacional, observou-se que a maior correlação encontrada residiu entre a necessidade de realização e a dimensão afetiva. É importante ressaltar que a necessidade de poder não obteve correlações significativas com nenhuma das dimensões do comprometimento organizacional.

De acordo com Bowditch (2002), McClelland propôs que cada pessoa sofre influências do ambiente em que atua e em momentos distintos, gerando, então, necessidades por realização, por poder ou por afiliação, que têm as suas intensidades variadas conforme cada situação. Contudo, cada pessoa influenciada tende a se identificar mais com uma dessas necessidades do que com as outras em virtude das suas experiências de vida.

Feijó, Lunkes e Rosa (2015), alunos do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, realizaram uma pesquisa utilizando basicamente como ferramenta para coleta de dados um questionário de Escala Likert, onde são medidos os motivos de sucesso, afiliação e poder, contendo os 18 indicadores emergentes do estudo de Rego (2003) contidos no estudo de Leal et al. (2009), questões as quais quando respondidas direcionam o perfil do estudante para uma das necessidades apontadas por McClelland sem que o respondente perceba do que, a qual necessidade pertence cada pergunta. Foram acrescentadas mais questões extraídas diretamente das definições de cada necessidade adquirida socialmente, que mantém o

contexto e ajudam a expandir o questionário com objetivo de aumentar a exatidão das respostas e direcionar a motivação do entrevistado para encontrar aquele que melhor se enquadra no seu perfil.

Os resultados do estudo mostram que a principal necessidade é de realização, onde os estudantes buscam primeiramente por sua ascensão profissional, ser socialmente aprovado, necessidade de status, conhecimentos e habilidades. A necessidade de afiliação demonstrou-se também presente, com o desejo de ser adorado e aceito pelos demais, necessitando a proximidade de outras pessoas, o compartilhamento de sentimentos, a construção de amizades mais sólidas e duradouras. A maior surpresa ficou para a necessidade de poder, que apresentou uma frequência baixa dentre os estudantes, o que mostra baixo desejo de causar impacto, ser influente e obter o controle de pessoas, com utilização da dominação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo quanto a abordagem do problema classifica-se como qualitativo. Flick (2009, p. 23) reforça ainda aspectos essenciais da pesquisa qualitativa que: “Consiste na escolha adequada de métodos e teorias convenientes, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos”. Por meio da pesquisa qualitativa foi realizada, em forma de coleta, uma análise dos resultados da motivação na indústria têxtil.

Quanto aos objetivos busca identificar e descrever o grau de importância conferido pelos funcionários, aos diversos fatores que influenciam a motivação em uma indústria têxtil no município de Goiânia.

Classifica-se como descritivo, ou seja, tem como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos classifica-se como levantamento de dados, onde é selecionado um grupo de pessoas de diferentes departamentos para que opinem sobre o assunto a ser discutido. A pesquisa de levantamento visa descrever a distribuição das características ou de fenômenos que ocorrem naturalmente em grupos da população (TUMELERO, 2019).

A população da pesquisa compreende a empresa X do ramo têxtil da cidade de Goiânia. A amostra compreende uma empresa do ramo têxtil, a qual foi escolhida devido a um dos integrantes trabalhar na empresa, sendo que 100 funcionários responderam individualmente as

questões, fundamentado num questionário que foi elaborado baseado nos estudos de teorias motivacionais de Herzberg, Maslow, McGregor entre outros. O questionário foi aplicado por meio eletrônico no período de agosto a outubro de 2020.

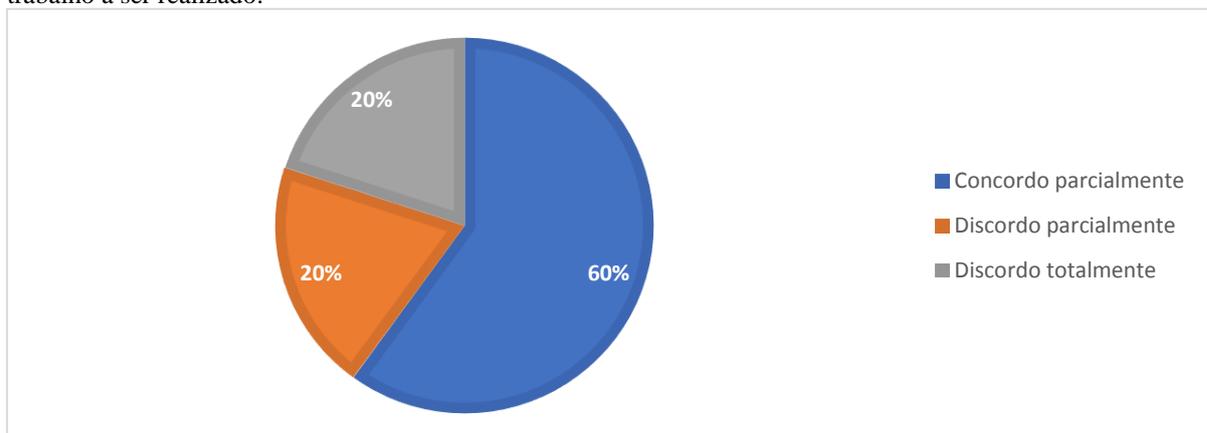
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo tem como objetivo geral apresentar resultados referente à satisfação dos colaboradores. Buscando a compreensão dos fatores que motivam ou não esses indivíduos. Foram coletados 100 questionários com 10 perguntas objetivas, do total de 200 funcionários empregados, alcançando assim um percentual de 50% de amostra, em uma determinada indústria têxtil do ramo de moda fitness, localizada no município de Goiânia – GO, cujos resultados são apresentados na sequência.

4.1 Relação do colaborador com seu superior

O Gráfico 1 demonstra a resposta em relação ao questionamento se o superior faz se sentir com que haja metas a serem cumpridas, causando de certo modo pressão no trabalho a ser realizado.

Gráfico 1: Seu superior faz se sentir com que haja metas a serem cumpridas, causando de certo modo pressão no trabalho a ser realizado.



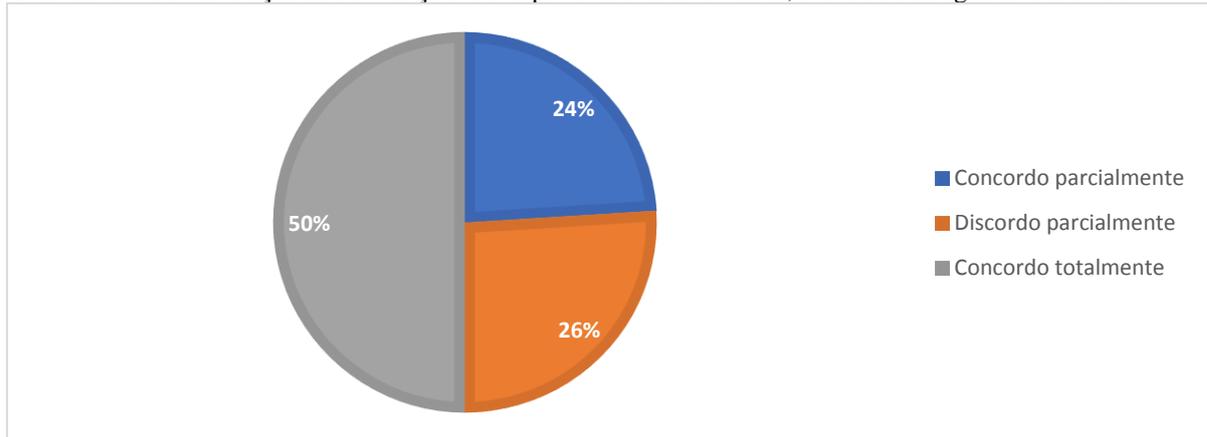
Fonte: Dados da pesquisa

Considerando o Gráfico 1, percebe-se que grande parte das pessoas um total de 60% concordam parcialmente, sentindo-se pressionadas na hora de exercer sua função devido a

grandes metas a serem cumpridas estabelecidas por seus superiores, 20% responderam discordo parcialmente, ou seja, dando a entender que não sentem pressionados, porém, não estão a vontade, já os outros 20% discordam totalmente.

O Gráfico 2 demonstra a resposta em relação ao questionamento, há uma relação de confiança entre superiores e subordinados, e entre os colegas de trabalho.

Gráfico 2: Há uma relação de confiança entre superiores e subordinados, e entre os colegas de trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa

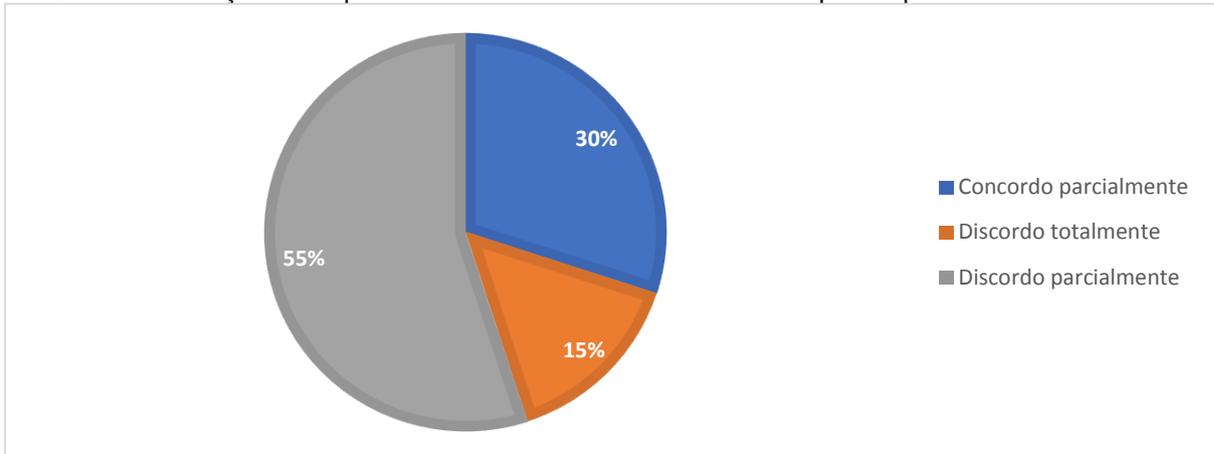
Apurando os dados no Gráfico 2, na pergunta sobre há uma relação de confiança entre superiores e subordinados, e entre os colegas de trabalho a pesquisa que realizamos observou-se que as respostas a esse quesito foram dadas de forma aleatória, contando 50% concordam totalmente, 24% concordam parcialmente, e 26% discordam parcialmente.

Novamente, os resultados satisfatórios foram maioria tendo em vista que boa parte dos entrevistados são subordinados e se sentem motivados pelos seus superiores.

4.2 Participação nas mudanças e valorização profissional

O Gráfico 3 demonstra a resposta em relação ao questionamento, se as inovações feitas pelo funcionário no seu trabalho são aceitas pela empresa.

Gráfico 3: As inovações feitas pelo funcionário no seu trabalho são aceitas pela empresa.

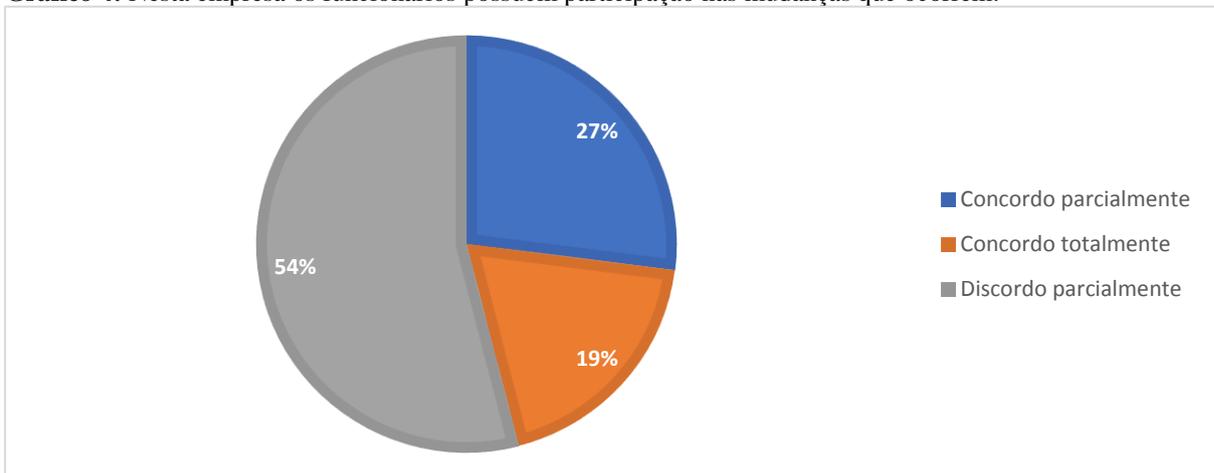


Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o Gráfico 3, foi possível visualizar que 55% dos colaboradores discordam parcialmente que podem trazer ideias de mudanças, outros 30% concordam parcialmente, dando a entender que não necessariamente serão aceitas pelo superior, e 15% discordam totalmente.

O Gráfico 4 demonstra a resposta em relação ao questionamento, se nesta empresa os funcionários possuem participação nas mudanças que ocorrem.

Gráfico 4: Nesta empresa os funcionários possuem participação nas mudanças que ocorrem.

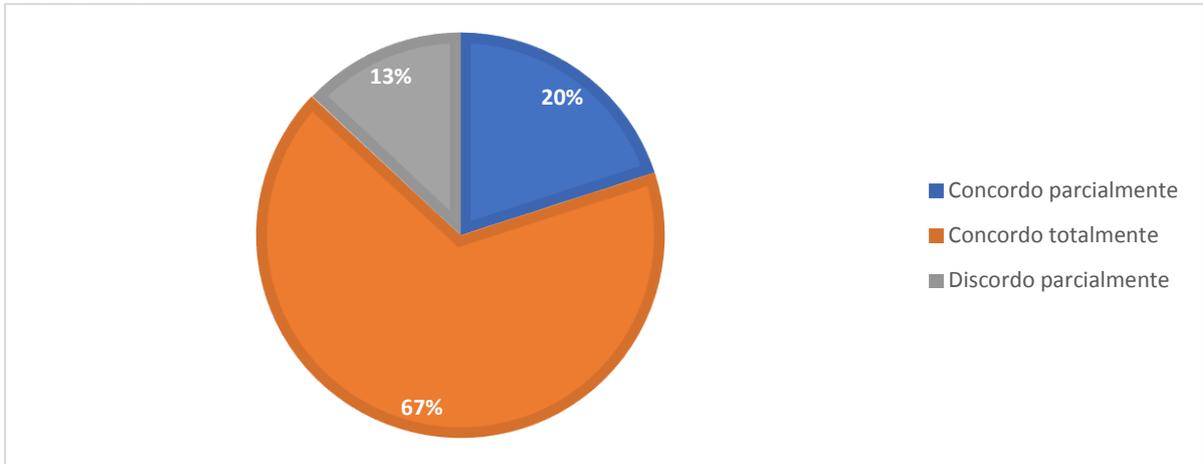


Fonte: Dados da pesquisa

Constatando os dados do Gráfico 4, pode-se chegar à conclusão de que 27% dos colaboradores concordam parcialmente e outros 54% discordam parcialmente sobre a pergunta exposta, pois os funcionários em sua maioria não participam de forma efetiva de todas as mudanças que ocorrem, apenas quando essas mudanças os envolvem de forma direta. Já outros 19% tem a visão de que participam realmente destas modificações na organização.

O Gráfico 5 demonstra a resposta em relação ao questionamento, o ambiente de trabalho atende as necessidades físicas dos funcionários.

Gráfico 5: O ambiente de trabalho atende as necessidades físicas dos funcionários.

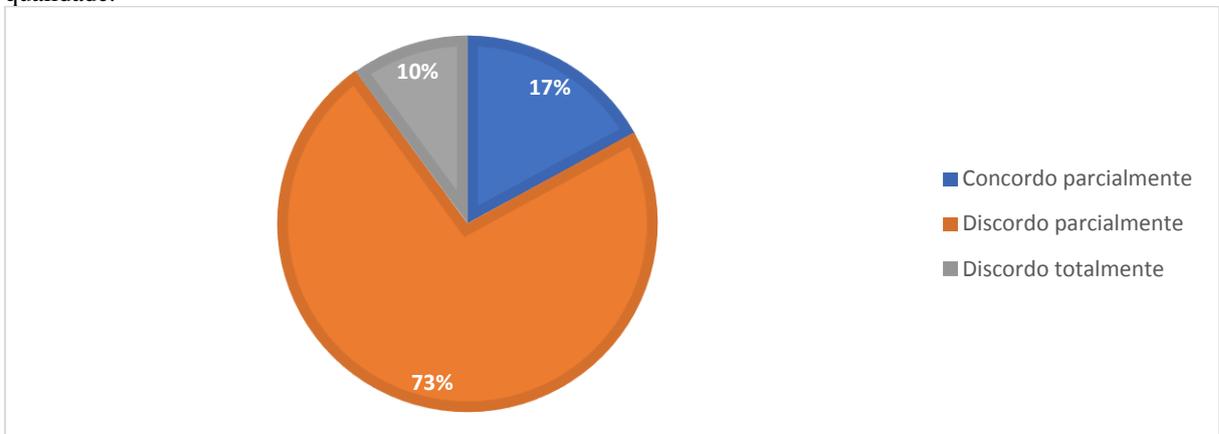


Fonte: Dados da pesquisa

Após análise do Gráfico 5, percebe-se que os colaboradores concordam positivamente com relação ao atendimento as necessidades físicas na empresa, pois 67% concordam totalmente e outros 20% concordam parcialmente. Somente 13% dos pesquisados discordam parcialmente do questionamento. A empresa X possui um cuidado com relação à segurança dos colaboradores, e o atendimento as necessidades físicas é um ponto importante na organização, eles possuem a CIPA, com um olhar especial nesse ponto.

O Gráfico 6 demonstra a resposta em relação ao questionamento, nesta empresa os funcionários são sempre recompensados e/ou reconhecidos por seu desempenho de qualidade.

Gráfico 6: Nesta empresa os funcionários são sempre recompensados e/ou reconhecidos por seu desempenho de qualidade.

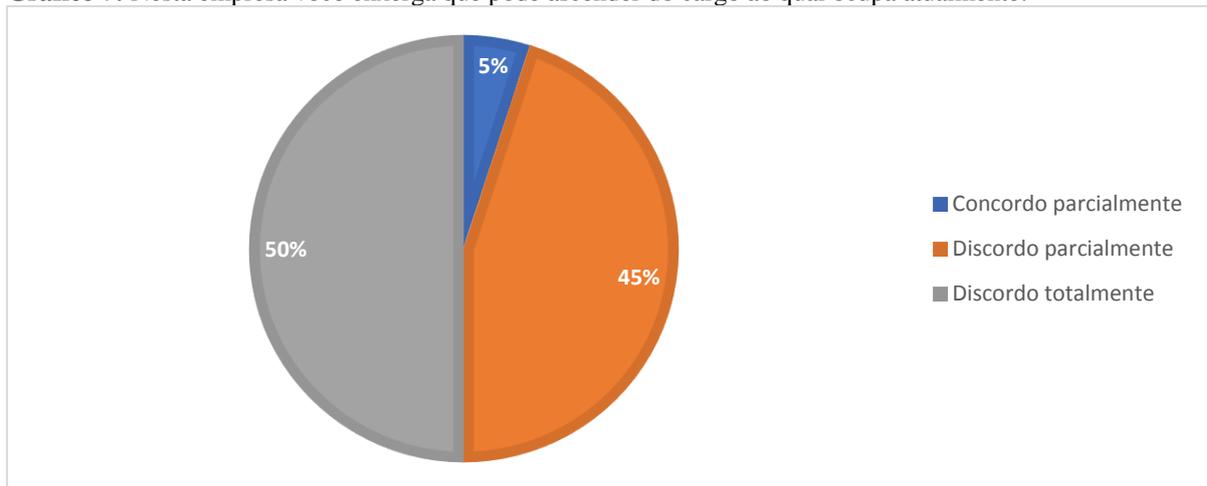


Fonte: Dados da pesquisa

Observando Gráfico 6, demonstra de forma explícita que não há um reconhecimento diante de trabalhos bem elaborados ou ideias novas trazidas pelos funcionários, essa situação é perceptível pois na amostra da pesquisa a essa questão, apenas 17% dos pesquisados veem esse reconhecimento, e os restante ou discorda parcialmente ou totalmente.

O Gráfico 7 demonstra a resposta em relação ao questionamento: Nesta empresa você enxerga que pode ascender do cargo ao qual ocupa atualmente.

Gráfico 7: Nesta empresa você enxerga que pode ascender do cargo ao qual ocupa atualmente.



Fonte: dados da pesquisa.

Já no Gráfico 7 podemos visualizar uma tendência considerável nos resultados, dado que sua porcentagem em sua escala obteve-se 50% discordando totalmente, 45% discordando parcialmente, e 5% concordando ainda parcialmente na chance de crescimento dentro da empresa. Podendo ser considerado esse um dos motivos de desmotivação na hora de os colaboradores exercerem suas funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral identificar os fatores que causam motivação ou desmotivação numa empresa do setor têxtil no município de Goiânia. Portanto, foi realizada a pesquisa qualitativa com objetivo descritivo e procedimento classificado como levantamento de dados aos quais foram obtidos por intermédio de questionário. A amostra obtida alcançou 100 questionários respondidos, dos quais continham 10 perguntas objetivas; esse total de respostas deve-se a um percentual de 50% dos funcionários atingidos, por ser de fácil acesso

em uma plataforma eletrônica o questionário pôde ser acessado e respondido a qualquer hora e local desde que se dispusesse de internet.

O primeiro objetivo específico foi analisar uma estratégia de como manter os funcionários motivados. Os resultados mostram que todos possuem um bom relacionamento interpessoal para com seu superior, ainda que exista sim uma situação de pressão dos superiores com os subordinados em relação aos resultados a serem obtidos na empresa.

O segundo objetivo específico foi identificar os aspectos que podem causar a motivação e a não motivação do funcionário no ambiente de trabalho. Constatou-se uma certa desmotivação por parte dos colaboradores devido à baixa participação dos mesmos na melhoria da empresa, sendo 55% dos funcionários discordando parcialmente, há uma falta de oportunidade para a ascensão de cargos, em que apenas 5% concordam que possuem essa chance. Entretanto, o reconhecimento diante de trabalhos bem elaborados pelos colaboradores é perceptível, pois na amostra da pesquisa a essa questão, 73% dos pesquisados afirmam ser reconhecidos e uma minoria discorda deste questionamento.

O terceiro objetivo específico foi avaliar melhorias para o bem-estar dos colaboradores para que a produtividade continue em alta. As necessidades físicas são atendidas positivamente, contendo 67% de concordância e outros 13% discordando parcialmente do questionamento. A empresa X possui um cuidado com relação a segurança dos colaboradores, e o atendimento as necessidades físicas é um ponto importante na organização, eles possuem a Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA), com um olhar especial nesse ponto.

Diante do exposto, conclui-se quanto ao objetivo geral que foi identificar os fatores que causam motivação ou desmotivação numa empresa do setor têxtil, que mesmo que os funcionários se sintam motivados quanto as necessidades físicas e possuam um bom relacionamento interpessoal para com seu superior, ainda há muito o que melhorar. Foi sugerido a empresa X que invista em pontos que motivem seus funcionários, tal como, a abertura de espaço para que sejam discutidas as melhorias e ideias propostas pelos seus subordinados, investimento no capital humano, visto que, a empresa X é uma das marcas mais conceituadas na moda fitness e moda praia no país. Visando melhoria no nível de satisfação dos colaboradores, pois a desmotivação impacta negativamente no negócio.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. **Administração: Novo Cenário Competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEKER, C. H. K. **Clima organizacional no contexto de organização em processo de pré-fusão: um estudo de caso de uma indústria alimentícia**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

BERGAMINI, Cecília W. e CODA, Roberto. **Psicodinâmica da vida organizacional: Motivação e liderança**. 2 Ed. São Paulo; Atlas, 1997.

BOWDITCH, James L; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2002.

BURKE, W.W. Sobre o legado da Teoria Y. **Journal of Management History**, v. 17, p. 2, 2011.

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos Introdutórios, BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (Org.). **A Motivação do aluno: Contribuições da Psicologia Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 09- 36, 2009.

CAMPOS, A. P. Simone; ESTIVALETE, F. B. Vania; LOBLER, L. Mauri; REIS, Eliete dos. As necessidades de afiliação, realização e poder e as relações com as dimensões do comprometimento organizacional. XXIX Encontro. **Anais...** Salvador, BA, 06 a 09 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_094_634_13656.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

COSTA, N, Ricardo. **Um estudo sobre o comportamento de líderes e liderados à luz da teoria X e Y, de Douglas McGregor**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/685/1/Um%20estudo%20sobre%20o%20comportamento%20de%20l%C3%AAderes%20e%20liderados%20%C3%A0%20luz%20da%20teoria%20X%20e%20Y%20de%20Douglas%20McGregor%20Rog%C3%A9rio%20Costa%20Neri.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. atual., 2004.

_____. **Administração de Recursos Humanos: Fundamentos Básicos** [documento eletrônico]. 7 Ed. Rev. Atual. Barueri, SP: Manole, 2009. Reimpressão 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humano**. 7ª Edição. São Paulo, Atlas, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Como transformar Rh** (de um centro de custo) em um Centro de Lucro. 2ª Edição. São Paulo: Marron Books, 2000.

CUNHA, O. RAFAEL.; FRAGA, G. RODRIGO.; ANDRADE, S. A.P.; **Motivação segundo a teoria de Maslow**: Pesquisa em empresas varejistas no município de Tome-Açu (PA). PARÁ. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/412-Texto%20Artigo-1353-1-10-20190723.pdf.>. Acesso em: 27 out. 2020.

DAVIS, Keith e NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira TL, 1992.

DEZAN, D. S. PRYSCILA, **A motivação no ambiente de trabalho**. 2018. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/a-motivacao-no-ambiente-de-trabalho-um-estudo-de-caso-aplicado-aos-funcionarios-de-uma-empresa-bancaria.pdf>> Acesso em: 27 out. 2020.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, Thomson, 2003.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. São Paulo: Thomas Learning, 2006.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós capitalista**. São Paulo: Publifolha, 1999.

EVANS, P. **Motivação**. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.

FARIA, D, Marina; Gibson, Patricia. **Motivação e trabalho no terceiro setor**: um estudo de caso no projeto Nós do morro. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Motiva%C3%A7%C3%A3o%20e%20Trabalho%20no%20Terceiro%20Setor%20Um%20Estudo%20de%20Caso%20no%20Projeto%20N%C3%B3s%20do%20Morro.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

FEIJÓ, B, Kristopher. **Teoria das Necessidades Socialmente Adquiridas**: Um Estudo Com Alunos do Curso de Ciências Contábeis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/163133/Kristopher%20Bruno%20Feij%C3%B3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 out. 2020.

FERGUSON, E. D. **Motivation**: an experimental approach. New York: Holt, Rinehart & Winston. 1976.

FLEURY, M. T. L.; SAMPAIO, J. D. R. Uma discussão sobre cultura organizacional. In: FLEURY, M. T. L. (org.) **As pessoas na organização**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2002.

FLEURY, Maria T. Leme. Estórias, mitos, heróis - cultura organizacional e relações de trabalho. **RAE -Revista de administração de empresas**. Rio de Janeiro, v.27, n.4, out./dez. 1987.

_____. **O desvendar a cultura de uma organização** - uma discussão metodológica. In: FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R.M. (coord.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.

FLICK. **Pesquisa qualitativa: por que e como fazê-la?** Aspectos da pesquisa qualitativa, 2009.

FLORES, T, Rafael; Silva, A, F, Soraia. **A influência do clima organizacional nas empresas e nas pessoas.** p. 45, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais.** 1ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. L. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** São Paulo: Atlas, 2014.

GRIFFIN, Ricky W; MOORHEAD, Gregory. **Fundamentos do comportamento organizacional.** São Paulo; Ática, 2006.

HAMPTON, David R. **Administração: comportamento organizacional.** São Paulo: McGrawHill, 1990.

HARTER, N. O chão de fábrica Schopenhauer: esperança para um supervisor da teoria X. **Journal of Management Education**, v.21, n.1, fev. 1997.

HECKHAUSEN, Heinz. **A anatomia da motivação para realizações.** New York, Academic Press, 1967.

HERZBERG, F. Mais uma vez: como você motiva os funcionários. Harvard Business **Review-Business Classics**, p. 13-22, 1986.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

HUNTER, James C. **O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança.** 17ª Edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

KOTTER, John P. **Afinal, o que fazem os líderes: a Nova Face do Poder e da Estratégia.** Tradução de Leading Change. São Paulo: Campus, 2000.

MACIEL, Saulo Emmanuel Vieira; SÁ, Maria Auxiliadora Diniz de. **Motivação no trabalho: uma aplicação do modelo dos dois fatores de Herzberg.** Studio Diversa, Rio Tinto, v. 1, n. 1, p. 62-86, out. 2007. Disponível em: <http://www.ccae.ufpb.br/public/studia_arquivos/arquivos_/saulo_01.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

MACHADO, M. A.; GOULART, A. A.M. **Análise de clima organizacional: estudo de caso em uma agência bancária.** p. 269 – 276, 2016.

MAGNATTI, Marcos, **Clima organizacional: um estudo de caso na indústria de condicionamento de pneumáticos,** 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86468>>. Acesso em: 31 out. 2020.

- MASLOW, A. H. **Motivação e Personalidade**. Nova York: Harper & Row, 1970.
- MATOS, E.; PIRES, D. Teorias administrativas e organização do trabalho: de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n, 3, p 508-551, 2006
- MAXIMILIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. 4. ed. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MOTTA, VASCONCELOS. **Teoria geral da administração**. Cap. 3, 2006.
- Mc CLELLAND, D. C. **Motivação Humana**. Nova York. Cambrigde University Press. 1985.
- McGREGOR, D. O lado humano da empresa. In: BALCÃO, Y. F.; CORDEIRO, L. L. **O comportamento humano na empresa**. Rio de Janeiro Função Getulio Vargas. 2005.
- NAKAMURA, C.C. Motivação no trabalho. **Maringá Management**, v. 2, n. 1, 2006.
- NEVES, 2016. **A Liderança Nas Organizações: Um Estudo De Caso No Frigorífico Minerva**. (<https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/CONASUM/IV-Conasum/paper/viewFile/756/268>).
- OLIVEIRA, de C, Josiléia; BARBOSA, L. Kézya; HEGEDUS, N, C. E. Um estudo de caso dos fatores motivacionais na universidade federal do Espírito Santo – Campus de Alegre. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. Vitória, v.15 n.2, mai./ago. 2017, p. 59-85. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/48035/um-estudo-de-caso-dos-fatoresmotivacionais-na-universidade-federal-doespirito-santo---campus-de-alegre>>. Acesso em: 27 out. 2020.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- PETTIGREW, Andrew M. A cultura das organizações é administrável? In: FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R.M. (coord.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1996.
- PIMENTA E GARBIN, **Motivação para o Trabalho: Um Estudo com Servidores do Ministério Público de Minas Gerais**, 2013. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR153.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.
- REIS, Raíssa Kemy Rocha. Definição de liderança com enfoque na teoria X e Y de McGregor, um estudo de caso na empresa Júnior Ilha do Mel – EJIM. **REVISTA AMERICANA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**, nov/2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Tamara/Downloads/3296-8422-1-PB.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.
- RESSTEL, Ricardo. **5 verdades sobre a perspectiva de um líder**, 2017.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 9. ed. São Paulo: Person Education: Prentice Hall, 2002.

ROCHA; PELOGIO. **Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280** Vol.12. No 2. 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/230849921.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

SAMULSKI, D. **Psicologia do esporte**. Barueri - SP: Manole, 2002.

SANTOS, Cilene Marcelo; VIEIRA, Diana; HENKE, Francielle Schwanz; CICHELO, Natália Pires Castro; BAIÃO, Tatiana Modia da Silva; CUNHA, Maurício Ayres. A importância da motivação no ambiente de trabalho. **Revista Aten@**. Vol.1 – Número 0 – agosto. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=gestaoenegocios&page=index>>. Acesso em: 28 out. 2020.

SEBRAE, Nacional. **Como Manter o Funcionário Motivado. Instrumento de Apoio Gerencial**, nº 58, 2015.

SILVA, Vander Luiz da; ULLER, Camila Maria; SANTOS, Jordana Dorcas dos; REZENDE, Fabiana Vanzir. Análise da motivação de pessoas: um estudo baseado em princípios da Hierarquia de Necessidades de Maslow. **Revista FOCO**, v.10, nº2, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322922323_ANALISE_DA_MOTIVACAO_DE_PESSOAS_um_estudo_baseado_em_principios_da_Hierarquia_de_Necessidades_de_Maslow>. Acesso em: 31 out. 2020.

SCHEIN, E. Douglas McGregor: teórico, filósofo moral ou behaviorista? **Journal of Management History**, v.17, n.2, 2011.

SCHEIN, E. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1992.

TAGLIOCOLO, C.; ARAÚJO, G. C. **Clima organizacional: um estudo sobre as quatro dimensões de análise**. 2007. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos07/439_SEGeT%20-%20Clima%20Organizacional.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa de levantamento: material completo, procedimentos e exemplos**. 2019.

ULRICH, D.; ZENGER, J.; SMALLWOOD, N. **Liderança orientada para resultados: como os líderes constroem empresas e aumentam a lucratividade**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VARJÃO, M. D.; VERGNE, S. M. C. Estudo da cultura organizacional como fator de influência nos aspectos comportamentais no desenvolvimento dos colaboradores. **Rios Eletrônica - Revista Científica**. Ano 7 n 7, p. 129, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<http://www.portal-jovem.com>> Acesso em: 28 out. 2020.

VERNON, M. D. **Motivação humana**. Tradução de L. C. Lucchetti. Petrópolis: Vozes. 1973.

WEISBORD, M. Taylor, McGregor e eu. **Journal of Management History**, v.17, n.2, 2011.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Karen Medeiros RA 34881

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado:
Motivação no trabalho: um estudo de caso numa indústria têxtil

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Odir Luiz Fank

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Administração

Modalidade afim Presencial

Karen medeiros

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 09 de Nov. de 2020 .

ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E LUCRATIVIDADE DO TOMATE ORGÂNICO E CONVENCIONAL NAS PROXIMIDADES DE GOIÂNIA GOIÁS

ANALYSIS OF PRODUCTION COSTS AND PROFITABILITY OF ORGANIC AND CONVENTIONAL TOMATOES NEAR GOIÂNIA GOIÁS

FERNANDO NUNES DE ARAUJO¹; MAYARA DE SOUSA CARVALHO²; SÂNGELA
BARBOSA RIBEIRO DA SILVA³; KAROLINE DIAS OLIVEIRA⁴

RESUMO

O tomate é uma das hortaliças de propriedades nutricionais de muita relevância, sabor presente na culinária brasileira e indispensável para muitos. Devido à agricultura convencional e orgânica terem crescido simultaneamente, ambas obtiveram grande destaque ao longo do tempo. O crescimento da agricultura orgânica obteve intensidade perceptível, visto que muitos agricultores começaram a investir no ramo e que atualmente os números de propriedades certificadas continuam crescendo, o que resulta em benefícios sociais, ambientais e econômicos. A realização deste trabalho teve como propósito fazer o levantamento dos custos de produção do tomate e o cálculo da lucratividade de 4 produtores situados nas proximidades da cidade de Goiânia-GO. Foram analisados quatro produtores, 2 orgânicos e 2 convencionais. Concluiu-se que o cultivo orgânico apresenta custos inferiores e lucratividade superiores ao convencional, visto que os produtores de orgânico apresentaram ser 20,05% mais lucrativos que os produtores de convencional, reafirmando estudos anteriores em que o tomate orgânico teve melhores resultados.

Palavras-chave: Tomate, Convencional, Orgânico, Custos e Lucratividade.

ABSTRACT

The Tomato is one of the vegetables with nutritional properties of great relevance, flavor present in Brazilian cuisine and indispensable for many. Due to the fact that conventional and organic agriculture grew simultaneously, both achieved great prominence over time. The growth of organic agriculture has reached a noticeable intensity, as many farmers have started to invest in the sector and the number of certified properties continues to grow, which results in social, environmental and economic benefits. The purpose of this work was to survey the tomato production costs and calculate the profitability of 4 producers located near the city of Goiânia-GO. Four producers were analysed, 2 organic and 2 conventional. It was concluded that organic cultivation has lower costs and higher profitability than conventional, since organic producers were 20.05% more profitable than conventional producers, reaffirming previous studies in which organic tomatoes had better results.

Keywords: *Tomato, conventional, organic, costs and profitability.*

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis da FacUnicamps: E-mail: fernandonunes123s1@gmail.com

² Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da FacUnicamps: E-mail: mayarasousa.ccb@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da FacUnicamps: E-mail: sangelabarbosa88@gmail.com

⁴ Mestre em Administração pela UFG. Professora da FacUnicamps. E-mail: kaliumdias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos está ligada a muitos sistemas produtivos, entre eles, existem dois que serão abordados neste trabalho, sendo o convencional e o orgânico. Estes dispõem de seus próprios mercados e diante destes sistemas produtivos o Brasil vem se sobressaindo na economia mundial em relação aos alimentos, pois têm muito espaço e condições de se produzir tais alimentos. Dentro deste universo, depara-se com a produção de tomate, que segundo a Conab (2019), em 2017 “o Brasil produziu 4.167.629 toneladas em uma área de 63.980 hectares, alcançando uma produtividade média de 65,14 toneladas por hectare”, sendo o estado de Goiás o primeiro colocado na produção do tomate no país, que no mesmo ano produziu 1.298.088 toneladas de tomate em uma área de 16.307 hectares, atingindo uma produtividade de 79,60 toneladas por hectare.

O tomate, embora seja identificado como um fruto, é estudado junto ao grupo das hortaliças. Tendo em vista que, ele faz parte da alimentação do brasileiro, quanto as demais hortaliças, como alface, cebola, agrião entre outras, de todas elas, o tomate é a mais consumida logo depois da alface, as quais integram as refeições diárias da população (CONAB, 2019). De acordo com a Embrapa (2018), o tomateiro tem origem andina, possuindo uma grande variedade de gêneros, como o tomate cereja, o italiano, conhecido como saladete, a salada (longa vida ou tomatão) e o santa cruz.

Segundo Silva et al., (2019), estudos demonstram que a cultura do tomate é reconhecida pelos agricultores em razão da sua capacidade de retorno econômico durante seu ciclo produtivo. Para a permanência de qualquer atividade econômica no mercado, ela deve ser rentável e lucrativa, para pagar todos os gastos (BIASIO et al., 2015). Produzido por diversos países, o tomate é um acompanhamento indispensável na mesa dos brasileiros, pois ele é o ingrediente da salada, molhos e demais pratos. Com o tomate tão presente na cultura brasileira, este trabalho possui como objetivo responder a seguinte pergunta: Qual a diferença da lucratividade do tomate orgânico e tomate convencional para os produtores nas proximidades da cidade de Goiânia em Goiás?

Para solucionar esta questão, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar a diferença da lucratividade do tomate orgânico e tomate convencional dos produtores próximos à cidade de Goiânia. Os objetivos específicos são: a) apresentar as diferenças da agricultura orgânica e convencional; b) demonstrar a partir de material teórico os conceitos de custos de produção e

lucratividade; c) coletar, evidenciar e analisar os custos entre os dois tipos de produção, diferenciando a agricultura orgânica da convencional.

Portanto este trabalho se justifica por demonstrar a importância de ambos os sistemas produtivos, o crescimento expressivo do mercado de orgânicos nos últimos anos, haja vista, o aumento pelo consumo de alimentos mais saudáveis e uma preocupação maior com o meio ambiente. Sendo assim, este trabalho tem como propósito evidenciar as diferenças dos dois cultivos e demonstrar as suas lucratividades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Orgânica

A história dos produtos orgânicos no Brasil iniciou-se a partir da década de 1990, onde o mercado foi proliferando na época, do mesmo modo, não existiam legislações vigentes brasileiras sobre agricultura orgânica. Somente em outros países ocorreu a normatização no mesmo intervalo de tempo, como por exemplo, a *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), que determinou os primeiros princípios, normas e padrões, onde preservavam os aspectos ambientais da produção e definiam os insumos concedidos e reprimidos (VILELA et al., 2019).

As leis do mercado interno vieram com a lei federal, sobre a produção e comercialização dos orgânicos, Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e com a sua regulamentação pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. A regulamentação impulsionou o setor no Brasil, onde expandiu o mercado e a busca por produtos orgânicos. A Lei nº 10.831 de 2003, destaca que,

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de

produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Portanto, Vilela et al., (2019) destacam que um dos aspectos primordiais da importância da agricultura orgânica é a sua aptidão em preservar e proporcionar serviços ecossistêmicos, como por exemplo: controle biológico, preservação do solo, polinização e o cuidado com os animais silvestres, onde há uma taxa elevada de mortalidade, que é causada por meio do uso de agrotóxicos em plantações convencionais. Deste modo, a agricultura orgânica fornece mantimentos, fibras e energia através de métodos que preserve e favoreça a biodiversidade ambiental, e assim, a saúde humana também é conservada, por utilizar precisamente métodos biológicos de controle de pragas e doenças, oferecendo menor risco de poluição e degradação ambiental, e suscetivelmente a preservação da saúde humana.

O mercado de produtos orgânicos no Brasil, vem se fortalecendo nos últimos anos, com mais de 20.000 propriedades certificadas. Ou seja, não se tem dúvida que a tendência deste mercado é só aumentar. Pois, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “a cada ano cresce, na faixa de 10 a 15 por cento, o número de produtores rurais registrados no ministério que trabalham com alimentos orgânicos, provando que há espaço para todos no mercado” (MAPA, 2019).

Para adentrar ao mercado de orgânicos, o produtor deve se regularizar no Mapa. A certificação pode ser feita com a contratação de uma Certificadora de Auditoria ou entrando em contato com um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que terá que ter uma certificação do Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Se o produtor optar pela contratação da Certificadora por Auditoria, ele receberá visitas de inspeção inicial e contínua e terá obrigação junto ao ministério e a certificadora, com custo a ser determinado em contrato. Se o produtor violar as normas, a certificadora retira o seu certificado e comunica o órgão. No caso do certificado direto pela OPAC, o produtor tem que atuar efetivamente no grupo ou núcleo a que permanecer ativo, indo a reuniões contínuas, e o grupo deve assegurar a qualidade orgânica do produto, visto que, todos tomam conta de todos e assumem juntos se tiver fraude ou erro que não corrigirem. O produtor não corrigindo-se, será excluído pelo grupo e terá seu certificado cancelado junto ao ministério (MAPA, 2020).

Segundo o Mapa (2020), o produtor que tem a certificação, além de poder vender em feiras, ele poderá fazer a comercialização para supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias etc., este produto deve estar estampado com o selo federal do SisOrg em seus rótulos,

tanto para produtos nacionais ou estrangeiros. Agora se o produtor só deseja vender em feiras ou para instituições, eles podem formar uma Associação de Controle Social (OCS) ou se associar a uma já existente.

Pode-se dizer então que, um dos fatores que impulsionam o crescimento do mercado orgânico é a dinâmica de mudanças em relação à alimentação, e tudo que refere a ela, pois esta é o centro da condição humana. Seguindo este raciocínio, os consumidores têm a predisposição de melhorar suas práticas alimentares, buscando por produtos menos industrializados, sem conservantes e mais saudáveis (LIU,2017).

2.2 Agricultura Convencional

A agricultura convencional é representada como o agrupamento de métodos produtivos que surgiram em meados do século XIX, reputada como a 2ª revolução agrícola, que teve como auxílio o impulso dos fertilizantes químicos, criados pelo químico Liebig. Estes métodos alastraram-se depois das grandes guerras, com o uso de sementes manipuladas geneticamente para o aumento da produção, correlacionado ao ajuntamento de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e da maquinaria agrícola (ALENCAR et al., 2013).

Com a “Revolução Verde”, sucedida na agricultura após o final da Segunda Guerra Mundial, portou como primordial atributo o uso em larga escala de insumos químicos no propósito de crescer a produtividade agrícola. Apesar de que, essa modificação de padrão na agricultura tenha surgido em países desenvolvidos, houve benefício em difundi-la mundialmente, com a declaração de que iria finalizar a situação da fome. Toda uma junção avançada de sementes melhoradas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, foram vendidos para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Passados 50 anos, foram percebidos problemas como: pragas rígidas a agrotóxicos; degradação do solo, dos alimentos e da água; destruição dos seres da natureza; deterioração, junção e concentração do solo; e a saída das pessoas da zona rural para a zona urbana, devido à mecanização da produção (ROSSET, 1995; WATANABE, 2000; apud ALENCAR et al., 2013).

A agricultura nacional brasileira não ficou livre das mudanças. Aplicações dos setores privados e públicos em tecnologia, possibilitaram a expansão da exploração dos ainda abundantes recursos naturais. Foram cedidas imensas áreas para produção agrícola e industrial.

Investiu-se igualmente na capacitação e na formação maciça de pessoal técnico e em pesquisa de ponta para solucionar os gargalos da produção agrícola nos trópicos (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

O século XX, no Brasil, foi sem hesitação, marcado por uma significativa revolução tecnológica, o que ocasionou grande contagem de pessoas a terem o acesso às inovações técnicas sofisticadas e a custos descontados, a popularização da nova tecnologia. Entre 1900 e 1999, a sociedade brasileira participou e beneficiou-se da surpresa tecnológica nas cidades e nos campos. Meios de transporte, rádios, telefones, celulares, eletrodomésticos, remédios, pesticidas, pivôs-centrais, colheitadeiras e computadores, entre outras invenções, passaram a ser elementos comuns no cotidiano das pessoas (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

Segundo Artuzo et al., 2018 (apud SILVA et al, 2018), como resultado, as novas tecnologias trouxeram um adicional nos custos de produção no decorrer dos anos, demandando assim, uma administração rural competente e efetiva, sendo que, no geral os produtores rurais tomam decisões próprias. Por esta razão, o controle nos custos e o aumento na produtividade são as causas que determinam a lucratividade da empresa rural.

De acordo com o Centro Avançado de Economia Aplicada (CEPEA, 2020), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, orçado pelo Cepea, juntamente com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cresceu repetidamente no mês de julho em 1,26%. Desse modo, o setor atingiu sete meses contínuos de alta em 2020, com crescimento de 6,75% no período.

Essa revolução foi precedida e impulsionada pela revolução industrial e química do século XIX, que também motivou mudanças nas áreas sociais, ainda que essas tenham sido demoradas e menos abrangentes, quanto ao universo de beneficiários. No ápice da pirâmide dessas mudanças, ao final do século passado, estão certamente as tecnologias das informações e a nova era da internet (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

Com todos os avanços nas variadas ciências básicas e aplicadas nos últimos 150 anos, obteve-se um melhor conhecimento dos solos, das plantas e do meio ambiente e, por consequência, saltos radicais no desenvolvimento da agricultura, onde houve uma melhor compreensão dos adubos químicos, melhoramento animal e vegetal, que cria novas cultivares e raças aos agrotóxicos que, sendo usados racionalmente, podem ser armas eficientes no combate aos seus inimigos reais como pragas e doenças, vencendo um de seus pontos negativos (REIFSCHNEIDER et al., 2010).

2.3 Conceituação e Classificação dos Custos

Custo é uma importante ferramenta na contabilidade no âmbito gerencial e tomadas de decisões, controles de gastos e planejamentos de curto e longo prazo. Tendo o controle dos custos do período, é a análise da redução de gastos e suscetivelmente, o aumento da lucratividade, que é o foco de todo empresário. O custo é classificado como o gasto que a organização terá para entregar o produto ou serviço ao consumidor (ALVES; AZEVEDO; BONHO; ROSÁRIO; ANTONI; VALGAS, 2018).

Segundo Wernkey (2017), custos podem ser identificados como os gastos, que transcorrem durante o processo produtivo, sendo assim, os insumos utilizados no início, durante e no final do processo produtivo ao produto acabado e disponível para venda.

2.3.1 Custo Direto

São os custos apropriados ao produto, no caso do tomate, produto agrícola, os custos utilizados na sua plantação tem como exemplos: adubação, compostagem, sementes, mão de obra direta, etc.; são alocados aos custos diretos do produto pronto para o consumo. Custos diretos são os gastos que interferem no valor final do produto acabado (ALVES; AZEVEDO; BONHO; ROSÁRIO; ANTONI; VALGAS, 2018).

2.3.2 Custo Indireto

De acordo com Garrison et al., (2013), os custos indiretos não estão ligados diretamente ao produto final, mas é importante para toda a cadeia produtiva funcionar, estão englobados nesta classificação os gastos como: energia elétrica, mão de obra indireta, manutenção, reparos, materiais indiretos, impostos sobre a propriedade, depreciação e seguro etc.

2.3.3 Custos Fixos

São aqueles que permanecem constantes, independente do volume de produção do período. Sendo assim, não são afetados por mudanças no nível de atividade dentro do intervalo relevante. Salientando que, os custos fixos podem sofrer alteração de um período para o outro, como o aumento no consumo de material de limpeza ou diminuição do seu consumo, na medida que o nível de atividade aumenta ou diminui, mesmo assim, não deixam de serem fixos (RIBEIRO, 2018).

2.3.4 Custos Variáveis

Segundo Ribeiro et al., (2018) e Garrison, Noreen e Brewer (2013), os custos variáveis aumentam e diminuem proporcionalmente conforme o aumento do volume de atividades do período que está sendo analisado, ou seja, o volume de produção, e quando estão ligados aos volumes produzidos também podem ser considerados custos diretos. Exemplos de custos variáveis: custos dos produtos vendidos, material direto, mão de obra direta, despesas administrativas e custos com entregas.

2.4 Lucratividade

A Lucratividade é um dos principais indicadores econômicos da empresa, responsável por medir a competitividade do negócio, com a média para empresas de pequeno e médio porte de 5% a 10% de lucratividade (SEBRAE).

Conforme Susin et al., (2013 apud SILVA et al., 2008), a lucratividade é um indicador que apresenta a relação entre o retorno das vendas. Compara o lucro líquido com relação as vendas líquidas do período analisado, assim, o percentual de lucro diante do faturamento. Susin et al., (2013 apud SILVA et., 2008) ainda ressaltam que se deve trabalhar com a receita líquida, sendo esta, a receita real do período, pois, a receita bruta engloba receitas que foram anuladas ou devoluções e abatimentos que ocorreram, resultando em um índice erroneamente de lucratividade.

Fórmula de lucratividade:

$$\frac{\text{LUCRO LIQUIDO}}{\text{RECEITA TOTAL}} \times 100$$

2.5 Estudos Anteriores

O tema discutido neste artigo, sobre análise dos custos de produção e da lucratividade do tomate orgânico e convencional, é um tema pouco abordado se tratando do tomate, pois se tem maior quantidade, falando de uma variedades de frutas, hortaliças etc., sendo mais recorrente o índice de rentabilidade do tomate. Neste tópico serão abordados os resultados obtidos em três estudos sobre a produção do tomate e os resultados encontrados.

Lima e Campos (2014) estimaram as receitas e custos operacionais da produção de tomate e analisaram a rentabilidade na região do estado do Ceará. Seis produtores analisados de tomate orgânico e cinco de tomate convencional foram analisados, sendo que o tomate convencional apresentou uma viabilidade financeira de 88%.

Magno et al., (2007) realizaram uma pesquisa na cidade de Araraquara/SP e Uberlândia/MG, comparando os sistemas de produção de tomate convencional e orgânico em cultivo protegido e encontraram que o sistema orgânico se apresentou agronomicamente viável. Com uma lucratividade de até 113% maior que o tomate convencional.

Santos et al., (2019) realizaram o trabalho na Região da Transamazônica e chegaram nos seguintes resultados, demonstraram que o sistema de produção de tomate apresenta boas perspectivas de obter rentabilidade positiva, ainda que ocorra uma redução nos preços pagos ao produtor, pois, a margem de lucro apresentada é bastante elevada, caracterizando uma rentabilidade positiva de 25,2%.

Quadro 1: Estudos anteriores sobre produção de tomate.

Autores	Resultados
Lima e Campos (2014)	O cultivo do tomate orgânico apresentou a viabilidade financeira de 63% de lucro, enquanto o tomate tradicional obteve lucro de 88%.
Magno et al., (2007)	Concluíram com as análises que o sistema orgânico se apresentou agronomicamente viável, com um custo de produção 17% mais baixo que o convencional e lucratividade até 113% maior.
Santos et al., (2019)	O autor deste trabalho conclui que o sistema de tomate convencional apresenta uma rentabilidade positiva de 25,2%.

Fonte: elaborado pelos autores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada se caracteriza como uma análise descritiva, com coleta de dados primários. Quatro propriedades agrícolas produtoras de tomate foram analisadas. Foram coletados os dados quantitativos referentes ao primeiro semestre de 2020, a partir de entrevistas semi estruturadas entre os meses de agosto e novembro, sendo que o controle dos produtores não é feito de acordo com uma gestão contábil, e sim com anotações pessoais.

As etapas desse projeto se iniciaram com um estudo bibliográfico sobre o assunto, aprofundando o assunto referente ao produto orgânico e convencional. Após análise bibliográfica e construção do referencial teórico, foi desenvolvida a estrutura de coleta de dados. Os dados foram coletados e posteriormente analisados baseados na literatura disponível e utilizada durante o trabalho.

Por intermédio de um jornal da cidade de Anápolis-GO, foi coletado o primeiro contato de uma produtora de tomate orgânico. O jornal disponibilizou o telefone e o endereço de *e-mail* da produtora e em seguida enviado um *e-mail* à mesma. A resposta ocorreu no mesmo dia e a produtora informou que no momento ela não estava plantando tomate, mas outras verduras no segmento convencional e informou outro contato.

Foi possível marcar uma reunião com o segundo produtor indicado no mercado da rua 74, localizado no Setor Central, em Goiânia, uma feira tradicional de orgânicos que ocorre todos os sábados, nesta visita foi possível conversar com outros produtores de diversas variedades de tomate e pegar outros contatos. O segundo produtor indicado informou que não seria possível fornecer informações para a pesquisa por motivos pessoais. Então, foi necessário adotar outra estratégia para encontrar mais produtores. Foi adotada a busca *online* em *sites*, redes sociais e anúncios de estabelecimentos que vendem orgânicos em Goiânia, como fazendas que fornecem cestas de orgânicos à pronta entrega, na casa do consumidor. Destes contatos realizados, muitas mensagens e *e-mails* enviados não obtiveram retorno. Mesmo os produtores que responderam, tiveram receio em fornecer os dados necessários para a análise dos seus cultivos de tomate orgânico. Outros alegaram a falta de controle dos gastos da produção, o tempo e a disposição para a entrevista, tanto presencial ou por meios de comunicação eletrônica. Um dos fatores de grande peso que dificultou a coleta de dados foi a falta de produção, por consequência da

pandemia. Foram abordados cinco produtores de tomate convencional e dez produtores de tomate orgânico, sendo que, apenas quatro retornaram de maneira positiva, dois orgânicos e dois convencionais.

A primeira produtora de orgânico, foi uma produtora de tomate Saladete localizada na cidade de Hidrolândia- GO, com área plantada de trezentos e quinze metros quadrados e o período de plantio até colheita transcorre em seis meses. Ela esteve à disposição para o fornecimento dos dados através de mensagem de texto. A segunda produtora de tomate orgânico do tipo Saladete, foi da cidade de Gameleira de Goiás, com uma área plantada de trezentos e vinte metros quadrados, esta tem um período de plantio à colheita de aproximadamente três meses.

Através de indicações foi obtido o contato de dois produtores que comercializam tomate convencional no Ceasa. O primeiro produtor de tomate tipo Longa Vida, localizado na região de Leopoldo de Bulhões, com área plantada de dez mil metros quadrados, em contato por telefone ele foi muito solícito, foram realizadas três ligações e três mensagens por SMS, assim, obteve-se os dados apropriados. Localizado na cidade de Nova Veneza, cultivando o tomate Saladete, com área plantada de dez mil metros quadrados, foi realizada uma entrevista presencial e mensagens por aplicativos para obter as informações pertinentes para análise.

A região estudada contemplou as cidades localizadas nas proximidades de Goiânia, sendo dois produtores de tomate orgânico e dois de tomate convencional, como apresenta o Quadro 2.

Quadro 2: Produtores por cidade, área plantada e produtividade.

Produtores	Cidade	Área plantada	Produção/Caixa	Produtor
A	Nova Veneza	10.000 m ²	1.500	Convencional
B	Leopoldo de Bulhões	10.000 m ²	5.000	Convencional
C	Hidrolândia	315 m ²	200	Orgânico
D	Gameleira de Goiás	120 m ²	48	Orgânico

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados obtidos foram examinados por meio de planilhas eletrônicas elaboradas pelos autores, onde foram considerados os custos totais do tomate, separando entre diretos variáveis, diretos fixos, indiretos variáveis e indiretos fixos. Esta análise constatou a receita bruta, deduzindo os custos e resultando no lucro líquido. Respondendo a problemática desta pesquisa, que é diferenciar a lucratividade dos produtores de tomate orgânico e convencional.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos Custos

Os custos totais foram compostos pelos custos diretos variáveis, diretos fixos, indiretos variáveis e indiretos fixos. Os custos se dividem de acordo com o Quadro 3.

Quadro 3: Custo dos produtores.

Produtores	A	B	C	D
Diretos variáveis	R\$ 11.420,00	R\$ 95.929,68	R\$ 728,00	R\$ 717,29
Diretos fixos	R\$ 360,00	R\$ 7.120,00	R\$ 9.600,00	*****
Indiretos variáveis	R\$ 4.200,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.770,00	R\$ 384,00
Indiretos Fixos	*****	*****	R\$ 1.200,00	*****
Custo total	R\$ 15.980,00	R\$ 104.949,68	R\$ 13.098,00	R\$ 1.101,29

Fonte: elaborado pelos autores.

Com a análise dos dados, percebeu-se que os produtores de tomate orgânico e convencional tem insumos em comum e diferentes entre si, como:

Produtor A: Os insumos que compõem os custos diretos variáveis são: sementes, adubo, esterco, trator, pesticidas, mão de obra; direto fixo: pedra ceasa; indiretos variáveis: energia e combustível.

Quadro 4: Custos totais do produtor A.

ETAPA (SERVIÇO+ MATERIAL)					
Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total	Participação %
Custos diretos variáveis				R\$ 11.420,00	71,46
Sementes	5.000	Unidade	0,5	R\$ 2.500,00	15,64
Adubo	15	Unidade	90	R\$ 1.350,00	8,44
Esterco	1	T	200	R\$ 200,00	1,25
Trator	3	H/m	40	R\$ 120,00	0,75
Pesticidas			0	R\$ 2.000,00	12,51
Mão de obra	75	Diárias	70	R\$ 5.250,00	32,85
Custo direto fixo				R\$ 360,00	2,25
Pedra Ceasa	20	Unidade	18	R\$ 360,00	2,25
Custos indiretos variáveis				R\$ 4.200,00	26,28
Energia	3	Meses	66,66	R\$ 200,00	1,25
Gasolina				R\$ 4.000,00	25,03

Custo Total	R\$ 15.980,00	100
--------------------	----------------------	------------

Fonte: elaborada pelos autores.

Produtor B: Os insumos que compõem os custos diretos variáveis são: sementes, estufa, trator grande, trator sulcagem, adubo, pesticidas, gasolina motor, mão de obra colheita; diretos fixos: mão de obra fixa, pedra ceasa; indireto variável: gasolina para entrega.

Quadro 5: Custos totais do produtor B.

ETAPA (SERVIÇO+ MATERIAL)					
Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total	Participação %
Custos diretos variáveis				R\$ 95.929,68	91,40
Sementes	10.000	Unidade	0,45	R\$ 4.500,00	4,28
Estufa	10.000	Unidade	0,1	R\$ 1.000,00	0,95
Trator grande	10	H/m	150	R\$ 1.500,00	1,42
Trator sulcagem	4	H/m	120	R\$ 480,00	0,45
Adubo/Pesticidas	10.000	Unidade	8	R\$ 80.000,00	76,22
Combustível	16	Semanas	49,98	R\$ 799,68	0,76
Mão de obra-colheita	90	Dias	85	R\$ 7.650,00	7,28
Custos diretos fixos				R\$ 7.120,00	6,78
Mão de obra fixa	4	Meses	1420	R\$ 5.680,00	5,41
Pedra Ceasa	80	Unidade	18	R\$ 1.440,00	1,37
Custo indireto variável				R\$ 1.900,00	1,81
Gasolina para entrega	19	Dias	100	R\$ 1.900,00	1,81
Custo Total				R\$ 104.949,68	100

Fonte: elaborada pelos autores.

Produtor C: Os insumos que compõem os custos diretos variáveis são: sementes, fertilizantes orgânicos, sacos; direto fixo: mão de obra fixa; indiretos fixos: certificação, feira, taxa da associação; indiretos variáveis: energia e combustível.

Quadro 6: Custos totais do produtor C.

ETAPA (SERVIÇO+ MATERIAL)					
Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total	Participação %
Custos diretos variáveis				R\$ 728,00	5,55
Sementes	1000	Unidade	0,6	R\$ 600,00	4,58
Sacos 25x30	3000	Unidade	0,016	R\$ 48,00	0,36
Fertilizante orgânico					0,61
Bokaschi	500	Kg	0,16	R\$ 80,00	
Custo direto fixo				R\$ 9.600,00	73,29
Mão de obra	6	Meses	1600	R\$ 9.600,00	73,29
Custos indiretos fixos				R\$ 970,00	7,40
Certificação	6	Meses	83,33	R\$ 500,00	3,81

Feira	4	Meses	100	R\$ 400,00	3,05
Taxa da associação	6	Meses	11,66	R\$ 70,00	0,53
Custos indiretos variáveis				R\$ 1.800,00	13,74
Energia	6	Meses	200	R\$ 1.200,00	9,16
Gasolina	6	Meses	100	R\$ 600,00	4,58
Custo Total				R\$ 13.098,00	100

Fonte: elaborada pelos autores.

Produtor D: Os insumos que compõem os custos diretos variáveis são: mudas, fertilizantes orgânicos, tratorito, mão de obra, capina, adubo, sacos; indiretos variáveis: energia e combustível.

Quadro 7: Custos totais do produtor D.

ETAPA (SERVIÇO+ MATERIAL)					
Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total	Participação %
Custos diretos variáveis				R\$ 717,29	65,13
Mudas	200	Unidade	2,4	R\$ 480,00	43,58
Tratorito	10	Min	0,0725	R\$ 0,73	0,06
Mão de obra	2	H/m	4,35	R\$ 8,70	0,78
Capina	2	H/m	4,35	R\$ 8,70	0,78
Adubação Plantio	1,5	Ciclo	49,85	R\$ 74,78	6,78
Transplântio	1	H/m	4,35	R\$ 4,35	0,39
Colheita	1	H/m	4,35	R\$ 4,35	0,39
Mão de obra(ensacar)	2	H/m	R\$ 4,35	R\$ 8,70	0,78
Sacos	8	Unidade	R\$ 13,00	R\$ 104,00	9,44
Fertilizantes orgânicos				R\$ 22,99	2,08
Calda bordalesa	1	L	1,85	R\$ 1,85	
Amasegado de pimenta	200	MI	0,00585	R\$ 1,17	
Dipel	120	MI	0,09	R\$ 10,80	
Amasegado de timbo	1	L	3,125	R\$ 3,13	
Pulverização BIO	4	L	1,51	R\$ 6,04	
Custos indiretos variáveis				R\$ 384,00	34,68
Energia	154	Dias	R\$ 2,00	R\$ 308,00	27,96
Combustível	20	L	R\$ 3,80	R\$ 76,00	6,90
Custo Total				R\$ 1.101,29	100

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados dos produtores B e C indicam a necessidade de uma melhor gestão para a redução dos custos, haja visto que, os custos com pesticidas e mão de obra representam mais de 50% dos custos totais de produção, elevando os custos e diminuindo os lucros. Com os

quadros acima evidenciou-se que os custos semelhantes entre os produtores são: sementes e mão de obra.

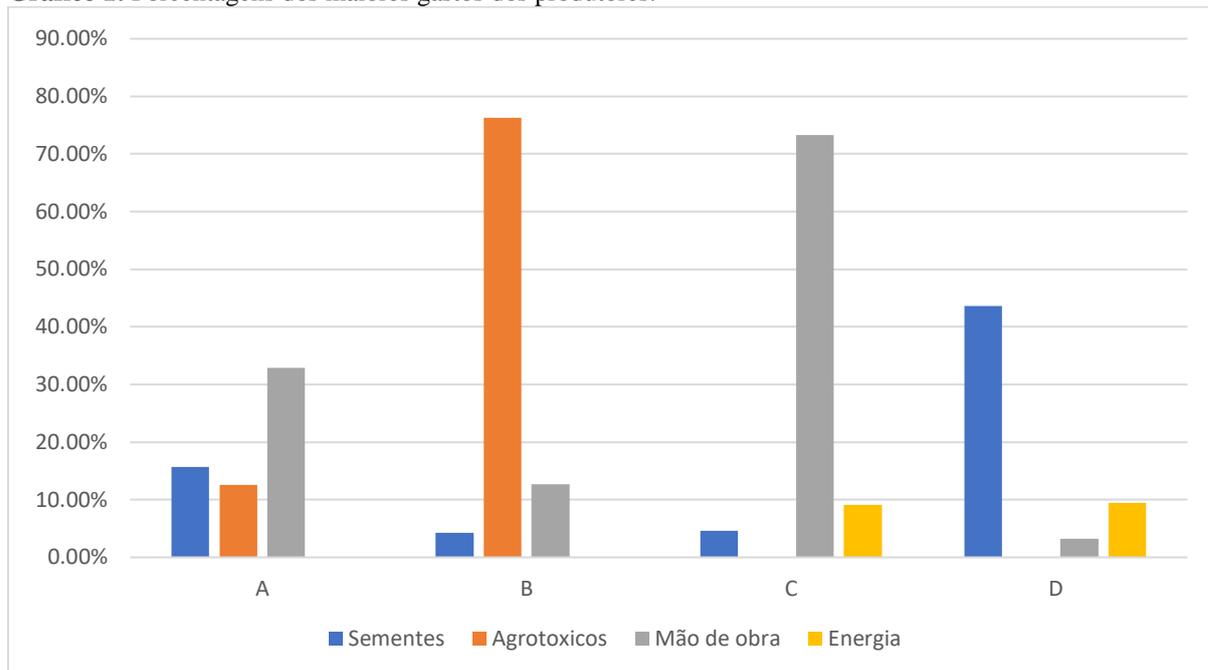
Fica perceptível que A e D utilizam mão de obra variável, enquanto B e C utilizam mão de obra fixa, isso porque o produtor A tem gasto com mão de obra somente na colheita, já que, durante todo o período de plantação, adubação e entrega, todo o processo é gerido por pai e filho. O produtor D tem mão de obra fixa e variável, pois o mesmo planta mais culturas além do tomate, totalizando três hectares, sendo um hectare para o tomate, portanto, a mão de obra fixa foi rateada, levando em conta os hectares, considera-se que $1/3$ da mão de obra fixa agrega no custo do tomate e a mão de obra variável auxilia na colheita.

O produtor B tem gasto com mão de obra fixa, pois o mesmo tem um funcionário que o auxilia em todo o processo, desde o preparo da terra até a colheita, enquanto o produtor C possui mão de obra variável, considerando que a mão de obra é rateada por serviço prestado e horas trabalhadas, com base no salário mínimo de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais).

Verificou-se também que o produtor A dispõe de gasto com um motor movido a energia elétrica para irrigar a plantação, ao mesmo tempo que o produtor B gasta com combustível para o funcionamento do gerador, realizando a mesma função de irrigar a plantação. Ambos não tem custo com água, pois pegam água do riacho que tem na propriedade. O produtor B contrata por um mês o sistema protegido (estufa), para plantar as sementes e gerar as mudas, com a finalidade de fazer o transplante para o solo, sendo que, o produtor A não realiza este processo, pois já prepara o solo e planta a semente.

Notou-se que o produtor C tem gastos com: taxa de associação, certificação e feira. Enquanto o produtor D não dispõe destes custos devido à falta de controle, com a pandemia o produtor D deixou de trabalhar na feira e passou a realizar entregas a domicílio, porém não controlam os gastos das entregas.

No Gráfico 1 são evidenciadas as proporções dos maiores custos dos produtores, podendo entender que o produtor A e o produtor B não possuem a coluna de energia, pois, para o produtor A o custo da energia não é relevante em vista do custo total, e o produtor B não utiliza energia elétrica. Não é apresentada a coluna de agrotóxicos para os produtores C e D, por serem produtores de orgânicos.

Gráfico 1: Porcentagens dos maiores gastos dos produtores.

Fonte: elaborado pelos autores.

4.1.2 Análise de Lucratividade

A Lucratividade é uma importante ferramenta para medir a rentabilidade nas atividades econômicas, pois é um índice que demonstra a proporção do lucro líquido sobre a receita bruta, após o pagamento de todos os custos de produção.

Os produtores de tomate convencional vendem por caixa, sendo que uma caixa pesa aproximadamente 25 kg, o valor é definido no dia pelo Ceasa, enquanto o produtor de orgânicos vende por quilo, sendo este valor definido pelo próprio produtor. As perdas dos produtores são respectivamente: produtor A 14%, produtor B 20%, produtor C 20% e produtor D 5%. A perda do produtor C é revertida em ganho, pois o tomate é vendido para a fabricação de extratos e molhos pelo valor de R\$ 5,00 (cinco reais) o quilo. Seguem os demonstrativos nos Quadros 9 e 10.

Quadro 9: Total colhido, perda e quantidade vendida.

Produtores	Total colhido	Perda	Quantidade vendida
A	1500 caixas	14%	1290 caixas
B	5000 caixas	20%	4000 caixas
C	5000 quilos	20%	4000 quilos
D	1200 quilos	5%	1140 quilos

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 10: Preço de venda.

Produtores	A	B	C	D
Preço de venda	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 10,00	R\$ 12,00

Fonte: elaborado pelos autores.

Para o cálculo da lucratividade houve a mensuração da quantidade colhida, menos as perdas. Multiplicando pelo preço de venda de cada produtor, resultando na receita total, na qual foram subtraídos os custos de produção, apurando assim, o lucro líquido. O quadro abaixo demonstra a receita, menos o custo total resultando no lucro líquido.

Quadro 11: Lucro Líquido.

Produtores	A	B	C	D
Receita	R\$ 64.500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 13.680,00
Custo total	(R\$ 15.980,00)	(R\$ 104.949,68)	(R\$ 13.098,00)	(R\$ 1.101,29)
Lucro Líquido	R\$ 48.520,00	R\$ 95.050,32	R\$ 31.902,00	R\$ 12.578,71

Fonte: elaborado pelos autores.

Com os dados acima, foi aplicada a fórmula da lucratividade: lucro líquido/receita total x 100, resultando nos índices de cada agricultor. Segue o resultado no Quadro 12 abaixo.

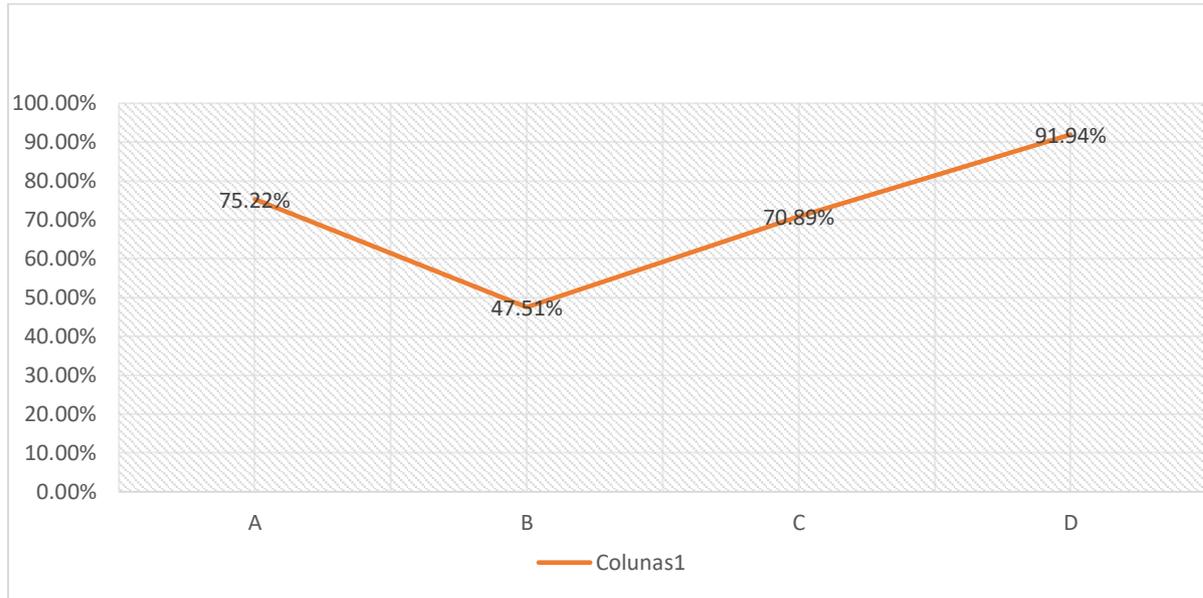
Quadro 12: Lucratividade.

Produtor A	Produtor B	Produtor C	Produtor D
$\frac{48.520}{64.500} * 100$ $= 75,22$	$\frac{95.050,32}{200.000} * 100$ $= 47,51$	$\frac{31.902,20}{45.000} * 100$ $= 70,89$	$\frac{12.578,71}{13.680} * 100$ $= 91,94$

Fonte: elaborado pelos autores.

É possível verificar que existe uma variação considerável da lucratividade entre os produtores. O produtor A demonstra ser mais lucrativo que o produtor B em 27,69%, e o produtor D apresenta maior lucro que o produtor C em 21,05%. Realizando uma média dos lucros entre os produtores constatou-se que os produtores de orgânicos são economicamente mais viáveis, que os produtores de convencional, sendo mais lucrativos em 20,05%.

O Gráfico 2 apresenta a comparação gráfica das variações de lucratividade.

Gráfico 2: Lucratividade.

Fonte: elaborado pelos autores.

Pode-se verificar que todos os produtores tiveram um excelente percentual de lucratividade, visto que, três deles tiveram um retorno de mais de 50%, considerando que o produtor B tem o menor índice de lucratividade, em contrapartida ele detém o maior custo de produção, mas não deixa de ter lucro. Em relação ao convencional e orgânico, constatou-se que os produtores de orgânicos se destacam com os maiores índices de lucratividade, uma vez que, os custos de produção são inferiores ao convencional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs a analisar a lucratividade entre dois modelos produtivos da cultura do tomateiro, sendo dois produtores de orgânicos e dois produtores de convencionais. O estudo realizado com os produtores no estado de Goiás, demonstrou os custos dos processos produtivos entre eles. Foi possível comparar através de tabelas os custos em comum e divergentes entre os produtores, concluindo que o tomate orgânico tem os menores custos de produção em comparação ao convencional.

No Gráfico 1 foram demonstrados os elementos que elevaram os custos totais de produção. Foi identificado que o gasto com agrotóxico no produtor B aumentou consideravelmente os custos para este agricultor, tornando-se o maior custo na sua lavoura.

Ainda que haja riscos à saúde dos produtores e dos consumidores, os produtores insistem com o uso dos agrotóxicos, buscando diminuir o percentual de perdas, no entanto, os índices de perdas continuam sendo elevados, concluindo que o uso de agrotóxicos não previnem perdas menores.

Uma das limitações quando se trata de pequenos agricultores é que eles não possuem controle formal sobre os gastos. Pois, ficou perceptível que existe uma discrepância dos custos de agrotóxicos entre os produtores, sendo que, os autores confirmaram mais de uma vez estas informações com os produtores, sobre os valores com o uso do agrotóxico e as discrepâncias permaneceram.

Conclui-se também que o produtor C sai em vantagem, já que aproveita 100% da sua colheita, pois as perdas deste produtor são revertidas em ganhos, somando assim, com o total bruto da receita e aumentando a sua lucratividade. A produtora D também utiliza as perdas, mas para fazer molhos e extratos para uso próprio, além de alimentar os animais da propriedade. Enquanto os demais produtores não comercializam as perdas para a fabricação de extratos ou molhos, também não as utilizam para a alimentação dos animais, como porcos e galinhas. Sendo assim, as perdas poderiam ser aproveitadas como alimentos ou para gerar receita aos produtores.

Foi possível verificar que existe uma variação considerável da lucratividade entre os produtores. O produtor A demonstra ser mais lucrativo que o produtor B em 27,69%, e o produtor D apresenta maior lucro que o produtor C em 21,05%. Realizando uma média dos lucros entre os produtores, constatou-se que os produtores de orgânicos são economicamente mais viáveis, que os produtores de convencional, sendo mais lucrativos em 20,05%.

Pode-se verificar que todos os produtores analisados tiveram lucro, diante dos custos totais de produção, classificando por relevância, a dupla de produtores de orgânicos apresentaram maior retorno em comparação aos convencionais, pois os produtores de tomate orgânico obtiveram um retorno superior a 20,05%, em relação aos produtores de convencional. Salientado que os custos de produção do orgânico, por serem menores e o preço de venda, por serem elevados em relação ao convencional, contribuíram para este retorno.

Durante a pesquisa os autores tiveram algumas dificuldades em relação à coleta de dados e isso foi descrito no trabalho, para os futuros pesquisadores sobre o tema abordado fica evidenciado que podem encontrar as mesmas dificuldades nestas temáticas.

6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Guilherme Viana de. Percepção ambiental e uso do solo por agricultores de sistemas orgânicos e convencionais na Chapada da Ibiapaba, Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol. 51 no 2 Brasília abr./jun. 2013, Brasília, ano 2013, v. 51, n. 2, p. 10, 1 mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200001>. Acesso em: 20 set. 2020.

ALVES, Aline; AZEVEDO, S. DOS S. Iraneide; BONHO, T. Fabiana; ROSÁRIO, C. B. Carla; ANTONI, de O. Gustavo; VALGAS, L. Vera. **Análise de Custos**. São Paulo. Sagah Educação S/A., 2018. Disponível em: <<https://viewer.bibliotecaa.binpar.com/viewer/9788595024427/11>>. Acesso em: 20 set. 2020.

BIASIO et al., Determinação do custo e da rentabilidade na cultura do morango em uma pequena propriedade agrícola situada em Flores da Cunha/RS: subtítulo do artigo. **Custos e @gronegócio**: subtítulo da revista, Recife, v. 11, n. 1, p. 161-183, mai./2015. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v11/OK_10_morango.pdf>. Acesso em: 24 out. 2020.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **O PIB do agronegócio brasileiro**, 2016. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONAB. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DOS SANTOS, J. C.; SENA, AL dos S.; VIANA, G. C. Custo e rentabilidade na produção de tomate na região da Transamazônica, Pará. **Embrapa Amazônia Oriental-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2019. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1105666>>. Acesso em: 10 set. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **A cultura do tomate**. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/hortaliças/tomate-de-mesa/cultivares2>>. Acesso em: 24 out. 2020.

LIMA, Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira; CAMPOS, Kilmer Coelho. Viabilidade financeira do tomate convencional e orgânico no estado do Ceará. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 2, p. 26-39, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/10910>>. Acesso em: 10 out. 2020.

LIU, Mingui. **Qual o tamanho do mercado orgânico?** Disponível em: <<https://organis.org.br/qual-o-tamanho-do-mercado-de-organicos-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MAGNO, Queiroz Luz, J., SHINZATO, Vinícius A., SILVA, Alves Diniz da. Comparação dos sistemas de produção de tomate convencional e orgânico em cultivo protegido. **Bioscience**

Journal, 23(2). 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/6842>>. Acesso em: 20 out. 2020.

MAPA. **Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao-organica>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Semana dos Orgânicos é lançada com destaque para crescimento do setor no Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/semana-dos-organicos-e-lancada-com-destaque-para-crescimento-do-setor-no-brasil>>. Acesso em: 12 out. 2020.

NOREEN, W. Eric; BREWER C. PETER; GARRISON H. Ray. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de Christiane de Brito. 14° ed. Editora AMGH Editora LTDA., 2013. Disponível em: <<https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788580551624/724>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PLANALTO. **Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 8 jun. 2020.

RAPASSI, Rosalina Maria Alves; TARSITANO, Rodrigo Anselmo; PROENÇA Érico Roberto. **Produção de milho safrinha irrigado, no município de pereira Barreto – SP: custos e lucratividade**, 2013. Disponível em: <<https://www.cpa0.embrapa.br/cds/milhosafriinha2013/PDF/85.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.

REIFSCHNEIDER, Francisco. **Novos Ângulos da História da Agricultura no Brasil: História da Agricultura no Brasil**. 1. ed. rev. Brasília: EMBRAPA, 2010. 114 p. ISBN 978-85-7383-491-8. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/868764/novos-angulos-da-historia-da-agricultura-no-brasil>>. Acesso em: 20 set. 2020.

RIBEIRO, M. Osni. **Contabilidade de Custos**; 5° ed; São Paulo; 2018; Saraiva. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=sdJiDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 set. 2020.

SEBRAE. **Saiba como funciona o indicador de lucratividade**: aprenda a aplicar e tenha retorno do seu investimento em lucros. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/saiba-como-funciona-o-indicador-de-lucratividade,23abcc19e6223610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Kaique et al., Análise de custo de produção e lucratividade na produção do milho convencional e transgênico em Mato Grosso. Análise de custo de produção e lucratividade na produção do milho convencional e transgênico em Mato Grosso. **Custoseagronegocioonline**. Mato Grosso, p. 25, 29 mar.2020 B1. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v16/OK%2011%20lucratividade.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2020.

SILVA et al., Viabilidade econômica do tomate em sistema convencional e protegido por telas de sombreamento. **Custos e @gronegocio**, Recife, v. 15, n. 3, p. 297-313, set./2019. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v15/OK%2014%20tomate.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

SUSIN, Simone. **Análise da lucratividade e rentabilidade na maior rede varejista do Brasil**. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1676>> Acesso em: 16 out. 2020.

VILELA, Gisele Freitas et al., **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Campinas, Sp: Embrapa Territorial, 2019. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1108738/1/5058.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

WERNKE Rodney. **Análise de Custos e Preços de venda - Ênfase em aplicações de casos nacionais**. São Paulo. Saraiva Educação S.A., 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Ux1nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 set. 2020.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu MAYARA DE SOUSA CARVALHO RA 31375

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO ()

NÃO AUTORIZAÇÃO (X)

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: ANÁLISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO E LUCRATIVIDADE DO TOMATE ORGÂNICO E CONVENCIONAL NAS PROXIMIDADES DE GOIÂNIA GOIÁS De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): KAROLINE DIAS OLIVEIRA

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: CIENCIAS CONTÁBEIS. Modalidade afim: ARTIGO GRADUAÇÃO

Mayara de Sousa Carvalho
Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 07 de janeiro de 2021

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE QUANTO À TRANSPARÊNCIA EM DEZ MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

FISCAL RESPONSIBILITY LAW: AN ANALYSIS AS TO TRANSPARENCY IN TEN MUNICIPALITIES IN THE METROPOLITAN REGION OF GOIÂNIA

ANGELLA CALDAS DE SOUSA¹; ELIANA LEAL CERQUEIRA²; FERNANDA
MENDES DE OLIVEIRA³; RAPHAELA DE OLIVEIRA FERREIRA⁴;

KAROLINE OLIVEIRA DIAS⁵

RESUMO

O objetivo do presente artigo é verificar se a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo cumprida entre os anos de 2015 a 2019, nos municípios da região metropolitana de Goiânia. E de que forma estão fazendo para cumprir os dispositivos da LRF quanto a transparência no que se refere à disponibilização das informações contábeis e orçamentárias. O artigo exposto evidencia que, a Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta um conjunto de normas e finanças públicas direcionada a gestão fiscal, mediante ações para prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o órgão público. A metodologia de pesquisa foi baseada em busca bibliográfica para a construção do referencial teórico através de artigos e legislações presentes. Sendo realizada através de *checklist* nos *sites* das prefeituras e se classifica, por fazer a análise dos dados obtidos. Sendo os municípios escolhidos Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade. Dentre as escolhas dos municípios destaca-se pela importância da economia e o número de habitantes. Pode-se dizer que parcialmente perante as análises dos dados coletados através dos *sites* eletrônicos a maioria das prefeituras está no nível intermediário quanto à transparência da gestão entre 75%, observando a falta de clareza nas informações e como estão sendo disponibilizados à sociedade.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Transparência. Gestão Fiscal.

ABSTRACT

The purpose of this article is to verify if the Fiscal Responsibility Law is being complied between the years 2015 to 2019, in the municipalities of the metropolitan region of Goiânia. And how are they doing to comply with the LRF provisions regarding transparency regarding the availability of accounting and budget information. The exposed article shows that, the Fiscal Responsibility Law presents a set of rules and public finances directed to fiscal management, through actions to prevent risks and correct those that may affect the public agency. The research methodology was based on a bibliographic search for the construction of the Theoretical framework through articles of the present legislation. Being carried out through a checklist on the websites of the city halls and is classified, for making the analysis of the data obtained. The chosen municipalities were Aparecida de Goiânia, Bela Vista, Goiânia, Goianira, Guapo, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade. Among the choices of the municipalities stands out for the importance of the economy and the number of the economy and the number of inhabitants. It can be said that partially due to the analysis of data collected through electronic sites, most city halls are at the intermediate level in terms of management transparency between 75%, observing the lack of clarity in the information and how they are being made available to society.

Key words: Fiscal Responsibility Law. Transparency. Management Fiscal.

¹ Graduanda de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas. E-mail: angellacaldas20@gmail.com

² Graduanda de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas. E-mail: lealeliana7@gmail.com

³ Graduanda de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas. E-mail: mendesf747@gmail.com

⁴ Graduanda de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas. E-mail: rapha18mais@gmail.com

⁵ Mestre em Administração pela UFG. E-mail: kaliumdias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar 101/2000 mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi criada para dar maior transparência na gestão fiscal das três esferas de governo, federal, estadual e municipal; e também, para responsabilizar os gestores públicos que descumprirem a norma. O Portal Senado Notícias (2020, s. p) cita que, “A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece um conjunto de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações para prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas.”

Um dos motivos da criação da LRF, para o autor Nascimento (2000), foi a “prolongada situação de déficit e endividamento crônico que tem inviabilizado o Estado brasileiro como provedor de necessidades básicas indelegáveis”. Esse endividamento levou o Brasil a uma situação de desequilíbrio fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal na visão de Khair (2000 p.11), “[...] estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no País. Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio da ação planejada e transparente”.

De acordo com Bezerra, Borges e Valmorbidia (2012, p. 68), a LRF veio fortalecer o princípio constitucional da transparência e “esse princípio obriga que as informações do setor público sejam fornecidas à sociedade, assegurando que todos tenham direito de pedir e recebê-las”.

A lei de responsabilidade fiscal trouxe uma roupagem nova para o conceito de transparência, passou a ser uma exigência legal. Os governantes são obrigados a seguir e cumprir criteriosamente a Lei, pois, caso contrário, poderão ser penalizados, sendo possível até a perda do cargo. Essa fiscalização de acordo com a autora, ocorre pela população e órgãos competentes (CRUZ, 2012).

Em pesquisa realizada por De Azevedo et al.,(2019), quanto ao Anexo de Riscos Fiscais, documento que materializa a gestão de riscos fiscais (conceito bastante discutido pela LRF), constatou-se que os municípios analisados apenas emitem o relatório para atender a legislação, ocorrendo uma divulgação cerimonial das informações “as informações evidenciadas nos relatórios não representam os reais riscos que as contas públicas nestes municípios possuem, comprometendo *accountability* e sustentabilidade fiscal”(DE AZEVEDO et al., 2019, p.18).

Por sua vez, o Jornal O Popular (2019) mostra que 33 municípios goianos estão prestes a descumprir a LRF. Dados de 219 prefeituras coletados pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) revelam que 15,06 % dos municípios pesquisados estão com as contas de pessoal

desajustadas. “Até o segundo quadrimestre deste ano, 33 municípios do Estado apresentavam índice de despesa total com pessoal acima do limite permitido por lei”. A reportagem revela ainda, algumas consequências que esses administradores públicos podem sofrer: “além de estarem sujeitos a multas, os gestores desses municípios podem ser impedidos de firmar convênios com Estado e União” (GUIMARÃES, 2019, p. 20).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como pergunta de pesquisa: os municípios da região metropolitana de Goiânia estão sendo transparentes na gestão fiscal? Como estão fazendo para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade fiscal quanto à transparência?

O presente trabalho se justifica pela relevância da LC 101/2000, que trouxe grandes mudanças na gestão da administração pública brasileira. A escolha das cidades foi quanto à relevância econômica e número de habitantes de acordo com dados do IBGE, são elas: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Inhumas, Goianira, Bela Vista de Goiás, Nerópolis, Hidrolândia e Guaporé. Essa pesquisa traz grande contribuição para a sociedade, pois irá revelar se os municípios observados estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal no quesito Transparência, e conseqüentemente administrando os recursos públicos com eficiência e eficácia necessárias.

O objetivo geral da pesquisa é verificar se os municípios da Região metropolitana de Goiânia estão sendo transparentes na gestão fiscal e como estão fazendo para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à transparência. Os objetivos específicos são: a) analisar a LRF, b) compreender os instrumentos de transparência da Administração Pública, c) verificar se os Municípios pesquisados estão sendo transparentes conforme a Lei e evidenciar os instrumentos de transparência.

Este trabalho é dividido em cinco partes contando com a introdução. A segunda parte apresenta o referencial teórico sobre a lei complementar 101 de 2000: Administração Pública Brasileira; Lei de Responsabilidade Fiscal; Transparência na Gestão Pública e Trabalhos Anteriores que Abordaram a Transparência na Gestão Pública. A terceira parte é constituída pela metodologia. Na quarta parte, há os resultados e discussão do tema tratado. E por fim, a quinta parte traz as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A administração pública consiste em um grupo de órgãos instituídos pelo governo para gestão de bens e interesses da sociedade, tendo com objetivo principal a prestação de serviço público em benefício à população, visando à satisfação das necessidades e o bem comum da comunidade administrada (MEIRELES, 2016).

Paula (2005) analisa a administração pública sob duas vertentes: gerencial e societal. A administração pública gerencial está ligada ao movimento de reforma do aparelho do estado, movimento inglês e estadunidense iniciado nos anos 1980 que prioriza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural. Já o modelo societal está voltado à participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, teve origem nos movimentos sociais brasileiros iniciados na década 1960, focando a gestão social.

Pereira (2018) conceitua administração pública como uma junção de serviços e entidades responsáveis por realizar as atividades administrativas, executar as decisões legislativas e políticas. Administrar bens e interesses da sociedade nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, tendo como foco atender as necessidades da coletividade.

Na visão de Araújo (2007, p.09),

Os modelos de gestão pública influenciam a abordagem que o governo utiliza para organizar os recursos e transformá-los em serviços públicos. Os resultados das políticas públicas dependem, em boa medida, do modelo de gestão adotado e da forma como ele funciona. Naturalmente que as contingências que estão presentes no ambiente também influenciam a implementação das políticas públicas e, em última análise, os resultados.

Segundo o Art. 37 da CF de 1988, os princípios explícitos da administração pública são baseados em cinco princípios, conhecido por muitos pela sigla LIMPE, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

Para Motta (2018), a publicidade é de suma importância, é um direito do cidadão de poder ter acesso às ações do governo, participar e até cobrar dos representantes públicos. Por meio da publicidade a república é democrática, oferecendo Transparência nos atos administrativos. Transparência não é apenas disponibilizar dados, mas precisa ser de maneira clara e acessível para toda população. Dessa forma, dar Transferência é convidar a sociedade para participar dos rumos do Estado, motivar na tomada da decisão, divulgando todos os atos.

Pinheiro (2010, p.101) define que o “princípio da transparência nos garante o poder de agir, de exercer nossos direitos no nosso dever cidadão, garantido pela obrigação do estado de zelar pela moralidade, pela ética administrativa, pelo senso de justiça”.

2.2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/ 2000, foi criada para atualizar e modernizar a Lei nº 4.320/1964, lei que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Para Sacramento e Pinho (2007), a LRF fez parte de um ciclo de mudanças organizacionais, realizadas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A aprovação da LC 101/2000 integra o processo de reforma do Estado como mecanismo de efetivação da administração pública gerencial, quanto à necessidade de reduzir e combater os gastos públicos.

A LRF é considerada atualmente, como o principal dispositivo regulador das contas públicas no Brasil e seu alicerce é representado por quatro eixos: planejamento, transparência, controle e responsabilização. O foco da lei é de gerenciar, dar limites aos gestores de vários níveis de governo, reduzir o endividamento dos Municípios, e definir os princípios básicos da responsabilidade fiscal quanto à gestão dos recursos públicos.

Na visão de Pereira (2009, p. 320),

A Lei de Responsabilidade Fiscal apresenta-se como um código de conduta para os administradores públicos de todo país, nos três poderes e nas três esferas de governo, União, estados e municípios, logo, os gestores passaram a ter que realizar uma gestão financeira e orçamentária mais eficiente, e eficaz e transparente (...)

Um grande destaque da LRF foi a transparência nas ações governamentais. Em seu art. 48, a lei trouxe os instrumentos de transparência, esses mecanismos de publicidade serão amplamente divulgados e de fácil acesso à população. São eles: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), a lei orçamentária anual (LOA), o relatório resumido de execução orçamentária (RREO), o relatório de gestão fiscal (RGF), além das devidas prestações de contas e versões simplificadas dos documentos citados.

2.2.1 Plano Plurianual (PPA)

O plano plurianual é um plano de médio prazo, já previsto na CF/88 e também na Lei 4320/64, através do qual se procura ordenar as ações do governo que visam atingir os objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ente governo federal, estadual e municipal.

De acordo com Ziviani (2004), PPA se caracteriza por um instrumento que consiste em planejar as ações do governo de caráter mais estratégico, político e de longo prazo, a ser considerado pelos administradores públicos. Entende-se que hoje o PPA é um instrumento que evidencia o programa de trabalho do governo e no qual se enfatizam as políticas, as diretrizes e as ações programadas no longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados, devidamente quantificados fisicamente.

O PPA é um plano de trabalho elaborado pelo Executivo para ser executado no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte à sua posse. É a base onde os ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, são colocas em prática por meio de formalização pela PPA (ANDRADE,2007).

2.2.2 Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano , a LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual, contendo metas e prioridades do governo federal, despesa de capital, para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento, além de fixar limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe de gasto com o pessoal e política fiscal, entre outros temas.

A Constituição Federal em seu art.165, parágrafo segundo estabelece que,

Lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO tem a finalidade de manter o equilíbrio entre os órgãos públicos, ajustando as ações governamentais para o que é possível realizar a curto prazo com base no orçamento previsto. Com o objetivo de ter o controle das receitas e despesas públicas na qual a LDO avalia a possibilidade de abrir gastos em determinado setor ou cortar gastos. É na LDO que se estabelece

limites das despesas dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário onde determina como e onde deve ser investido o dinheiro público.

2.2.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA é um instrumento de planejamento a curto prazo (1ano), tem a finalidade de gerenciar as receitas e despesas públicas do exercício financeiro. Conforme Gruengeld (2012), LOA é mecanismo de iniciativa do poder executivo, e pode mudar pelo Poder Legislativo, desde que sejam compatíveis com o PPA e com a LDO; indiquem os recursos necessários, que devem ser procedentes de anulação de despesas, salvo o pessoal e encargos, serviços da dívida e transferências constitucionais; sejam relativos com a correção dos erros ou falhas com os dispositivos do texto do projeto de lei.

A Constituição Federal estabelece que,

O art.165. § 5o A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Compreende a LOA o orçamento fiscal, a seguridade social e os investimentos das estatais. São todos os gastos do governo previsto com o próximo ano em detalhamento na LOA. A LOA deve estar de acordo com a LDO e o PPA onde, a LOA se torna uma peça chave pois se concretiza as políticas públicas através das ações do governo, onde estão todas os gastos e arrecadação previsto para um período de um ano, considerando que não pode ser executada nenhuma despesa fora do orçamento. Assim a LOA é uma ferramenta de gestão muito importante quanto a gestores públicos.

2.2.4 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

O RREO referente ao art. 52 da LRF deve ser composto pelo balanço orçamentário e demonstrativo da execução. O balanço orçamentário deve especificar as receitas por fonte e despesas por grupo de natureza. Nas despesas por grupo de fonte deverá estar discriminado a

dotação para o exercício e a despesa liquidada, tal como, as receitas por fonte deverão estar classificadas em receitas realizadas, a realizar e previsão atualizada.

O RREO não é um dispositivo novo trazido pela LRF, a CF/88 já obrigava o poder executivo publicar a cada bimestre esse relatório, a LC101/2000 ampliou a obrigatoriedade aos Estados, Distrito Federal e Municípios, “o relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público” (BRASIL, 2000).

O RGF é formado por um grupo de demonstrativos no qual deverão estar comparando o realizado com o já determinado em lei. Os comparativos são relativos à despesa total com pessoal, sendo que deve estar separada a despesa com inativos de pensionista, as dívidas consolidadas e mobiliárias, as concessões de garantias, as operações de crédito, assim como, receita por antecipação (BRASIL, 2000).

Deve ser publicado em todo quadrimestre e deve informar com clareza e objetividade as contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, do Ministério Público, e dos Poderes do Legislativo e do Judiciário de todas as esferas do governo.

No Quadro 01 estão elencados os instrumentos de transparência e fiscalização descritos no art.48 da LC 101/2000.

Quadro 01. Instrumentos de transparência conforme a LRF.

Instrumentos de transparência (Art. 48, LRF)	Finalidade
Os planos: PPA, LDO, LOA	O PPA tem como finalidade estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Compete à LDO, destacar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Os principais objetivos da LOA é estimar a receita e fixar as despesas para o exercício financeiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).
Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)	O RREO ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal exige em seu artigo 165, §3, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela LRF (TESOURO, 2020)
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	O RGF é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela LRF. Ele objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela 101/2000: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito (TESOURO, 2020)

Fonte: Produção dos autores

2.3 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

A popularização da internet ocasionada pela revolução tecnológica dos anos 1970, contribuiu para o fácil acesso as informações, anteriormente concentradas nas mídias

tradicionais e conseqüentemente, os cidadãos passaram a apresentar novas demandas ao poder público. Tudo isso culminou para que o direito à informação fosse pauta de matéria constitucional e tratado como direito fundamental do indivíduo (DA SILVA, 2013).

A participação democrática é um importante método para pressionar os órgãos públicos serem transparentes em seus atos administrativos. O art. 37, incisos de I a III do § 3º, da Constituição Federal, afirma que a lei disciplinará a participação do usuário na Administração Pública direta e indireta, para regular o direito de representação quanto à qualidade do serviço e a omissão e o abuso na prática da função pública, do mesmo modo que, o acesso a registros administrativos e as informações sobre atos de governo.

A Transparência ganhou maior destaque a partir da edição em 2009, da lei complementar nº101/2000, de acordo com o artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência é certificada pela propagação dos planos, dos orçamentos, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do Relatório de Gestão Fiscal e das versões resumidas desses documentos.

O Quadro 02 traz as principais legislações brasileiras que fala da publicidade e transparência nas ações da Administração Pública.

Quadro 02. Legislações que versam a publicidade/ Transparência.

Ano	Legislação	Conceito
1988	Constituição Federal	Trouxe o acesso à informação como direito fundamental e regra a administração pública, sendo o sigilo a exceção. (Inciso XXXIII do art. 5º)
2000	Lei Complementar n.º 101 (LRF)	Determinou os instrumentos de transparência na gestão fiscal, estabeleceu que as informações devem ser divulgadas.
2005	Decreto n.º 5.482	Cria o Portal da Transparência, site veiculado a internet que tem o objetivo disponibilizar dados e informações financeiras e orçamentárias de forma detalhada.
2009	Lei Complementar n.º 131	Esta lei altera a LRF estabelecendo que as informações sobre execução orçamentária e financeira sejam dadas em tempo real e de forma detalhada.
2011	Lei nº 12.527 (LAI)	Esta lei regulamenta o acesso a informação previsto na CF/88, toda administração pública deve seguir, tanto a direta quanto a indireta, o objetivo é assegurar o direito fundamental de acesso a informação. (BRASIL, 2011).

Fonte: Produção baseada nas legislações mencionadas e de Silva (2019).

Para Kim et. al (2005), para ser transparente, a informação deve ser completa, de fácil entendimento, acessível, semelhantes a períodos anteriores, sem viés, e deve, ainda, observar os diversos meios em que é possível promover a “ampla divulgação” da gestão pública. Isto é,

o comprometimento do gestor pela aplicação dos recursos públicos e pelo dever de prestar contas sobre o desempenho da gestão perante o usuário.

Segundo Slomski (2007), a transparência opõe-se à privacidade e a confidencialidade. A transparência é um elemento de comunicação entre o cidadão e o gestor público, ela é a chave de uma gestão pública de qualidade e do acesso da população aos direitos sociais, ou seja, o cidadão delega ao gestor uma atividade de seu querer e acompanha sua realização.

Baseado na ideia de fiscalização dos cidadãos sobre o governo e deste sobre si mesmo, o conceito de *accountability* alcança um forte apelo moral. Associado ao desenvolvimento da eficiência econômica (FEREJOHN,1999). De acordo com Filgueiras (2011), a *accountability* veio para destacar a necessidade de total clareza nos atos do Estado perante a população, o conceito de *deaccountability* está centrado no problema da gestão e eficiência das políticas públicas.

Conforme a Constituição federal (1988), as entidades que constituem a estrutura da administração pública brasileira são obrigadas a apresentar contas do uso de capital públicos e a respeitar o princípio da publicidade, entre outros conceitos da administração pública. Desta forma, é notória a necessidade de transparência das contas dos entes públicos e seus órgãos competentes na administração direta e indireta.

Foi divulgada em 2011, a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, para regular o acesso à informação e à transparência na administração pública, acrescentando outras obrigações e traçando alguns conceitos. Nesse contexto, a fim de atender aos dispositivos da lei, os estados e os municípios começam a criar portais de transparência.

A partir dessa lei, a tecnologia começou a se adentrar no setor governamental, por meio do governo eletrônico, segundo Bernardes (2011), essa tecnologia tem o objetivo de informatizar suas atividades internas e a comunicação com o público externo, e também busca a expansão da transparência e da participação da sociedade nas dependências governamentais. Nas lições de Rose-Ackerman e Palifka (2016), diz que a tecnologia moderna permite aos governos aperfeiçoar a transparência, a *accountability* e a propagação da informação. Ela também permite cidadãos e grupos de interesse a monitorar o governo de forma mais detalhada e cuidadosa.

2.4 TRABALHOS ANTERIORES QUE ABORDARAM A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O Quadro 03 traz algumas pesquisas que estudaram a Lei de Responsabilidade Fiscal e a temática transparência pública.

Quadro 03. Síntese das pesquisas anteriores similares em abordagem

Autores [1]	Título / tipo de publicação [2]	Temática abordada e resultados encontrados
Keunecke, Teles, e Flach (2011)	Práticas de <i>Accountability</i> : Uma Análise dos Índices de Transparência nos Municípios Mais Populosos de Santa Catarina / Periódico	O objetivo do estudo é “analisar o nível de transparência dos sítios eletrônicos dos cinco municípios catarinenses mais populosos, a fim de perquirir se tais municípios estão atendendo satisfatoriamente as obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os resultados da pesquisa esclarecem que todos os municípios atendem a Lei Complementar n.º 131 de 2009 e reforça a importância de que as contas públicas sejam divulgadas de forma a facilitar a <i>accountability</i> e a sua compreensão por parte dos cidadãos”.
Nunes (2013)	Avaliação da Transparência Pública à Luz da Legislação Brasileira: Um Estudo nos Municípios da Região Sul do Brasil / Dissertação	O objetivo do estudo é “avaliar o nível de transparência das informações disponibilizadas pelos municípios da região do Sul do Brasil, com mais de 50.000 habitantes, por meio da internet, considerando as exigências legais. [...] Considerando as análises realizadas nos municípios foi possível estabelecer um Ranking Geral da Região Sul quanto ao nível de transparência, o qual apresentou como média geral 24 pontos, [...] entre o nível neutro e bom. No âmbito dos 93 municípios avaliados da Região Sul, o Município que apresentou o maior nível de transparência foi Porto Alegre, capital do Estado Rio Grande do Sul. Por outro lado, o município com menor nível de transparência foi Alvorada, do mesmo Estado”.
Franco et al. (2014)	Nível de divulgação eletrônica da contabilidade Pública dos Municípios do Paraná no Ambiente da Internet / Periódico	O objetivo do estudo é “identificar o nível de transparência eletrônica dos demonstrativos contábeis nos municípios paranaenses, dispostos no ambiente da internet. [...] Dentre aspectos relevantes, detectou-se que 81,25% dos municípios com 50.000 ou mais habitantes disponibilizam os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal em suas páginas eletrônicas e este índice cai para 29,43% nos municípios com menos de 50.000 habitantes. É expressivo o número de municípios que não faz uso eletrônico para dar publicidade a seus atos, correspondendo a 70,57%, ou seja, 259 municípios dentre o total pesquisado. Ressalta-se que a transparência das contas públicas reveste-se de limitações do ponto de vista de disponibilidade de informações, logo, necessita-se de aprimoramento e viabilização em benefício dos resultados”.
Silva, Nascimento, e Ferreira (2014)	Transparência na Prestação de Contas da Administração Pública Municipal na Internet: Um Estudo de Caso no Estado de Goiás /Evento	“A pesquisa foi realizada em todos os 246 municípios goianos, com o propósito de identificar se os mesmos cumprem os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à conformidade no tocante a transparência das prestações de contas da gestão pública, via internet no período de janeiro 2010 à dezembro de 2013. [...] Após análise chegou-se à conclusão que não há uniformidade das informações entre os municípios, e que cumprem parcialmente as exigências legais, devido a existência de municípios que não tem ao menos site, que não disponibilizam link de acesso ao portal da transparência e que não publicam os instrumentos de planejamento orçamentários (PPA, LDO e LOA), a prestação de contas da realização da receita e execução das despesas orçamentárias”.

Notas: [1] Autores dispostos em ordem cronológica das publicações citadas. [2] Os tipos de publicações são: Dissertação – Dissertações de mestrado(strictu sensu). Periódico – Artigos técnico-científicos publicados em periódicos (revistas, boletins, etc.). Evento – Artigos técnico-científicos publicados em eventos (congressos, encontros, etc.).

Fonte: Mafra e Neto (2015)

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como finalidade analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão municipal das cidades que compõem a região metropolitana de Goiânia. A região metropolitana de Goiânia é formada por 20 municípios, um total de 2.606.931 habitantes. Dentre esses municípios destacam-se pela importância econômica e número de habitantes: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Inhumas, Goianira, Bela Vista de Goiás, Nerópolis, Hidrolândia e Guaporé (CIDADE- BRASIL, 2020).

A pesquisa utilizou de busca bibliográfica para a construção do referencial teórico através de artigos e legislações vigentes. Esta pesquisa se classifica como pesquisa descritiva, pois observa fatos, registra e classifica, para então fazer a análise dos dados obtidos (REIS, 2020). Etapas da pesquisa:

a) escolha os municípios pelos critérios economia e população e delimitação do período, entre 2015 a 2019;

b) elaboração dos *checklists* para coleta dos dados nos *sites* das prefeituras participantes da pesquisa. O Quadro 04 representa o modelo de *checklist* adotado na pesquisa, o quadro foi baseado no trabalho de Reis (2020). Foram analisados três grupos de instrumentos de transparência: as leis orçamentárias, o relatório resumido de execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal.

Quadro 04. Modelo de *checklist* adotado para coleta de dados

	LEIS ORÇAMENTÁRIAS	2015	2016	2017	2018	2019
1	Plano Plurianual – PPA					
2	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO					
3	Lei Orçamentária Anual - LOA					

Fonte: adaptado de Reis (2020).

c) aplicação dos *checklists* com o objetivo de verificar se os relatórios exigidos pela LRF estão disponíveis;

d) classificação das informações baseada na “razoabilidade das informações disponíveis sites oficiais,” representado no Quadro 05. O quadro utilizado foi baseado na classificação desenvolvida pelos autores Mafra e Neto (2015).

Quadro 05. Legenda e critério para a classificação dos níveis de publicação dos Relatórios e leis orçamentárias.

Legenda de classificação	Critério	Leis Orçamentárias	RREO	RGF
C - Completo	"n" = 100%	3	14	7
P – Parcialmente completo	$80\% \leq "n" < 100\%$	–	12 ou 13	6
I- Incompleto	$20\% \leq "n" < 80\%$	1 a 2	3 a 11	2 a 5
A- Ausente	$0\% \leq "n" < 20\%$	0	0 a 2	0 ou 1

Fonte: adaptado de Mafra e Neto (2015).

Segundo Neto e Mafra (2015), o critério de classificação em cada faixa baseia-se pela razoabilidade das informações disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais. No Quadro 05 encontra-se a adaptação construída para a classificação das prefeituras que compõe a amostra do estudo, tal como, a legenda de classificação utilizada para os relatórios que a LRF determina os entes municipais a elaborar e divulgar ao público/sociedade.

O “n” da coluna de “Critério”, representa o número de demonstrativos que deveriam ser publicados. Desta forma, para ser considerado como “Completo” os Poderes Executivos dos municípios precisam publicar os três instrumentos de planejamento, os sete demonstrativos do RGF e os quatorze demonstrativos do RREO disposto na LRF.

A ausência de publicação de um demonstrativo foi classificada como “ausente”. As observações foram efetuadas nos sítios eletrônicos de cada município da Região Metropolitana de Goiânia entre os dias 23 a 27 de outubro de 2020. O recorte temporal escolhido foi de informações dos últimos cinco anos. Outros trabalhos utilizaram recorte temporal diferenciado, porém quanto mais antigo menores são as chances de encontrar dados nos *sites* das prefeituras analisadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

O Quadro 06 apresenta os dados quanto à publicação das leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA), obtidos na aplicação do *checklist* e classificado conforme critérios do Quadro 05. Os municípios estão exibidos em ordem alfabética.

Quadro 06. Dados obtidos quanto à publicação das Leis Orçamentárias: PPA, LDO e LOA

Municípios/ anos	2015	2016	2017	2018	2019
Aparecida de Goiânia	C	C	C	C	C
Bela Vista de Goiás	A	A	C	C	C
Goiânia	C	C	C	C	C
Goianira	A	A	A	C	C
Guapó	A	A	I	C	C
Hidrolândia	A	A	I	C	C
Inhumas	A	I	C	A	C
Nerópolis	I	C	C	C	C
Senador Canedo	A	I	C	C	C
Trindade	I	I	I	C	I

Legenda: A - Ausente. I - Incompleto. C - Completo.

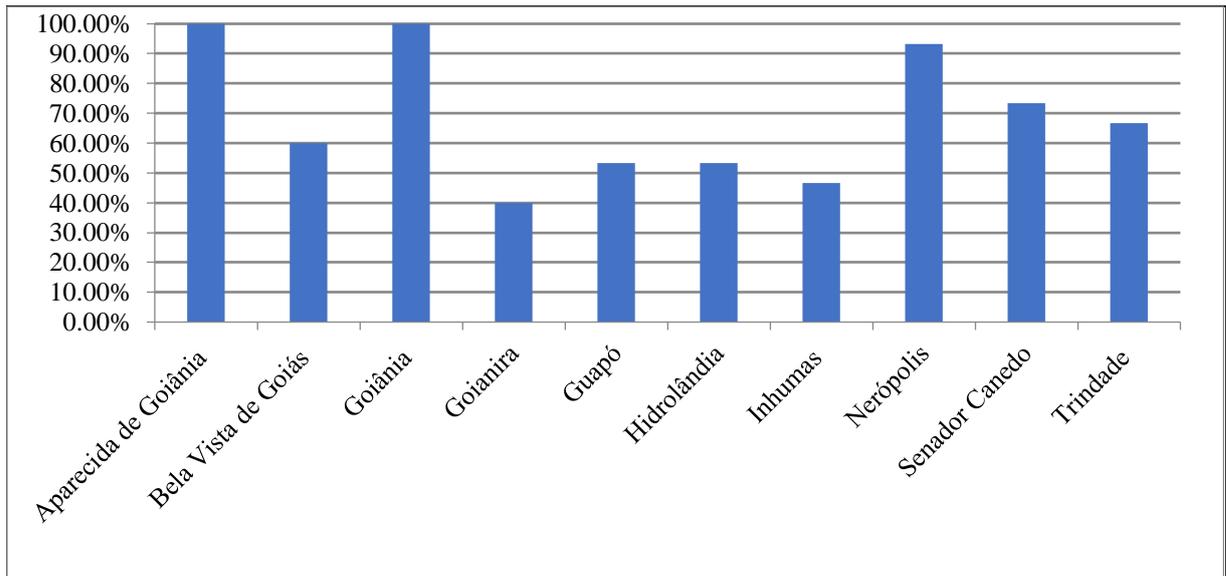
Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos sites das prefeituras

Observa-se que grande quantidade dos instrumentos de planejamento estão ausentes ou incompletos nos sítios oficiais do poder executivo municipais, 60% dos municípios não apresentaram publicações em algum momento do período analisado, apenas 20% apresentam publicação disponível em todos os anos, mesmo que de forma incompleta.

Destacam-se os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, foram os únicos que apresentaram ou mantêm nos *sites* as Leis Orçamentárias em todos os anos, representando 20% da população pesquisada.

O Gráfico 01 traz as informações obtidas do *checklist* em percentual, onde possibilita fazer uma análise mais detalhada do nível de publicação dos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF.

Gráfico 01. Nível de publicação das Leis orçamentárias



Fonte:Produção dos autores baseado em dados das prefeituras

Analisando o Gráfico 01, constata-se que dois municípios apresentaram completamente (100,00%) os instrumentos de planejamento: Aparecida de Goiânia e Goiânia. Nerópolis vem logo em seguida com 93,33% de publicação; Senador Canedo divulgou 73,33%; Trindade 66,67%; Guapó e Hidrolândia 53,33%. Inhumas e Goianira foram os municípios que obtiveram menor percentual de publicação 46,67% e 40% respectivamente.

4.2 ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Quadro 07 apresenta os dados quanto à publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, obtidos na aplicação do *checklist* e classificado conforme critérios do Quadro 05. Os municípios estão exibidos em ordem alfabética.

Quadro 07. Dados obtidos quanto à publicação do RREO

Municípios/ anos	2015	2016	2017	2018	2019
Aparecida de Goiânia	C	C	C	C	C
Bela Vista de Goiás	A	A	C	C	C
Goiânia	P	C	C	P	P
Goianira	C	C	I	C	C
Guapó	A	A	C	P	C
Hidrolândia	A	C	C	C	C
Inhumas	C	C	C	I	C
Nerópolis	A	A	C	C	C
Senador Canedo	A	I	C	P	C
Trindade	I	I	I	I	P

Legenda: A - Ausente. I - Incompleto. P- Parcial C - Completo.

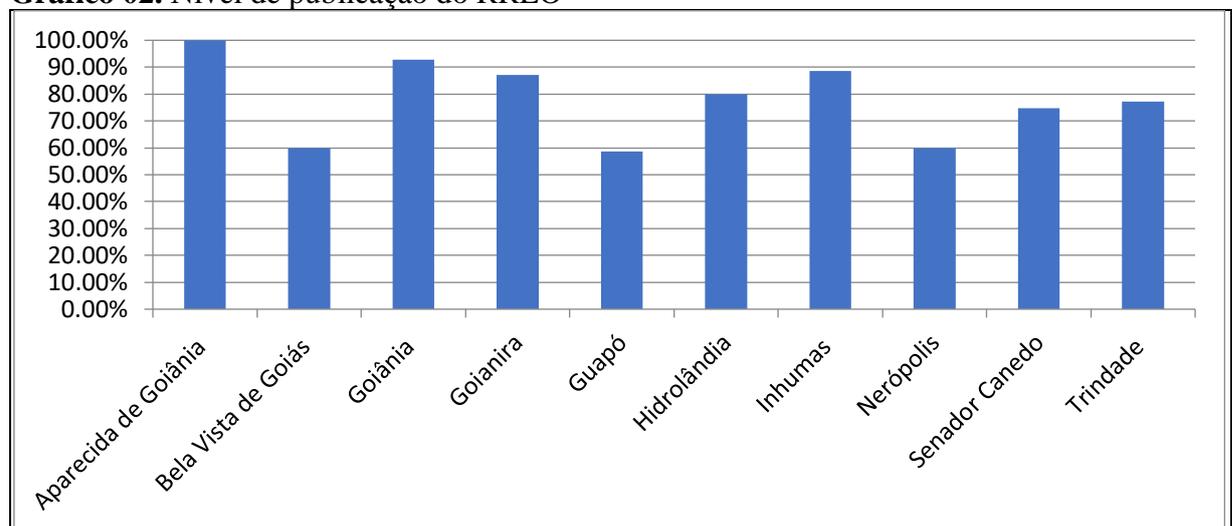
Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos sites das prefeituras

Ao analisar as informações da aplicação do *checklist*, constata-se que Aparecida de Goiânia foi o único município da amostra pesquisada que obteve 100,00% de publicação do RREO. Goianira, Hidrolândia e Inhumas apresentaram alto índice de publicação em seus sítios, mas nenhum deles com totalidade dentro do período da pesquisa.

Quanto à classificação Parcialmente Completo, Goiânia apresentou esse resultado durante três anos. O município de Trindade se destacou negativamente, por apresentar a classificação Incompleta por quatro períodos consecutivos. As prefeituras que apresentaram oscilações de classificação do RREO, todas elas com períodos Ausentes foram: Bela Vista de Goiás, Guapó, Nerópolis e Senador Canedo.

O Gráfico 02 apresenta as informações obtidas através do *checklist*, em percentual, onde possibilita fazer uma análise mais detalhada do nível de publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Gráfico 02. Nível de publicação do RREO



Fonte: Produção dos autores baseado em dados das prefeituras

Quanto ao percentual de publicação do RREO, Aparecida de Goiânia foi o único município que obteve 100,00% de publicidade. Em seguida vem Goiânia 92,86% de relatórios publicados; Inhumas e Goianira apresentaram valores próximos 88,57% e 87,14% respectivamente. O percentual de Hidrolândia foi 80%; Trindade divulgou 77,14% dos relatórios; Senador Canedo 74,86%. Já Nerópolis e Bela Vista de Goiás, ambas com 60,00% de transparência em relação ao RREO.

4.3 ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Quadro 08 apresenta os dados quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, obtidos na aplicação do *checklist* e classificado conforme critérios do Quadro 05. Os municípios estão exibidos em ordem alfabética.

Quadro 08. Dados obtidos quanto à publicação do RGF

Municípios/ anos	2015	2016	2017	2018	2019
Aparecida de Goiânia	C	C	P	C	C
Bela Vista de Goiás	A	A	C	C	C
Goiânia	C	C	C	C	C
Goianira	C	C	C	C	C
Guapó	A	A	C	C	C
Hidrolândia	A	C	C	C	C
Inhumas	P	C	C	I	C
Nerópolis	A	A	C	C	C
Senador Canedo	A	I	P	I	I
Trindade	I	P	I	I	P

Legenda: A – Ausente. I – Incompleto. P- Parcial C – Completo.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos sites das prefeituras

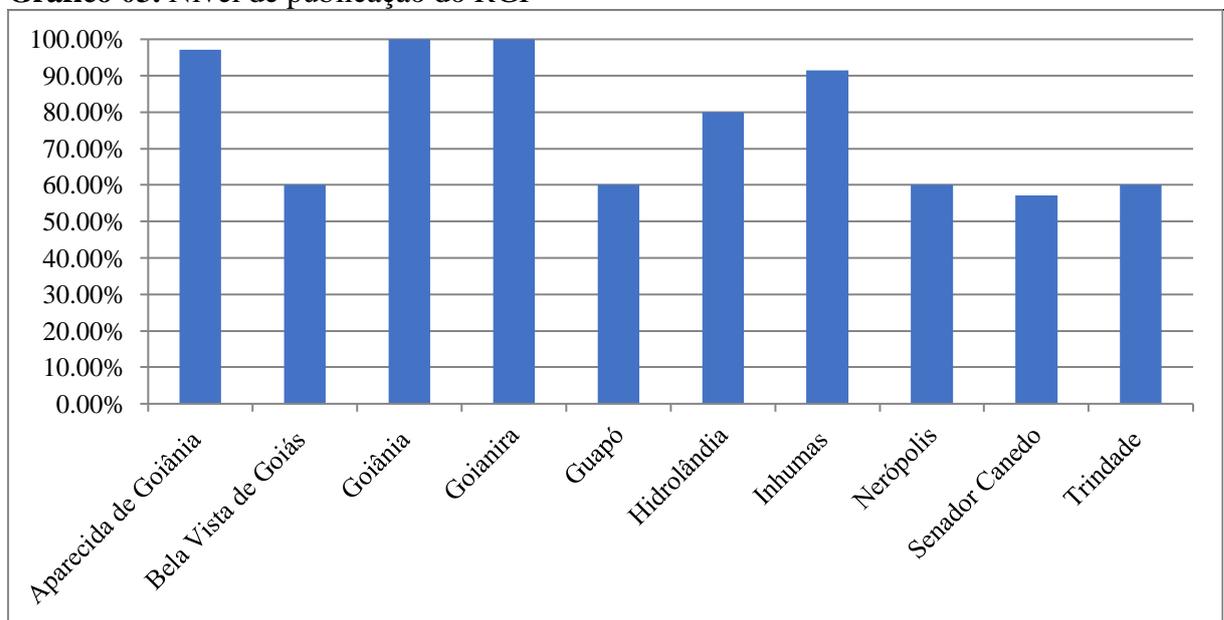
Quanto à publicação/disponibilidade do Relatório de Gestão Fiscal no portal da transparência das cidades pesquisadas, a maioria dos municípios obteve resultado satisfatório. O poder executivo de Goiânia e Goianira publicaram os relatórios em todos os cinco anos da análise de forma Completa.

Bela Vista de Goiás, Guapó, Hidrolândia e Nerópolis, todas essas prefeituras tem em comum o fato de apresentar o RGF completamente em alguns anos, mas em outros períodos manter a informação ausente.

Senador Canedo e Trindade não disponibilizaram as informações do RGF completamente em nenhum período, apresentaram bastantes relatórios de classificação Incompleta. Por fim, Aparecida de Goiânia e Inhumas divulgaram em vários anos completamente as informações, mas também em algum momento como Parcialmente Completa, o que demonstra um bom nível de transparência na gestão fiscal.

O Gráfico 03 apresenta as informações obtidas através do *checklist*, em percentual, onde possibilita fazer uma análise mais detalhada do nível de publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

Gráfico 03. Nível de publicação do RGF



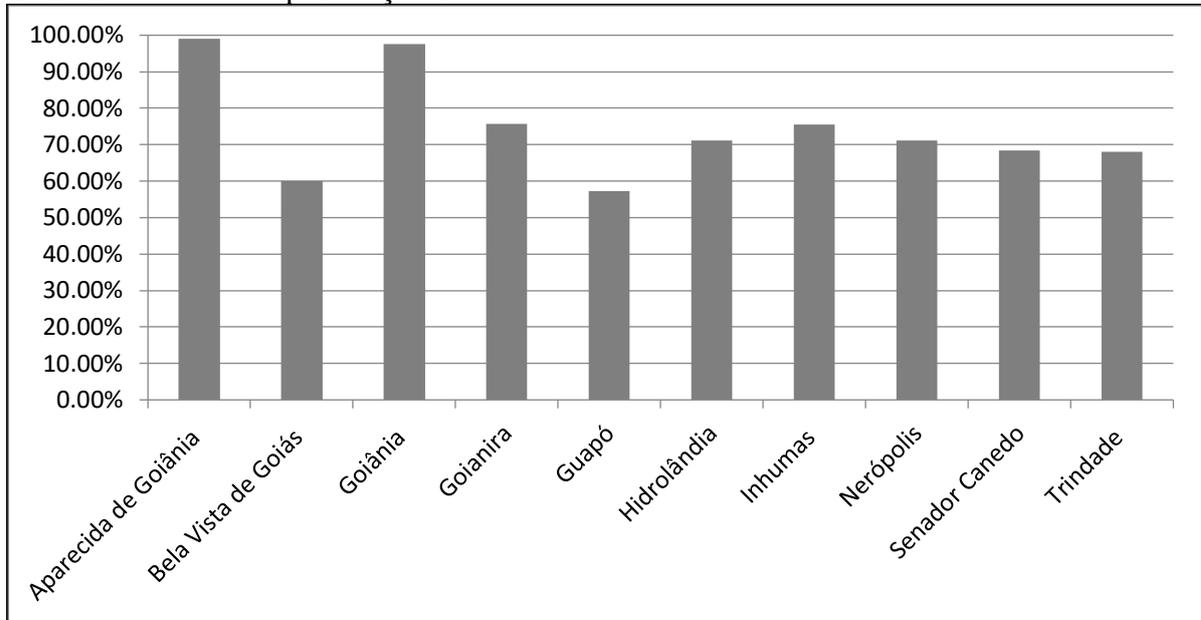
Fonte: Produção dos autores baseado em dados das prefeituras

Quanto à disponibilização do Relatório de Gestão Fiscal, ranqueando as cidades que apresentaram do maior para o menor percentual estão: Goiânia e Goianira com 100,00%; Aparecida de Goiânia 97,14%; Inhumas 91,43%; Hidrolândia 80,00%. Bela Vista de Goiás, Guapó, Nerópolis e Trindade obtiveram 60,00%; Senador Canedo apresentou o menor índice de publicação do RGF, 57,14%.

4.4 ANÁLISE GERAL DA PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS

O Gráfico 04 representa o nível geral de publicidade das prefeituras analisadas, considerando os três grupos de relatórios da pesquisa: as leis orçamentárias, os relatórios resumidos de execução orçamentária e os relatórios de gestão fiscal.

Gráfico 04. Nível de publicação Geral



Fonte: Produção dos autores baseado em dados das prefeituras

Classificando os municípios em ordem decrescente do nível de publicidade, constata-se que: Aparecida de Goiânia obteve o melhor índice 99,05%; Goiânia ficou em segundo lugar com 97,62%; na terceira colocação está Goianira 75,71%; Inhumas registrou 75,56% de transparência; Hidrolândia e Nerópolis apresentaram o mesmo percentual de disponibilização das informações 71,11%; Senador Canedo, Trindade e Bela Vista de Goiás obtiveram respectivamente, 68,44%, 67,94% e 60,00%. O poder executivo de Guapó foi quem registrou menor valor geral de publicidade dos dados contábeis e orçamentários 57,30%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a importância da LRF na Administração Pública municipal, e como sua inserção possibilitou maior publicidade e transparência nos atos administrativos, sendo assim, os gestores municipais devem observar os dispositivos da lei com bastante rigor, pois, caso contrário, podem sofrer responsabilização administrativamente e na esfera judicial.

Com o presente estudo foi possível compreender que a Constituição Federal de 1988, trouxe o direito a informação como direito fundamental do indivíduo. A LRF confirmou ainda

mais esse princípio da administração pública, orientando que os gestores devem dar ampla divulgação das informações para as pessoas terem acesso.

A partir do objetivo geral, foi verificado se os municípios da região metropolitana de Goiânia estão sendo transparentes na gestão fiscal e de que forma fazem para cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à disponibilização das informações contábeis e orçamentárias. A transparência no executivo municipal se concretiza ao disponibilizar os relatórios dispostos no artigo 48 da LC101/2000, que são: os planos, os relatórios de gestão fiscal e o relatório resumido de execução orçamentária, os chamados instrumentos de transparência na gestão fiscal. Para coleta dos dados das prefeituras foi elaborado um *checklist* dos relatórios exigidos pela LFR, que estão disponíveis nos *sites* municipais. A análise foi de acordo com os critérios explicitados no Quadro 05.

Como resultado de pesquisa, pode-se dizer que atendem parcialmente, pois de acordo com a análise geral dos dados publicados nos sítios eletrônicos, observou-se que nenhum obteve 100,00% de publicação, porém, os dois municípios, Aparecida de Goiânia e Goiânia tiveram 99,05% e 97,62%. A maioria das prefeituras está em nível intermediário de transparência entre 75%. Outro aspecto observado nos *sites* foi a falta de clareza nas informações e o modo como estão disponibilizadas, por exemplo, em um único arquivo.

Esta pesquisa observou que o número de publicações dos relatórios exigidos pela LRF aumentou com o passar dos anos, em relação a pesquisas semelhantes realizadas em outros municípios. Esse fato se deve à questão temporal, pois, em pesquisas similares, os anos analisados foram logo após a implantação da lei, entende-se que as prefeituras estavam ainda em fase de adequação.

Assim, o presente estudo fica aberto à continuidade da pesquisa, possibilitando o acompanhamento e verificação das publicações realizadas pelos municípios nos próximos anos, como também aumentar a amostra de pesquisa ou até mesmo comparar esta amostra estudada com outras, vistas a verificar o cumprimento das bases legais que estavam ou estão em vigência, a qual os municípios estão submetidos.

Como sugestão de pesquisa para trabalhos posteriores, realizar trabalhos que colem dados a partir de entrevistas com gestores municipais, e assim entender melhor quais são os motivos e dificuldades que alguns municípios encontram para cumprir as responsabilidades, bem como, para investigar quais as boas práticas adotadas por aqueles municípios que tem alta adesão da lei de transparência.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. **Avaliação da Gestão Pública: a Administração Pós Burocrática**. Universidade do Minho Portugal, 2007. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8309/3/ArtigoUNED.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BERNARDES, M. B. **Democracia na sociedade informacional: o desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/318MKjP>>. Acesso em: 06 out.2020.

BEZERRA, R. O.; BORGES, L. J.; VALMORBIDA, S. M. I. Análise das prestações de contas na internet da universidade do estado de Santa Catarina. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 66-82, jan./abr. 2012. ISSN 1983-4535.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.482 de 30 de junho de 2005**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5482.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. **Entenda o Assunto**. Senado Notícias, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto>>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm >. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 131 de 27 de maio de 2009**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL, **Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320> Acesso em: 03 out. 2020.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Orçamento da união, Instrumentos de planejamento e orçamento.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>>. Acesso em: 05 out. 2020.

CIDADE-BRASIL. **Região Metropolitana de Goiânia.** Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/regiao-metropolitana-de-goiania.html>>. Acesso em: 25 out. 2020.

CRUZ, Cláudia Ferreira et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6962/transparencia-da-gestao-publica-municipal--um-estudo-a-partir-dos-portais-eletronicos-dos-maiores-municipios-brasileiros/i/pt-br>>. Acesso em: 25 out. 2020.

DA SILVA, Rosane Leal; HOCH, Patrícia Adriani; RIGHI, Lucas Martins. Transparência pública e a atuação normativa do CNJ. **Revista direito GV**, v. 9, n. 2, p. 489-514, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/viewFile/21440/20199>>. Acesso em: 21 out. 2020.

DE AZEVEDO, Ricardo Rocha et al. A precariedade do conteúdo informacional dos anexos de riscos fiscais de municípios brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 1, n. 2, p. 004-022, 2019. Disponível em: <<http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/410/pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

FEREJOHN, J. 1999. "Accountability and authority". In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.; MANIN, B. (orgs.). **Democracy, accountability, and representation.** Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <www.cambridge.org>. Acesso em: 06 out. 2020.

GRUENFELD, Luís Carlos. **Contabilidade e orçamento público.** 2013. Disponível em: <www.unisa.br/conteudos/6996/f274888509/apostila/apostila.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

GUIMARÃES, Carla. 33 municípios goianos excedem limite de gasto com pessoal. **O Popular**, Goiás, 6 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/politica/33-munic%C3%ADpios-goianos-excedem-limite-de-gasto-com-pessoal-1.1948752>>. Acesso em: 2 out. 2020.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de responsabilidade fiscal: guia de orientação para as prefeituras.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/395/1/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao%20%281%29.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

KIM, Pan Suk et al., Rumo à governança participativa e transparente: relatório sobre o Sexto Fórum Global sobre Reinvenção do Governo. **Revista da Administração Pública**, v. 65, n. 6, pág. 646-654, 2005. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6210.2005.00494.x>>. Acesso em: 05 out. 2020.

MAFRA, Guilherme Maciel; NETO, Orion Augusto Platt. A disponibilização na Internet de demonstrativos contábeis pelos municípios da Região da Grande Florianópolis referentes aos anos de 2000 a 2013. **Contabilidade y negocios**, v. 10, n. 20, p. 23-40, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro** / Hely Lopes Meirelles, José Emmanuel Burle Filho. - 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. - São Paulo : Malheiros, 2016.

MOTTA, Fabrício. **Publicidade e transparência são conceitos complementares**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-01/interesse-publico-publicidade-transparencia-em-conceitos-complementares>>. Acesso em: 29 set. 2020.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal: LC 101 de 4 de maio de 2000. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 3, n. 24, 2001. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/1084/1067>>. Acesso em: 18 set. 2020.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2020.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, Paulo Henrique Alves. Lei de Responsabilidade Fiscal: um novo modelo na gestão fiscal dos recursos públicos, plano prático-ideológico. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte**. Natal, v.12, n. 1, p. 99-103, dez/2010.

PREFEITURA DE APARECIDA. **Portal da Transparência de Aparecida de Goiânia**. Disponível em: <<http://transparencia.aparecida.go.gov.br/portal-transparencia/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA DE BELA VISTA DE GOIÁS. **Acesso a Informação e Transparência**. Disponível em: <<https://transparencia.belavista.go.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Portal da Transparência Relatórios Fiscais**. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sing_transparencia/lei-de-responsabilidade-fiscal/?filtro_simplificado=undefined>. Acesso em: 23 out. 2020.

PREFEITURA DE GOIANIRA. **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://prefeituradegoianira.sigepnet.com.br/transparencia/publicacoes_lrf.php?portal=1> Acesso em: 24 out. 2020.

PREFEITURA DE GUAPÓ. **Portal do Cidadão da Prefeitura de Guapó**
Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <

https://acessoinformacao.guapo.go.gov.br/cidadao/resp_fiscal/rgfs>. Acesso em: 25 out. 2020.

PREFEITURA DE HIDROLÂNDIA. **Portal do Cidadão da Prefeitura de Hidrolândia Responsabilidade Fiscal.** Disponível em:<https://acessoinformacao.hidrolandia.go.gov.br/cidadao/resp_fiscal/rgfs>. Acesso em: 26 out. 2020.

PREFEITURA DE INHUMAS. **Portal da Transparência.** Disponível em: <<http://prefeituradeinhumas.sigepnet.com.br/?portal=1>>. Acesso em: 26 out. 2020.

PREFEITURA DE NERÓPOLIS. **Portal da Transparência da Prefeitura de Nerópolis.** Disponível em: <https://acessoinformacao.neropolis.go.gov.br/cidadao/resp_fiscal/mgrreo>. Acesso em: 26 out. 2020.

PREFEITURA DE SENADOR CANEDO. **Portal da Transparência.** Disponível em: <http://prefeituradesenadorcanedo.sigepnet.com.br/transparencia/publicacoes_lrf.php?portal=1>. Acesso em: 27 out. 2020.

PREFEITURA DE TRINDADE. **Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <https://acessoinformacao.trindade.go.gov.br/cidadao/resp_fiscal/planejamento>. Acesso em: 27 out. 2020.

REIS, Micael Ferreira dos Santos. **Análise da publicidade e transparência das divulgações dos demonstrativos de gestões fiscais dos municípios COREDE Serra Gaúcha.** 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/5312>>. Acesso em: 29 out. 2020.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes. **Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de salvador. Revista de Contabilidade da UFBA, v.1, n.1, p.48-61, 2007.** Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewFile/2579/1822>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVA, André Gustavo Almeida. **A relação entre transparência pública e gestão fiscal nos municípios brasileiros.** 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil. Disponível em:<[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/27641/1/Rela%C3%A7%C3%A3o entretranspar%C3%Aancia_Silva_2019.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/27641/1/Rela%C3%A7%C3%A3o%20entretranspar%C3%Aancia_Silva_2019.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2020.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública.** São Paulo: Atlas, 2007.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – União.** Contabilidade e Custos. 2020. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>>. Acesso em: 05 out. 2020.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – União. Contabilidade e Custos. 2020.** Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf-uniao>>. Acesso em: 05 out. 2020.

ZIVIANI, Juliardi. **Lei de Responsabilidade Fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização.** Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 517, 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6026>>. Acesso em: 07 out. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Raphaela de Oliveira Ferreira RA 31776

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise quanto

à transparência em Dez Municípios da região metropolitana de Goiânia

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Kardine Oliveira Dias

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Ciências Contábeis Modalidade afim Contabilidade Pública

Raphaela de O. Ferreira

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a): Kardine Oliveira Dias

Obs.: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 4 de Janeiro de 2021.



FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS

Recredenciada pela Portaria MEC n°262 de 18/04/2016

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL: ROTINAS E A RELAÇÃO COM A
CONTABILIDADE**

***PERSONNEL DEPARTMENT: ROUTINES AND THE RELATIONSHIP WITH
ACCOUNTING***

ARTHUR GONÇALVES NOGUEIRA¹; DAVI LUCIANO DOS SANTOS²; DÉBORA MUNIZ
SOARES³; MAXLÂNIO RICARDO DE OLIVEIRA FILHO⁴; ODIR LUIZ FANK⁵

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral demonstrar a importância do departamento de pessoal nas empresas, juntamente com a contabilidade, para o ganho de resultados econômicos e financeiros no que diz respeito à legislação trabalhista. Para atingir o objetivo proposto, o estudo classifica-se como descritivo, qualitativo e levantamento survey. A pesquisa foi realizada em diferentes empresas na cidade de Goiânia-GO no período de 02 de novembro de 2020 até 08 de novembro de 2020. Os dados foram coletados através da internet por meio de questionário via google formulários. Diante dos resultados, conclui-se que uma boa prática desenvolvida em um departamento de pessoal e contábil em conjunto, com o uso de tecnologias avançadas é essencial para o sucesso de uma empresa, principalmente, pelo momento de instabilidade em que o país se encontra causada pela pandemia do COVID-19).

Palavras-chave: Departamento de Pessoal. Consolidação de Leis Trabalhistas. Contabilidade.

ABSTRACT

The general objective of the study was to demonstrate the importance of the personnel department in companies, together with accounting, for the gain of economic and financial results with respect to labor legislation. To achieve the proposed objective, the study is classified as descriptive, qualitative and survey survey. The research was carried out in different companies in the city of Goiânia-GO from November 2, 2020 to November 8, 2020. Data were collected through the internet through a questionnaire via google forms. In view of the results, it is concluded that a good practice developed in a personnel and accounting department together, using advanced technologies is essential for the success of a company, mainly due to the moment of instability in which the country is caused by the pandemic of COVID-19).

Key words: *personal department-consolidation of labor laws-accounting.*

¹ Acadêmico do curso de ciências contábeis da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. Email: arthur-owen@hotmail.com

² Acadêmico do curso de ciências contábeis da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. Email: davidlucianosantos@gmail.com

³ Acadêmico do curso de ciências contábeis da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. Email: soares.debmuniz@gmail.com

⁴ Acadêmico do curso de ciências contábeis da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS. Email: maxlanio1999@gmail.com

⁵ Mestre em ciências contábeis pela universidade regional de Blumenau. Professor da Faculdade Unida de Campinas. Email: odirfank@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Pessoal é área atuante de grande parte das empresas, sendo responsável pelo cumprimento da rotina relacionada ao empregado, exigida pelo governo e ministério do trabalho. De acordo com Holmes (2019, p. 23), “DP é responsável pela movimentação econômico-financeira do trabalhador conduzindo essa movimentação através da interpretação e aplicação da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal”. É de responsabilidade deste departamento a parte burocrática e o cumprimento da legislação trabalhista (AZEVEDO; HABER; MARTINS, 2011).

Conforme Santos (2011), o profissional competente ao departamento de pessoal se responsabiliza pelos registros trabalhistas dos funcionários, desde o momento da admissão até o desligamento do mesmo, é muito importante que o setor trabalhe em conjunto com o departamento de recursos humanos, pois, os dois possuem grandes responsabilidades e para que a empresa tenha suas metas e objetivos alcançados, é necessária a participação de todos. Diante disso, possui relevância no contexto atual, sendo necessário muito cuidado aos interesses trabalhistas dos funcionários devido à legislação, para evitar problemas entre a empresa e funcionários.

Como questão problema o estudo apresenta: Qual a importância do departamento de pessoal em conjunto com o setor de contabilidade dentro das empresas?

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral demonstrar a importância do departamento de pessoal nas empresas, juntamente com a contabilidade, para o ganho de resultados econômicos e financeiros no que diz respeito à legislação trabalhista.

Como objetivos específicos o estudo apresenta: a) discorrer sobre as características dos profissionais do departamento de pessoal; b) relatar alguns impactos no departamento de pessoal causados pela pandemia do COVID-19; c) ressaltar a relação entre departamento de pessoal e contabilidade.

O estudo justifica-se, pois para Brógio (2016, p. 2), “é impossível tomar decisões assertivas sem analisar os dados e informações geradas pelo setor contábil da empresa”. Portanto, o trabalho do setor de contabilidade junto ao departamento de pessoal beneficia ambos os setores e, principalmente, a empresa como um todo, ajudando a diminuir as falhas e aperfeiçoar os processos relacionados à gestão dos funcionários. O mesmo auxilia nos processos de contratação e demissão, facilita o cálculo de benefícios, auxilia no acompanhamento de horas extras, assessora em mudanças legais e administrativas, etc.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo são apresentados os resultados que servem de suporte a pesquisa, destacando os temas: Origem e Evolução do Departamento de Pessoal, Empregador e Empregado, Admissão de Empregados Modelo de Contrato de Trabalho, Folha de Pagamento e Descontos Salariais, INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, IRRF- Imposto de Renda Retido na Fonte, Horas Extras, Salário Família, Salário Maternidade, Adicionais Noturnos, Adicionais de Periculosidade e Insalubridade, Rescisão de Contrato e Rotinas Contábeis.

2.1 Origem e Evolução do Departamento de Pessoal.

De acordo com Santos (2011), a origem do departamento de pessoal no Brasil vem desde a época da escravidão, no qual os senhores nomeavam os “capitães” o trabalho de zelar dos escravos. Após este período, surgem as empresas, mas, não havendo leis trabalhistas, seguiu com o mesmo regime de escravidão, no qual os denominados chefes controlavam desde a contratação até a saída dos empregados, período caracterizado como administração contábil.

Segundo Miranda (2012), após revolução industrial da Inglaterra no século XVIII e batalhas sociais do século XIX, inicia o direito do trabalho, pelo fato da descoberta de máquina como fonte de energia, que substituía a força humana, a partir daí houve a mecanização do trabalho humano, sendo assim, foi estabelecido o método assalariado de trabalho. A primeira constituição mundial a entrar em vigor referente ao direito trabalhista foi do México em 1917, seguido por Alemanha Republicana de Weimar, ao fim da 1ª guerra mundial em 1918.

Conforme Alves (2014), em 1930 sob o governo de Getúlio Vargas, começaram a vigorar as leis trabalhistas no Brasil, com a criação do ministério do trabalho, onde foram estipulados limites de carga horária para algumas áreas, também sendo criada a carteira de trabalho, proteção de trabalho da mulher e do menor. Período ao qual, o denominado chefe pessoal passa a ter função de contador e recrutador. Segundo Silva (2017, p. 14) “no dia 1º de maio de 1943, foi promulgado o decreto-lei nº 5.452, em vigor até os dias de hoje, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”. Com isso “surge a seção de pessoal,

que tinha o foco de cuidar das rotinas trabalhistas, direitos e deveres dos trabalhadores” (HOLMES, 2019, p. 10).

De acordo com Neto (1999, p. 96), conforme citado por Thomaz (2017, p. 6), “o impacto das novas tecnologias nas organizações tem sido um dos principais focos de estudo dos pesquisadores nos últimos anos devido a sua rápida disseminação no ambiente empresarial e grande repercussão na sociedade, a qual recebe suas influências”. Com essa inovação tecnológica, vem tendo melhorias ano após ano, devido a implantação de sistemas e atualização das leis vigentes.

2.2 Empregador e Empregado

De acordo com Silva (2006), a CLT informa no art. 2º, § 1, “que se equiparam ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, bem como as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.” Compreende-se que o empregador é aquela pessoa física ou jurídica que assume os riscos da atividade econômica, sob sua supervisão contrata pessoas denominadas de empregado, para a prestação de serviços. Podendo ser diferentes tipos de empregadores, dependendo do serviço do departamento de pessoal em conjunto com setor de contabilidade, para realizar os processos, desde a admissão do empregado até a demissão do mesmo.

Como descrito por Gonçalves (2018, p. 87), “empregado é toda pessoa física que presta serviços habitualmente ao empregador, sob dependência deste e mediante salário”. Conforme a CLT, “Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.” Para uma pessoa ser empregada, é necessário cinco requisitos essenciais sendo, pessoa física, pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação. Também fica sob os cuidados dos responsáveis pelo departamento de pessoal, para que não haja confronto trabalhista entre empregados e empregadores diante do direito do trabalho.

2.3 Admissão de Empregados

Como caracteriza Coutinho (2004, p. 15), “todas as empresas que contratam funcionários devem cumprir uma série de exigências legais estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, que foi criada com o intuito de regular esta relação entre empregado empregador”. A admissão de empregados é um conjunto de etapas e atividades importantes que integram o time de Recursos Humanos e Departamento de pessoal, no qual é preciso trabalhar de forma coletiva e estratégica para o crescimento da empresa. Há vários detalhes exigidos que precisam de atenção minuciosa, os quais, possuem finalidade de eliminar quaisquer transtornos trabalhistas. Seguindo este raciocínio, admissão de empregados não se baseia apenas no processo de seleção, este é apenas o primeiro passo, seguido por análise de documentação e exame médico admissional.

Conforme previsto na CLT em seu Art. 41, “em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho” (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989). Gonçalves (2018) pontua por que, a etapa de documentação visa formalização do vínculo entre o empregado com empregador, necessitando dos documentos originais, sendo: Registro Geral (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Título de Eleitor (TE), Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), Carteira de Reservista (CR), Comprovante do PIS, Comprovante de escolaridade exigida e fotografias. Estendendo a demais documentos de acordo com a empresa ou segmento da área destinada.

Para Neto (2020), é importante ressaltar o exame médico admissional, devido a necessidade de avaliação da saúde física e mental do empregado, para finalidade de aptidão das funções designadas, assim, dando início a uma série de outras atividades que impactam no trabalho dessas equipes. Como por exemplo: concessão de benefícios, fornecimento de equipamentos de proteção individual e também do planejamento das férias, entre outras. Nessa parte é indispensável o auxílio da contabilidade para fazer o cálculo do salário e dos benefícios que serão recebidos, como por exemplo: adicional noturno, auxílio-creche e vale-transporte que são vantagens que variam de acordo com as condições de cada trabalhador. Dessa forma, é preciso que sejam feitos cálculos personalizados para cada funcionário da empresa de maneira bastante cautelosa, para que não leve a prejuízos para o funcionário e para seu próprio negócio.

2.4 Modelo de Contrato de Trabalho

Para Santos (2011 p. 18) “o contrato de trabalho é o ato jurídico que cria a relação de emprego”, gerando, desde o momento de sua celebração, direitos e obrigações para ambas as partes. Conforme está destacado na CLT, no artigo 442, o “contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente á relação de emprego”. Isto é, um acordo entre as duas partes podendo ser escrito, onde estará em um documento que carregará todas as informações do acordo.

Segundo Fidelis (2020), um contrato por prazo determinado é aquele em que se determina início e término antecipadamente, onde tem sua duração estabelecida, de acordo com o artigo 445 da CLT, o prazo máximo de um contrato determinado é de 2 anos, podendo ser renovado por uma única vez, se houver mais que uma renovação, passará para contrato por prazo indeterminado. O contrato de experiência também se trata de um contrato de prazo determinado, pois não é permitido que exceda a 90 dias.

O empregado não terá direito a aviso prévio e multa de 40% sobre o valor do saldo de FGTS, caso o contrato seja quebrado por parte do empregador, exceto por justa causa, o mesmo será obrigado a pagar uma indenização como dispõe o artigo 479 da CLT, “nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato”.

Por outro lado, o empregado também deve cumprir o seu contrato feito junto ao empregador, caso contrário, também terá sua penalidade, assim como está disposto no artigo 480 da CLT que, “havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem”.

De acordo Consoni (2009, p. 82), “o contrato de trabalho visa formalizar a relação de trabalho estabelecida entre a empresa e o profissional, podendo ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado”.

Segundo Varandas (2011, p. 28) “os contratos de trabalho por prazo indeterminado são aqueles cuja duração contratual é indefinida ao longo do tempo”, é o mais comum, onde não existe um período pré-definido, somente um período de experiência no qual, se não houver dispensa por parte do empregador ou pedido de demissão por parte do empregado, se tornará um contrato individual de trabalho por prazo indeterminado.

Para Perin (2015, p. 53) “prazo determinado, também denominados por contratos a termo, que são aqueles em que o prazo para sua extinção é estipulado no momento da

contratação, ou seja, as partes têm conhecimento da data do término da relação jurídica estabelecida”.

De acordo com Maggi (2018, p. 12), “com a reforma, foi incluído o contrato de trabalho intermitente, sendo um contrato caracterizado por não ter continuidade, tendo alternância de períodos de prestação e inatividade”.

2.5 Folha de Pagamento e Descontos Salariais

Segundo Duarte (2015), folha de pagamento seria uma relação nominal onde ficam informações e atividades trabalhistas de cada funcionário, tem função operacional, contábil e fiscal, deve ser constituída com base em todas as ocorrências mensais executadas pelo empregado. O processo da folha de pagamento tem fator importante junto ao departamento de pessoal e contabilidade por ser o momento no qual toda a informação do empregado e da empresa de maneira clara e objetiva é transformada em número, através de códigos, quantidade, referências, percentagens e valores, formarão como resultado a folha de pagamento.

Para Gomes (2020, p. 25), “na prática, a folha de pagamento é com uma grande calculadora onde podemos inserir dados dos empregados”, o recibo de pagamento nele possui a demonstração da base de cálculo de INSS, IRRF e FGTS, bem como, seus respectivos descontos, e o seu resultado como valor líquido que o empregado receberá. A CLT no artigo 459. § 1º, estipula ainda um prazo para que a folha de pagamento seja concretizada, “quando o pagamento, houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.” Sendo assim, a folha de pagamento, um dos principais acessórios de execução no setor de pessoal, onde são relatados mensalmente todos os proventos e descontos dos empregados e também uma documentação que comprova quitação dos salários dos empregados pelos serviços prestados.

Salário e remuneração são partes com conceitos diferentes, mas, que integram a folha de pagamento mensal do funcionário. Para Franklin (2011), o salário por si refere-se ao valor devido pelo empregador, já definido em contrato de trabalho, no qual está vinculado apenas à presença do empregado no trabalho, este vem especificado como Salário-base. Já a remuneração, segundo Oliveira (2012), é uma recompensação pelo trabalho prestado, adicionada ao salário, sucedendo na remuneração. Sendo assim, possui dois tipos de remuneração, remuneração fixa são adicionais obrigatórios como salário, adicional noturno,

vale-alimentação, vale-transporte e plano de saúde, já a remuneração variável é utilizada para complementar como comissões e bônus por alcance de resultados.

O salário mensal do trabalhador pode sofrer descontos que são previstos em Lei, como exemplo o INSS, IRRF, Contribuição Sindical e outros, quando acontece a dedução na folha de pagamento mensal, os valores são repassados para órgãos competentes, o art. 462 da CLT (2011, p. 150) determina que “ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo”. Cabe ao departamento de pessoal juntamente com o setor de contabilidade ter muito cuidado no momento de calcular a folha de pagamento para que não haja erros quanto aos descontos salariais, e que os mesmos sejam feitos de acordo com a lei.

2.5.1 INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

Segundo Fernandes e Narita (2003, p. 2) “os benefícios concedidos pelo INSS podem ser vistos como um salário indireto e, assim, teriam um impacto positivo sobre a oferta de trabalho no setor formal da economia. Por outro lado, a previdência social impõe um custo aos trabalhadores”. Tal referido custo, ocorre em forma de desconto na folha de pagamento, uma contribuição mensal, que dará direito a benefícios futuros como aposentadoria e auxílio doença, contribuição que é de responsabilidade do empregado, quanto do empregador, o cálculo é feito sob o valor total que o trabalhador recebe mensalmente, contando horas extras e adicionais. Conforme Belmonte e Silva (2020, p. 3) “trabalhadores com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos têm a obrigação de contribuir, já os trabalhadores informais podem efetuar o pagamento via boleto garantindo assim direito aos benefícios”.

O Quadro 1 demonstra a base e alíquota para o recolhimento, válida a partir de 01 de março de 2020.

Quadro 1- Contribuição Previdenciária

Salário-de-contribuição	Alíquota para recolhimento ao INSS
até R\$ 1.045,00	7,50%
de R\$ 1.045,01 até R\$ 2.089,60	9%
de R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40	12%
de R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06	14%

Fonte: Portaria Interministerial MPS/MF nº 914 (2020)

Percebe-se no Quadro 1 que a contribuição previdenciária é calculada conforme a alíquota correspondente a cada faixa salarial, na qual, é feita mensalmente a contribuição.

2.5.2 IRRF- Imposto de Renda Retido na fonte

De acordo com Hauer (2019, p. 1) “o Imposto de Renda é um dos principais tributos e o maior arrecadador entre os impostos federais, pois incide justamente nas rendas e proventos obtidos pelo contribuinte”. Ele também é um tributo descontado na folha de pagamento, em que a base de cálculo é o salário bruto, não contando com horas extras e adicionais, menos a contribuição previdenciária, este tributo possui obrigatoriedade, portanto, a falta de recolhimento, pela fonte pagadora, fará com que seja devido o imposto com acréscimos de multas e juros. Nesta parte, o contador deve orientar os responsáveis pelos pagamentos da empresa que não deixe de fazer o devido recolhimento e pagamento junto à legislação.

O Quadro 2 demonstra a base e alíquota para o recolhimento, válida a partir de 01 de abril de 2020.

Quadro 2- Base de cálculo de IRRF

Tabela de IRRF de 04/2015 á 10/2020		
Base de cálculo	Alíquota	Dedução
de 1.903,99 até 2.826,65	7,50%	142,8
de 2.826,66 até 3.751,05	15,00%	354,8
de 3.751,06 até 4.664,68	22,50%	636,13
a partir de 4.664,68	27,50%	869,36

Fonte: Receita Federal Brasileira (2020)

Percebe-se no Quadro 2 a base de cálculo na qual será calculada sobre o IRRF, e consequentemente, a parcela que será reduzida sobre o imposto devido referente ao ano de 2020.

2.6 Horas Extras

A legislação trabalhista estabelece que a duração normal do trabalho, é de oito horas por dia e no máximo quarenta e quatro horas semanais. Conforme Rocha (2012, p. 27), “tal jornada pode ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas diárias”, para efeito de serviço extraordinário, na qual deve ser feito um acordo individual, acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, em casos excepcionais, quando há necessidade extrema, poderá se prorrogar as horas além do limite estabelecido em lei.

Gonçalves (2005) ressalta que, a jornada de trabalho pode ser entendida tanto no horário diurno, quanto noturno, sendo respeitado o limite de 2 horas por dia, mediante acordo escrito. Sendo assim, as horas extras são um direito devido ao trabalhador, que ultrapassa a jornada normal, conferindo ao mesmo, o pagamento das horas extras com 50% a mais das horas normais, que serão acrescentados na folha de pagamento.

2.7 Salário Família

De acordo com Ribeiro (2014, p. 13), “o salário família é uma importância mensalmente paga aos trabalhadores de baixa renda para cada dependente menor de 14 anos, conforme artigo 7º, XII, da CF/88”. A Lei nº 4.266, de 03 de outubro de 1963, institui o direito ao salário família ao trabalhador. Segundo Sena (2012, p. 83), “pode ser solicitado pelo empregado junto à empresa, avulso junto ao sindicato ou órgão gestor de mão de obra e pelos aposentados nas agências da Previdência Social”. Sendo assim, o trabalhador que possui filhos com até 14 anos de idade ou inválido de qualquer idade, que tenha renda igual ou inferior a R\$1.425,56, tem o direito de receber em forma de provento, o denominado salário família, com o valor de R\$ 48,62 por filho. Para Delgado (2008), o salário família é constituído de parcelas, as quais são devidas ao trabalhador pela previdência social.

2.8 Salário Maternidade

Para Rios (2002), o salário-maternidade é um benefício previdenciário, é um direito que deve ser pago à pessoa que se afasta de sua atividade, por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção de criança com até 8 (oito anos de idade, no prazo de vinte e oito dias antes e noventa e um dias) após o parto, período no qual permanece afastada de sua função para prestar os primeiros cuidados ao filho, sendo remunerado integralmente com o valor de sua renda mensal na ocasião. Segundo Ristow (2017), homens que adotam, quando se trata de relacionamento homoafetivo, somente um poderá receber, e pais, quando a mãe se ausentar, poderão receber benefício salário-maternidade. O pagamento é feito pelo INSS, pago pelo próprio empregado, no valor que é pago ao INSS mensalmente, que será ressarcido posteriormente.

2.9 Adicionais Noturnos

De acordo com Moraes (2018, p. 58), “adicional noturno o é direito de todo empregado, sendo que ao empregado urbano a jornada de trabalho que incide, é das 22 horas de um dia, às 05 horas do dia seguinte. O empregado rural incidirá das 21 horas, às 05 horas do dia seguinte”, o assegurado é garantido pelo Art. 7º da CF (Constituição Federal) e Art. 73 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), essa remuneração é calculada com 20% sob valor da hora trabalhada, isso significa como exemplo: o trabalhador que recebe valor de R\$ 8,00 por 1 hora trabalhada no turno dia, o mesmo irá receber R\$ 9,60 por cada hora de trabalho caso seja exercido durante período de adicional noturno, sendo: $8,00 \times 20\% = 1,60 + 8,00 = 9,60$.

Segundo Gonçalves (2018, p. 134), “para evitar desgaste físico e emocional do empregado, e, conseqüentemente, queda na produção, a legislação vigente impõe ao empregador a obrigatoriedade de conceder aos empregados alguns intervalos”. Outros pontos importantes referentes a esta carga horária são: não obrigatoriedade de intervalo ou pausa quando a carga horária não exceder 4 horas, porém, tendo direito a 15 minutos de intervalo quando carga horária for 4 a 6 horas, e intervalo de 1 até 2 horas quando a carga for acima de 6 horas trabalhadas. No período de adicional noturno o valor-hora é reduzido a 52 minutos e 30 segundos, ou seja, a carga horária é menor comparado ao turno diurno, onde equivale 60 minutos.

2.10 Adicionais de Periculosidade e Insalubridade

De acordo com Leite (2019), os trabalhadores que ocupam funções consideradas perigosas, que oferecem risco à saúde ou patrimônio, possuem direitos de receber um adicional na composição de seu salário mensal, previsto no art. 189 da CLT. No qual o Art. 193. da CLT destaca que,

São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I – inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012).

Segundo Gouvinnhas (2018), os termos periculosidade e insalubridade são termos parecidos, mas, não significam a mesma coisa, a periculosidade está relacionada com o perigo direto referente à vida do funcionário, já a insalubridade oferece riscos graduais, como por exemplo na saúde do colaborador. Sendo assim, os dois termos se tratam de adicionais em que os cálculos são feitos de forma diferente, a periculosidade pode-se citar como exemplo a CLT, disposto também no Art.193 § 1º, o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977), já a insalubridade depende do grau de risco que oferece, e a base de cálculo é o salário mínimo, grau mínimo 10%, grau médio 20% e o grau máximo 40%. Os dois graus não são cumulativos, no entanto, o trabalhador que ocupa uma função de caráter perigoso e insalubre pode escolher qual será mais compensativo.

2.11 Rescisão de Contrato

A rescisão contratual de trabalho ocorre por alguns fatores previstos em lei, algumas causas como: dispensa com justa causa e dispensa sem justa causa, pedido de demissão, extensão de empresas, acordos, morte de empregado ou aposentadoria, podem definir o desligamento do funcionário da empresa. O processo de desligamento do funcionário para ambos os modelos de demissão, segue uma estrutura muito parecida, mudando de acordo com os direitos que cada trabalhador tem a receber.

Em caso de dispensa por justa causa, os direitos do empregado serão reduzidos, por se tratar de atos cometidos por ele, atos os quais estão citados no Art.482 da CLT. Caracteriza demissão por justa causa pelo empregado,

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;

- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
 - i) abandono de emprego;
 - j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - l) prática constante de jogos de azar;
 - m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.
- Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

A dispensa sem justa causa é quando o empregado é demitido por razão da empresa, quando a mesma não precisa mais dos serviços prestados por ele. Nesse tipo de demissão o empregado tem o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deverá ser pago integralmente com um acréscimo de 40%, chamado por multa rescisória, a qual não é paga no caso de dispensa por justa causa.

O Quadro 3 a seguir demonstra todos os direitos referente ao empregado de acordo com cada tipo de dispensa.

Quadro 3- Direitos em dispensa

Direitos	TIPOS DE DISPENSAS			
	Com justa causa	Sem justa causa	Comum acordo	Pedido de demissão
Saldos de salários	SIM	SIM	SIM	SIM
Aviso prévio (trabalhado ou indenizado)	NÃO	SIM	50% DO VALOR	NÃO
13º salário proporcional	NÃO	SIM	SIM	SIM
Férias vencidas mais 1/3	SIM	SIM	SIM	SIM
Férias proporcionais mais 1/3	NÃO	SIM	SIM	SIM
Multa rescisória 40% de sob o saldo de FGTS	NÃO	SIM	50% DO VALOR DA MULTA	NÃO
Seguro desemprego	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Saque de FGTS	NÃO	SIM	80% DO SALDO	NÃO

Fonte: adaptado da convenção de leis trabalhistas (CLT).

Conforme o quadro acima, o empregado possui direitos no momento da rescisão, podendo variar de acordo com a dispensa a qual foi submetido, sendo dispensa com justa causa, dispensa sem justa causa, dispensa de comum acordo e o pedido de demissão.

2.12 Rotinas Contábeis

Segundo Brógio (2016, p. 6) “a origem e evolução da contabilidade confunde-se com o próprio desenvolvimento da humanidade. A Contabilidade está presente no mundo desde o início dos tempos, e veio como necessidade para registrar as atividades do comércio”.

Conforme (WRUBEL, TOIGO e LAVARDA) (2015, p.5), “Os serviços contábeis podem ser prestados por profissionais individuais que atuam em setores especializados dentro das organizações ou por meio de profissionais de escritórios de contabilidade, ou seja, empresas contábeis”.

O departamento contábil é bastante abrangente e nas suas rotinas contábeis são feitos: elaboração de balancetes mensais, contabilização dos documentos, controle do ativo imobilizado, elaboração do balanço anual, apuração e controle do lucro real e presumido, relatório financeiro, balanço orçamentário, pagamentos, recebimentos, controle financeiro, folha de pagamento, salários, impostos, encargos sociais, entre outros e também na preservação contra fraudes e erros.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, destaca-se os métodos aplicados na realização do presente trabalho, bem como, abordagens, objetivos e procedimentos, ambos utilizados para obtenção de resultados. Quanto a abordagem do problema foi de forma qualitativa, que segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 2) “os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações”.

Quanto aos objetivos foi de forma descritiva que, para Gil (2020, p .42) “uma das principais características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e a observação sistemática”.

Quanto aos procedimentos foi realizado levantamento survey, que conforme Tumelero (2019), “visa descrever a distribuição das características ou de fenômenos que ocorrem naturalmente em grupos da população”. Tal pesquisa foi elaborada com base no estudo “Descubra como a contabilidade pode auxiliar seu departamento pessoal”, que está disponível em Jornal Contábil, logo após foi aplicada entre profissionais do Departamento de Pessoal via google formulários, na cidade de Goiânia-GO entre os dias 02 de novembro de 2020 até o dia

08 de novembro de 2020, foi enviada a empresas de diferentes ramos onde obtivemos respostas de 11 profissionais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

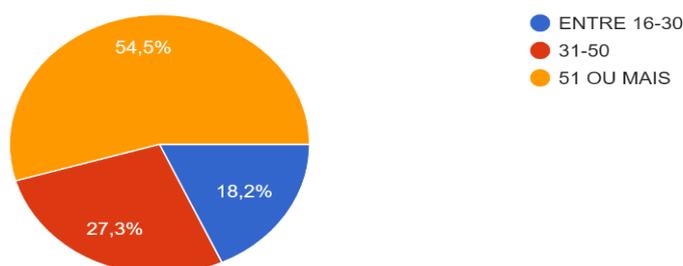
Nesse capítulo são abordados os resultados da pesquisa, com intuito de responder os objetivos propostos na pesquisa.

4.1 Caracterização dos respondentes

O objetivo dessa pesquisa, é analisar a relação entre o Departamento de Pessoal e a Contabilidade, nas perspectivas dos benefícios que os dois setores caminhando juntos dentro de uma empresa, podem gerar. Para a melhor compreensão das vertentes abordadas, realizou-se a aplicação de um questionário, destinado a profissionais da área de Departamento de Pessoal, para coletar dados referente ao assunto.

O Gráfico 1 mostra a idade dos respondentes.

Gráfico 1: Idade
QUAL SUA IDADE?
11 respostas

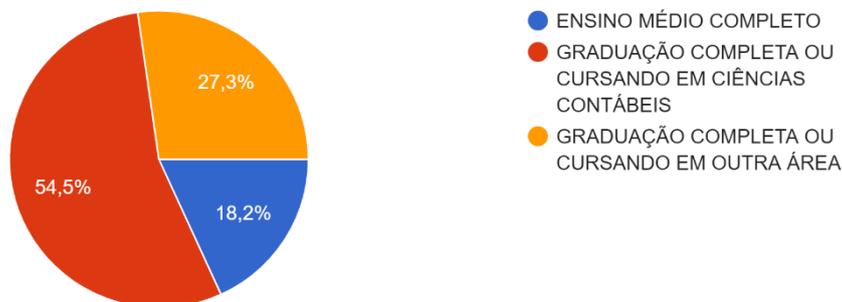


Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se nos resultados do Gráfico 1 que, 18,2% dos respondentes tem entre 16 e 30 anos, 27,3% entre 31 e 50 anos e 54,5% tem 51 anos ou mais, significando a maior parte das respostas.

O Gráfico 2 mostra a escolaridade dos respondentes.

Gráfico 2: Escolaridade
GRAU DE ESCOLARIDADE
11 respostas

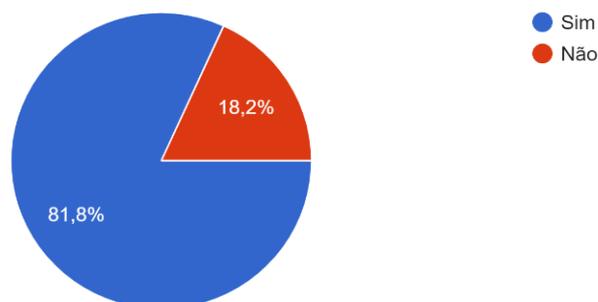


Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão foi abordado o tipo de formação de cada participante. Como pode-se ver, de acordo com o gráfico, 18,2% possuem ensino médio completo, 27,3% possuem ensino superior completo ou cursando e 54,5% significando a maioria são formados ou cursam o curso de Ciências Contábeis. O que demonstra que a Contabilidade possui forte ligação com a área de Departamento de Pessoal.

O Gráfico 3 mostra a atuação dos respondentes.

Gráfico 3: Profissionais atuante na área de DP.
VOCÊ É PROFISSIONAL DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL?
11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa questão buscou-se entender o perfil dos participantes, onde 81,8% são profissionais atuantes em Departamento de Pessoal e os outros 18,2% atualmente não estão exercendo a função, mas, informaram que conhecem o departamento e já atuaram na área.

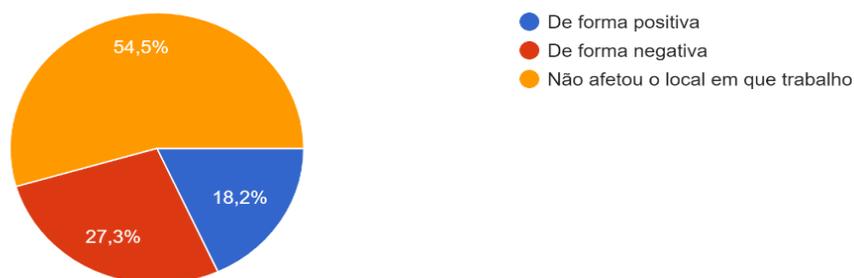
4.2 Impactos no departamento pessoal com a pandemia

O Gráfico 4 mostra os impactos no departamento de pessoal com a pandemia.

Gráfico 4: Mudanças nas relações de trabalho durante a pandemia.

SABE-SE QUE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA HOUVE MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. DE QUE FORMA ESSAS MUDANÇAS AFETARAM O SEU LOCAL DE TRABALHO?

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

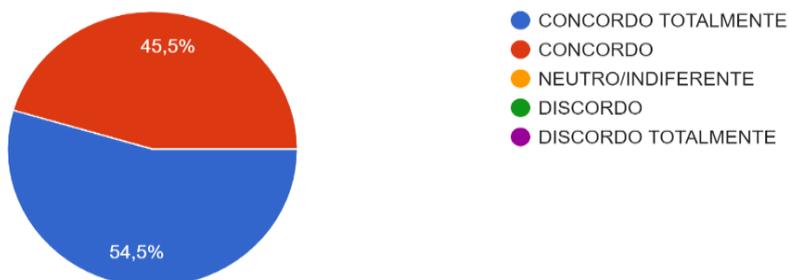
Conforme o Gráfico 4 observa-se que as mudanças nas relações de trabalho durante o período de pandemia afetaram de forma positiva 18,2% das empresas, de forma negativa 27,3% e 54,5% dos participantes não foram afetadas de forma nenhuma.

O Gráfico 5 mostra sobre o trabalho *Home Office*.

Gráfico 5: Trabalho *Home Office*.

NO TRABALHO ONLINE (HOME OFFICE) VAI EXIGIR UMA MAIOR DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

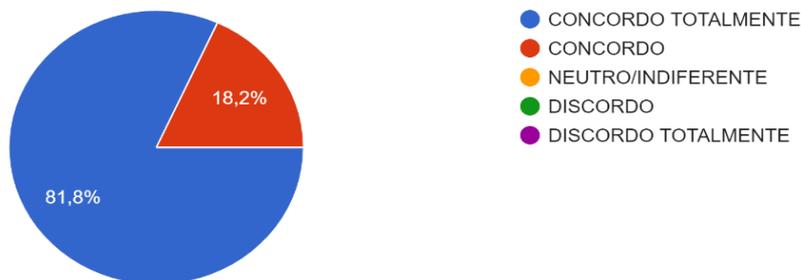
De acordo com o Gráfico 5, foi abordado a respeito da exigência de maior demanda por qualificação no trabalho de *home office*, onde, 45,5% dos entrevistados concordam, enquanto os outros 54,5% concordam totalmente, o que demonstra que o trabalho *online* realmente exige maior qualificação dos profissionais.

O Gráfico 6 mostra sobre o uso de ferramentas tecnológicas.

Gráfico 6: Uso de ferramentas tecnológicas.

O USO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO SETOR DE DP PERMITE AGILIZAR OS PROCESSOS, DIMINUIR E ELIMINAR ERROS.

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se visualizar que de acordo com o Gráfico 6 o uso das ferramentas tecnológicas, possui importância no DP contribuindo com a agilidade e diminuição ou até eliminação de erros nos processos, entre os entrevistados 18,2% concordaram com a informação e os outros 81,8% concordaram totalmente, deixando claro que a tecnologia está cada vez mais inserida no cotidiano.

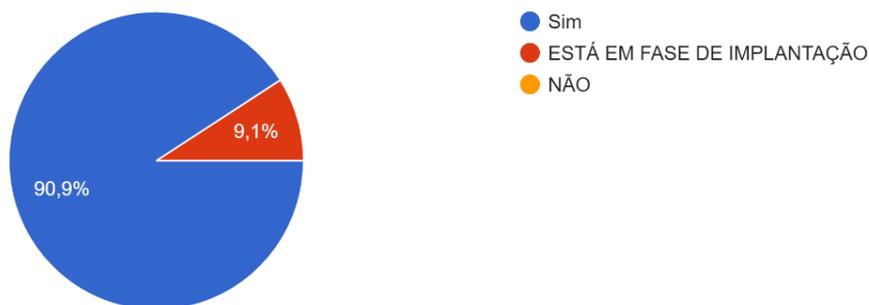
4.3 Relação do departamento pessoal com a contabilidade.

O Gráfico 7 mostra sobre a implantação do E-social.

Gráfico 7: Implantação do E-social.

NA EMPRESA EM QUE VOCÊ TRABALHA JÁ FOI IMPLANTADO O E-SOCIAL?

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

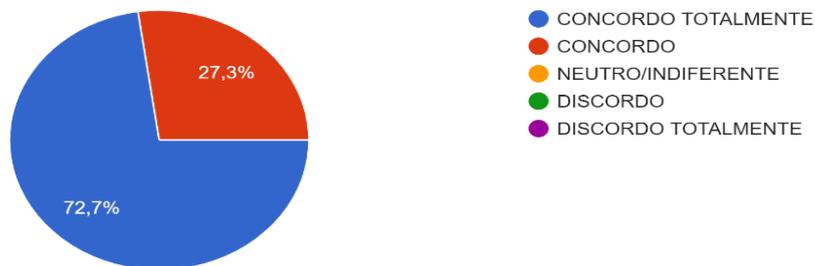
No Gráfico 7 é possível visualizar que entre as empresas participantes na pesquisa, 9,1% estão em fase de implantação do E-social e 90,1% do total já implantaram o sistema.

O Gráfico 8 mostra o auxílio da contabilidade para a redução dos impactos causados pela introdução do E-social.

Gráfico 8: O auxílio da atuação do setor contábil para redução dos impactos causados pela introdução do E-social.

A ATUAÇÃO DO SETOR CONTÁBIL AUXILIA NA REDUÇÃO DOS IMPACTOS GERADOS PELA INTRODUÇÃO DO E-SOCIAL NAS EMPRESAS.

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

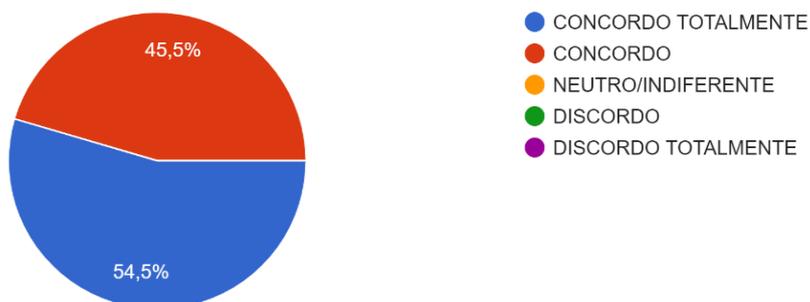
De acordo com o Gráfico 8 apresentado, 27,3% concordam e os outros 72,7% concordam totalmente que a atuação do setor contábil auxilia na redução dos impactos gerados pela introdução do E-social nas organizações.

O Gráfico 9 mostra sobre a influência da contabilidade no departamento pessoal para o ganho de resultados econômicos e financeiros.

Gráfico 9: Ganho de resultados econômicos e financeiros.

A RELAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL JUNTO AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE INFLUENCIA PARA O GANHO DE RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS.

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

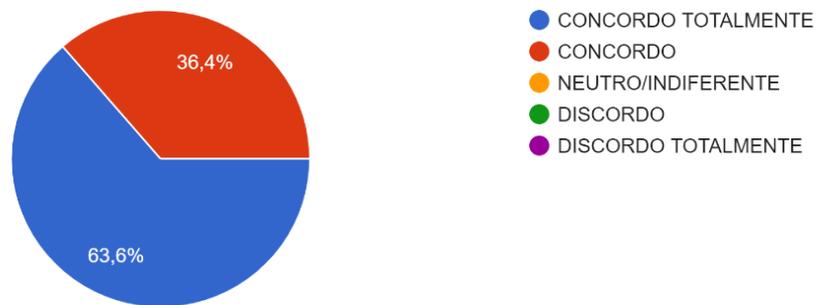
Nessa questão, foi abordado se a relação do Departamento de Pessoal junto a Contabilidade influencia no ganho de resultados econômicos e financeiros, 45,5% concordam enquanto 54,5% concordam totalmente, representado a relevância de ambos os departamentos estarem em sintonia.

O Gráfico 10 mostra se a contabilidade no Departamento de Pessoal favorece a gestão estratégica.

Gráfico 10: Gestão estratégica.

A CONTABILIDADE NO DEPARTAMENTO DE PESSOAL FAVORECE A GESTÃO ESTRATÉGICA DA EMPRESA, COMO, OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, FO...ENTO E MUDANÇAS LEGAIS E ADMINISTRATIVAS

11 respostas



Fonte: Dados da pesquisa.

Já no Gráfico 10 buscou-se saber se a Contabilidade no Departamento de pessoal favorece a gestão estratégica da empresa, sendo, obrigações acessórias, folha de pagamento e mudanças legais e administrativas, a resposta obtida foi de 36,4% concordam e os outros 63,6% concordam totalmente, com isso, pode-se dizer que a relação dos dois setores é totalmente pertinente e relevante dentro das organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral demonstrar a importância do departamento de pessoal nas empresas, juntamente com a contabilidade, para o ganho de resultados econômicos e financeiros no que diz respeito à legislação trabalhista. Para atingir o objetivo proposto, o estudo classifica-se como descritivo, qualitativo e levantamento survey. A pesquisa foi realizada em diferentes empresas na cidade de Goiânia-GO, no período de 02 de

novembro de 2020 até 08 de novembro de 2020. Os dados foram coletados através da internet por meio de questionário via google formulários.

O primeiro objetivo específico foi discorrer sobre as características dos profissionais do departamento de pessoal, sendo que os resultados apontam que a maioria dos respondentes dessa pesquisa possuem idade mais avançada, tendo 51 anos ou mais, possuem formação superior em áreas diferentes, mas, 54,8% são graduados em Ciências Contábeis.

O segundo objetivo específico foi relatar alguns impactos no departamento de pessoal causados pela pandemia do COVID-19, sendo que os resultados apontam que houve mudanças nas relações de trabalho durante a pandemia e a maioria das empresas respondentes não foram afetadas, durante esse período aumentou a procura por trabalho *home office*, onde, a maioria dos respondentes concordam que esse tipo de trabalho exige maior demanda por qualificação. O trabalho *home office* está extremamente ligado á tecnologia, todos os respondentes concordam que o uso das ferramentas tecnológicas no setor de departamento de pessoal permite agilizar processos e ajudam a diminuir e até eliminar erros.

O terceiro objetivo específico foi ressaltar a relação entre departamento de pessoal e contabilidade, sendo que os resultados apontam que a maior parte das empresas já implantaram o sistema de E-social e todos concordam que o setor de contabilidade auxilia na redução dos impactos gerados pela implantação do mesmo, concordando também que, o auxilio desse setor auxilia nos ganhos de resultados econômicos e financeiros, favorece a gestão estratégica da empresa, deixando claro que a relação entre o departamento de pessoal e setor de contabilidade são totalmente relevantes.

Em relação ao objetivo geral, os resultados mostram que é importante o setor de Departamento de Pessoal e Contabilidade dentro das organizações, para evitar possíveis prejuízos e transtornos, pois, ambos possuem o dever de se manterem atualizados quanto à legislação trabalhista.

Diante dos resultados, conclui-se que uma boa prática desenvolvida em um departamento de pessoal e contábil, em conjunto, com o uso de tecnologias avançadas, é essencial para o sucesso de uma empresa, principalmente, pelo momento de instabilidade em que o país se encontra, causada pela pandemia do COVID-19.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Martins. HISTÓRIA LEVADA A PÚBLICO. DIREITOS SOCIAIS EM “REVISTA” NOS BOLETINS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO NOS ANOS 1950. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 6, n. 1, p. 150-170, 2014.

AZEVEDO, Katya Cristiane da Fonseca de; HABER, Denise Dallmann; MARTINS, Solange. **As diferenças entre departamento de recursos humanos e departamento pessoal**. 15f. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis) - Instituto de Ensino Superior de Londrina (INESUL), Londrina, 2011.

BELMONTE, Fábio Willian; SILVA, Silvan Zimmermann da. Previdência Social Brasileira. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc**, São Miguel do Oeste, v. 5, p. e24746-e24746, 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Do Contrato Individual do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Da Rescisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Da Remuneração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**: Do trabalho noturno. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943**: Das atividades insalubres ou perigosas. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943**: Das atividades insalubres ou perigosas. (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943**: Da Rescisão. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRÓGIO, Raíssa Cristiane da Silva; MELLO, Ricardo Bernardes de. **IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE DEPARTAMENTO PESSOAL E A RELAÇÃO COM A CONTABILIDADE DA EMPRESA.** In: II Congresso Internacional do Grupo Unis. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas. **Anais...** 2016.

BRÓGIO, Raíssa Cristiane da Silva; MELLO, Ricardo Bernardes de. **Importância do profissional de departamento pessoal e a relação com a contabilidade da empresa.** In: II Congresso Internacional do Grupo Unis. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, **Anais...** 2016.

CF BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONSONI, Luiz Augusto. **Departamento Pessoal modelo.** 2009.

COUTINHO, Fernando Vieira et al., **Registro de empregados: Aspectos fiscais e trabalhistas.** 2004.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 2. Ed. São Paulo. Editora LTR, 2003.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração.** KBR, 2015.

FERNANDES, Reynaldo, NARITA Renata Del Tedesco. Contribuição ao INSS: equilíbrio financeiro e imposto sobre o trabalho. **Encontro Nacional de Economia**, v. 33, 2003.

FIDELIS, Gilson José. **Gestão de pessoas: rotinas trabalhistas e dinâmicas do departamento de pessoal.** Saraiva Educação SA, 2020.

FRANCO, José de Oliveira. **Cargos, salários e remunerações.** Ed. Rev- Curitiba,PR: IESDE Brasil.SA. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. Ed. São Paulo: Atlas,2002.

GOMES, Juliana. **Processos de administração de pessoal.** Editora Senac São Paulo - São Paulo, 2020.

GONÇALVES, Gilson. **Rotinas Trabalhistas de A a Z: Coleção prática trabalhista.** 3^a edição. Curitiba: Jurua editora ,2018.

GOUVINHAS, Reidson Pereira. **INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**, Um Estudo Comparativo entre a CLT e o Regime Jurídico Único. Natal – RN 2018.

HAUER, Carolina Chaves. **Imposto de Renda: a sua incidência (ou não) nas indenizações.** 2019.

HOLMES, Hélio. **Departamento pessoal: Da rotina à gestão Estratégica.** Viseu, 2019.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAGGI, Henrique Rolim. **Os impactos da lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho nos cálculos de perícia contábil**. 2018.

MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. A mudança do paradigma econômico, a Revolução Industrial e a Positivização do Direito do Trabalho. **Revista Direito, Justiça e Cidadania**. v.3, n.1, p. 1-24, 2012. Disponível em: <www.unisaoroque.edu.br/revista-eletronica/revista-direito-justica-e-cidadania>. Acesso em: 28 set. 2020.

MORAES, Andressa Araújo Rodrigues et al., Departamentos de recursos humanos e pessoal: diferenças e similaridades e a relação com a contabilidade. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 7, n. 7, p. 44-66, 2018.

NETO, Paulo Byron Oliveira Soares. **Reestruturação de departamento jurídico e de recursos humanos empresa fictícia VBL Logística**. 2020.

PERIN, Maida Emanuela. **A (in) compatibilidade da estabilidade da gestante no contrato de trabalho por prazo determinado**. 2015.

RECEITA FEDERAL BRASILEIRA. **Tabela**. 2020.

RIBEIRO, Joana Carolina Jacinto. **Estudo sobre a compreensão da folha de pagamento**. 2014.

RIOS, 2002: RIOS, Josué Oliveira. **Guia dos seus direitos**. Globo Livros, 2002.

RISTOW, Caroline Bourdot Back. O direito de licença-maternidade especial para mães de filhos prematuros. **Direito Previdenciário-Unisul Virtual**, 2017.

ROCHA, Renato Mendonça da. **Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias Para Organizações Contábeis**. 5 ED. Porto Alegre : CRCRS, 2012. 24p.

SANTOS, Franklin. **Departamento Pessoal**. Clube de Autores (managed), 2011.

SENA, Randal. **Práticas trabalhistas e previdenciárias: férias, folha de pagamento, décimo terceiro salário, rescisão do contrato de trabalho**. 8. Ed. Fortaleza: Revisada e ampliada, 2012.

SILVA, Leda Maria Messias da. Poder diretivo do empregador, emprego decente e direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 6, n. 1, p. 267-281, 2006.

SILVA, Marilene Luzia da. **Administração de departamento de pessoal**. 15. ed. Saraiva Educação SA, 2006.

THOMAZ, Andréa da Rosa et al., **O impacto da tecnologia nas pequenas e médias empresas**: a adequação de recursos financeiros diante da recessão econômica. 2017.

VARANDAS, Renata Cavalieri. **Proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa nos contratos de trabalho por prazo indeterminado**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Presidente Antônio Carlos.

WRUBEL, Franciele; TOIGO, Leandro Augusto; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Mudanças nas rotinas contábeis: contradições institucionais e práxis humanas. **RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 3, p. 1175-1204, 2015.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Elizora Muniz Soares RA 31796

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO
NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Departamento de Pessad: Rotinos e a Relação com a Contabilidade.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Odir Luiz Frank

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Ciências Contábeis. Modalidade afim TEC de graduação

Elizora Muniz Soares
Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 17 de dezembro 2020

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FINANCIAL EDUCATION: A CASE STUDY ON THE KNOWLEDGE OF STUDENTS OF THE ACCOUNTING COURSE

GUSTAVO HENRIQUE DE CASTRO SAMPAIO¹; JAFIA MARTINS PEREIRA²;
LARISSA GOMES COSTA RODRIGUES³; MARIA EDNA ROSENA DE SOUSA⁴;
ODIR LUIZ FANK⁵

RESUMO

A educação financeira é relevante aos dias atuais, já que o dinheiro é instrumento de realização pessoal e para alcance de objetivos. Esse estudo teve como objetivo geral avaliar o conhecimento sobre educação financeira, de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Goiânia/Goiás. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa classificou-se como descritiva, quantitativa e de levantamento. Foi realizada em uma instituição de ensino superior, localizada em Goiânia/Goiás, no período de 04 a 11 de novembro de 2020. Os dados foram coletados através de um questionário enviado aos alunos. Os resultados mostraram que a maioria dos alunos considera que tem um bom controle financeiro, não está endividada, nem se considera consumista. A educação financeira não vem, na maior parte dos casos, nem da família, nem de cursos e treinamentos. Eles que não são influenciados pela mídia, conseguem elaborar o planejamento financeiro e fazer poupança, apesar de uma parcela dentre os que elaboram o plano não conseguem executá-lo. Uma parcela importante declarou que tem dívidas no cartão de crédito, instrumento financeiro importante, mas que têm sido responsável por alto nível de endividamento da população brasileira. Concluiu-se que grande parte dos alunos tem conhecimentos financeiros, mas existe um grupo que necessita de mais conhecimentos financeiros, como forma de gerir de maneira eficiente suas finanças pessoais e evitar o endividamento no futuro.

Palavras-chave: Educação financeira. Finanças pessoais. Planejamento.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: gustavo@gustavocs.com

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: martinsjafia33@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: larissa.gomes81@outlook.com

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: medna9573@gmail.com

⁵ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Faculdade Unida de Campinas – Facunicamps. E-mail: odirfank@hotmail.com

ABSTRACT

Financial education is relevant today, as money is an instrument for personal fulfillment and for achieving goals. This study had the general objective of evaluating the knowledge about financial education, of a group of students of the Accounting Sciences course of a higher education institution located in Goiânia/Goiás. As for the methodological procedures, the research was classified as descriptive, quantitative and survey. It was carried out in a higher education institution, located in Goiânia/Goiás, from November 4th to 11th, 2020. The data were collected through a questionnaire sent to students through the WhatsApp application, which contained a Google Forms link, with the questions to be answered. The results showed that the majority of students consider that they have good financial control, are not indebted, nor do they consider themselves consumerists. Financial education does not come, in most cases, neither from the family, nor from courses and training. They, who are not influenced by the media, manage to prepare financial planning and make savings, although a portion among those who prepare the plan are unable to execute it. An important portion declared that they have credit card debt, an important financial instrument, but that they have been responsible for the high level of indebtedness of the Brazilian population. It was concluded that most students have financial knowledge, but there is a group that needs more financial knowledge, as a way to efficiently manage their personal finances and avoid indebtedness in the future.

Keywords: *Financial education. Personal finances. Planning.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil passou por mudanças significativas em relação à sua economia. Antes da implantação do Plano Real, em 1994, era comum a inflação alta e a ausência de planos financeiros nas famílias, já que, pouco podia ser previsto da economia. A estabilização trazida pelo Plano Real e o controle da inflação contribuíram para o surgimento de um novo ambiente econômico, que permitiu as pessoas fazerem planos de longo prazo (SASSE; OLIVEIRA, 2020).

Quase 30 anos se passaram e um novo dilema tem sido observado na população, o alto nível endividamento das famílias e a dificuldade de lidar com o dinheiro. Apesar da inflação controlada, as taxas de juros relativamente previsíveis e a possibilidade de elaboração e realização de planos de longo prazo, as famílias não estão conseguindo pagar suas contas e tem dificuldades de lidar com o dinheiro, conforme evidenciado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019). Por isso, de acordo com Saraiva (2017), é necessário fortalecer a educação financeira dos indivíduos, como ferramenta para desenvolver habilidades e consciência, para aproveitar oportunidades e reduzir os riscos em relação aos assuntos financeiros, já que o ambiente (mundo) está sempre em contante mudança.

A educação financeira se refere a um processo, que de acordo com o conceito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE (2005, p. 01), busca que “os indivíduos melhorem a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros,

de maneira que possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos”.

Assim, a educação financeira torna-se relevante aos dias atuais, numa sociedade capitalista, em que o dinheiro é instrumento de realização pessoal e para alcance de objetivos. Alunos do curso superior de Ciências Contábeis estudam sobre o controle e evolução patrimonial de organizações ao longo de toda sua graduação. Tais conhecimento informam sobre a situação patrimonial da entidade em determinado momento, suas variações e a natureza das operações que o afetaram. Esses conhecimentos podem ser transpostos, portanto, para a vida pessoal, fato cujo estudo é relevante, uma vez que permite, dentre outras questões, avaliar no nível de compreensão da gestão financeira e aplicação dos conceitos.

O estudo, portanto, se justifica pela necessidade de conhecer a realidade sobre a educação financeira de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. Ao identificar esse conhecimento e como ele é capaz de afetar suas vidas, se torna possível compreender a realidade. Essa compreensão pode contribuir ainda, para a identificação de soluções para as questões evidenciadas.

Por essa razão, a questão problema que conduziu a realização desta pesquisa foi: qual é o nível de conhecimento sobre educação financeira de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Goiânia/GO?

Este artigo tem como objetivo principal avaliar o conhecimento sobre educação financeira, de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Goiânia/GO.

Os objetivos específicos, o estudo apresenta: 1) identificar como os participantes tem acesso à educação financeira; 2) identificar se a mídias e as redes sociais atrapalham a gestão financeira pessoal; 3) verificar a percepção dos participantes sobre planejamento financeiro pessoal e poupança.

Para atender a esses objetivos, o trabalho foi estruturado em cinco etapas, sendo que esta Introdução foi a primeira delas. Em seguida, consta o Referencial Teórico, apontando os principais aspectos teóricos sobre o tema escolhido. Os Procedimentos Metodológicos são apresentados a seguir, descrevendo o percurso adotado para realização da pesquisa. A Apresentação e Análise dos Resultados constam na etapa quatro, enquanto as Considerações Finais finalizam o trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar o referencial teórico desta pesquisa foram explorados os seguintes temas: finanças pessoais; educação financeira; e o endividamento da população brasileira.

2.1 Finanças pessoais

O conceito moderno de finanças nasceu nos anos de 1950, e os conhecimentos em torno dessa área tem crescido bastante nos últimos anos. A influência do dinheiro sobre a vida das pessoas tende a ser o responsável pelo crescimento do assunto e importância deste para a sociedade. Finanças é um assunto que, independente de ser muito ou pouco difundido, está presente em todas as famílias, lares e indivíduos, já que é um tema diretamente ligado às pessoas, na medida em que todas lidam diariamente com recursos financeiros (ALMEIDA, 2001).

Para Gitman (2010), finanças pessoais podem ser vistas como a arte e a ciência de administrar fundos. Praticamente todos os indivíduos e organizações obtêm receitas ou levantam fundos, gastam ou investem. As finanças se ocupam do processo, instituições, mercado e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos.

Já para Lizote et al., (2016), as finanças pessoais trabalham os conceitos e conhecimentos dos indivíduos para que sejam aplicados na tomada de decisão financeira, favorecendo a um comportamento equilibrado do orçamento pessoal. Com isso, contribui para a alocação eficiente dos recursos, seja para satisfazer as necessidades básicas do indivíduo ou seus desejos de consumo.

O domínio das finanças pessoais, de acordo com uma publicação do Banco Central do Brasil (2013), contribui para o melhor gerenciamento dos recursos financeiros disponíveis, seja do indivíduo ou de sua família. Assim, aquele que obtiver este conhecimento terá melhores condições de aproveitar as oportunidades e reduzir as perdas com os imprevistos do mercado.

A importância desse conhecimento independe do fato do indivíduo atuar sozinho ou ter auxílio de assessores financeiros, como corretores ou gerentes de bancos. É sempre necessário conhecer sobre finanças, para tomar as melhores decisões, isoladamente ou em conjunto.

Ter conhecimento em finanças contribui para aumentar o conjunto de habilidades e conhecimentos de um indivíduo, proporcionando melhor destinação a seus recursos financeiros, ainda que fatores emocionais possam influenciar na questão. De acordo com Silveira et al., (2017), toda tomada de decisão é influenciada por fatores racionais e fatores emocionais, mas, aquele que dispõe de conhecimento tem capacidade de decidir melhor.

Todos os dias as pessoas tem que tomar decisões financeiras em suas vidas pessoais, tais como: analisar o orçamento pessoal, seus investimentos e patrimônio, elaborar ou corrigir o planejamento. Mas cada uma dessas situações envolve um conjunto de fatores, influenciados pelo comportamento, características pessoais e conhecimento.

Segundo Pavanello (2016), as decisões financeiras pessoais são influenciadas por aspectos individuais, como idade, ciclo da vida (casado, solteiro, com filhos, sem filhos, viúvo), tipo de ocupação, condições econômicas atuais, personalidade, estilo de vida, local de moradia, imagem pessoal e valores cultivados. Dessa forma, o conhecimento em finanças pessoais é um dos componentes na tomada de decisões, já que outros fatores são capazes de influenciar essa decisão.

Além disso, a mídia também vem desempenhando papel importante nessa influência. Segundo Saleh e Saleh (2013), a mídia vem provocando novas formas de sociabilidade e a informação foi transformada em mercadoria. Propagandas não exaltam apenas o produto, mas o que ele pode proporcionar. Campanhas publicitárias associam o consumo de um produto (cerveja, cigarro) ou bem (iPhone, carro, notebook) em beleza, riqueza, aventura e juventude, reforçando a cultura atual e influenciando o consumo. O espetáculo, o possuir e o corpo perfeito interferem nos desejos e nas compras, criando um conjunto ilimitado de desejos, que nem sempre podem ser satisfeitos.

Para minimizar tais influências, o conhecimento em finanças pessoais torna-se importante, já que ajuda a refletir sobre as reais necessidades e possibilidades, e tomar as melhores decisões. As decisões que são envolvidas nessa área são: a) decisão de consumo e economia; b) decisão de investimentos; c) decisão de financiamentos; d) decisão de administração de risco (BITENCOURT, 2004).

De acordo com Bitencourt (2004), essas decisões financeiras tratam: a) decisões de consumo e economia: estabelecem quanto da riqueza atual devem gastar em consumo, e quanto da renda devem economizar para o futuro; b) decisões de investimentos: estabelecem a forma de investir o dinheiro poupado; c) decisões de financiamento: decidem quanto e como usar o dinheiro de terceiros para programar planos de consumo e de investimentos; d) decisões de administração de riscos: procura identificar formas de reduzir as incertezas financeiras e quando deve-se aumentar os riscos para maiores ganhos. O conhecimento sobre finanças pessoais contribui para ajudar o indivíduo a tomar decisões, dentro de cada uma dessas vertentes: o que consumir, quanto economizar, como e em que investir, além de conhecer os riscos existentes em cada decisão tomada.

E por isso, conforme trata Evangelista et al., (2012), com o crescimento do

envidividamento das pessoas, estudar o grau de conhecimento que elas possuem sobre finanças, poupança e investimentos, é de extrema importância, tanto para as finanças, quanto para a sociedade.

2.2 Educação financeira

A palavra educação vem do latim “*educō*” e significa desenvolver-se de dentro. Portanto, educar-se significa, evoluir de dentro para fora (AJMC, 2009). No passado, o Brasil apresentava altos índices inflacionários, definidos como um processo de alta generalizada nos preços dos produtos e serviços, num determinado período. Para muitos, o ato de poupar tornou-se uma atitude esquecida, deixado por uma herança desses tempos, em que não valia a pena guardar dinheiro, pois o cenário observado era outro. Os índices de inflação são bem menores, o que permite refletir sobre a capacidade de poupar e obter rendimentos (OMAR, 2008).

Com o desenvolvimento da economia capitalista, as pessoas sujeitam-se a um mundo financeiro muito mais complexo do que o das gerações anteriores. São forçadas a criar a capacidade de distinguir entre os produtos e serviços disponíveis no mercado, quais são realmente necessários e os que colaboram para a boa saúde financeira pessoal (MATTA, 2007).

Assim, é necessário educar-se financeiramente. Mas o que é educação financeira. Para Pereira (2001, p. 199),

Educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem, física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação financeira não é apenas o conhecimento do mercado financeiro com todos os seus jargões, produtos, taxas e riscos, apesar desse conhecimento fazer parte do processo de aprendizagem. É uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, com a alegria da descoberta, atualizando a própria vida. É conhecer fontes de informação, como sites, chats, jornais, livros, revistas consultorias e acessá-las como o objetivo de se informar.

Entende-se, ainda, como educação financeira pessoal, um conjunto de informações que auxiliam as pessoas a lidarem com sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança, investimentos e demais recursos disponibilizados hoje no mercado. Os benefícios apresentados para aqueles que possuem acesso à educação financeira e obtêm informações úteis para o gerenciamento das finanças são muitos e diversificados. Porém, tais benefícios exigem total comprometimento e dedicação pessoal para a efetivação.

A promoção da educação financeira pessoal habilita relutâncias e inabilidades pessoais,

de modo que, as pessoas possam tirar total vantagem dos avanços tecnológicos e dos novos produtos do setor financeiro, aumentando as oportunidades econômicas (MATTA, 2007).

Outro benefício da educação financeira na vida das pessoas é o fato de estudos mostrarem que a qualidade de vida pode estar intimamente ligada ao reflexo quase que completo da atual situação financeira que se desfruta. Segundo Willian (2008), a imaturidade financeira e a falta de planejamento interferem na saúde, gera crises familiares, baixa autoestima e diminuição do desempenho no trabalho. Este último, inclusive, tem sido fator de inúmeros estudos pelas organizações, já que, a produtividade dos funcionários interfere no ritmo e lucratividades das empresas.

Modernell (2009) também complementa que, em quase todas as pesquisas sobre qualidade de vida, as pessoas apontam as preocupações com o dinheiro entre as que mais influenciam no seu nível de estresse. As doenças financeiras não têm origem genética, não se agravam com a idade e não estão associadas a sexo ou raça, mas são terríveis quando não prevenidas e tratadas. A solução se baseia em disciplina e planejamento, apontando ser a melhor opção a educação Financeira, afastar os maus hábitos como o uso (abusivo) do cheque especial e do cartão de crédito, eliminar os crediários e todas as formas de endividamento possível, são exemplos de reeducação financeira, formas de prevenção das doenças financeiras.

O estudo de Lana et al., (2011), teve como objetivo geral avaliar o conhecimento e o interesse de acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. A pesquisa ocorreu na cidade de Brusque, em Santa Catarina e participaram 812 alunos matriculados nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Os resultados encontrados apontam que a educação dos pais é capaz de influenciar a educação financeira dos filhos, sendo assim, quanto mais instruídos forem os pais, maiores as chances dos filhos também serem. Os alunos de Ciências Contábeis possuíam mais interesse na educação financeira do que os alunos do curso de Administração, bem como, apresentavam maior conhecimento sobre controle financeiro. Além disso, quanto mais avançado no curso, maior o interesse por finanças, educação financeira e controle financeiro.

Na pesquisa de Lizote et al., (2016), desenvolvida também no estado de Santa Catarina, o objetivo geral foi descrever o perfil financeiro pessoal dos alunos de graduação em Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. Foram entrevistados graduandos do curso de Ciências Contábeis, durante os meses de novembro e dezembro de 2012. A pesquisa demonstrou que 61% são do sexo feminino, 93% tem algum tipo de trabalho e não se dedicam exclusivamente ao ensino superior. Entre aqueles que possuem renda própria, há melhor satisfação quanto à sua situação financeira.

Numa pesquisa mais recente, Lima Filho et al., (2020), no estado do Alagoas, buscou analisar o conhecimento financeiro dos docentes de diversas áreas de uma universidade, por meio de preferências e tomada de decisões. Os questionários foram aplicados aos docentes no ano de 2017. Como resultado, os pesquisadores observaram que não houve diferença estatística significativa em relação ao alto nível de conhecimento ou baixo nível de conhecimento. Além disso, a distinção entre o alto ou baixo nível de conhecimento não foi capaz de influenciar a capacidade de poupança do docente. Foi demonstrado, ainda, que 25% dos participantes apresentam risco ao endividamento e 55% possuem investimentos há mais de 5 anos. Como conclusão, os autores mencionam que os docentes tem boas práticas na tomada de decisão, mas, em relação à educação financeira, precisam de mais conhecimentos.

2.3 O endividamento da população brasileira

A educação financeira é um instrumento para redução do endividamento das famílias, especialmente em períodos de incerteza, como os vivenciados atualmente.

Por endividamento entende-se “o saldo devedor de um agregado familiar” (FRADE, 2003, p. 17). Pode ser apenas uma dívida ou um conjunto de dívidas, denominado de multiendividamento. São créditos relacionados a consumo de bens ou serviços, cartão de crédito, financiamentos, crédito à habitação e dívidas com tributos, por exemplo (FRADE, 2003).

Os indivíduo ou famílias (conjunto de indivíduos) que acumulam múltiplas dívidas podem ter sido influenciados por aspectos racionais ou emocionais. Estilo de vida, emoções, renda limitada, rendimentos irregulares e incertos, fatores incontrolláveis como doenças e acidentes e descontrole com os instrumentos financeiros, como cartão de crédito e cheque especial, são alguns dos responsáveis pelo endividamento (FRADE, 2003).

De acordo com Flores e Vieira (2016), no Brasil, a renda das pessoas e famílias não acompanhou o crescimento da oferta de crédito. A queda nas taxas de juros, o crédito consignado, a maior facilidade para acesso a financiamentos bancários e ao cartão de crédito contribuem para o endividamento. Além disso, para Rodrigues (2019), o estímulo do marketing ao consumo, especialmente por meio das mídias sociais, faz com que o consumismo irracional se instale e leva os indivíduos ao consumismo.

Rodrigues (2019) ainda esclarece que o consumo é atividade inerente ao ser humano, especialmente ao homem moderno. Contudo, o consumismo tem extrapolado o razoável,

apresentando-se como uma compulsão. O indivíduo, com uma renda limitada, se vê diante de desejos ilimitados e um processo contínuo de incentivo à compra e consumo. Com isso, torna-se quase impossível honrar os compromissos assumidos.

Em setembro de 2020, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2020), divulgou um relatório no qual informava que o índice de endividamento das famílias atingiu o pior resultado entre os anos de 2010 a 2020. Foi identificado que 67,5% das famílias brasileiras estavam com dívidas, influenciadas pelas consequências da pandemia da Covid-19, que promoveu demissões, fechamento de empresas, paralisação de alguns setores da economia e isolamento social. O resultado só não foi pior em função da liberação do auxílio emergencial para a população mais pobre.

Num comparativo com 2019, quando não havia impactos da pandemia, o índice também era alto. Em junho de 2019 esse índice era de 64,0% de endividados. O número de pessoas que declarou não ter como pagar suas contas também subiu, de 9,5% em junho de 2019, para 11,6% em junho de 2020 (CNC, 2020).

Ainda segundo a CNC (2020), entre as famílias endividadas, cerca de 30% da renda está comprometida só com o pagamento de dívidas, o que na série histórica dos últimos 10 anos, só perde para o índice de dezembro de 2015, quando o comprometimento era de 31,5%.

Quando avaliadas as principais dívidas da população, o cartão de crédito é apontado como a principal dívida, para 76,1% dos endividados. Na sequência está o carnê (17,4%), financiamento de automóveis (11,7%), crédito pessoal (9,3%), crédito consignado (8,3%) e cheque especial (6,2%) (CNC, 2020).

Pesquisa realizada pela empresa SPC Serasa apontou que 43% dos consumidores endividados, compraram por motivos emocionais (ansiedade, depressão, alegria, etc, 85% fizeram compras sem qualquer tipo de planejamento e 42% não fazem qualquer tipo de reserva financeira. Além disso, existe o valorizar do ter, da substituição contínua dos bens materiais por versões mais novas, mesmo sem necessidade, para mostrar-se moderno e inserido no grupo (RAMOS, 2014).

Tais dados mostram que o endividamento é um problema, dentre vários outros que provocam o próprio endividamento. Além disso, a dívida da família costuma gerar um conjunto de situações que afetam o equilíbrio familiar, como o estresse pela cobrança, a falta de recursos para as condições mínimas de sobrevivência, brigas familiares e restrição de crédito.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa teve abordagem quantitativa. A abordagem quantitativa refere-se à análise das questões objetivas, que tratam de aspectos práticos relacionados à educação e comportamento financeiro dos participantes. Foram realizadas análises estatísticas, identificando o percentual de respostas para cada campo, permitindo analisar qual resposta predomina entre os participantes.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi de caráter descritivo, uma vez que buscou descrever e avaliar o conhecimento sobre educação financeira, de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Goiânia/GO.

Quanto aos procedimentos, adotou-se o levantamento, que é uma forma de pesquisa descritiva, utilizada para obter dados ou informações sobre um grupo de pessoas, usando instrumentos padronizados para coleta de dados, tais como formulários e questionários, no qual constam sempre as mesmas perguntas para todos os respondentes.

A população do estudo foi composta pelos alunos do curso de Ciências Contábeis, de uma instituição de ensino superior, localizada na cidade de Goiânia/Goiás. Foram critérios para participar da pesquisa: ser aluno do curso de Ciência Contábeis da referida instituição; estar regularmente matriculado na instituição no segundo semestre de 2020, independente do período cursado; concordar em participar da pesquisa; responder ao questionário proposto. Não houve qualquer distinção em relação a sexo, idade, renda ou religião.

A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de um questionário junto aos participantes, conforme APÊNDICE A. As perguntas foram elaboradas pelos próprios pesquisadores, para atender aos objetivos estabelecidos nesta pesquisa, e se basearam nos estudos de Lana et al., (2011) e Lizote et al., (2016).

Os participantes foram contactados pelos pesquisadores, por meio do whatsapp, e foram convidados a responder ao questionário. Aqueles que concordaram, receberam o questionário de forma virtual, por meio de *link* do *Google Forms*. Após respondidos, os questionários foram devolvidos aos pesquisadores para análise dos resultados. Essa coleta de dados aconteceu entre os dias 04 a 11 de novembro de 2020.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados da pesquisa foram apresentados e analisados, a partir de dois eixos. No primeiro eixo foram apresentadas as características dos participantes da pesquisa e, no segundo

eixo, seus conhecimentos sobre educação financeira.

4.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisas foram caracterizados a partir das variáveis: sexo, idade, período da graduação, se desempenha alguma atividade remunerada e grau de instrução dos pais, sendo que os resultados estão no Quadro 1.

Quadro 1: Caracterização dos participantes da pesquisa

VARIÁVEL		(N)	(%)
SEXO	Feminino	81	61,83%
	Masculino	50	38,17%
	Total	131	100,00%
IDADE	17 a 19 anos	32	24,43%
	20 a 24 anos	55	41,98%
	25 a 29 anos	25	19,08%
	30 a 34 anos	8	6,11%
	35 a 39 anos	7	5,34%
	Acima de 40 anos	4	3,05%
	Total	131	100,00%
PERÍODO	1o período	6	4,58%
	2o período	44	33,59%
	3o período	4	3,05%
	4o período	8	6,11%
	5o período	7	5,34%
	6o período	17	12,98%
	7o período	8	6,11%
	8o período	37	28,24%
	Total	131	100,00%
DESEMPENHA ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA	Sim	103	78,63%
	Não	28	21,37%
	Total	131	100,00%
PAIS ESTUDARAM ATÉ	Ensino fundamental	56	42,75%
	Ensino médio	62	47,33%
	Ensino superior	8	6,11%
	Pós-graduação ou mais	5	3,82%

	Total	131	100,00%
--	-------	-----	---------

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Quadro 1 que predominam no curso de Ciências Contábeis da instituição estudada, estudantes do gênero feminino (61,83%).

Quanto à faixa etária, predominou indivíduos jovens, com idade entre 17 e 19 anos (24,43%) e 20 a 24 anos (41,98%). Um pequeno percentual de alunos tem idade acima de 40 anos (3,05%), o que indica que adultos estão voltando a estudar, seja para terminar os estudos que não puderam na juventude, aperfeiçoamento profissional ou segunda graduação.

A maior parte dos acadêmicos que responderam à pesquisa estão no 2º período da graduação (33,59%) e, em seguida, estão os graduandos do 8º período (28,24%).

O percentual de alunos que além da graduação também desempenham alguma atividade remunerada é alta (78,63%), condição que indica que os alunos trabalham durante o dia e estudam à noite.

A maioria dos pais dos participantes estudaram até o ensino fundamental (42,75%) ou ensino médio (47,33%), indicando que os filhos atualmente apresentam uma escolaridade mais elevada que a de seus pais.

4.2 Conhecimentos sobre educação financeira

A análise sobre o conhecimento sobre a educação financeira dos participantes foi realizada por blocos de perguntas semelhantes, que permitiam conhecer algum aspecto específico dessas informações.

4.2.1 Percepção geral dos entrevistados sobre sua condição financeira

O Quadro 2 mostra a percepção geral dos entrevistados, sobre sua condição financeira.

Quadro 2: Percepção geral dos participantes sobre sua condição financeira

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
1) Meu controle financeiro atualmente é muito bom	9,16%	20,61%	25,95%	36,64%	7,63%	100%
2) Atualmente eu estou endividado	33,59%	32,82%	13,74%	12,21%	7,63%	100%

9) Eu me considero uma pessoa consumista	13,74%	21,37%	22,90%	29,01%	12,98%	100%
--	--------	--------	--------	--------	--------	------

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme demonstra o Quadro 2, em relação à primeira pergunta, “meu controle financeiro atualmente é muito bom”, percebe-se que 36,64% dos alunos colocaram a opção Concordo; e, em contrapartida, 20,61% escolheram a opção Discordo. O que chama a atenção nessa questão é que 25,95% assinalaram a opção Não Discordo, Nem Concordo, ou seja, estão em dúvida sobre seu controle financeiro atual.

Já em relação à segunda pergunta, “atualmente eu estou endividado”, percebe-se que 66,41% dos respondentes colocaram a opção Discordo Totalmente ou Discordo, ou seja, não estão endividados no momento. Para 13,74% dos alunos há dúvidas sobre a questão, pois marcaram a opção Não Discordo, Nem Concordo.

Quanto à nona pergunta, “eu me considero uma pessoa consumista”, 29,01% dos participantes marcaram a opção Concordo, enquanto 21,37% assinalaram a opção Discordo. Destaca-se, nessa questão, que 22,90% responderam que Não Discorda, Nem Concorda, indicando dúvida sobre sua percepção pessoal, de ser um consumista, ou não.

4.2.2 Acesso à educação financeira

O segundo bloco de questões buscou elucidar sobre como os participantes tem acesso à educação financeira, sendo que os dados obtidos estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3: Acesso à educação financeira pelo participantes

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
3) Minha família conversa muito comigo sobre educação financeira	19,08%	22,90%	19,08%	29,77%	9,16%	100%
4) Eu participo de cursos, treinamentos, palestras, sobre educação financeira	12,98%	29,77%	16,03%	32,82%	8,40%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Perguntados se a família conversa sobre educação financeira, conforme Quadro 3,

41,98% responderam Discordo Totalmente ou Discordo, enquanto 19,08% marcaram a opção Não Discordo, Nem Concordo. Com tal resultado, mais de 60% dos participantes (61,06%) disseram que suas famílias não conversam sobre educação financeira, ou tem dúvidas se a família conversa ou não.

Sobre a participação em cursos, treinamentos e palestras sobre educação financeira, 32,82% dos graduandos marcaram a opção Concordo. Novamente destaca-se a quantidade de alunos que assinalaram a opção Discordo Totalmente ou Discordo, num total de 42,75% que não participam de atividades sobre educação financeira.

Tais resultados mostram que uma grande parcela dos graduandos de Ciências Contábeis não tem acesso à educação financeira, nem por meio da família, nem por meio de cursos, treinamentos ou palestras.

4.2.3 Influência das redes sociais na gestão financeira pessoal

A percepção dos respondentes sobre a influência das redes sociais na gestão financeira pessoal está demonstrada no Quadro 4.

Quadro 4: Influência das redes sociais na gestão financeira pessoal

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
5) A influência da mídia e das redes sociais atrapalha meu planejamento financeiro pessoal	19,08%	39,69%	19,08%	12,21%	9,92%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 4, quanto à influência da mídia, somente 9,92% dos alunos marcaram a opção Concordo Totalmente, e 12,21% a opção Concordo. Em 58,77% dos casos foram assinaladas as opções Discordo Totalmente ou Discordo.

Esse resultado demonstra que a maioria dos graduandos acredita que não é influenciada pela mídia e que ela não atrapalha seus planos financeiros.

4.2.4 Planejamento financeiro pessoal e poupança

As respostas dos participantes sobre planejamento financeiro e poupança constam no Quadro 5.

Quadro 5: Planejamento financeiro pessoal e poupança

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
6) Eu consigo poupar todos os meses	16,79%	25,95%	19,08%	30,53%	7,63%	100%
7) Eu elaborei meu planejamento financeiro pessoal	9,16%	25,19%	18,32%	37,40%	9,92%	100%
8) Eu consigo cumprir todo o meu planejamento financeiro pessoal	11,45%	22,90%	21,37%	35,88%	8,40%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 5 demonstra, em relação à pergunta 6, “eu consigo poupar todos os meses”, 30,53% dos respondentes marcaram a opção Concordo, enquanto 25,95% assinalaram Discordo. Destaca-se que 19,08% disseram que Não Discordo, Nem Concordo, demonstrando que não tem certeza se conseguem, ou não, poupar todos os meses.

Quanto à elaboração do planejamento financeiro pessoal, 37,40% dos graduandos marcaram a opção Concordo, e 25,19% a opção Discordo. Novamente a opção Não Discordo, Nem Concordo foi relevante, assinalada por 18,32% dos alunos.

Quanto ao cumprimento do plano elaborado, 35,88% dos participantes responderam Concordo, enquanto 21,37% disseram que Não Discordam, Nem Concordam. Nessa questão, em comparação com a pergunta anterior, observa-se que o número de pessoas que conseguem cumprir com o plano financeiro é menor que o número de pessoas que alega ter elaborado um plano financeiro. Dessa forma, ainda que estejam elaborando um planejamento financeiro pessoal, nem todos conseguem cumpri-lo.

4.2.5 Endividamento

A pesquisa também quis compreender a percepção dos respondentes sobre o nível de endividamento. Os percentuais alcançados constam no Quadro 6.

Quadro 6: Endividamento

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
10) Atualmente eu tenho	33,59%	17,56%	10,69%	26,72%	11,45%	100%

dívidas com cartão de crédito						
11) Atualmente eu tenho dívidas com financiamento, carnê e empréstimo	48,09%	22,14%	4,58%	17,56%	7,63%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 6, quanto ao endividamento com cartão de crédito, 51,15% dos alunos optaram por marcar Discordo Totalmente ou Discordo, indicando que não possuem dívidas nesse instrumento financeiro de crédito. Entretanto, 38,17% dos respondentes assinalaram as opções Concordo ou Concordo Totalmente, o que indica que mais de um terço dos participantes tem dívidas no cartão de crédito.

Em relação a outras formas de endividamento, como financiamentos, carnês e empréstimos, 70,23% dos participantes responderam Discordo Totalmente ou Discordo, apontando que não possuem dívidas nesses instrumentos financeiros de crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral avaliar o conhecimento sobre educação financeira, de um grupo de alunos do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior localizada em Goiânia/GO. Para atingir o objetivo proposto, o estudo classifica-se como descritiva, quantitativa, sob a forma de levantamento. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior, localizada em Goiânia/Goiás, no período de 04 a 11 de novembro de 2020. Os dados foram coletados através de um questionário enviado aos alunos.

O primeiro objetivo específico foi identificar como os participantes tem acesso à educação financeira, sendo que os resultados apontam que grande parcela dos graduandos de Ciências Contábeis não tem acesso à educação financeira, nem por meio da família, nem por meio de cursos, treinamentos ou palestras.

O segundo objetivo específico foi identificar se a mídias e as redes sociais atrapalham a gestão financeira pessoal, sendo que os resultados apontam que a maioria dos estudantes declararam não ser influenciada pela mídia e que ela não atrapalha seus planos financeiros.

O terceiro objetivo específico foi verificar a percepção dos participantes sobre planejamento financeiro pessoal e poupança, sendo que os resultados apontam que mais de um terço conseguem poupar todos os meses e elaboram o planejamento financeiro. Entretanto, nem todos os alunos que elaboram o planejamento, conseguem segui-lo. Além disso, o

endividamento com cartão de crédito atinge quase 40% dos respondentes desta pesquisa, enquanto menos de um terço disse que tem dívidas em outros instrumentos financeiros, como empréstimos e carnês.

Em relação ao objetivo geral, os resultados mostram que a maioria dos alunos considera que tem um bom controle financeiro, não está endividada, nem se considera consumista. A educação financeira não vem, na maior parte dos casos, nem da família, nem de cursos e treinamentos. Eles não são influenciados pela mídia, conseguem elaborar o planejamento financeiro e fazer poupança, apesar de uma parcela dentre os que elaboram o plano, não conseguirem executá-lo. Uma parcela importante declarou que tem dívidas no cartão de crédito, instrumento financeiro importante, mas que tem sido responsável por alto nível de endividamento da população brasileira.

É importante destacar, dentre os resultados alcançados, que uma parcela relevante dos entrevistados não conhece sua própria situação financeira, decidindo por marcar nas respostas, a opção não discordo, nem concordo. Essa situação foi mais predominante nas questões “meu controle financeiro atualmente é muito bom”, “eu consigo cumprir todo o meu planejamento financeiro pessoal” e “eu me considero uma pessoa consumista”, demonstrando que existe a necessidade de melhorar a educação financeira desse grupo de alunos.

Diante dos resultados, conclui-se que grande parte dos alunos tem conhecimentos financeiros, mas existe um grupo que necessita de mais conhecimentos financeiros, como forma de gerir de maneira eficiente suas finanças pessoais e evitar o endividamento no futuro.

6 REFERÊNCIAS

AJCM - **AÇÃO JOVEM DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS**. 2009. Disponível em: <<http://www.ajmc.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 44, n. 01, p. 112-136, 2001.

BCB - Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BITENCOURT, C. M. G. **Finanças pessoais versus finanças empresariais**. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre. 2004.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Baixa capacidade**

de pagamento das famílias aumenta endividamento: nível de inadimplência no Brasil é elevado em relação a outros países e influencia dívidas familiares, diz economista. 10 abr. 2019. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/baixa-capacidade-de-pagamento-das-familias-aumenta-endividamento/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Endividamento das famílias alcança novo recorde, e inadimplência acelera em junho.** 2020. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/2020-06/An%C3%A1lise%20Peic%20-%20junho%20de%202020.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

EVANGELISTA, Armindo Aparecido; ALONSO JÚNIOR, Nelson; ALONSO, Vera Lucia Chaves; MAZINI, Valter; SILVA, Rodrigo Lamasini. Ppf: Planejamento Financeiro para Pessoa Física. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/12716112.pdf>> Acesso em: 09 out. 2020.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara mendes. Determinantes comportamentais da propensão ao endividamento: análise da influência do gênero. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS. **Anais...** São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18893>>. Acesso em: 26 out. 2020.

FRADE, C. (Org.). **Desemprego e sobreendividamento dos consumidores:** contornos de uma “Ligação Perigosa”. Relatório Final. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2003.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 12 ed. São Paulo: Harbra, 2010.

LANA, Jeferson; LIZOTE, Suzete Antonieta; ROCHA, Amand; BRAND, Aline; VERDENELLI, Miguel Angelo. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. XI, 2011... **Anais...** Florianópolis, 2011.

LIMA FILHO, Walter Araújo de Lima; SILVA, Camila Tavares Correia da; LEVIO, Natally de Almeida. Comportamento financeiro pessoal: uma análise dos docentes da Universidade Federal de Alagoas. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.** Rio Grande, v. 24, n. ,02, p. 23-36, jul./dez. 2020.

LIZOTE, Suzete Antonieta; LANA, Jeferson; VERDINELLI, Miguel Angel; SIMAS, Jaqueline de. Finanças pessoais: um estudo envolvendo alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. **Revista da UNIFEFE.** Brusque/SC, v. 01, n. 19, p. 71-85, set./dez. 2016.

MATTA, R. O. B. **Oferta de demanda de informação pessoal:** o programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 201f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB – Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

MODERNELL, Á. **Qualidade de vida.** 2009. Disponível em: <<http://www.sintestrn.org.br>>.

Acesso em: 24 out. 2020.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **O que é Educação Financeira?** 2005. Disponível em: < <http://www.previc.gov.br/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria/o-que-e-educacao-financeira>>. Acesso em: 10 out. 2020.

OMAR, J. H. D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 03, p. 463-490, 2008.

PAVANELO, Fernanda Hister. **Estrutura das finanças pessoais dos discentes da Unisul Virtual**. Virtual Ebook. 2016. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?id=Uzk1DQAAQBAJ&pg=PT7&dq=tipos+de+decis%C3%B5es+financeiras+finan%C3%A7as+pessoais&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKewjvz9Xv_6nsAhWOIbkGHSv0BSAQ6AEwAnoECAQQA#v=onepage&q=tipos%20de%20decis%C3%B5es%20financeiras%20finan%C3%A7as%20pessoais&f=false>. Acesso em: 10 out. 2020.

PEREIRA, G. M. G. **A energia do dinheiro**. São Paulo: Gente, 2001.

RAMOS, Deise Emanuele Lima de Menezes. As consequências do superendividamento familiar nas relações de consumo. **Revista Âmbito Jurídico**, 2014. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-149/as-consequencias-do-superendividamento-familiar-nas-relacoes-de-consumo/>>. Acesso em: 22 out. 2020.

RODRIGUES, Bruno Henrique Sena. **Consumo e endividamento: um estudo sobre a influência do consumismo para a insolvência de professores**. 23 set. 2019. Disponível em: < <https://administradores.com.br/artigos/consumo-e-endividamento-um-estudo-sobre-a-influ%C3%Aancia-do-consumismo-para-a-insolv%C3%Aancia-de-professores>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SALEH, Abdala Mohamed; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista**. Belo Horizonte/MG, v. 29, n. 04, p. 189-214, 2012.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educação em Revista**, São Paulo, n. 66, p. 157-173, 2017.

SASSE, C.; OLIVEIRA, N. Aos 26 anos, o real enfrenta mais um desafio, com pandemia, recessão e endividamento. **Agência Senado**. 26 jun. 2020. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/aos-26-anos-o-real-enfrenta-mais-um-desafio-com-pandemia-recessao-e-endividamento>>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVEIRA, Vitor Cardoso da; BARBOSA, Taís Schadeck; MONTEIRO, Anderson Negri; EDUARDO, Antônio Sérgio; RIBEIRO, José Soares. **Estudo da tomada de decisões financeiras a partir das publicações científicas nos últimos 10 anos**. In: Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação. **Anais...** Naviraí/MS, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/4282/3845>>. Acesso em: 10 out. 2020.

WILLIAN, E. **A importância da administração financeira em nossas vidas**. 2005.
Disponível em: <<http://www.invistaemvoce.epaceblog.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2020.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

- **Perfil do participante:**
 - a) Idade: _____
 - b) Gênero: () Feminino () Masculino
 - c) Período do curso: _____ de Ciências Contábeis
 - d) Desempenha alguma atividade profissional: () Sim () Não
 - e) Mora com: () sozinho () pais () parentes () cônjuge/namorado(a)
 - f) Qual o grau de escolaridade dos seus pais:
 - () ensino fundamental
 - () ensino médio
 - () ensino superior
 - () pós-graduação ou mais

Sobre os conhecimentos em relação à educação financeira, marque a opção que melhor representa sua resposta para cada uma das perguntas do quadro que segue:

PERGUNTA	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
1) Meu controle financeiro atualmente é muito bom					
2) Minha família conversa muito comigo sobre educação financeira					
3) Eu participo de cursos, treinamentos, palestras, sobre educação financeira					
4) Eu consigo poupar todos os meses					
5) Eu elaborei meu planejamento financeiro pessoal					
6) Eu consigo cumprir todo o meu planejamento financeiro pessoal					
7) A influência da mídia e das redes sociais atrapalha meu planejamento financeiro pessoal					
8) Atualmente eu estou endividado					
9) Eu me considero uma pessoa consumista					
10) Atualmente eu tenho dívidas com cartão de crédito					
11) Atualmente eu tenho dívidas com financiamento, carnê e empréstimo					

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Gustavo Henrique de Castro Sampaio RA 32456

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Educação Financeira: Um estudo de caso sobre o conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Me. Odair Luiz Fank

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Ciências Contábeis. Modalidade a fim Bacharelado

Gustavo Henrique de Castro Sampaio

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 16 de Dezembro de 2020



OS BENEFÍCIOS FISCAIS DE ICMS PARA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS NO ESTADO DE GOIÁS

THE FISCAL BENEFITS OF ICMS FOR THE DAIRY INDUSTRY IN THE STATE OF GOIÁS

DALZIVANE CARDOSO DOS REIS¹; FRANCISCO JOAQUIM AROUCHA DA SILVA
RIBEIRO²; WILMA AUXILIADORA BERNARDES GOMES³; ODIR LUIZ FANK⁴

RESUMO

¹ Aluna do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas, dal_zivane@hotmail.com.

² Aluno do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps, joaquimaroucha@gmail.com.

³ Aluna do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps, wilmabgomes@hotmail.com.

⁴ Professor Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps, odirfank@hotmail.com.



OS BENEFÍCIOS FISCAIS DE ICMS PARA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS NO ESTADO DE GOIÁS

THE FISCAL BENEFITS OF ICMS FOR THE DAIRY INDUSTRY IN THE STATE OF GOIÁS

DALZIVANE CARDOSO DOS REIS¹; FRANCISCO JOAQUIM AROUCHA DA SILVA RIBEIRO²; WILMA AUXILIADORA BERNARDES GOMES³; ODIR LUIZ FANK⁴

RESUMO

O incentivo fiscal é uma política governamental utilizada com o objetivo de atrair empresas e providenciar o desenvolvimento local, eles são capazes de atrair empresas no intuito de alavancar a economia, sendo responsável pelo desenvolvimento e crescimento das empresas. Esta ação pública era inicialmente utilizada pelo governo federal, porém, com a Constituição de 1988, os estados também puderam adotar esta medida. Desta forma o objetivo geral deste trabalho é demonstrar quais os benefícios fiscais previstos na legislação para as indústrias de Laticínios no Estado de Goiás. Para atingir os objetivos propostos, o estudo classifica nos tributos no Brasil, a história do ICMS, os incentivos fiscais, a redução de base de cálculo, sendo que os dados foram coletados de uma Indústria de Laticínios localizada no município de Bela Vista de Goiás – GO. Para tanto, utilizou-se de métodos descritivos, e bibliográficos no qual foram compostos de artigos acadêmicos, leis e decretos para o embasamento teórico. Diante dos resultados conclui-se que os benefícios fiscais no estudo em questão permitem numa economia tributária e consequentemente financeira.

Palavras-chave: Incentivo fiscal, indústria de laticínio, ICMS.

ABSTRACT

The tax incentive is a government policy used in order to attract companies and provide local development, they are able to attract companies in order to leverage the economy, being responsible for the development and growth of companies. This public action was initially used only by the federal government, however, with the 1988 Constitution, states were also able to adopt this measure. Thus, the general objective of this work is to demonstrate the tax benefits foreseen in the legislation for the Dairy industries in the State of Goiás. To achieve the proposed objectives, the study is classified in taxes in Brazil, the history of the ICMS, the tax incentives, the reduction of the calculation base, and the data were collected from a Dairy Industry located in the municipality of Bela Vista de Goiás - GO. For this purpose, descriptive and bibliographic methods were used, in which they were composed of academic articles, laws and decrees for the theoretical basis. In view of the results, it is concluded that the tax benefits in the study in question allow for a tax and consequently financial economy.

Key words: Tax incentive, dairy industry, ICMS.

¹ Aluna do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas, dal_zivane@hotmail.com.

² Aluno do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps, joaquimaroucha@gmail.com.

³ Aluna do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas FacUnicamps, wilmabgomes@hotmail.com.

⁴ Professor Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps, odirfank@hotmail.com.

O incentivo fiscal é uma política governamental utilizada com o objetivo de atrair empresas e providenciar o desenvolvimento local, eles são capazes de atrair empresas no intuito de alavancar a economia, sendo responsável pelo desenvolvimento e crescimento das empresas. Esta ação pública era inicialmente utilizada pelo governo federal, porém, com a Constituição de 1988, os estados também puderam adotar esta medida. Desta forma o objetivo geral deste trabalho é demonstrar quais os benefícios fiscais previstos na legislação para as indústrias de Laticínios no Estado de Goiás. Para atingir os objetivos propostos, o estudo classifica nos tributos no Brasil, a história do ICMS, os incentivos fiscais, a redução de base de cálculo, sendo que os dados foram coletados de uma Indústria de Laticínios localizada no município de Bela Vista de Goiás – GO. Para tanto, utilizou-se de métodos descritivos, e bibliográficos no qual foram compostos de artigos acadêmicos, leis e decretos para o embasamento teórico. Diante dos resultados conclui-se que os benefícios fiscais no estudo em questão permitem numa economia tributária e consequentemente financeira.

Palavras-chave: Incentivo fiscal, indústria de laticínio, ICMS.

ABSTRACT

The tax incentive is a government policy used in order to attract companies and provide local development, they are able to attract companies in order to leverage the economy, being responsible for the development and growth of companies. This public action was initially used only by the federal government, however, with the 1988 Constitution, states were also able to adopt this measure. Thus, the general objective of this work is to demonstrate the tax benefits foreseen in the legislation for the Dairy industries in the State of Goiás. To achieve the proposed objectives, the study is classified in taxes in Brazil, the history of the ICMS, the tax incentives, the reduction of the calculation base, and the data were collected from a Dairy Industry located in the municipality of Bela Vista de Goiás - GO. For this purpose, descriptive and bibliographic methods were used, in which they were composed of academic articles, laws and decrees for the theoretical basis. In view of the results, it is concluded that the tax benefits in the study in question allow for a tax and consequently financial economy.

Key words: Tax incentive, dairy industry, ICMS.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, por ser um país ainda em desenvolvimento tem no agronegócio um dos pilares de sustentação da economia, pois este setor é responsável por manter a balança comercial equilibrada batendo recordes ano após ano de produção e faturamento (MACKENZIE, 2020).

Dentre esses setores há destaque para “o setor leiteiro que em 2016 faturou 67 bilhões de reais e empregou 4 milhões de trabalhadores no país. Isso faz do setor de laticínios um dos mais consolidados do país em especial na região Centro-Oeste onde estão concentrados os maiores rebanhos e também as maiores indústrias do setor” (EMBRAPA, 2019, p. 70-71).

Apesar da sua importância para a economia nacional o setor leiteiro ainda carece de amparo e políticas de desenvolvimento econômico dos Estados e da União voltadas a fomentar seu crescimento e sustentabilidade, pois, trata-se de um produto essencial na cesta

básica e uma das formas de se lograr êxito nessa seara é com a política de benefícios fiscais voltadas diretamente ao setor de laticínios (EMBRAPA, 2019).

Nesta seara, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, os estados adquiriram autonomia para elaborar políticas voltadas ao desenvolvimento regional. Uma delas, a de incentivo fiscal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o que se pretende não simplesmente reduzir a carga tributária e estimular o desenvolvimento social e econômico regional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 145).

A concessão de incentivos fiscais, principalmente relativos ao ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), são procedimentos comuns dos Estados da federação (SILVA, 2012). Com estes incentivos fiscais que visam desenvolver determinadas regiões, o Estado tem seu território beneficiado com o aumento na arrecadação de tributos, e crescimento e do desenvolvimento econômico devido à expansão de negócios, como a instalação de novas empresas que são atraídas pelas vantagens fiscais, que promovem, conseqüentemente, a geração de novas vagas de emprego, maior fluxo de produção e aumento da riqueza (SILVA 2012).

Deste modo, o estado de Goiás, através do Regulamento do ICMS (Decreto 4.852 de 1997) promove uma série de políticas de benefícios fiscais voltadas ao setor leiteiro, indo desde o produtor (base da cadeia de produção) até o consumidor final, garantindo, teoricamente, preços mais justos e capacidade competitiva a quem se dedica ao setor, atraindo para o estado as maiores indústrias de laticínios do país, que buscam sempre as melhores condições para instalar, implantar e expandir o negócio.

A problemática da pesquisa pauta-se na seguinte questão: Quais os benefícios fiscais são aplicáveis ao setor de laticínio no estado de Goiás?

O objetivo geral do trabalho é demonstrar quais os benefícios fiscais previstos na legislação para as indústrias de laticínios na esfera estadual de Goiás. Como objetivos específicos o estudo apresenta: a) demonstrar os benefícios fiscais para as empresas de laticínios concedidos pelo Estado de Goiás b) identificar a importância dos incentivos fiscais para o setor; c) avaliar os benefícios que o incentivo fiscal proporciona para as empresas de laticínio no Estado em estudo.

A pesquisa justifica-se sobre os incentivos fiscais concedidos aos produtores de leite no estado de Goiás em função da essencialidade do setor leiteiro para a economia goiana e

também em virtude da importância dos benefícios fiscais para as indústrias de laticínios que estão instaladas no estado de Goiás.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo são abordados os temas que servem de suporte a pesquisa, destacando a classificação dos tributos no Brasil, a história do ICMS, os incentivos fiscais, a redução de base de cálculo do ICMS e o crédito outorgado. Com as informações geradas através dos títulos supracitados são evidenciadas maneiras que o governo adota para incentivar as empresas no estado de Goiás, a fim de estimular algum setor ou atividade econômica.

2.1 Sistema Tributário Brasileiro

O sistema tributário brasileiro tem os diversos tipos de tributos descentralizados entre todos os entes federados, ou seja, tanto a União, como os Estados e Municípios, têm autonomia para instituir determinado tipo de tributo conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional (CTN).

Nesta seara, os tributos são gênero do qual fazem parte dele os impostos, as taxas, e contribuições de melhoria (Art. 5º do CTN). Os Impostos são definidos como, “tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Dentre a classe dos impostos pode-se destacar, conforme dispõe o a Constituição Federal de 1988: Impostos sobre a Importação (II); Imposto sobre a Exportação (IE); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos (ITBI e ITCMD); Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF); Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

As contribuições de melhoria conforme a Lei 5.172/1966.

Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. (Lei 5.172 de 1966)

Em tese, as contribuições de melhoria são vinculadas a uma prestação do estado para com os contribuintes, diferentemente dos impostos, que não tem prestação vinculada.

Por fim tem-se ainda as taxas, que de acordo com o Código Tributário Nacional de 1966,

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Assim como as contribuições de melhoria, as taxas requerem que o contribuinte utilize dos serviços disponibilizados pelo estado, ou que os serviços estejam à disposição do contribuinte e que seja divisível e específico.

Definidas as responsabilidades e atribuições dos entes federados, coube ao estado a instituição, fiscalização e cobrança da principal fonte de arrecadação no País, que é ICMS. Além de ser a principal fonte de arrecadação, o ICMS ainda é utilizado como ferramenta dos governos para atrair empresas para seu território através dos benefícios fiscais.

2.2 História do ICMS

O imposto sobre Circulação de Mercadorias foi instituído inicialmente no Inciso II do Artigo 24 da Constituição Federal de 1967, sob a denominação de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) cuja responsabilidade de instituição e cobrança já era competência dos estados e do Distrito Federal.

Assim, como na CF de 1967, o ICMS foi reformulado e mantido pela Constituição Federal de 1988, alterando suas hipóteses de incidência, que deixou de ser apenas a circulação de Mercadoria e passou a abranger também os serviços de transporte interestadual, serviços

de comunicação e demais serviços que não estão na competência dos municípios, conforme dispõe o Inciso II do Artigo 155 da CF,

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Assim, todos os estados e o Distrito Federal passaram a instituir, fiscalizar e cobrar o ICMS.

Posteriormente, por meio da Lei Complementar nº 87 de 1996, (Lei Kandir) foi realizada a regulamentação do ICMS, definindo as premissas de cobrança, base de cálculo, isenções e não incidências e contribuintes.

Assim o artigo 2º da LC 87 de 1996, traz as hipóteses de incidência do imposto conforme exposto abaixo,

Art. 2º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

Deste modo, todas as operações de circulação de mercadorias e serviços de transporte Intermunicipal e Serviços de Comunicação terão a incidência do ICMS.

Outrossim, a Lei Complementar nº 87 de 1996, também definiu os contribuintes do ICMS como sendo,

Art. 4º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

No estado de Goiás o ICMS é instituído pela Lei 11.651, de 26 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto 4.852, de 29 de dezembro de 1997, onde são incorporadas

todas as regulações implementadas pela LC 87 de 1996, o Regulamento do ICMS do estado de Goiás (RICMS/GO) define também os benefícios fiscais que serão usufruídos pelos contribuintes instalados no Estado.

Por se tratar de um dos principais impostos do país, muitos governos adotam a política de instituir benefícios fiscais de ICMS para atrair as empresas para seu território, aumentando assim, sua arrecadação, melhorando sua economia e por conseguinte, a vida das pessoas.

2.3 Os benefícios fiscais do ICMS

Neste tópico, o trabalho baseia-se na tese de Farias (2018), que tinha como objetivo investigar o fenômeno da positivação dos benefícios fiscais de ICMS. A pesquisa foi realizada em 2018 no estado de São Paulo. Ao final do estudo a autora conclui que os benefícios fiscais agregam mais complexidade ao ICMS, já que a positivação das normas relativas a esse tributo pode ocorrer tanto no regime normal, inclusive, relativamente os sujeitos passivos, que podem praticar diversos fatos geradores do ICMS, podendo fazê-lo juntamente com a fruição de diferentes benefícios fiscais.

Nesta seara, são vários os benefícios fiscais de ICMS, que vão desde isenções, redução de base de cálculo e créditos outorgados. Harada (2011, p. 120) conceitua incentivo fiscal como,

[...] um conceito da Ciência das Finanças. Situa-se no campo da extrafiscalidade e implica redução da receita pública de natureza compulsória ou a supressão de sua exigibilidade. É um instrumento do dirigismo econômico; visa desenvolver economicamente determinada região ou certo setor de atividade.

Isso significa dizer que, para conceder determinado benefício fiscal, o ente público abre mão de parte de sua arrecadação em prol do desenvolvimento social. Os incentivos fiscais, em sua maioria, são vinculados à contrapartidas específicas, determinadas por lei, e que devem ser cumpridas pela pessoa jurídica durante a fruição do benefício a que está sujeita.

Deste modo, tem-se então a hipótese de Isenção, estipulada no artigo 175 do Código Tributário Nacional: “Excluem o crédito tributário: I - a isenção; [...]”. Assim, a isenção ocorre quando ao determinar o fato gerador do tributo o legislador exclui determinados produtos ou operação da seara de incidência desse tributo. No julgamento da Ação Direta de

Inconstitucionalidade N° 286, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Mauricio José Correa, definiu isenção da seguinte forma, “a isenção é a dispensa do pagamento de um tributo devido em face da ocorrência de seu fato gerador. Constitui exceção instituída por lei à regra jurídica da tributação”.

2.3.1 Redução da base de cálculo

Na dissertação de mestrado de Guimarães (2019), que teve como objetivo geral “demonstrar as hipóteses de redução de base de cálculo”, em pesquisa realizada em São Paulo, no ano de 2019, os resultados apontam que, a redução de base de cálculo é uma forma de isenção do imposto, porém a redução de base de cálculo não tira a obrigação do contribuinte recolher o imposto, mesmo que de forma reduzida.

Diferente da Isenção, a redução da base de cálculo do determinado imposto não exclui a relação jurídica dos contribuintes e estados, apenas desonera parte da base de cálculo para que determinados produtos (em geral os produtos considerados essenciais) possam ser acessados pela população mais carente.

Ainda segundo Guimarães (2019, p. 70), na redução de base de cálculo “permanece o dever de o contribuinte cumprir com a sua obrigação tributária (recolhimento) ainda que com a diminuição do valor a ser recolhido”.

No estado de Goiás são beneficiados com redução da base de cálculo, os produtos descritos no art. 8º, XXXIII, do Anexo IX do Decreto n° 4.852/97, RCTE,

XXXIII - de tal forma que resulte a aplicação sobre o valor da operação do equivalente ao percentual de 7% (sete por cento) na operação interna com açúcar, café torrado ou moído, farinha de arroz, farinha de milho, farinha de mandioca, farinha de trigo industrializada no Estado de Goiás, fubá, macarrão, margarina vegetal, manteiga de leite, rapadura, pão francês, polvilho, queijo tipo minas, queijo frescal, requeijão, óleo vegetal comestível, exceto o de oliva, vinagre, fósforo, sal iodado, absorvente higiênico, dentifrício, escova de dente, exceto a elétrica, papel higiênico, sabonete, água sanitária, desinfetante de uso doméstico, sabão em barra e vassoura, exceto a elétrica (Convênio ICMS 128/94, cláusula primeira).

Alguns produtos podem utilizar o benefício de base de cálculo reduzida para 7% na operação interna e nas operações interestaduais a não contribuinte (Art. 85-A do RCTE/GO), dos produtos que compõe a cesta básica, de acordo com Art. 8º, Inciso XXXIII, Anexo IX, RCTE-GO/1997.

Ainda tratando de redução de base de cálculo o Art. 8 Inc. VIII, Anexo IX RCTE-GO/1997, trata o seguinte,

VIII - de tal forma que resulte aplicação sobre o valor da operação do equivalente ao percentual de 10% (dez por cento), na saída interna realizada por contribuinte industrial ou comerciante atacadista que destine mercadoria para comercialização, produção ou industrialização, ficando mantido o crédito, observado o disposto no § 2º e, ainda, o seguinte (Lei nº 12.462/94, art. 1º):

Desta forma, as operações que o contribuinte industrial destinar mercadorias tributadas para: Comercialização, Industrialização ou Produção, pode reduzir a base de cálculo do ICMS de tal forma que, resulte aplicação sobre o valor da operação o equivalente ao percentual de 10%, na saída interna (Art. 8º Inciso 8º do Anexo IX do Decreto 4.852/97).

2.3.2 Crédito Outorgado

Para referendar o presente tópico, foi utilizado o estudo realizado pelo Instituto Mauro Borges por Souza (2015), que realizou sua pesquisa no estado de Goiás no primeiro semestre de 2019, e tinha como objetivo geral demonstrar os custos do programa de incentivo fiscal baseado no crédito outorgado e seu retorno ao estado. Por fim, o autor conclui que,

Ao contrário do que era esperado, o programa, teve um impacto negativo no valor adicionado bruto da indústria, não alcançando, portanto, um dos objetivos do programa, isto é, incentivar a expansão, a modernização, a diversificação e a renovação tecnológica das estruturas produtivas para aumentar a atividade agregada dos bens e serviços consumidos no estado, bem como o programa também não alcançou o objetivo de mitigar as desigualdades sociais e regionais do estado de Goiás.

Nesta premissa, pode-se supor que, embora vantajoso para a empresa, pois permite que esta possa ganhar em competitividade no mercado, a forma de concessão dos benefícios ainda precisa ser aprimorada, para que haja uma relação custo benefício tanto para o contribuinte, como para o estado.

Antes de prosseguir, é importante trazer a definição de crédito outorgado, que segundo a Valor *Consulting* (2020, s. p) é,

É um mecanismo utilizado pelos Estados e pelo Distrito Federal para desonerar o contribuinte da carga tributária incidente nas operações praticadas. Não é crédito oriundo diretamente das entradas de mercadorias tributadas pelo ICMS no seu

estabelecimento. É apenas uma "presunção de crédito" de ICMS sobre valores apurados com base nas operações efetuadas pelo contribuinte.

Assim, a empresa poderá utilizar o benefício fiscal de crédito outorgado de 7% na operação interestadual (estabelecimento industrial), desde que os produtos estejam relacionados no Apêndice XXXII, em cuja industrialização tenha sido utilizado leite como matéria-prima, desde que o produto tenha sido fabricado pelo próprio industrial ou tenha sido industrializado por sua encomenda em outro estabelecimento, situado no Estado de Goiás, conforme disposto no Art. 11 Inc. XXXV Anexo IX RCTE/GO,

**REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
DECRETO Nº 4.852, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997 ANEXO IX
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS**

Art. 11. Constituem créditos outorgados para efeito de compensação com o ICMS devido:

XXXV - para o estabelecimento industrial, na operação interestadual com produto relacionado no Apêndice XXXII, em cuja industrialização tenha sido utilizado leite como matéria-prima, desde que o produto tenha sido fabricado pelo próprio industrial ou tenha sido industrializado por sua encomenda em outro estabelecimento situado no Estado de Goiás, o percentual de 7% (sete por cento) aplicado sobre o valor da base de cálculo, observado o seguinte (Lei nº 13.453/99, art. 1º, I, "s"):

a) revogada;

b) revogada;

c) para determinação do valor do benefício, considera-se o somatório dos valores da coluna BASE CÁLCULO do livro Registro de Saídas, correspondentes às operações interestaduais do período, que fazem jus ao crédito, e sobre esse somatório aplica-se o percentual de crédito outorgado previsto;

d) na hipótese da operação interestadual ser realizada por estabelecimento produtor rural que não adota o regime periódico de apuração do ICMS, a apropriação do crédito outorgado deve ser feita por intermédio do órgão fazendário, no momento da emissão da documentação correspondente à operação ou prestação;

e) o benefício não alcança a operação de saída em transferência, excetuado o caso autorizado e realizado nos termos de regime especial para tal fim celebrado com a Secretaria da Fazenda. (Redação conferida pelo Decreto nº 8.373 - vigência: 29.05.15.)

Conforme o regulamento supracitado, o contribuinte precisa realizar alguns procedimentos de obrigações acessórias, para que possa gozar plenamente do benefício fiscal sem incorrer em inconsistência ante ao Estado.

O Quadro 1 apresenta os produtos que os contribuintes poderão fazer jus ao crédito outorgado, listado de maneira descritiva por NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul).

Quadro 1: APÊNDICE XXXII (Anexo IX, art. 11, XXXV)

NCM	DESCRIÇÃO
0401	Leite, exceto o UHT, e creme de leite, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.

0402	Leite e creme de leite, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes.
0403	Leitelho, leite e creme de leite coalhado, iogurte, quefir e outros leites e cremes de leite fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutas ou de cacau.
0404	Soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições.
0405	Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite; pastas de espalhar de produtos provenientes do leite.
0406	Queijos e requeijão.
1806.90.00	Achocolatado.
1901.10.10	Leite modificado.
1901.90.20	Doce de leite.
2202.90.00	Bebida láctea

Fonte: Art. 11 Inc. XXXV Anexo IX RCTE/GO

Percebe-se no Quadro 1 que os fabricantes (industriais) de leite e seus derivados, poderão utilizar o crédito outorgado quando comercializar estes produtos para fora do estado, reduzindo assim, sua carga tributária efetiva.

O crédito presumido ou crédito outorgado é um mecanismo utilizado pelos Estados e pelo Distrito Federal para desonerar o contribuinte da carga tributária incidente nas operações praticadas. Não é crédito oriundo diretamente das entradas de mercadorias tributadas pelo ICMS no seu estabelecimento. É apenas uma "presunção de crédito" de ICMS sobre valores apurados com base nas operações efetuadas pelo contribuinte (VALOR CONSULTING, 2020, s. p.).

A fruição do benefício supracitado é condicionada que a empresa recolha o percentual de 15% sobre o valor que deixar de recolher de ICMS em favor do Fundo de Proteção e Combate à Pobreza de Goiás (PROTEGE), nos termos do artigo 1º, § 3º, deste Anexo, c/c o artigo 10 do Decreto nº 5.832/2003,

§ 3º A utilização dos benefícios fiscais contidos nos seguintes dispositivos deste Anexo é condicionada a que o contribuinte contribua para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no valor correspondente ao percentual aplicado sobre o montante da diferença entre o valor do imposto calculado com aplicação da tributação integral e o calculado com utilização de benefício fiscal

I - 15% (quinze por cento), na situação prevista:

(...)

c) nos incisos III, V, VIII, IX, XIII, XV, XVIII, XIX, XXIII, XXV, XXVIII, XXXI, XXXII, XXXIV, XXXV, XL, XLI, LI, LII, LIII, LIV, nas alíneas 'a' e 'b' do inciso LX, LXI, LXIII, LXV, LXVI, LXX, LXXI e LXXII, todos do art. 11.

Deste modo, sempre que a empresa usufruir dos benefícios listados nos incisos supracitados, esta deverá recolher de forma separada o percentual correspondente sobre a economia obtida com o benefício fiscal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia pode ser entendida como um estudo para se chegar a um determinado fim, com objetivo de comprovar a procedência de alguma pesquisa, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 14), a metodologia “é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica”.

A pesquisa é quantitativa e descritiva, tendo em vista que buscou analisar os incentivos fiscais e as cargas tributárias de ICMS no Estado de Goiás. “A pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão, com os outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49).

Nesse entendimento, esta pesquisa se enquadra na categoria de descritiva, pois busca identificar os incentivos fiscais aplicada à empresa em questão estudada. Para tal foram coletados os seguintes dados: livros de apuração do ICMS e planilhas de demonstrativos do faturamento (vendas) referente janeiro a junho de 2019.

Dessa forma, a pesquisa partiu do estudo da legislação aplicada ao segmento ora analisado, publicados em qualquer meio de divulgação, com o intuito de colher as principais regras que regulamentam os benefícios fiscais no segmento analisado. Posterior a isso, foi aplicado um estudo de caso em uma empresa do segmento de laticínios. De acordo com Severino (2007, p. 121), estudo de caso é,

A pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos por ele significativamente representativo. A coleta de dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral.

Assim, foi aliada a pesquisa teórica com a prática, de modo a contribuir para obtenção dos resultados pretendidos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo apresenta a análise de dados obtidos de uma empresa situada no Estado de Goiás, sob observância nas legislações pertinentes quanto aos incentivos fiscais de ICMS nas operações internas e externas na venda de mercadorias.

4.1 Resumo das Saídas da Empresa

Para melhor evidenciar os benefícios fiscais aqui abordados, foi realizado um estudo de caso na empresa considerando o período de janeiro de 2019 a junho de 2019. A análise leva em consideração a movimentação fiscal da empresa (venda), via separado por NCM e distinguindo entre vendas internas e vendas interestaduais.

O Quadro 02 exibe as saídas da empresa sem levar em consideração nenhum benefício fiscal.

Quadro 02: Resumo das saídas

SAÍDAS						
CÓDIGO FISCAL	DESCRIÇÃO	VALORES CONTÁBEIS	OPERAÇÕES COM DÉBITO DO IMPOSTO		OPERAÇÕES SEM DÉBITO DO IMPOSTO	
			BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO DEBITADO	ISENTAS OU NÃO TRIBUTADAS	OUTRAS
5-101	Venda de produção do estabelecimento	2.155.650,14	2.155.650,14	258.678,02	0,00	0,00
6-101	Venda de produção do estabelecimento	1.487.440,21	1.487.440,21	178.492,83	0,00	0,00
5.00	Para O Estado	2.155.650,14	2.155.650,14	258.678,02	0,00	0,00
6.00	Para Outros Estados	1.487.440,21	1.487.440,21	178.492,83	0,00	0,00
7.00	Para O Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAIS	3.643.090,35	3.643.090,35	437.170,84	0,00	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Como apresentado no Quadro 02 a empresa auferiu vendas no total geral de R\$ 3.643.090,35 (Três milhões, seiscientos e quarenta e três mil, noventa reais e trinta e cinco centavos) e ICMS a recolher no valor de R\$ 437.170,84 (Quatrocentos e trinta e sete mil, cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos). Como percebe-se, estes valores acima seriam se não houvesse nenhum benefício fiscal nessas operações.

4.2 Operações Internas

O Quadro 03 apresenta as operações internas da empresa no período analisado de forma analítica por NCM.

Quadro 03: Resumo de Venda por NCM - Operação Interna com Redução da Base de Cálculo

Resumo de Vendas por NCM- Operação Interna com Redução da Base de Cálculo						
NCM	Valor	BC ICMS	ICMS	Outras	Economia	Protege
04013010	R\$ 175.272,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 175.272,90	R\$ 21.032,75	R\$ 3.154,91
04015029	R\$ 98.485,15	R\$ 82.067,64	R\$ 9.948,29	R\$ 16.417,51	R\$ 1.869,93	R\$ 280,49
04061010	R\$ 553.415,99	R\$ 461.162,12	R\$ 55.340,57	R\$ 92.253,87	R\$ 11.069,35	R\$ 1.660,40
04061090	R\$ 1.328.476,10	R\$ 862.464,70	R\$ 103.497,24	R\$ 466.011,40	R\$ 55.919,89	R\$ 8.387,98
Total	R\$ 2.155.650,14	R\$ 1.405.694,46	R\$ 168.786,10	R\$ 749.955,68	R\$ 89.891,92	R\$ 13.483,79

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no Quadro 03, a empresa vendeu internamente o valor total de R\$ 2.155.650,14 (Dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e quatorze centavos) e recolheu a título de ICMS o valor de R\$ 168.786,10 (Cento e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e dez centavos). A economia obtida com a redução de base de cálculo do IMCS, conforme explanado no referencial teórico item 2.3.1, que trata sobre Art. 8º, Inciso VIII e XXXIII, Anexo IX, RCTE-GO/1997, foi de R\$ 89.891,92 (Oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), sem considerar o recolhimento a título do PROTEGE.

Isso significa que, após a aplicação do benefício fiscal de redução da base de cálculo e recolhimento do PROTEGE, a empresa obteve no período, analisando somente as operações dentro do Estado, uma economia de 3,54% (três virgula cinquenta e quatro por cento) sobre o faturamento.

4.3 Operações Externas

O Quadro 04 demonstra o montante de vendas realizadas para fora do estado no período analisado, bem como os valores de ICMS, crédito outorgado auferido e economia.

Quadro 04: Resumo de Vendas por NCM- Operação Interestadual

Resumo de Vendas por NCM- Operação Interestadual					
NCM	Valor	BC ICMS	ICMS	Crédito Outorgado	Economia
04061010	R\$ 138.072,32	R\$ 138.072,32	R\$ 16.568,68	R\$ 9.665,06	R\$ 6.903,62
04061090	R\$ 1.349.367,89	R\$ 1.349.367,89	R\$ 161.924,15	R\$ 94.455,75	R\$ 67.468,39
Total	R\$ 1.487.440,21	R\$ 1.487.440,21	R\$ 178.492,83	R\$ 104.120,81	R\$ 74.372,01

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no Quadro 04 a empresa faturou no período, em vendas interestaduais, o valor de R\$ 1.478.440,21 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e um centavos) e teve a incidência de ICMS o valor de R\$ 178.492,83 (Cento e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e três centavos). Com a utilização do crédito outorgado instituído pelo Inciso XXXV do Artigo 11º do RCTE-GO, a empresa economizou o valor de R\$ 104.120,81 (Cento e quatro mil, cento e vinte reais e oitenta e um centavos).

Sendo assim, após a aplicação do benefício fiscal de utilização do crédito outorgado, a empresa obteve no período, analisando somente as operações fora do Estado, uma economia de 5% (cinco por cento) sobre o faturamento.

Desta forma, como demonstrado no Quadro 02, o ICMS a recolher seria de R\$ 437.170,84 (Quatrocentos e trinta e sete mil, cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos), sem considerar nenhum tipo de benefício fiscal, após a aplicação da redução da base de cálculo e crédito outorgado demonstrados nos quadros 03 e 04, esse valor de ICMS a recolher passou a ser R\$ 243.158,11 (Duzentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e oito reais e onze centavos), ou seja, houve uma economia tributária de R\$ 196.562,81 (Cento e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) ou 44,70% (Quarenta e quatro virgula setenta por cento) de redução no ICMS à pagar pela empresa no período analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado, as empresas de laticínios localizadas no estado de Goiás, poderão usufruir do benefício fiscal de redução de base de cálculo nas operações internas e utilização de crédito outorgado nas operações interestaduais. Assim, o objetivo geral do trabalho foi demonstrar quais os benefícios fiscais previstos na legislação para as indústrias de Laticínios na esfera estadual de Goiás.

Para atingir o objetivo deste trabalho foram utilizados o método de pesquisa bibliográfica em artigos, *sites* e na legislação vigente de modo a demonstrar os benefícios fiscais possíveis, bem como as regras e contrapartidas pela utilização. Por fim foi realizado um estudo de caso em uma empresa do setor de laticínios, onde foram coletadas as informações de 06 (seis) meses de operações, para que se evidenciasse a economia obtida e a importância desses benefícios utilizados.

A escolha da empresa foi em virtude de sua importância para a economia e também devido à sua particularidade, como por exemplo, a produção e comércio de derivados do leite de cabra.

O primeiro objetivo específico foi demonstrar os benefícios fiscais para as empresas de laticínios concedidos pelo Estado de Goiás. Os resultados mostram que os principais benefícios fiscais concedidos pelo estado de Goiás às empresas de laticínios consistem especificamente na redução de base de cálculo para as vendas internas e crédito outorgado para as vendas interestaduais.

O segundo objetivo específico foi identificar a importância dos incentivos fiscais para o setor. Os resultados apontam que os benefícios fiscais são parte importante do negócio, pois garantem aos empresários capacidade de competição tanto interna, quanto externamente, além de possibilitar-lhes uma razoável margem de lucros, sem onerar o consumidor final.

Já o terceiro objetivo específico foi avaliar os benefícios que o incentivo fiscal proporciona para as empresas de laticínio no Estado em estudo. Os resultados demonstram que além de aumentar a margem de lucro, estes benefícios também garantem um menor custo tributário para as empresas, que podem investir mais no negócio, seja por meio de aquisição de implementos ou pela geração de emprego e renda.

De outro modo, restou evidente que são vários os benefícios que podem ser usufruídos pelas empresas do segmento estudado. Evidenciou-se ainda a importância desses benefícios para um sólido desempenho econômico das empresas, permitindo que estas possam praticar preços mais atrativos no mercado, garantindo-lhes maior poder de concorrência, como também, preços mais justos ao consumidor final, maior beneficiário dessa cadeia.

Por fim, conclui-se que os incentivos fiscais no estado de Goiás, embasado nos dispositivos legais expostos neste estudo, tem grande parcela de importância para as indústrias de laticínios no Estado, pois, permite assim, um “alívio” no ônus tributário, dando-lhes até oportunidade de praticar preços mais justos ao consumidor e abrir mais portas de empregos no Estado.

6 REFERÊNCIAS

BORBA, Cláudio. **Direito Tributário**. Ed. 27^a. 2015. Editora Método.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm> Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm> Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 399, DE 30 DE ABRIL DE 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **REGULAMENTO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS, DECRETO Nº 4.852, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997 - ANEXO IX**. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/LTE/LTE_VER_40_3_hm/Rcte/Anexos/ANEXO_09_Beneficio_Fiscal.htm> Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 70 de 30 de dezembro de 1991**. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Brasília DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp70.htm> Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 08 nov. 2020.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. A. **Metodologia científica** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONDÉ, Fabiana Guimarães Dunder et al. **A redução da base de cálculo do ICMS**. 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9045>> Acesso em: 14 out. 2020.

CORREA, Mauricio. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 286- Rondônia**. Brasília-DF, 2002. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266286>>. Acesso em: 14 out. 2020.

EMBRAPA. **Anuário leite 2019: O leite e o protagonismo na Revolução 4.0**. 2019. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/198698/1/Anuario-LEITE-2019.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

FARIAS, Mayra Andrade Marinho et al., **Benefícios fiscais do ICMS: positivamente, natureza jurídica e requisitos de concessão.** 2018. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/21809/2/Mayra%20Andrade%20Marinho%20Farias.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

HARADA, Kiyoshi. **Incentivos fiscais.** Limitações constitucionais e legais, 2011.

MACKENZIE. **A importância do agronegócio para a economia Brasileira.** Disponível em: <<https://blog.mackenzie.br/a-importancia-do-agronegocio-para-a-economia-brasileira/>> Acesso em: 21 out. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEFAZ. Secretaria de Estado da Fazenda Governo de Goiás. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/>> Acesso em: 25 jun. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo SP: Cortez, 2007.

SILVA, Thiago Bruno de Jesus. **Benefícios tributários do ICMS: incentivos fiscais à cadeia leiteira nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.** Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu/jspui/handle/prefix/2670>> Acesso em: 20 jun. 2020.

TEIXEIRA, Anderson Mutter et al., **INCENTIVOS FISCAIS E O ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE DE IMPACTO E DO CUSTO ECONÔMICO DOS PROGRAMAS FOMENTAR/PRODUZIR E CRÉDITO OUTORGADO.** 2019. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2019/INCENTIVOSFISCAIS.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

VALOR CONSULTING. **Crédito Presumido do ICMS: Hipóteses de Aplicação (Área: ICMS paulista).** Disponível em: <<https://www.valor.srv.br/matTecs/matTecsIndex.php?idMatTec=97>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Walzivanete Lardoso dos Reis RA 30987

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Os Benefícios Fiscais de ICMS para Indústria de Botão no Estado de Goiás.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Idin Luiz Fank

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: ciências contábeis. Modalidade afim graduação

Walzivanete Lardoso dos Reis
Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 17 de Dezembro de 2020

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENA EMPRESAS

THE IMPORTANCE OF FINANCIAL MANAGEMENT IN MICRO AND SMALL COMPANIES

ALEFY MATHEUS ALVES BORGES¹; ANTONIO JUSCILANDE DOS SANTOS
SOUSA²; JOHNATAN DA ROCHA NUNES³; LUCAS BATISTA DE SOUSA⁴;
ODIR LUIZ FANK⁵

RESUMO

A gestão financeira é uma das tarefas importantes enfrentadas pelas entidades, pois é uma ferramenta fundamental de apoio financeiro para as empresas. O estudo tem como objetivo geral demonstrar a importância da gestão financeira para as micro e pequenas empresas com os seus respectivos demonstrativos e indicadores dinâmicos, a fim de tomarem as melhores decisões. Os procedimentos metodológicos foram de abordagem qualitativa, quanto ao objetivo da pesquisa foi descritiva, e em relação aos procedimentos foram de caráter bibliográfico. Os dados foram coletados através de pesquisas no google acadêmico, sendo analisado artigos de 2002 a 2020 utilizando as palavras chaves como: gestão nas micro e pequenas empresas, gestão financeira em micro e pequenas empresas, análise das demonstrações financeiras, fluxo de caixa, gestão do capital de giro. Os resultados da pesquisa apontam que o capital de giro é importante para manter o fluxo de caixa, sobre a fluxo de caixa os resultados apontam que é uma ferramenta importante para controlar os recursos financeiros. Os índices de liquidez são fundamentais para medir a capacidade disponível para cumprir com suas obrigações. Diante dos resultados, conclui-se que a gestão financeira e suas ferramentas são essenciais para o controle do ciclo financeiro das empresas.

Palavras-chave: Gestão Financeira, Análise das Demonstrações Financeiras, Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Financial management is one of the important tasks faced by entities, as it is a fundamental tool of financial support for companies. The study's general objective is to demonstrate the importance of financial management for micro and small enterprises with their respective statements and dynamic indicators in order to make the best decisions. The methodological procedures were qualitative, as to the objective of the research was descriptive, and in relation to the procedures were bibliographic in nature. The data were collected through research in google academic, being analyzed articles from 2002 to 2020 using the key words such as: management in micro and small companies, financial management in micro and small companies, analysis of financial statements, cash flow, management of working capital. The results of the research indicate that working capital is important to maintain cash flow, over cash flow the results indicate that it is an important tool to control financial resources. Liquidity indices are key to measuring the available capacity to

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas. email: alefymatheus@outlook.com

² Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas. email: lanndhi@gmail.com

³ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas. email: johnathanrochanunes@hotmail.com

⁴ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Unida de Campinas. email: lucas_net_sousa@hotmail.com

⁵ Mestre em ciências contábeis pela universidade regional de Blumenau. Professor da Faculdade Unida de Campinas. Email: odirfank@hotmail.com

meet your obligations. In view of the results, it is concluded that financial management and its tools are essential for controlling the financial cycle of companies.

Keywords: *Financial Management, Analysis of Financial Statements, Micro and Small Enterprises.*

1 INTRODUÇÃO

Conforme o cenário mundial atual, onde a competitividade está cada vez maior entre as entidades devido a globalização econômica, as empresas tendem a buscar o controle em todas as áreas. Com isso, uma das áreas mais importantes e que torna a empresa mais competitiva não só em seu começo, mas também em tempos de crise, é a gestão financeira, que busca planejar, analisar e verificar qual a saúde econômica-financeira da entidade (LEMES JÚNIOR et al., 2010).

Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014), as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza do comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

Portanto, vale ressaltar que no Brasil ainda há uma taxa de mortalidade significativa nas empresas, levando em consideração uma taxa de sobrevivência de 2 anos no máximo, onde a probabilidade de fechamento é destinada devido a falta de planejamento juntamente com a ausência da gestão financeira (SEBRAE, 2016).

As empresas projetam em se desenvolver de modo de engrandecimento, levando os ganhos e ampliação dos mercados, necessariamente com liderança que tomará decisões para dar continuidade em todos os processos de atividades da entidade de modo seguro, cujo objeto é o conhecimento da gestão financeira, a fim de obter uma visão para administrar suas operações (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

As micro e pequenas empresas atualmente são denominadas como as mais fluentes na movimentação econômica do país, onde suas respectivas atividades possuem grande êxito em atribuir vários tipos de emprego. Nesse sentido, é evidente que é necessária uma gestão financeira, cabendo o uso de ferramentas eficientes para compreender, dar continuidade em suas atividades e avaliar todos os pontos da entidade, desde o seu patrimônio, até seu gerenciamento por completo.

A falta da gestão nas micro e pequenas empresas, revela problemas oriundos da má gestão relevante ao controle financeiro. Perante as dificuldades das micro e pequenas empresas

em se planejar financeiramente, a gestão financeira é determinante para manter a entidade organizada financeiramente, e com uma estruturada bem informada (SILVA, 2015).

Nesse sentido, o estudo visa responder qual a importância da Gestão Financeira nas MPEs?

Diante o exposto, o estudo tem como objetivo geral demonstrar a importância da gestão financeira para as micro e pequenas empresas com os seus respectivos demonstrativos e indicadores dinâmicos, a fim de tomar as melhores decisões. Com os objetivos específicos o estudo apresenta os demonstrativos: a) Analisar a implantação e utilização da Demonstração do fluxo de caixa (DFC) na gestão financeira das empresas; b) Identificar como ocorre a gestão do capital de giro nas empresas; c) Analisar a situação econômica-financeira das empresas com a utilização dos índices de liquidez.

O estudo justifica-se por demonstrar a importância da gestão financeira das micro e pequenas empresas, visto que, há ausência da utilização das ferramentas que são necessárias para atribuir uma gestão eficiente, com a utilização de demonstrativos contábeis e indicadores, gerando informações que podem contribuir para uma melhor tomada de decisão estratégica, ou seja, um gerenciamento financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No desenvolvimento de um trabalho acadêmico, a construção dos fundamentos teóricos é fundamental. É o que será realizado nos próximos tópicos, pois abordará: Demonstrações Contábeis e sua Análise, Gestão financeira, Administração do caixa em micro e pequenas empresas.

2.1 Demonstrações Contábeis e sua Análise

Conforme o item 9 do CPC 26 R1 (2015), as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade, que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da

administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Conforme Assaf Neto (2002, p. 52),

Os dados e informações da análise das demonstrações contábeis podem atender a diferentes objetivos consoante, os interesses de seus vários usuários ou pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa. Neste processo de avaliação cada usuário procurará detalhes específicos e conclusões próprias e, muitas vezes não coincidentes.

Com isso, as demonstrações contábeis são ferramentas importantes para a analisar a situação da entidade, e está relacionado diretamente com o objetivo de unificar informações que serão imprescindíveis para tomada de decisão da empresa, com concordância e consistência nas demonstrações que automaticamente são comparadas entre uma entidade e outra.

2.1.1 Definição, finalidade, usuários das informações contábeis

De acordo com Marion (2009, p. 29) “os usuários são as pessoas que utilizam a contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas”.

Bachtold (2011, p. 163) define que, os usuários das informações contábeis são classificados como internos e externos:

a) Internos: são as pessoas internas à entidade, como é o caso do gerente e do diretor. Os usuários internos usam a contabilidade para ajudar no processo de tomada de decisão. Entre as diferentes situações em que é possível utilizar a contabilidade, citamos a situação na qual o administrador está estudando a viabilidade de uma filial. Por meio da mensuração do resultado pela contabilidade, será possível determinar o fechamento (ou não) desta filial. b) Externos: são pessoas que utilizam as informações contábeis para o processo decisório. Entretanto, ao contrário dos usuários internos, o acesso às informações é mais limitado, por possuir menor possibilidade de obter informações sobre a entidade.

Os usuários das informações contábeis são identificados como pessoas físicas ou jurídicas com a finalidade de receber o máximo possível de informação, capazes de solucionar problemas em uma empresa, sendo de qualquer tipo, dentre elas, de finalidades não lucrativas ou até mesmo patrimônio familiar (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003).

Desta forma, destaca-se que, os usuários são as pessoas que tem interesse nas informações contábeis para um determinado fim, isto é, dentre os usuários, cada um terá um

interesse específico. De modo geral, os usuários são classificados em dois grupos, sendo eles internos e externos.

Usuários interno, nitidamente estão agregados às atividades e objetivos da entidade, eles que estão diretamente nas tomadas de decisões administrativas como planejamento para investimentos, ajustes relacionados aos valores de prestação de serviços, preço de produtos e entre outras medidas importantes da entidade.

Assim como os usuários internos possuem interesses nas demonstrações contábeis, os usuários externos também possuem. Porém, com diferentes aspectos, pois esses usuários não se encontram envolvidos diretamente ou dentro da entidade. Esses usuários podem ser os credores, como fornecedores que necessitam de informações de como seus clientes irão honrar seus compromissos, da mesma forma os bancos, através das demonstrações contábeis será possível elaborar um empréstimo seguro, o governo também entra como usuário externo, cujo objetivo é analisar todas as apurações e movimentações com intuito de averiguar se há fraudes ou sonegações de impostos.

2.1.2 Análise Horizontal e Vertical

Segundo Lins e Francisco Filho (2012, p. 140), “as análises vertical e horizontal visam determinar a composição (representatividade) das contas dentro de cada período – análise vertical –, bem como avaliar as variações de um período para o outro – análise horizontal.”

Para Matarazzo (2003, p. 245), “a análise horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação à demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga”.

Ainda para Matarazzo (2010, p. 171), “Análise Vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras, calculando o percentual de cada conta em relação ao ativo”.

Para Assaf Neto (2007, p. 108), “Análise Horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, diferentes exercícios sociais. É basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números índices.” Conforme Iudícibus (2010, p. 86), a análise vertical serve para “avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo”.

Enquanto a Análise Vertical é feita pela comparação de cada elemento do conjunto em relação ao total, em um período, a Análise Horizontal compara a evolução dos valores de cada conta de demonstrações em análise ao longo de vários períodos. A Análise Horizontal é feita por meio de Números-Índices (RIBEIRO, 2014, p. 204).

Conforme citado, a análise horizontal tem como objetivo maior, analisar uma entidade através de um confronto das contas de um período pelo outro, sejam essas contas DRE, Balanço Patrimonial, Fluxo De Caixa, assim, avaliando o crescimento de uma entidade ou empresa ao longo do período. Já análise vertical, tem como objetivo analisar as contas do mesmo período, avaliando de cima pra baixo, buscando quais contas que requerem mais atenção. Com isso, podendo verificar a variação de um ativo ou passivo sem alterar o resultado final.

2.1.3 Índices de Liquidez

Segundo Chiavenato (2014, p. 15) “a liquidez representa a disponibilidade em moeda corrente, meios de pagamento, posse de títulos ou valores que podem ser convertidos rapidamente em dinheiro”. Para Assaf Neto (2012, p. 176) “os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

Em relação ao índice de liquidez Corrente, Iudícibus (2010, p. 94) menciona que “este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação as dívidas de curto prazo.”

Para Iudícibus (2010), o índice de liquidez corrente é considerado o mais importante da situação financeira da empresa, pois indica se a empresa conseguirá honrar suas dívidas a curto prazo.

Para Matarazzo (2008, p. 167), esse índice indica “quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante”

Em relação ao índice de liquidez Geral, Assaf Neto (2012, p. 177) menciona que “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$1 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo”.

Conforme Assaf Neto (2012), esse índice mostra a propensão da empresa cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo. Pode ser compreendido como: para cada R\$ 1,00 de dívida a curto e longo prazo, quanto a empresa possui de valores a receber a curto e longo prazo.

Em relação ao Índice de liquidez Seca, Matarazzo (2003, p. 173) destaca que este índice “indica quanto à empresa possui no ativo líquido para cada \$1,00 de passivo circulante (dívidas em curto prazo). (...) visa medir o grau de excelência da sua situação financeira.”

Reis (2003, p. 177) define que

O quociente de liquidez seca é importante na hipótese de não termos elementos para calcular a rotação dos estoques e também nos seguintes casos, quando os estoques passam a constituir valores de difícil conversão em moeda: em épocas de retração do mercado consumidor, quando a rotação dos estoques for muito lenta, ou para empresas que tem suas vendas concentradas em determinadas épocas do ano.

Conforme Reis (2003), no ativo Circulante, encontra-se os investimentos a curto prazo, isto é, que tem maior liquidez, no entanto, também tem ativos que correm risco de não se converter em dinheiro, no caso o estoque. Por isso a conta estoques é excluído para a análise da liquidez seca, pois o Passivo Circulante é certo, e tem data para pagamento.

Em relação ao índice de liquidez imediata, Bruni (2011, p. 132) menciona que,

O índice de liquidez imediata representa o valor que dispõe imediatamente para saldar dívidas de curto prazo. As disponibilidades representam os recursos que já estão convertidos em dinheiro com caixa e bancos ou que poderiam ser convertidos em dinheiro com grande liquidez, como as aplicações financeiras de liquidez imediata.

Assaf Neto (2012, p. 176) menciona que o índice de liquidez imediata “revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente”.

Para Iudícibus (2010, p. 93), “este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo”. O Quadro 1 apresenta as fórmulas do índice de liquidez.

Quadro 1: Fórmulas do índice de liquidez

Índices de liquidez	Fórmulas	Conceito	Interpretação
Liquidez corrente	$LC = \frac{AC}{PC}$	Esse índice revela a capacidade da empresa honrar suas obrigações a curto prazo	Para cada R\$ 1,00 do Passivo Circulante, quanto a empresa possui no Ativo Circulante.
Liquidez Geral	$LG = \frac{AC + RaLP}{PC + PNC}$	Esse índice revela a capacidade da empresa honrar suas obrigações a curto e longo prazo	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo, quanto a empresa possui no seu Ativo Circulante e Realizável a longo Prazo.
Liquidez seca	$LS = \frac{AC - Estoques}{PC}$	Esse índice revela a capacidade da empresa honrar suas obrigações a curto prazo, mesmo com	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, quanto a empresa possui no seu ativo circulante.

		paralisação de suas vendas	
Liquidez imediata	$LI = \frac{\textit{Disponível}}{\textit{PC}}$	Esse índice revela a capacidade de honrar suas dívidas imediatamente	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, quanto a empresa possui no seu disponível.

Fonte: Adaptado Assaf Neto (2012)

Conforme demonstrado no Quadro 1, esses índices de liquidez mostram a real situação da empresa para pagar suas dívidas, analisando a capacidade que a empresa possui para honrar seus compromissos.

2.1.4 Quocientes da Estrutura de Capitais

Os índices de quocientes da estrutura de capitais ou indicadores de endividamento evidenciam informações fundamentais para decisões financeiras, derivados de estratégias sobre os seus investimentos e financiamentos, seu objetivo é esclarecer de que forma poderá ser tomada uma decisão financeira perante aquisição e aplicação de recursos entre capital próprio e capital de terceiros, podendo compreender se o uso de capital de terceiros de tal forma levará ou não riscos financeiros (ASSAF NETO, 2006).

Em relação ao índice de Participação de Capitais de Terceiros, conforme Matarazzo (2010), esse índice determina o equilíbrio de capital de terceiros perante os fundos totais, assim, demonstrando se há dependência ou não em relação aos recursos de terceiros.

Em relação ao índice de Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros, indica a proporção do patrimônio líquido sobre o Capital de Terceiros, informando se há capacidade de honrar seus compromissos e se a entidade é dependente dos recursos de terceiros para dar continuidade nas atividades, caso o índice concluir com resultado inferior, conforme a análise, é constatado a maior parte dos recursos de participação de capitais de terceiros (ZDANOWICZ, 2012).

Em relação ao índice de Composição de Endividamento, conforme Marion (2008), esse índice apresenta de forma detalhada as dívidas que a entidade possui vencíveis de curto prazo perante suas obrigações totais.

Para melhor compreensão o Quadro 2, apresenta as fórmulas dos Quocientes de Estrutura de Capitais.

Quadro 2: Fórmula Quociente da estrutura de capitais

Quociente da estrutura de capitais	Fórmula	Conceito	Interpretação
Participação de Capitais de Terceiros	$\frac{PCT}{Exigível Total + PL}$	Revela a proporção de Capital de Terceiros sobre o Passivo Total	Para cada R\$ 1,00 de recursos totais, quantos reais foram originados por terceiros
Garantia do Capital Próprio	$\frac{Garantia PL}{Exigível Total}$	Revela a proporção do patrimônio líquido sobre o Capital de terceiro	Para cada R\$ 1,00 de Terceiro, quanto a empresa tem de Capital Próprio como garantia
Composição do Endividamento	$\frac{Endividamento Exigível Total}{PL}$	Revela a proporção do Capital de Terceiro sobre o Capital Próprio	Para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio, quanto a empresa tem de dívida com terceiros

Fonte: Adaptado Zdanowicz (2012).

Conforme demonstrado no Quadro 2, esses índices de quocientes de estruturas de capitais, evidenciam de forma eficiente como a entidade está em seu momento atual e como ela deve se concentrar suas dívidas conforme o tempo, portanto, com seus respectivos cálculos é possível um equilíbrio financeiro de forma prática e de resultados satisfatórios.

2.1.5 Índices de Atividade

Segundo Gitman (2006, p. 47), “os índices de atividade servem para medir a velocidade em que as várias contas são convertidas em vendas ou caixas – entradas ou saídas.” Conforme Iudícibus (2017, p. 113), apresentam “relacionamentos dinâmicos [...] que acabam, direta ou indiretamente, influenciando na posição de liquidez e rentabilidade”.

Conforme Gitman (2006), esses índices indicam o tempo médio do recebimento das vendas, para honrar com suas compras e renovar seus estoques.

Em relação ao Prazo Médio de renovação dos Estoques (PMRE), Assaf Neto e Lima (2008) mencionam que o prazo médio de renovação de estoques mostra o tempo médio que a empresa leva para renovação de seus estoques. Quanto menor o índice encontrado, melhor para a empresa.

Em relação ao Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), Padoveze (2012, p. 81), descreve que “são as contas a receber dos clientes pelas vendas realizadas a prazo, o que configura as contas a receber ou duplicatas”. O autor ainda salienta que, o prazo médio de recebimento de vendas revela qual o tempo médio para a empresa receber suas vendas. Quanto menor o índice encontrado, melhor para a empresa.

Ainda para Padoveze (2012, p. 81), “o prazo médio de recebimento das vendas deve refletir a política de vendas a prazo da empresa”.

Em relação ao Prazo Médio de pagamentos de Compra (PMPC), Assaf Neto e Lima (2008) relatam que o prazo médio de pagamento de compras mostra qual é o prazo que a empresa possui o pagamento de suas compras aos fornecedores. Quanto maior o índice encontrado, melhor, isso mostra que a empresa possui folga financeira.

De acordo com Pereira (2009, p. 55-6), “aumentar o prazo médio de pagamento significa negociar com os fornecedores prazos cada vez mais elásticos para pagamento das compras”. O Quadro 3 apresenta as fórmulas dos índices de atividade.

Quadro 3: Fórmula Índices de atividades

Índices de atividades	Fórmulas	Conceito	Interpretação
Prazo Médio de Renovação de Estoque	$PMRE = \frac{\text{Estoques}}{CMV} \times 360$	Revela o tempo médio necessário para a completa renovação dos estoques da empresa	Quantos dias em média leva para renovar seu estoque
Prazo Médio de Recebimento de Vendas	$PMRV = \frac{\text{Duplicatas a receber}}{\text{Vendas}} \times 360$	Revela em média quantos dias a empresa demora para receber suas vendas	Quantos dias em média leva para as vendas a prazo serem recebidas
Prazo Médio de Pagamento de Compras	$PMPC = \frac{\text{Compras}}{\text{Fornecedores}} \times 360$	Revela em média quantos dias a empresa demora para pagar suas compras	Quantos dias em média leva para pagar seus fornecedores

Fonte: Adaptado Íudicibus (2017)

Conforme demonstrado no Quadro 3, esses índices de atividades são usados para calcular os dias que a empresa demora em média para receber suas vendas, pagar suas compras e renovar seu estoque. Quanto melhor for a velocidade de recebimento das vendas e renovação do estoque, melhor para empresa, e quanto maior o prazo de pagamento dos fornecedores, melhor.

2.1.6 Quociente de Rentabilidade e Lucratividade

De acordo com Ching et al., (2010, p. 122), “os índices de rentabilidade revelam o retorno obtido pela empresa sobre o capital investido, ou seja, mostram o lucro auferido pela empresa na utilização de seus ativos”

Em relação ao Retorno sobre os Investimentos, para Ching et al., (2010, p. 123) “o retorno sobre o investimento estabelece a eficiência dada pela administração ao dinheiro utilizado nas atividades operacionais da empresa.

Para Shmidt (2006, p. 139), este índice evidencia “quanto a empresa lucrou, após a dedução de todas as despesas para cada \$1,00 investido em ativos totais”.

Conforme Sdmidt (2006), esse índice mensura o poder de ganho da empresa, ou seja, a relação entre o lucro líquido como resultado dos investimentos da empresa, isto é, o retorno sobre os investimentos, e pode ser interpretado como: para cada R\$ 1,00 investido pela empresa, quanto a empresa obtém de ganho.

Em relação ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Assaf Neto e Lima (2009, p. 230) descrevem que “este índice mensura o retorno dos recursos aplicados na empresa por seus proprietários”

Segundo Wernek (2008, p. 267), “o ROE também pode ser visto como meio para avaliação por parte dos investidores, para medir de forma superior o retorno do patrimônio líquido disponível com as demais alternativas de investimento existentes no mercado.”

Em relação a Margem de Lucro, para Assaf neto e Lima (2009, p. 231) “este indicador mede a eficiência de uma empresa em produzir lucros por meio de suas vendas”. Ainda de acordo com Assaf Neto e Lima (2009), a Margem de Lucro significa quanto que sobra de lucro depois de deduzir as despesas. Pode ser interpretado por, para cada R\$ 1,00 vendido, quantos centavos a empresa lucrou. O Quadro 4 apresenta as fórmulas dos índices de Rentabilidade e Lucratividade.

Quadro 4: Fórmula Índice de Rentabilidade e Lucratividade

Índice de Rentabilidade e Lucratividade	Fórmula	Conceito	Interpretação
Taxa de Retorno sobre os investimentos (ROI)	$ROI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Mensura o poder de ganho da empresa em relação ao seu ativo	Para cada R\$ 1,00 investido pela empresa, quanto há de lucro em relação ao seu ativo investido
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Mensura o poder de ganho dos acionistas em relação ao Patrimônio Líquido	Para cada R\$ 1,00 investido pelos acionistas, quanto há de lucro em relação aos seus investimentos
Margem de Lucro	$ML = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$	Mensura o lucro da empresa, depois da dedução das despesas	Para cada R\$ 1,00 vendido, quantos centavos a empresa lucrou

Fonte: Adaptado de Gitman (2010)

Conforme demonstrado no Quadro 4, a análise dos indicadores financeiros e de rentabilidade, tanto para os acionistas, quanto para os gestores das entidades, cada um deles possui uma função que contribui para a análise da entidade, ou seja, uma análise econômica ou até mesmo a saúde da mesma, descobre-se assim, se está gerando lucro ou corroendo o valor do investimento. Esses índices são importantes para identificar a capacidade econômica e financeira das companhias e responsável por auxiliarem nas tomadas de decisões, ou seja, proporciona um maior entendimento para todos os usuários.

2.2 Gestão Financeira

De acordo com Oliveira et al., (2002, p. 136),

o termo Gestão deriva do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Portanto, Gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados.

Conforme citado, a gestão financeira é uma forma de buscar o melhor resultado possível, com a destinação dos recursos disponíveis dentro de uma entidade ou organização. A utilização da mesma visando apurar o desenvolvimento da organização, tendo como princípio a gestão financeira

2.2.1 Ciclo operacional, financeiro e econômico

Segundo Lemes Jr. e Pisa (2010, p. 19), “para exercer controle efetivo dos recursos que transitam pelo caixa da empresa, é necessário conhecer como e quando isso ocorre. A identificação do ciclo operacional auxilia a administração do caixa e permite antecipar a necessidade de capital de giro”.

Para Padoveze (2009, p. 99), “o ciclo operacional corresponde a todas as ações necessárias e exercidas para o desempenho de cada atividade. É o processo de gestão de cada atividade, que inclui o planejamento, execução e controle”.

Fórmula do Ciclo Operacional: $CO = PMRE + PMRV$

Para Zanluca (2014, p. 1), o ciclo financeiro “é importante para a empresa, sempre buscar alternativas que resultem em ciclos financeiros reduzidos, observando sempre as limitações do mercado e o setor econômico inserido”.

Fórmula do Ciclo Financeiro: $CF = CO - PMPC$

Segundo Lemes Jr. e Pisa (2010, p. 18), o ciclo econômico “representa o giro dos estoques. Inicia-se com a compra da matéria-prima, insumo ou mercadorias, e encerra-se com a venda do produto ou da mercadoria. Esse ciclo mostra o quanto à empresa demora em renovar seus estoques”.

É importante analisar o Ciclo Operacional da empresa, pois representa informações fundamentais sobre o tempo das atividades desenvolvidas pela empresa, desde a compra da mercadoria, recebimento pelas vendas e pagamento dos fornecedores.

2.2.2 Planejamento financeiro a curto e longo prazo

Segundo Bernardes (2010, p. 146), “o planejamento financeiro ajuda a estipular metas, deixando os gestores motivados, oferecendo os mecanismos para avaliação dos resultados”. O autor ressalta que, o planejamento financeiro é um processo importante a ser feito pelas entidades, que sejam de caráter comercial ou não.

Ainda Bernardes (2010, p. 151), reforça a importância do planejamento financeiro em dois tipos, “não há uma definição globalmente aceita para finanças em curto prazo. A diferença mais significativa entre finanças de curto prazo e finanças de longo prazo é a duração da série de fluxo de caixas”.

Segundo Oliveira (2017), as atividades esboçadas para o período entre um ano e dois anos, em que se consiga antecipar os fatos não esperados em uma entidade, são conhecidos como planejamento financeiro ou operacional em curto prazo.

Para Gitman (2001), o planejamento de longo prazo é feito sobre períodos que variam entre 2 a 10 anos, esse planejamento juntamente com a produção entre outros setores da empresa ou entidade, traça o caminho que os gestores da empresa utilizam para alcançar os objetivos da entidade.

De acordo com Bernardes (2010), o planejamento financeiro, se executado de maneira correta, tende a garantir a obtenção dos objetivos e o alcance dos resultados esperados pelas entidades. É assim, através do plano financeiro, que administradores das entidades pode

visualizar como as metas e os objetivos financeiros das entidades serão alcançados a longo ou curto prazo, buscando assim, sempre tomar as melhores decisões em ocasiões não programadas.

A saúde financeira da empresa, tem como necessidade cumprir as obrigações que são definidas no planejamento de curto prazo e longo, que são pagamento de aluguel, gastos com água, energia e outras despesas corrente. Assim, irá contribuir não somente para a saúde financeira da entidade, mas também para sua liquidez, diante de um mercado tão competitivo, com isso, sempre analisar se o planejamento está dando resultado negativo ou positivo, para que, com essas informações possa manter o mesmo planejamento, ou vir a elaborar outro, com novas metas, tanto a curto prazo, quanto a longo prazo.

2.3 Administração do caixa

De acordo com Gitman (2010, p. 105), “o planejamento de caixa envolve a elaboração do orçamento de caixa”. Conforme Santos (2009), a administração do caixa deriva conforme o planejamento, juntamente com suas atividades que evidenciará a evolução dos saldos de caixa apresentado pela entidade.

O intuito do planejamento de caixa é fundamental a todo momento da empresa, sendo em momentos bons ou ruins ao âmbito financeiro. Ou seja, em dificuldades financeiras é preciso buscar formas de quebrar as lacunas que impedem o crescimento de disponibilidades de caixa, já em boas condições financeiras, o planejamento consegue aumentar a eficiência com disponibilidade financeira imediata.

2.3.1 Demonstração do fluxo de caixa – DFC

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no seu Pronunciamento Técnico 03 (R2) (2010, p. 2), a demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de, adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades.

As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que, reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

Para Zdanowicz (2000, p. 125), “fluxo de caixa é um dos instrumentos mais eficientes de planejamento e controle financeiro”.

As demonstrações do fluxo de caixa são uma das principais bases da gestão financeira, pois, as empresas conseguem se manter em conformidade econômica e crescimento através do controle de dinheiro, de vendas, entradas/saídas, pagamentos e recebimentos. Assim, as demonstrações do fluxo de caixa entram como auxílio nas demais demonstrações, com fins de buscar medidas cabíveis e visando a garantia nas tomadas de decisões de curto, médio e longo prazo (TOLOFI, 2008).

A demonstração do fluxo de caixa propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro, “de forma que não ocorra excesso de caixa, mas que mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite que se saiba quando buscar empréstimo para cobrir a insuficiência de fundos, bem como, quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 187).

Com isso, é importante salientar que todo tipo de empresa, sendo ela micro ou pequena empresa, a utilização dos demonstrativos dos fluxos de caixa, devido sua função ser capaz de desenvolver fatores que possibilitam informações em tempo hábil em relação ao seu caixa ou equivalentes de caixa, ou seja, que não tenha excesso, porém com grau de honrar as obrigações imediatas e ao mesmo tempo, a tomada de decisão de fazer os empréstimos no momento em que haja insuficiência de caixa.

2.3.2 Contas a pagar e receber

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) no seu Pronunciamento Técnico 25 (2009), as contas a pagar são distintas por passivos tais como:(a) as contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor; e (b) os passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos

ou recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões. Os passivos derivados de apropriação por competência (*accruals*), são frequentemente divulgados como parte das contas a pagar, enquanto as provisões são divulgadas separadamente.

De acordo com Basso (2005), contas a pagar são todos os compromissos pertinentes da empresa, cujo objetivo é composto por pagamentos em determinado período.

Para Martins et al., (2013, p. 60), contas a receber “são valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, ou oriundos de outras transações”. Segundo Matias (2007), as contas a receber podem ser derivadas de outras atividades que não se caracterizam com a sua atividade principal, dentre elas por exemplo: operações de venda de imobilizado e adiantamentos a funcionários.

Contas a receber conceitua-se como, direitos que a entidade possa exigir aos seus credores, de modo geral, contas a receber é a conta que dará o norte sobre todas as operações futuras, pois, aborda todos os valores que a empresa tem a receber/ganhar, onde são registradas as entradas conforme o recebimentos dos seus devedores.

O controle das contas a pagar e receber são fundamentais, apesar de serem atividades exigentes e difíceis de se controlar, é preciso o máximo de atenção, principalmente no que entra e o que sai na entidade, para que não ocorra nenhum tipo de divergência que possa afetar suas atividades.

2.3.3 Gestão do capital de giro

Para Leites (2015, p. 23), “o capital de giro é o montante de recursos necessário à manutenção das atividades operacionais da empresa, enquanto não ocorre o recebimento das vendas”.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011, p. 259), “a terminologia capital de giro vem da visão circular do processo operacional de geração de lucros, ou seja: comprar estoques, produzir, vender e receber, voltar a comprar estoques, produzir e vender/receber”.

Conforme Hoji (2012, apud LUZ, 2014, p. 88), “o capital de giro é conhecido também como o capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos 35 circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional”.

Lemes e Pisa (2010, p. 20) menciona que “a empresa deve ter reservas para suprir as necessidades de capital de giro, caso isso não ocorra, a solução será a tomada de empréstimos com a menor taxa de juros possível”.

Conforme visto, capital de giro é o total de recursos que a entidade precisa para realizar suas atividades diárias, ou seja, girar o seu ativo. Em outros parâmetros, ele representa os ativos da organização, que podem ser convertidos em capital dentro de um curto prazo de tempo, podendo ser as contas; caixa, contas a receber, saldo da conta corrente bancária, mercadorias e aplicações financeiras.

2.4. Micros e Pequenas empresas

Conforme o item P7 do CPC PME R1 (2011), o termo empresas de pequeno e médio porte adotado neste Pronunciamento não inclui (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07; (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto.

Ainda no item P8 do CPC PME R1 (2011), as MPEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais.

Vieira (2007) menciona que a importância das micro e pequenas empresas se exprime com maior volume na economia dos estados brasileiros perante os municípios, que não organizam formas de recepcionar as grandes empresas industriais, comerciais ou de serviços. Contudo, esses municípios são responsáveis por 100% dos empregos da população.

A presença das micro e pequenas empresas são extremamente importantes para a economia de qualquer país, as suas características são diferentes das demais empresas. Atualmente suas medidas de decisões são de modo centralizado entre uma ou duas pessoas, onde é notável uma existência mínima de burocracia. No entanto, se nota alguns problemas que essas empresas enfrentam, principalmente quando se trata no âmbito de informações contábeis ao longo do tempo.

No Brasil, a definição de Micro e Pequenas Empresas é regido pela Lei Complementar de nº 123/2006, conhecida como as leis gerais da micros e pequenas empresas, sociedade empresária ou simples.

Classificação dos negócios com base na receita bruta anual. A Lei Geral adota a seguinte classificação: Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00; Empresa de Pequeno porte: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800,00.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho foi utilizado uma abordagem qualitativa, onde obteve-se conceitos teóricos para fundamentar a importância da gestão financeira nas micro e pequenas empresas.

Essa abordagem é utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais. Contrapõe-se à abordagem quantitativa, uma vez que busca levar em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas, numa visão holística dos fenômenos (GRESSLER 2004, p. 43).

Ainda para Gressler (2004, p. 43), “a preocupação de quem adota esta abordagem é com a descrição e apresentação da realidade tal como é em sua essência, sem o propósito de introduzir informações substanciais nela”.

Em relação aos objetivos da pesquisa, estes foram descritivos, de acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, foi de caráter bibliográfico, Prestes (2008, p. 26), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado”.

Para Prestes (2008), a pesquisa bibliográfica busca resolver problemas através de referenciais publicados, buscando conhecimento sobre o que está sendo pesquisado.

Os dados foram coletados através de pesquisas no google acadêmico, sendo analisados artigos de 2002 a 2020, utilizando as palavras-chave como: gestão nas micro e pequenas empresas, gestão financeira em micro e pequenas empresas, análise das demonstrações

financeiras, fluxo de caixa e gestão do capital de giro. Além disso, foram utilizados livros relacionados ao tema escolhido para a coleta de dados e análise do objeto de estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo de autores, teve como objetivo apresentar os resultados de pesquisas correlatas referente à Demonstração do Fluxo de Caixa, Capital de Giro e Índice de Liquidez.

4.1 Estudos correlatados sobre demonstração do fluxo de caixa

Em relação aos estudos correlatos sobre a demonstração do Fluxo de Caixa, foram selecionados 5 artigos, escolhidos através de estudos elaborados recentemente, os quais são demonstrados no Quadro 5.

Quadro 5: Estudos correlatos sobre demonstração do fluxo de caixa

Ano	Autores	Objetivos	Resultados
2018	MURIEL DE BEM PRUDÊNCIO	O objetivo do trabalho foi apontar qual o impacto da implantação do fluxo de caixa no comercial de uma empresa do segmento de informática localizada na cidade de Maracajá-SC, para atingir esse objetivo, foi elaborado uma pesquisa descritiva com meios bibliográfica, documental e estudo de caso com abordagem qualitativa, onde foi exposto conteúdo relacionado a finanças, como tesouraria, controladoria, planejamentos e fluxo de caixa.	Sugere-se a trabalhos futuros concernente ao assunto de fluxo de caixa que se tem uma abordagem maior para gestão de compra e vendas da empresa, propondo uma gestão equilibrada do que é comprado e vendido. E do capital de giro, a qual a empresa não possui para efetuar suas transações.
2018	BRUNA NICOSKI DAGOSTIN	Os objetivos específicos foram elaborados com a finalidade de alcançar o objetivo geral. Para isso em um primeiro momento, foram analisados os métodos de ingressos e desembolsos utilizados pela empresa em estudo. O segundo e terceiro objetivo, nos quais foram levantadas as informações de ingressos e desembolsos para o fluxo de caixa e identificado o modelo de fluxo de caixa mais adequado para a empresa	Com a realização do estudo, identificou-se a relevância da administração financeira e de suas ferramentas para planejamento e controle financeiro dentro das empresas. Contribuindo para a maximização do lucro, a partir da utilização de ferramentas que geram relatórios gerenciais para auxiliar na gestão. O fluxo de caixa é uma das ferramentas usadas nesse sentido, pois planeja o futuro da empresa a partir da projeção de caixa, através de todas as entradas e saídas, em um período estabelecido.
2015	IARA MATTOS VICENTE	Diante disso, a presente monografia tem como objetivo a implantação da	Ao final da elaboração do fluxo de caixa da empresa em estudo, e as

		ferramenta de fluxo de caixa para estabelecer um controle financeiro na empresa Eletrônica Vicente situada na cidade de São João do Sul/SC.	análises do mesmo, foi apresentado ao proprietário a proposta de implantação, na qual, teve boa aceitação, não havendo resistência. A empresa pretende dar continuidade na construção dos demonstrativos, como forma de aprimorar sua gestão.
2017	EDIANE MENEGAT	Para atingir o objetivo geral deste trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos: - Levantar dados bibliográficos sobre o assunto abordado. - Elaborar o questionário. - Verificar quais empresas estão vinculadas ao CDL. - Definir em quais empresas será aplicado o questionário. - Aplicar os questionários nas empresas selecionadas.	Analisando as respostas, pode-se dizer que muitos acreditam que a Contabilidade é muito importante na gestão da empresa, principalmente no auxílio nas questões fiscais, tributárias e trabalhistas. Os gestores afirmam que o escritório contábil é um grande suporte, já que as leis mudam a todo momento e sempre que têm dúvidas procuram o profissional contábil para lhes orientarem.
2020	LUCAS ALVES NUNES DA COSTA	Os objetivos deste trabalho concentram-se em explorar a realidade do ambiente interno da empresa Goyanna Auto Center, em específico a gestão financeira, bem como identificar com o levantamento e análise de informações, os principais problemas que afetam o desempenho e fazem barreira ao desenvolvimento no segmento de mercado ao qual está inserida, propondo resoluções para os problemas encontrados com um modelo de gestão das finanças a ser implantado na organização a fim de contribuir para o seu desempenho.	Considerando este fato, sugere-se a aplicação do Controle Diário de Caixa como uma ferramenta diária para as anotações de todas as entradas e saídas bem como a descrição, pois o controle diário apresenta justamente o detalhamento de cada conta de entrada ou saída que ocorreu durante o dia a dia da oficina, e, além disso, oferece simplicidade imediata nas anotações que podem ser feitas no momento da finalização dos serviços prestados pela oficina.

Fonte: Dados da pesquisa

O estudo de Prudêncio (2018), feito na cidade de Criciúma, no estado de Santa Catarina, evidência um estudo feito na empresa no ramo de informática, e mostra o impacto da implantação de um fluxo de caixa na entidade, ou seja, analisar se houveram ou não mudanças na empresa depois da implantação da DFC na mesma.

No primeiro semestre de 2017, a loja apresenta seu volume de ingresso e desembolso equilibrado, assim pagando suas contas e ainda ter R\$ 19.627,00 ou seja, nos meses de janeiro e fevereiro seu faturamento foi superior, isso se dá pelas voltas às aulas; já no segundo semestre do mesmo ano, no mês de setembro tem um saldo negativo de R\$ 3.268,00. Assim, tendo que observar o controle de estoque com ênfase no segundo semestre (PRUDÊNCIO, 2018).

Nos índices de 2018, foi notório que houve um gasto muito grande com fornecedores em janeiro e pelas indicações das vendas de início de ano devido a volta às aulas, compras foram feitas a prazo, devido à alta de 2017 de 45,2% sobre o total dos ingressos. Do mesmo modo, o valor à vista caiu, chegando a apresentar uma queda de 22,3% no mês de março do

período, concluindo que medidas tem que ser tomadas para aumentar as vendas, e nós próximos exercícios, um maior controle no estoque, ou seja, na compra do mesmo (PRUDÊNCIO, 2018).

Segundo o estudo feito por Dagostin (2018), dentro de uma pequena empresa que atua na área de cosméticos na cidade de Criciúma, mostra que durante o período, a entidade sofreu impactos financeiros dentro da organização, através das entradas e saídas do estoque. As despesas são um dos itens mais impactantes no fluxo de caixa, são os valores com as despesas que a entidade paga em cada período.

Após o fechamento dos lançamentos, foi possível apontar o saldo de caixa, colocando assim, em pauta as entradas e as saídas. Assim o saldo pode ser tanto negativo quanto positivo, contanto, que os gestores tenham cuidado com a área financeira da empresa e assim, buscando manter os saldos positivos. Com isso foi possível notar que a entidade teve poucos saldos negativos no caixa, que foram apontados durante alguns períodos analisados. Mesmo tendo queda nas vendas no primeiro e segundo semestre de 2017, ou seja, nos períodos de sazonalidade, é possível notar que manteve o pagamento em dia, tanto de funcionários, quanto de fornecedores (DAGOSTIN, 2018).

Os fluxos de caixa analisados, que são os meses que apresentaram maior ingresso monetário dentro da entidade em 2017, que corresponde aos meses de; janeiro, fevereiro, outubro e novembro. Dentre eles, o mês que teve o maior saldo registrado foi o de novembro, ou seja, o maior saldo monetário de ingressos, assim comparado com os outros meses. Já no que se refere às despesas tributárias, a entidade estudada é caracterizada como uma microempresa do setor de cosméticos, que está no regime simples nacional. Onde sua alíquota é baseada no faturamento mensal de 3,38% do ICMS de serviço, que pode chegar aproximadamente 7% (DAGOSTIN, 2018).

Através do estudo de Vicente (2015), realizado na empresa eletrônica Vicente, tendo em vista que, dos três níveis que trazem receita dentro da empresa que foi analisada, mostrando a estrutura do fluxo de caixa das três atividades atribuídas nesse demonstrativo, que são de investimento, financiamento e operacional, observa-se que a atividade operacional é a que traz receita para entidade que no seu total é de 44,67%, e assim mostrando que a saúde da entidade estudada está em boas condições, capaz de investir e amortizar financiamentos.

Segundo o estudo de Vicente (2015), analisando DFC, percebe-se que dos 55,33% das saídas operacionais dentro da entidade, o total de 34,4% são destinadas aos fornecedores de equipamentos. Isso pode ser um ponto positivo, quanto maior forem os custos variáveis em relação aos custos fixos, melhor será para entidade.

Por meio do estudo feito na empresa, vê-se que a implantação de fluxo de caixa é de suma importância, tanto nos controles internos da entidade, quanto nas tomadas de decisão, que é a implantação do fluxo de caixa na empresa em estudo, traz um maior conhecimento dos números a serem analisados dentro do DFC, com isso, podendo ser mais competitivo no mercado (VICENTE, 2015).

O estudo de Menegat (2017), onde houve pesquisa *in loco* com apoio da CDL, foi perguntado qual relatório contábil era mais utilizado pelos empresários das pequenas empresas da cidade de Flores da Cunha/RS, destacou que o fluxo de caixa ficava em primeiro, com 21% dos que responderam essa pergunta.

Diante disso, vê-se que o (DFC) Demonstração do Fluxo de Caixa, permite a análise de recebimentos e pagamentos não somente em dinheiro, mas também de seus equivalentes, assim analisando as atividades operacionais, de investimentos ou financiamentos. Assim, sendo provável que a maioria dos donos das entidades entendem que o Fluxo de caixa é apenas como um relatório financeiro, que demonstra a entrada e saída de recursos do dia, sem nenhum tipo de controle mensal por relatórios, para análise desta movimentação. É muito provável que poucos administradores conheçam ou associem fluxo de caixa com uma demonstração contábil. (MENEGAT, 2017).

Esses são os resultados da pesquisa, observando que o Fluxo de Caixa 21%, Demonstração do Resultado do Exercício 19%, Balanço Patrimonial 18%, Gestão de Custos cálculo de preço de venda 15%, Acompanhamento de Resultados 14% Orçamentos 10%, não utilizo representou 3% das 190 pessoas que responderam o questionário (MENEGAT, 2017).

O estudo feito por Costa (2020), feito em uma Loja de Auto Peças, no Município de Goiana-PE, as receitas de dinheiro na auto peças ocorrem exclusivamente por meio das vendas de produtos, com uma participação nos serviços realizados pelos mecânicos, assim, ocorrendo uma participação de 20% do total de serviços apurados, e todos os recebimentos de clientes ocorrem à vista em espécie, ou a prazo com cartão de crédito. Nas vendas a prazo, o gestor afirma que antecipa o recebimento, pagando taxas acessórias da operadora que ele utiliza. Foi verificado que nem todas as vendas são anotadas, assim, obtendo uma fragilidade na hora de averiguar o caixa.

Apesar de não haver um controle financeiro do gestor da entidade, mostra-se que a mesma, tem de bons resultados, como mostra no (DFC) todos com resultados positivos, onde apresenta que o mês que menos teve receita, o que mais teve saldo acumulado foi de R\$14.458,84, onde as saídas foram um pouco menor R\$13.725,11. Mas ocorre que, o gestor não tem um valor correto para fazer a sua retirada, podendo assim, deixar o caixa sem dinheiro,

levando a entidade em perigo caso ocorra alguma eventualidade, assim, tendo que recorrer a financiamentos e empréstimos.

4.2 Estudos correlatos sobre Capital de Giro

Em relação aos estudos correlatos sobre Capital de Giro, foram selecionados 5 artigos, escolhidos através de estudos elaborados recentemente, os quais são demonstrados no Quadro 6.

Quadro 6: Estudos correlatos sobre capital de giro

Ano	Autores	Objetivos	Resultados
2017	CORRÊA; RITTA, O. C.	O presente estudo tem como objetivo verificar a situação financeira de capital de giro de um hospital filantrópico localizado no sul do Brasil, no período de 2014 a 2016. A pesquisa caracteriza-se como descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa por meio de estudo de caso e análise documental das demonstrações contábeis.	Os indicadores dinâmicos do modelo Fleuriet apontaram que o Hospital apresenta uma situação financeira de alto risco, visto que o Saldo de Tesouraria (ST) é positivo e a Necessidade de Capital de giro (NCG) e o Capital Circulante Líquido (CCL) são negativos. Isso demonstra que parte de suas aplicações financeiras e investimentos de longo prazo são financiadas por obrigações de curto prazo. Entretanto, tal situação financeira é provocada, principalmente, pelo registro contábil dos recursos financeiros provenientes das subvenções /convênios governamentais, que no Hospital ABC são aplicados em ativos fixos (longo prazo), mas contabilizados no passivo circulante de curto prazo.
2017	CLARO; DOMINGUES; PAULO; TINOCO; YOSHITAKE.	O objetivo deste artigo é verificar se os gestores das micro e pequenas empresas conhecem e utilizam o gerenciamento do Capital de Giro e a precificação de seus produtos, mercadorias e serviços.	Com base na pesquisa que, apesar de todas as MPEs entrevistadas estarem atuando no mercado há mais de cinco anos, os gestores têm necessidade de contar com um assessoramento contábil-financeiro de qualidade. Que essa assessoria lhes demonstre a importância do fluxo de caixa, bem como o de manter um controle rígido sobre os estoques, sobre as duplicatas a receber e a pagar no gerenciamento do capital de giro. É preciso também orientá-los quanto à utilização de controles, como fichas de custos, mapeamento dos preços praticados pela concorrência, entre outras, que poderão facilitar o processo de precificação de seus produtos, mercadorias e serviços.
		O presente trabalho consiste na apresentação de uma análise do	Foi possível compreender que administrar o capital de giro é sinônimo

2017	FERREIRA, J. L.	capital de giro com base nos demonstrativos contábeis de uma confecção localizada na região sul catarinense. O estudo tem como objetivo central demonstrar a situação do capital de giro da empresa “JBC Confecções” por meio da análise financeira dinâmica de balanços.	de administrar o coração da empresa, visto que o objetivo principal desta gestão é manter o equilíbrio financeiro, garantindo assim a continuidade das atividades. Logo, é importante que os gestores tenham o domínio de ferramentas que sejam capazes de contribuir e auxiliar na administração do capital de giro. Diante do estudo, sugere-se maior incentivo para novas pesquisas em relação a administração do capital de giro, de forma a gerar informações precisas para melhor gerenciar os ciclos da atividade da empresa, visto que estes influenciam diretamente na necessidade de capital de giro.
2019	SANTOS SILVA, A. H.	O objetivo deste estudo é analisar a gestão do capital de giro praticada pelo gestor de uma empresa localizada no município de Ituiutaba-MG.	Com a discussão apresentada pode-se inferir que o propósito é indicar uma maneira de administrar o caixa de forma que este forneça subsídios necessários para administração do negócio. Ao realizar o papel, conclui-se que o capital de giro é de suma importância na gestão de qualquer empresa, pois está ligado diretamente com o seu ciclo operacional. Assim, pode se perceber que a gestão do capital de giro adotada na empresa pesquisada tem sido uma ferramenta eficaz no seu crescimento. Corroborando a isso, a empresa iniciou-se no ano de 2004 com um pequeno negócio na cidade de Ituiutaba-MG e, atualmente tem uma filial na cidade de Uberlândia-MG.
2020	BORBA; FLOHR; RAUPP, M. F.	O artigo apresenta os resultados do estudo que teve por objetivo analisar o impacto financeiro da aquisição de estoques de mel no capital de giro de uma micro empresa fabricante de geleias.	A empresa objeto de estudo, apesar da aceitação do mercado e de projeções consideráveis de crescimento, no ano de 2017 deverá buscar recursos junto a terceiros para financiar sua produção, em que o resultado positivo não supera o valor empregado. Realidades diferentes são projetadas para os próximos dois anos, pois se observa retorno positivo sobre os investimentos feitos também para financiar a produção, além de índices satisfatórios. Como rentabilidades passadas não asseguram rentabilidades futuras, as projeções demonstram um prejuízo no quarto ano, precisamente quando a empresa está vendendo e fabricando as maiores quantias mensais.

Fonte: Dados da pesquisa

Correa e Ritta (2017) realizaram uma pesquisa, com o objetivo de verificar a situação financeira do capital de giro do hospital filantrópico localizado na região sul do Brasil (Hospital ABC), entre o período de 2014 e 2016. Foi evidenciado diante dos resultados, que ocorrem

grandes instabilidades perante o setor financeiro da organização, onde nitidamente o Hospital ABC expressa grandes dificuldades em mantê-lo em condições satisfatórias.

Portanto, ao longo do estudo observaram uma tendência de melhoria geral em seus indicadores financeiros, cabendo aos gestores analisarem as lacunas mediante as mensurações contabilizadas como subvenções/convênios no setor financeiro do hospital. Por fim, diante da situação, foi sugerido que o setor financeiro do hospital se habituasse a registrar os contratos de subvenções/convênios de forma detalhada, sendo de curto prazo para as aplicações operacionais, e de longo prazo como investimentos em imobilizado, tudo isso, para gerar mais facilidade na informação contábil, melhoria no controle do setor financeiro e simplificação para todos os usuários que utilizam as demonstrações da instituição.

Através do estudo de Claro et al., (2017), os autores destacam que 78% das Micro e Pequenas Empresas que mesmo por estarem no mercado há muito tempo, contempla gestores que não conseguem efetuar um controle eficiente mediante as suas atividades sem uma assessoria contábil-financeiro, a fim de compreender todas as operações que englobam o gerenciamento do capital de giro. Atualmente as MPEs são os maiores incentivadores econômicos do país, onde as mesmas, são as maiores geradoras de empregos no Brasil, porém, há grandes evidências que as MPEs não sobrevivem por muito tempo devido à falta de conhecimento, principalmente quando se trata do gerenciamento do capital de giro, onde esse indicador é um dos mais fundamentais na gestão financeira das empresas.

Conforme o estudo, é notável que a maioria dos gestores não tem conhecimento legal nas operações que envolvem o capital de giro, juntamente com critérios utilizados para decidir preço de venda de seus serviços ou produtos e, que ao mesmo tempo a falta de conhecimento dos gestores, esclarece a grande contribuição e importância dos profissionais contábeis presentes em todos os tipos de organizações, principalmente nas Micro e Pequenas Empresas.

Diante o estudo de Ferreira (2017), onde seu objetivo foi em analisar a situação do capital de giro da empresa JBC Confecções, localizada no Sul Catarinense. Durante os estudos na organização, foi possível compreender de forma clara que, administrar o capital de giro é uma tarefa extremamente difícil, pois se trata de uma administração que é vista como o principal ponto da organização, assim, foi mencionado que os gestores precisam ter hábito e domínio na utilização de ferramentas que agregam valores e resultados positivos na gestão financeira, para que seja garantida a continuidade das operações de forma saudável.

De modo geral, foram calculados e analisados todos os indicadores dinâmicos no período de 2014, 2015 e 2016, da organização, para concluir a atual situação que envolve o capital de giro, onde verificou-se que a organização JBC Confecções, apresenta recursos

absolutos para liquidar seus compromissos de curto prazo, devido seu capital circulante líquido estar positivo em todos os anos analisados.

Mas, apesar da empresa estar em condições financeiras satisfatórias, conforme o análise nos ativos e passivos operacionais, foi detectado uma ausência no capital de giro, visto que, as atividades operacionais não conseguiram efetuar recursos com totais capazes de garantir as operações ao longo do tempo, cabendo à organização dar continuidade em sua gestão junto aos seus indicadores, e para sanar essa divergência do capital de giro perante o operacional, efetuar um planejamento com intuito de buscar financiamentos para sua atividade principal.

Santos Silva (2019) realizou um estudo relacionado a gestão do capital de giro praticada por um gestor de uma empresa localizada em Ituiutaba-MG, cujo objetivo foi analisar de como é praticado a sua gestão perante o capital de giro. Para uma boa gestão é preciso saber utilizar as ferramentas de forma correta, com as técnicas específicas para administrar o caixa e uma boa análise, visando manter o equilíbrio nos indicadores financeiros. Mediante a gestão da empresa mencionada, o foco do gestor/proprietário é em manter uma administração eficiente, capaz de manter e progredir o seu negócio. Porém, diante da pesquisa ao gestor, foi citado pelo mesmo que não há um controle minucioso em seu estoque, levando a orientação de utilizar a ferramenta de forma adequada para colher bons resultados.

Apesar dessa falha de controle de estoque, percebe-se que a gestão do capital de giro adotada na empresa tem sido utilizada de forma eficiente, gerando crescimento ao longo de suas atividades, cabendo até abertura de uma filial em Uberlândia-MG. Destaca-se que para solucionar os problemas de capital de giro de qualquer empresa, propõe muitas medidas, não só financeiras, mas planejamento, organização e práticas gerenciais que abrangem o capital de giro com intuito de deixá-lo em conformidade.

A pesquisa de Borba, Flohr e Raupp (2020), expressa uma empresa fabricante de geleias, cujo capital de giro não conseguirá ter rotatividade nos próximos anos, capazes de honrar seus compromissos mediante suas operações principais.

Diante do problema, foram colocadas algumas sugestões, a fim de mitigar a situação financeira, sendo a medida de diminuir a remuneração dos sócios e a outra em analisar os preços dos potes, tampas e rótulos, que são comprados mensalmente com pagamentos sempre à vista. Portanto, cabe à liderança tomar decisões eficientes no ano de 2017, levando em consideração um planejamento que seja capaz de buscar recursos de terceiros, juntamente com negociações perante suas aquisições, e por fim, conseguir colocar um padrão de preço na venda dos seus produtos, com foco em aumentar a capacidade do capital de giro para financiar sua produção.

4.3 Estudos correlatados sobre Índices de Liquidez

Em relação aos estudos correlatos sobre os índices de liquidez, foram selecionados 5 artigos, escolhidos através de estudos elaborados recentemente, os quais são demonstrados no Quadro 7.

Quadro 7: Estudos correlatos sobre índices de liquidez

Ano	Autores	Objetivos	Resultados
2012	ALEXANDRE DAL MOLIN	Demonstrar, historicamente, as modificações implantadas pelos organismos reguladores da profissão contábil, a fim de se obter uma padrão internacional nas demonstrações contábeis; - Conceituar os indicadores e definir quais são relevantes para a pesquisa; - Apurar os indicadores econômico-financeiros da empresa objeto desta pesquisa; - Elaborar quadro comparativo entre os indicadores baseados nas normas internacionais de contabilidade e de acordo com as normas locais vigentes antes da convergência ao padrão internacional.	Como conclusão deste trabalho, julga-se que o objetivo do estudo foi atingido, evidenciando que a adoção das normas internacionais de contabilidade mostrou-se capaz de provocar mudanças em alguns indicadores econômico-financeiros da entidade, objeto da pesquisa. Nesta empresa, os indicadores de Liquidez e Endividamento (ou Estrutura de Capital), apurados após os Ajustes a Valor Presente, apresentaram pequenas variações e, em alguns deles, o efeito foi praticamente nulo. Enquanto os Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade e o EBITDA foram os que sofreram os impactos mais significativos.
2020	BRUNA NEVES LELLIS	Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação financeira de uma empresa do setor de materiais de construção, situada no município de São José do Povo, nos anos de 2017 e 2018. Com base no objetivo geral, os objetivos específicos são constituídos, sendo eles: Apresentar as demonstrações contábeis da empresa estudada; calcular os índices financeiros; elaborar um relatório da situação financeira da empresa.	Após a análise de todos os índices é possível aceitar a hipótese criada nesse trabalho, pode-se concluir que a empresa apresentou resultados positivos nos períodos estudados, sendo no ano de 2018 mais satisfatórios em relação ao ano de 2017, resultando na viabilidade do negócio e sua continuidade.
2019	JULIA ZILLI DE FREITAS	O objetivo geral deste artigo incide em analisar a situação econômica-financeira de uma empresa de indústria cerâmica localizada no sul de Santa Catarina, no período de 2014 a 2018. Os objetivos específicos consistem em conceituar cada índice, para assim poder calcular cada um para melhor análise gestão e tomada de decisão; descrever uma breve história da empresa; calcular e analisar os índices de liquidez, endividamento e rentabilidade da empresa com base nas	Os resultados alcançados por meio do estudo de caso mostraram que a empresa está realizando investimentos tendo em vista crescimento e expansão dos negócios. Porém os prazos de pagamento e recebimento não exibiram sincronia entre si, frente ao ramo que a sociedade está inserida.

		demonstrações contábeis de uma empresa do ramo cerâmico.	
2018	KRISTIANA OLIVEIRA AMORIM	O objetivo deste estudo foi analisar a situação econômico-financeira de um empreendimento do ramo farmacêutico, utilizando informações dos seus demonstrativos contábeis relativos aos exercícios de 2015 a 2017, fazendo uma análise comparativa dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, a fim de apresentar, com base nessa análise, a situação econômico-financeira do grupo dentro do período proposto, de forma que possa ser demonstrado a importância desses índices para a tomada de decisões empresariais	Foram calculados todos os indicadores para que fosse possível elucidar a verdadeira situação financeira da empresa. Todos os índices variaram ao longo do período analisado, com destaque positivo para a rentabilidade, que evoluiu no último exercício. A liquidez da companhia, considerando os indicadores analisados, é um ponto de atenção por cair entre os anos considerados, o que pode indicar dificuldade para cumprir as obrigações. Já os indicadores de endividamento demonstraram uma menor proporção do capital de terceiros em relação ao capital total.
2017	ALESSANDRA GOMES DA SILVA	Analisar o comportamento dos índices econômico-financeiros de empresas de HPPC diante do cenário econômico do setor no período de 2014 a 2016. A fim de alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Analisar a evolução dos indicadores de liquidez e rentabilidade das empresas em estudo; verificar a relação dos indicadores com o cenário econômico do setor.	Após a análise dos indicadores, verificou-se que, individualmente, os índices de liquidez das empresas se comportam de maneira semelhante, mas, como um todo, não seguem um padrão. Desta forma, conclui-se que os índices de liquidez das empresas analisadas não foram diretamente impactados pelo cenário econômico do setor.

Fonte: Dados da pesquisa

Dal Molin (2012) realizou o estudo da entidade Alfa Móveis Ltda, as demonstrações estão representadas, de forma resumida, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Esses relatórios foram elaborados dentro das normas IFRS, ou seja, nas normas internacionais, através desses demonstrativos do ano de 2011, que foram analisados os índices de liquidez, ou seja, a capacidade de pagar suas contas, que são eles imediata, corrente, seca e geral. Onde, cada uma tem a sua forma de ser analisada e cada uma delas tem um impacto dentro da entidade.

A Liquidez Imediata foi de 1,172, onde teve um aumento de 1,199, onde mostra a possibilidade da empresa em pagar de uma vez só todas suas obrigações, ou seja, um índice muito importante para empresa no curto prazo. Liquidez Corrente era 2,004 e aumentou para 2,014, assim, mostrando que no curto prazo, a entidade tem em torno de R\$ 2,00 para cada R\$ 1,00 de dívida. Liquidez Seca 1,732, teve um aumento para 1,745, mostrando que a cada R\$ 1,00 de dívida a empresa R\$ 1,74 para pagar essa dívida, isso sem contar o estoque. Liquidez Geral 1,914, onde teve uma queda e foi para 1,909, essa liquidez já é para longo prazo, onde

mostra que, por mais que houve uma queda, a empresa ou entidade teria como pagar suas contas, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida ela teria R\$ 1,909 para pagar essa dívida. Com isso mostrando o aumento pelas IFRS (DAL MOLIN, 2012).

O estudo feito por Lellis (2020), onde a entidade de pesquisa foi uma empresa do ramo de materiais de construção, estudo feito em 2017 e 2018, buscou analisar a empresa pelos índices de liquidez, entre outros índices, para verificar a posição sobre a saúde financeira da entidade em estudo, ou seja, até onde vai sua força de liquidar suas dívidas, os índices analisados foram liquidez geral, liquidez corrente, liquidez imediata e liquidez seca.

A empresa em questão, que foi analisada de um ano para o outro, manteve um aumento de na liquidez, ou seja, que em 2018, o índice teve uma melhora significativa, assim, caso tenha que pagar suas dívidas, a entidade tem um poder de liquidar muito bom, tendo em vista que, três índices tiveram aumento, sendo o índice liquidez geral, índice de liquidez seca e liquidez corrente. Já o índice de liquidez imediata, apesar de seu aumento não ter chagado a 1 ou até mesmo maior que 1, teve uma melhora comparando com ano anterior; mas esse índice é raro ser maior que 1, onde a maioria das empresas não deixam dinheiro parado em caixa (LELLIS, 2020).

O estudo mostra um resultado positivo da empresa tanto no ano de 2017 quanto 2018, mas vale ressaltar que no ano de 2018 teve um resultado bem mais positivo comparado ao ano de 2017, ou seja, um aumento em sua liquidez. Comparativo entre 2017 e 2018, Liquidez Geral em 2017 foi 1,72 em 2018 foi 1,87, Liquidez Corrente em 2017 foi 2,12 e em 2018 foi de 2,52, Liquidez Imediata em 2017 foi 0,26 e em 2018 foi de 0,46, Liquidez Seca em 2017 foi 1,11 já em 2018 foi 1,34 (LELLIS, 2020).

O estudo de Freitas (2019), foi realizado numa empresa do ramo cerâmico, que buscou mostrar a sua evolução através de Índices financeiros entre os anos de 2014 ao ano de 2018, onde foram usados para calcular esses índices as demonstrações contábeis.

O primeiro índice a ser analisado, o índice de liquidez corrente, mostra o poder do pagamento das obrigações em curto prazo, onde mostra que em 2014, 2016 e 2018 a empresa conseguiu saldar suas dívidas em curto prazo; mas já em 2015 e 2017 o saldo foi negativo. Mas o pior saldo foi 2015, onde houve uma redução de 27,2% nos estoques, 14,29% da conta clientes e de 80,02% da disponibilidade. Podendo concluir que, fabricou mais que vendeu, nesse período (FREITAS, 2019).

Já na liquidez seca, que busca liquidar suas dívidas sem a utilização dos estoques, mostra que a entidade não é capaz de liquidar suas dívidas em nenhum dos períodos, ou seja, saldo

negativo, onde todos ficaram abaixo de 1, tendo assim, que depender do giro de estoque ou financiamento (FREITAS, 2019).

O índice de liquidez geral, que por sua vez busca liquidar as dívidas, ou seja, as obrigações da empresa a curto e longo prazo, como foi analisado, a empresa em estudo não conseguiu liquidar suas obrigações em nenhum dos períodos, mostrando que todos os períodos os saldos foram negativos, ficando menor que 1, 2014 (0,59), 2015 (0,53), 2016 (0,56), 2017 (0,55) e 2018 (0,57). Assim, observa-se que a maior queda foi em 2015, e que nos anos seguintes foi tendo uma tendência de melhora (FREITAS, 2019).

Amorim (2018), no seu estudo de um empreendimento farmacêutico da cidade de Fortaleza Ceará, onde através do estudo buscou analisar os índices econômicos-financeiros da mesma, durante o período de 2015 a 2017, através dos indicadores, entre eles os indicadores de liquidez corrente, seca, geral e imediata.

O primeiro índice a ser analisado foi o índice de liquidez corrente, na mesma foi utilizada a análise horizontal de forma positiva, onde mostra que entidade tem como cumprir as obrigações, mesmo havendo uma oscilação, no ano de 2016 houve uma queda significativa e já 2017 voltou a melhorar com saldo de 143%. Já no índice de liquidez seca, onde sua análise demonstrou uma queda no ano de 2016 de 47,7% e no ano de 2017 estabilizou no 47,7%, mesmo tendo um saldo melhor em 2015, que foi de 96%, percebeu-se que o saldo foi negativo, mostrando que a entidade depende do estoque para gerar caixa, ou seja, não salda suas obrigações. O índice geral por sua vez, onde fala da liquidez a curto e longo prazo, mostra se que a entidade tem um saldo positivo, a entidade tem como quitar suas obrigações. Na liquidez imediata seu saldo é negativo. Nota-se que dessa forma a entidade vai ter dificuldades para pagar suas dívidas a curto prazo (AMORIM, 2018).

Os indicadores analisados, mostram que pode haver uma dificuldade da entidade para cumprir com suas obrigações, assim, mostrando que deve haver uma atenção devido à queda ou oscilações em anos, consideráveis (AMORIM, 2018).

O estudo de Silva (2017) foi realizado num grupo de empresa do ramo de HPPC, com o objetivo de analisar as demonstrações contábeis de 2015 a 2017, comparando seus índices de liquidez, endividamento, com propósito de apresentar com base nessa análise, verificar a relação dos indicadores com o cenário econômico do setor

Analisando os índices de liquidez conclui-se que, de maneira geral, as empresas se comportam de forma parecida, porém não seguem um padrão, observa-se que somente a empresa Condor conseguiu manter seus índices de liquidez sempre positivos e acima de 1,5. A empresa Cálamo terminou o ano de 2014 somente com o índice de liquidez corrente acima de

1,0, declinando em 2015, indo para 0,92 e se igualando a 1,0 em 2016. Com o índice de liquidez geral não houve uma grande variação, termina 2014 próximo a 0,80, acontece um leve declínio em 2015, mas volta a se aproximar em dos 0,80 em 2016. Na liquidez seca há uma variação maior, em 2014 é de (0,72), 2015 (0,36) e 2016 (0,31). A empresa Natura apresentou maior constância, onde apresenta somente uma leve variação em seu índice de liquidez corrente, já nos índices de liquidez geral e seca permaneceram estáveis de 2014 a 2016. Conclui-se que, todas as empresas apresentaram um declínio em seus índices de liquidez corrente, isso ocorre devido ao crescimento desproporcional do Passivo Circulante em relação ao Ativo circulante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral demonstrar a importância da gestão financeira nas micro e pequenas empresas com os seus respectivos demonstrativos e indicadores dinâmicos, a fim de tornar essa ferramenta fundamental para auxiliar os gestores nas tomadas de decisão. Os procedimentos metodológicos foram de abordagem qualitativa, quanto ao objetivo da pesquisa foi descritiva, e em relação aos procedimentos foram de caráter bibliográfico. Os dados foram coletados através de pesquisas no google acadêmico, sendo analisado artigos de 2002 a 2020, utilizando as palavras chaves como: gestão nas micro e pequenas empresas, gestão financeira em micro e pequenas empresas, análise das demonstrações financeiras, fluxo de caixa, gestão do capital de giro.

O primeiro objetivo específico foi analisar a implantação e utilização da Demonstração do fluxo de caixa (DFC) na gestão financeira das empresas. Os resultados apontam que essa ferramenta é relevante para controlar a entrada e saída de recursos financeiros da empresa, pois, o fluxo de caixa ajuda a planejar o futuro da empresa a partir da projeção de caixa, aprimorando a gestão financeira.

Em relação ao segundo objetivo específico que foi identificar como ocorre a gestão do capital de giro nas empresas, os resultados mostram que o capital de giro se faz necessário para manter o fluxo de caixa, pois está relacionado com o ciclo operacional da atividade da empresa. Além disso, o capital de giro é uma ferramenta eficaz para manter o equilíbrio financeiro, garantindo a continuidade das atividades da empresa.

Quanto ao terceiro objetivo específico que foi analisar a situação econômica-financeira das empresas com a utilização dos índices de liquidez, os resultados demonstram que esses índices são fundamentais para medir a capacidade de pagamento de suas obrigações, apresentando resultados positivos ao crescimento dos negócios das empresas.

Em relação aos objetivos, os resultados apontam que a gestão financeira é fundamental para manter o controle da situação financeira da empresa. Isso mostra que fazer o planejamento financeiro ajuda na tomada de decisão e na prevenção de riscos, ou até mesmo situações indesejáveis no futuro.

Diante dos resultados, conclui-se que a gestão financeira e suas ferramentas são essenciais para o controle do ciclo financeiro das empresas, identificando informações principais para a tomada de decisão dos gestores.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, Kristiane Oliveira. **Análise financeira de um empreendimento farmacêutico da cidade de Fortaleza – Ceará**. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/37157>> Acesso em: 13 nov. 2020

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque financeiro**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano. Guasti. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A. **Curso de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, A. **Fundamentos de administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade básica** [recursos eletrônicos] / Ciro Bächtold. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 3megabytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

BASSO, Irani Paulo. **Iniciação à auditoria**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BERNARDES, M. A. A gestão Financeira de Micro e Pequenas Empresas. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 1, n. 2, p. 110-129, ago.-dez. 2010.

BORBA, José Tavares de; FLOHU, Michelle Cristina; RAUPP, Fabiano Maury. **Impactos financeiros da aquisição de mel no capital de giro de uma micro empresa fabricante de geleias**. 2020. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/4315>> Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123. de dezembro de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm > Acesso: 24 out. 2020.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira.** Ed. Atlas, 2011;

CLARO, José A. C dos Santos; DOMINGUES, Olga G. Diaz; PAULO, Wanderlei Lima de; TINOCO, João E. Prudêncio; YOSHITAKE, Mariano. **Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. 2017.** Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/8558/7865>> Acesso: 24 out. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS – CPC. **CPC 03 R2.** Pronunciamento Técnico – Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2014.pdf. Acesso: 24 out. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC 25.** Pronunciamento Técnico Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2014.pdf> Acesso: 27 out. 2020.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC PME R1.** Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1_rev%2014.pdf. Acesso: 24 out. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória.** 3ª Edição. Baueri: Manole, 2014.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças para não especialistas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

COSTA, Lucas Alves Nunes da. **Fluxo de caixa e formação do preço de venda como instrumentos da gestão financeira na microempresa: Estudo em uma Loja de Auto Peças no Município de Goiana-PE.** 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18036/1/LANC15092020.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2020.

CRUZ, Lemos da Cruz; VIERA, Anderson Daniel; VIERA, Matheus Emerick Carvalho. **Demonstração do fluxo de caixa: uma análise do setor de transporte rodoviário no período de 2013 a 2018.** 2020. Disponível em: <<http://revistasfap.com/ojs3/index.php/rac/article/view/313/272>> Acesso em: 13 nov. 2020.

DAGOSTIN, Bruna Nicoski. **Proposta de implementação do fluxo de caixa como ferramenta de planejamento e controle financeiro de uma microempresa.** 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6603/1/BRUNA%20NICOSKI%20D_AGOSTIN.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

DAL MOLIN, Alexandre. **O impacto do ajuste a valor presente de ativos e passivos nos indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa Móveis LTDA.** 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/3191/TCC%20Alexandre%20Da%20Molin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 13 nov. 2020.

FERREIRA, Joice Lessa. **Análise do capital de giro: um estudo de caso em uma confecção do sul de Santa Catarina.** 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5820/1/Joice%20Lessa%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2020.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.

FREITAS, Júlia Zilli de. **Análise das demonstrações financeiras: Evolução dos índices financeiros e econômicos de uma empresa do ramo cerâmico.** 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7189/1/Julia%20Zilli%20de%20Freitas.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 10.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira,** 12. ed, São Paulo. Pearson 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 2ª edição, rev. atual. - São Paulo: Loyola, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial.** 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION. **Teoria da Contabilidade.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos e FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação.** 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITES, Eduardo Tomedi. **Apostila Análise Avançada das Demonstrações Contábeis.** 2º semestre de 2015.

LELLIS, Bruna Neves. **Análise financeira de uma empresa de materiais de construção nos anos de 2017 e 2018.** Disponível

em:<https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1736/1/TCC_2020_Bruna%20Neves%20Lellis%20_Autoriza%20a7%20b5es.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa. PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando Micro e Pequenas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula MussiSzabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LINS, Luiz S; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e Análise Das Demonstrações Contábeis: Uma abordagem interativa**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica** / Jose Carlos Marion. -10. ed. - 2. reimpr. - Sao Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos e IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as sociedades** – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem gerencial**; 7 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEGAT, Ediane. **Atualização da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas em Flores Cunha/RS**. Disponível

em:<<https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/3563/TCC%20Ediane%20Mene%20gat.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 13 nov. 2020.

PRUDÊNCIO, Muriel de Bem. **O impacto da implantação do fluxo de caixa no comercial de uma empresa do segmento de informática localizada na cidade de maracujá – SC**. 2018.

Disponível em:

<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6699/1/MURIEL%20DE%20BEM%20PR%20c3%9bD%20ENCIO.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2020.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Michelle B. de; VIEIRA, Julieta Aparecida S. G. **A importância da administração financeira em micros e pequenas empresas**. Pindamonhangaba, SP, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PADOVEZE, Clovis Luis. BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução á administração financeira: textos e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

PEREIRA, Agnaldo Santos. **Finanças corporativas**. Curitiba: IESDE, 2009.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3. ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora Rêspel, 2008.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis, Estrutura e Análise**. Ed. Saraiva, 2003.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**.: Fácil; São Paulo: Saraiva, 2014.

RITTA, O. C. **Análise da situação financeira de capital de giro de um hospital filantrópico do Sul do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/4710>> Acesso em: 13 nov. 2020.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 1 Ed. São Paulo: Atlas: 2009.

SANTOS SILVA, A. H. **gestão do capital de giro: estudo de caso em uma microempresa de Ituiutaba – mg**. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25566/1/GestaoCapitalGiro.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHMIDT, Paulo; MARTINS, Marco Antônio. **Fundamentos de análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006. 196p.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito**. Concessão e gerência de empréstimos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE. **Participação das Micros e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2020.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/#taxa>> Acesso em: 21 nov. 2020.

SILVA, Alessandra Gomes da. **Análise econômico-financeira de empresas do setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos**. Disponível em:

<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/5922/1/AlessandraGS_Monografia.pdf> Acesso em: 13 nov. 2020.

TOLEDO MARTINS, Fernanda de Almeida; RODRIGUES, Lucélia Apolinário; JUSSI LOPES, Rodrigo. A Contribuição da Consultoria Financeira na Gestão Organizacional: **Um estudo em micros e pequenas empresas.** Disponível em: <http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/404/2017_FATM.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 21 nov. 2020.

TOLOFI, Irso. **Administração Financeira Empresarial:** uma tratativa prática. Campinas: Arte Brasil, 2008.

VICENTE, Iara Mattos. **Implantação do fluxo de caixa na empresa eletrônica Vicente, no município de são João do Sul/SC.** Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/4102>> Acesso em: 13 nov. 2020.

VIEIRA, M. L. **A contribuição das micro e pequenas empresas para a redução da pobreza no Brasil.** Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-graduação em Economia, CAEN, Fortaleza, 2007.

WERNKE, R. **Gestão Financeira:** ênfase em aplicações e casos nacionais. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Ciclos Econômico, Operacional e Financeiro.** 2014.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa.** 8. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças Aplicadas para Empresas de Sucesso.** São Paulo: Atlas, 2012.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Lucas Batista de Sousa RA 39613

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPs e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A Importância da Gestão Financeira nas Micro e Pequenas Empresas

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Odir Luiz Fank

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Ciências Contábeis. Modalidade afim TCC de Graduação.

Lucas Batista de Sousa

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 30 de Novembro de 2020

**CONTROLADORIA NA GESTÃO DE EMPRESAS:
ESTUDO DE CASO NUMA EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA**

**CONTROLLER IN BUSINESS MANAGEMENT:
CASE STUDY IN A PRIVATE SECURITY COMPANY**

ADRIANO FOGAÇA DE CARVALHO¹; ANALU BRAGA DE OLIVEIRA²; DERLANE OLIVEIRA
NASCIMENTO³; SHIRLEY MENDES FARIAS⁴; ODIR LUIZ FANK⁵

RESUMO

O estudo visa, analisar o uso da controladoria como ferramenta de gestão numa empresa do segmento de segurança privada. Para isso se faz necessário identificar os procedimentos e ferramentas de análise da controladoria utilizadas na empresa e analisar dentro desse segmento de que forma a controladoria tem contribuído para o crescimento econômico da entidade, evidenciando através do estudo, quais melhorias a controladoria atribui numa gestão administrativa e quais os principais relatórios elaborados e os principais parâmetros utilizados pela controladoria numa empresa de segurança privada. Para atingir os objetivos propostos, o estudo classifica-se como descritiva, tendo como objeto de pesquisa uma revisão bibliográfica baseada em livros e artigos científicos. É uma apresentação de um estudo de caso numa empresa do seguimento de segurança privada. Através da análise foi possível identificar que a controladoria influencia de forma positiva nos resultados econômicos da empresa, mediante aos parâmetros utilizados para as elaborações das demonstrações financeiras, tais como fluxo de caixa, DRE e balanço patrimonial. Conclui-se então que a controladoria está interligada aos demais departamentos administrativos, auxiliando não somente nas elaborações de relatórios, ou na tomada de decisão dos gestores, apesar de ser um dos seus focos principais, a controladoria contribui de forma direta nos processos administrativos da empresa, visando o seu crescimento socio econômico e a geração de lucros.

Palavra-chave: Controladoria; Processo de Gestão; Gestão de Empresas

ABSTRACT

The study aims to analyze the use of controllership as a management tool in a company in the private security segment. For that, it is necessary to identify the controllership analysis procedures and tools used in the company and analyze within this segment how the controllership has contributed to the entity's economic growth, evidencing through the study,

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: adrianofogacagyn@gmail.com

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: analu_oliveira25@outlook.com

³ Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: derlane518@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: shirleymendesfarias@gmail.com

⁵ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau. Professor da Faculdade Unida de Campinas (Facunicamps). E-mail: odirfank@hotmail.com

which improves the controllership attributes to administrative management and which are the main reports prepared and the main parameters used by the controllership in a private security company. To achieve the proposed objectives, the study is classified as descriptive, with the object of research being a bibliographic review based on books and scientific articles. And a presentation of a case study in a private security company. Through the analysis it was possible to identify that the controllership positively influences the economic results of the company, through the parameters used for the elaboration of the financial statements, such as cash flow, DRE and balance sheet. It is concluded, then, that the controllership is interconnected to the other administrative departments, helping not only in the elaboration of reports, or in the decision making of the managers, despite being one of its main focuses, the controllership contributes directly in the administrative processes of the company, aiming at their socio-economic growth and profit generation.

Keyword: *Controllership; Management Process; Business management*

1 INTRODUÇÃO

A função administrativa de controle se tornou uma ferramenta cada vez mais importante ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito à tomada de decisões de uma organização, “com fornecimento de informações adequadas que darão subsídios a decisão dos gestores, para que dessa forma a empresa possa alcançar os objetivos estratégicos” (SILVA, 2011, p. 18).

Com o surgimento de novas técnicas e tecnologias houve a necessidade de um mecanismo de controle com maior eficiência, com intuito de criar metodologias que promovam modelos de gestão, auxiliando assim, no desempenho da organização, diante dessa necessidade, algumas organizações utilizam um mecanismo denominado de controladoria, atualmente essa ferramenta tem ganhado força. Considera-se que a Controladoria é o atual estágio evolutivo da Ciência Contábil e pode ser considerada como ciência na medida em que passou da teoria do lucro (mensuração, comunicação e informação), para a teoria da decisão (modelos de decisão e produtividade) (PADOVEZE, 2011).

Mediante a necessidade das organizações em obterem resultados nos processos de controle, a controladoria se destaca como uma das principais ferramentas utilizadas pelas organizações na gestão administrativa e financeira. Diante disso, o estudo apresenta como questão problema: como o uso da controladoria, como ferramenta, contribui significativamente na gestão de processos administrativos e financeiros nas entidades privadas que atuam no ramo de segurança?

Conforme apresentado, o estudo tem como objetivo geral analisar o uso da controladoria como ferramenta de gestão numa empresa do segmento de segurança privada.

Diante do exposto o estudo tem como objetivos específicos: a) identificar os procedimentos e ferramentas de análise da controladoria utilizadas na empresa; b) Apresentar quais são os principais focos, e desafios que a controladoria enfrenta, numa empresa de segurança privada; c) analisar dentro desse segmento de que forma a controladoria tem contribuído para o crescimento econômico da entidade, numa possível instabilidade financeira; d) evidenciar através do estudo, quais melhorias a controladoria atribui numa gestão administrativa; e) demonstrar quais os principais relatórios elaborados e os principais parâmetros utilizados pela controladoria numa empresa de segurança privada; f) Apresentar como a controladoria age na empresa no que se refere à gestão do patrimônio, execução da contabilidade orçamentária e financeira.

O estudo justifica-se inicialmente em propor uma discussão sobre o processo de utilização da controladoria como ferramenta de gestão através da análise de questionário feito pelo setor responsável do processo da controladoria na organização. Sob esse ponto de vista, entende-se o controle como uma etapa do processo administrativo, ou seja, é por meio dele que busca-se garantir a continuidade e integridade da organização, para que medidas corretivas possam ser adotadas em tempo hábil, e na reestruturação das metas pretendidas, onde o objetivo da adoção desses procedimentos é preparar a organização para que a mesma possa enfrentar a concorrência de mercado cada vez mais acirrada (PITIA, 2008).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A estrutura do trabalho está dividida em: introdução, visões e definições dos objetivos, referencial teórico, que contempla os seguintes tópicos: Conceitos da controladoria, origens da controladoria, missão da controladoria, estrutura da controladoria, controladoria na gestão de empresas, controladoria na gestão econômica e função do *controller*.

2.1 Conceitos da controladoria

O termo controladoria pode ser definido conceitualmente por diversas formas de pensamento. Num âmbito geral a controladoria pode ser entendida como uma ferramenta de gestão contábil- financeira, onde seus processos auxiliam os gestores numa possível tomada

de decisão Matias (2018). Porém, a definição do termo controladoria abrange diversas linhas de pensamento. Segundo Borinelli (2006, p. 105), a controladoria é conceituada como “um conjunto de conhecimentos que consiste em bases teóricas conceituais de ordem operacional, econômica, financeira e patrimonial, relativas ao controle do processo de gestão organizacional.” Deste modo, o autor classifica a controladoria como “um resultado proveniente de um conjunto de conhecimentos baseados em teorias conceituais específicas, sendo assim, a controladoria pode ser reconhecida como uma unidade administrativa, sendo considerada do ramo do conhecimento ou da ciência.”

Para Wahlmann (2003, p. 11), “a controladoria é uma área das ciências contábeis composta por um conjunto de conhecimentos interdisciplinares oriundos da administração de empresas, economia, informática, estatística e principalmente da própria contabilidade.” Assim, a autora destaca a controladoria como uma das áreas da contabilidade, como por exemplo, custos, societária, financeira.

A controladoria, segundo Padoveze (2003, p. 3), “é a utilização da ciência contábil em toda a sua plenitude.” O autor entende a controladoria como um processo evolutivo da contabilidade, pelo fato da contabilidade estar ligado às transformações sociais, sendo que, a contabilidade, por ser uma ciência social, deve acompanhar e evoluir com as necessidades.

Deste modo, os conceitos de controladoria abrangem diversas teses, sendo que grande parte dos autores que se arriscam em definir tal termo, fazem uma referência a uma visão multidisciplinar, ou seja, que se distribui por várias disciplinas e pesquisas. Como por exemplo, a administração, a economia, a estatística, financeira, entre outras.

2.2 Origens da controladoria

Assim como a definição do termo controladoria, a classificação de seu surgimento também retrata uma divergência entre os pesquisadores. A classificação de seu surgimento, segundo Oliveira (2011), pode ser diferenciada através de dois pontos, onde uns afirmam que a controladoria surgiu dentro do ambiente organizacional como uma resposta às necessidades das empresas em acompanhar o crescimento de seus negócios. E outros pesquisadores relatam a origem da controladoria enquanto ciência ou ramo do conhecimento.

Araújo (2006, p. 21) afirma que a controladoria “surgiu como uma forma de atender às novas necessidades de informações dos gestores das empresas.” Segundo Horváth (2006) a

origem da controladoria nas empresas privadas é um resultado da industrialização ocorrida nos USA na metade do século IX. Já para Silva (2008 p. 26), a “controladoria é uma profissão originária do setor público da França no século XVIII.”

De acordo com Meirelles (2008, p. 5), a “arte da controladoria originou na Inglaterra, com um grande desenvolvimento na área pública, se deslocando para os Estados Unidos da América, atingindo um grande desenvolvimento nos grandes conglomerados comerciais e se espalhando para o mundo.” Oliveira (2011) ressalta que não há uma conotação de cientificidade ou técnica à controladoria, mas a considera uma arte.

Conforme afirma Lemes (2007, p. 2), a “controladoria surgiu no século XX, a partir das novas necessidades de gerações de informações para a tomada de decisão dos gestores das grandes corporações norte-americanas.”

A controladoria surgiu no início do século XX nos Estados Unidos com o objetivo de controlar todos os negócios das empresas relacionadas subsidiárias e/ou filiais tendo sido seu desenvolvimento atribuído a três fatores: verticalização, diversificação e expansão geográficas das organizações, com o consequente aumento da complexidade das suas atividades o que exigiu outro tipo de controle por parte da controladoria, contribuindo para a ampliação das funções do controller (BEUREN, 2002, p. 20).

No Brasil, conforme relatam Lunkes, Gasparett e Schnorrenberger (2011, p. 115), “não se tem uma data precisa sobre o surgimento da terminologia de controladoria. Provavelmente, deve ser mais especificamente a vinda das grandes corporações internacionais.”

De acordo com Lemes (2007), estima-se que a origem da controladoria no Brasil foi por volta da década de sessenta, juntamente com a instalação das multinacionais norte-americanas no país.

Em 1960, o Brasil passou por momento de instabilidade econômica, o que acarretou nos anos seguintes numa mudança inesperada no regime político, durante esse período, o então presidente da época, Juscelino Kubitschek decidiu aceitar que indústrias de outros países se instalassem no Brasil. A partir desse ponto, as empresas observaram a necessidade de obter informações relevantes sobre os processos e o desenvolvimento econômico. Com isso, as empresas estrangeiras entenderam que a chegada em um novo nicho de mercado (nesse caso um outro país) exigiria um esforço maior de planejamento e de gestão, ao serem inseridos dentro dessa nova realidade gerou-se o conceito de uma área, como a controladoria de empresas. (SOUZA, 2015). Ainda conforme o autor,

O Brasil conheceu o processo de modernização, durante o período de instalação da indústria, quando passa a perseguir sua projeção como “potência econômica”. Furtado (2000), afirma que a expansão do comércio exterior também foi responsável por realimentar o processo acumulativo nos centros geradores de progresso tecnológico, contribuindo de forma ampla para intensificar as transformações das estruturas sociais nas áreas em que o sistema produtivo estava em rápida evolução (SOUZA, 2015, p. 43).

No Brasil um dos principais motivos no qual se enquadra a origem da Controladoria é devido à alta competitividade, que surgiu no mercado, uma vez que, o surgimento de indústrias oriundas de outros países acarretou em uma série de necessidades estratégias para organização e gestão das empresas, extraíndo assim, informações e relatórios que acompanhassem o desempenho, e o controle contábil com mais eficiência. Sendo que, esse processo foi de grande importância durante essa fase de mudança (SOUZA, 2015).

Diante desse conceito, atualmente esse processo de gestão é predominante, porém com uma perspectiva diferente, a controladoria é uma ferramenta que pode ser desenvolvida em qualquer empresa, de acordo com o seguimento da mesma, uma vez que entendido esse conceito, percebe-se que a controladoria, por ter sido inserido no Brasil por empresas multinacionais, pode ser interpretada de forma equivocada, acreditando que é uma área apenas para grades negócios, quando na verdade ela existe para atender a necessidade de planejamento e decisões estratégicas de todas as empresas inseridas no mercado competitivo.

Vale ressaltar que, a controladoria dentro das organizações brasileiras gerou grande benefício, foi a partir desse momento que surgiu uma base estrutural para conferir maior assertividade as decisões tomadas pelas mesmas, isso envolve tanto área financeira, quanto planejamento estratégico e gestão de negócios.

2.3 Missão da controladoria

De modo geral, a missão, seja ela de uma entidade pública ou privada, de um termo, uma pesquisa, uma ciência ou uma organização, é definida como um objetivo ou propósito principal, no qual se descreve o que de fato deve ser feito, quais os seus principais compromissos, o real motivo pelo qual ela existe. Deste modo, a missão da controladoria é zelar pela continuidade das organizações, assegurando a otimização dos resultados globais da empresa (FIGUEIREDO; CAGIANO, 2004).

Segundo Beuren, Schilindwein e Pasqual (2006), a controladoria tem “a missão de fornecer informações precisas e oportunas para as tomadas de decisões dos gestores.” Já para

Padoveze (2004) a missão da controladoria “é servir de base ao processo de gestão empresarial por intermédio de seu sistema de informação que é um sistema de apoio a gestão.”

Ferreira (2000) destaca que, o objetivo comum da controladoria guia seus esforços no sentido de fornecer o devido suporte para tomada de decisão, procurando com isto, atingir a eficácia empresarial e conseqüentemente o cumprimento da missão da empresa, e para cumprir a sua missão, a controladoria deve observar o modelo de gestão, para que possa estabelecer as funções que serão exercidas em cada empresa.

Conforme Martins (2005), a controladoria tem como missão “garantir com que as informações sejam adequadas para o processo decisório dos gestores, podendo colaborar com a busca pela da eficácia da empresa e de suas subdivisões levando em conta seu aspecto econômico.”

Segundo Bruni e Gomes (2010, p. 40), definir a missão, seja de uma empresa ou de um órgão, constitui numa parte importante no processo administrativo. Segundo os autores, a partir da missão torna-se mais fácil compreender a razão de existência da empresa, favorecendo a classificação de seu posicionamento ao meio que está inserida.

2.4 Estrutura da controladoria

O foco da atividade da controladoria, é de modo geral, assegurar o resultado da empresa, entende-se que a controladoria deve atuar em todas as etapas do processo de gestão, com o intuito de exercer com eficácia o pleno controle dentro da organização. Embora a controladoria tenha uma participação ativa dentro do processo de apoio a gestão da empresa, ela não se limita as funções de execução, principalmente no que se refere às tarefas regulares, ou seja, as que estão vinculadas normalmente aos aspectos de legislação fiscal e aos aspectos contábeis societários (BRUNI; GOMES, 2010).

De acordo com Bruni e Gomes (2010), a controladoria pode ser estruturada em duas grandes áreas, primeiramente como a área contábil e fiscal, que são responsáveis pelas informações societárias, patrimoniais e fiscais, como demonstrativos externos, gestão tributária, controle patrimonial e secundário, etc., e posteriormente como área de planejamento e controle, no qual abrange as funções de orçamentos, planejamento, simulações, custos e contabilidade. Além disso, ela é responsável pelo acompanhamento do

negócio, através de análises estatísticas para a análise de mercado. Os autores destacam que para tanto, faz-se amplo o uso dos sistemas de informações vinculados às operações, possibilitando ao *controller*, participação no processo de planejamento estratégico.

Infere-se que a base para o trabalho do profissional de controladoria são os dados coletados de um sistema, que são transformados em informações e apresentados aos usuários por meio de relatórios. Deste modo, segundo Balbinot (2005), no que se refere à questão controle, entende-se que o papel da controladoria está ligado diretamente à ação de verificar se os objetivos, planos políticos e padrões estão sendo obedecidos. Bem como, prestar informações relevantes e oportunas para a gerência, como suporte às decisões, com intuito de garantir atingir a missão pela qual a empresa existe.

2.5 Controladoria na gestão de empresas

A controladoria é uma ferramenta composta por diferentes atividades, que trabalham com métodos de administração, contabilidade e outras áreas. Matias (2018) afirma que sua finalidade é “aperfeiçoar a gestão empresarial a partir de planejamento, execução e controle, para subsidiar as tomadas de decisão com maior nível de assertividade.” Por contar com diferentes profissionais, esse setor gerencia e analisa atividades em curto e longo prazo, além de consertar erros executados e aumentar as chances de acerto.

Apesar de a maior parte dos dados para efetuação da controladoria ser de origem contábil, sua atuação não está reduzida a administrar o sistema contábil, da organização. Ela tem uma abrangência maior, transformando-se num verdadeiro banco de dados que subsidia os executivos da companhia com informações importantes ao processo de tomada de decisões, incluindo também, dados de natureza física e qualitativa (BARRETO, 2017, p. 14).

Diante do exposto, Matias (2018) ressalta que o trabalho de controladoria vai além dos aspectos burocráticos, como cálculo, controle financeiro, controle de custos operacionais, contratação de colaboradores, compra de materiais ou monitoramento das finanças. Segundo o autor, a controladoria oferece uma visão sistêmica, que abrange o conhecimento da cadeia de valor da organização e do mercado.

Nesse contexto, as principais funções da controladoria são de desenvolver, manter e sistematizar planos operacionais, que caminhe de comum acordo com os objetivos organizacionais da empresa, ou seja, que estejam relacionados à missão da companhia, que

pode se organizar, avaliar e compreender os dados coletados, a fim de auxiliar na tomada de decisão. Geralmente, as tarefas de administração estão ligadas as atividades de planejamento, organização, coordenação, direção, controle, motivação, etc. Estas tarefas são os meios e não a essência da gestão. O processo de gestão, de forma analítica, de acordo com a GECON (gestão econômica) é caracterizado pelo planejamento, execução e controle. No planejamento são feitas as previsões e iniciadas estratégias, consideradas decisões por antecipação, como fazer, quando e a quem fazer. A execução é a etapa do processo de gestão na qual as transações acontecem. O controle é um processo que deve ser feito de forma contínua e recorrente, com intuito de avaliar os resultados e promover ações corretivas (VATAN, 2005).

Um estudo realizado por Lenhardt, Bechaire, Lima e Thesing (2018), teve como objetivo geral demonstrar como a controladoria poderá ser capaz de fornecer o alicerce para todo e qualquer processo de gestão empresarial. A pesquisa foi realizada na cidade de Boa Vista do Buricá/RS, em uma empresa que atua no ramo de fabricação de artefatos de material plástico para o uso na construção, no ano de 2018, o questionário aplicado foi respondido pelo gerente comercial da empresa, os principais resultados obtidos pela pesquisa, destaca que mesmo a empresa não possuindo um setor específico de controladoria, ela emolda o seu processo de gestão de uma forma bem definida, baseando se no planejamento estratégico e operacional, execução e controle.

Além disso, a pesquisa aponta que a empresa utiliza outros elementos da controladoria, como a tomada de decisões baseada no sistema de informação, o acompanhamento de metas estratégicas, o planejamento e controle financeiro e orçamentário, o controle de custos entre outros. Diante do exposto, identifica-se que, mesmo a empresa não possuindo um setor específico para a área de controladoria, suas funções e ferramentas são aplicadas na entidade, contribuindo na gestão da empresa e nos processos decisórios.

2.5.1 A controladoria na Gestão Econômica

O ambiente empresarial sofreu algumas transformações com os avanços, e com a modernização que vem ocorrendo no mundo, ao longo dos tempos. Tais mudanças geradas nesse processo, fez-se inevitável uma adaptação das empresas, já que essas mudanças influenciam seus processos de gestão. A GECON (Gestão Econômica), de acordo com Gomes e Ribeiro (2014, p. 23), “é um novo modelo gerencial no qual se diferencia dos demais, que,

com as ferramentas ideais, supre as necessidades de informação dos gestores e de cada área da empresa.”

A função da gestão econômica está alinhada com a gestão da organização, diante disso, cria-se então uma espécie de sistema. Seguindo essa linha de pensamento, Nascimento e Reginato (2007, p. 19) relatam que, “no começo das atividades em uma empresa, sistema pode ser entendido como o conjunto de relacionamentos dinâmicos das diferentes áreas que otimiza a utilização dos recursos por ela consumidos” de modo que beneficie a empresa em sua totalidade.

Conforme Machado (2011, p. 21), as empresas são compostas por “elementos inter-relacionados, de modo que trabalhem unidos, com os objetivos determinados, formando assim um sistema.” Sistema esse que, não pode ser considerado onde as partes trabalham de forma separada, pois de acordo com a autora, é essa simples agregação de suas partes, ou seja, as suas conexões entre os seus elementos que o completam.

Desse modo, no que se refere a uma visão sistêmica de uma empresa, ressalta-se que essa integração de um conjunto de subsistemas, busca executar os objetivos básicos da organização e também sua eficácia. Machado (2011, p. 23) afirma que para “Gestão Econômica, a eficácia de uma empresa deve ser medida e administrada a partir do lucro ou resultado econômico”.

Diante do exposto, Machado (2011) ressalta que é nesse conjunto organizacional que a controladoria é inserida, com o intuito de proporcionar uma melhora significativa no resultado da empresa. Para tais resultados, é necessário que a controladoria, de certo modo, monitore as ações da gestão econômica sobre a empresa, de forma que, opere para que os resultados, segundo os conceitos econômicos, sejam otimizados.

2.6 Função do *Controller*

Assim como a apresentação da terminologia controladoria, sua origem, suas funções, e seus desafios, também se faz necessário identificar a participação do gestor de controladoria, ou seja, o profissional responsável no processo decisório das empresas.

O gestor de controladoria é conhecido como *controller*. Para Padoveze (2011, p. 36), “o papel do *controller* é o de ação da empresa, fazendo a avaliação coordenada da atuação de todos os gestores, sempre com foco no desempenho e resultados, global e setorial.” Já de

acordo com Meireles (2008, p. 5), o *controller* pode ser entendido como “o responsável pela contabilidade gerencial, pelo sistema de informações gerenciais, pelo orçamento e avaliação das informações geradas pela contabilidade de forma que os gestores de qualquer empreendimento possam tomar decisões corretas, municiados pela qualidade de informações fornecidas pela controladoria.”

Dentro desse princípio, entende-se que o *controller* passa a ser um gestor de informações, podendo assim, ser responsável pelo planejamento estratégico, como esse profissional tem acesso a diversas informações, uma das funções chave é realizar *feedback* nas áreas da organização, com propósito de melhoria e gestão do mesmo (AMORIM; CALLADO, 2017).

Os principais atributos de um controller são, a “capacidade de liderança, ética profissional, capacidade de comunicação e poder de síntese, inclinação para a cooperação e disponibilização, imparcialidade, ponderação e descrição, visão sistêmica, capacidade de persuasão, visão crítica e consciência de suas próprias limitações” (NASCIMENTO; REGINALDO, 2010, p. 142).

Diante das afirmações, o papel do *controller* dentro de uma organização, tem se tornado cada vez mais necessário, segundo o autores Muler e Beuren (2010, p. 108) “a posição da controladoria na estrutura organizacional pode ser definida a partir da função do *controller*, dada a sua importância no ambiente empresarial.”

A função do *controller* é uma peça fundamental na controladoria, estudos anteriores tiveram como objetivo demonstrar a importância associada às funções do *controller*, onde buscaram informações de 21 hotéis na região metropolitana de Recife, o que pode-se identificar é que, ainda há muito a se trabalhar no que diz respeito a essa função, pois existem alguns desafios, porém, com desses desafios foi possível perceber que as empresas de fato precisam desse profissional e que seu papel pode contribuir significativamente dentro da organização (AMORIM; CALLADO, 2017).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, o estudo classifica-se como qualitativa, dessa forma, coleta o maior número de informações com a finalidade de apresentar os resultados de forma clara. Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a

criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995).

Com relação aos objetivos, o estudo classifica-se como descritiva, que para Lozada e Nunes (2018, p. 139), “o objetivo básico desse tipo de pesquisa é a descrição das características do assunto estudado”.

No que diz respeito aos procedimentos, classifica-se como estudo de caso, onde o que torna exemplar um estudo de caso é ser considerado significativo, completo, considerar perspectiva alternativas, apresentar evidências suficientes e ser elaborado de uma maneira atraente (VENTURA, 2007).

Esse estudo de caso foi realizado em uma empresa de grande porte localizada na cidade de Goiânia, Goiás, onde foi aplicado um questionário empírico, elaborado através de pesquisas sobre o tema abordado nesse artigo, onde as respostas do mesmo são do coordenador responsável da área de controladoria da empresa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio dessa análise espera-se solucionar os temas abordados nos objetivos desse artigo, verificando dessa forma, alguns métodos abordados pela empresa, para alcançar resultado mais eficaz. Conforme apresentado, o estudo tem como objetivo geral analisar o uso da controladoria como ferramenta de gestão numa empresa do segmento de segurança privada. Diante do exposto, o estudo tem como objetivos específicos: a) identificar os procedimentos e ferramentas de análise da controladoria utilizadas na empresa; b) Apresentar quais são os principais focos, e desafios que a controladoria enfrenta, numa empresa de segurança privada; c) identificar dentro desse segmento de que forma a controladoria tem contribuído para o crescimento econômico da entidade, numa possível instabilidade financeira; d) identificar através do estudo, quais melhorias a controladoria atribui numa gestão administrativa; e) Analisar quais os principais relatórios elaborados e os principais parâmetros utilizados pela controladoria numa empresa de segurança privada.

O Quadro 1 apresenta o resultado da questão de como a controladoria colabora para o crescimento econômico da entidade em momentos de instabilidades comerciais.

Quadro 1: Colaboração da controladoria no crescimento econômico da entidade

	Realiza levantamento de diversos indicadores para
--	---

Como a controladoria colabora para o crescimento econômico da entidade em momentos de instabilidades comerciais?	analisar redução de custos, seja ele por seguimentos ou por departamentos, e assim analisa quais os cortes que deverão ser realizados para a entidade continuar com seu lucro positivo, ou conseguir se manter até passar o momento de instabilidade comercial.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Na resposta do Quadro 1, percebe-se que um dos segmentos da controladoria é avaliar os indicadores de maneira a otimizar os custos dentro da organização. De acordo com Monteiro e Barbosa (2011), a controladoria é uma ferramenta que possui um papel fundamental no processo de gestão, onde o objetivo é auxiliar para garantir os melhores resultados financeiros e econômicos, de que maneira está preparado com as atualizações que o mercado exige.

Em uma breve observação com estudo anterior, realizado por Monteiro e Barbosa (2011), pode-se perceber a importância do levantamento de dados e indicadores para melhoria de custos e com isso comprovar que esse método é eficiente dentro da organização. Partindo dessa perceptiva, a empresa utiliza a controladoria de forma eficaz no que diz respeito ao processo de controle de gastos em momentos de instabilidade comercial.

O Quadro 2 tem como objetivo demonstrar os principais focos e desafios a controladoria enfrenta dentro da empresa.

Quadro 2: Principais focos e desafios à controladoria enfrenta

Quais os principais focos e desafios à controladoria enfrentam na execução de suas atividades?	O principal foco da controladoria é fazer com que os dados venham corretamente para que a análise não fuja do cenário principal, e o maior desafio é fazer com que todos os departamentos trabalhem em conjunto para que toda atividade tenha um indicador mais preciso e fazer com que o orçamento anual seja assertivo no final de cada período.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com análise do Quadro 2, para garantir que a controladoria forneça resultados precisos e de credibilidade, os dados recebidos pelo setor devem ser de total veracidade e o mais completo possível. E fazer com que essas informações sejam assertivas, é necessário trabalhar em equipe. De acordo com Kalleder (2012, p. 04), “a principal característica que define um trabalho em equipe é, sem dúvida, a existência de objetivos comuns, coletivos, a serem alcançados através do desempenho de todos os participantes.”

O Quadro 3 visa identificar quais as evidências após o uso da controladoria na empresa.

Quadro 3: Melhorias evidentes após aplicação da controladoria

Quais melhorias são evidentes após a aplicação da controladoria na gestão administrativa?	A partir do momento que a controladoria fecha um orçamento e faz um comparativo e cobra os departamentos para que essa meta ocorra evidencia que a aplicação da controladoria está surtindo efeito, ou através da apresentação da DRE gerencial contábil.
---	---

Fonte: Dados da pesquisa

Dentro desse aspecto, a controladoria conseguiu vislumbrar os seus efeitos após a apuração de resultados da organização, e como consequência, evidenciar as próximas medidas a serem tomadas. Entende-se que, uma das funções da controladoria são as ações a serem tomadas mediante os problemas encontrados. Segundo Pereira (2018), um dos benefícios da controladoria é demonstrar avaliações de desempenho, traçar planejamento orçamentário no que diz respeito à gestão financeira, expectativa futura, evolução dos negócios, as quais trazem inúmeras melhorias e oportunidades gerenciais à entidade.

Pode-se perceber que existem várias formas de evidenciar as melhorarias quando utilizado a controladoria, no estudo de caso realizado nessa empresa, consegue-se observar essas evidencias através da apresentação da DRE, já em outro estudo, os mesmos obtém esses relatos através das informações oriundas dos resultados financeiros da empresa (BENDER, 2013).

O Quadro 4 apresenta os relatórios e parâmetros utilizados para o processo de tomada de decisões na organização.

Quadro 4: Relatórios e parâmetros

Como são elaborados os relatórios de demonstrações financeiras? Quais os parâmetros utilizados para o levantamento de dados que são usados nessas demonstrações?	São diversos os relatórios elaborados pela controladoria, dentre eles estão o balancete, balanço patrimonial e a DRE. E utilizado como parâmetro as entradas e saídas registradas mediante notas fiscais, também e feito a conciliação bancaria mensal. A conferência dos dados e feitos no balancete, onde e analisado natureza e centro de resultado. Após a conferência e montada a DRE e no final do ano e elaborado o balanço patrimonial.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Diante dessa perspectiva, demonstra-se a importância da contabilidade junto com controladoria, tendo em vista que, a controladoria é uma ferramenta voltada para diversas áreas da contabilidade, por sua vez, é uma ferramenta de mensuração de eventos que afetam a tomada de decisões, onde, através dos dados fornecidos pela área contábil, fica fácil a identificação de oportunidades de melhorias, redução de custos, dentre outros aspectos que a controladoria aborda. Diante dessa abordagem, pode-se concluir que esse estudo de caso visa

demonstrar a importância da controladoria dentro de uma organização, onde o papel de controlar auxilia a empresa na tomada de decisões no processo de gestão, uma vez que, se tem uma visão mais ampla de problemas. No Quadro 5 a proposta é demonstrar qual maneira a controladoria utiliza para acompanhar bens de patrimônio.

Quadro 5: Controladoria na gestão de patrimônio

De que forma a controladoria é exercida na empresa, no que se refere a gestão do patrimônio?	O controle patrimonial é realizado através de inventários trimestrais, levantamento de depreciação que é elaborado mensalmente, realiza acompanhamento da manutenção desse bem para ter um parecer se compensa continuar com o bem ou não. Exemplo: Se uma moto trás muito gasto várias vezes em um período muito curto, não compensa ficar com o bem. A controladoria faz essa análise e monta um parecer, se compensa ou não continuar com o bem.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se analisar que controladoria está muito presente na avaliação do patrimônio da empresa, agindo para que a mesma não tenha maiores prejuízos com seus imobilizados. Como se trata de bens de um alta valor, a empresa utiliza a controladoria para acompanhar a utilidade desses ativos, realizando inventários trimestrais, reforçando assim, a contribuição da controladoria na organização e apresentado métodos de acompanhamento do patrimônio.

No Quadro 6 apresenta-se a utilização da controladoria no segmento orçamentário da organização.

Quadro 6: Controladoria e a contabilidade orçamentaria

Como a controladoria contribui na execução da contabilidade orçamentaria?	O orçamento é feito anualmente sempre em dezembro, planejando o ano subsequente, e faz um acompanhamento mensal chocando as informações do orçado com o previsto, assim a controladoria consegue controlar o alcance da meta prevista.
---	--

Fonte: Dados da pesquisa

Em uma análise ao artigo realizado por Lavarda (2013), o mesmo demonstra que no planejamento orçamentário todos os gestores participam, juntado informações para se chegar a um objetivo, nesse estudo também explica a importância da assimetria nas informações repassadas, onde, quanto mais as informações forem assertivas e assimétricas, maior será a qualidade do objetivo. No que diz respeito a esse estudo de caso, a empresa trabalha de forma similar, coletando informações para conseguir realizar um orçamento anual, entendendo-se que esse método é de grande relevância, pois, pode realizar programações e também se prepara para quaisquer imprevistos.

No Quadro 7, apresenta-se qual a contribuição da controladoria no fluxo de caixa e financeiro da organização.

Quadro 7: Controladoria financeira

No que se refere ao financeiro da empresa como a controladoria executa suas atividades?	Em relação ao financeiro, a controladoria elabora o fluxo de caixa que e feito trimestralmente visando sempre como está a atual situação da empresa, mediante isso a controladoria consegue ter um parecer onde aponta se e o melhor momento para investir, fazendo com que o dinheiro em caixa não fique parado, mas se movimente e gere lucro para a empresa.
---	---

Fonte: Dados da pesquisa

Com essa última análise, pode-se verificar que a controladoria é uma ferramenta muito presente no que diz respeito ao controle de custos da empresa, conclui-se que esse método auxilia significativamente no controle de custos da empresa. De acordo com Fernandes e Galvão (2016, p. 6), “algumas dificuldades apontadas, podem ser solucionadas ou pelos minimizadas, utilizando-se de ferramentas da controladoria”. Então, pode-se concluir que a controladoria dentro da empresa na qual foi realizado nesse estudo de caso, é um setor importante e bem aproveitado, trabalhando para otimização de custo, gestão eficiente e melhores tomada de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral analisar o uso da controladoria como ferramenta de gestão numa empresa do segmento de segurança privada. Para atender aos objetivos propostos pela pesquisa, foi aplicada uma metodologia descritiva, com abordagem qualitativa, através de numa revisão bibliográfica baseada em livros e artigos científicos e uma apresentação de um estudo de caso numa empresa do segmento de segurança privada. Através desses procedimentos o estudo pôde coletar os resultados cabíveis que atendessem aos objetivos da pesquisa.

O primeiro objetivo específico foi identificar os procedimentos e ferramentas de análise da controladoria utilizadas na empresa, sendo que os resultados apontam que controladoria, por sua vez é uma ferramenta de mensuração de eventos que afetam a tomada de decisões, onde, através dos dados fornecidos pela área contábil, fica fácil a identificação de

oportunidades de melhorias, redução de custos, dentre outros aspectos que a controladoria aborda.

O segundo objetivo específico foi apresentar quais são os principais focos, e desafios que a controladoria enfrenta, numa empresa de segurança privada. Os resultados mostram que para garantir que a controladoria forneça resultados precisos e de credibilidade, os dados recebidos pelo setor devem ser de total veracidade e o mais completo possível. E para fazer com que essas informações sejam assertivas, se faz necessário o trabalho em equipe.

O terceiro objetivo específico foi analisar dentro desse segmento de que forma a controladoria tem contribuído para o crescimento econômico da entidade, numa possível instabilidade financeira. Sendo que, os resultados indicam que essa análise é realizada através do levantamento de dados e indicadores para melhoria de custos e com isso comprovar que esse método é eficiente dentro da organização, e assim, garantir a sobrevivência da empresa em momentos de instabilidade financeira.

Em relação ao quarto objetivo específico, que foi evidenciar através do estudo, quais melhorias a controladoria atribui numa gestão administrativa, diante do exposto, os resultados apontam que existem várias formas de evidenciar as melhorias quando utiliza-se a controladoria, no estudo de caso realizado nessa empresa, observa-se que essas evidências são demonstradas através da apresentação da DRE.

Quanto ao quinto objetivo específico que foi demonstrar quais os principais relatórios elaborados e os principais parâmetros utilizados pela controladoria numa empresa de segurança privada. Os resultados mostram que controladoria utiliza relatórios como balancete, balanço patrimonial e a DRE, fazendo a conferência dos dados e no balancete e analisado, após é feita a conferência e montada a DRE e no final do ano o balanço patrimonial a ser entregue.

Já o sexto objetivo específico que foi apresentar como a controladoria age na empresa no que se refere à gestão do patrimônio, execução da contabilidade orçamentária e financeira. Os resultados coletados apontam que no planejamento orçamentário todos os gestores participam, juntado informações para se chegar a um objetivo, e no que diz respeito a gestão de patrimônio, como se trata de bens de valor alto, a empresa utiliza a controladoria para acompanhar a utilidade desses ativos, realizando inventários trimestrais.

Já a execução da contabilidade orçamentária, observa-se que a empresa trabalha com o foco em coletar o máximo de informações, para que desse modo, possa conseguir realizar um orçamento anual, entendendo que esse método é de grande relevância, pois, pode realizar

programações e também se prepara para quaisquer imprevistos. Já no que se diz respeito ao financeiro da entidade, os resultados da pesquisa apontam que, a controladoria, através de um controle de fluxo de caixa realizado trimestralmente, pode identificar como está a atual situação da empresa e apresentar também um parecer, apontando o melhor momento para a realização de novos investimentos, auxiliando na geração de lucros para a organização.

Em relação ao objetivo geral, os resultados obtidos pela pesquisa demonstram que uso da controladoria como ferramenta de gestão numa empresa do segmento de segurança privada é de suma importância, pois, com o uso da controladoria na empresa, contribui para que haja uma maior veracidade nos dados e informações necessárias, para que os gestores obtenham resultados significativos no processo de decisão da empresa.

Se faz importante ressaltar através da pesquisa, que o uso da controladoria numa empresa, auxilia, não somente no processo decisório da organização, ela se faz importante, pois por meio dela pode identificar as possíveis oportunidades de melhorias, uma redução de custos, se necessário. Dentro desse aspecto, a controladoria consegue também vislumbrar os seus efeitos após a apuração de resultados da empresa, e como consequência, evidenciar as próximas medidas a serem tomadas.

Conclui-se que a controladoria, além de ser um método de controle na gestão, também é uma ferramenta que auxilia na tomada de decisões. Entendendo que a controladoria precisa absorver o maior e mais assertivo número de informações possíveis para avaliar e garantir melhores resultados, com isso, a controladoria colabora para o crescimento da empresa, realizando levantamento de diversos indicadores e analisando a redução de custos, para assim, ser feito uma análise mais explícita na gestão de seu funcionamento.

Mediante do exposto, espera-se que o trabalho possa contribuir para pesquisas e orientações futuras realizadas na área de ciências contábeis e tecnologia da informação, onde o foco seja a controladoria no âmbito empresarial.

6 REFERÊNCIAS

AMORIN, Tania Ferreira Nobre Gonçalves; CALLADO, Antonio Andre Cunha. **Competências da Função do Controller em Hotéis de Grande Porte da Região Metropolitana de Recife**. Recife-PE, 2017.

ARAUJO, Paolo Giuseppe Lima De. **A Utilização pela Controladoria dos trabalhos de auditoria interna e externa sobre o sistema de controle interno: Um estudo nas grandes empresas do estado do Ceara**. 2006.

BARRETO, Maria da Graça Pitiá. **Controladoria na gestão: a relevância dos custos da qualidade.** 2017.

BALBINOT, Edeimar Luiz. **Controles de gestão: Um estudo teórico.** 2005.

BEUREN, Ilse Maria; SCHILINDWEIN, Antonio Carlos; PASQUAL, Dino Liz. **Abordagem da controladoria em trabalhos do ENANPAD e no Congresso USP de controladoria e contabilidade de 2001 a 2006.** 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **O papel da controladoria no processo de gestão.** 2002

BORINELLI, Marcio Luiz. **Estrutura Conceitual Básica de Controladoria.** Sistematização a Luz da teoria Praxis. São Paulo, 2006.

BRUNI, Adriano Leal; GOMES, Sonia Maria da Silva. **Controladoria empresarial.** Conceitos, ferramentas e desafios. 2010

FERREIRA, Gilceu. **O papel da controladoria no processo decisório.** (2000)

FERNANDES, Ailton Matos; GALVÃO, Paulo Roberto. **A Controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo benefício.** 2016.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Pulo Cesar. **Controladoria teoria e prática,** 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo-SP, 1995.

GOMES, Carolina Tabita de Souza; RIBEIRO, Fabiana Franco. **O papel da controladoria no processo de gestão: Um estudo de caso em uma siderúrgica**

HORVÁTH, Péter. **Controller.** 2006

KALLEDER, Haroldo. **Importância do Trabalho em Equipe no Âmbito Corporativo –** Bertioga-SP, 2012.

LAVARD, Carlos Eduardo Facin. **Participação orçamentária e assimetria informacional: um estudo em uma empresa multinacional.** Blumenau-SC 2013.

LEMES, Sirlei; et tal., **O papel da controladoria no processo de Gestão em empresas de grande porte da cidade de Uberlândia,** 2007.

LENHARDT, Rafael Henrique; BECHAIRE, Caroline Schwambach; LIMA, Cristiano de; THESING Nelson José. **Gestão e Controladoria: um estudo de caso em uma pequena indústria do ramo da construção.** 2018.

LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica** [recurso eletrônico] / Gisele Lozada, Karina da Silva Nunes; [revisão técnica: Ane Lise Pereira da Costa Dalcu]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUNKES, ROGERIO João; GASPARETT, Valdirene; SCHNORRENBERGER, Darci. **Um estudo sobre as funções da controladoria.** 2011.

MACHADO, Bianca de Oliveira. **Controladoria como meio de uma melhor gestão em micro e pequenas empresas.** 2011.

MARTINS, Orleans Silva. **O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais: planejamento através da controladoria.** 2005.

MATIAS, Alberto Borges. **Controladoria e Finanças: qual o seu papel na gestão empresarial?** – São Paulo-SP, 2018

MEIRELLES, Juliano Candido de. **A influência do controller na Gestão administrativa.** 2008.

MULER, Elza Terezinha Cordeiro; BEUREM, Ilse Maria. **Estrutura formal e práticas da controladoria em empresas familiares brasileiras.** 2010.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional.** 2007.

OLIVEIRA, Valério Ulquim. **Controladoria: Uma abordagem sobre os principais conceitos.** 2011.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Controladoria básica.** 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís; TARANTO, Fernando Cesar. **Orçamento Empresarial – Novos Conceitos e Técnicas.** 1ed.São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2008

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Controladoria Avançada.** São Paulo,2005.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação.** 2011.

PEREIRA, Jerfeson de Oliveira. **Benefícios da Controladoria e Controles Internos para Micro Empresas e Pequenas Empresa do Varejo Alimentício – Anápolis-GO**

SANTOS, Roberto Vatan. **Controladoria Uma Introdução ao Sistema de Gestão Economica –GECON.**

SILVA, Cristiane Dias. **O papel da controladoria nas empresas que adotam boas práticas de governança corporativa,** 2008.

SOUZA, Cristiane Teresinha Domingues. **A evolução da Controladoria: Um Estudo de Caso no Brasil.** Porto Alegre-RS, 2015.

SOUZA, Carolina Tabita De; GOMES Fabiana Franco Ribeiro. **O Papel da Controladoria No Processo de Gestão: Um Estudo de Caso em uma Siderúrgica.** 2014.

WAHLMANN, Gabriela Christina. Um estudo exploratório sobre a atividade de Controladoria nas microempresas na cidade Urbana. São Paulo,2003.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Denlene Oliveira Nascimento RA 29467
Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Controladoria na gestão de empresas: Estudo de caso numa empresa de segurança privada.
De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Adir Luiz Sampaio

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Licenciatura em Contabilidade Modalidade afim _____

Denlene Oliveira Nascimento

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia 22 de dezembro de 2020

**MERCADO DE CAPITAIS: A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA
EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS**
***CAPITAL MARKETS: THE IMPORTANCE OF EXTERNAL AUDITING IN
INVESTMENT FUNDS***

FELIPE BALDUÍNO CAMATTA¹; CARLOS DANIEL ANTONELLI DE PAULA²;
RENATO SILVA VAZ³; ODIR LUIZ FANK⁴

RESUMO

Este trabalho buscou atingir o objetivo de demonstrar a importância da auditoria externa em fundos de investimentos, para alcançar os objetivos propostos o estudo classifica-se como exploratório, documental e bibliográfico. Os procedimentos adotados foram a análise dos relatórios de auditoria de cada administrador classificados no ranking da Anbima seguindo a abordagem descritiva, produzindo informações através dos dados coletados mediante questionário aplicado nas análises realizadas, apontando os resultados que foram obtidos mediante os objetivos traçados neste trabalho. Os resultados apontam similaridades entre os fundos do mesmo administrador durante o período analisado, apresentando a opinião da auditoria sobre as informações financeiras, sendo elas sem ressalva, existe uma metodologia utilizada por cada empresa de auditoria no momento de aplicação dos testes de riscos, fraudes e erros, os auditores utilizam de ferramentas que facilita a compreensão dos usuários que realizar o acesso as informações, ocorre semelhanças entre todos relatórios em uma comparação aplicada após o levantamento das informações. Diante dos resultados, sugere-se que a auditoria é de extrema importância para esse mercado, não só pela obrigatoriedade, mas como instrumento que confere credibilidade para os fundos.

Palavras-chave: Mercado de Capitais, Investimentos, Análise, Auditoria.

ABSTRACT

This work sought to achieve the objective of demonstrating the importance of external auditing in investment funds, to achieve the proposed objectives the study is classified as exploratory, documentary and bibliographic. The procedures adopted were the analysis of the audit reports of each administrator classified in the Anbima ranking following the descriptive approach, producing information through the data collected through a questionnaire applied in the analyzes carried out, pointing out the results that were obtained in line with the objectives outlined in this work. The results point to similarities between the funds of the same administrator during the analyzed period, presenting the opinion of the audit on the financial information, being that without reservation, there is a methodology used by each audit company when applying risk tests, frauds and errors, auditors use tools that facilitate the understanding of users who access information, there are similarities between all reports in a comparison applied after the information was collected. In view of the results, it is concluded that the audit is extremely important for this market, not only because it is mandatory, but as an instrument that provides credibility for the funds.

Key words: Capital Markets, Investments, Analysis, Auditing.

¹ Aluno do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas – FacUnicamps. E-mail: felipecamatta.cmtt@gmail.com.

² Aluno do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas – FacUnicamps. E-mail: cdapaula@gmail.com.

³ Aluno do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas – FacUnicamps. E-mail: renatocaz2006@gmail.com.

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: odirfank@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente encontramos no mundo corporativo empresas que estão abrindo seus patrimônios e disponibilizando-os em frações pequenas para que possam ser negociados em mercado de capitais. Tal prática evoluiu e vem ganhando espaço nos últimos anos, de modo que, atualmente está adquirindo um papel com importância fundamental dentro de todo o processo de desenvolvimento da economia mundial. As empresas têm procurado este mercado como uma alternativa para satisfazer suas necessidades de recursos financeiros, para que possam expandir suas atividades, e deixando de procurar financiamentos junto aos bancos por exemplo, onde em alguns casos, podem ter custos elevados (VALÊNCIA, 2016). Ainda conforme o autor, o processo de abertura do mercado de forma abrangente promove o aquecimento do mercado interno e externo, possibilitando maiores fluxos de negócios nas mais variadas áreas e ocasionando maior geração de trabalho, assim, viabilizando um maior desenvolvimento econômico no território nacional.

Neste presente trabalho o intuito é produzir informações sobre fundos de investimentos e a importância da auditoria neste ramo, assegurando para todos os usuários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, a segurança e a confiabilidade das mesmas, trazendo credibilidade para este mercado. Com a disponibilização desses ativos e com a alta demanda por investidores, diversos tipos de investimentos estão presentes nesse mercado. Destaca-se as questões que serão objeto de estudo: Quais são esses tipos de investimentos? Qual sua regulamentação? Qual o papel da auditoria neste mercado?

Para as movimentações de ativos, foi criado o Sistema Financeiro, onde segundo Abreu (2019, p. 07), “o sistema financeiro tem o importante papel de fazer a intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva”.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral demonstrar através de informações coletadas por meio de análises dos relatórios de auditoria, a importância da mesma no mercado de capitais, especificamente em fundos de investimentos.

Como objetivos específicos, o estudo apresenta: a) Encontrar as diferenças e semelhanças entre os relatórios de cada administrador dos fundos relacionados à opinião da auditoria; b) Comparar os métodos dos testes de riscos, fraudes e erros aplicados; c) Identificar as ferramentas utilizadas pelas empresas de auditoria para fácil compreensão dos usuários que realizarem o acesso dos relatórios; d) Expor a relação entre os relatórios de auditoria

observando todos os administradores dos fundos.

O estudo desta temática vem em razão da necessidade de apresentar ao público que busca de alguma forma o conhecimento do assunto, e quem tenha o interesse em investir e entrar neste mercado, que esse investidor perante todos os tipos de investimentos e sua regulamentação necessita passar inicialmente pelo processo de identificação de seu perfil, para que em um eventual processo de análise e escolha de um investimento, possa atingir com maior êxito e segurança seu objetivo.

Nesse trabalho será analisada a relação do investidor com o mercado de capitais, assim como, a atuação dos órgãos que regulam esse mercado. Será utilizado também, o estudo das informações da participação da auditoria externa, não somente como obrigação pela legislação reguladora mas seu papel que ultrapassa de forma positiva a barreira da obrigação, mas como ferramenta de tomada de decisão para os usuários que acessam os relatórios de auditoria, que são disponibilizados gratuitamente pelos órgãos competentes. A pesquisa poderá contribuir para uma visão global do tema e para o mercado que vem crescendo a cada dia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa divide-se em quatro títulos, sendo o primeiro analisar os fundamentos e a regulamentação, no segundo verificar os tipos de investimentos, o terceiro compreender as espécies e modalidades, e por fim a importância da auditoria externa.

2.1 Mercado de Capitais: Fundamentos e Regulamentação

Para compreender o que de fato é, e como funciona o mercado de capitais, inicialmente pensa-se em duas pessoas distintas, na qual uma poupa dinheiro e outra necessita de dinheiro emprestado. Certamente todos já vivenciaram esta situação ou já emprestaram dinheiro para alguém. Pois bem, no mercado de capitais segue a mesma prerrogativa, no qual, quem possui dinheiro e deseja investir é conhecido como agente superavitário e quem necessita de dinheiro é conhecido como agente deficitário, a ideia de se emprestar dinheiro é a mesma, mas de maneira mais robusta e complexa (ABREU, 2019).

O mercado opera e existe nesta intermediação entre o tomador de recursos e o poupador

de recursos, esta operação ocorre atualmente via internet, as ordens de compra e venda de ativos no mercado, na qual não acontecem mais os pregões da bolsa de valores, atualmente a bolsa de valores do Brasil se chama B3, onde ocorre esta transição de recursos, onde as empresas que desejam captar recursos de maneira rápida abrem seu capital no mercado através de ações. As chamadas sociedades anônimas e as pessoas que desejam aplicar recursos nestas empresas, não realizam a compra destas ações de forma direta, as mesmas, necessitam obter cadastro em corretoras mobiliárias que realizam a compra e venda de ações no mercado, na qual, estas pessoas emitem a ordem de compra e venda através do sistema chamado *home broker* (ABREU, 2019). Cabe ao investidor assinar mesmo que de forma eletrônica, o termo de adesão ao fundo, afirmando estar ciente de todas as condições pertinentes ao fundo, o mesmo deverá realizar a assinatura do termo novamente caso ocorram mudanças no regulamento do fundo (TOP INVEST, 2020).

Na relação que se estabelece no mercado de capitais, os investidores, ao emprestarem seus recursos diretamente para as empresas, adquirem títulos, que representam as condições estabelecidas no negócio, chamados de valores mobiliários. Podem ser títulos de dívida, em que se estabelece uma relação de crédito entre as partes tomadora e poupadora, como é o caso das debêntures, ou podem ser títulos patrimoniais, ou de capital, em que os investidores se tornam sócios do negócio, com todos os direitos e deveres inerentes, como é o caso das ações. Os investidores podem adquirir esses valores mobiliários diretamente, ou indiretamente por meio de estruturas de investimento coletivo, como os fundos ou clubes de investimento (CVM 2019, p. 34).

Assim, para que proporcione uma compreensão de forma simples do que tratam os fundos de investimentos, pensou-se em um condomínio residencial, onde indivíduos se juntam aleatoriamente à procura de um imóvel já construído ou um lote, com o real interesse de adquirí-lo pelo bom preço e com boas chances de valorização, assim funciona o fundo de investimento onde as pessoas também, de maneira aleatória, buscam adquirir estes terrenos destes fundos, que são chamados de cotas, as cotas correspondem a menor parcela do patrimônio líquido do fundo e o valor da mesma é encontrado através da divisão do patrimônio líquido pela quantidade de cotas (ABREU, 2019).

Os fundos têm como norma reguladora a Instrução de número 555 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e podem ter diferentes regimes de atuação, sendo com regime aberto, onde os cotistas podem realizar a aquisição ou resgate de suas cotas a qualquer momento, ou fechado, na qual só é possível realizar o resgate somente após o fim do prazo de duração do fundo. A constituição do fundo acontece após a determinação de um administrador que cabe a aprovação da constituição no que se funde o regulamento do fundo (Art. 4º CVM INSTRUÇÃO

555, 2014).

A partir da constituição do mesmo, e que deve possuir CNPJ próprio, seu funcionamento será possibilitado após registro no órgão regulador competente, que é Comissão de Valores Mobiliário CVM, que será disponibilizado através do anexo dos documentos necessários previstos no art. 8º da instrução da CVM número 555, onde dispõe que o administrador do fundo deverá anexar no portal disponibilizado no *site* da CVM, o regulamento do fundo em concordância com as disposições exigidas na instrução, a comprovação feita pelo administrador dos contratos realizados pelo fundo, em concordância ao art. 78º da referente instrução normativa nº 555, informar o nome do auditor independente responsável por auditar as demonstrações contábeis do fundo, o número do CNPJ, a apresentação da lâmina das informações de maior importância, elaborada de acordo ao anexo 42 da instrução.

Em premissa, os fundos de investimentos funcionam de forma prática, na qual o investidor que faz um aporte tem o valor investido em cotas, o que faz dele cotista do mesmo, o valor da cota já mencionado no presente trabalho é atualizado diariamente, onde a administração e a gestão do fundo, composto por profissionais altamente capacitados, trabalham para que o mesmo possa obter rentabilidade líquida positiva (XP INVESTIMENTOS, 2020).

Os fundos de investimentos são compostos pelo administrador, distribuidor, gestor, custodiante e pelo auditor independente. O Administrador tem o dever de entregar aos distribuidores os materiais para publicidade do fundo expresso em lei vigente, sendo responsável pela veracidade de todos os componentes dispostos e comunicar aos distribuidores quaisquer mudanças que possam acontecer no fundo, principalmente em relação ao regulamento, caso ocorram tais mudanças, os materiais deverão ser trocados instantaneamente (Art. 17º INSTRUÇÃO 555 CVM §2º, II, II, 2014).

Em concordância com a legislação vigente, o distribuidor é contratado pelo administrador para realizar a intermediação e distribuição das cotas do fundo no mercado (Art. 2º INSTRUÇÃO 555 CVM, XX, 2014). O gestor como expresso em lei, é a pessoa física ou jurídica que possui autorização expedida pela CVM para exercer o cargo de administração de carteira de ativos mobiliários, contratado pelo administrador do fundo para executar a gestão da carteira (Art. 2º INSTRUÇÃO 555 CVM, XXX, 2014). O custodiante é responsável por realizar a proteção do fundo, frequentemente são registrados grandes fluxos de movimentações nos valores e nas quantidades de cotas. Onde, o custodiante tem o dever de monitorar e realizar o registro de todas as movimentações e executar a marcação a mercado no valor das cotas, esta

marcação acontece com o intuito de atualizar o valor das cotas ao valor de mercado e impossibilitar a transferência de riqueza entre os cotistas (TOP INVEST, 2020). A auditoria dos fundos deve ser realizada pelo profissional de auditoria independente, conforme expresso no art. 78º da instrução normativa nº 555 da CVM.

O regulamento do fundo deve conter os valores das taxas de administração, taxa de performance, dispondo das taxas de ingresso e saída, em premissa com a instrução reguladora. Portanto, as taxas mencionadas possuem vedações nas quais não é permitido a majoração sem que seja aprovada pela assembleia geral, porém, podem ser reduzidas pelo administrador do fundo, que deve reportar imediatamente a decisão à CVM e promover a alteração no regulamento do fundo e em sua lâmina. Os fundos abertos devem ter as taxas de administração e de performance cobradas diariamente com seu devido provisionamento em concordância ao previsto no regulamento, os fundos de investimento (FI) e os fundos de investimentos em cotas (FIDC) não direcionados a investidores profissionais, devem estabelecer a taxa de administração conforme a taxa de administração das cotas dos fundos em que forem adquiridas nos mercado (Art. 85 INSTRUÇÃO 555 CVM, §2º, §3º, §4º, 2014).

A tributação destes fundos possui particularidades específicas, os fundos abertos por não terem vencimento, a sua tributação ocorre através de um mecanismo criado pela Receita Federal que é o processo de antecipação do IR, conhecido como “come cotas”, onde o imposto é recolhido a cada seis meses. Em geral, as características acompanham uma dinâmica padronizada, alterando a forma de tributação conforme os tipos de fundos e os ativos que compõem suas carteiras, variando, segundo a tabela progressiva e regressiva de imposto de renda, ambas são escolhidas pelo prazo de permanência do investidor no fundo, na prática o investidor que possui um horizonte de investimento a longo prazo, tende a seguir a tabela regressiva e o investidor que possui um horizonte de investimento a curto prazo, tende a seguir a tabela progressiva, salvo os fundos em ações, pois, os mesmos possuem alíquota de 15% cobrada no resgate e são isentos de IOF, para os fundos de renda fixa, multimercado e cambial é cobrado IOF em caso de resgate no período inferior a vinte e nove dias (TOP INVEST, 2020).

Contudo, em concordância, a instituição da taxa de performance mencionada no parágrafo anterior, a mesma deve seguir descrições que deve ser vinculada ao um índice de referência, intitulado no mercado como *benchmark*, onde os fundos que possuem um índice de referência específico e que busca obter rentabilidade próxima a este índice, são conhecidos como fundos passivos, e os mesmos que buscam superar o desempenho do seu índice de referência são denominados de fundos ativos (TOP INVEST, 2020).

É vedado a cobrança da taxa se o percentual de referência ao *benchmark* não atingir 100% do índice apontado pelo administrador do fundo no regulamento do mesmo, seja eles DI, IBOVESPA, IBRX entre outros. A cobrança deve ser feita em períodos, que seja no menor das hipóteses a cada seis meses, é proibido a cobrança da taxa de performance caso o valor da cota do fundo for menor em referência a taxa anteriormente cobrada (Art. 86 INSTRUÇÃO CVM 555, §1, I, II, III, §2º, 2014).

As instituições que possuem carteiras de fundos têm o dever de segregar todas suas atividades próprias dos recursos de terceiros, que possam vir surgir potenciais conflitos de interesses, este procedimento é conhecido como (*Chinese Wall*), que trata desta barreira de informação (TOP INVEST, 2020).

Na assembléia geral é o encontro de todos os cotistas que buscam deliberar ações a respeito de diferentes situações ligadas ao fundo, exemplos de assuntos a serem tratados em assembléias são: a majoração da taxa de administração, de desempenho, a emissão e subscrição de novas cotas quando se tratar de um fundo fechado, a troca de qualquer um dos componentes da administração do fundo, seja ele o próprio administrador, custodiante ou gestor. A convocação para Assembléia Geral deverá ser realizada por correspondência, enviada com pelo menos dez dias de antecedência para sua realização, a mesma é instaurada com qualquer número de cotistas presentes (ABREU, 2019).

Em relação aos cotistas, todos sem exceção, devem receber durante todos os meses, o extrato dos investimentos referente à competência, e anualmente o saldo para IR, além de ter o livre acesso ao regulamento e formulário de informação complementar, valor do patrimônio líquido, da cota e da rentabilidade e a composição dos ativos do fundo. Quanto à suas obrigações, os cotistas devem estar cientes de seus deveres, onde haverá a possibilidade a qualquer instante de serem convocados a aportar recursos quando o patrimônio líquido encontrar-se em situação negativa, pagar a taxa de administração acordada e presente no regulamento do fundo, observar os riscos pertinentes a cada situação e fundo que ingressar e manter seus dados cadastrais devidamente atualizados (ABREU, 2019).

2.2 Tipos de Fundos de Investimentos

Para muitas pessoas que conhecem o mercado financeiro, fazer uma operação financeira é muito complexo, imaginem pessoas que nunca tiveram acesso às informações necessárias

para saber qual é o melhor caminho para seguir, pensando nisso, sugere-se que seja necessário saber algumas questões antes de tal decisão, como: Quais são as garantias? E quais são os riscos? Como citado acima, os fundos de investimentos funcionam de forma prática na qual o investidor que faz um aporte e tem o valor investido em cotas, o que faz dele cotista do mesmo, o valor da cota é atualizado diariamente.

De acordo com a Instrução CVM 555, de 17 de dezembro de 2017, a classe dos fundos são: “Fundos de Renda fixa, Fundo de Ações, Fundo Multimercado e Fundo Cambial”. Mais importante que apenas o nome, cada fundo possui a sua própria característica, sendo ela a sua política de investimento. Portanto, é de extrema importância que cada investidor tenha esse conhecimento, para que possa tomar decisões acertivas e com menor risco para seus investimentos (CVM, 2016, p.14 - 15).

Fundos de Renda Fixa são investimentos que representam maior segurança para o investidor, porém, também apresentam certo risco, tal risco está ligado à variação da taxa de juros e/ou à variação de índices de preço. Para que seja considerado de Renda Fixa, o fundo deve apresentar no mínimo 80% da sua carteira investida em ativos que estejam ligados a esses fatores de risco (Instrução 555, CVM, 2014, p.76).

A regra de remuneração é definida no momento da aplicação, e tem a finalidade de remunerar o capital e salvaguardando o mesmo, nesse caso, o aplicador do capital conhece antecipadamente os fluxos monetários que irão obter. Como rendas fixas, pode-se citar: Poupança, é uns dos mais populares do Brasil; Tesouro Direto, é um título público e tem a finalidade de captar recursos para financiamentos das dívidas governamentais; Certificado de Depósito Bancário (CDB), que são títulos emitidos pelos bancos para captar recursos, assim, eles podem emprestar dinheiro a seus clientes e Debêntures são títulos emitidos para longo prazo, costumam pagar juros periódicos e o montante principal no momento do vencimento (CVM, 2016, p.15).

Na Renda Fixa o investidor conhece previamente os fluxos monetários, na renda variável não há um conhecimento prévio dos rendimentos futuros e os resgates podem assumir valores superiores, iguais ou inferiores ao aplicado, por esse motivo se diz variável. Um dos diferenciais que chama mais atenção dos investidores para a Renda Variável está relacionada aos ganhos acima da média. Os fundos descritos acima como o de Ações, Multimercado e o Cambial, são exemplos de como o investidor pode extrair resultados superiores a média do mercado, assim são enquadrados no mercado de renda variável. Os fundos de ações são aqueles que tem como objetivo o investimento em ações, possuindo assim, como seu maior risco, a

variação do preço das ações negociadas no mercado organizado. É essa variação que o investidor que tem seu patrimônio em ações, espera alcançar, caso seja majoritária, seu patrimônio investido sofre atualização e assim seu patrimônio se torna maior. Porém, pode ser que o preço da ação diminua, é nesse momento que o investidor pode perder parte do seu patrimônio investido e ter prejuízo em seu investimento. Por esse motivo, todos que buscam essa forma de investimento devem estar atentos aos riscos existentes (CVM, 2016, p.18).

De acordo com a Instrução 555 da CVM, de 17 de dezembro de 2014, para que seja considerado Fundo de Ações “deve ser constituído no mínimo 67% de seu patrimônio líquido com ações admitidas e negociadas no mercado organizado, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações admitidas à negociação, cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações negociadas nas entidades referidas, *Brazilian Depositary Receipts* classificados como nível II e III”. BDRs são certificados representativos de valores mobiliários, de emissão de companhia aberta ou assemelhada, com sede no exterior, são emitidos por instituições financeiras depositárias no Brasil, com lastro nesses valores mobiliários estrangeiros (Instrução 555, CVM, 2014, p.81), (CVM, 2016, p.19).

Os Fundos Cambiais são aqueles onde as aplicações são feitas com base em moedas estrangeiras. O seu principal fator de risco é a variação da moeda estrangeira ou a variação do cupom cambial, que é a variação da cotação da moeda entre origem e destino. Deve ser composto de no mínimo 80% da carteira por ativos relacionados diretamente ou indiretamente, via derivativo, aos fatores de risco (Instrução 555, CVM, 2014, p. 84).

Já os Fundos Multimercado, são aqueles que não possuem um fator de risco específico, estão relacionado a diversos riscos, podendo realizar investimentos em Renda Fixa, Ações, Câmbio. Esse fundo possui uma maior liberdade para realizar uma gestão do que esta sendo aplicado, sendo procurado pelo investidor que busca por um rendimento com grau mais elevado de retorno e que possuem maior tolerância aos riscos que ele pode estar enfrentando, esta modalidade de fundo pode realizar aplicações de forma alavancada, que podem obter perdas superiores ao seu patrimônio líquido (Instrução 555, CVM, 2014, p. 85).

No mercado, o risco se faz sempre presente, onde se admite obter retorno diferente do esperado, sendo assim, existem três tipos de risco que são: Risco de mercado, é encontrado devido a variação constante de preços dos ativos; Risco de liquidez, este é encontrado devido a dificuldade de converter um ativo em dinheiro em decorrência de grande oferta e pouca demanda; Risco de crédito, ocorre quando à chance de não pagamento da venda dos ativos (TOP INVEST, 2020).

Além das classes dos fundos, são definidos também em abertos e fechados. Sendo eles, abertos quando o cotista tem a opção de solicitar o resgate ao administrador ou distribuidor a qualquer momento que desejar, e cada nova compra são emitidas novas cotas e o valor da cota é referente ao valor do dia ou do próximo dia, informação que deve estar prevista no regulamento do fundo. Já fechados, são quando a opção de resgate é apenas no fim do prazo de duração do fundo, tendo ainda a opção de negociar suas cotas, para quem procura liquidez, apenas para terceiros, em mercado organizado. E para a aquisição de cotas em fundos fechados, as mesmas são emitidas através de ofertas públicas, ao término das ofertas, não serão mais aceitos novos cotistas e nem novos investimentos pelos antigos cotistas, apenas se houver uma nova fase de investimentos (CVM, 2016, p. 37-40).

Ao começar a investir em Fundos, o investidor deve saber que terá alguns custos, entre estes, as taxas, que são as remunerações cobradas por seus administradores aos seus serviços prestados. Sendo citadas as Taxas de Administração e a de Performace (CVM, 2016, p. 23).

A taxa de administração remunera o administrador por sua administração, gestão da carteira e por toda outra necessidade existente para o funcionamento do fundo. É provisionada como uma despesa do fundo e não há uma legislação delimitando o valor máximo e mínimo para essa taxa, apenas é definida em seu próprio regulamento, quando se trata de um fundo que adquire cotas em outro fundo, assim, deve-se informar qual o valor da taxa máxima, sendo a taxa do fundo onde esta sendo investido, portanto, se faz necessário conhecer bem o fundo desejado antes de realizar qualquer investimento (CVM, 2016, p. 24).

Trata-se de taxa de performace, a remuneração baseada nos resultados, ou seja, caso o fundo alcance resultados acima do índice de referência (*Benchmark*) estabelecido, o administrador teria acesso a essa recompensa. Essa taxa não pode ser cobrada para fundos de renda fixa, apenas para aqueles que são classificados como destinados a investidores qualificados, de Longo Prazo ou de Dívida Externa, caso o contrário, a cobrança é vedada. A cobrança da taxa de performace deve ocorrer respeitando o prazo mínimo de seis meses, e deve ser calculada após ser deduzido todas as despesas, incluindo a taxa de administração (CVM, 2016, p. 25-26).

2.3 Espécies e Modalidades do Mercado de Capitais

Existem dois tipos de mercado de capitais: mercados primários e mercados secundários.

Basicamente funciona assim: no mercado primário, os ativos estão disponíveis pela primeira vez e são adquiridos por algum investidor. Quando o investidor negocia o título e vende para um terceiro, já passa-se a falar do mercado secundário (TOP INVEST, 2020).

No primário, de um lado está a empresa emissora e do outro os subscritores, que tem o poder de serem os próprios acionistas ou serem investidores do mercado, sendo que nesta tipologia, a empresa capta os recursos necessários para suas atividades. Já no secundário, este pode ser subdividido em: mercado de balcão e bolsa de valores. Neste, ocorre a troca exclusiva tanto de ações entre os investidores, quanto de recursos, sendo que a empresa emissora das ações não participa da operação, visto que já adquiriu os recursos necessários no momento das transações do mercado primário (SANTOS, et al., 2001).

Através do primário, a empresa consegue recursos com a finalidade de financiar suas atividades e trocas comerciais sem a presença de um intermediário (YAN; DOOLEY, 2010). Um exemplo de mercado primário é a *Initial Public Offering* (Oferta Pública Inicial - IPO), que ocorre constantemente quando as empresas vão abrir o capital em sua primeira vez para bolsa de valores.

As ofertas públicas iniciais possuem um papel de grande importância na alocação de recursos nos mercados de capitais emergentes, tendo em vista que, o acesso de empresas em países emergentes tem aumentado cada vez mais, em razão da possibilidade de crescimento acelerado (KIM et al., 2004). O IPO é uma fonte que captura recursos de longo prazo pelas empresas, através da oferta inicial de ações, com o objetivo de quitar suas dívidas no curto prazo, bem como conquistar capital de giro e financiar seus investimentos. Seu fracasso ou sucesso é altamente influenciado pelas condições sistemáticas que interferem em todo o mercado, ou por características inerentes às empresas que lançam seus papéis para serem negociados em bolsa (SATURNINO et al., 2012).

Assim, por exemplo, quando uma empresa necessita de recursos para captar recursos para suas atividades, uma possibilidade é por meio de uma oferta pública inicial (IPO), que é uma forma de ação. A empresa está listada na Bolsa de Valores. O primeiro valor. O preço das ações emitidas pelo IPO é predeterminado, e os investidores participantes geralmente conduzem essa transação para obter a diferença de preço (se a ação se valorizar após a emissão).

Uma vez que a empresa trabalha com o IPO, tanto a primeira, quanto as demais emissões, ocorrem via operação de *underwriting* ou subscrição pública, que é o processo pelo qual uma instituição financeira coordena e, em alguns casos, garante a colocação dos títulos no mercado (SECURATO, 2005). O *underwriting* faz parte do mercado primário, pois existe uma

transação financeira de recursos realizada diretamente do investidor com o caixa da empresa. Quando um investidor, vende sua ação à outro investidor através da bolsa de valores, essa operação ocorre no mercado secundário, visto que a transação dos recursos é realizada entre investidores, não interferindo no caixa da empresa (CAVALCANTE, 2002).

Embora semelhantes, no mercado secundário, a compra e venda de ações são realizadas por meio de corretoras de imóveis, onde os investidores vendem suas ações para outro investidor, para recuperar seu capital. Portanto, conforme descrito acima, os recursos são transferidos de um participante para outro, e não para a empresa emissora dos títulos. Observe que um mercado depende diretamente de outro mercado, porque sem um IPO, os investidores não poderão negociar a compra e venda entre si.

Neste contexto, observa-se que a função do mercado secundário onde tramitam as bolsas de valores, é de dar liquidez aos investidores, possibilitando que na ocasião onde ocorra venda, exista um comprador e vice-versa. Essa situação tende a viabilizar o crescimento do mercado primário e conseqüentemente estimular a capitalização das empresas via mercado de ações (PINHEIRO, 2006).

Curiosamente, você pode participar de dois mercados ao mesmo tempo, esteja comprando ações pela primeira vez ou negociando no mercado secundário, você deve se lembrar que outros títulos de renda variável e fixa podem ser negociados no mercado secundário, como renda variável: Ações, S&P 500, contratos BM&F e pequenos contratos, fundos imobiliários e derivativos. Eles são os valores, e as transações são realizados por meio de corretores da casa ou sistemas de transação.

Portanto, o mercado de capitais é composto pelas seguintes instituições: corretoras de valores, bolsas de valores e instituições. As instituições financeiras autorizadas pela CVM incluem os principais valores mobiliários e derivativos (no caso, ações, por exemplo), que representam a menor proporção do capital de uma empresa listada em Bolsa. Ao comprar ações, os investidores tornam-se seus sócios (acionistas) e participam dos resultados, como distribuição de lucros e dividendos. As ações podem ser: ações ordinárias, os acionistas têm direito de voto nas assembleias e desfrutar de ações preferenciais, os acionistas podem receber dividendos (% da distribuição dos lucros da empresa).

Então, os títulos são emitidos por sociedades anônimas para captação de recursos. Fornecem recursos para investimentos ou financiamentos de capital de giro. Também pode ser usado como garantia de dívidas. Embora títulos não sejam tão populares, eles são a forma mais comum de captação de recursos por meio de títulos. Os investidores que comprarem esses

títulos receberão o pagamento dentro de um período pré-determinado.

2.4 Importância da Auditoria Externa

A contabilidade se aplica por meio do auditor independente, e este, para que possa realizar a auditoria de qualquer fundo, tem o dever de estar devidamente apto a atuar, possuindo inscrição no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), no Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBRACON) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e assim, seguindo a risca todas suas diretrizes.

A auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. A auditoria também identifica deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro e apresenta recomendações para melhorá-los. As auditorias podem diferir substancialmente, dependendo de seus objetivos, das atividades para os quais se utilizam as auditorias e dos relatórios que se espera receber dos auditores.

Segundo a NBC TA 200 R1 de 2016, o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. As NBC TAs não impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e não se sobrepõe às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades.

Para Cavalcanti (2007, p. 25), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Contudo, a auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança, têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria. A auditoria das demonstrações contábeis não exime dessas

responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança.

Para atingir os objetivos gerais do auditor, ele deve utilizar os procedimentos estabelecidos nas NBC TAs relevantes ao planejar e executar a auditoria, considerando as inter-relações entre as NBC TAs: (a) determinar se são necessários quaisquer procedimentos de auditoria, além dos exigidos pelas NBC TAs, na busca dos objetivos formulados nas NBC TAs; e (b) avaliar se foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A atuação dos auditores independentes tem sido entendida como elemento fundamental para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, tendo que sua missão de atestar a fidedignidade das informações contábeis contribui para um ambiente de negócios mais confiável. Considerando o seu propósito de atestar a credibilidade das informações elaboradas pelas empresas, um requisito para a consolidação dos auditores no mercado é a sua própria credibilidade. Como consequência, é natural que as empresas interessadas em se mostrar confiáveis procurem firmas de auditoria com amplo reconhecimento no mercado para atestar suas demonstrações.

A auditoria surgiu como consequência de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do Imposto de Renda, baseados nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção do seu patrimônio (CREPALDI, 2013, p. 262).

O auditor independente desempenha um papel de grande importância para os fundos de investimento, onde sua principal função é assegurar a credibilidade das informações contábeis produzidas pela administração do fundo, com supervisão geral de quem detém todos os direitos sobre ele. Para que o auditor possa expressar de forma segura e concisa seu parecer sobre as demonstrações contábeis é necessário que ele obtenha segurança razoável e livre de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro (NBC TA 200 R1, ITENS 4, 5).

Para que a auditoria possa ser realizada de forma contundente, o auditor deve seguir padrões éticos, assim definidos pela norma técnica reguladora, onde o mesmo deve cumprir as determinações éticas pertinentes à independência em que se refere aos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, realizando um planejamento para execução na prática da auditoria com ceticismo profissional, analisando e identificando possíveis distorções e fraudes (NBC TA 200 R1, ITENS 14, 15).

No que diz respeito ao desempenho das atividades do auditor, o ceticismo profissional é necessário para que possibilite uma avaliação crítica das evidências de auditoria (NBC TA 200 R1, A23). Assim, inclui-se questionar possíveis contradições encontradas nos papéis

fornecidos pela administração do fundo que venha identificar possíveis fraudes e erros, de forma que o seu parecer demonstre fidedignamente a verdadeira posição da atual situação do fundo, passando de forma confiável credibilidade das demonstrações contábeis para os cotistas do fundo que detém capital investido no mesmo, possibilitando maior credibilidade no mercado financeiro, de modo que, possa vir ocasionar em novas aplicações por parte de novos cotistas e maiores investimentos por cotistas já presentes no fundo.

Historicamente a auditoria sempre teve grande importância no mercado de capitais, mas que em um passado recente ganhou proporções maiores após a quebra da bolsa norte americana no ano de 2008, onde teve juntamente com a criação da Lei norte americana denominada Sox, a função de resgatar a confiança dos investidores, que foi perdida após este acontecimento, através da maior rigidez no processo de auditoria e conscientização por parte dos executivos em promover uma governança corporativa segura, estudo apresentado no ano de 2008, pela revista da PUC-SP intitulada “Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley”.

A crise financeira de 2008, trouxe de volta velhas lições e novas conclusões, sejam elas relativas à ordem do mercado financeiro e seus participantes ou a natureza da auditoria e seus heróis. Porém, há algo novo na atmosfera, em que os fenômenos, especialmente aqueles que representam auditorias, são cíclicos, com uma renovação muito rápida em um mercado ainda mais rápido e dinâmico (PORTAL DE AUDITORIA, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo teve uma abordagem qualitativa para o seu desenvolvimento, pois busca evidenciar na presente pesquisa no *site* da CVM de forma simples e direta sobre o mercado de capitais, sua regulamentação e a partir desta prerrogativa apresentar a importância da auditoria nesse mercado, tendo como base teórica a Instrução CVM nº 555 de 2014, e como base prática a análise quantitativa dos relatórios de auditoria dos últimos 5 anos, dos 10 primeiros administradores de fundos de investimentos em ações, segundo o ranking da Anbima, classificados pelo Patrimônio Líquido no mês de outubro de 2020.

Quanto a abordagem dos objetivos foram realizados de maneira exploratória a partir da análise dos relatórios por amostragem de cada administrador, selecionando um fundo em posse do mesmo, analisando-os conforme citado anteriormente, buscando evidenciar as

características de cada um, observando as suas similaridades e diferenças através da opinião dos responsáveis pela auditoria em relação às demonstrações financeiras apresentadas pelos administradores dos fundos no período analisado.

Em relação aos procedimentos, o estudo classifica-se como documental e bibliográfico, pois foram utilizados a Instrução da CVM nº 555 de 2014, *sites* da Anbima e CVM, artigos científicos e revistas da área.

O procedimento de análise dos relatórios de auditoria foi desenvolvido através de um questionário, que serviu como guia para obter os resultados conforme foram traçados nos objetivos do deste trabalho, este questionário é composto por quatro prerrogativas sendo elas: 1º Identificar as similaridades entre os relatórios anuais de cada administrador, sejam eles sem ressalva ou com ressalva; 2º Características dos testes de auditoria aplicados nas demonstrações como gestão de riscos, atestando a veracidade das informações analisadas; 3º Identificar se os relatórios utilizam ferramentas que facilitem a compreensão das informações pelos usuários; 4º Identificar similaridades entre os relatórios como um todo, comparando as características encontradas nos relatórios de cada administrador.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Perante ao que foi proposto neste trabalho, apresenta-se os resultados obtidos de forma simples e direta, com base nas análises realizadas nos relatórios de auditoria.

4.1 Resultados Obtidos

O intuito do trabalho foi apresentar para todos os usuários que fizerem o acesso do mesmo, informações claras e concisas sobre o mercado de capitais e a importância da auditoria neste mercado, preocupando-se não somente em demonstrar, mas sim, em construir um trabalho que proporcione a todos obter conhecimento sobre o referido tema, informando desde a concepção do fundo, sua regulamentação, suas características principais e trazendo a relação não somente obrigatória com a auditoria externa, mas enfatizando a sua importância como um todo.

Apresenta-se na sequência no Quadro 1, os resultados encontrados nas análises por

amostragem dos relatórios de auditoria dos 10 maiores administradores de fundos de investimentos em ações, segundo o ranking da Anbima, com referência ao mês de outubro de 2020. Compete a este quadro o comparativo realizado, na qual o objetivo foi encontrar as diferenças e semelhanças entre os relatórios de cada administrador durante o período analisado, tendo a referência dos últimos 5 anos.

O parâmetro utilizado para a análise foi seguido anualmente, e os administradores que são referidos no Quadro que segue, que não possuem informações do período completo de 5 anos, encontram-se com pareceres indisponíveis no sistema da CVM, e não foram disponibilizados no *site* da própria administradora. Os administradores na qual se encontra a informação de apenas um relatório foram disponibilizados no *site* da própria administradora, mas com referência apenas do último parecer emitido. Sendo assim, este impecilho de certa forma dificultou o processo de obtenção de informações, pois não foi possível analisar os relatórios de todos por completo, porém, não gerou interferência no resultado final. O Quadro 1 mostra os resultados encontrados nas análises por amostragem dos relatórios de auditoria dos 10 maiores administrados de fundos de investimentos em ações, segundo o ranking da Anbima, com referência ao mês de outubro de 2020.

Quadro 1: Fundos de investimentos em ações segundo o ranking da Anbima

Administradores	Data de referência	Similaridades entre os fundos do mesmo administrador	Características dos testes de auditoria	Ferramentas de informações para os usuários	Auditoria
BNY MELLOR	31/12/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	Deloitte
BTG PACTUAL	30/09/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	30/09/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	30/09/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	30/09/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	30/09/2015	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	EY
BEM	-	-	-	-	-
INTRAG	31/10/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	EY
ITAÚ	31/08/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/08/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/08/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/08/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/08/2015	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
BB DTVM	31/12/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	31/12/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	31/12/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	31/12/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG

CAIXA	31/09/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	31/09/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	31/09/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/09/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/09/2015	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
SANTANDER	29/02/2020	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	28/02/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	Deloitte
	28/02/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	28/02/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
	29/02/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	KPMG
CREDIT	-	-	-	-	-
DYNAMO	31/03/2020	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/03/2019	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/03/2018	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/03/2017	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC
	31/03/2016	Ocorreu	Atendeu	Atendeu	PWC

Fonte: Dados da pesquisa

Para o melhor entendimento do Quadro 1, o termo “ocorreu” corresponde a análise feita dos relatórios buscando encontrar informações sobre a opinião dos auditores, sendo eles com ou sem ressalva, atestando semelhanças entre eles no referido período. Em relação aos resultados, percebe-se que em todas as empresas ocorreram similaridades entre os fundos do mesmo administrador.

O termo “atendeu”, atesta as semelhanças encontradas nos relatórios de cada ano, referindo-se aos testes de risco, fraudes e erros aplicados por seguinte, assegurando a veracidade das informações financeiras apresentadas, seguindo um padrão de análise e métodos pelas empresas em cada relatório analisado. Em seguida, demonstrando que as empresas utilizaram de ferramentas que possibilitam a fácil compreensão dos usuários que realizam o acesso aos relatórios. Quanto aos resultados dos fundos analisados no estudo, percebe-se no Quadro 1 que todos os fundos atenderam as características dos testes de auditoria e também referente às ferramentas de informações para seus usuários.

Em seguida o Quadro 2 representa a comparação de forma geral entre os relatórios de todos os administradores, informando a relação entre eles, mesmo que em alguns momentos fossem auditadas por diferentes empresas.

Quadro 2: Comparativo entre os relatórios analisados

Ordem	Administrador	Comparativo (Questão 4)

1	BNY MELLON	Os relatórios como um todo, foram emitidos pelas 4 maiores empresas de auditoria mundial, sendo elas KPMG, PWC, EY e Deloitte. Em geral os mesmos foram elaborados sem ressalva, portanto em concordância com as normas brasileiras de contabilidade.
2	BTG PACTUAL	Quanto aos testes de riscos e seguridade das informações em geral, foram aplicados de forma semelhante entre as empresas, comparando as informações fornecidas pela administração, confrontando-as com o valor das cotas e à análise de sensibilidade de riscos foram concebidas por meios dos métodos de VaR (Value at Risk), Stress Testing e Backtesting. Com similaridades no nível de confiança atingida e no percentual de decaimento, para o cálculo de volatilidade foi utilizada a metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), porém apresenta diferenças no intervalo do parâmetro de análise, variando de 1 dia a 2 anos entre os relatórios dos períodos analisados.
3	INTRAG	Todos os relatórios foram emitidos de maneira simples e direta facilitando a compreensão de todos os usuários que realizarem o acesso dos mesmos, proporcionando aos fundos de investimentos a credibilidade das informações apresentadas, possibilitando o fácil acesso pela população em geral que se interessar pelo assunto. As empresas não se preocuparam somente em emitir um relatório analisando apenas os riscos de fraudes ou erros, mas também trazendo uma credibilidade para estes fundos, demonstrando em seus relatórios informações como: Taxas de administração, atualizações estatutárias, remuneração da administração, riscos de mercado, liquidez, crédito e risco sistêmico, entre outras informações que são encontradas nos regulamentos e nas lâminas de informações complementares dos fundos.
4	ITAU UNIBANCO	Todos os relatórios apresenstavam indepentemente das empresas de auditoria, entre os anos de 2018 e 2020 os resultados obtidos após os testes de riscos realizados o que não foi realizado em ambos entre os anos de 2015 e 2017.
5	BB DTVM	Por fim, pode-se afirmar que, com base no questionário, foram atribuídas as características entre os fundos obtendo resultados de performance e análise parelhos.
6	CAIXA	
7	BANCO SANTANDER	
8	DYNAMO	

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme resultados nos Quadros 1 e 2, percebe-se que foi atingido o resultado esperado, onde os relatórios demonstram o fato de que a auditoria deixou de ser apenas uma mera obrigação, mas que, diante das dificuldades do mercado, as oscilações de resultados, a qual identificados em todos os relatórios, a queda no volume de aplicações e de rentabilidade, e que, em diversos momentos a média de rentabilidade ficou abaixo do índice do IBOVESPA, os administradores mantiveram seus relatórios sem ressalvas, fato que foi observado pelas empresas de auditoria ao analisar as demonstrações financeiras de cada período.

Mediante os resultados apresentados, destaca-se a uniformidade dos testes aplicados pelas empresas de auditoria, com rigorosidade e controle dos resultados obtidos, demonstrando-os em seus relatórios no decorrer de suas respectivas análises, seguindo a linha de raciocínio em elaborar de forma simples e direta, para que o relatório não se torne apenas um acúmulo de páginas e apresente informações que realmente auxiliem o usuário a compreender os dados apresentados. Destaca-se também a presença de conteúdos que se encontram em todos os

relatórios, mesmo que de diferentes empresas de auditoria, como as particularidades de cada fundo, por exemplo, as taxas de remuneração da administração do fundo, assim como as informações apresentadas no quadro acima que são facilmente encontradas na documentação dos fundos e os regulamentos e lâminas de informações complementares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral demonstrar através de informações coletadas por meio de análises dos relatórios de auditoria, a importância da mesma no mercado de capitais, especificamente em fundos de investimentos. Para atingir o objetivo proposto, o estudo classifica-se como descritivo, exploratório, qualitativo, quantitativo, bibliográfico e documental. A pesquisa foi realizada em *sites*, artigos e revistas no período de agosto a novembro de 2020. Os dados foram coletados através de estudos, análises e comparações.

O primeiro objetivo específico foi encontrar as diferenças e semelhanças entre os relatórios de cada administrador dos fundos relacionando a opinião da auditoria, sendo que os resultados apontam similaridades entre os relatórios analisados, possuindo estrutura, apresentação das informações e resultados equivalentes, onde a opinião da auditoria foi apresentada sem ressalva, com referência aos períodos analisados.

O segundo objetivo específico foi comparar os métodos dos testes de riscos, fraudes e erros aplicados, sendo que os resultados apontaram a rigorosidade tratada pelas empresas de auditoria em aplicar os testes em cada relatório, seguindo um padrão uniforme de análise, mesmo quando comparado com diferentes empresas de auditoria, e assegurando a confiabilidade das demonstrações financeiras dos respectivos fundos.

O terceiro objetivo específico foi identificar as ferramentas utilizadas pelas empresas de auditoria para fácil compreensão dos usuários que realizarem o acesso dos relatórios, sendo que os resultados apontam que as empresas de auditoria como um todo, apresentam mecanismos que proporcionam a fácil compreensão das informações em respeito às demonstrações financeiras, o apontamento dos resultados auferidos decorrentes dos testes aplicados e informações complementares que foram além dos assuntos de auditoria, reportando as particularidades dos fundos presentes em seus regulamentos.

O quarto objetivo específico foi expor a relação entre os relatórios de auditoria observando todos os administradores dos fundos, sendo que os resultados apontam grandes

semelhanças entre os mesmos, desde a sua estrutura, aos resultados emitidos pela equipe de auditoria, conferindo aos relatórios, opinião sem ressalva, método de análise de controle de riscos semelhantes, proporcionando a credibilidade das demonstrações fornecidas pelos administradores dos fundos.

Em relação ao objetivo geral, os resultados mostram a partir das análises dos relatórios de auditoria a importância da mesma no mercado de capitais direcionado aos fundos de investimentos, não apenas como obrigação, mas com a função de trazer credibilidade às demonstrações financeiras de cada período e atrair a curiosidade do público em geral para este mercado. Encontrando nos relatórios informações que estão presentes nos regulamentos dos fundos de investimentos e em suas lâminas de informações complementares, algo facilita a compreensão por parte dos usuários e ajuda com a bagagem de conteúdo apresentado.

6 REFERÊNCIAS

BERNADI, João Vitor. **Estudo das principais diferenças de tipos de investimentos financeiros entre discentes e egressos do curso de ciências econômicas da Fahor.** Disponível em: <<https://www.fahor.com.br/images/Documentos/Biblioteca/TFCs/Economia/2019/JoaoVitorBernardi.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2020.

CATIVO, Jorge. **Como fazer a metodologia em um projeto?** . Disponível em: <<http://www.deinf.ufma.br/~portela/metodologia.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2020.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de capitais.** Elsevier Brasil, 2002.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBCTA nº 200, de 19 de agosto de 2016.** Dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1))> Acesso em: 18 jun. 2020.

COELHO, Idésio. **Importância da contabilidade para o mercado de capitais.** Disponível em: <<https://crcal.org.br/importancia-da-contabilidade-para-o-mercado-de-capitais/>> Acesso em: 18 jun. 2020.

CVM, COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Fundos de investimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2016.

CVM, COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM 555. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst555.html>> Acesso em: 18 jun. 2020.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais-fundamentos e técnicas.** 3º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

PORTAL DE AUDITORIA. **Introdução à Lei Sarbanes Oxley (SOX)**. Disponível em: <https://portaldeauditoria.com.br/introducao-lei-sarbanes-oxley-sox/>. Acesso em: 05 nov. 2020. SANTOS, Josué Vieira.; OSÓRIO, Fábio Medina; WELLISCH, Julya Sotto Mayor. Mercado de Capitais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 6, n. 2, p. 38-42, 2001.

SATURNINO, O.; SATURNINO, V.; LUCENA, P.; CAETANO, M.; FLORENCIO DOS SANTOS, J. Oferta Pública Inicial (IPO) de ações no Brasil: uma análise dos retornos da IPO de ações com baixo Índice Preço/Lucro (P/L). In: Anais do Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Antonio Gomes da; JUNIOR, Antonio Robles. **Os impactos na atividade de auditoria independente com a introdução da lei Sarbanes-Oxley**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772008000300010&script=sci_arttext.> Acesso em: 20 out. 2020.

STUMPF, Kleber. **Auditor Independente**. Disponível em: <<https://www.topinvest.com.br/auditor-independente/>.> Acesso em: 18 jun. 2020.

TOP INVEST. **Conteúdo programático da certificação profissional CPA-10**. Versão Fev. 2020.

VALENÇA, Rodrigo Vilar. **Estudo histórico do mercado de capitais no Brasil**. Disponível em: <<https://rrodrigo.jusbrasil.com.br/artigos/340329983/estudo-historico-do-mercado-de-capitais-no-brasil.>> Acesso em: 29 jun. 2020.

XP INVESTIMENTOS. **Fundos de investimentos**. Disponível em: <<https://www.xpi.com.br/investimentos/fundos-de-investimento/>.> Acesso em: 18 jun. 2020.

YAN, T.; DOOLEY, K. J. Entry timing in a secondary market: When to trade? **International Journal of Production Economics**, [S.l.], v. 124, n. 1, p. 62-74, 2010.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Carlos Daniel Antonelli de Paula RA 32465

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Mensagem de Capitais: A importância da Auditoria Externa em Fundos de Investimentos

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Odin Luiz Tomk.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Piências Contábeis Modalidade afim TCC de Graduação

Carlos Daniel Antonelli de Paula

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 05 de fevereiro de 2021



FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS – FacUNICAMPS
 Recredenciada pela Portaria MEC nº262 de 18/04/2016

O PAPEL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL FRENTE AS ORGANIZAÇÕES EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL THE ROLE OF THE ACCOUNTING PROFESSIONAL IN FRONT OF ORGANIZATIONS IN THE LEGAL REORGANIZATION PROCESS

ANDRÉ DE JESUS SANTOS¹; CRIS TATIELLE SILVA DOS SANTOS²; MILENA RODRIGUES
 SILVA³; ROBSON ALVARENGA PEREIRA⁴; ODIR LUIZ FANK⁵.

RESUMO

Com base na lei de Recuperação Judicial nº 11.101/05, apresenta vários aspectos do papel do profissional contábil e suas ferramentas nas tomadas de decisões no processo de recuperação judicial. O estudo tem como objetivo geral identificar o papel do Profissional Contábil e da Contabilidade no processo de recuperação judicial e os benefícios que a mesma apresenta para as empresas. Como objetivos específicos, o estudo apresenta: destacar o papel e a participação do contador no processo de recuperação judicial nas empresas e apontar os benefícios que a recuperação judicial proporciona as empresas. O estudo classifica-se como uma abordagem qualitativa, de tipologia descritiva sendo essa uma pesquisa bibliográfica de estudos correlatos, os dados foram coletados através de monografias, artigos, livros e *sites* fidedignos como google acadêmico e biblioteca digital, baseado também em leis, e leis complementares relacionados ao assunto. Os resultados apontam que o contador está presente em todas as fases da Recuperação Judicial. Diante dos resultados, conclui-se que a referida Lei veio para beneficiar as Empresas e a economia, enaltecendo o papel do contador nos processos, fornecendo as Demonstrações obrigatórias oficiais e fidedignas, exigindo cada vez mais especialização da classe contábil.

Palavras-chave: Empresa. Processo. Recuperação Judicial. Contabilidade. Administrador Judicial.

ABSTRACT

Based on Judicial Reorganization Law No. 11,101 / 05, it presents several aspects of the role of the accounting professional and its tools in decision-making in the judicial reorganization process. The general objective of the study is to identify the role of Accounting Professional and Accounting in the judicial reorganization process and the benefits that it presents for companies. As specific objectives, the study presents: to highlight the role and the participation of the accountant in the process of judicial recovery in companies and to point out the benefits that judicial recovery provides companies. The study is classified as a qualitative approach, of a descriptive typology, this being a bibliographic search of related studies, and the data were

¹ Acadêmico do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas FacUnicamps
 E-mail: andre.ajs1988@gmail.com.

² Acadêmica do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas FacUnicamps
 E-mail: cristatiellesantos@gmail.com.

³ Acadêmica do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas FacUnicamps
 E-mail: milenasilva.rod@gmail.com.

⁴ Acadêmica do 8º período Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unidas de Campinas FacUnicamps
 E-mail: robsonap2004pereira@gmail.com.

⁵ Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Professor da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps. E-mail: odirfank@hotmail.com.

collected through monographs, articles, books and reliable sites such as google academic and digital library, also based on laws, and complementary laws related to the subject. The results show that the accountant is present in all phases of Judicial Recovery. In view of the results, it can be concluded that the referred Law came to benefit the Companies and the economy, extolling the role of the accountant in the processes, providing the official and reliable mandatory statements, demanding more and more specialization of the accounting class. Based on Judicial Reorganization Law No. 11,101 / 05, it presents several aspects of the role of the accounting professional and its tools in decision-making in the judicial reorganization process. The general objective of the study is to identify the role of Accounting Professional and Accounting in the judicial reorganization process and the benefits that it presents for companies. As specific objectives, the study presents: to highlight the role and the participation of the accountant in the process of judicial recovery in companies and to point out the benefits that judicial recovery provides companies. The study is classified as a qualitative approach, of a descriptive typology, this being a bibliographic search of related studies, and the data were collected through monographs, articles, books and reliable sites such as google academic and digital library, also based on laws, and complementary laws related to the subject. The results show that the accountant is present in all phases of Judicial Recovery. In view of the results, it can be concluded that the referred Law came to benefit the Companies and the economy, extolling the role of the accountant in the processes, providing the official and reliable mandatory statements, demanding more and more specialization of the accounting class.

Keywords: Company. Process. Legal reorganization. Accounting. Legal Administrator.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual em que as empresas brasileiras se encontram é de grande instabilidade, tornando-se necessário um meio legal para que continuem com suas atividades econômicas, sendo que, a lei 11.101/05, conhecida como a Lei de Recuperação de Falência(LRF), que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que substitui a figura da concordata existente no Decreto Lei 7.661/45, tem por objetivo evitar que a crise na empresa acarrete em sua falência. Segundo Teixeira (2018, p. 542), “recuperação de empresa judicial é aquela que é processada integralmente no âmbito do Poder Judiciário, por meio de uma ação judicial, com rito processual próprio, visando a solução para a crise econômica ou financeira da empresa”.

O plano de recuperação judicial e seus procedimentos realizados pela empresa, serão fiscalizados pelo administrador judicial, que por sua vez será nomeado pelo magistrado para ajudar em meio ao processo de recuperação judicial de acordo com o Art.53 da Lei 11.101/05. Segundo Carvalho e Almeida (2017, p. 09), “cabe ao Administrador Judicial, sob fiscalização do juiz, fornecer aos credores informações do pedido de recuperação judicial ou da decretação de falência, a natureza, o valor e a classificação dada ao crédito, e extrato dos livros do devedor”.

Neste contexto surge a questão: qual o papel do Profissional Contábil e da contabilidade nos processos de recuperação judicial?

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral identificar o papel do Profissional Contábil e da Contabilidade no processo de recuperação judicial e os benefícios que a mesma apresenta para as empresas. Como objetivos específicos, o estudo apresenta: a) destacar o papel e a participação do contador no processo de recuperação judicial nas empresas; b) apontar os benefícios que a recuperação judicial proporciona as empresas.

O trabalho justifica-se pela constante necessidade das empresas se manterem no mercado quando estão se deparando com situações insolventes, sendo um assunto de grande relevância para sociedade, visto que, uma eventual falha de um empreendimento pode interferir na economia, com reflexo direto nas pessoas, como funcionários, credores, região e até mesmo no território nacional ou internacional.

Esta pesquisa científica faz-se necessário para demonstrar a importância da atuação ponderada de um administrador judicial (representado por um contador), para medir a situação econômica da empresa. Portanto, o intuito deste trabalho é fornecer compreensão sobre os benefícios da recuperação judicial para as empresas, juntamente com a figura do contador, auxiliando as tomadas de decisões, utilizando as ferramentas que a contabilidade dispõe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho se divide em quatro títulos, sendo o primeiro a Evolução da Contabilidade, o segundo Concordata e Recuperação Judicial, o terceiro Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 com três subtítulos, sendo eles: Administrador Judicial, Atividades e pessoas sujeitas e não sujeitas à Recuperação Judicial e Condições necessárias para o pedido de Recuperação Judicial. E por fim o quarto tópico, as fases da Recuperação Judicial.

2.1. Evolução da Contabilidade

A contabilidade se fez presente nas civilizações desde os tempos mais remotos e vem evoluindo como prática, conhecimento e ciência à medida que os seres humanos também evoluem em suas relações comerciais não se sabe ao certo uma data específica em que surgiu a contabilidade, que de acordo com Silva (2018), a contabilidade é antecessora a pré-história da

humanidade, quando puderam ser criados os primeiros instrumentos e começaram a fabricação de alimentos e a controlar a quantidade dos animais. Com a evolução do homem passou-se a obter mais riquezas, surgindo à necessidade de escriturar seu patrimônio. Claro que não se tratava de registros concretos e com normas legais como as que existem na atualidade, mas era a forma que os povos antigos encontraram para evidenciar seu patrimônio e os direitos que eles possuíam para receber, ou as dívidas que já haviam liquidado.

Com o decorrer dos anos e com a mutação constante dos seus patrimônios, as pessoas ligadas à contabilidade viram-se na obrigação de criar métodos mais eficazes com a intenção de simplificar e auxiliar os detentores de patrimônio, a controlar seus bens e a tomar decisões mais assertivas em relação às suas compras e vendas. Por volta do século XII e XIII a contabilidade se encontra na fase moderna impulsionada pelo desenvolvimento econômico das principais cidades marítimas na Europa, surgindo as primeiras manifestações das partidas dobradas, que se tornou conhecido mundialmente pelo frade franciscano Lucca Paccioli, com a publicação do *Tractatus de Computis et Scripturis* em 1494. Para Crepaldi e Lida (2017, p. 5),

Após o surgimento do método contábil na Itália, no século XIII ou XIV, da divulgação no século XV da obra de Luca Pacioli, da disseminação da escola italiana por toda a Europa, surge no século XIX um período que muitos cientistas chamam de romântico. Nesse período, a teoria avança com relação às necessidades e complexidades das sociedades.

Ao longo do tempo, a profissão contábil foi regulamentada no Brasil, mais precisamente no ano de 1770, sendo a primeira regulamentação, expedida por Dom José, rei de Portugal, onde exigia o registro de matrícula dos profissionais em junta comercial, os contadores eram chamados de guarda-livros, mas somente em 1945 foi criado o curso de Ciências Contábeis, pelo decreto nº 7.988, e um ano depois, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Conselhos Regionais de Contabilidade - CRC, pelo decreto nº 9.295. Segundo Reis (2017, p. 27), “as funções desses conselhos são definidas no decreto e cabe ao CFC dirimir as dúvidas suscitadas pelos CRCs, além de definir, regulamentar e baixar normas e padrões contábeis de interesse da profissão e de seu exercício profissional.”

Logo, foram criadas leis para a regulamentação de algumas empresas como a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe das características e Natureza da Companhia ou Sociedade Anônima, em 28 de dezembro de 2007, a referida lei teve alguns dispositivos revogados pela lei 11638/07 e estendeu às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, em 27 de maio de 2009, a lei 11.941/09 instituiu o regime tributário de transição e alterou a legislação tributária federal relativa aos

parcelamentos ordinários de débitos tributários, essas leis serviram para harmonizar as Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade, segundo Reis (2017, p. 31),

A fim de harmonizar as Normas Brasileiras de Contabilidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou e revogou os dispositivos da Lei das S.A.s. nº 6.404/76,. E em 27 de maio de 2009, foi promulgada a Lei n ° 11.941, criada a partir da Medida Provisória nº 448 de 26 de novembro de 2008, que veio sanar as divergências existentes entre a Lei 11.638/07, o Regulamento do Imposto de Renda e o Código Civil.

Com isso foi criado um órgão chamado *International Accounting Standards Board* (IASB), com intuito de estabelecer padrões de demonstrações contábeis internacionais das empresas ao redor do mundo, para Santiago (2016, p. 42),

A criação do IASB tem sido uma iniciativa de grande sucesso, respeitada e que efetivamente da suporte aos órgãos nacionais de Contabilidade e aos reguladores nos principais mercados de capitais, bem como aos elaboradores e usuários das informações contábeis ao redor do mundo.

Assim, o empresário brasileiro encontra grandes dificuldades em se manter sólido no mercado. Mesmo com o auxílio do contador e suas ferramentas, algumas empresas não conseguem arcar com suas responsabilidades, por conta de uma alta carga tributária e entre outros motivos, levando-as à beira da falência. Para evitar que as Empresas fechem as portas por falência, foi criada em 1945, a Lei nº 7.661 da Concordata, que foi alterada em 2005 para a Lei nº 11.101, de acordo com Guimarães et al., (2016, p. 5), “a Lei 11.101/2005 rege a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência da sociedade empresária, estabelecendo os tipos de sociedades, suas obrigações e os diversos procedimentos a serem cumpridos no processo de recuperação”. Assim, a Lei da Recuperação Judicial até então é um dispositivo legal que ampara as Empresas em crise, ajudando judicialmente a arcar com seus compromissos diante os credores e a sociedade.

2.2. Concordata e Recuperação Judicial

A Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, disciplina a recuperação judicial, recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que anula a lei 7.661/1945,

que referia a concordata, essa Lei veio para evitar que as Empresas em crise econômica acarrete em sua falência.

Segundo Tomazette (2020), a Lei de Recuperação Judicial veio para substituir a antiga concordata que tratava sobre as empresas em crise, que buscavam a liquidação, esta nova Lei busca a recuperação das empresas. Portanto, juridicamente a empresa representa produção e circulação de serviços e bens para o mercado, sendo engrenagem essencial na economia Brasileira.

Foram criadas com a finalidade de evitar a falência do empresário e da sociedade empresária as Concordatas e a Recuperação Judicial. Contudo, existem objetivos distintos e diversas diferenças entre os dois institutos. No Quadro 1 pode-se verificar as principais diferenças entre a extinta Concordata preventiva e a atual Recuperação Judicial.

Quadro 1: Diferença entre a concordata e recuperação judicial

	Concordata Preventiva Decreto Lei 7.661/45	Recuperação Judicial Lei 11.101/05
Objetivo	Auxiliar o devedor a cumprir com suas obrigações e evitar a falência da empresa	Viabilizar a superação da crise econômico-financeira do devedor com a manutenção dos recursos produtivos e da função social da sociedade empresária
Meios	Aumento do prazo para pagamento das obrigações e redução da dívida.	Apresentação do plano de recuperação aos credores com os prazos e condições para o pagamento da dívida.
Exigências legais petição final	Apresentação das demonstrações financeiras do último exercício e relação dos credores.	Apresentação das demonstrações financeiras dos últimos 3 (três) exercícios, relação dos credores e o plano de recuperação judicial.
Demonstrações financeiras exigidas	Balanco Patrimonial, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e demonstração de resultado desde o último exercício social.	Balanco Patrimonial, demonstração dos últimos resultados acumulados, demonstração do resultado desde o último exercício social e relatório gerencial de fluxo de caixa e sua projeção.
Natureza dos credores	Credores quirógrafos (não possuem direito real de garantia).	Todos os credores.
Prazos para o pagamento	Prazo máximo de 2 anos	O prazo é acordado com os credores no plano de recuperação.
Fiscalização	Comissário	Administrador judicial e comitê de credores.
Administração da devedora	O devedor deveria manter a administração da sociedade empresária sob a fiscalização do comissário.	O devedor mante a administração da sociedade, sob fiscalização do comitê de credores e do administrador judicial.

Assembleia e comitê dos credores	Não existia	Possuem papel importante na aprovação do plano de recuperação judicial, como na fiscalização do mesmo.
Conversão em falência	O juiz poderia decretar falência a qualquer momento, caso haja pedido do devedor ou ficar comprovado a existência das hipóteses encontradas no art. 162.	O juiz decretara falência no caso de deliberação de assembleia geral dos credores, não apresentação do plano de recuperação ou rejeição de mesmo ou descumprimento por parte do devedor das obrigações constantes no plano de recuperação.

Fonte: Adaptado de Moro Júnior (2011).

Percebe-se no Quadro 1 que profundas mudanças ocorreram entre a extinta Concordata Preventiva Decreto Lei 7.661/45 e atual Recuperação Judicial Lei 11.101/05, a lei em vigor é mais abrangente, pois engloba toda empresa que estiver em crise econômica e financeira desde que esteja em conformidade com o artigo 48 da Lei nº 11.101/05.

A Recuperação judicial criou mais transparências nos seus processos, além de novas opções de pagamentos, facilitando a solução do seus débitos, os credores ficaram com amplos poderes de decisão para o deferimento ou não, na lei anterior esta autonomia era do magistrado, Outro ponto que diverge nestas leis, antes teria necessidade da presença de um fiscal para regular o funcionamento do processo escolhido pelo magistrado, na nova lei nº 11.101/05 estabelece que esse fiscal será chamado de administrador judicial, devendo ser profissional idôneo com devida formação, conforme artigo 21 da Lei nº 11.101/05.

2.3. Recuperação Judicial – Lei n ° 11.101/2005

Para Brandão et al., (2020, p. 452), “em uma análise preliminar, o que se observa é que a pandemia do COVID-19 e sua consequente restrição ao comércio não essencial e à circulação de pessoas afetará diretamente a vida e a saúde financeira das empresas brasileiras, sobretudo as micro e pequenas empresas”. Levando o Empresário a ter dificuldades a arcar o compromisso com seus fornecedores e manter o salário dos funcionários em dia, estabelecendo uma crise patrimonial, onde os seus passivos serão maiores que seus ativos, ou seja, suas dívidas serão mais que seus bens e os seus disponíveis. Segundo Tomazette (2017, p. 35),

A atividade empresarial, como um todo, gera uma série de dificuldades para quem a exerce, seja na busca de novos mercados, seja na manutenção da clientela, e na soma, nas exigências que a atividade impõe no dia a dia. Essas dificuldades, naturais no exercício da empresa, podem acabar culminando em crise dos mais diversos tipos, que

podem advir de fatores alheios ao empresário (sujeito que exerce a empresa), mas também podem advir de características intrínsecas a sua atuação.

Diante de tais situações a Lei 11.101/05 veio como ferramenta judicial para auxiliar o empresário a não fechar as portas, tendo a possibilidade de negociar com os seus credores, sendo homologado judicialmente.

O artigo 47 da Lei nº 11.101/05 deixa claro o objetivo da Recuperação Judicial, que é ajudar na superação da situação de crise econômica e financeira, permitindo que a Empresa se recupere e continue atendendo aos interesses de seus credores, gerando emprego aos funcionários e continue a estimular a sua atividade econômica. Portanto, em outras palavras esse artigo mostra um incentivo ao empreendedorismo, toda empresa corre riscos de falência, para amparar a Empresa no processo de Recuperação é possível contar com esse mecanismo jurídico.

Devem ser apresentados no plano todos os meios de recuperação, admitindo-se qualquer meio lícito para a execução do plano. Isto é, além dos meios elencados pela Lei fica permitida a criação de outras medidas, desde que não fira a ordem pública, a função social do contrato a boa fé e a moral. De acordo com o autor Teixeira (2018, p. 546), “poderá haver a combinação das possibilidades elencadas pela lei. Igualmente elas também podem ser associadas a outras não previstas pela norma.” Constituem meios de recuperação judicial, conforme destacado no artigo 50 da Lei 11.101/05,

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;

II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;

III – alteração do controle societário;

IV – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;

V – concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;

VI – aumento de capital social;

VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;

VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;

IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro;

X – constituição de sociedade de credores;

XI – venda parcial dos bens;

XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial,

aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII – usufruto da empresa;

XIV – administração compartilhada;

XV – emissão de valores mobiliários;

XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

§ 1º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia.

§ 2º Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será conservada como parâmetro de indexação da correspondente obrigação e só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de recuperação judicial.

São as medidas da empresa para sair da dificuldade econômica, podendo ser qualquer medida lícita, dentre eles, fusão, cisão, aumento de ativos, intervenção de credores, aumento e diminuição de capital, podendo haver mudança de gestão, entre outros, conforme elencados no artigo 50 da Lei 11.101/05.

O empresário também pode optar pela recuperação extrajudicial, homologando em juízo, juntando sua justificativa e o documentos que contem seus termos e condições. Acordos firmados entre o devedor e os credores desde que representem 3/5 de todos os credores com exceção dos credores tributários, de acordo com artigo 161 a 163 da lei 11.101/05, visando ser menos oneroso para o devedor, mediante aprovação judiciária e terá força de título executivo judicial nos termos do artigo 515 da Lei 13.105/15.

O artigo 515 destaca os cumprimentos de sentenças e acordos de fazer ou não fazer, atuando nas custas de um determinado processo de autocomposição judicial ou extrajudicial de qualquer natureza podendo ser homologado em juízo de procedimento voluntário, passando a valer título executivo extrajudicial.

2.3.1. Administrador Judicial

Na decisão que se defere ao processamento de recuperação judicial, o juiz nomeia o administrador judicial, para agir no processo, não querendo substituir o devedor na administração do seu patrimônio, mas sobretudo para fiscalizá-lo. O administrador judicial atua como o grande auxiliar do juiz no desenvolvimento do processo de recuperação, sendo sua nomeação essencial, desde que o devedor inicia o processo (TOMAZETTE, 2017).

Na Lei 11.101/05, no artigo 21 é determinado que o administrador judicial deverá ser um profissional idôneo, preferencialmente das áreas de Direito, Economia, Administração ou Contabilidade.

Na Seção III, artigo 22, incisos I e II da Lei 11.101/05, estão detalhadas as funções do administrador judicial. Sob fiscalização do juiz, é função do administrador judicial, fornecer aos credores informações do pedido de recuperação judicial, a natureza, extrato dos livros do devedor, valor e a classificação dada ao crédito. Exigir dos credores e do devedor qualquer informação que seja necessária para o andamento do processo, é de responsabilidade do administrador judicial. Segundo o artigo 18 da Lei 11.101/05, o administrador judicial deve consolidar o quadro geral dos credores e também elaborar a relação de credores conforme estabelecido no artigo 7 da referida Lei.

Perante a amplitude do papel do Administrador Judicial nos processos de recuperação judicial, vale acentuar que ele poderá contratar, mediante autorização judicial, empresas especializadas ou profissionais para auxiliá-lo nas funções, o que pode ser confirmado com a citação de Teixeira (2014, p. 349), “é preciso também considerar que o Administrador pode contratar auxiliares para ajudá-lo em suas atribuições, como contadores, escriturários, etc.”.

2.3.2. Atividades e pessoas sujeitas e não sujeitas à Recuperação Judicial

Segundo Lopes e Uchoa (2013, p. 20), “a lei pretende inibir a utilização massiva e irrefletida das recuperações judiciais, o que pode gerar fraudes, impedindo a ação de aproveitadores e bucaneiros de toda sorte”. Portanto para que possa apreciar o processo de Recuperação Judicial, é necessário que cumpram requisitos determinados por Lei.

Na Recuperação Judicial existem algumas atividades que não são abrangidas, no artigo 2º da Lei nº 11.101/05, são excluídas as seguintes;

- I – empresa pública e sociedade de economia mista;
- II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Para Teixeira (2018, p. 524), “as exclusões citadas ocorrem por opção política do legislador, que reserva tratamentos jurídicos distintos em caso de problemas financeiros a essas

atividades.”. Assim, com o veto das empresas acima citadas não permitirá que ocorra vantagens ou processos ilícitos.

Para quem desenvolve atividade rural, só estarão sujeitos ao regime da Recuperação Judicial, se este optar por fazer sua inscrição no Registro Público de empresas Mercantis, conforme descrito nos arts. 971 e 984 do Código Civil, o que o torna um empresário rural. As Companhias aéreas passaram a ser aplicáveis por força do art. 199 da Lei 11.101/05, que acabou com a proibição do art. 187 da Lei nº 7.565/86, do Código Brasileiro de Aeronáutica, onde as companhias aéreas não podiam impetrar, mais podiam falir (TEIXEIRA, 2018).

Portanto, as empresas que não foram excluídas no artigo 2º da Lei 11.101/05 poderão solicitar a Recuperação Judicial, nos casos de quem desenvolve atividade rural é necessário o registro para que se torne um empresário rural e atenda aos requisitos legais.

2.3.3. Condições necessárias para o pedido de Recuperação Judicial

O artigo 48 da Lei nº 11.101/05, cita os requisitos necessários para o pedido de Recuperação Judicial que são;

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

§ 1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

§ 2º Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente.

Um exemplo de Empresa que atendeu a todos os requisitos e solicitou o pedido de Recuperação Judicial foi a gigante OI S.A. A empresa requereu o pedido de recuperação Judicial em 20 de junho de 2016, cujo processamento foi deferido em 29 de junho de 2016, pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 0203711-65.2016.8.19.0001). O Gráfico 1 mostra o Ranking dos pedidos de Recuperação Judicial.

Gráfico 01 – Ranking dos maiores pedidos de Recuperação Judicial do País

Fonte: Alvarez e Marsal (2016).

O Gráfico 1 mostra o ranking das vinte maiores empresas que solicitaram pedido de Recuperação Judicial, sendo liderado pela OI S.A. com uma dívida total de R\$ 65,4 bilhões, em segundo lugar a Sete Brasil com uma dívida total de R\$19,3 bilhões. Porém, Empresas de pequeno e médio porte também podem solicitar o pedido de Recuperação Judicial, desde que não estejam incluídas no artigo 2º e atendam as condições necessárias do artigo 48º da Lei nº 11.101/05.

De acordo com o levantamento do Serasa (2020), muitas empresas solicitam Recuperação Judicial, sendo que após análise do magistrado somente algumas são deferidas, verifica-se no Quadro 2 a análise dos últimos anos de requerimentos e deferimentos de Recuperação Judicial.

Quadro 2: Total de recuperações judiciais requeridas e deferidas

Recuperações Judiciais - Total de Ocorrências								
Mês	Recuperações Judiciais							
	Requeridas				Deferidas			
	Micro e Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total	Micro e Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
2016	1.134	470	259	1.863	890	397	227	1.514
2017	860	357	203	1.420	675	324	196	1.195
2018	871	537	210	1.618	739	290	186	1.215

2019	851	309	227	1.387	721	306	232	1.259
Agoto-2020	558	197	113	868	420	148	100	668
TOTAL	4.274	1.870	1.012	7.156	3.445	1.465	941	5.851

Fonte: Serasa Experian de Falências e Recuperação Judicial (2020) adaptado pelos autores.

Percebe-se no Quadro 2 que de 2016 a agosto de 2020 houve um total de 7.156 de requerimentos e somente 5.851 foram deferidas. Sendo que, do total de requerimentos foram 4.274 de Micro e Pequenas Empresas, 1.870 de Médias Empresas e 1.012 de Grandes Empresas. Já do total de deferidas foram 3.445 de Micro e Pequenas Empresas, 1.465 de Médias Empresas e 941 de Grandes Empresas. Sendo que do total de requerimentos 1.305 não atenderam aos requisitos citados no art. 48 da Lei 11.101/05 e tiveram seus pedidos indeferidos.

2.4. Fases da Recuperação Judicial

O processo de Recuperação Judicial é dividido em três etapas distintas. Segundo a Lei nº 11.101/05 possibilita identificar as fases, no capítulo III, divididos nas seções II – Do Pedido e do Processamento da Recuperação Judicial, III – Do Plano de Recuperação Judicial e IV – Do Procedimento de Recuperação Judicial.

A primeira é a Fase postulatória, é a solicitação inicial do pedido de Recuperação Judicial, a sociedade empresária ou o empresário devedor de acordo com os artigos 51 e 52 da Lei 11.101/05, apresenta seu requerimento do benefício. Inicia-se com a petição inicial de Recuperação Judicial e se encerra com o despacho judicial mandando processar o pedido.

É retratado no artigo 51 da Lei 11.101/05, que a petição inicial deverá conter: a exposição das causas concretas da situação patrimonial e as causas da crise econômico-financeira da empresa, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultados acumulados, demonstrações de resultado desde o último exercício social e o relatório gerencial do fluxo de caixa e de sua projeção dos últimos três exercícios, a relação nominal completa de credores com respectivamente seus endereços, natureza, classificação e valores atualizados dos créditos indicando a origem, os vencimentos e os registros contábeis das transações, a relação dos empregados com as respectivas funções e salários e outros direitos, a certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores, a relação dos bens particulares dos sócios e dos administradores da sociedade empresária devedora, os extratos atualizados das contas bancárias, bem como as aplicações financeiras, as certidões dos cartórios dos protestos situados

nas empresas devedoras e suas filiais e a relação de todas as ações judiciais ocorridas e seus respectivos valores.

A petição inicial do pedido de recuperação judicial é instruída com os documentos citados no artigo 51 da Lei 11.101/05, o não cumprimento dos mesmos impossibilita a obtenção do benefício.

A segunda é a Fase deliberativa, de acordo com os artigos 53 e 54 da Lei 11.101/05, essa discute e aprova um plano de reorganização, inicia com o despacho que manda processar a recuperação judicial e finaliza com a decisão concessiva ao benefício.

De acordo com Coelho (2011, p. 425),

A fase de deliberação do processo de recuperação judicial inicia-se com o despacho de processamento. O principal objetivo dessa fase é a votação do plano de recuperação do devedor. Para que essa votação se realize, porém, como providência preliminar, a verificação dos créditos, que se processa da forma já examinada relativamente à falência.

Após ser publicada a decisão que deferir o processamento da recuperação inicial, vistos na fase postulatória, o plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, e deverá conter (Lei 11.101/05, art. 53), discriminação dos meios de recuperação a ser empregados, demonstração de sua viabilidade econômica, laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor.

A terceira e última é a Fase de execução, onde o juiz irá analisar os fatos ocorridos durante o processo judicial, o mesmo poderá decretar sua sentença e proferir como encerrada a Recuperação, sendo favorável ou não para a Empresa. Segundo Coelho (2014), concebe a fiscalização do cumprimento do plano de recuperação. Inicia com a decisão concessiva da recuperação judicial e finaliza com a sentença de conclusão do processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando atingir os objetivos específicos gerais propostos neste artigo, apresenta-se os procedimentos metodológicos que foram utilizados em sua elaboração, visando demonstrar a forma de realização da pesquisa.

A abordagem utilizada nos objetivos defendidos foi a qualitativa, sendo a sua tipologia descritiva. A forma de pesquisa foi a bibliográfica, que se baseia em buscas de informações em estudos correlatos e em obras científicas. Para Praça (2015, p. 81), “a revisão bibliográfica deve

apresentar as mais recentes e consistentes obras científicas que tratem do assunto proposto pelo pesquisador”.

Portanto, o trabalho foi feito através de levantamentos de informações, com a busca de monografias, artigos, livros e *sites* fidedignos como google acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), baseado também na lei 11.101/05, e leis complementares relacionados ao assunto, que se refere ao papel do contador em processo de recuperação judicial que é o objeto do presente estudo.

As palavras chaves utilizadas foram Empresa, Processo, Recuperação Judicial, Contabilidade e Administrador Judicial.

Por fim se caracteriza como uma abordagem qualitativa, de tipologia descritiva sendo essa uma pesquisa bibliográfica de estudos correlatos, no qual foi apresentado o tema abordado, com o intuito de demonstrar a importância do profissional contábil nos processos de recuperação judicial.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, os quais respondem os objetivos propostos, destacando o papel do contador na recuperação judicial e os benefícios da recuperação judicial nas empresas.

4.1 Papel do contador e da contabilidade na recuperação judicial

O Quadro 3 mostra os estudos correlatos sobre o papel do contador e da contabilidade na recuperação judicial.

Quadro 3: Estudos correlatos sobre o papel do Contador e da Contabilidade na Recuperação Judicial

Ano	Autores	Objetivos	Resultados
2016	COSTA, Bruno Cesar Silva Da e DEUS, Daniel Jose De.	O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar a atuação do contador e o uso da Contabilidade nos processos de recuperação judicial.	Notou-se que a recuperação judicial pode ser um grande campo de atuação para os contadores; seja como um profissional especializado na área para elaborar o plano de recuperação judicial, ou como Perito Contábil, quando solicitado pelo juiz para analisar os documentos apresentados pelo devedor e seus credores e ainda, como assessor do Administrador

			Judicial ou ainda como Administrador Judicial.
2016	Silva, L.V.B.D. e Rayssa Kelly Melo das Mercês.	O objetivo geral deste artigo é examinar o papel particular da contabilidade no processo de recuperação judicial, para conhecer o uso da prática contábil durante todo o processo de recuperação.	Tanto na revisão bibliográfica como no conteúdo da Lei n.º 11.101/2005, fica evidente a presença da Ciência Contábil de forma relevante em todas as fases do processo de recuperação judicial.
2016	Guimarães et al.	O objetivo deste trabalho é identificar e analisar a atuação da contabilidade nos processos de recuperação judicial, a partir da promulgação da Lei nº 11.101/05.	A partir dessa análise, é possível notar a presença da contabilidade, a princípio, na elaboração das demonstrações contábeis exigidas ao devedor para o pedido do processo de recuperação, sendo sua elaboração realizada por um profissional da contabilidade
2017	CARVALHO, De Parreira Ana Carolina e ALMEIDA, Santos Gomes Hellen	O objetivo geral deste artigo é evidenciar a atuação do contador e os aspectos fundamentais na contabilidade nos processos de recuperação judicial.	Portanto, ficaram evidenciados que a Contabilidade e o contador estão presentes substancialmente nos processos de recuperação judicial. Sobretudo, notou-se que a recuperação judicial é um campo vasto e ainda há possibilidades de maior atuação do contador, ampliando e intensificando a participação do profissional de contabilidade.
2019	Hahn, R. C., & Ott, E.	Descrever a percepção de magistrados e administradores judiciais quanto a atuação do contador em ações judiciais envolvendo recuperações judiciais e falências, explorando a atuação do contador em processos de recuperação judicial e falência, não só na condição de perito contábil, mas, especialmente, na condição de administrador judicial.	Constata-se que há possibilidades concretas para que os contadores atuem como administradores judiciais ou peritos contábeis em ações de recuperação judicial e falência desenvolvimento profissional da classe contábil contribuindo, assim, para o desenvolvimento profissional da classe contábil.

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o Quadro 3, percebe-se que nos estudos de Guimarães et al., (2016), que a Contabilidade está presente de forma eficiente em todas as fases do processo de Recuperação Judicial, fornecendo as Demonstrações obrigatórias disposta na Lei 11.101/05. Aumentando o campo de atuação do Profissional Contábil, podendo atuar principalmente como administrador Judicial ou Perito, exigindo cada vez a especialização da classe contábil, para seu maior desenvolvimento. Portanto, para Hahn e Ott (2019), o profissional contábil que atua como perito ou administrador judicial trás em suas ações, demonstrações contábeis com informações fidedignas e com maior visibilidade para o profissional e assim beneficiando toda classe.

4.2 Benefícios da Recuperação Judicial para as Empresas

O Quadro 4 mostra os estudos correlatos sobre os benefícios da Recuperação Judicial para as Empresas.

Quadro 4: Estudos correlatos sobre os benefícios da Recuperação Judicial para as Empresas

Ano	Autores	Objetivos	Resultados
2017	ANJOS, Kaio Caldeiras dos, et al.	Este artigo tem como objetivo identificar os benefícios que a lei de falência e recuperação judicial trouxe para a sociedade no atual cenário econômico do país.	A recuperação judicial apresenta-se como uma boa estratégia em momento de dificuldades econômicas para a empresa, tendo como objetivo principal preservar a empresa como entidade geradora de empregos, que paga seus tributos e que detém um potencial para a produção e circulação de bens e serviços.
2018	JUNIOR, Jose Carlos Lourenço da Silva	Uma reflexão acerca da importância do procedimento simplificado para a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.	Como resultado desse estudo chegou-se à conclusão de que o plano especial de recuperação judicial é indispensável para o estímulo da atividade econômica e preservação das micros e pequenas empresa, a fim de que esta atinja a sua função social, além de ser compatível com os preceitos constitucionais
2018	FERNADES, Francisco Benedito	A proposta do presente trabalho é de alertar para o risco de descontinuidade do negócio empresarial por falta de informação adequadas para a tomada de decisão. De outra banda, dependendo dos dados apurados pelos índices econômicos, o caminho é a Recuperação Judicial.	Ao desenvolver o presente trabalho, pode se constatar que a Recuperação Judicial é um antídoto saudável para as empresas viáveis possam viabilizar a continuidade da atividade econômica e que momentaneamente passa por uma situação negativa econômico-financeira devido as incertezas do mercado.
2018	BÔAS, Regina Vera Villas e MARUCO, Fabia de Oliveira Rodrigues.	O presente artigo ressalta a importância do instituto da recuperação judicial, previsto na Lei nº 11.101/05, observando que corroborar a superação da crise financeira do devedor é imprescindível à manutenção da fonte produtora de emprego dos trabalhadores e, também, aos interesses dos credores, objetivando a efetiva preservação e exercício da função social e ambiental da empresa, restabelecendo e expectando a preservação da sua atividade social, econômica e ambiental.	Fica evidente a importância do exercício da função social e ambiental da empresa, que corrobora o seu restabelecimento, expectando a preservação da sua atividade social, econômica e ambiental, ficando, outrossim, revelada a necessidade de se manter ativas as atividades da empresa, afastando-se o caminho do seu encerramento, seguindo, dessa maneira, a atual conjuntura social, econômica e ambiental da sociedade contemporânea, principalmente a brasileira.
2018	SILVA, Piero Hervatin da	Este trabalho tem por objetivo a análise do fato gerador do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido no contexto dos benefícios oriundos do processo de recuperação judicial,	Quanto aos benefícios obtidos na recuperação judicial, o mesmo se pode dizer. Empresa que se sujeita à referida medida judicial não o faz para obter vantagem concorrencial, mas sim porque está à beira da falência, inexistindo capacidade econômica. Por outro lado, o abastecimento dos cofres da União colide com a finalidade descrita no art. 47 da LRE, de permitir a manutenção de fonte produtora, cujo fim mais relevante é a preservação, ainda

			que parcial, dos interesses de credores, empregados e da atividade econômica.
--	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o Quadro 4, percebe-se que nos estudos de Fernandes, Francisco Benedito (2018) a Recuperação Judicial é como um antídoto saudável para as entidades para que possam assegurar a continuidade da Empresa. Com o advento da Lei 11.101/05, as Empresas tiveram mais oportunidade de se manterem abertas diante às incertezas do mercado, trazendo assim, geração de renda para a sociedade, dando oportunidade de continuar consumindo e movimentando a economia e atendendo aos interesses dos credores.

Contudo, para Silva, Piero Hervatin da (2018), outro benefício é o abastecimento dos cofres da União, onde colide com a finalidade subscrita no art. 47 da Lei de Recuperação Judicial, deste modo, a Recuperação das Empresas é benéfica para todas as partes envolvidas, assim, preservando a função social da Empresa e estimulando a manutenção da sua atividade econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como objetivo geral identificar o papel do Profissional Contábil e da Contabilidade no processo de recuperação judicial e os benefícios que a mesma apresenta para as empresas. Para atingir o objetivo proposto, o estudo classifica-se como descritivo, qualitativo e bibliográfico. A pesquisa foi realizada em *sites* fidedignos como google acadêmico e biblioteca virtual no período de 2020. Os dados foram coletados através de levantamentos de informações, baseado também em leis e leis complementares.

O primeiro objetivo específico foi destacar o papel e a participação do contador e da contabilidade no processo de recuperação judicial nas empresas, sendo que os resultados apontam que a Contabilidade está presente de forma eficiente em todas as fases do processo de Recuperação Judicial, fornecendo as Demonstrações obrigatórias disposta na Lei 11.101/05. Aumentando o campo de atuação do Profissional Contábil, podendo atuar principalmente como administrador Judicial ou Perito.

O segundo objetivo específico foi apontar os benefícios que a recuperação judicial proporciona às empresas, sendo que os resultados apontam que as empresas tiveram mais oportunidade de se manterem abertas diante as incertezas do mercado, trazendo assim, geração

de renda para a sociedade, dando oportunidade de continuar consumindo e movimentando a economia e atendendo aos interesses dos credores.

Em relação ao objetivo geral, os resultados mostram que o Contador e a Contabilidade está presente de forma eficiente em todas as fases do processo de Recuperação Judicial, fornecendo as Demonstrações obrigatórias dispostas na Lei 11.101/05. Aumentando o campo de atuação do Profissional Contábil, podendo atuar principalmente como administrador Judicial ou Perito, exigindo cada vez mais a especialização da classe contábil, para seu maior desenvolvimento. Diante dos resultados, conclui-se que a referida Lei veio para beneficiar as Empresas e a economia, enaltecendo o papel do contador nos processos, fornecendo as Demonstrações obrigatórias oficiais e fidedignas, exigindo cada vez mais especialização da classe contábil.

6 REFERÊNCIAS

ANJOS, Kaio Caldeiras dos, et al., **No Atual cenário econômico quais benefícios trazidos pela lei de falência e recuperação judicial para sociedade brasileira?** São Paulo. 2017. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Socialis/10%20-%20Ci%C3%A2ncias%20Cont%C3%A1beis/NO%20ATUAL%20CEN%C3%81RIO%20ECON%20MICO%20QUAIS%20OS%20BENEF%C3%8DCIOS%20TRAZIDOS%20PELA%20LEI%20DE%20FAL%C3%8ANCIA%20E%20RECUPERA%C3%87%C3%83O%20JUDICIAL%20PARA%20SOCIEDADE%20BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

BÔAS, Regina Vera Villas; MARUCO, Fabia de Oliveira Rodrigues. **Recuperação Judicial:** Instrumento Jurídico de concretização da função social e ambiental da empresa e mantenedor da fonte geradora de empregos e das gerações presentes e futuras. Curitiba. 2018. Disponível em:<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/download/3223/371371739>> Acesso em: 31 out. 2020.

BRANDÃO, Beatriz Chagas, et al., **PANDEMIA, CRISE E INSOLVÊNCIA:** Perspectivas do futuro da recuperação judicial de empresas no Brasil. Paraná. 2020. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/43945/751375150617>:> Acesso em: 08 nov. 2020.

BRASIL. LEI 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.** Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm> Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, DF, v. 194, n. 127. Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL, OI SA. Recuperação Judicial OI. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/>> Acesso em 05 jun. 2020.

CARVALHO, A. C. P.; ALMEIDA, H. G. S. **O papel do contador e os aspectos fundamentais da contabilidade nos processos de recuperação judicial**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7432/1/Ana%20Carolina%20Parreira%20de%20Carvalho%20-%20Hellen%20Gomes%20Santos%20Almeida.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas: 10. edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. São Paulo. 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1745047/mod_resource/content/1/Manual%20de%20Direito%20Comercial%20-%20Fabio%20Ulhoa%20Coelho.pdf> Acesso em: 02 jun. 2020.

CRCPR. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **CRCPR Comemora 70 anos**. Curitiba. 2016. Disponível em: <<https://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=2453>>.DOI: <<https://doi.org/10.4025/enfoque.v39i2.43945>> Acesso em: 30 maio 2020.

COSTA, Bruno Cesar Silva Da e DEUS, Daniel Jose De. **A Contribuição da Contabilidade no Processo de Recuperação Judicial: Estudo de caso da Transportadora Verdes Campos Ltda. Mato Grosso**. 2016. Disponível em: <<http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/cic/article/view/58/57>> Acesso em: 31 out. 2020.

FERNANDES, Francisco Benedito. **A Recuperação Judicial da Empresa em crise: Hipóteses Concretas de estímulos a sua preservação**. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/Francisco%20Benedito%20Fernandes.pdf>> Acesso em: 24 out. 2020.

FRANCO, Giovana Marques de Oliveira. **Contabilidade Gerencial: um estudo no Brasil sobre diferentes ferramentas gerencia para diferentes necessidades**. São Paulo. 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1770/1/Giovana%20Marques%20de%20Oliveira%200Franco.pdf>> Acesso em: 04 out. 2020.

HAHN, Roberto Carlos; OTT, Ernani. Atuação do contador em processos de recuperação judicial e falência na avaliação de magistrados e administradores judiciais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 39, n. 2, p. 79-97, 25 ago. 2020. Paraná. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/43945>> Acesso em: 18 out. 2020.

JUNIOR, Jose Carlos Lourenço da Silva. **As Microempresas e empresas de pequeno porte á luz da lei 11.101/2005: O plano especial de recuperação judicial**. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/CONGRESSO/article/view/6845/67646794>> Acesso em: 31 out. 2020.

LIDA, Akemi Elaine; CREPALDI, Guariso Paola. **História da Contabilidade**. Paraná. 2017. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_54_1529444950.pdf.> Acesso em: 28 set. 2020.

LOPES, Artur; UCHOA, Luidg. **Recuperação Judicial: Um guia descomplicado para empresários, executivos de negócios. e outros profissionais**:1. Ed. São Paulo: Editora Évora, 2013.

OGLOBO. **Oi entra com pedido de recuperação judicial**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/oi-entra-com-pedido-de-recuperacao-judicial-pode-vender-fatia-terceiros-19546348>.> Acesso em: 02 jun. 2020.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia Da Pesquisa Científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf.> Acesso em: 02 nov. 2020.

REIS, Leda Honorato da Silva. **Mudanças nos princípios contábeis, na evolução da teoria e normas de contabilidade**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20304>.> Acesso em: 28 set. 2020.

SANTIAGO, Josicarla Soares. **Um estudo sobre o impacto do processo de convergência das práticas contábeis no risco sistêmico**. 2016. 174 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21544>.> Acesso em: 28 set. 2020.

SÃO PAULO. Serasa Experian. **Indicadores Econômicos**. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/amplie-seus-conhecimentos/indicadores-economicos>.> Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, Leilson Vanderson Barbosa da; MERCÊS, Rayssa Kelly Melo das. A contabilidade no processo de recuperação judicial. **Revista de Contabilidade**, Brasília, RBC n° 220, pag. 55-61. 2016. Disponível em; <[file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/1429-1-4612-1-10-20160912%20\(1\).pdf](file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/1429-1-4612-1-10-20160912%20(1).pdf).> Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, Piero Hervatin da. **Análise da tributação dos benefícios oriundos do processo de recuperação judicial**. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26005/ilovepdf_merged%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y.> Acesso em: 24 out. 2020.

SILVA, Prates Thiago. **Teoria da Contabilidade: Percepção de Alunos e Professores da graduação em Ciências Contábeis**. Bahia. 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/114680791-Universidade-estadual-do-sudoeste-da-bahia-uesb-departamento-de-ciencias-sociais-aplicadas-dcsa-curso-de-ciencias-contabeis-thiago-prates-silva.html>.> Acesso em: 28 set. 2020.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito empresarial sistematizado:** doutrina, jurisprudência e prática: 7. Ed. São Paulo: Editora Saraiva Educação. 2018. Disponível em: <<https://acljur.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Direito-Empresarial-Sistematizado-Tarcisio-Teixeira-2018.pdf>> Acesso em: 12 out. 2020.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial:** Falência e recuperação de empresas: 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2017. Disponível em: <<https://solicitacao.com.br/files/conteudo/38/curso-de-direito-empresarial---vol.3---falencia-e-recuperacao-de-empresas---marlon-tomazette---2017-pdf.pdf>> Acesso em: 09 set. 2020.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, volume 3:** falência e recuperação de empresas: 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, São Paulo.2020. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Curso-Direitos-empresarial-Falência-Recuperação/dp/8553613887>> Acesso em: 09 set. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Milema Rodrigues Silva RA 31556

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: O papel do Profissional Contábil frente organizações em processos de Recuperação Judicial.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Odir Luiz Fonti

O presente artigo apresenta dados validos e exclui-se de plágio.

Curso: Piêmãos Contábeis. Modalidade afim Tcc de Graduação

Milema Rodrigues Silva

Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 27 de fevereiro de 2022

O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO ALEITAMENTO MATERNO E A DEPRESSÃO PÓS-PARTO: A IMPORTÂNCIA DAS ESCALAS DE AVALIAÇÃO

THE ROLE OF NURSES IN RELATION TO BREASTFEEDING AND POSTPARTUM DEPRESSION: THE IMPORTANCE OF EVALUATION SCALES

CLAUDIHORRANY QUEIROZ GOMES, KEITHY SUELLE ALMEIDA
DE OLIVEIRA, TAHYNE ALCÂNTARA DE LIMA, MARISLEI DE
SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO¹

RESUMO:

O objetivo do presente estudo é identificar evidências científicas a respeito do papel do enfermeiro frente às puérperas com depressão pós-parto e suas implicações no aleitamento materno. O método utilizado para identificar essas evidências foi uma revisão integrativa da literatura por meio das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que culminou com a seleção de oito artigos científicos sobre a temática pesquisada. A partir dos estudos analisados, constata-se que as principais intervenções estão relacionadas às ações voltadas para os sinais e sintomas (90,31%), Escalas de Depressão Pós-parto de Edinburgh (EDPE), Escala de Autoeficácia para Amamentar (BSES). Faz-se necessário, porém, a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possam estabelecer intervenções de enfermagem fundamentais para essas puérperas e para forma de comprovação e eficácia da AME e das escalas, uma vez que o enfermeiro é promotor da realização de ações as quais atendem as necessidades dos indivíduos, e possui métodos como os diagnósticos de Nanda, onde esse profissional tem acesso a um domínio completo sobre amamentação eficaz, suas características definidoras e seus fatores relacionados.

Palavras-chave: Aleitamento materno, Depressão Pós-Parto, Papel do Enfermeiro.

ABSTRACT:

The aim of the present study is to identify scientific evidence regarding the role of nurses in the face of postpartum women with postpartum depression and its implications for breastfeeding. The method used to identify this evidence was an integrative literature review through the electronic databases Virtual Library of Health (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), which culminated in the selection of eight scientific articles on the researched theme. From the studies analyzed, it appears that the main interventions are related to actions focused on signs and symptoms (90.31%), Edinburgh Postpartum Depression Scales (EDPE), Breastfeeding Self-efficacy Scale (BSES). However, it is necessary to continue studies with a higher level of evidence in order to establish fundamental nursing interventions for these puerperal women and to prove and be effective in EBF and scales, since the nurse is the promoter of the accomplishment actions that meet the needs of individuals.

Keywords: Breastfeeding, Postpartum Depression, Role of the Nurse.

¹ Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: claudihorranygomesenfer@outlook.com, suellekeithy@gmail.com, tahynealcantara@hotmail.com.
Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é o alimento mais completo para a criança em sua fase inicial da vida, na perspectiva nutricional, imunológica, do desenvolvimento, psicológica e de interação mãe-filho. Ele também traz benefícios para a saúde materna, uma vez que a liberação de ocitocina durante a lactação tem sido associada à redução dos níveis de estresse e da sintomatologia depressiva (ABUCHAIM, 2016).

Por outro lado, nesse mesmo período pode acontecer a depressão Pós-Parto (DPP), que é um transtorno psiquiátrico que se caracteriza por choro, irritabilidade, rápidas mudanças de humor e não há consenso quanto à possibilidade ou não de humor deprimido (BOSK, 2016).

A mulher durante o período gestacional passa por inúmeras mudanças no seu corpo alterando o metabolismo, a produção de hormônios e sua estabilidade emocional, consequentemente deixando-a vulnerável e frágil afetando no aleitamento materno. Dentre os fatores associados destacam-se o não envolvimento familiar durante o período de gestação, abandono do parceiro, dificuldades socioeconômicas, gravidez indesejada, episódios de ansiedade, história de perdas gestacionais e sentimentos negativos em relação à gravidez (LUSTOSA, 2020).

Estudos revelam que existe associação entre a depressão pós-parto e a negação das mães ao aleitamento materno, podendo ocasionar em problemas na amamentação e/ou haver rejeição desta. A doença Dpp no mundo tem uma prevalência de 5 a 20%. No Brasil particularmente, a probabilidade é de 12 a 37% de casos de DPP (ALOISE, 2019).

Um estudo de revisão integrativa identificou as atribuições do enfermeiro no processo de conscientização do aleitamento materno para com as gestantes, as quais foram orientadas sobre a importância do leite materno tanto para o recém-nascido quanto para a mãe. O aleitamento materno para o recém-nascido tem uma grande importância no sistema imunológico durante a fase da amamentação sendo exclusivo até o sexto mês de vida, e para a mãe é importante para a diminuição de sangramento, reduz o câncer de mama e aumenta o laço afetivo materno. Os artigos revelaram também uma diminuição do interesse pela pesquisa e publicação da temática (MESQUITA *et al.*, 2016).

O estudo de revisão integrativa revela a importância dos profissionais de enfermagem no AME como principais fornecedores da informação e aborda a prática dos profissionais de enfermagem relacionada ao aleitamento materno, no período puerperal, em específico. O artigo mostra que o enfermeiro necessita realizar uma visita ao domicílio dessa puérpera, a proporcionando incentivo e apoio a amamentação (LUSTOSA; LIMA, 2020).

O enfermeiro, com base nos princípios do SUS e em seus programas, tem buscado por meio de ações promover a assistência a gestante desde o pré-natal até o puerpério priorizando o atendimento humanizado e atividades educativas de promoção à saúde emocional da gestante, gerindo momentos educativos que promovam e facilitem a amamentação (FERREIRA, 2018).

O enfermeiro exerce um papel fundamental no que concerne ao aconselhamento das futuras mães, sendo um meio importante para aumentar o índice das mães que amamentam, este deve apoiar e instruir a gestante durante o pré-natal, formando grupos de gestantes e promovendo campanhas de incentivo ao aleitamento (MESQUITA *et al.*, 2016).

Nesse contexto, este estudo contribui para a evolução da enfermagem na atenção e orientação direcionada a mulheres com depressão pós-parto, no âmbito de diminuir a taxa epidemiológica e incentivar o aleitamento materno infantil, segundo preconizado pelo o Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança (PNASC), com o intuito de promover uma educação continuada no acompanhamento a puérperas que têm a tendência de desenvolver a depressão durante e pós-parto (BRASIL, 2019; MESQUITA *et al.*, 2016).

2 OBJETIVO

Identificar evidências científicas a respeito do papel do enfermeiro frente às puérperas com depressão pós-parto e suas implicações no aleitamento materno.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a qual consiste na síntese de diversos estudos já realizados, permitindo a análise de dados relevantes ao tema proposto, com

finalidade de compreender o papel do enfermeiro frente à puérpera em depressão pós-parto, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre a temática (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008; BATISTA *et al.*, 2020).

Identificação do tema e seleção da hipótese

O reconhecimento do tema “O Papel do Enfermeiro no Aleitamento Materno e a Depressão Pós-parto: a importância das escalas de avaliação” se deu por meio da necessidade de apresentar a importância da assistência bem prestada à puérpera a qual terá menos índices de depressão no período de amamentação. Foi possível a identificação do tema após relatos vivenciados por familiares e amigas próximas, na qual observou-se que existe um alto índice de mulheres que são afetadas pela depressão pós-parto durante a amamentação e como o serviço prestado pelo enfermeiro durante o pré-natal e na fase do puerpério é de suma importância. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: Quais as orientações da enfermagem para puérperas em situação de DPP?

Busca na literatura

A busca dos artigos foi realizada em setembro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Utilizamos os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): “Papel do Enfermeiro”, “Depressão Pós-parto”, “Aleitamento Materno”, conectados com o operador *booleanoAND*.

Foram identificados 154 artigos científicos nas bases de dados, sendo 68 artigos disponíveis na BVS e 86 artigos na base de dados SciELO.

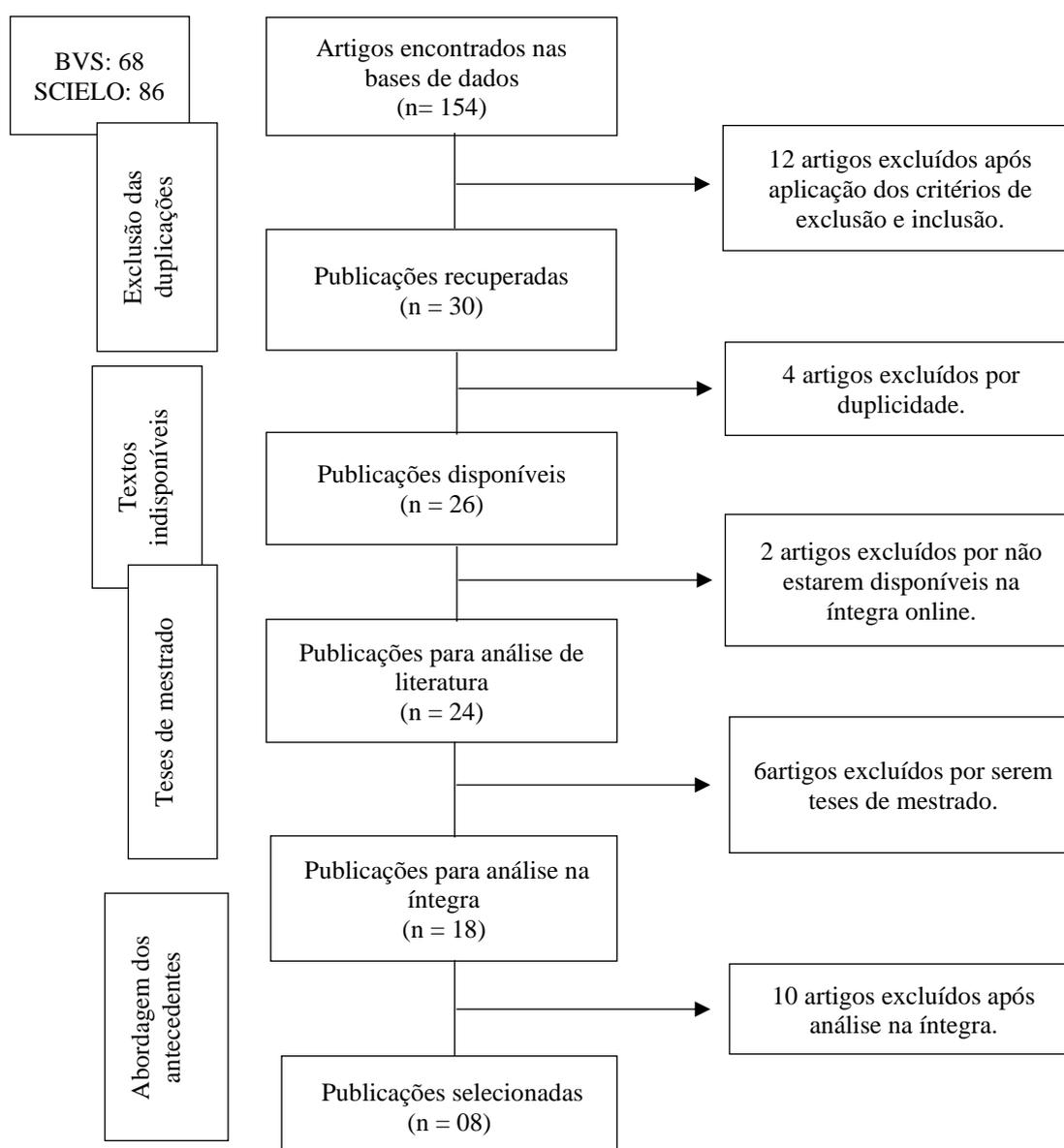
Seleção e categorização dos estudos

A seleção dos artigos científicos para compor esta revisão teve como critério de inclusão o recorte temporal a partir de 2015 até 2020, publicações nos idiomas inglês e português. Assim, identificamos 30 artigos nas bases de dados.

Para o recorte do número de artigos incluídos na amostra final, quatro etapas de avaliação devem ser realizadas, a saber: leitura dos títulos, leitura dos resumos, disponibilidade do texto e leitura analítica do texto. Foram excluídas publicações duplicadas, textos não disponíveis e produções acadêmicas em nível de pós-graduação, pois não apresentam relevância ao estudo proposto. Ao final das etapas de avaliação, foram selecionados 8 artigos para viabilizar esta pesquisa (Figura 1).

Para categorização dos dados, utilizamos uma ferramenta de coleta que abrange informações relacionadas à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação, e local de busca), e dados referentes à amostra do estudo como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes *et al.* (2008).

Figura 1. Estratégia para seleção dos artigos.



Fonte: Os autores.

Avaliação dos estudos incluídos

Por meio de tabelas elaboradas em Microsoft Word (Tabela 1) propostas por Brasileiro (2017), foi realizada uma análise detalhada dos estudos selecionados para avaliar e agrupar dados de acordo com o nível de evidência.

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo caso controle.
Moderada/Fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

Interpretação dos resultados

Os dados dos resultados dos artigos foram avaliados e agrupados através de uma leitura precisa e de uma interpretação concreta.

Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e Apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram alcançados por meio da avaliação crítica dos estudos incluídos através da comparação dos dados ao qual atende o interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir:

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o alcance e a elaboração do objetivo do trabalho, foi organizado um quadro compondo: referência, objetivo, método e resultados dos autores dos artigos utilizados. (Quadro 1).

Após análise dos estudos foi possível incluir oito publicações, das quais dois são estudos transversais e descritivos (nível 4), publicados em 2016 e 2019; três são estudos quase experimental (nível 3), publicados em 2017 e 2018; um é estudo transversal (nível 5), publicado em 2016. Quanto ao idioma, dois foram publicados em inglês e seis em português. Todos publicados por enfermeiros, somando-se um total de 3.948 puérperas e 21 enfermeiras.

Quadro 1. Resultados dos artigos pesquisados.

N	REFERÊNCIAS	RESULTADOS
1	ABUCHAIM <i>et al</i> , 2016.	Sintomas de depressão pós-parto estiveram presentes em 31,25% das mulheres, que apresentaram níveis de autoeficácia para amamentar médio (39,9%) e alto (36,06%). Ter média ou elevada autoeficácia diminui em 27,4% ou 38,8%, respectivamente, o escore de depressão, enquanto a elevada pontuação na escala de depressão pós-parto reduz em 11,84 pontos o escore da autoeficácia na amamentação.
2	BOSKA <i>et al</i> , 2016.	Foi identificado que 21,6% das puérperas apresentaram sintomas depressivos, sendo estes passíveis de mensuração pela escala aplicada. Conclusões: a depressão pós-parto considerada um problema de saúde pública esteve presente entre algumas mulheres, merecendo atenção e importância da equipe multidisciplinar das Unidades Básicas de Saúde.
3	FERREIRA <i>et al</i> , 2018.	Resultados: 857 mulheres responderam ao questionário entre o 2º e 3º dia pós-parto. A prevalência de sintomatologia depressiva foi de 10,6%. Os fatores associados à sintomatologia depressiva foram: história de transtorno depressivo prévio (17,2 vs 7,7%, p = 0,03), Diabetes Mellitus (2,2 vs 0,1%, p = 0,018, OR 18, 5), restrição de crescimento fetal (8,6 vs 2,4%, p = 0,003, OR 3,8) e baixo peso ao nascer (10,8% vs. 5,2%, p = 0,037, OR 2,41). As variáveis foram ajustadas para a variável de confusão potencial - história de depressão anterior.
4	ALOISE <i>et al</i> , 2019.	O resultado da EPDS apontou que das 166 mulheres, 25 (15,06%) tinham probabilidade de estarem com DPP, enquanto que 141 (84,94%) não apresentaram pontuação suficiente que garantisse resultado positivo para sinais e sintomas de DPP. Das 166 participantes, 25 (15,06%) apresentaram pontuação sugestiva de DPP. O valor em porcentagem se aproxima de resultados encontrados em demais pesquisas como a de Hartmann(13) com 14% e Araújo(14) com 19,8%, apesar de outras apresentarem valores ainda mais altos- Theme Filha(5) de 26,3% e Figueira(15) com 26,9%. Todavia, não houve significativa relação estatística entre as variáveis e possíveis DPP. Consequentemente não foi possível relacionar fatores de risco associados à DPP.

5	SILVA <i>et al.</i> , 2017.	Amamentação exclusiva foi observada em 50,8% das crianças e 11,8% das mulheres apresentaram sintomas de depressão pós-parto. Na análise de regressão logística multivariada, foi encontrada maior chance de ausência do aleitamento materno exclusivo entre mães com sintomas de depressão pós-parto (OR = 1,67; p <0,001), entre as mais jovens (OR = 1,89; p <0,001), aquelas que relataram receber são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (OR = 1,25; p = 0,016) e aquelas que iniciaram o pré-natal mais tardiamente durante a gestação (OR = 2,14; p = 0,032). Existe a hipótese de que mães deprimidas têm menos confiança em sua capacidade de amamentar e, portanto, estariam menos dispostas a continuar amamentando quando comparadas àquelas sem sintomas depressivos.
6	VIEIRA <i>et al.</i> , 2018.	A autoeficácia em amamentação (p = 0,315) e depressão pós-parto (p = 0,0879) não apresentou diferença estatística ao longo do tempo. As chances de cessação do aleitamento materno exclusivo diminuíram 48% quando a autoeficácia mudou de baixa para média e em 80% quando passou de média para alta. Mulheres no pós-parto com pontuação ≥10 na Escala de Depressão Pós-natal de Edimburgo interrompem a amamentação exclusiva, em média, 10 dias mais cedo do que aquelas com pontuação ≤9, cuja duração mediana da amamentação é de 38 dias após o parto.

Fonte: Os autores.

Ao observar o Quadro 1 verifica-se que dentre as oito publicações selecionadas, as evidências mais mencionadas aos fatores de DPP durante a amamentação foram:

- Sinais e sintomas (90,31%);
- Escalas de Depressão Pós-parto de Edinburgo (EDPE);
- Escala de Autoeficácia para Amamentar (BSES).

Referente à DPP e à amamentação é necessário que haja um alerta dos profissionais de enfermagem para um olhar clínico durante o acompanhamento e a realização do pré-natal para identificar os sintomas da DPP durante o período gestacional.

Tratando-se das puérperas, segundo Silva *et al.* (2017) a relação entre a depressão pós-parto e a amamentação na literatura ainda não está bem estabelecida, porém as sintomatologias causadas pela doença têm levado a estudos científicos correlacionando a mesma com a redução do período de amamentação. Vieira *et al.* (2018) reforça que as chances de cessação do AME diminuíram significativamente quando a puérpera não apresenta os sintomas da depressão pós-parto.

Com a pressuposta afirmação de que a puérpera quando está passando por sintomas da depressão ela perde o interesse pela fase da amamentação, o enfermeiro neste momento é o profissional mais qualificado e capacitado a identificar e proporcionar momentos educativos que promovam e facilite a amamentação, o diagnóstico de problemas durante as consultas de crescimento e desenvolvimento, além do tratamento adequado. Ferreira *et*

al.(2018) diz que o enfermeiro ao identificar o diagnóstico precoce ele também consegue fazer a detecção de alguns fatores associados.

Durante o desenvolvimento da DPP nos primeiros dias da puérpera, danos irreversíveis para a saúde do recém-nascido podem ser causados devido à tristeza, o isolamento social e sentimentos de incapacidade de cuidar de seu bebê. Boska *et al.* (2016) traz em seu estudo que os sintomas se caracterizam pela redução da qualidade de vida, fadiga, instabilidade do humor, isolamento social, sentimento de tristeza, inconstância emocional, choro, ansiedade, irritabilidade, cansaço, sentimento de culpa e inutilidade, sobretudo, por sentir-se incapaz de cuidar do recém-nascido, da nova situação, medo de machucá-lo e relutância em amamentá-lo, desligamento emocional para com o bebê e com os outros membros da família.

Abuchaim *et al.* (2016), em seu estudo, apresenta alguns sintomas diferentes a quais as puérperas com DPP podem apresentar, como perda da capacidade de sentir prazer, alterações no padrão de sono, desânimo persistente, ideação suicida, diminuição do apetite, da libido e da cognição e presença de ideias obsessivas ou supervalorizadas são alguns sintomas clínicos.

A partir do momento em que o enfermeiro se torna capaz de identificar alguns fatores durante o período gestacional, ele se torna apto para proceder com intervenções capazes de reduzir outros sintomas futuros, os quais agravam o quadro da mãe e conseqüentemente afetam o recém-nascido.

Quando o enfermeiro identifica os fatores da DPP ele consegue proporcionar um apoio emocional para essa gestante encorajando-a a relatar o que ela está passando e sentindo, e ao mesmo tempo incentivando-a a ter uma qualidade melhor de sono, realizar atividades físicas e uma adequada nutrição para a diminuição dos sintomas.

Devido aos sinais e sintomas ocasionados pela DPP as puérperas perdem o interesse pela maternidade. Diante desta realidade é necessário que o enfermeiro assegure o papel natural dessa mãe de forma humanizada e afetiva. De acordo com Mesquita *et al.*(2016) o enfermeiro tem o papel de saber ouvir, esclarecer todas as dúvidas, e principalmente entendê-la devido suas crenças e costumes, proporcionando uma experiência única durante a amamentação tornando-a um período prazeroso.

A Escala de Depressão Pós-parto de Edinburg (EPDS), atualmente é a escala mais utilizada ao redor do mundo para o estudo da depressão pós-parto, na qual foi desenvolvida como instrumento de auxílio na identificação de puérperas que estejam sugestas ao

desenvolvimento da depressão pós-parto. Boska *et al.* (2016) diz que a depressão sendo considerado um problema de saúde pública, merece atenção importante das equipes multiprofissionais das unidades básicas. Este instrumento é composto de dez pergunta cujas opções são pontuadas (0 a 3) de acordo com a presença ou intensidade do sintoma.

Aloise *et al.* (2019) em seu estudo diz que a aplicação da EPDS serve de ferramenta de auxílio no trabalho multiprofissional em saúde, principalmente na enfermagem como apoio à assistência nos níveis primário e terciário com embasamento científico. É importante ressaltar que escalas de rastreamento de DPP não indicam diagnóstico, e sim probabilidade da doença, sendo o uso da escala de grande relevância para a detecção precoce de sinais e sintomas de DPP.

Sendo uma escala do tipo Likert, a BSES totaliza 33 elementos avaliando duas variedades: Pensamentos Intrapessoais e Técnica. A primeira variedade, composta por 13 itens, avalia o desejo, a motivação e a satisfação da mulher em relação a essa prática. A segunda, por sua vez, é composta por 20 itens referentes ao manejo técnico da amamentação. Para cada variedade examinada, existe uma pontuação que varia de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A pontuação total varia de um mínimo de 33 a um máximo de 165, classificando a autoeficácia da amamentação em três níveis: baixa (33 a 118 pontos), média (119 a 137) ou alta (138 a 165), segundo Vieira *et al.* (2018).

Vieira *et al.* (2018) também relata que ambas as escalas tem o objetivo de analisar a autoeficácia da amamentação e a depressão pós-parto, assim como avaliar a associação do tempo até a interrupção da amamentação exclusiva com a autoeficácia da amamentação e as sintomatologias da depressão pós-parto. É importante enfatizar que a equipe de enfermagem deve-se manter atualizada quanto à existência de tais escalas como a Escala de Depressão Pós-Parto de Edinburgo (EPDS) e a Escala de Autoeficácia para Amamentar (BSES), para poder fazer pesquisas em seu ambiente de trabalho, assim podendo elaborar medidas para a redução de índices de puérperas com depressão pós-parto.

Mesquita *et al.* (2016) revela também, o instável número de criação de artigos relacionados à prática do enfermeiro frente à temática da sua importância na conscientização de gestantes. A autora relata que no ano de 2011, 5 artigos foram publicados abordando esse assunto. No ano de 2012, o número decresceu à apenas 1 artigo, voltando a ter um leve crescimento em 2013 com a publicação de 3 artigos e novamente decaindo em 2014 com a publicação de apenas 2 trabalhos. A instabilidade dos números enfatiza uma diminuição no interesse desse conteúdo.

O enfermeiro como ator principal desse cenário, necessita ter o conhecimento de como manejar e utilizar essas escalas para estudos científicos e para criação de novas intervenções com objetivos de diminuição do alto índice de puérperas com depressão pós-parto.

Diante do contexto abordado, uma educação continuada e melhor orientação ao profissional enfermeiro, como promotor da saúde, da educação e orientador das gestantes desde o pré-natal até o puerpério são essenciais. Segundo Mesquita *et al.* (2016), o enfermeiro em adição à equipe de saúde, para ter êxito em seu papel na prevenção e promoção da saúde, necessita criar estratégias para a diminuição de intercorrências físicas e psicológicas, consequentemente garantindo um AME adequado tanto para a puérpera, quanto para o bebê.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível observar que durante o período puerperal a mulher se encontra frágil fisicamente e emocionalmente.

As evidências científicas a respeito do papel do enfermeiro frente às puérperas com depressão pós-parto e suas implicações no aleitamento materno foram principalmente:

- Cabe ao enfermeiro incentivar essa puérpera a buscar apoio da família e de seu parceiro.
- O enfermeiro deve ter muito conhecimento em DPP, em especial, para propor durante o pré-natal o acolhimento e prevenção de agravos.
- O enfermeiro necessita de conhecimento sobre a utilização das escalas para identificar os sintomas de DPP.
- O enfermeiro é promotor de uma educação continuada no período puerperal.
- O enfermeiro necessita saber ouvir e motivar essa puérpera.
- O enfermeiro deve saber identificar os primeiros sinais e sintomas, para que assim tenha um diagnóstico precoce.
- O enfermeiro com base nos princípios e diretrizes do SUS, buscava promover assistência a gestante no começo do pré-natal até o fim da fase puerperal, aplicando o atendimento humanizado, atendimento integral aplicando também integralidade de assistência e universalidade.

- O enfermeiro deve orientar e incentivar o aleitamento materno infantil, que é preconizado pelo o ministério da saúde, através da Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança (PNASC).

Por fim, faz-se necessária a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possam estabelecer intervenções de enfermagem fundamentais para essas puérperas e para forma de comprovação de eficácia da AME e das escalas de avaliação, uma vez que o enfermeiro é promotor da realização de ações a quais atendem as necessidades dos indivíduos.

6 REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Erika de Sá Vieira *et al.* Depressão pós-parto e autoeficácia materna para amamentar: prevalência e associação. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 29, n. 6, p. 664-670, Dez. 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002016000600664&lng=en&nrm=iso>. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600093>. Acesso em: 12 Nov. 2020.

ALOISE, Sarah Regina; FERREIRA, Alaidistania Aparecida; LIMA, Raquel Faria da Silva. DEPRESSÃO PÓS-PARTO: IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS, SINTOMAS E FATORES ASSOCIADOS EM MATERNIDADE DE REFERÊNCIA EM MANAUS. **Enfermagem em Foco**, [S.l.], v. 10, n. 3, nov. 2019. ISSN 2357-707X. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2455>>. doi:<https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n3.2455>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BATISTA, D.T.C; MACENA, M.S.; ARANTES, W.H.G.; BRASILEIRO, M.S.E. **Intervenções de enfermagem na assistência a pacientes com feridas neoplásicas: revisão da literatura**. 15 p. Monografia (Graduação em Enfermagem). Faculdade Unida de Campinas, 2020, 15 f.

BOSKA, Gabriella de Andrade ; WISNIEWSKI, Danielle; LENTSCCK, Maicon Henrique. Sintomas depressivos no período puerperal: identificação pela escala de depressão pós-parto de Edinburgh. **JournalNursingandhealth**. Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/bdenf/2016/bde-31715/bde-31715-561.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 1.130 de 05 de agosto de 2019. **Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASILEIRO, MarisleiEspíndula. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 9. Ano 02, v. 06. p. 135-145, dezembro de 2017.

FERREIRA, Cátia *et al* . Depressão pós-parto: detecção precoce e fatores associados. **Acta ObstetGinecolPort**, Coimbra , v. 12, n. 4, p. 262-267, dez. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-58302018000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2020.

LUSTOSA, Evaldo; LIMA, Ronaldo Nunes. Importância da enfermagem frente à assistência primária ao aleitamento materno exclusivo na atenção básica, **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde, ReBIS**, Internet. 2020; 2(2):93-7 Disponível em: <https://revista.rebis.com.br/index.php/rebis/article/download/362/129#:~:text=para%20a%20nutriz,-,O%20papel%20da%20enfermagem%20C3%A9%20garantir%20atrav%20C3%A9s%20da%20promo%20C3%A7%C3%A3o%20C3%A7%20prote%20C3%A7%C3%A3o,correta%20condi%20C3%A7%C3%A3o%20de%20aleitamento%20materno>. Acesso em: 17 set. 2020.

MESQUITA, Ariele Londreset *al*. Atribuições de enfermeiros na orientação de lactantes acerca do aleitamento materno. **Rev. Cient. Sena Aires**. Goiânia, v.5, n.2, p. 158-70, Dec. 2016. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/267>. Acesso em: 15 set. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm**. Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 03 out. 2020.

SILVA, Catarine S. *et al*. Associação entre depressão pós-parto e prática do aleitamento materno exclusivo nos primeiros três meses de vida. **J. Pediatr. (Rio J.)**. Porto Alegre, v. 93, n. 4, p. 356-364, agosto de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572017000400356&lng=en&nrm=iso>. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2016.08.005>. Acesso em: 14 Nov.2020.

VIEIRA, Erika de Sá *et al* .Breastfeeding self-efficacy and postpartum depression: a cohort study. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 26, e3035, 2018 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100348&lng=en&nrm=iso>. Epub 06set 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2110.3035>.Acesso em: 14 Nov. 2020.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA PALIATIVA A PACIENTES DE *HOME CARE*: ALÍVIO DA DOR E SOFRIMENTO

THE NURSE'S PERFORMANCE IN PALLIATIVE CARE TO HOME CARE PATIENTS: RELIEF FROM PAIN AND SUFFERING

BARBARA PEREIRA MELO, CÍNTIA BORGES MARINHO, THAYS FONSECA MARÇAL, MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO¹

RESUMO

O objetivo do presente estudo é descrever, por meio de evidências científicas, a atuação da equipe de enfermagem no cuidado paliativo em âmbito domiciliar. O método utilizado para identificar essas evidências foi uma revisão integrativa da literatura por meio das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), que culminou com a seleção de sete artigos científicos sobre a temática pesquisada. A partir dos estudos analisados, constata-se que as principais atuações de enfermagem estão relacionadas às ações voltadas para proporcionar melhoria da qualidade de vida (85,7%), minimizar a dor e sofrimento (71,4%), suporte emocional e/ou espiritual (71,4%), conforto adequado (57,1%) e cuidado no pós-morte (28,5%). Faz-se necessário, porém, a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possam estabelecer treinamentos a fim de aprimorar os conhecimentos e habilidades dos profissionais nessa área de atuação.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Visão. Enfermagem.

ABSTRACT

The aim of the present study is to describe, using scientific evidence, the performance of the nursing team in palliative care at home. The method used to identify these evidences was an integrative literature review through the electronic databases Virtual Library of Health (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), which culminated in the selection of seven scientific articles on the researched theme. Though the studies analyzed, it appears that the main nursing activities are related to actions aimed at improving the quality of life (85.7%), minimizing pain and suffering (71.4%), emotional support and / or spiritual (71.4%), adequate comfort (57.1%) and post-mortem care (28.5%). Although, it is necessary to continue studies with a higher level of evidence so that training can be established in order to improve the knowledge and skills of professionals in this area.

Keywords: Palliative Care, Vision and Nursing.

¹ Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: barbarapereiramelo@gmail.com, cintiaborges002@gmail.com, thaysmarcal@hotmail.com. Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Verifica-se que a perspectiva na formação do enfermeiro, está voltada para o objetivo de “salvar vidas”. Mas o que fazer quando não há cura? O interesse por pesquisar a assistência paliativa a pacientes de *home care* surgiu ao se observar a dificuldade da equipe de enfermagem ao lidar com esses pacientes e seus familiares, os quais enfrentam o processo de terminalidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em conceito definido em 1990 e atualizado em 2002:

Cuidados Paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença que ameace a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais. (OMS, 2002)

Segundo *Palliative Care Alliance World*, mais de 100 milhões de pessoas, anualmente, necessitarão de cuidados paliativos, porém apenas 8% chegarão a acessar esse tipo de serviço. A prática, pelos profissionais de saúde, muitas vezes está voltada para tratamento de manutenção da vida, sem considerar o sofrimento pelo qual o paciente está sendo submetido. Fugindo assim do principal foco do cuidado paliativo, que é proporcionar uma morte digna, sem dor, desconforto e estresse (VICTOR, 2016).

No Brasil, tendo em vista o tamanho da população e a capacidade de oferta de serviços, acredita-se que utilizar as famílias como estratégia que favorece o retorno ao domicílio pode ser interessante, desde que haja suporte para os que cuidam (CORDEIRO e KRUSE, 2017).

Segundo a resolução do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN nº 564 de 2017, capítulo II - Parágrafo único:

É dever do enfermeiro nos casos de doenças graves incuráveis e terminais com risco iminente de morte, em consonância com a equipe multiprofissional, oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis para assegurar o conforto físico, psíquico, social e espiritual, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal. (COFEN, 2017)

Diante desse cenário, percebe-se que o atendimento domiciliar propõe a melhoria na qualidade de vida do doente terminal, além de estabelecer vínculo entre familiar e usuário. Analisando tal situação, surge a pergunta norteadora do nosso trabalho: qual o papel do enfermeiro no atendimento direto ao paciente paliativo no *home care*?

Percebendo a dificuldade de alguns familiares ou até mesmo profissionais em lidar com pacientes em doença avançada, esse estudo poderá contribuir para maior reflexão em relação à

atuação da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente que não possui bom prognóstico e sua proximidade da morte, de modo a amenizar o sofrimento e dar suporte aos familiares. Entender que o cuidado paliativo não é “não fazer nada” e, sim, dar suporte para um final de vida digno e sem sofrimento, é essencial.

2 OBJETIVO

Descrever, por meio de evidências científicas, a atuação da equipe de enfermagem no cuidado paliativo em âmbito domiciliar.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste na síntese de diversos estudos já realizados, permitindo a análise de dados relevantes ao tema proposto, com finalidade de compreender um fenômeno particular na área de estudo, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre a temática, fundamentados em resultados pautados por tais estudos (MENDES *et al.*, 2008).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o delineamento metodológico proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que consiste em seis etapas, sendo: a) identificação do tema e seleção da hipótese, b) busca na literatura, c) seleção e categorização dos estudos, d) avaliação dos estudos incluídos, e) interpretação dos resultados e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. O uso dos resultados de estudos já publicados dá suporte para a Prática Baseada em Evidências (PBE).

Identificação do tema e seleção da hipótese

A identificação do tema “A atuação do enfermeiro em cuidados paliativos no *Home Care*” se deu por meio da experiência de estágio não obrigatório em uma rede de atenção domiciliar. Foi possível identificar durante a rotina de trabalho, pouco conhecimento e inseguranças apresentadas pelos profissionais de enfermagem a respeito da temática. A

pesquisa foi norteadada pela seguinte questão: qual o papel do enfermeiro no atendimento direto ao paciente paliativo no *Home Care*?

Busca na literatura

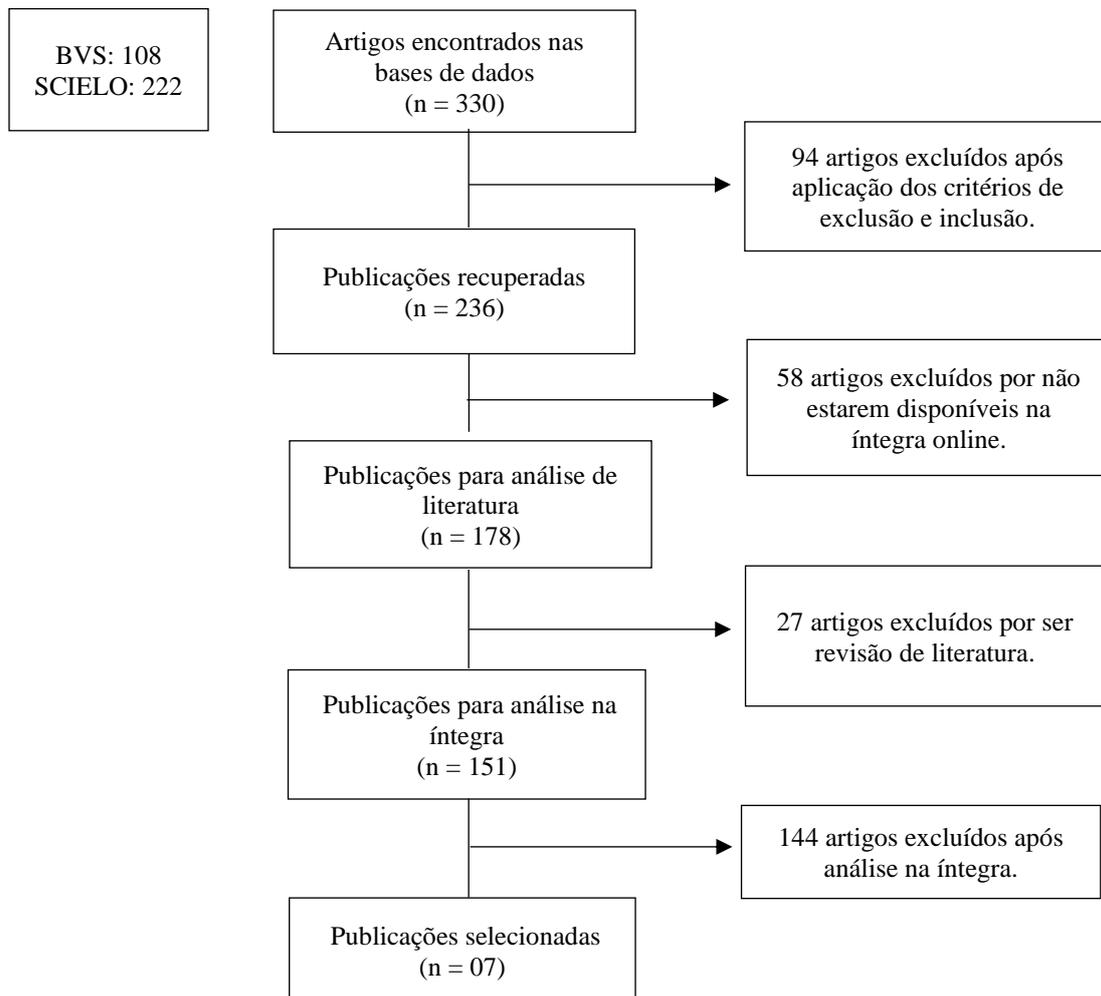
A busca dos artigos foi realizada em outubro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) utilizando os descritores “Cuidados Paliativos” e “Visão”, e na *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) onde utilizamos os DeCs “Cuidados Paliativos” e “Enfermagem”, conectados com o operador *booleano AND*. Foram encontrados 330 artigos, sendo 108 na BVS e 222 na SciELO.

Seleção e categorização dos estudos

A seleção dos artigos científicos para compor esta revisão teve como critério de inclusão o recorte temporal a partir de 2010 até 2020 e publicações nos idiomas inglês e português. Assim, identificamos 236 artigos nas bases de dados.

Para o recorte dos artigos a serem incluídos na amostra final, quatro etapas de avaliação fizeram-se necessárias, são elas: leitura dos títulos, leitura dos resumos, disponibilidade do texto e leitura analítica do texto. Foram excluídos textos não disponíveis na íntegra, revisões de literatura e aqueles que não apresentaram relevância ao estudo proposto. Ao final das etapas de avaliação, selecionamos 07 artigos que viabilizaram a execução deste estudo (Figura 1).

Para a categorização dos dados, empregamos um instrumento de coleta abrangendo informações referentes à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação, e local de busca), e dados referentes à amostra do estudo como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes *et al.* (2008).

Figura 1. Estratégia para seleção dos artigos.

Fonte: Os autores.

Avaliação dos estudos incluídos

Os estudos selecionados foram analisados detalhadamente para que os dados fossem avaliados e agrupados conforme o nível de evidência, utilizando para isso uma tabela elaborada no Microsoft Word (Tabela 1), proposta por Brasileiro (2017).

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.

Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo caso controle.
Moderada/Fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

Interpretação dos resultados

Os resultados dos artigos foram obtidos através de uma leitura precisa e de uma interpretação concreta para que seus dados fossem avaliados e agrupados.

Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram obtidos através da avaliação crítica dos estudos incluídos por meio da comparação dos dados que atende o interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para elaboração e alcance do objetivo proposto, organizou-se um quadro com a descrição dos manejos recomendados pelos autores para proporcionar qualidade de vida aos pacientes paliativos (Quadro 1).

Após análise dos estudos foi possível incluir sete publicações, das quais dois de reflexão (nível 5), publicados em 2010 e 2016; um estudo etnográfico publicado (nível 1) em 2019; um estudo exploratório com abordagem qualitativa (nível 4), publicado em 2013; um estudo descritivo qualitativo (nível 4), publicado em 2011; uma pesquisa descritiva, exploratória, quantitativa (nível 3), publicada em 2015; e uma pesquisa qualitativa com coleta de dados mediante entrevista submetidas à técnica de análise (nível 3), publicada em 2016. Quanto ao idioma, um foi publicados em inglês e seis em português. Todos publicados por enfermeiros,

somando-se um total de 6 pacientes, 8 profissionais médicos e enfermeiros, 45 profissionais de enfermagem.

Quadro -1 – Estudos referentes à Enfermagem nos Cuidados Paliativos – 2010-2019

N	REFERÊNCIAS	RESULTADOS
1	WATERKEMPE, REIBNITZ, 2010	Os resultados apontaram para três categorias: o significado da dor, a forma de avaliação da dor praticada pelas enfermeiras e as contribuições para o cuidado. A dor no câncer é uma dor total. Ultrapassa o limite da dimensão física de doença e estende-se para as dimensões psicológicas e sociais. A implantação de condutas sistematizadas de cuidado a dor englobadas na sistematização da assistência de enfermagem possibilita redirecionar melhor as ações e desta forma, um manejo da dor mais completo e eficaz.
2	SILVA, MOREIRA, 2011	A visão das enfermeiras sobre a SAE esteve relacionada a algo difícil e complexo, dependente de múltiplos fatores, desde os estruturais, aos relacionados com o compromisso de todas as pessoas envolvidas no processo. Mas, visualizam a SAE como algo exequível e favorável à profissão no tange à autonomia. O fator comprometimento foi extensivamente discutido, já que o grupo demonstrou preocupação com as concepções do senso comum que influenciam na visão da SAE, podendo ser interpretada como mais uma tarefa para o enfermeiro e que não funciona. Todas as enfermeiras que constituíram o grupo demonstraram interesse e reconheceram a importância da prática de enfermagem sistematizada. Além disso, enfatizaram à necessidade de conscientização de todos, incluindo as diferentes instâncias de poder, ou seja, as chefias imediata e geral, contribuem para a visão da SAE como um processo macrodimensional, com fases que demandam planejamento e estratégias em nível institucional.
3	FERNANDES, EVANGELISTA, PLATEL, AGRA, LOPES, RODRIGUES, 2013	A análise interpretativa das entrevistas possibilitou a construção de três categorias: Promoção da qualidade de vida através do alívio da dor e sofrimento; Cuidados Paliativos: um olhar multiprofissional para o paciente terminal e família no processo de luto; Comunicação: fonte de dignidade no processo de terminalidade.
4	SOUSA, ALVES, 2014	Compor a equipe multiprofissional, empregar a comunicação de forma eficaz com pacientes, familiares e cuidadores sobre questões de fim de vida, empregar dados de avaliação de sinais e sintomas apresentados pelos pacientes e familiares, estabelecer apoio emocional à família e cuidadores, estabelecer com pacientes e cuidadores um plano de atividade física que favoreça a mobilidade no domicílio, executar a sistematização da assistência de enfermagem ao paciente no final de vida, responder pela qualidade da assistência de enfermagem oferecida, Seguir as diretrizes legais sobre consentimento informado e diretivas antecipadas na tomada de decisão em situações de final de vida.

5	OLIVEIRA, GELBCKE, ROSA, VARGAS, REIS, 2016	O enfermeiro vincula os Cuidados Paliativos com o processo de morte dos pacientes. A comunicação limitada oblitera as condutas tomadas pelos membros da equipe. As pessoas com doença crônica são encaminhadas tardiamente, submetendo-se a ações reducionistas que não proporcionam qualidade de vida
6	LINDOLPHO, CALDAS, SÁ, SANTOS, 2016	Esta reflexão se propôs a pontuar os parâmetros que norteiam o cuidado de enfermagem ao idoso que vivencia sua terminalidade e se pode, portanto, identificar a utilização da enfermagem enquanto ciência e arte que, em seu arcabouço assistencial, lança mão de outras ciências para também direcionar seu cuidado, resgatando a personalidade que cada ser encerra.
7	CORDEIRO, KRUSE, 2019	Evidencia-se que, no Brasil e na França, o retorno ao domicílio é um evento que enfrenta resistência por parte das famílias. Tal fato relaciona-se principalmente com as concepções culturais de que unidades hospitalares de cuidados paliativos são os locais capazes de proporcionar conforto no final da vida, e com o difícil acesso a programas e serviços de atenção domiciliar. Em ambos os países, em razão da complexidade da alta hospitalar, famílias e gestores judicializam esse processo.

Observando o Quadro 1 verificou-se que dentre as sete publicações selecionadas, as evidências mais citadas no que se refere a atuação do enfermeiro em cuidados paliativos no *home care*, em ordem de frequência, foram:

- Melhoria da qualidade de vida (85,7%);
- Minimizar dor e sofrimento (71,4%);
- Suporte emocional e/ou espiritual (71,4%);
- Proporcionar conforto adequado (57,1%);
- Cuidado no pós-morte (28,5%).

Um estudo etnográfico realizado por Cordeiro e Kruse (2019) em dois hospitais detectou que o processo de alta hospitalar e o retorno para casa dos pacientes em cuidados paliativos enfrenta resistência por parte das famílias. E isso está relacionado com o fato da sociedade acreditar que apenas as unidades hospitalares voltadas a esses cuidados são locais capazes de proporcionar conforto ao paciente paliativo, e também devido ao difícil acesso aos serviços de atenção domiciliar.

Ainda nesse estudo os autores referem que: “Dentre os entraves para o retorno ao domicílio, destacam-se a família, o Estado e a justiça. A família ao mesmo tempo que é um facilitador para a alta, também a limita”. Percebe-se que o medo faz com que a família se sinta insegura em levar o paciente para casa. E uma das atuações da enfermagem se dá em orientar e

capacitar as famílias para a realização dos cuidados em final de vida, e também esclarecer a respeito do cuidado paliativo.

Fernandes *et al* (2013) através de um estudo exploratório com abordagem qualitativa diz que:

“Baseada em uma visão holística do ser humano os cuidados paliativos têm como filosofia valorizar a vida e encarar a morte como um processo natural. Assim, não adia e nem prolonga a morte, mas ampara o ser em suas angústias e medos provendo o alívio da dor e de outros sintomas, oferecendo suporte para que os pacientes possam viver o mais ativamente possível, ajudando a família e os cuidados no processo de luto.”. (FERNANDES *et al*, 2013)

Uma pesquisa qualitativa, realizada por Oliveira (2016), observou que as estratégias políticas têm buscado, além da redução de ocupação dos leitos hospitalares, principalmente viabilizar uma morte digna ao paciente paliativo e dar suporte a sua família.

A prática dos cuidados paliativos não se baseia em protocolos fixos, mas em princípios pautados em: 1) aliviar a dor e os sintomas do paciente; 2) considerar a morte como processo natural; 3) não acelerar e nem retardar a morte; 4) incorporar aspectos psicológicos e espirituais no cuidado; 5) preservar a autonomia do paciente; 6) oferecer suporte para familiares, esclarecendo acerca da evolução da doença e fazer com que se sintam amparados no momento de luto; 7) manter acompanhamento multiprofissional; 8) iniciar os princípios dos cuidados paliativos logo que se diagnostique uma doença ameaçadora da vida (MATSUMOTO, 2012; MORITZ *et al*, 2011 apud OLIVEIRA *et al*, 2016).

Ressalta-se que o processo de conviver com a morte e o morrer dos pacientes, muitas vezes por profissionais sem experiência clínica, sem amparo emocional e sem prática, são considerados como obstáculos para o acolhimento a pessoa que está em processo de terminalidade (POWAZKI *et al*, 2013 apud SOUSA e ALVES, 2015). Segundo Lindolpho *et al* (2016) como os enfermeiros são os profissionais que possuem um contato direto e prolongado com os pacientes, isso acaba gerando um vínculo, e quando estes profissionais precisam lidar com a terminalidade, são despertados neles diversos sentimentos, como de ansiedade, insegurança, medo, e não suportar a dor da perda. A morte é um tema evitado pelos profissionais de saúde, porque é mais agradável falar sobre cura e prevenção.

Existe um despreparo dos profissionais para assistir o paciente que enfrenta o processo de final de vida. É necessário capacitá-los para prestar um serviço humanizado e de qualidade nesse momento tão difícil, tanto para o paciente, quanto seus familiares.

As atividades do enfermeiro não se baseiam apenas na parte técnica e científica, é preciso despertar o cuidado emocional, pois a maioria das famílias desenvolvem dificuldades devido a vulnerabilidade apresentada pelos pacientes. Tendo em vista os sentimentos de medo, insegurança, dor e perda torna-se necessário o compromisso dos profissionais em oferecer suporte emocional aos pacientes e familiares (LINDOLPHO *et al*, 2016). Não se deve enfatizar apenas a doença. Os pacientes carregam histórias, medos e anseios, cabe ao profissional agir de forma ativa e afetiva dando-lhes todo o suporte necessário para enfrentar esse momento (FERNANDES *et al*, 2013).

Dado o exposto, as pesquisadoras Souza e Alves (2015) formularam uma lista de competências do enfermeiro para o cuidado paliativo na atenção domiciliar, que inclui dentre outras, competências como: fazer o planejamento e avaliação das ações de saúde ao paciente paliativo juntamente com a equipe multiprofissional; oferecer apoio emocional a pacientes e todos os envolvidos na assistência, como a família, profissionais de saúde e cuidadores, para que consigam lidar com o sofrimento durante os cuidados em final de vida; empregar cuidados adequados ao paciente e a família; atuar na avaliação, manejo e controle de sinais e sintomas (dispneia, fadiga, anorexia, náuseas, vômitos, constipação, confusão mental e dor) comuns no final da vida e, também, treinar familiares e cuidadores para que os mesmos consigam prestar esses cuidados; executar a educação de familiares e cuidadores também sobre medidas de segurança, prevenção de quedas, cuidados corpóreos, uso de medicamentos, de curativos, cuidados com sondas, de exercício e de postura.

Ainda segundo as pesquisadoras Souza e Alves (2015), são competências do enfermeiro envolver-se na organização, avaliar formas de trazer benefícios aos cuidados paliativos na residência, trabalhar com equipe multidisciplinar para orientar sobre rituais fúnebres, direitos sociais e responsabilidades familiares e fornecer documentos que estejam relacionados à morte e ao funeral, esclarecer a família e ao paciente sobre o desenvolvimento da patologia do paciente em cuidados paliativos, fazer um plano de intervenções para evitar falhas que façam os pacientes se sentirem desprezados no processo de desenvolvimento clínico, prestar atenção nos anseios e vontades dos pacientes e membros da família durante os cuidados da equipe de saúde a pessoa no final de vida, fornecer assistência que gerem formas confortáveis para as mortes em casa como parte do cuidado; e respeitar o paciente e os cuidados no pós-morte de acordo com a crença do paciente.

A atuação do enfermeiro nessa área requer o máximo de empenho de sua equipe, visando atender as necessidades do cuidado manifestadas pelos pacientes e familiares. Diante

das incertezas, diversidades e imprevisibilidades e a instabilidade clínica do paciente, o enfermeiro, por meio do trabalho interdisciplinar, precisa construir estratégias adequadas para atuar em prol do cuidado na proximidade da morte (SILVA e MOREIRA, 2011). Nesse contexto, o enfermeiro que atua em cuidados paliativos deve estar preparado para sanar dúvidas e amenizar o desconforto e problemas apresentados pelos pacientes durante o estágio final (CHAVES e LEÃO, 2007 apud WATERKEMPER e REIBNITZ, 2010).

Percebe-se que, nos últimos nove anos, em estudos publicados entre 2010 e 2019, as evidências científicas, a respeito da atuação da equipe de enfermagem no cuidado paliativo em âmbito domiciliar são claras, no que tange à qualidade de vida, para minimizar o sofrimento, fornecer suporte emocional, conforto e, além de tudo, possibilitar conforto no pós-morte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos selecionados para esta revisão mostram de forma relevante, a necessidade do enfermeiro no cuidado paliativo em âmbito domiciliar. Sendo assim, é preciso compreender as particularidades de cada paciente, respeitando suas limitações a fim de:

- priorizar a qualidade de vida;
- prestar assistência humanizada;
- proporcionar alívio da dor;
- promover a comunicação entre usuário e familiares; e
- assegurar a morte digna aos paliativos que não apresentam mais resposta terapêutica.

Percebe-se que a inexperiência na atenção domiciliar aos pacientes em cuidados paliativos ainda é um desafio para os profissionais de enfermagem. A pouca abordagem durante a formação contribui para tal fato e é imprescindível a necessidade de treinamentos para seu desenvolvimento profissional.

Portanto, conclui-se que a atuação do enfermeiro é fundamental para o paciente em fase terminal. O incentivo de encorajamento aos familiares no processo de aceitação da morte de maneira menos dolorosa, contribuirá para o estágio final do paciente de forma digna em seu domicílio.

6 REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Marislei Espíndula. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 9. Ano 02, v. 06. p. 135-145, dezembro de 2017.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN nº. 564/2017**: Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília-DF 2017 – Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html >. Acesso em 18 de set. de 2020.

CORDEIRO, Franciele Roberta; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. It possible to die at home? Analysis of the brazilian and french scenarios. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 28, e20170602, 2019 . Available from < <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2017-0602>>. access on 19 Nov. 2020. Epub Apr 08, 2019.

FERNANDES, Maria Andréa et al. Percepção dos enfermeiros sobre o significado dos cuidados paliativos em pacientes com câncer terminal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 9, p. 2589-2596, Sept. 2013 . Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900013> >. Acesso em: 18 nov. 2020.

LINDOLPHO, Mirian da Costa et al. Cuidados de enfermagem ao idoso no fim da vida. **Ciênc. cuid. saúde**, v. 15, n. 2, p. 383-389, jun. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4025/ciencucidsaude.v15i2.23904>>. Acesso em 18 nov. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *National cancer control programmes: policies and managerial guidelines*. 2.ed. Geneva: WHO, 2002.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, Mariana Carneiro et al. Cuidados paliativos: visão de enfermeiros de um hospital de ensino. **Enfermagem em Foco**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 28-32, abr. 2016. ISSN 2357-707X. Disponível em: <<https://doi.org/10.21675/2357-707X.2016.v7.n1.661>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SILVA, Marcelle Miranda da; MOREIRA, Marléa Chagas. Sistematização da assistência de enfermagem em cuidados paliativos na oncologia: visão dos enfermeiros. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 172-178, 2011 . Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002011000200003>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOUSA, Janaina Meirelles; ALVES, Elioenai Dornelles. Competências do enfermeiro para o cuidado paliativo na atenção domiciliar. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 28, n. 3, p. 264-269, June 2015. Available from < <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500044>>. access on 18 Nov. 2020.

VICTOR, Germana. Cuidados paliativos no mundo. **Revista brasileira de cancerologia**, v. 62, n. 3, p. 267-270, 2016. Disponível em: https://rbc.inca.gov.br/site/arquivos/n_62/v03/pdf/11-resenha-cuidados-paliativos-no-mundo.pdf. Acesso em 19 de set. de 2020.

WATERKEMPER, Roberta; REIBNITZ, Kenya Schmidt. Cuidados paliativos: a avaliação da dor na percepção de enfermeiras. **Rev. Gaúcha Enferm. (Online)**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 84-91, Mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000100012>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Barbara Pereira Melo RA 27139

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A atuação do enfermeiro na assistência paliativa a pacientes de Home Care: Alívio do dor e sofrimento

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espíndula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso

Barbara Pereira Melo
Assinatura do representante do grupo

Marislei Espíndula Brasileiro
Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO COMBATE À COVID-19: PLANEJAMENTO NO CUIDADO É ESSENCIAL

THE ROLE OF NURSING IN THE COMBAT WITH COVID-19: PLANNING IN CARE IS ESSENTIAL

JAQUELINE SARAIVA DO NASCIMENTO, LUDMILLA DE SOUZA CAMPOS,
TIAGO XAVIER PINHEIRO, MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO¹.

RESUMO

Objetivo: identificar evidências ao mensurar a atuação do enfermeiro brasileiro na linha de frente no combate ao novo coronavírus, e desenvolver um breve manual de cuidados do enfermeiro ao paciente. Método: o presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada no segundo semestre do ano de 2020 com pesquisas realizadas a partir de publicações e artigos selecionados entre os anos de 2010 a 2020, tais publicações foram feitas após a data de 26 de fevereiro de 2020, em português, inglês e espanhol. As fontes de bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library* (Scielo), Lilacs, Pubmed, Google Acadêmico, Conselho Federal de Enfermagem e Ministério da Saúde. A análise dos dados obtidos nesses meios fez-se em seis etapas. Resultados: o impacto do coronavírus ainda é estudado, pois muitos detalhes do vírus ainda são desconhecidos. Verificou-se muitos óbitos pela doença e muitos profissionais de saúde afastados por estarem infectados. Em plena pandemia, a Enfermagem passou de “desvalorizada” para “protagonista” e o sistema de saúde brasileiro, evidenciado pela sua falta de estrutura, começou a repensar condições de trabalho e estruturas oferecidas.

Palavras-Chave: Cuidados de enfermagem. Combate à COVID-19. Pandemia. Sistema Público de Saúde. Brasil.

ABSTRACT

Objective: to identify evidence when measuring the performance of Brazilian nurses in the front line to combat the new Coronavirus. Develop a brief manual of care from the nurse to the patient. Method: the present work is an integrative literature review, carried out in the second half of the year 2020 with research conducted from selected publications and articles between the years 2010 to 2020, and publications after the date of February 26, 2020, in Portuguese, English and Spanish. The sources of databases used were the Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library (Scielo), Lilacs, Pubmed, Google Scholar and Federal Nursing Council and Ministry of Health. The analysis of the data obtained in these media was done in six steps. Results: The impact of the Coronavirus is still being studied, as many details of the virus are still unknown. There were many deaths due to the disease and many health professionals on leave because they were infected. In the midst of a pandemic, in which Nursing went from being "undervalued" to "protagonist" and the Brazilian health system, evidenced by its lack of structure, began to rethink the working conditions and structures offered.

Keywords: Nursing Care. Combating COVID-19. Pandemic. Public Health System. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O início da década de 2020 ficou marcado pela pandemia do novo coronavírus, que provoca a *Severe Acute Respiratory Syndrome*, designado por SARS-CoV-2, afetando pessoas

¹ Elaboração: acadêmicos do 10º período do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: jaquesaraiva123@gmail.com, ludmillaelloah21@gmail.com, txavierpinheiro@gmail.com. Orientação: Dra. Marislei Espíndula Brasileiro; e-mail: marislei@cultura.trd.br.

de todas as nações, continentes, etnias e grupos socioeconômicos. Sendo, por isso, uma das crises centrais de saúde de uma geração. Tal fato conduziu o diretor da Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, a declarar o estado de emergência pública, conforme nos fala Ventura-Silva *et al.* (2020).

O novo coronavírus chegou de forma contaminante e a pandemia se alastrou. Embora seja um assunto novo e com poucas pesquisas existentes, criou-se um interesse em pesquisar a forma com que o profissional de saúde, especificamente o corpo representado por enfermeiros, age frente a essa situação e como eles podem auxiliar no combate ao vírus, seja em unidades de pronto atendimento ou hospitais, visto que esses profissionais estão expostos às precariedades nos serviços de saúde.

Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso no Brasil: um paciente de 61 anos, que retornara recentemente da Itália. Mas ninguém imaginava que tal doença respiratória iria se espalhar tão rápido e trazer tantos óbitos em cena atualizada. Aos poucos, os profissionais de enfermagem se tornaram agentes da linha de frente no combate a esse vírus tão temido.

Foi necessária uma educação continuada sobre o cenário da pandemia, aderindo às práticas e procedimentos preventivos, com medidas de enfrentamento na saúde pública, destacando-se aqui o uso precavido do material preventivo, como: uso de máscaras em tempo integral, uso intensivo de álcool, higienização das mãos constantemente, maneira correta de tossir e espirar, isolamento social, entre outros.

Segundo Souza e De Souza (2020), a pandemia desencadeada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), chegou com força, afetando o trabalho de diversos profissionais da saúde, os quais têm lutado incansavelmente nos cuidados aos infectados e na contenção da disseminação do vírus. Mundialmente, enfermeiros, médicos, farmacêuticos, biomédicos, psicólogos, auxiliares de limpeza, obstetizes, auxiliares e técnicos de enfermagem têm pago um preço alto na luta contra esse novo vírus, pois muitos têm sido infectados, vindo a óbito em decorrência da gravidade do caso.

Diante dessa situação, pensou-se na assistência de enfermagem junto a pacientes acometidos pela COVID-19, surgindo assim o tema: o papel da enfermagem no combate à COVID-19; afinal, o planejamento no cuidado é essencial.

Assim, é preciso reconhecer o papel fundamental de tais profissionais (enfermeiros) que estão na linha de frente dos atendimentos aos casos de COVID-19, não apenas em razão de sua capacidade técnica, mas, também, por se tratarem da maior categoria profissional,

sendo os únicos que permanecem 24 horas ao lado do paciente; são, portanto, mais susceptíveis à infecção pelo novo coronavírus (SOUZA E DE SOUZA, 2020).

A relevância em torno do assunto requer que o profissional de enfermagem promova ações globais e individuais de prevenção, seguindo as recomendações oferecidas pelo Conselho de Enfermagem, atuando de forma ativa na detecção e avaliação de casos suspeitos.

A justificativa da pesquisa, dá-se pela necessidade de informações e implementação das recomendações de cuidados ainda mais específicos a cerca do profissional de enfermagem em contato com o paciente contaminado com o COVID-19 e a manutenção da saúde destes, minimizando os aspectos a serem adaptados diante desse momento novo e histórico.

2 OBJETIVO

Analisar e identificar evidências ao mensurar a atuação do enfermeiro brasileiro na linha de frente no combate ao novo coronavírus por meio de uma revisão integrativa de artigos, manuais e protocolos. Além disso, propor uma nova forma de orientação de cuidados do enfermeiro ao paciente, através de um breve manual, um informativo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho refere-se a um estudo baseado em coleta de dados a partir de fontes secundárias, ou seja, uma revisão integrativa da literatura, que de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), é qualificada como o ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência, desenvolvidos através de metodologias disponíveis em diferentes fontes, ofertando aos pesquisadores a síntese e a extração dos resultados sem afetar a referência dos estudos abrangidos e utilizados. Realizada no segundo semestre do ano de 2020 com publicações e artigos selecionados entre os anos de 2010 a 2020 e publicações sobre o COVID após a data de 26 de fevereiro de 2020, em Português, Inglês e Espanhol.

Conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008), trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste na síntese de diversos estudos já realizados, permitindo a análise de dados relevantes ao tema proposto, com a finalidade de compreender um fenômeno particular na área de estudo, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre a temática,

fundamentados em resultados pautados por tais estudos. E seu delineamento metodológico consiste em seis etapas (BATISTA *et al.*, 2020).

As fontes de bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library* (Scielo), Lilacs, Pubmed, Google Acadêmico e Conselho Federal de Enfermagem e Ministério da Saúde. A análise dos dados obtidos nesses meios resultou em seis etapas. Visto que há poucos estudos existentes, pois desconhece-se muitos detalhes sobre o vírus em razão do pouco tempo em que se tem contato com ele, busca-se entender melhor o processo a fim de oferecer maior auxílio ao combate da doença.

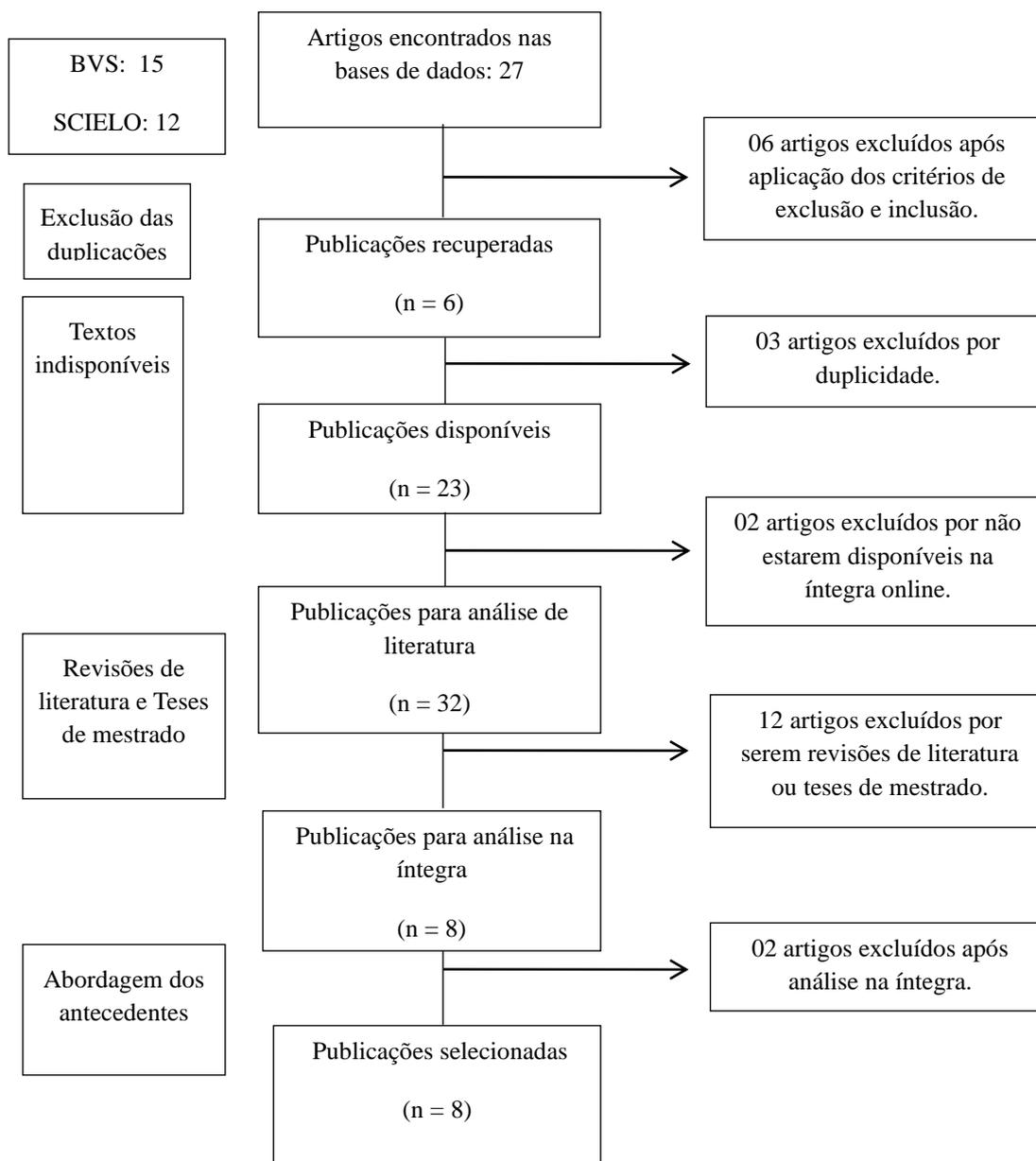
Primeira etapa: designação do tema de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; nesse caso, definido como: *O papel da enfermagem no combate à COVID-19, afinal, o planejamento no cuidado é essencial*. O interesse do grupo manifesta-se devido à preocupação em meio a pandemia existente, a fim salientar questionamentos, plano de cuidados, características do vírus e fatores de combate a propagação em meio a contaminação.

Segunda etapa: definição de medidas para a seleção de estudos ou busca na literatura. A pesquisa dos artigos foi realizada por meio de fontes encontradas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), biblioteca digital *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline/PubMed), Google Acadêmico e Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Para o levantamento dos artigos, os descritores de saúde (Decs) utilizados foram: Enfermagem, coronavírus, Cuidados de Enfermagem, Combate ao COVID, Pandemia, Sistema Público de Saúde e Brasil. Os Decs escolhidos têm relação direta com o tema proposto e são reconhecidos como descritores de ciência. Os critérios de inclusão para o presente estudo foram artigos publicados no ano de 2020 disponíveis em Português, Inglês e Espanhol.

Terceira etapa: seleção do conteúdo a ser utilizado - artigos no estudo. As informações alcançadas foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: título do artigo, ano, local, periódico/revista, metodologia dos artigos, resultados dos estudos.

Quarta etapa: avaliação dos estudos incluídos na Revisão Integrativa. Os estudos foram avaliados primeiramente por seus títulos, resumos, objetivos e resultados alcançados, obtendo, assim, uma resposta satisfatória e conclusiva. A partir das leituras do material recolhido, foram excluídas publicações duplicadas, textos não disponíveis e revisões fora da época selecionada, pois assim não se encaixavam no estudo proposto.

Figura 1 – Fluxuograma com as devidas estratégias para seleção dos artigos.



Fonte: Os autores.

Para categorização dos dados, empregou-se um instrumento de coleta abrangendo informações referentes à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação e local de busca), e dados referentes à amostra do estudo, como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes, Silveira e Galvão. (2008).

Quinta etapa: interpretação dos resultados. Os resultados dos artigos foram obtidos através de uma leitura precisa, para que seus dados fossem avaliados e agrupados, por uma tabela (tabela 1) elaborada no *software* Word, item do pacote *Office*, e no *software* Corel Draw, ambos no sistema operacional *Windows*.

Sexta etapa: síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa.

Tabela 1 – Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizados, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo caso controle.
Moderada/fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativos ou estudo de caso.
Moderada/fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: Brasileiro, 2017.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados oito artigos científicos, previamente selecionados pelos critérios de inclusão reconhecidos. Seguem selecionados e dispostos em uma tabela (tabela 2). Tais artigos foram publicados em 2020.

Dos oito artigos definidos, dois são estudos do tipo *Revisão integrativa da literatura*, com nível de evidência forte; três do tipo *Estudo controlado*, com nível de evidência forte moderada; e três do tipo *Estudo descritivo*, com nível de evidência moderada fraca. Os artigos foram publicados no ano de 2020.

Tabela 2 – Estudos conforme as características gerais das evidências científicas.

N	REFERÊNCIAS	RESULTADOS
1	FUENTES, 2020.	O ano de 2020 é reconhecido como o Ano Internacional da Doença e do Parto, conforme a 72ª Assembleia Mundial da Saúde realizada em Genebra, Suíça, em 2019. Segundo a OMS, em cada 1000 habitantes, existem 03 profissionais de saúde contaminados ou doentes com o coronavírus. A COVID-19 causou uma crise global sem precedentes que expôs a fragilidade dos sistemas de saúde, além de devastadores efeitos econômicos e sociais que têm a necessidade de adaptar às condições sociais e de saúde em mais de 185 países para conter os efeitos da pandemia e resistir à crise internacional de saúde. A rápida reorganização dos sistemas de saúde leva a crer que o profissional de saúde está apto para liderar programas de saúde, bem como resolver as necessidades de saúde de múltiplos grupos populacionais.
2	CHAVES <i>et al.</i> , 2020.	A pandemia agravou o contexto de prática de enfermagem, que requer mobilizar conhecimentos e informações para dimensionar recursos diversos e planejar ações para

		controle da disseminação da doença, favorecendo o cuidado e reduzindo os riscos de danos para o paciente, para a comunidade e para os profissionais de saúde. Evidencia-se a relevância de competências e instrumentos gerenciais que favoreçam o trabalho do enfermeiro. Destaca-se a supervisão de enfermagem para abordar continuamente medidas e intervenções usuais, de enfoque gerencial e assistencial, readequadas para o contexto da pandemia, em perspectiva educativa da equipe.
3	DANTAS <i>et al.</i> , 2020.	O estudo com base nas manifestações clínicas da doença delimita os principais diagnósticos de enfermagem, que podem ser aplicados para crianças, adultos, gestantes e idosos com COVID-19. Conforme os sinais e sintomas presentes na fase aguda da doença, em pacientes sob internação e em uso de terapia medicamentosa, os diagnósticos predominantes foram: proteção ineficaz relacionada à incapacidade de precaução contra agente infeccioso evidenciado por tosse, calafrios e fadiga, presença de tosse, hipertermia relacionada a processo infeccioso evidenciado por pele quente ao toque, padrão respiratório ineficaz relacionado à dor e fadiga evidenciada por dispneia.
4	FORTE; PIRES, 2020.	Analisar os apelos da Enfermagem nas mídias sociais durante a pandemia de COVID-19, publicações veiculadas no Twitter e no Instagram. Organizados em quatro categorias temáticas: #fiqueemcasa, #cadêmeuEPI, #agorasomosherois, #nadadenovonofront, segundo frequência nas comunicações. Os apelos mostram relação com a utilidade social do trabalho profissional e com condições de segurança no trabalho requeridas para seu exercício.
5	FRANZOI; CAUDURO, 2020.	Refletir sobre a atuação de estudantes de graduação em enfermagem durante a pandemia de COVID-19. Desenvolvimento: ao se considerarem os recentes acontecimentos no cenário da saúde brasileira e as ações estratégicas que incluem os estudantes de enfermagem no combate à pandemia, reflexões acerca das competências, responsabilidades, obrigações e deveres dos profissionais de enfermagem devem ser consideradas. Discute-se as posições de entidades e órgãos regulamentadores sobre a participação dos estudantes de enfermagem no atual cenário pandêmico.
6	GEREMIA <i>et al.</i> , 2020.	Compreender a atuação do enfermeiro no Sistema Único de Saúde frente ao Coronavírus. A técnica de análise utilizada foi o Discurso do Sujeito Coletivo. Emergiram duas Ideias Centrais: (Des)valorização e/ou reconhecimento da atuação da enfermagem no Sistema Único de Saúde frente à <i>Coronavirus Disease 2019</i> ; Formação em enfermagem e a <i>Coronavirus Disease 2019</i> : relevância da integração ensino-serviço.
7	RIOS <i>et al.</i> , 2020.	Relatar as estratégias de enfrentamento à COVID-19 de um Centro de Saúde da Atenção Primária à Saúde de um município do sul da Bahia. Relato de experiência <i>O resgate da Educação em Saúde e o foco na Educação Permanente</i> facilitaram a adesão ao distanciamento social pela comunidade e capacitou a equipe para lidar com a situação atual. Além disso, a pandemia estimulou nos profissionais de saúde uma reinvenção das formas de atuação, bem como a ressignificação dos processos de autocuidado. Nesse contexto, a utilização das Práticas Integrativas e Complementares e da criatividade no cuidado de si e do outro permitiram o desenvolvimento da empatia, o fortalecimento do vínculo, a harmonia e o controle emocional, mesmo em meio ao pânico criado pela pandemia.
8	RODRIGUES; DA SILVA, 2020.	Experiência de Gestão em hospital com atendimento prestado a paciente confirmado de coronavírus, com os fluxos operacionais de serviço, utilização de equipamentos de proteção individual, desafios e potencialidades vivenciados, assim como a saúde mental dos profissionais de saúde durante a pandemia.

Os autores concordam que, com a pandemia e a contaminação do coronavírus de forma global, houve uma grande e urgente necessidade de adequação do sistema de saúde, de modo que estivesse apto ao tratamento da doença, envolvendo leitos e matérias disponíveis para o controle da disseminação do vírus. A organização deu-se de forma rápida e urgente, deixando evidenciada a necessidade de o profissional de enfermagem bem capacitado ser melhor remunerado e capaz de assumir lideranças ao longo do seu serviço.

O tratamento de combate a enfermidade foi diferente em cada lugar, por vários motivos. Por tratar-se de uma doença nova, vários estudos foram se implementando a fim de salientar e diminuir o risco de contaminação.

As equipes médicas e de enfermagem, responsáveis pelo combate ao contágio, estiveram exaustivamente em plantões direcionados a estudos, a cuidados, a respaldo imediato de proteção individual e os demais desafios diante da pandemia. Tais profissionais obtiveram o reconhecimento da população como equipe capacitada com várias habilidades, além da liderança no auxílio e cuidado do paciente.

No estudo de Fuentes (2020), na tabela como número 01, em língua espanhola, nível de evidência 5, afirma-se que o trabalho do profissional de enfermagem é inestimável para a saúde das pessoas em todo o mundo, elogiando, assim, o trabalho desenvolvido.

Surgiram estratégias e procedimentos buscando um reconhecimento maior para a categoria de enfermagem, além de propostas para melhorar as condições de trabalho e de um salário maior. Com a pandemia da COVID-19, acometeu-se uma crise financeira, expondo ainda mais as dificuldades dos sistemas de saúde.

A necessidade geral foi de adaptação, resultando na compra de materiais de higiene e proteção, além de exigir ainda mais do profissional de saúde, que precisou assumir a frente de batalha, os plantões e os riscos da contaminação. E diante dessa nova situação, houve um breve reconhecimento do mérito da dedicação do profissional de saúde, em tempos de pandemia.

O profissional de enfermagem deve estar sempre capacitado, a fim de desenvolver suas habilidades e liderar equipes. O Conselho Internacional de Enfermagem, começou um movimento global para melhorar as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem e aumento de seus salários. Buscando o reconhecimento social da profissão no presente e no futuro.

No estudo de Chaves *et al.* (2020), na tabela como número 02, em língua portuguesa, nível de evidência 2, a pandemia trouxe lacunas no conhecimento, até por conta da diversidade de quadro clínico da COVID-19, que pode variar de pacientes assintomáticos a pacientes com sintomas respiratórios leves, e ainda a quadros agudos de pneumonia grave.

A OMS tem recomendado o distanciamento físico para reduzir o risco de exposição às pessoas infectadas pela COVID-19 (OMS, 2020). O Decreto 94.406/87 prevê como função privativa do enfermeiro o “planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de enfermagem” e determina que a prática de técnicos e auxiliares de

enfermagem só pode ser exercida sob supervisão, orientação e direção de enfermeiro. (COFEN, 1987).

A função gerencial do enfermeiro requer competências específicas, viabilizadas por meio de instrumentos e ferramentas que favorecem a coordenação e articulação do trabalho da equipe. O contexto atual de pandemia da COVID-19 requer maior dinamismo do enfermeiro junto à equipe, dado o aparecimento de novas informações, necessidade de alterações em rotinas e protocolos, modificações no quadro de profissionais, expansão da capacidade de atendimento, demandas assistenciais, dentre outros aspectos que impactam consideravelmente na comunicação, na colaboração, na valorização do outro, na sensibilidade, na ética e no respeito.

O enfrentamento da pandemia acarreta mudanças em rotinas e processos, para promover adaptações e modificações necessárias. Diante do cenário, entende-se a potência da supervisão de enfermagem para articular recursos e estratégias para adequação de profissionais e da instituição a fim de atender as necessidades dos pacientes.

Circunstâncias complexas, como a vivenciada durante a pandemia da COVID-19, manifestam a necessidade de reflexão acerca das práticas já presentes e das novas a serem inseridas no trabalho da equipe de enfermagem, que demandam absorver diariamente novos conhecimentos e aprender novas técnicas. Somadas a essa situação, ainda há a insegurança pelo amedrontamento ao pôr em risco sua saúde, além da possibilidade de adoecer e pôr em risco a saúde de pessoas com as quais convive.

Nesse contexto, o enfermeiro exerce papel primordial, tendo a supervisão de enfermagem como prática privativa, que favorece atuar na interface das demandas dos pacientes, do hospital e de equipe, na perspectiva de mobilizar diferentes recursos para o provimento dessas necessidades.

A supervisão de enfermagem, como instrumento gerencial, é capaz de intervir na dinâmica dos serviços de saúde, de forma a favorecer melhorias em relação à produtividade, à satisfação, ao desenvolvimento profissional e às atividades assistenciais.

O potencial educativo da supervisão de enfermagem impulsiona tais transformações, com ações que qualificam a equipe no cenário da prática profissional, buscando os melhores resultados para o paciente, para a equipe e para a instituição. Como parte fundamental da supervisão de enfermagem, destaca-se a necessidade de, além de promover a capacitação, estimular os profissionais e a sociedade a aderirem às recomendações atuais que minimizem o contágio da COVID-19.

É preciso também buscar estratégias para identificação de fatores que podem caracterizar o adoecimento mental dos profissionais de saúde diante dos desafios impostos. A evolução da pandemia ocorre de maneira dinâmica, assim como as orientações e medidas acerca de seu enfrentamento, por isso a importância de o enfermeiro adotar abordagens educativas para estabelecer e retomar normas de proteção e segurança.

No estudo de Dantas *et al.*(2020), na tabela como número 03, em língua portuguesa, nível de evidência 1, afirma que se faz necessária uma assistência clínica multidisciplinar especializada para os pacientes contaminados com a COVID-19, observando o quadro clínico que apresentam. Entretanto, destaca-se a importância do profissional enfermeiro, visto que ele desempenha papel de liderança nos serviços de saúde, promovendo direcionamento de ações ao coordenar principalmente a equipe de enfermagem.

Nesse sentido, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), prevista na Resolução 358/2009, é uma importante aliada do enfermeiro, sendo fundamental na prática clínica assistencial e essencial para o processo de trabalho de toda a equipe de enfermagem. (COFEN, 2009).

Alguns diagnósticos são prevalentes, entretanto, a avaliação deve ser individual, bem como a assistência, baseada nas necessidades de cada indivíduo.

No estudo de Forte e Pires (2020), na tabela como número 04, em língua portuguesa, nível de evidência 1, afirma-se que os cuidados devem ser seguidos por todos. Em mídias sociais, profissionais de enfermagem buscam evidenciar a importância dos cuidados como: isolamento, ficar em casa, usar máscara, o uso do EPI corretamente, a biossegurança das equipes médicas, tentando demonstrar que o assunto é sério e os procedimentos de prevenção valem muito.

Esses discursos assumem relevância pela conjuntura atual de visibilidade da profissão, que, infelizmente, é conectada por uma pandemia cruel, que tem levado muito sofrimento e mortes a vários países. Retomando o referencial adotado nesse estudo, cuja linguagem tão peculiar das mídias sociais (por meio de *hashtags*), sirva de apoio para as mudanças que virão no pós-pandemia, a fim de reconhecer e valorizar os profissionais que nunca se afastam dos cuidados com as pessoas.

Antigos e novos desafios da profissão foram colocados em pauta nas mídias sociais, especialmente relacionados aos instrumentos de trabalho e à própria força de trabalho. Esses discursos podem servir de alicerce para políticas de melhoria das condições de trabalho e ainda fomentar a valorização da profissão.

No estudo de Franzoi e Cauduro (2020), na tabela como número 05, em língua portuguesa, nível de evidência 3, afirma-se que surgiram oportunidades de graduação antecipada aos estudantes de enfermagem e muitos deles aproveitaram para se inserir no serviço frente ao combate a COVID-19.

Para sensibilizar os estudantes a se voluntariarem, além da série de vantagens elencadas nas portarias, pronunciamentos de apelo emocional de gestores federais da educação e da saúde, veiculados na mídia, sugerem que os estudantes têm o dever social de realizar esse trabalho.

No entanto, não está claro nos documentos oficiais como será conduzido o processo educativo-assistencial dos estudantes, de forma a garantir aprendizado e assistência segura. Resta saber se essas políticas governamentais, elaboradas sem a participação direta de entidades de classe e de universidades, colaboram ou prejudicam as estratégias de combate à pandemia, propostas até o momento, e a formação dos estudantes de saúde, especialmente de enfermagem.

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) manifestou em nota posição contrária à participação de estudantes de enfermagem na pandemia, ao considerar fatores como demanda e sobrecarga dos recursos humanos dos que estão na linha de frente ao supervisionar atividades de estágio, além da estrutura dos serviços de saúde para agregar os acadêmicos – especialmente pela escassez de equipamentos de proteção individual (EPIs), os quais estão sendo utilizados de forma racional nos estabelecimentos de saúde devido aos déficits de oferta (ABEn, 2020).

O Cofen (2020) ratifica tal posicionamento ao destacar que os profissionais de enfermagem, atuantes na pandemia de coronavírus, correspondem a 60% dos recursos humanos em saúde no Brasil, estão vivenciando exaustão física e mental pelos esforços colossais dos quais estão enfrentando, diuturnamente, com a sobrecarga de trabalho nas redes hospitalares do país, sendo, portanto, inadequado que nesse cenário de pandemia, recebam também a tarefa de supervisionar estudantes.

Papel do Sindicato, papel do Cofen, Aben Diante da pandemia, surgiram vagas para que estudantes assumissem cargos, mas também se observou que o risco pode ser ainda maior para esses indivíduos, isso se dá pela falta de experiência.

Isto posto, cabe ao Sindicato, ao Cofen e a Aben o papel de coordenar e supervisionar as vagas assumidas pelos estudantes, embora não diminua, com isso, o quanto eles estarão mais expostos aos riscos, por não possuírem experiência. A necessidade de urgência de profissionais faz com que os estudantes queiram estar diante do ofício, se voluntariando com

graduação antecipada. A situação da saúde requer investimentos diante do crescente número de profissionais de saúde infectados, é premente assegurar atuação estratégica, segura e responsável de estudantes de enfermagem que se colocam disponíveis para atuarem em instituições de saúde, prestando cuidado e assistência de enfermagem a pacientes suspeitos ou confirmados pela COVID-19.

No estudo de Geremia *et al.* (2020), na tabela como número 06, em língua portuguesa, nível de evidência 3, afirma-se que o profissional de enfermagem é um grande protagonista em meio a pandemia atual. No contexto das equipes de saúde, a Enfermagem constitui mais da metade da força de trabalho no Brasil e emerge a necessidade de reinventar e valorizar a profissão, por meio da qualificação e desenvolvimento dessa força de trabalho alinhada ao SUS. Aposta-se no fortalecimento da liderança da enfermagem, que mesmo com papel marcante no enfrentamento da pandemia, carece de protagonismo político, e na gestão para a tomada de decisão e conquista de direitos.

Ações estão sendo realizadas em defesa da categoria profissional e, entre as pautas de maior reivindicação defendidas pelas entidades de classe estão: a garantia de assistência integral; do financiamento adequado para o SUS; revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece teto dos gastos e congelamento dos investimentos em saúde até 2036; a luta pela definição de plano de carreira, cargos e salários para os trabalhadores de saúde com política salarial mais justa; a defesa da jornada de 30 horas semanais com condições de trabalho mais humanas; espaço para descanso para os profissionais de enfermagem; e manifestações contra o ensino integral a distância na área da saúde (SILVA, 2019).

A maior crise na saúde pública, neste século, desencadeou mudanças sanitárias, políticas, socioeconômicas e culturais no Brasil e no mundo. Nesse cenário, a Enfermagem renova a sua luta por valorização e reconhecimento técnico, científico, financeiro e social. Emerge a vontade do fortalecimento profissional, avançando para um horizonte que consolida a profissão na vanguarda das necessidades de cuidado da sociedade.

A partir do fenômeno da COVID-19, emergem questões técnicas e científicas no processo de formação e produção de conhecimento científico, que sugerem revisar o papel central do Estado na garantia do direito público e universal da saúde por meio do SUS, as condições de trabalho dos profissionais e a necessidade de integração ensino e serviço para a formação de enfermeiros problematizadores e líderes, capazes de atuar frente às dimensões de gestão, de assistência, da pesquisa, da educação e da política.

A pesquisa reforça o lugar central do conhecimento científico para a gestão do trabalho em enfermagem, funcionamento do SUS, atendimento em saúde e análise crítica dos

determinantes que interferem nas dimensões da vida em sociedade. Os resultados dessa natureza poderão contribuir para a valorização, reconhecimento e destaque da mudança necessária no perfil de formação da enfermagem, na contramão do modelo hegemônico assistencialista, em direção a um modelo alinhado com o SUS, fazendo assim com que o profissional seja valorizado, conforme cita a Lei 8080/90 (BRASIL, 1990).

Revelou a percepção política dos enfermeiros frente à crise de saúde pública, agravada pela pandemia, e a disposição para fortalecer a defesa dos princípios do Sistema Único de Saúde. Os enfermeiros reconhecem a necessidade de valorização profissional, evidenciada pela crise. A integração ensino-serviço é reconhecida como essencial na formação em enfermagem no Sistema Único de Saúde.

No estudo de Rios *et al.* (2020), na tabela como número 07, em língua portuguesa, nível de evidência 3, descreve-se a atuação do enfermeiro no combate à COVID-19, em um centro médico determinado. Na ocasião, foram retirados em média 44% do quadro clínico de enfermeiros, por fazerem parte do grupo de risco. A falta do equipamento de EPI, foi solucionada de forma jurídica, cuja iniciativa de acionar o Ministério Público do Trabalho veio por intermédio da enfermeira-chefe, garantindo o recebimento de aproximadamente trinta e dois mil reais para a aquisição de EPI, destacando o trabalho da Enfermagem na linha de frente do planejamento, do gerenciamento e da assistência.

Nessa perspectiva, a rotina do Centro de Saúde foi rapidamente adequada às novas demandas que o cenário exigia, e os enfermeiros foram os profissionais mais atuantes na organização do fluxo, destacando o potencial gerenciador desses profissionais frente aos demais membros da equipe.

Ratifica-se que a habilidade de integrar cuidados, associando gerência e assistência, permite que o enfermeiro, quando assume a figura de líder, transforme o seu trabalho e o trabalho de seus colaboradores, de modo a facilitar a promoção do acesso à saúde de forma eficiente nos centros de saúde da APS.

As estratégias adotadas revelaram-se exitosas. A ênfase na Educação Permanente garantiu uma equipe preparada para lidar com a pandemia e executar adequadamente os protocolos. A EPS, juntamente com a efetivação da Educação em Saúde, proporcionou um controle da transmissão viral até o momento, confirmando quantitativamente, visto que a área adscrita do Centro de Saúde é uma das que apresenta menor número de casos confirmados no município.

A organização do fluxo de atendimento do Centro de Saúde impediu aglomerações e o tempo de espera para atendimento, facilitando o isolamento dos pacientes sintomáticos e, por

consequência, minimizando o risco de transmissão. O cuidado dos profissionais de saúde entre si foi essencial para a execução de ações na unidade, com empatia e controle emocional diante do pânico causado pela pandemia.

Ficou visível que a Enfermagem assume o protagonismo na Atenção Primária à Saúde, sendo indispensável para o bom funcionamento do conjunto de ações de saúde. Ressalta-se a habilidade técnica assistencial e científica desses profissionais, assim como, sua sensibilidade para cuidar e para ser cuidado, de gerenciar e de empoderar toda a equipe multidisciplinar.

Nesse clima de tensão causado pela pandemia, foi possível estabelecer um ambiente de trabalho harmonioso, alcançando a ressignificação das relações e dos processos de trabalho.

Em todas as ações, percebeu-se que, apesar de inserido em uma equipe multiprofissional, o profissional de enfermagem é o protagonista da Atenção Primária à Saúde, destacando-se desde o planejamento até as execuções e avaliação das ações implementadas.

O enfermeiro, pertencente a uma equipe multidisciplinar, possui o potencial de alavancar as ações de Atenção Primária à Saúde, rotineiramente e em tempos de pandemia.

No estudo de Rodrigues e Da Silva (2020), na tabela como número 08, em língua portuguesa, nível de evidência 5, afirma-se que o serviço de saúde possui o dever de fornecer capacitação para todos os profissionais de saúde para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos. Todos os profissionais de saúde devem ser treinados para o uso correto e seguro dos EPIs.

Considerando o aumento do consumo de EPI durante a pandemia, a preocupação constante da equipe médica e de enfermagem é com a racionalização e a possibilidade da falta deles no hospital. A adaptação dos profissionais assistenciais frente às drásticas mudanças em seu âmbito de trabalho pode ser vista como um dos principais desafios apresentados diante da pandemia. Ações como, atendimento ao paciente suspeito ou confirmado, carga horária de trabalho, paramentação, uso correto dos EPIs e aumento da complexidade assistencial vêm se mostrando como grandes preocupações.

Alerta-se, ante a esta pandemia, para a saúde mental dos profissionais de saúde, pois passam a correr risco aumentado para o desenvolvimento de Síndrome de Burnout, já que possuem medo, insegurança e apreensão com o avanço da doença. Esses profissionais não temem apenas o próprio contágio, mas também a transmissão para suas famílias.

O vírus foi recentemente descoberto e ainda são poucos os estudos sobre o tema, de modo que os protocolos e recomendações sofrem mudanças constantes. Enfatiza-se, diante disso, a importância da manutenção de contínua atualização técnico-científica.

Diante disso, no quadro 01, seguem medidas recomendadas pelo Cofen (2020) na organização dos serviços oferecidos pelas equipes de Enfermagem.

Quadro 1 – Medidas recomendadas pelo Conselho Federal de Enfermagem para organização dos serviços e preparo das equipes de Enfermagem. Brasil (2020).

1 Criação de uma escala de profissionais de saúde para ocupar o papel de “Posso Ajudar”, identificando as pessoas com sintomas respiratórios. Devem ser profissionais de nível superior e/ou profissionais de nível médio. O número de profissionais nesta função deve ser determinado de acordo com a demanda, pelo gestor local da unidade.
2 Formação de Equipe de Resposta Rápida para a chegada de casos de pessoas com sintomas respiratórios, composta por agentes administrativos, recepcionistas ou agentes comunitários de saúde, enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem, em número proporcional à demanda por esses atendimentos, sendo o dimensionamento de responsabilidade do gestor local da unidade, apoiado pelos responsáveis técnicos de enfermagem.
3 Revezamento, durante a semana, das equipes de enfermagem nas escalas de atendimento aos pacientes com sintomas respiratórios ou suspeita de COVID-19. Além disso, as composições dessas equipes por profissionais com 60 anos ou mais e portadores de fatores de risco devem ser evitadas. São fatores de risco: doença respiratória, cardíaca ou renal crônica; portadores de tuberculose e hanseníase e outras doenças infecciosas crônicas; transplantados de órgãos sólidos e de medula óssea; imunossupressão por doenças e/ou medicamentos (ex.: HIV, quimioterapia/radioterapia, imunossupressores); portadores de doenças cromossômicas e com estado de fragilidade imunológica; diabetes; gestantes.
4 O COFEN, a partir da Comissão Nacional de Saúde da Mulher, vista a promoção e proteção contra a infecção da COVID-19 em mulheres trabalhadoras da Enfermagem em Saúde, grávidas e lactantes, recomenda que sejam realocadas em seus serviços de saúde de forma que o trabalho exercido em saúde não as coloquem em contato direto com pacientes com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus.
5 Definição de local de espera de pessoas com quadro clínico de sintomas respiratórios de avaliação por profissional de nível superior (médico e enfermeiro). Esse local deve, se possível, ser aberto, ventilado e próximo à área da unidade onde ocorrem os atendimentos.
6 Definição de setor, ala ou salas da unidade para a acomodação e atuação das Equipes de Resposta Rápida, evitando a circulação de pessoas com sintomas respiratórios ou de profissionais que estejam escalados na Equipe de Resposta Rápida em outros espaços da unidade. As salas devem ser exclusivas para o atendimento de pessoas com sintomas respiratórios e devem ser próximas, se possível, à sala de observação clínica.
7 Provimento, pela gestão local, de todo material definido como Equipamento de Proteção Individual (EPI).
8 Organização de sala de observação clínica da unidade para receber casos de pessoas com sintomas respiratórios e fatores de risco ou casos de pessoas com suspeita de COVID-19, que tenham indicação de estabilização e encaminhamento por Vaga Zero à unidade de maior complexidade.

9 Considerar a criação de sala adicional de observação clínica dedicada à estabilização de pacientes com suspeita de COVID-19, caso a unidade possua estrutura adequada para isso.
--

10 Destacar profissional e material de limpeza para a atuação nessa área de unidade.
--

Fonte: COFEN, 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar evidências ao mensurar a atuação do enfermeiro brasileiro na linha de frente no combate ao novo coronavírus por meio de uma revisão integrativa de artigos, manuais e protocolos, além de propor uma nova forma de orientação de cuidados do enfermeiro ao paciente, através de um breve manual voltado para o público leigo.

O estado geral da pandemia transformou o atendimento hospitalar no Brasil, pois houve uma necessidade urgente de se adequar ao novo quadro disponível. As mudanças necessárias, como acomodação de novos leitos, capacitação de profissionais com rotinas continuadas, treinamentos personalizados, novas contratações, uso intensivo de material de proteção individual trouxeram uma nova forma de viver.

O cuidado do enfermeiro com o paciente tornou-se personalizado e seguro, atendendo as normas estabelecidas, trazendo um maior respaldo. É de extrema importância conhecer a fundamentação do vírus e quais os procedimentos normativos a serem feitos, desenvolvendo ainda mais a qualidade do cuidado do enfermeiro.

Entendemos a importância do profissional de enfermagem no circuito de cuidados ao paciente, trazendo assim mais segurança e humanização, diante de um cenário tão dolorido e preocupante, diante do alto índice de mortalidade e contaminação.

Por causa dessa preocupação, desde o início, pensamos no desenvolvimento de um informativo que poderia ajudar na orientação, a fim de mudar um pouco essa realidade do não conhecimento dos possíveis cuidados, promovendo um conforto maior no dia a dia.

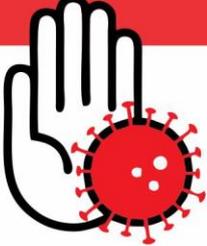
Com o intuito de esclarecer mais sobre o assunto, foi desenvolvido um material publicitário, em anexo, podendo ser verificado como: um folder tamanho 15x15, colorido, resumido, de linguagem fácil, com algumas indicações e informações relevantes sobre a COVID-19 e os cuidados necessários. A informação correta edifica e facilita o trabalho que visamos desenvolver neste estudo.

FIQUE EM CASA

Ajude conter o Covid-19

Recomendações de Prevenção à Covid-19

(Cofen, 12/03/2020)





- Realizar a higiene das mãos frequentemente com água e sabonete ou preparação alcoólica, por pelo menos 20 segundos.
- Evitar tocar nos olhos, nariz e boca com as mãos não higienizadas.
- Evitar contato próximo com pessoas doentes.
- Cobrir boca e nariz com a dobra do braço ao tossir ou espirrar ou utilizar um lenço de papel e jogar no lixo.
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies de uso comum tocados com frequência.
- Ficar em casa e evitar contato com pessoas quando estiver doente.
- Uso frequentemente de máscara.





Fonte: Cofen, 12/03/2020

Acadêmicos em Enfermagem : Jaqueline S. do Nascimento, Ludmilla de S. Campos e Tiago X. Pinheiro

Orientadora: Dra. Marislei Espíndula Brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). **Nota da ABEN Nacional em relação à Ação Estratégia “O Brasil Conta Comigo”**. 2020. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Nota-Aben-educacao2.pdf>. Acesso em 15 abr 2020.

BATISTA, D. T. C. *et al.* **Intervenções de enfermagem na assistência a pacientes com feridas neoplásicas**: revisão da literatura. Monografia (Graduação em Enfermagem). Faculdade Unida de Campinas, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasília (BR). **Fluxograma para atendimento e detecção precoce de COVID-19 em pronto atendimento UPA 24 horas e unidade hospitalar não definida como referência**. LILACS, BDENF - Enfermagem, Coleção SUS, v. 1, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Portaria nº188 de 03 de fevereiro de 2020**: Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasilconfirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirusm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL, Ministerio da Saude. **Brasilia**: Lei 8080/90. Setembro de 1990.

BRASILEIRO, Marislei Espíndula. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 9. Ano 02, v. 06, p 135-145, dezembro de 2017.

CHAVES Lucieli Dias Pedreschi *et al.* Reflexões acerca do exercício da supervisão de enfermagem no enfrentamento da COVID-19. **Cuid Enferm**, v.14 jan.-jun. de 2020.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Cofen se manifesta sobre a Portaria 356 do MEC**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/cofen-se-manifestasobre-a-portaria-356-do-mec_78941.html. Acesso em 13 maio 2020.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN-000/2020**. 2020.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Decreto 94.406/87 sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências**,1987. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/decreto-n-94406874173.html>. Acesso em 24 de novembro de 2020.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução 358**. 2009.

DANTAS, Tays Pires *et al.* Diagnósticos de enfermagem para pacientes com COVID-19/Nursing diagnoses for patients with COVID-19/Diagnostico de enfermagem para pacientes con COVID-19. **JOURNAL HEALTH NPEPS**, v. 5, n. 1, p. 396-416, 2020.

FORTE, Elaine Cristina Novatzki; PIRES, Denise Elvira Pires de. Os apelos da enfermagem nos meios de comunicação em tempos de coronavírus. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

FRANZOI, Mariana André Honorato; CAUDURO, Fernanda Leticia Frates. Atuação de estudantes de enfermagem na pandemia de Covid-19. **Cogitare Enfermagem**, v. 25, 2020.

FUENTES, Genny Paola. Enfermería y COVID-19: reconocimiento de la profesión en tiempos de adversidad. **Revista Colombiana de Enfermería**, v. 19, n. 1, 2020.

GEREMIA, Daniela Savi *et al.* Pandemia COVID-2019: formação e atuação da enfermagem para o Sistema Único de Saúde. **Enferm. foco (Brasília)**, p. 40-47, 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto - enfermagem**, v.17, n. 4, p.758-764, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso: em 26 set. 2020.

RIOS, Amora Ferreira Menezes *et al.* Atenção Primária à Saúde frente à COVID-19: Relato de experiência de um Centro de Saúde. **Enferm. foco (Brasília)**, v. 11, p. 246-251, 2020.

RODRIGUES, Nicole Hertzog; DA SILVA, Luana Gabriela Alves. Gestão da pandemia coronavírus em um hospital: relato de experiência profissional. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 4, 2020.

SILVA, Manoel Carlos Neri da. Nursing now disembarks in Brazil to demonstrate the strength and capacity of Nursing. **Enferm em Foco**, 2019. DOI: 10.21675/2357-707X.2019.v10.n1.2322. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2322/494>. Acesso em 07 de maio de 2020.

SOUZA, Luís Paulo; DE SOUZA, Antônia Gonçalves. Enfermagem brasileira na linha de frente contra o novo Coronavírus: quem cuidará de quem cuida?. **Journal of Nursing and Health**, v.10, n.4, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, vol.8, n.1, p.102-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso. ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>, acesso em 24 de setembro de 2020.

VENTURA-SILVA, João Miguel Almeida *et al.* Planejamento organizacional no contexto de pandemia por COVID-19: implicações para a gestão em enfermagem. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 1, p.4626, 2020.

VIANA, Renata Andrea Pietro Pereira. Enfermagem e sua atuação: a importância desta nobre profissão. **JOURNAL HEALTH NPEPS**, v. 4, n. 2, p. 14-15, 2019.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Taquelina Darcia do Nascimento RA 22858
 Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: O papel da Enfermagem no combate à COVID-19: Planejamento na cidade é essencial
 De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espíndula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso

Taquelina Darcia do Nascimento
 Assinatura do representante do grupo

Marislei Espíndula

Brasileiro

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

**ESTRESSE OCUPACIONAL DO ENFERMEIRO GESTOR NA
UNIDADE DE SAÚDE: múltiplas causas**

**OCCUPATIONAL STRESS OF THE NURSE MANAGER IN THE
HEALTH UNIT: multiple causes**

**JAKELINE BARBOSA CARVALHO VARANDA, LARISSA SILVA
NOGUEIRA, LUANDA CRISTINA TENÓRIO DA SILVA,
MARISLEI ESPÍNDULA BRASILEIRO¹**

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar evidências científicas, a respeito do estresse ocupacional do profissional enfermeiro gestor em unidades de saúde. O método utilizado para identificar essas evidências foi uma revisão integrativa da literatura por meio das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), que culminou com a seleção de dez artigos científicos sobre a temática pesquisada. A partir dos estudos analisados, constata-se que o estresse está relacionado a múltiplas causas, entre elas estão carga horária de trabalho e sobrecarga de atividades, plantões noturnos, recursos materiais e instalações físicas inadequadas, questões salariais e gestão na enfermagem. Faz-se necessária a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possam estabelecer as implicações para a saúde a respeito do estresse ocupacional do profissional enfermeiro gestor em unidades de saúde.

Palavras-chave: Estresse ocupacional. Estresse na enfermagem. Burnout e enfermagem. Gestão em enfermagem.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze scientific evidence regarding the occupational stress of professional nurse managers in healthcare units. The method used to identify these evidences was an integrative literature review through the electronic databases Virtual Health Library (VHL) and Scientific Electronic Electronic Library Online (SciELO), which culminated in the selection of ten scientific articles on the researched theme. From the studies analyzed, it appears that stress is related to multiple causes, among them are workload and overload of activities, night shifts, material resources and inadequate physical facilities, salary issues and nursing management. It is necessary to continue studies with a higher level of evidence in order to establish the implications for health regarding the occupational stress of professional nurse managers in health units.

Keywords: Occupational stress. Stress in nursing. Burnout and nursing. Nursing management.

¹ Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: jakelinebarbosac@hotmail.com, luandacristina89@gmail.com, larissan1234@hotmail.com. Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

O estresse é muito abordado devido ao aumento do número de pessoas que se classificam como estressadas e está relacionado a sensações de desconforto. É quase sempre percebido como desfavorável, que certamente pode acarretar prejuízos ao desempenho do indivíduo (STACCIARINI, 2001).

A palavra estresse, derivada do Latim, no século XVII foi usada como definição de fadiga, cansaço. O termo estresse aparece tendo relação com o conceito de força, esforço e tensão (SOBBECC, 2013). É observado como uma reação natural do organismo que acontece quando vivenciamos episódios de perigo ou ameaça. Esse mecanismo coloca o indivíduo em estado de alerta ou alarme, provocando alterações físicas e emocionais. A reação ao estresse é uma maneira biológica necessária para adaptar-se a situações novas. Existem dois tipos de estresse: o agudo, que é mais intenso e curto, sendo causado normalmente por situações traumáticas, mas passageiras, como a depressão na morte de um parente e o crônico, que afeta a maioria das pessoas, sendo constante no dia a dia, mas de uma forma mais suave (BRASIL, 2015).

A respeito da cisão hierárquica e técnica do trabalho de enfermagem, destaca-se o trabalho do enfermeiro que, segundo a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem no Brasil, é detentor do saber e das prerrogativas universais do trabalho da enfermagem (ROCHA *et al.*, 2019). No cotidiano hospitalar, o enfermeiro, além de prestar o cuidado aos usuários e realizar procedimentos complexos, assume ainda a responsabilidade das atividades gerenciais, por meio da organização e coordenação dos serviços (DEHAN *et al.*, 2011). O significado de gestão ou gerência inclui a ação, o pensar e a decisão. A arte de fazer acontecer e obter resultados. Quanto ao enfermeiro gestor, ele atua em ações voltadas para organização do trabalho e de recursos humanos, no qual o propósito é disponibilizar condições adequadas tanto para a oferta do cuidado ao paciente como para a atuação da equipe de enfermagem (MORORÓ *et al.*, 2017).

Para Stacciarini (2001), o trabalho do enfermeiro, por sua própria natureza e características, revela-se especialmente suscetível ao fenômeno do estresse ocupacional. Seu conceito está relacionado a uma reação que o indivíduo pode ter diante das exigências e pressões no trabalho que não se ajustam aos seus conhecimentos e capacidades e que põe à prova sua capacidade para enfrentar a situação (FREITAS *et al.*, 2017). E está relacionado aos principais efeitos nocivos, da forma de agir e estar no trabalho de

enfermagem, agindo como precursor e potencializador de agravos à saúde conhecidos como doenças ocupacionais (ROCHA *et al.*, 2019).

O estresse ocupacional está conectado a condições do trabalho, inclusive o ambiente hospitalar é abordado como bastante estressante (TEIXEIRA *et al.*, 2015). Para o enfermeiro gestor demanda um nível mais alto de exigência devido a seu cargo no qual acomete gerenciamento da equipe e de oposições causadas pela diferença dos colaboradores, tais como as exigências de superiores e subordinados frente às decisões tomadas. (GRAZZIANO, 2010).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2012, 90% da população mundial foi afetada pelo estresse, pois se vive em um tempo de grandes exigências de atualização e constante necessidade de lidar com novas informações (BEZERRA *et al.*, 2012). De acordo com estudos das Américas e outras regiões, indicam que o estresse trata-se de um problema relevante. Em 2012, em pesquisa realizada sobre as condições de saúde e trabalho na América Central, por exemplo, mais de 10% dos entrevistados mencionaram sentir-se constantemente pressionados e estressados no trabalho, tristes ou deprimidos, com problemas de insônia acarretados pelas preocupações de suas condições de trabalho (OPAS, 2016).

Pesquisas evidenciaram que existe relação entre os aspectos negativos do ambiente de trabalho dos profissionais de saúde com eventos adversos associados ao cuidado de baixa qualidade e aumenta o risco de efeitos indesejáveis para a saúde dos profissionais, como a ocorrência da Síndrome de Burnout (NOGUEIRA *et al.*, 2018). Essa Síndrome do Esgotamento Profissional (Burnout) surge como um dos resultados da falha das estratégias de enfrentamento, sendo esta uma das principais consequências do estresse ocupacional (BEZERRA *et al.*, 2012). É um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico consequente de situações de trabalho desgastante, que exigem muita responsabilidade, bem comum em profissionais que atuam diariamente em situações de alta pressão ou com obrigações de grande frequência (BRASIL, 2013). O trabalhador da saúde que atua cotidianamente no ambiente hospitalar está exposto a vários riscos ocupacionais. Isso provém do fato de que os hospitais são considerados ambientes insalubres, de forma que propiciam exposição a inúmeros e variados riscos (LORO *et al.*, 2014).

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (COFEN, 2007) dá o direito ao enfermeiro para:

Art. 61. Suspender suas atividades, individual ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para a qual trabalhe não oferecer condições dignas para o exercício profissional ou que desrespeite a legislação do setor saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo comunicar imediatamente por escrito sua decisão ao Conselho Regional de Enfermagem.

Art. 63. Desenvolver suas atividades profissionais em condições de trabalho que promovam a própria segurança e a da pessoa, família e coletividade sob seus cuidados, e dispor de material e equipamentos de proteção individual e coletiva, segundo as normas vigentes.

Em estudo bibliográfico realizado por Silva *et al.*,(2013), com objetivo de apresentar fatores causadores de estresse na atividade gerencial do enfermeiro e refletir sobre suas implicações, demonstrou em seus resultados que as atividades gerenciais ligadas ao planejamento e gestão de pessoal de enfermagem aumentam a carga de estresse que se somam às tarefas assistenciais.

Sobre os riscos ocupacionais e a saúde do trabalhador de enfermagem, foi evidenciado que o ambiente hospitalar expõe o trabalhador de enfermagem, independente do setor de trabalho. A partir da busca é possível afirmar que há uma maior frequência de exposição aos riscos ambientais aos trabalhadores de enfermagem. (LORO *et al.*, 2014).

Bezerra *et al.*, (2012) realizou uma análise científica relacionada ao modo como o estresse ocupacional está presente na vida do enfermeiro que atua no cenário da urgência e emergência. Os resultados apontaram que diversos fatores estão relacionados ao estresse ocupacional desses enfermeiros, como escassez de recursos humanos, carga horária de trabalho, instalações físicas e recursos materiais inadequados, trabalho em clima de competitividade e distanciamento entre teoria e prática.

O presente estudo tem a importância de identificar os principais fatores de estresse relacionados às atividades gerenciais do enfermeiro e seus consequentes agravos à saúde destes profissionais. E analisar evidências científicas a respeito do estresse ocupacional do profissional enfermeiro gestor em unidades de saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste na síntese de diversos estudos já realizados, permitindo a análise de dados relevantes ao tema proposto, com finalidade de compreender um fenômeno particular na área de estudo, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre a temática fundamentados em resultados pautados por tais estudos (MENDES *et al.*, 2008).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o delineamento metodológico proposto por Mendes *et al.*, (2008), que consiste em seis etapas, sendo: a) identificação do tema e seleção da hipótese; b) busca na literatura; c) seleção e categorização dos estudos; d) avaliação dos estudos incluídos; e) interpretação dos resultados e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. O uso dos resultados de estudos já publicados dá suporte para a Prática Baseada em Evidências (PBE), (BATISTA *et al.*, 2020).

a) Identificação do tema e seleção da hipótese

A identificação do tema “Estresse ocupacional do enfermeiro gestor na unidade de saúde” deu-se por meio da necessidade de apresentar estudos que abordem os níveis de estresse enfrentados pelos enfermeiros gestores nas unidades de saúde e, ainda, evidenciar os níveis de estresse dos enfermeiros gestores e assistenciais. Isso foi possível após observar vários relatos de profissionais que se sentem estressados e descontentes com a profissão, com altas demandas de trabalho. Sendo assim, os pesquisadores entraram em consenso para abordar sobre a temática proposta nesse estudo. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: quais as evidências sobre o estresse ocupacional do enfermeiro gestor nas unidades de saúde?

b) Busca na literatura

A busca dos artigos foi realizada em setembro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Inicialmente utilizamos os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs) “estresse ocupacional”, “enfermagem”, “estresse na enfermagem”, “burnout e enfermagem” e “gestão em enfermagem”, conectados com o operador *booleano AND*.

A busca gerou 589 artigos científicos na base de dados, sendo 496 artigos disponíveis na BVS e 93 artigos na base de dados SCIELO.

c) Seleção e categorização dos estudos

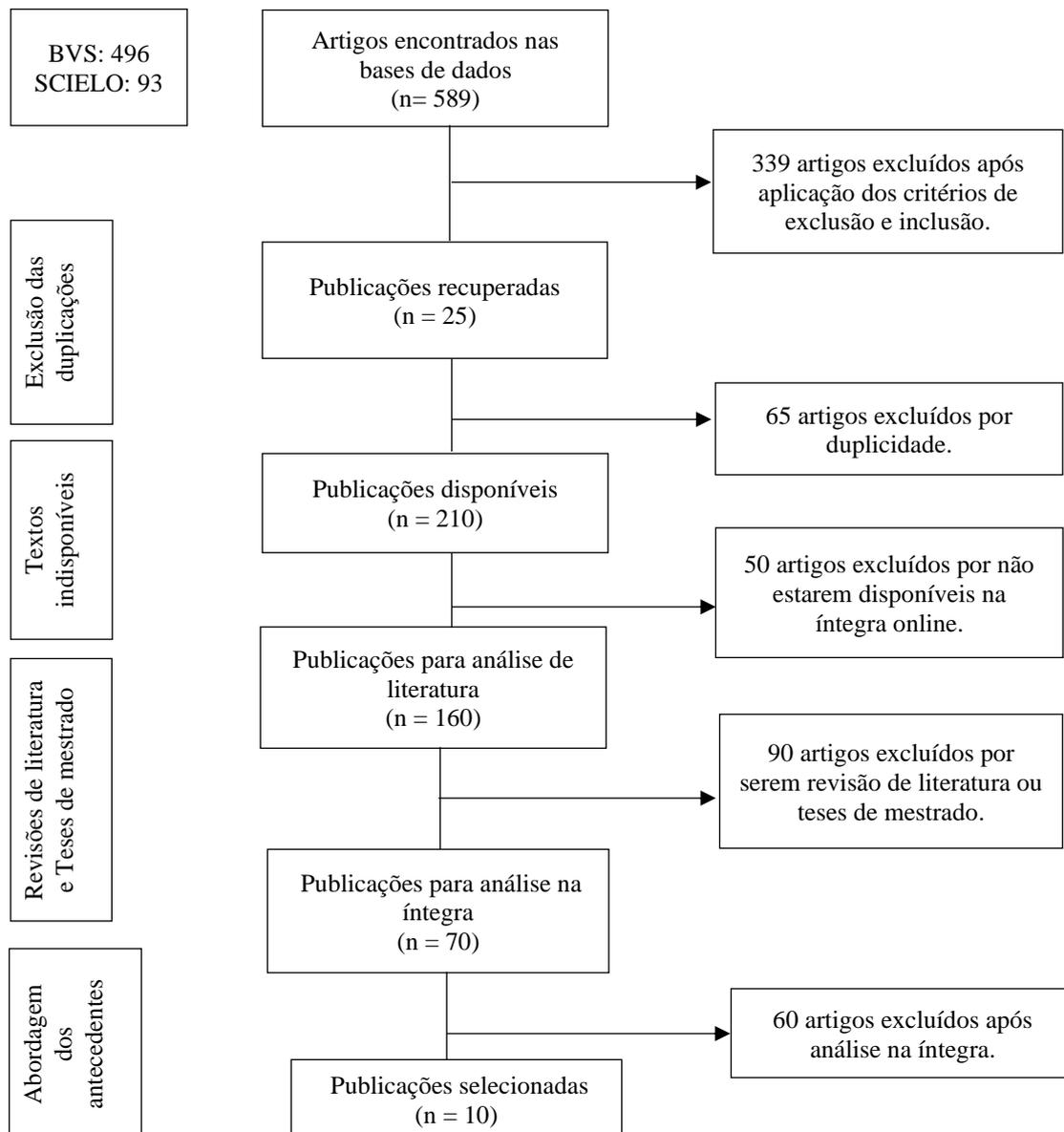
A seleção dos artigos científicos para compor esta revisão teve como critério de inclusão o recorte temporal a partir de 2010 até 2020 e publicações nos idiomas espanhol, inglês e português. Assim, identificamos 589 artigos nas bases de dados.

Para o recorte dos artigos a serem incluídos na amostra final quatro etapas de avaliação fizeram-se necessárias, são elas: leitura dos títulos, leitura dos resumos,

disponibilidade do texto e leitura analítica do texto. Foram excluídas publicações duplicadas, revisões bibliográficas, textos não disponíveis e produções que não estavam relacionadas à enfermagem, pois não apresentam interesse ao estudo proposto. Ao final das etapas de avaliação, selecionamos 10 artigos que viabilizaram a execução deste estudo.

Para categorização dos dados, empregamos um instrumento de coleta abrangendo informações referentes à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação, e local de busca) e dados referentes à amostra do estudo como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes *et al.*, (2008).

Figura 1. Estratégia para seleção dos artigos.



Fonte: Os autores

d) Avaliação dos estudos incluídos

Os estudos selecionados foram analisados detalhadamente para que os dados fossem avaliados e agrupados conforme o nível de evidência, utilizando para isso uma tabela elaborada no Microsoft Word (Tabela 1), proposta por Brasileiro (2017).

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo caso controle.
Moderada/Fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

e) Interpretação dos resultados

Os resultados dos artigos foram obtidos através de uma leitura precisa e de uma interpretação concreta para que seus dados fossem avaliados e agrupados.

f) Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram obtidos através da avaliação crítica dos estudos incluídos por meio da comparação dos dados que atende ao interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir:

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta revisão da literatura, foram analisados 10 artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Os dados da Tabela 1 apresentam o sumário das características dos estudos incluídos.

Após análise dos estudos, foi possível incluir dez publicações, das quais um é estudo de caso (nível 4), publicado em 2020; um é estudo populacional, descritivo e exploratório (nível 4), publicado em 2011; três são estudos descritivos, transversal (nível

4), publicados em 2011, 2015 e 2019; dois são estudos transversais (nível 4), publicados em 2018 e 2019; três estudos quantitativos, transversal (nível 4), publicados em 2011, 2017 e 2020. Quanto ao idioma, dois foram publicados em inglês e oito em português. Todos publicados por enfermeiros, somando-se um total 1431 profissionais de enfermagem.

Quadro 1:

N	REFERÊNCIAS	RESULTADOS
1	SILVA <i>et al.</i> , 2019.	A maioria dos profissionais foram mulheres, casadas, na faixa etária de 31 a 40 anos, com filhos, ensino médio completo e com até 3 anos de experiência profissional na área de enfermagem. Prevaleceu vínculo empregatício único e fixo. Todos os profissionais apontaram ao menos uma manifestação de estresse, seja por alterações cognitivas, físicas, emocionais ou comportamentais que afetam diretamente o desempenho laboral.
2	FREITAS <i>et al.</i> , 2017.	Identificou-se que 56% dos enfermeiros gestores referiram estresse em suas atividades e que 40% dos participantes foram considerados com personalidade resistente ao estresse (<i>Hardiness</i>). Verificou-se uma correlação inversa entre o <i>Hardiness</i> e o estresse, uma vez que na medida em que o <i>Hardiness</i> aumentou, o estresse diminuiu.
3	CRUZ <i>et al.</i> , 2015.	Foram alcançadas pontuações médias para stress ocupacional e satisfação, de 44.23 e 65.46 pontos, respectivamente. No que diz respeito ao desgaste profissional, foi evidenciado uma pontuação média na subescala de exaustão emocional; elevado para a despersonalização e baixa para a realização pessoal.
4	COSTA <i>et al.</i> , 2020.	Na amostra estudada, 77.52% dos profissionais eram mulheres. A idade média dos profissionais correspondeu a 49.21 (32 –65) anos. 64.34% possuíam diploma de enfermagem. Revelou-se a prevalência de pontuação média nas três dimensões da Síndrome de <i>Burnout</i> ; Exaustão Emocional; Despersonalização e Realização Profissional.
5	DEHAN <i>et al.</i> , 2011.	17,6% dos enfermeiros apresentaram estresse moderado ou máximo em relação às atividades gerenciais. A sobrecarga de trabalho 98% foi a variável com maior predominância para o estresse nas práticas gerenciais. Os sintomas que mais se relacionaram ao estresse foram as dores musculares 66,6% e a dificuldade para conciliar o sono 66,6%.
6	FURUKAWA <i>et al.</i> , 2011.	O perfil dos gerentes de enfermagem revelou que 69,2% vieram de faculdades privadas, todos com mais de 10 anos de formação e 92,3% com pós-graduação na área de gestão em saúde. As competências que mais possuíam, na visão dos seus superiores hierárquicos, foram: liderança, foco no cliente e trabalho em equipe.
7	ROCHA <i>et al.</i> , 2019.	Os enfermeiros eram do sexo feminino (88,3%); possuíam um vínculo empregatício (80%). Houve prevalência de trabalhadores que possuem alta demanda no trabalho (n=53; 62,2%) e alto controle (n=51; 60%), o que caracterizou maior proporção de trabalho ativo (35%). Não houve associação estatística significativa entre as características de trabalho e as classificações do trabalho.
8	REIS <i>et al.</i> , 2020.	Identificou-se <i>score</i> global entre 55 a 134, média de estresse de $93,65 \pm 20,33$. As participantes não apresentaram elevados níveis de estresse. Situações como maior fonte de estresse no ambiente laboral foram: ter um prazo curto para cumprir ordens (43,8%), executar tarefas distintas simultaneamente (39,1%) e trabalhar com pessoas despreparadas (39,1%).
9	NOGUEIRA <i>et al.</i> , 2018.	Houve correlação significativa e moderada entre exaustão emocional e autonomia, controle sobre o ambiente e suporte organizacional; baixa realização pessoal e autonomia e suporte organizacional;

		despersonalização e autonomia. O grupo que apresentou as piores condições de ambiente de trabalho diferiu do que teve os mais favoráveis atributos quanto à exaustão emocional.
10	FRANÇA <i>et al.</i> , 20 11.	Dos 38 pesquisados, 75% tinham idade de até 39 anos, 97% eram mulheres, 57% tinham filhos, 52% possuíam renda entre 6 e 9 salários-mínimos, 34% não praticam atividade física e 76% têm síndrome de burnout.

Fonte: Os autores.

Observando o quadro, todos os estudos evidenciados a maioria das amostras é composta por profissionais mulheres, que mostra uma realidade da enfermagem. Com idade média entre 25 e 50 anos e com filhos. Verificou-se que, dentre as publicações selecionadas, os autores buscam identificar o perfil do estresse e da síndrome de *burnout* na equipe de enfermagem, identificar as principais fontes de estresse presentes na atividade do enfermeiro. As evidências mais citadas sobre as fontes de estresse foram:

Carga horária de trabalho e sobrecarga de atividades

O cumprimento de uma carga horária elevada é considerado estressante pelos enfermeiros. Este excesso de trabalho é indicativo de desequilíbrio entre o indivíduo e seu emprego, gerando prejuízo à qualidade de vida.

Evidenciado por Dehan *et al.*, (2011), em um estudo quantitativo e transversal com 51 enfermeiros, a sobrecarga de trabalho foi a variável com maior pontuação para o estresse, constituindo a principal causa de sofrimento psíquico e estresse ocupacional, pois, ao acumular funções, o enfermeiro não consegue dedicar-se de forma integral a nenhuma delas, o que o leva a realizá-las de forma incompleta ou insuficiente, fato que pode levar à frustração destes profissionais. E a permanência no hospital, devido às escalas extras de plantões, prejudica a vida pessoal dos profissionais de enfermagem, pois se veem forçados a abdicar do lazer a favor de melhores condições salariais e, para tanto, sacrificam parte do tempo dedicado à convivência familiar, o que gera um sentimento de vazio e fragilização. Nogueira *et al.*, (2018), em estudo transversal com 745 enfermeiros, identificou alguns fatores que influenciam na qualidade de vida de enfermeiros que atuam em instituições hospitalares, dentre elas estão sobrecarga das atividades, dimensionamento inadequado e decorrente processo de trabalho desgastante, entre outros. Silva *et al.*, (2019) evidencia na pesquisa transversal e descritiva com 18 profissionais de enfermagem que os enfermeiros, quando questionados sobre o que mais os incomodavam no ambiente de trabalho que julgavam ser relacionado com o estresse, responderam: carga de trabalho 61,00%. Costa *et al.*, (2020) demonstra, no estudo quantitativo e transversal com 106 profissionais de

enfermagem que se destacam, entre as variáveis responsáveis pela manifestação dos sintomas da Síndrome de *Burnout*, o excesso de horas de trabalho e o fato de possuir mais de um vínculo empregatício. Rocha *et al.*, (2019) reforça, no estudo transversal com 85 enfermeiros, que a carga horária elevada é um fator negativo para a saúde do profissional, considerando que duplas e extensas jornadas de trabalho são fatores de risco para acidentes de trabalho, doenças crônicas como hipertensão arterial, problemas musculoesqueléticos, fadiga e estresse.

Plantões noturnos

O trabalho noturno contínuo proporciona déficit de sono, problemas de vigília e alterações do humor. O trabalho realizado em horário noturno não propicia boa qualidade de vida aos profissionais.

Dehan *et al.*, (2011), em um estudo quantitativo e transversal com 51 enfermeiros, evidencia que o trabalho noturno implica grandes transformações na vida dos profissionais. A necessidade de se manter em vigília à noite e de repousar de dia envolve vários aspectos da vida como saúde, lazer, cotidiano, estudos. Esta mobilização se expressa na preocupação permanente em dormir e descansar durante o dia e finais de semana.

Recursos materiais e instalações físicas inadequadas

O trabalho com recursos materiais e instalações físicas inadequadas é considerado fator estressante para os profissionais de saúde, pois a falta de materiais provoca o imprevisto nas atividades e ocasiona perda de tempo, fadiga mental e física.

Evidenciado por Nogueira *et al.*, (2018), em estudo transversal com 745 enfermeiros, onde estes apresentavam traços de *Burnout* e estavam inseridos em ambientes de trabalho com aspectos desfavoráveis para a prática profissional. Isso faz com que eleve o fator de exaustão emocional. Identificou, também, fatores que influenciam na qualidade de vida de enfermeiros que atuam em instituições hospitalares, que é a deficiência na estrutura ambiental, falta de materiais, dimensionamento inadequado e decorrente processo de trabalho desgastante, entre outros. No estudo transversal realizado por Silva *et al.*, (2019), com 18 profissionais de enfermagem, a grande maioria dos entrevistados sabe o significado de estresse e se consideram estressados. Desta forma, a jornada de trabalho no setor acaba gerando uma somatória de estressores ambientais e organizacionais como ruído, temperatura e carga horária excessiva. E quando questionados sobre o que mais

incomodavam no ambiente de trabalho e estava relacionado ao estresse, 44,44% responderam falta de materiais ou recursos. Reis *et al.*, (2020), em estudo de caso com 44 enfermeiras, aponta que falta de estrutura física, recursos materiais e condições inapropriadas no ambiente laboral configuram-se como fatores desestabilizadores e são fatores de desgaste emocional.

Questões Salariais

Os enfermeiros demonstram uma insatisfação com os salários recebidos em relação à função desempenhada. O descontentamento com os baixos salários leva o profissional a necessitar de mais de um vínculo empregatício, gerando uma sobrecarga e também colabora com o surgimento da Síndrome de Burnout na enfermagem brasileira.

Nogueira *et al.*, (2018), em estudo transversal com 745 enfermeiros, evidenciou que um dos fatores que influenciam na qualidade de vida de enfermeiros em instituições hospitalares é a insatisfação com a remuneração, pois ganhar mal desestabiliza e gera estresse e também a ausência de reconhecimento profissional. Rocha *et al.*, (2019) demonstrou, no estudo transversal com 85 enfermeiros, que a insatisfação com o salário leva os profissionais de Enfermagem a possuir mais de um vínculo empregatício, com aumento da jornada de trabalho, o que pode trazer, como consequência, além de acidentes de trabalho, o estresse ocupacional. Isso é uma sinalização para reflexão da valorização social do trabalhador de enfermagem, possivelmente parte dos trabalhadores precisa aderir a duplas jornadas para galgar melhores posições socioeconômicas.

Gestão

No trabalho de enfermeiro gestor requer um nível mais alto de exigência, pois além dos fatores citados acima, o cargo exige habilidades gerenciais, capacidade de trabalhar com aquilo que a instituição pode lhe oferecer e é responsável pelo gerenciamento de pessoal e de conflitos gerados pela diversidade de perfis profissionais.

Evidenciado no estudo quantitativo e transversal com 51 enfermeiros de Dehan *et al.*, (2011), em que o estresse está relacionado às atividades gerenciais em enfermagem, mesmo não sendo percebido e/ou referido por alguns enfermeiros gestores, provoca danos à saúde destes profissionais. E intermediar conflitos entre áreas, setores e unidades foi um dos maiores fatores de estresse nas práticas gerenciais demonstrado no estudo. Freitas *et al.*, (2017), em estudo quantitativo transversal, constatou que o estresse ocupacional esteve

presente em 56% enfermeiros gestores do estudo e que gerenciar requer um elevado nível de exigência no processo de trabalho em Enfermagem, devido às competências designadas ao seu cargo relacionadas à necessidade contínua de gerenciamento de pessoal e de conflitos gerados pela diversidade de perfis profissionais. Para Reis *et al.*, (2020), em estudo de caso com 44 enfermeiras líderes, o exercício do cargo de gerência se associa à responsabilidade do cumprimento de metas, gestão de pessoas e outras relações que, ligados à forma com que os profissionais enfrentam o estresse, podem levar repercussões para sofrimento e relação com cargas de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar evidências científicas a respeito do estresse ocupacional do profissional enfermeiro gestor em unidades de saúde, identificaram que os estressores mais citados são carga horária de trabalho e sobrecarga de atividades, plantões noturnos, recursos materiais e instalações físicas inadequadas, questões salariais e gestão na enfermagem.

A carga horária de trabalho excessiva, somada à sobrecarga de atividades e às funções que abrangem relações interpessoais e contato durante quase todo tempo, são atividades geradoras de estresse psicológico que precisam de avaliação e adequação, visando tornar o ritmo do trabalho adequado ao trabalhador.

Deve-se levar também em consideração a situação precária dos vínculos empregatícios onde os enfermeiros lidam com a falta de recursos materiais e instalações físicas inadequadas para o trabalho, que são fatores de estresse para esses profissionais, levando-os à exaustão emocional. A própria atividade exercida pelo enfermeiro é imposta como estressante e um dos fatores relacionados estão os baixos salários, o que conduz os profissionais da categoria à busca de múltiplas atividades laborais e carga horária elevada, pois ganhar mal desestabiliza e gera estresse e leva o profissional a necessitar de mais de um vínculo empregatício e corrobora com o surgimento da síndrome de burnout.

O ritmo acelerado de trabalho, que é resultado do insuficiente número de trabalhadores e excesso de tarefas por indivíduo, exige aceleração na realização das atividades e redução dos tempos de pausa. Quando o trabalhador apresenta dois vínculos empregatícios ou mais e realiza plantões noturnos, esse ritmo de trabalho se intensifica e isso se repete nos variados cenários de trabalho. Realizar plantões noturnos é considerado

um fator de estresse, pois o trabalho noturno contínuo proporciona déficit de sono, problemas de vigilância e alterações do humor. Predispõe, ainda, ao risco na qualidade da assistência e ao isolamento social.

Portanto, na atividade gerencial, o profissional enfermeiro lida com equipes, incumbindo também à coordenação, tendo atenção para que haja harmonia entre as pessoas, eficiência, eficácia nas ações e nas atividades realizadas. O gerente dos serviços de enfermagem realiza múltiplas tarefas, logo deve estar muito bem preparado para exercer todas essas atividades em conjunto, sem perder o foco da humanização no trabalho, o que exige múltiplas habilidades. Os estudos evidenciaram que os enfermeiros gestores estão em nível de estresse moderado a alto.

Quanto aos estressores na atividade gerencial dos enfermeiros, a sobrecarga de trabalho é a que produz maior risco para os sujeitos em questão. A permanência desta situação, ou seja, sua continuidade que vai determinando o estresse do enfermeiro. Somado a isto estão os fatores de alta carga horária de trabalho, as médias salariais dos profissionais, a falta de recursos materiais e o ambiente de trabalho, os plantões noturnos e as peculiaridades da própria atividade gerencial que implica situações críticas, como: relacionamento interpessoal, conflito de funções, entre outros fatores que condicionam o estresse.

Os itens citados, quando somados, acabam contribuindo para o aparecimento de doenças e diversos sintomas, os quais no nível físico são: tensão muscular, taquicardia, hipertensão, náuseas. No aspecto psicológico, os sintomas são: ansiedade, tensão, angústia, insônia, dificuldade de concentração, o que afeta o profissional e todos do seu convívio.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi alcançado, pois foi evidenciado que o estresse do enfermeiro gestor está relacionado ao acúmulo de múltiplos fatores, que vão desde as atividades assistenciais realizadas e atividades gerenciais.

Por fim, faz-se necessária a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possam estabelecer as implicações para a saúde a respeito do estresse ocupacional do profissional enfermeiro gestor em unidades de saúde.

5 REFERÊNCIAS

BATISTA, D. T. C. *et al.* **Intervenções de enfermagem na assistência a pacientes com feridas neoplásicas: revisão de literatura.** 15 p. Monografia (Graduação em Enfermagem). Faculdade Unida de Campinas, 2020, 15 f.

BEZERRA, F. N. *et al.* Estresse ocupacional dos enfermeiros de urgência e emergência: Revisão Integrativa da Literatura. **Acta Paul Enferm**, Recife, v. 25, n. 2, p. 151-156, jul. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002012000900024&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Estresse**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2068-estresse#>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASILEIRO, Marislei Espíndula. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 9. Ano 02, v. 06. p. 135-145, dez. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 564/2017, de 6 dezembro de 2017. **Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília; 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.

COSTA, S. M. S. *et al.* Síndrome de *Burnout* em profissionais de enfermagem. **Rev. enferm UFPE on line, Alagoas**, v. 14, p. 1981-8963, jan. 2020. DOI: 10.5205/1981-8963.2020.243351. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem>. Acesso em: 30 out. 2020.

CRUZ, S. P. L; ABELLÁN, M. V. Desgaste profissional, stress e satisfação no trabalho do pessoal de enfermagem em um hospital universitário. **Rev. Latino-am enfermagem, Espanha**, v.23, n.3, p.543-552, maio- jun. 2015. DOI: 10.1590/0104-1169.0284.2586. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n3/pt_0104-1169-rlae-0284-2586.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

DEHAN, J. S. M. *et al.* Estresse e fatores estressores na atividade gerencial do enfermeiro. **Revista enfermagem UFPE on line**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p. 879-885, jun. 2011. DOI: 10.5205/18elou.1302-9310-1-LE.0504201104. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1033206>. Acesso em: 25 set. 2020.

FRANÇA, S. P. S. *et al.* Processo adoecedor no trabalho do enfermeiro em cuidado pré-hospitalar móvel. **Revista enfermagem UFPE on line, São Paulo**, v. 6, n. 2, p. 258-266, fev. 2011. DOI: 10.5205/18elou.2163-16218-1-LE.0603201202. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71n2/pt_0034-7167-reben-71-02-0336.pdf.

FREITAS, F. M. B. *et al.* Hardiness e estresse ocupacional em enfermeiros gestores de instituições hospitalares. **Ver. Enferm UFPE online, Recife**, v. 11, n. 10, p. 4199-4205, out., 2017. DOI: 10.5205/18elou.10712-95194-3-SM.1110sup201725. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/231183/25162>. Acesso em: 15 set. 2020.

FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O. Perfil e competências de gerentes de enfermagem de hospitais acreditados. **Rev. Latino – Am. Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-9, jan.-fev. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n1/pt_15.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

GRAZZIANO, E. S.; FERRAZ, B. E. R. Impacto do stress ocupacional e burnout para enfermeiros. **Enfermería Global**, n. 18, p. 01-20, fev. 2010. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/n18/pt_revision1.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

LORO, M. M. *et al.* Riscos ocupacionais e a saúde do trabalhador de enfermagem-buscando evidências. **Rev. de Pesquisa Cuidado é Fundamental online**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1610-1621, out./dez. 2014. DOI: 10.9789/2175-5361.2014.v6i4. 1610-1621. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/es/lil-733506>. Acesso em: 26 set. 2020.

MENDES, K. D. S. *et al.* Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000400018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2020.

MORORÓ, D. D. S. *et al.* Análise conceitual da gestão do cuidado em enfermagem no âmbito hospitalar. **Acta Paul Enferm.**, Rio Grande Do Norte, v. 30, n. 3, p. 323-332, jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201700043>. Acesso em: 26 set. 2020.

NOGUEIRA, L. S. *et al.* Burnout and nursing work environment in public health institutions. **Rev. Bras. Enferm.**, São Paulo, v. 71, n. 2, p. 358-365, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0524>. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71n2/pt_0034-7167-reben-71-02-0336.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Estresse no ambiente de trabalho cobra preço alto de indivíduos, empregadores e sociedade.** Brasília (DF); 2016. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5087:estresse-no-ambiente-de-trabalho-cobra-preco-alto-de-individuos-empregadores-e-sociedade. Acesso em: 14 set. 2020.

REIS, C. D. *et al.* Situações estressoras e estratégias de enfrentamento adotadas por enfermeiras líderes, **Acta Paul Enferm.**, Bahia, v. 33, p. 1-7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0099>. Acesso em: 03 out. 2020.

ROCHA, R. P. S. *et al.* Características do trabalho e estresse ocupacional entre enfermeiros hospitalares. **Enferm. Foco**, v. 10, n. 5, p. 51- 57, dez. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212401/001114872.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, J. L. L. *et al.* R. Estressores na atividade gerencial do enfermeiro: implicações para a saúde. **Rev. Enferm**, v. 31, n. 2, p. 144-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v31n2/v31n2a15.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, P. N. *et al.* Autopercepção do estresse ocupacional na equipe de enfermagem de um serviço de emergência. **Journal Health NPEPS**, Mato Grosso, v. 4, n. 2, p. 357-369, jul./ dez. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO, RECUPERAÇÃO ANÉSTESICA E CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO (SOBECC). **Práticas recomendadas: centro de material e esterilização, centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica**. 6^aed. São Paulo: SOBECC, 2013.

STACCIARINI, J. M. R.; TRÓCCOLI, B. T. O estresse na atividade ocupacional do enfermeiro. **Rev. Latino-am enfermagem**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 17-25, mar. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000200003&lng=es. Acesso em: 15 set. 2020.

TEIXEIRA, C. A. B. *et al.* Occupational stress among nursing technicians and assistants: coping focused on the problem. **Invest Educ Enferm**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 28-34, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072015000100004. Acesso em: 26 set. 2020.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Eu Faveline Barbosa Corvalho Zaveronda RA 28097
Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Exatidão Ocupacional do Enfermeiro Gestor na Unidade de Saúde: múltiplos casos De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espindula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso

Faveline Barbosa Corvalho Zaveronda
Assinatura do representante do grupo

Marislei Espindula Brasileiro

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DURANTE O
TRABALHO DE PARTO HUMANIZADO: REVISÃO DA
LITERATURA**

***NURSING ASSISTANCE DURING HUMANIZED BIRTH
WORK: LITERATURE REVIEW***

ANA PAULA TEIXEIRA MARIANO,
BRUNO ROSA DE OLIVEIRA,
CRISTINA BORGES DE ABREU E PAULA CORREA,
GERTRUDES FRANCISCO GUALBERTO,
MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO¹

RESUMO:

Objetivo: Identificar na literatura quais ações a enfermagem realiza durante o trabalho de parto humanizado. Método: Trata-se de uma revisão integrativa realizada na biblioteca eletrônica da *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Resultados: Das 503 publicações encontradas, 15 foram incluídas no estudo. Em todos os artigos apresentam as boas práticas como acolhimento; presença do acompanhante; ambiência; liberdade de posição e movimento; banho de aspersão e imersão; bola suíça; massagem; exercícios respiratórios; partograma; contato pele a pele do binômio mãe e filho. E práticas prejudiciais em menor proporção quando na atuação de enfermagem obstétrica como episiotomia, ocitocina, amniotomia, analgesia e posição litotômica durante o parto. Conclusão: Espera-se que esta revisão contribua para novas pesquisas na área da saúde, permitindo, dessa forma, reflexão sobre as práticas não invasivas, consideradas como boas práticas e fortaleça o papel dos profissionais da saúde, especialmente do enfermeiro obstetra.

Palavras-chave: Parto humanizado; assistência; enfermagem; boas práticas.

ABSTRACT:

Objective: To identify in the literature what actions nursing performs during humanized labor. Method: This is an integrative review carried out in the electronic library of the Scientific Eletronic Library Online (SciELO) and Virtual Health Library (VHL). Results: Of the 503 publications found, 15 were included in the study. In all articles, they present good practices as reception; companion presence; ambience; freedom of position and movement; spray and immersion bath; Swiss ball; massage; breathing exercises; partogram; skin-to-skin contact between mother and child. And harmful practices to a lesser extent when in the practice of obstetric nursing such as episiotomy, oxytocin, amniotomy, analgesia and lithotomy position during childbirth. Conclusion: It is expected that this review will contribute to new research and in the area of health, thus allowing reflection on non-invasive practices, considered as good practices and strengthening the role of health professionals, especially obstetric nurses.

Keywords: Humanized childbirth; assistance; nursing; good habits.

¹ Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: anapaulacacciari@gmail.com, brunounicamps@gmail.com, cristinaborges929@gmail.com, ggertrudescgualberto735@gmail.com. Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

4

O parto humanizado é um conjunto de ações a favor das boas práticas e de interação com a mulher na tomada de decisões durante o trabalho de parto e parto. O acolhimento é a porta de entrada para o desenvolvimento da conduta humanizada proporcionando elo entre a equipe de enfermagem, mulher e família (CORDEIRO *et al.*, 2018).

A compreensão da fisiologia do parto como um acontecimento natural é essencial por parte dos profissionais, para desenvolver a prática da promoção do conforto físico e emocional à parturiente, proporcionando o parto humanizado através do processo seguro, fisiológico e acolhedor, atenção na escuta e escolhas da mulher (MONTEIRO *et al.*, 2017).

Tecnologias duras, que podemos definir com violências obstétrica, ocorrem durante segundo período do trabalho de parto, sendo utilizadas em intervenções desnecessárias por meio de episiotomia, fórceps e cirurgia, podendo gerar traumas e problemas de saúde, para a mãe e bebê, o que pode ser evitado através do respeito ao fisiológico de cada mulher (SOUZA *et al.*, 2019).

A efetivação de Obstetizes e enfermeiras obstétricas vem confirmando um diferencial importante na assistência humanizada, demonstrando crescimento na atuação da humanização e seu valor na prática, visto que proporcionam uma atenção especial às necessidades de cada gestante, respeitando sua autonomia e fortalecendo a mulher para seu protagonismo no processo do parto (MEDEIROS *et al.*, 2016).

Nesta perspectiva, com acolhimento, foco na mulher, escuta ativa das suas escolhas, informações, orientações e apoio, conceituam uma assistência humanizada com qualidade (FERREIRA *et al.*, 2019).

A fim de facilitar a formação de laços afetivos familiares e vínculo entre mãe e filho é necessário um ambiente acolhedor, para que a mulher exerça sua autonomia durante todo o processo do parto, desenvolvendo uma confiança entre o profissional e a gestante, assim haverá troca de informações e escolhas, processos que serão realizados, além de respeitar todos os direitos de cidadania.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), humanizar o parto é um conjunto de procedimentos que irá promover o parto e nascimento mais saudável, assim respeitando o processo natural e evitando condutas desnecessárias e as violências obstétricas que podem trazer risco tanto à mãe quanto ao bebê. Em 2000, o Ministério da Saúde (MS) implantou o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) para busca de um atendimento obstétrico qualificado, integral e humanizado, no pré-natal, parto e pós-parto, em todas as instituições de saúde (SILVA *et al.*, 2017).

5

As práticas de humanização do parto é um processo que o profissional deve respeitar a fisiologia do parto, não deve intervir desnecessariamente deve, portanto reconhecer os aspectos sociais e culturais do parto e nascimento, assim oferecendo suporte emocional à mulher e sua família. O trabalho então tem como pergunta norteadora: Como se dá a assistência de enfermagem durante o trabalho de parto?

Assim, a enfermagem tem um papel importante na assistência do parto natural humanizado, oferecendo uma assistência integral ao binômio mãe e filho.

2 OBJETIVO

Identificar na literatura quais ações a enfermagem realiza durante o trabalho de parto humanizado.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste em selecionar diversos estudos já realizados, permitindo analisar os dados relevantes ao tema sugerido, tendo a finalidade da escolha e união de resultados das pesquisas de um tema, de forma organizada e seletiva (MENDES *et al.*, 2008; BATISTA *et al.*, 2020).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o delineamento metodológico proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que consiste em seis etapas, sendo: a) identificação do tema e seleção da hipótese; b) busca na literatura; c) seleção e categorização dos estudos; d) avaliação dos estudos incluídos; e) interpretação dos resultados e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. O uso dos resultados de estudos já publicados dá suporte para a Prática Baseada em Evidências

(PBE).

Identificação do tema e seleção da hipótese

A identificação do tema “Assistência de enfermagem durante o trabalho de parto humanizado” se deu pela busca do parto fisiológico e assistência de enfermagem minimamente intervencionista, demonstrar que a eficiência do cuidado humanizado aliado ao atendimento qualificado pela enfermagem, gera benefícios para o binômio mãe e filho.

6

Busca na literatura

A busca dos artigos foi realizada em setembro e outubro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): “parto humanizado”, “assistência” e “enfermagem”; e da língua inglesa: “assistance”, “nursing”, “humanized birth”.

Seleção e categorização dos estudos

A seleção dos artigos científicos para esta revisão teve como critério de inclusão os artigos publicados a partir de 2010 até 2020, disponibilizado na íntegra, assunto principal: parto humanizado e publicações nos idiomas espanhol, inglês e português. Assim, identificamos 503 artigos nas bases de dados, após critérios de inclusão, leitura dos títulos, exclusão dos artigos duplicados e trabalhos que não abordam o tema proposto restaram 62 artigos, com a leitura dos resumos e objetivos 30 artigos e após leitura na íntegra, foram selecionados 15 artigos finais para os resultados e discussões (Quadro 1).

Quadro 1. Resultado da busca de dados.

Fonte	Filtro	Títulos	Resumos	Na Íntegra	Total
	Antes/Depois	Total/Escolhidos	Total/Escolhidos	Total/Escolhidos	
BVS	431/215	215/44	44/20	20/9	15

SciELO	72/50	50/18	18/10	10/6	
--------	-------	-------	-------	------	--

Fonte: Os autores.

Avaliação dos estudos incluídos

Os estudos selecionados foram analisados detalhadamente para que os dados fossem avaliados e agrupados conforme o nível de evidência, utilizando para isso uma tabela elaborada no Microsoft Word (Tabela 1), proposta por Brasileiro (2017).

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

7

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/Moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/Moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo caso controle.
Moderada/Fra		Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fra		Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fra		Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

Interpretação dos resultados

Os resultados dos artigos foram alcançados após uma leitura precisa e de uma interpretação clara para que seus dados fossem analisados e agrupados.

Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram obtidos através da avaliação crítica dos estudos incluídos por meio da comparação dos dados que atende o interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir:

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível através da revisão dos artigos selecionados fazer uma análise das boas práticas e constituir um esquema das mesmas praticadas, a fim de um bom resultado na

8

evolução e no parto de forma humanizada, visando o atendimento qualificado que gera excelência no atendimento do binômio mãe e filho.

Após análise dos estudos foi possível incluir quinze publicações, das quais um é estudo observacional, descritivo e retrospectivo (nível 4), publicado em 2019; um estudo com abordagem qualitativa, de campo e descritivo (nível 4), publicado em 2017; um estudo qualitativo, do tipo análise reflexiva (nível 4), publicado em 2018; um estudo qualitativo, descritivo e exploratório (nível 4), publicado em 2019; um estudo descritivo, exploratório com abordagem qualitativa (nível 4), publicado em 2019; dois estudos descritivo, retrospectivo e com abordagem quantitativa (nível 4), publicado em 2017 e 2016; dois estudos descritivos de abordagem qualitativa (nível 4), publicado em 2017 e 2010; três estudos com abordagem qualitativa (nível 4), publicados em 2019 e 2013, um estudo transversal (nível 4), publicados em 2016, um estudo de abordagem quantitativa, descritiva e transversal (nível 4) publicado em 2018 e um estudo observacional com delineamento transversal (nível 3), publicado em 2019. Quanto ao idioma, oito foram publicados em inglês e sete em português. Todos publicados por enfermeiros, somando-se um total de 2.408 parturientes, entre mulheres assistidas e prontuários e 118 profissionais da enfermagem, sendo apresentados respectivamente a seguir no (Quadro 2) e (Quadro 3).

Quadro 2. Resultados dos artigos pesquisados: mulheres assistidas e prontuários.

Nº	Referências	Resultados
1	SILVA <i>et al.</i> (2019).	Práticas claramente úteis foram utilizadas em maiores proporções nos hospitais que possuíam a Enfermagem Obstétrica atuante, enquanto práticas claramente prejudiciais e aquelas usadas de modo inapropriado foram praticadas em menores proporções em hospitais que possuíam a Enfermagem Obstétrica, ambas com diferença estatística.
2	ALVARES <i>et al.</i> (2018).	Os resultados indicam que a prática das enfermeiras obstétricas está pautada na humanização do parto que diz respeito ao apoio que os profissionais prestaram à parturiente, acolhimento, atendimento e nascimento, contudo, a presença de práticas invasivas e desnecessárias no serviço não influenciou o nível de bem-estar materno que foi ótimo para 76% das mulheres.
3	SOUSA <i>et al.</i> (2016).	Práticas úteis: dieta oral (54,6%), livre movimentação (96%), métodos não farmacológicos para dor (74,2%), acompanhante (95,4%),

9

		partograma (77,4%); práticas prejudiciais: enema (0), tricotomia (0), posição deitada (66,8%), Kristeller (9,3%); práticas usadas inapropriadamente: amniotomia (67,1%), ocitocina (41,7%), analgesia (14%), episiotomia (8,4%).
4	SANCHES <i>et al.</i> (2019).	Dos 73,2% dos partogramas preenchidos apresentados neste estudo, apenas 35,5% (49/138) estavam completos; Em 93,5% das parturientes, o parto ocorreu na sala de parto, com uso de partograma completo e incompleto; Em relação à variável posição do parto, apresentou 97,7% em posição semi sentada e 1,1% em litotomia, contra 37,3% na mesma posição em outra maternidade, distribuição igual à posição deitada com também 37,3% episiotomia realizada em 17,6% das pacientes de uma maternidade de São Paulo; Observou-se que, em 98,6% dos partos, a enfermeira fez a avaliação do canal de parto, ficando apenas 1,4% sem registro de realização ou não desta atividade.
5	ANDRADE <i>et al.</i> (2017).	As mulheres do estudo predominaram entre 20 a 35 anos, a maioria negra e parda, com ensino médio e primário. Identificou-se o uso das seguintes boas práticas: presença de acompanhante (79,2%), métodos não farmacológicos para o alívio da dor (23,1%), contato pele a pele imediato (51,6%) e amamentação na sala de parto (38%). A maioria dos partos (95,3%) foi assistida por médicos.

6	REIS <i>et al.</i> (2016).	As primigestas representaram 44,16% das parturientes. As intervenções mais recorrentes foram a administração de ocitocina e a amniotomia. A posição horizontal dorsal ocorreu em 12,89% dos partos. A incidência de episiotomia foi de 15,52%. Das que não foram submetidas a episiotomia, 36,42% permaneceram com períneo íntegro, havendo apenas um caso de laceração perineal grave. A asfixia neonatal (Apgar < 7) ocorreu em 0,55% dos partos.
---	----------------------------	---

Fonte: Os autores.

O quadro 2 representa as 1.238 mulheres assistidas e 1.220 prontuários analisados, demonstra as práticas realizadas durante o trabalho de parto.

Quadro 3. Resultados dos artigos pesquisados: profissionais da enfermagem.

Nº	Referências	Resultados
1	PILLER <i>et al.</i> (2019).	O protocolo assistencial elaborado de forma compartilhada com os profissionais de Enfermagem foi organizado em cinco temas: acolhimento da gestante no Centro Cirúrgico Obstétrico e Ginecológico; acolhimento do acompanhante de escolha da mulher no Centro Cirúrgico Obstétrico e Ginecológico; assistência de Enfermagem durante o processo de parturição; métodos não

10

		farmacológicos para alívio da dor; e assistência de Enfermagem ao recém-nascido.
2	VILELA <i>et al.</i> (2019).	Revela-se que emergiram três categorias: 1. Um parto natural: respeito ao fisiológico, deixar a mãe e o bebê seguros, respeitando o máximo da fisiologia e intervindo o mínimo possível; 2. Parto com recursos materiais, estruturas e profissionais humanizados: informação por parte do profissional, a parturiente, deixando-a mais consciente e tranquila de todo o processo de parto; 3. O protagonismo da mulher no parto normal: a parturiente precisa estar empoderada e receber informações fidedignas, desde o início da gestação, a fim de compreender e questionar sobre o processo de pré-parto, parto e nascimento, garantindo seu bem-estar e escolhendo o tipo de parto e a melhor forma de parir.

3	OLIVEIRA <i>et al.</i> (2019).	O estudo revela que o cuidado pautado nas boas práticas deve embasar-se em conhecimento científico, evitar intervenções desnecessárias e incentivar o uso de técnicas não farmacológicas para alívio da dor, a ambiência apropriada, a atenção individualizada, o vínculo e sintonia entre profissional e parturiente, bem como o seu protagonismo.
4	VIEIRA <i>et al.</i> (2019).	A implementação de boas práticas, para técnicos de enfermagem, significa realizar adequadamente suas atividades, prestar atendimento humanizado à gestante, respeitar sua autonomia, promover alívio da dor e trabalho de parto pacífico.
5	BARROS <i>et al.</i> (2018).	A humanização constitui uma parte integrante para a qualidade da assistência dos indicadores obstétricos, que busca a autonomia da mulher, o seu direito a um parto respeitando o processo fisiológico e biológico, e a abolição das intervenções desnecessárias no processo de nascimento.
6	GOMES <i>et al.</i> (2017).	Verificou-se que os profissionais de enfermagem possuem conhecimento das práticas humanizadas, como a importância de proporcionar à parturiente um acompanhante de sua confiança, informar ao acompanhante das técnicas para reduzir as dores, porém o emprego dessas práticas foi pouco constatado durante o trabalho cotidiano. Percebeu-se que o número insuficiente de profissionais e a falta de capacitação da equipe de enfermagem interferem na execução dessa prática humanizada.
7	POSSATI <i>et al.</i> (2017).	A humanização do parto foi entendida como um conjunto de práticas e atitudes baseadas no diálogo, empatia e acolhimento; a disposição de diretrizes; a apreciação das singularidades das parturientes; a realização de procedimentos comprovadamente benéficos à saúde materno-infantil e à atualização profissional contínua.

8	CAMACHO <i>et al.</i> (2013).	Os resultados apontaram que as enfermeiras pesquisadas incorporaram novos conhecimentos que foram agregados em seu <i>habitus</i> profissional, gerando práticas que as fizeram romper com a reprodução do modelo biomédico no campo obstétrico.
---	-------------------------------	--

9	PORFÍRIO <i>et al.</i> (2010).	Os resultados apontaram que as práticas incorporadas pelas enfermeiras que assistem ao parto hospitalar no contexto da humanização foram referentes ao banho de aspersão, a orientação para uma respiração tranquila, a valorização da liberdade de movimentos, o estabelecimento de vínculo entre enfermeira-parturiente, a presença do acompanhante e o emprego do toque físico.
---	--------------------------------------	--

Fonte: Os autores.

O quadro 3 representa a assistência da enfermagem no atendimento à parturiente, com utilização de boas práticas e atenção humanizada.

Após análise dos 15 artigos finais, observou-se que todos apresentam em comum às boas práticas e práticas prejudiciais em menor proporção quando na atuação da enfermagem obstétrica. O vínculo bem estabelecido entre o profissional e a sua cliente, no caso a parturiente, é fundamental para desabrochar o parto normal humanizado, sem traumas ou sequelas indesejáveis.

Identificamos em comum acordo que todos os artigos trás as ações de enfermagem a serem realizadas durante o trabalho de parto, fundamentadas em ações tecnológicas e baseadas em evidências científicas e se faz necessário que este profissional esteja sempre engajado a atualizações e estudos continuados com intuito de desenvolver bons resultados a sua cliente.

Identificamos nos resultados que as práticas úteis durante o processo do trabalho de parto humanizado devem ser estimuladas, são elas:

- acolhimento;
- presença do acompanhante;
- ambiência;
- liberdade de posição e movimento;
- banho de aspersão e imersão;
- bola suíça;
- massagem;
- exercícios respiratório
- partograma;
- contato pele a pele do binômio mãe e filho.

O acolhimento pela equipe de enfermagem é fundamental, proporciona a criação de vínculo e gera segurança à mulher e acompanhante. Este processo implica em

receber a mulher quando ela chega à unidade de saúde, responsabilizar-se por ela, ouvir suas queixas, permitir que ela expresse suas preocupações, entender suas necessidades, diminuindo a ansiedade e sentimento de vulnerabilidade (OLIVEIRA *et al.*, 2019; CAMACHO *et al.*, 2013).

A participação do acompanhante no momento do parto é respaldada pela Lei 11.108, de 07 de abril de 2005, que garante às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante todo o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2005). O apoio contínuo favorece a mulher segurança e a tranquilidade, aumenta o vínculo familiar, diminui as tensões, contribui na evolução do parto e diminui procedimentos invasivos (ANDRADE *et al.*, 2017; PORFÍRIO *et al.*, 2010).

O ambiente é demonstrado como um importante coadjuvante da humanização, através de salas de partos onde a puérpera permanece durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, permite uma boa prática assistencial, um ambiente privativo e seguro, na utilização da temperatura e iluminação adequada, contribuição significativa para o processo do parto normal e conseqüentemente redução da cesárea (SANCHES *et al.*, 2019; PILER *et al.*, 2019; VIEIRA *et al.*, 2019).

Ofertar métodos não farmacológicos para alívio da dor se demonstrou presente em todos os estudos, como liberdade de posição e movimentação, banho de aspersão e imersão, bola suíça, massagem e exercícios respiratórios. Essas práticas devem ser estimuladas desde a admissão da parturiente, pois proporcionam alívio da dor, conforto e sensação de bem estar. Apesar de que foi demonstrado em alguns estudos aplicação menor do que o esperado desses métodos e dentre eles aumento significativo da liberdade de movimentação, banho em água morna e massagem (VIEIRA *et al.*, 2019; ANDRADE *et al.*, 2017; REIS *et al.*, 2016).

O partograma é um instrumento importante, sendo ele uma representação gráfica onde permite acompanhar e registrar a evolução do trabalho de parto e através desse monitoramento é indicado condutas úteis durante o trabalho de parto proporcionam uma melhor assistência quando necessário uma intervenção rápida e lógica. Mesmo sendo uma boa prática recomendada pela OMS, foi demonstrada em alguns estudos sua baixa adesão, incompletos ou 13 preenchidos de forma incorreta, o que leva a parturiente a intervenções desnecessárias por falta de preenchimento adequado (SILVA *et al.*, 2019; SANCHES *et al.*, 2019; SOUZA *et al.*, 2016). As boas práticas permitem um parto mais saudável para o binômio mãe-filho contribuindo com momento mais esperado pela parturiente, o contato entre mãe e filho, não havendo intercorrências deve ser estimulado o contato pele a pele imediato ao nascimento, essa prática favorece o vínculo, amamentação precoce, adaptação do recém-nascido ao ambiente extrauterino,

bem-estar da mãe e satisfação, assim estabelecendo um parto humanizado (ALVARES *et al.*, 2018; ANDRADE *et al.*, 2017; GOMES *et al.*, 2017). Práticas que devem ser evitadas ainda tem uma prevalência maior do que o recomendado, como a episiotomia, ocitocina, amniotomia, analgesia e posição litotômica durante o parto, são as que mais foram demonstradas nos estudos.

A episiotomia é uma incisão realizada no períneo da mulher, indicada entre 10 e 15% pela OMS, mesmo assim apresenta nos estudos uma frequência maior (SANCHES *et al.*, 2019; BARROS *et al.*, 2018; CAMACHO *et al.*, 2013).

A administração da ocitocina limita a mulher em sua movimentação, aumenta a dor e muda o ritmo do trabalho de parto, podendo evoluir para uma cesárea, é uma prática não recomendada como rotineira e ainda assim se apresenta elevada nos estudos (SILVA *et al.*, 2019; REIS *et al.*, 2016). A amniotomia tem se demonstrado uma prática frequente para a aceleração do parto e associada à administração da ocitocina, gerando intervenções desnecessárias (SOUSA *et al.*, 2016).

A analgesia se apresenta em menor uso nos partos acompanhados por enfermeiras obstétricas, ao contrário da posição litotômica que tem uma porcentagem alta nos resultados dos estudos, prática que aumenta o desconforto e a dor e não contribui para a oxigenação do sangue, aumentando a duração do trabalho de parto (ANDRADE *et al.*, 2017; SOUSA *et al.*, 2016).

As práticas prejudiciais foram em menor proporção quando na presença atuante da enfermagem obstétrica que percebe a parturiente como protagonista do processo, respeita e incentiva a autonomia da mulher e exerce as boas práticas através da assistência pautada em atitudes e mudanças frequentes por meio de atualizações profissionais baseadas em evidências científicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

14

A assistência no trabalho de parto e parto, por enfermeiras obstétricas tem sido um grande desafio, a transformação da assistência focada em boas práticas e voltada para que a mulher seja a protagonista desse momento, envolve além dos profissionais de saúde, a sociedade e gestores de saúde e políticas públicas.

O estudo realizado evidenciou as práticas não invasivas, consideradas como boas práticas, estas são bem aceitas tanto pela gestante como pelos profissionais da enfermagem obstétricas, e fazem a grande diferença no parto humanizado. Faz se necessários aos profissionais envolvidos, formação qualificada e estudos embasados

em evidências científicas.

Quanto mais envolvida a enfermagem obstétrica se manter nas boas práticas no bom acolhimento e na interação gestante e profissional, menos teremos o risco de ocorrerem as violências obstétricas, sendo todos os atos que ofendam, ou vão contra a vontade da gestante e seu acompanhante.

As boas práticas da enfermagem obstétrica é capaz de tornar sonhos de uma parto feliz e bem sucedido em realidade.

6 REFERÊNCIAS

ALVARES, Aline Spanevello *et al.* Humanized practices of obstetric nurses: contributions in maternal welfare. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 6, p. 2620-2627, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0290>. Acesso em: 10 out. 2020.

ANDRADE, Larisse Ferreira Benevides de; RODRIGUES, Quessia Paz; SILVA, Rita de Cássia Velozo da. Boas Práticas na atenção obstétrica e sua interface com a humanização da assistência [Good Partices in obstetric care and its interface with humanization of assistance] [Buenas Prácticas en la atención obstétrica y su interrelación com la huamanización de la asistencia]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 25, p. e26442, dez. 2017. ISSN 0104-3552. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.26442>. Acesso em: 18 out. 2020.

BARROS, Thais Cordeiro Xavier de *et al.* Assistance to women for the humanization of chidlbirth and birth. **Journal of Nursing UFPE on line**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 554-558, feb. 2018. ISSN 1981-8963. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i2a25368p554-558-2018>. Acesso em: 25 out. 2020.

BATISTA, D.T.C. *et al.* **Intervenções de enfermagem na assistência a pacientes com feridas neoplásicas**: revisão da literatura. 15 p. Monografia (Graduação em Enfermagem). Faculdade Unida de Campinas, 2020, 15 f.

15

BRASIL. Lei n 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. **Diário Oficial da União** [internet]. Brasília; 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11108-7-abril-2005-536370-publicacaooriginal-26874-pl.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASILEIRO, Marislei Espíndula. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.

Edição 9. a. 2, v. 06. Pp: 135-145, Dezembro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas (nucleodoconhecimento.com.br)>. Acesso em: 10 out 2020.

CAMACHO, Karla Gonçalves; PROGIANTI, Jane Marcia. A transformação da prática obstétrica das enfermeiras na assistência ao parto humanizado. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 15, n. 3, p. 648-655, set. 2013. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-19442013000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2020.

CORDEIRO, Eliana Lessa *et al.* The humanization in the assistance to delivery and childbirth. **Journal of Nursing UFPE on line**, [S.l.], v. 12, n. 8, p. 2154-2162, aug. 2018. ISSN 1981- 8963. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i8a236334p2154-2162-2018>. Acesso em: 04 out. 2020.

FERREIRA, Mariana Cavalcante *et al.* Percepções de profissionais de enfermagem sobre humanização do parto em ambiente hospitalar. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 20, e41409, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15253/2175-6783.20192041409>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, Liane Oliveira Souza *et al.* Practices of nursing professionals against humanized labor. **Journal of Nursing UFPE on line**, [S.l.], v. 11, n. 6, p. 2576-2585, may 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i6a23426p2576-2585-2017>. Acesso em: 28 out. 2020.

16

MEDEIROS, Renata Marien Knupp *et al.* Cuidados humanizados: a inserção de enfermeiras obstétricas em um hospital de ensino. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 6, p. 1091-1098, Dec. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0295>. Acesso em: 05 out. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 24 out. 2020.

MONTEIRO, Manoela Costa de Melo; HOLANDA, Viviane Rolim de; MELO, Geyslane Pereira de. Análise do conceito parto humanizado de acordo com o método evolucionário de Rodgers. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2017;7:e1885. Disponível em: < <https://doi.org/10.19175/recom.v7i0.1885>>. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Patricia Santos de *et al.* Best practices in the delivery process: conceptions from nurse midwives. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 72, n. 2, p. 455-462, Apr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0477>. Acesso em: 04 out. 2020. Organização Mundial da Saúde. Maternidade segura. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 1996. Disponível em:

<https://saude.mppr.mp.br/arquivos/File/kit_atencao_perinatal/manuais/assistencia_ao_parto_normal_2009.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PILER, Adriana Aparecida *et al.* Protocolo de boas práticas obstétricas para os cuidados de Enfermagem no processo de parturição. **Rev Min Enferm.**, Curitiba, 2019; v. 23: e-1254. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1254.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

PORFIRIO, Aline Bastos; PROGIANTI, Jane Márcia; SOUZA, Danielle de Oliveira M. de. As práticas humanizadas desenvolvidas por enfermeiras obstétricas na assistência ao parto hospitalar. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 12, n. 2, p. 331-336, jul. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i2.7087>. Acesso em: 25 out. 2020.

17

POSSATI, Andrêssa Batista *et al.* Humanization of childbirth: meanings and perceptions of nurses. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, e20160366, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0366>. Acesso em: 25 out. 2020.

REIS, Carlos Sérgio Corrêa dos *et al.* Análise de partos acompanhados por enfermeiras obstétricas na perspectiva da humanização do parto e nascimento Analysis of births attended by nurse midwives under the perspective of humanization of childbirth. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 4972-4979, oct. 2016. ISSN 2175-5361. Disponível em: doi:<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.4972-4979>. Acesso em: 25 out. 2020.

SANCHES, Maria Elisângela Torres de Lima *et al.* Atuação da enfermeira obstétrica na assistência ao trabalho de parto e parto [Obstetric nurse's role in the care of labor and childbirth] [Actuación de la enfermera obstétrica en la asistencia al trabajo de parto y parto]. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e43933, dez. 2019. ISSN 0104-3552. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2019.43933>. Acesso em: 25 out. 2020.

SILVA, Thales Philipe Rodrigues da *et al.* Obstetric Nursing in best practices of labor and delivery care. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 72, supl. 3, p. 235-242, Dec. 2019. Epub Dec 13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0561>. Acesso em: 24 out. 2020.

SILVA, Thayná Champe da *et al.* Práticas de atenção ao parto e nascimento: uma revisão integrativa Labor And Birth Care. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. 2017; 7:e1294. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19175/recom.v7i0.1294>>. Acesso em: 25 out. 2020.

SOUZA, Ana Maria Magalhães *et al.* Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 324-331, June 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160044>. Acesso em: 04 out. 2020.

18

SOUZA, Francisca Marta de Lima Costa *et al.* TECNOLOGIAS APROPRIADAS AO PROCESSO DO TRABALHO DE PARTO HUMANIZADO. **Enfermagem em Foco**, [S.l.], v. 10, n. 2, set. 2019. ISSN 2357-707X. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n2.2180>. Acesso em: 10 out. 2020.

VIEIRA, Bianca da Costa *et al.* Applying best practices to pregnant women in the obstetric center. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 72, supl. 3, p. 191-196, Dec. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0422>. Acesso em: 10 out. 2020.

VILELA, Anny Torres *et al.* Perception of obstetric nurses before humanized birth. **Journal of Nursing UFPE on line**, [S.l.], v. 13, sep. 2019. ISSN 1981-8963. Disponível em: doi:<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.241480>. Acesso em: 18 out. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Janice Rosa de M. Sousa RA 29799

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (/)

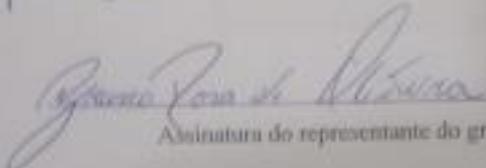
NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMP e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Atividade de Enfermagem Quanto ao Trabalho de Cuidado Humanizado: Relato da Experiência

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a) Dr. Manoel de Souza Espindola Braz Lira

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem Modalidade afim: Graduação


Assinatura do representante do grupo

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, de _____ de 202__

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: EVITAR MANOBRAS E PROCEDIMENTOS DESNECESSÁRIOS

NURSE'S PERFORMANCE IN PREVENTING OBSTETRIC VIOLENCE: AVOID UNNECESSARY MANEUVERS AND PROCEDURES

MAYARA MARINHO BORGES LIMA, TALITA FERREIRA DUARTE,
VANESSA PEREIRA DE SOUZA, MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA
BRASILEIRO¹

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar evidências científicas a respeito da violência obstétrica e a atuação do enfermeiro na prevenção da mesma. O método utilizado para identificar essas evidências foi uma revisão integrativa da literatura por meio das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Revista Científica de Enfermagem (Recien), Research Gate, Repositório Institucional Universidade Federal de Ouro Preto (RIUFOP), Centro Universitário de Paulo Afonso (UniRios), que culminou com a seleção de dezessete artigos científicos sobre a temática pesquisada. A partir dos estudos analisados, constatou-se como principais tipos de violência obstétrica: episiotomia (100%), restrição de acompanhante (100%), manobra de *Kristeller* (85,8%), violência verbal e psicológica (85,8%), toques vaginais repetitivos (85,8%), litotomia como única posição para parir (71,5%) e uso indiscriminado de ocitocina (42,9%). Sendo possível concluir que deve-se adotar medidas, tais como: plano de parto, educação continuada e permanente dos profissionais de saúde, a gestante como protagonista em seu trabalho de parto, humanização e leis específicas que resguarde os direitos das gestantes assim como as que responsabilize os profissionais de saúde.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Humanização. Enfermagem. Parto. Direitos da Mulher.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze scientific evidence regarding obstetric violence and the role of nurses in preventing. The method used to identify this evidence was an integrative review of the literature through the electronic databases Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Scientific Journal of Nursing (Recien), Research Gate, Institutional Repository University Federal University of Ouro Preto (RIUFOP), Paulo Afonso University Center (UniRios), which culminated in the selection of seventeen scientific articles on the researched theme. From the studies analyzed, it was found that the main types of obstetric violence were: episiotomy (100%), restriction to the companion (100%), Kristeller's maneuver (85,8%), verbal and psychological violence (85,8%), repetitive vaginal touches (85,8%), lithotomy as the only position to give birth (71,5%) and indiscriminate use of oxytocin (42,9%). It is possible to conclude that measures must be adopted such as: birth plan, continuous and permanent education of health professionals, the pregnant woman as a protagonist in her labor, humanization and specific laws that safeguard the rights of pregnant women as well as those that hold them responsible health professionals.

Keywords: Obstetric Violence. Humanization. Nursing. Childbirth. Women's Rights.

¹ Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: mayaramarinhobl@gmail.com, talitaferreiraduarte@gmail.com, vanessapereira626@gmail.com. Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Ao observar no cotidiano a forma como mulheres são assistidas pelos profissionais de saúde, verifica-se que muitas vezes são tratadas de maneira violenta, vivenciando situações rotineiras de maus-tratos, desrespeito, abusos, negligências e violação dos direitos humanos, do parto ao nascimento.

Nesse contexto, pode-se conceituar violência obstétrica (VO) todo ato causado por profissionais da saúde, familiares ou qualquer pessoa às mulheres gestante, em parto ou no estado puerperal, seja de ordem física, emocional ou simbólica, que acarreta elevado grau de sofrimento com efeitos negativos (CARVALHO *et al.*, 2017). Ademais, a Organização Mundial da Saúde - OMS, acrescenta à definição da violência obstétrica as intervenções desnecessárias e rotineiras; o abuso de medicações para acelerar o processo natural do parto; humilhação, abuso e agressão verbal; falta de insumos e instalações inadequadas; práticas realizadas por profissionais da saúde sem o consentimento da gestante e parturiente sem as devidas informações adequadas, sem um plano de parto ou direitos esclarecidos; e discriminações por motivos culturais, econômicos, religiosos e étnicos (JARDIM *et al.*, 2018).

Ressalta-se que o número de mulheres que relatam ter sofrido algum tipo de violência obstétrica é alarmante. Tal dado é corroborado pelo artigo publicado na Revista Latino-Americana de Enfermagem, A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características, no qual relata que a Venezuela é o primeiro país a criar uma lei que caracteriza a VO - Violência obstétrica, mas que, no entanto, ainda sim, os casos de maus-tratos contra a mulher em algumas unidades chegam a ultrapassar a média de 50% (JARDIM *et al.*, 2018; MESSIAS *et al.*, 2018; LANSKY *et al.*, 2019).

A VO observada no artigo de ROCHA *et al.* (2020), no qual 909 mulheres foram entrevistadas, registra dados alarmantes, nele (82,9%) das mulheres informou não ter demandado a cesariana, assim como (81%) que foram submetidas ao parto vaginal e (85%) ao parto operatório. Também fora relatado como VO a proibição de acompanhante (9,3%), (16,3%) falhas no esclarecimento de dúvidas, (27,3%) procedimentos não autorizados/ não esclarecidos e (25,5%) episiotomia.

Diante do cenário acima, faz-se necessário a presente revisão integrativa de literatura, na qual foram analisados artigos científicos em que se abordam as seguintes questões: autonomia de escolha das vias de parto, características da violência obstétrica no ciclo gravídico e puerperal bem como a visão das parturientes brasileiras, ausência de legislação

para resguardar as mesmas, aplicabilidade dos princípios bioéticos da autonomia e beneficência e o princípio da dignidade da pessoa humana, consequências da violência obstétrica e, por fim, a atuação do enfermeiro na sua prevenção.

Como alternativa para solução da VO, consoante pesquisa retro mencionada, faz-se necessário ocorrer uma assistência humanizada, para diminuir ou até mesmo eliminar as complicações, através de trabalho em conjunto dos gestores e profissionais de saúde, de forma continuada e, assim, obter a diferenciação dos procedimentos adequados e dos violentos que ferem direitos e desmascara a violência tida como normal. Acrescenta-se a isso, a qualificação profissional e aprimoramento de técnicas (SANTIAGO *et al*, 2017).

Frisa-se, assim, a necessidade de conceituar a VO, preferencialmente em documentos legais que defina e criminaliza tal conduta, pois, dessa forma, auxilia na identificação e enfrentamento, o que ocasionará, por consequência, na diminuição das intervenções desnecessárias nas parturientes (VELOSO; SERRA, 2016).

Infelizmente, ratifica-se, portanto, a omissão legislativa quanto a VO e as inúmeras consequências gravosas para as parturientes. **Desta feita, surgiu então a pergunta norteadora: Como o enfermeiro pode atuar na prevenção da violência obstétrica?**

Preceitua a resolução do COFEN - Conselho Federal de Enfermagem nº 0516/2016 o seguinte:

Art. 1º Normatizar a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetiz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência e estabelecer critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetiz no âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Conclui-se, portanto, que o enfermeiro é responsável pela prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem, ou seja, estão revestidos de autoridade legal para fazer valer a humanização do parto bem como garantir a integridade física e emocional de quem está sob seus cuidados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com intuito de reunir informações sobre a violência obstétrica vivida pelas mulheres com seus vários temas envolvidos. Consiste na síntese de diversos estudos já realizados, com a análise de dados relevantes ao tema

proposto, com intuito de compreender um evento particular na área abordada, possibilitando a construção da análise sobre a temática fundamentada em resultados pautados por tais estudos (MENDES *et al*, 2008).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o delineamento metodológico, que consiste em seis etapas, sendo: a) identificação do tema, b) busca na literatura, c) seleção e categorização dos estudos, d) avaliação dos estudos incluídos, e) interpretação dos resultados e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. O uso dos resultados de estudos já publicados dá suporte para a Prática Baseada em Evidências (PBE).

Identificação do tema e seleção da hipótese

A identificação do tema “A atuação do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica” surgiu por meio da necessidade de apresentar intervenções que melhore a qualidade da assistência de enfermagem às gestantes e puérperas. Portanto, as pesquisadoras entraram em acordo para abordar sobre as problemáticas abordadas nesse estudo. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: Como o enfermeiro pode atuar na prevenção da violência obstétrica?

Busca na literatura

A busca dos artigos foi realizada em setembro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicos, tais como: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Revista científica de enfermagem (Recien), ResearchGate, Repositório Institucional Universidade Federal de Ouro Preto (RIUFOP) e Centro Universitário de Paulo Afonso (UniRios). Inicialmente utilizamos os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) “Violência contra a mulher”, “Obstetrícia”, “Parto humanizado” e “Direitos da mulher”, usados isoladamente e conectados com o operador *booleano AND* e também fora utilizado como descritor o termo “violência obstétrica”.

A seguir, foram selecionados 40 artigos científicos nas bases de dados, como critérios de inclusão, além disso, estudos científicos publicados em português, no período de cinco anos, disponíveis eletronicamente. E os critérios de exclusão utilizados foram: trabalhos publicados anteriormente a 2015, temas não relevantes ao proposto, e artigos disponíveis apenas em resumos, a amostra final foi composta por 16 artigos.

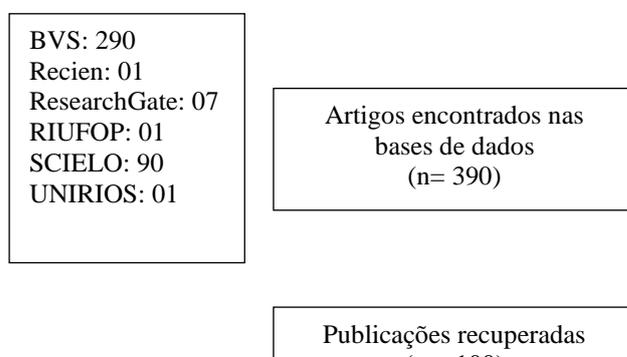
Seleção e categorização dos estudos

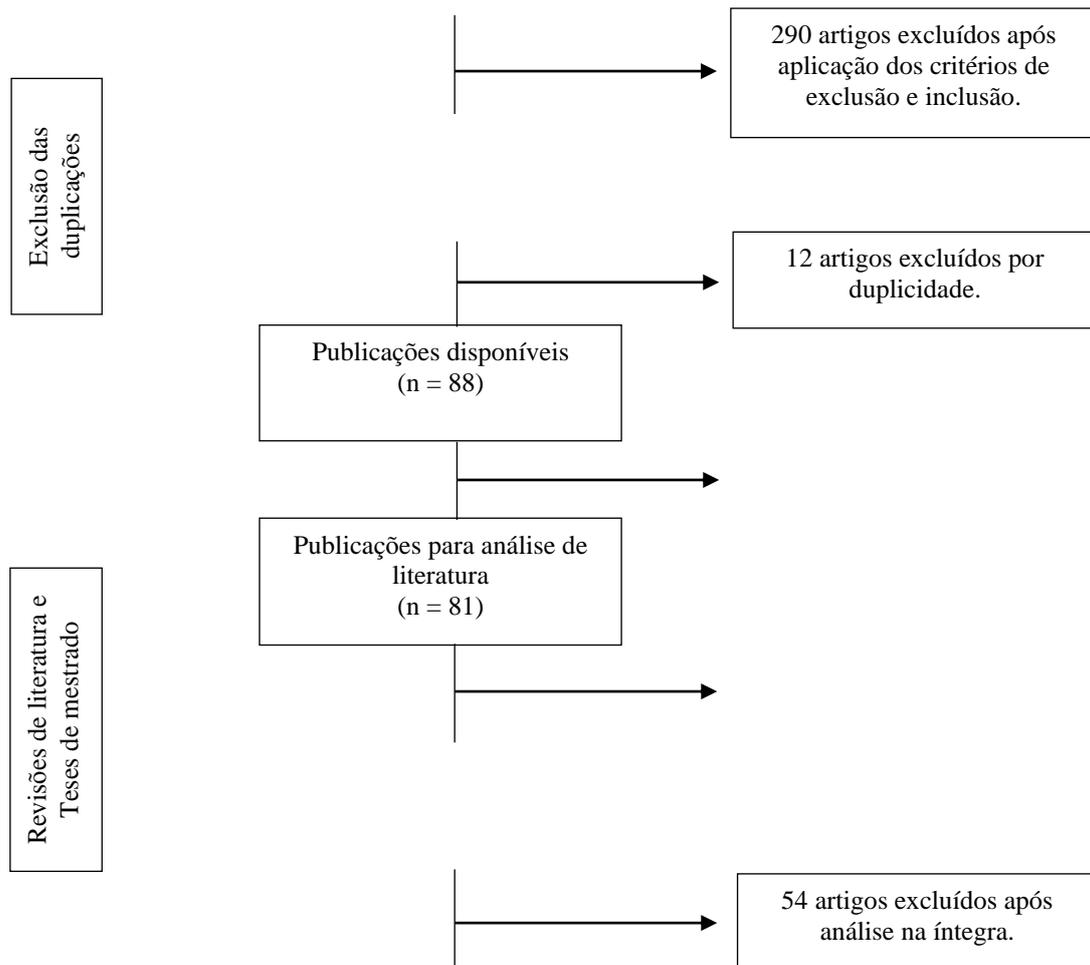
A seleção dos artigos científicos para compor esta revisão teve como critério de inclusão o recorte temporal a partir de 2015 até 2020 e publicações no idioma português. Assim, identificamos 40 artigos nas bases de dados.

Para o recorte dos artigos a serem incluídos na amostra final quatro etapas de avaliação fizeram-se necessárias, são elas: leitura dos títulos, leitura dos resumos, disponibilidade do texto e leitura analítica do texto. Foram excluídas publicações duplicadas, textos não disponíveis e revisões de literatura e produções acadêmicas em nível de pós-graduação, pois não apresentam interesse ao estudo proposto. Ao final das etapas de avaliação, selecionamos 16 artigos que viabilizaram a execução deste estudo (Figura 1).

Para categorização dos dados, empregamos um instrumento de coleta abrangendo informações referentes à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação, e local de busca), e dados referentes à amostra do estudo como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes *et al* (2008).

Figura 1. Estratégia para seleção dos artigos.





Fonte: Os autores.

Avaliação dos estudos incluídos

Os estudos selecionados foram analisados detalhadamente para que os dados fossem avaliados e agrupados conforme o nível de evidência, utilizando para isso uma tabela elaborada no Microsoft Word (Tabela 1), proposta por Brasileiro (2017).

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado tipo

		caso controle.
Moderada/Fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente, de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

Tabela 2. Classificação dos níveis de evidências referentes aos artigos pesquisados.

Título do artigo	Força da evidência	Nível	Tipo de artigo
Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal	Moderada/ Fraca	4	Exploratório- descritivo
Violência obstétrica: experiências de puérperas primíparas em uma maternidade pública	Forte/ Moderada	3	Estudo de caso
Reflexos da responsabilidade civil e penal nos casos de violência obstétrica	Moderada/ Fraca	4	Exploratório- descritivo
Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de município do nordeste brasileiro	Moderada/ Fraca	4	Exploratório- descritivo
Uma dor além do parto: violência obstétrica em Foco	Moderada/ Fraca	4	Exploratório- descritivo
Violência obstétrica: influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes	Forte/ Moderada	2	Estudo transversal
Violência obstétrica e suas influências na vida de mulheres que vivenciaram essa realidade	Moderada/ Fraca	4	Exploratório- descritivo

Interpretação dos resultados

Os resultados dos artigos foram obtidos através de uma leitura precisa e de uma interpretação concreta para que seus dados fossem avaliados e agrupados.

Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram obtidos através da avaliação crítica dos estudos incluídos por meio da comparação dos dados que atende o interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir:

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para elaboração e alcance do objetivo proposto, organizou-se um quadro com a descrição dos tipos de violência causados por profissionais da saúde, como o abuso de manobras de *kristeller*, episiotomia, a não escolha pela via de parto, posição de litotomia como única posição para parir, amniotomia, excesso de toques vaginais, agressão verbal e emocional (Quadro 1).

Após análise dos dezesseis estudos foi possível incluir sete artigos, das quais um é estudo de caso interpretativo (nível 3), publicado em 2018; cinco estudos descritivos exploratórios de abordagem qualitativa (nível 4), publicado em 2016 e 2017; um de estudo transversal multicêntrico e multimétodos com componentes qualitativo e quantitativo (nível 2), publicado em 2019.

Quadro 1. Resultados dos artigos pesquisados:

N	REFERÊNCIAS	RESULTADOS
1	SILVA CARVALHO; BRITO, 2017.	As puérperas relatam as formas de violência obstétrica da qual foram vítimas, caracterizadas por palavras e atitudes oriundas dos profissionais de saúde que as assistiram.
2	MESSIAS <i>et al.</i> , 2018.	Mediante os relatos das gestantes foram identificadas as seguintes situações: comunicação e tratamento hostis, intervenções traumáticas e ineficazes, desrespeito à privacidade, proibição do acompanhante, amniotomia sem o consentimento da parturiente, uso de ocitocina sintética, toques vaginais excessivos, manobra de <i>Kristeller</i> , episiotomia, posição de litotomia como única opção pra parir, restrição a alimentos e ingesta hídrica, e a pressa por profissionais para acelerar o trabalho de parto.
3	VELOSO; DE MESQUITA SERRA, 2016.	Infelizmente foi identificado que os julgados ainda permanecem silentes diante da amplitude do panorama da violência obstétrica. Apesar da possibilidade de imputação da responsabilidade civil aos executores, bem como das devidas indenizações às vítimas.
4	SILVA; DE LIMA	Os sentimentos apontados pelas gestantes foram, de: vergonha; raiva; medo;

	SILVA; DE ARAÚJO, 2017.	humilhação; violência física e psicológica; indignação; traumas.
5	SILVA SAUAIA; DE MESQUITA SERRA, 2016.	Violência obstétrica foi tida como violência de gênero específica, tendo em vista que os profissionais de saúde tomam o controle do corpo e da sexualidade das mulheres, além de lhes causar desvalorização cultural em relação ao tema. Foi caracterizada VO: Episiotomia; Manobra de <i>Kristeller</i> ; Aplicação de ocitocina; Cesáreas eletivas; Restrição da posição para o parto; Proibição do acompanhante; Violência psicológica.
6	LANSKY <i>et al.</i> , 2019.	Foi constatado que 48,4% das mulheres relataram que tinham conhecimento bom ou muito bom sobre violência obstétrica, antes de participarem da exposição Sentidos do Nascer e essa proporção aumentou para 87,0% após a visita à exposição.
7	ROCHA; GRISI, 2017.	As consequências mencionadas foram de frustração, raiva, angústia, medo, impotência e revolta em relação aos profissionais de saúde.

Fonte: Os autores.

Observando o Quadro 1 verificou-se que dentre as sete publicações selecionadas, as violências obstétricas frequentemente mencionadas foram:

- episiotomia (100%);
- restrição à acompanhante (100%);
- manobra de *kristeller* (85,8%);
- violência verbal e psicológica (85,8%);
- toques vaginais repetitivos (85,8%);
- litotomia como única posição para parir (71,5%);
- uso indiscriminado de ocitocina (42,9%).

Cabe mencionar, ainda, danos físicos ocasionados por alguns procedimentos, explica-se:

A episiotomia definida como incisão efetuada na região do períneo para ampliar o canal de parto, pode causar laceração do ânus, infecção, incontinência urinária e fecal, dor na relação sexual, maior volume de sangramento e resultados estéticos insatisfatórios (VELOSO; SERRA, 2016); destacaram-se como expressões da violência a realização de procedimentos sem as devidas explicações ou autorização concedida pela mulher, a exemplo da episiotomia (CARVALHO; BRITO, 2016); VO inclui maus tratos físicos, psicológicos, e verbais, assim como procedimentos desnecessários e danosos como episiotomia (SILVA; SILVA; ARAUJO,

2017); uso de episiotomia de rotina sem consentimento e, às vezes, com o intuito de ensinar um outro profissional de saúde aprendiz (MESSIAS *et al.*, 2018); relatos como os expressos anteriormente, mostram a triste e constante realidade de mulheres que são submetidas a episiotomia de rotina (SAUAIA; SERRA, 2016); foi realizada a episiotomia, e a realização desse procedimento não foi informada para 35,6% das mulheres (LANSKY *et al.*, 2019); quanto aos tipos de violência, o mais citado foi: a realização da episiotomia (ROCHA; GRISI, 2017).

Quanto à manobra de *kristeller*, consiste de uma pressão exercida na parte superior do útero em direção à pelve durante as contrações do parto com intuito de sua aceleração, no entanto, tal procedimento é totalmente prejudicial e ineficaz, haja vista que ocasiona dor e há ainda a possibilidade de fraturar a costela (VELOSO; SERRA, 2016); procedimento agressivo e que traz consequências deletérias para a parturiente e seu bebê (LANSKY *et al.*, 2019); (SAUAIA; SERRA, 2016); nesta pesquisa, a região Centro-Oeste foi apontada como a região onde acontece com mais frequência a manobra de *Kristeller* (MESSIAS *et al.*, 2018).

Restrição à acompanhante (23,5%) entre as 17 mulheres que ficaram sem acompanhante durante a internação para o parto; (LANSKY *et al.*, 2019). A pesquisa Nascer no Brasil realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), mostra que menos de 20% das mulheres se beneficiam da presença contínua do acompanhante durante todo o período de internação, sendo esse ainda um privilégio das mulheres com maior renda e escolaridade, brancas, usuárias do setor privado e que tiveram cesarianas como opção de parto (SAUAIA; SERRA, 2016); as participantes mencionaram o desrespeito à privacidade e a proibição do acompanhante do sexo masculino na sala de pré-parto da maternidade, que não possuía quartos individuais (MESSIAS *et al.*, 2018); ausência de acompanhante (SILVA; SILVA; ARAUJO, 2017); impedimento da entrada do acompanhante escolhido pela mulher (VELOSO; SERRA, 2016); proibição quanto a presença do acompanhante 9,3% (CARVALHO; BRITO, 2016).

A categoria cuidado indigno e abuso verbal foi referida em 34 (33%) das situações (LANSKY *et al.*, 2019); algumas participantes relataram formas de tratamento e comunicação hostis, com agressões verbais às gestantes, no momento em que elas expressavam seu sofrimento, seja com choro, gritos ou gemidos, o que evidenciou o menosprezo, a desconsideração dos profissionais de saúde pelas dores originárias do parto.

Foram relatados os conhecimentos das mulheres sobre a VO e foi observado que a violência verbal é uma das mais vistas por elas, ouve relatos como: “Pra mim vai desde as

agressões verbais, quando uma gestante é mal recebida, quanto a maus tratos físicos quando gestante ficam horas e horas esperando por entendimento” (SILVA; SILVA; ARAUJO, 2017). Diversas foram as ocasiões, durante o processo parturitivo que a violência obstétrica se fez presente. Os comentários impróprios feitos por alguns profissionais de saúde refletem em uma assistência pouco humanizada e que marca profundamente a experiência do parto e nascimento. De acordo com estudo realizado por Souza (2014), são grandes as chances da mulher que passou por uma violência, seja ela física ou verbal relacionada aos serviços de saúde, desenvolver uma depressão pós-parto (ROCHA; GRISI, 2017).

Toques vaginais repetitivos com a finalidade de medir a dilatação do colo uterino ocasionam dor e lesão. No estudo nacional de VO em 2010, houve predomínio da categoria violência física (17%), em destaque a queixa de dor com o toque vaginal e a falta de acesso a métodos de alívio da dor (LANSKY *et al.*, 2019); ouve relatos difíceis como: “Durante um exame de toque, eu pedi para parar pois estava sentindo muita dor”. As práticas de toques vaginais foram frequentes e executados por mais de um profissional. Sabe-se, porém, que estes toques quando realizados repetitivamente podem trazer desconforto à parturiente, além de não fazer sentido quando realizados por diversos profissionais, pois é possível avaliar a evolução apenas por um profissional (MESSIAS *et al.*, 2018); É muito constrangedor para parturiente a indução da tricotomia na presença de outras pessoas, toque vaginal cometido frequentemente e lavagem intestinal, estas agressões causam indignação e constrangimento e traz consequências sentimentais para toda vida (SILVA; SILVA; ARAUJO, 2017). Os excessivos exames de toque praticado por diferentes pessoas como meio para práticas acadêmicas, tendo em vista que além da produção do dano no corpo da vítima, uma vez que teve a sua integridade física violada, engloba também qualquer alteração prejudicial à sua saúde que pode acarretar problemas psicológicos (VELOSO; SERRA, 2016). Quanto ao exame de toque, a maioria das parturientes relataram ter sido doloroso e desnecessário, somente uma das entrevistadas, não foi submetida ao exame e outra não viu essa experiência como algo negativo (ROCHA; GRISI, 2017).

Litotomia, posição corporal em que a parturiente fica em decúbito dorsal com as pernas elevadas em perneiras, que acarreta dor e prolonga o trabalho de parto; identificou-se que 91,7% ficou em posição de litotomia no parto, quando as evidências recomendam posições verticalizadas (LANSKY *et al.*, 2019). O uso rotineiro da posição de litotomia com ou sem estribos, prejudica a dinâmica do parto, é desconfortável para muitas gestantes e pode dificultar a oxigenação do neonato (SAUAIA; SERRA, 2016); mas no presente estudo, a

posição de litotomia foi a única disponível para todas as entrevistadas parirem, apesar de um estudo de revisão sistemática concluir que as posições verticalizadas reduzem a duração do trabalho de parto, além de reduzirem as taxas de episiotomia e outras intervenções durante o parto (MESSIAS *et al.*, 2018). Em termos do parto em posição de litotomia, percebe-se que há um cenário construído a favor dos profissionais e não para a mulher (CARVALHO; BRITO, 2016).

Uso indiscriminado de ocitocina (medicação utilizada para aumentar as contrações uterinas), o que pode gerar hipóxia fetal, ou seja, diminuição ou ausência de oxigenação. A ocitocina sintética usada de maneira indiscriminada, apenas para acelerar o trabalho de parto, sem indicação correta, aplicada no soro da parturiente, causa o aumento significativo das dores durante as contrações e se não for controlada pode causar sérias complicações para a mulher e o neonato, podendo levar desde a dor e sofrimento desnecessários ao aumento excessivo da frequência cardíaca da parturiente, além de causar dificuldades na oxigenação do bebê, bem como dano cerebral ao mesmo (SAUAIA; SERRA, 2016). Quando se analisa a presença de violência obstétrica associada a práticas não recomendadas na assistência ao parto vaginal, os resultados são piores sendo usada a administração de ocitocina em 41% dos partos (CARVALHO; BRITO, 2016).

Sendo assim, faz-se indispensável um olhar holístico do profissional de enfermagem a fim de identificar fatores de risco e os tipos de violências obstétricas, bem como os aspectos emocionais desencadeados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a enfermagem obstétrica é a categoria profissional mais qualificada para a mudança das práticas de violência e consolidação de uma assistência segura ao processo de parto e nascimento (Moura *et al.*, 2018).

Ademais, constatou-se danos psicológicos decorrentes de intervenções desnecessárias às parturientes e puérperas, tais como: medo, angústia, raiva, impotência e traumas a ponto de não desejar outra gestação. Nesse sentido, Moura *et al.* (2018), apresentou algumas soluções para que a mulher se sinta à vontade, além de encorajá-la para momentos de dor durante o parto, a saber: acomodação de leito adequado em limpeza, ventilação, iluminação; garantir o máximo de privacidade individual para cada gestante utilizando biombos/divisórias entre as camas na sala de dilatação; procurar oferecer um horário flexível para entrega da alimentação; garantir banho com água corrente e com sabão e roupas conforme ela desejar usar e até mesmo em que posição gostaria de ficar durante o parto (deitada, de costa ou ajoelhada).

Faz-se necessário entender que, ao se tratar de violência obstétrica, chamou a atenção nos estudos os relatos das parturientes. Os quais serão expostos a seguir:

O estudo de (MESSIAS *et al.*, 2018); “[...] eles pegaram e puseram aquele sorinho de força em mim (ocitocina) [...] parece que é a mesma coisa que tá te rasgando [...] Teve uma hora que ele (médico) deu o toque... nossa, doeu sabe. Eu falava: “pelo amor de Deus, quantas vezes o senhor vai fazer isso mais?” (Malala Yousafzai – 16 anos). [...] uai eu senti sei lá... como se fosse um animal, não gostei nadinha [...] o jeito que ela (médica) me tratou, ela só falou assim: “sobe aí que eu vou ver quantos centímetros (dilatação)”. Na hora de descer eu... (entrevistada começou a chorar) escorreguei..., quase caí, ela (médica) falou: “você não está vendo a escada aí não?”, e eu sentido dor, nossa senhora... [...] eu achei muito errado o jeito dela (médica) falar, as vezes a palavra agride mais a pessoa do que um tapa, um chute, um murro né! (Margaret Fuller- 20 anos)”. “[...] No meu primeiro parto foi o pacote completo, eu sofri episiotomia, violência verbal, ouvi piadas, a litotomia, me obrigaram a ficar deitada para eu ter meu bebê [...]” (ROCHA; GRISI, 2017).

Segundo a pesquisa de SILVA, SILVA & ARAUJO (2017) “Passei três dias sofrendo maus tratos, por exemplo, deixada sozinha no quarto da maternidade por um dia e meio, quando foram mim atender foi no terceiro dia de sofrimento eles estouraram a bolsa e “colocar” no soro e mim ”colocar” mesma sala sozinha[...]”.

De acordo com ROCHA & GRISI (2017) “Frustração, eu não consigo me lembrar desse dia com alegria foi bem traumático [...] sentimento de angustia, de revolta por conta desse profissional, porque ele foi antiprofissional na verdade, me viu naquele momento de fragilidade sem estar acompanhada por nenhum conhecido, falando que eu tinha que me comportar, que eu tinha que ficar quieta e parada sem me mexer, só ficava repetido isso ao invés de ter tentando me acalmar!”.

Segundo o estudo de CARVALHO & BRITO (2016) “Ela (profissional) ficou me recriminando pela quantidade de filhos que eu tenho. Ficou dizendo: “ainda vai querer mais”; o médico me chamou de safada e nojenta. Depois do seu 6º filho, você não está aguentando essa dor (na hora do toque). A pessoa pode ter 10 filhos, mas sempre sente dor. Não é porque eu tive 6 filhos que não posso sentir dor”.

Na pesquisa de SAUAIA & SERRA (2016) “O médico disse: ‘na hora de fazer tava gostoso, né?’. Nessa hora me senti abusada”.

Observa-se que a maioria das queixas nesses relatos é sobre violência psicológica decorrentes de agressões verbais praticadas pela equipe de saúde. Resta, ainda, explícito que

tal situação provoca angústia, revolta e traumas às parturientes. Infere-se também a falta de imparcialidade e preparo humanizado dos profissionais de saúde.

Ante o exposto, o profissional enfermeiro tem papel fundamental na prevenção e acolhimento da parturiente de forma humanizada, a fim de minimizar medidas desnecessárias, garantindo um cuidado integral à mulher. Além disso, a equipe de enfermagem deve elaborar um plano de parto junto à parturiente, esclarecendo todos os seus direitos e deveres durante a gestação, parto e puerpério, tais como educação continuada dos profissionais e garantia do serviço de excelência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar evidências científicas a respeito da violência obstétrica e a atuação do enfermeiro na prevenção da mesma, e desta forma identificar os principais tipos de violências obstétricas, e tais como estas ocorrem de formas rotineiras.

Sendo assim, foi possível concluir que:

- A episiotomia é uma das maiores violências obstétricas;
- A manobra de *kristeller* trata-se de um método arcaico;
- A restrição à acompanhante é uma limitação imposta pelos profissionais;
- A violência verbal e psicológica, diminuição e depreciação da mulher;
- Os toques vaginais repetitivos podem ocasionar dores, lesões e edemas;
- A litotomia como única posição para parir é desconfortável para muitas gestantes e pode dificultar a oxigenação do neonato;
- O uso indiscriminado de ocitocina pode gerar hipóxia fetal, ou seja, diminuição ou ausência de oxigenação para o bebê.

Frente a isso, é importante que sejam tomadas medidas tais como:

- É fundamental um plano de parto bem elaborado;
- Educação continuada e permanente dos profissionais de saúde;
- Protagonismo das parturientes;
- Humanização;
- Leis específicas que resguarde os direitos das gestantes assim como as que responsabilizem os profissionais de saúde.

É necessário que haja uma mudança na assistência com base na equidade e humanização. Acrescenta-se, ainda, a participação ativa das parturientes em todo o processo de gestação,

parto e puerpério, sendo esta a protagonista. Quanto ao profissional enfermeiro, cabe-lhe a responsabilidade de garantir a efetivação dos seus direitos mediante prestação de um serviço de excelência. Frisa-se que o enfermeiro constrói um vínculo maior com a mulher e, por isso, torna-se um instrumento eficaz contra a violência obstétrica, haja vista que fornece educação em saúde, o qual esclarecerá como identificar e se portar diante de tal. Não cabe ao enfermeiro e nem a outro profissional de saúde fazer julgamentos ou tampouco comentários pejorativos que diminua as escolhas de vida dessas mulheres, quanto à quantidade de filhos, vias de parto, se tem companheiros ou não. Por fim, agir de forma imparcial quanto à vida pessoal dessas mulheres, resguardando, assim, seus direitos e de seus filhos.

5 REFERÊNCIAS

BARBOZA, L. P; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil, **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, V.S, n.1, P. 119-129,2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i1.847>

BRASILEIRO, M. E. A Enfermagem Quântica e o Paradigma das Evidências Científicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 9. Ano 02, v. 06. p. 135-145, dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/enfermagem-quantica>

BATISTA, D.T.C; MACENA, M.S.; ARANTES, W.H.G.; BRASILEIRO, M.S.E. Intervenções de enfermagem na assistência a pacientes com feridas neoplásicas: revisão da literatura. 15 p. Monografia (Graduação em Enfermagem). Faculdade Unida de Campinas, 2020, 15 f.

CARVALHO, I.S; BRITO, R.S. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. **Enfermeira Global**, Múrcia, Espanha, v.16, n.3, P. 80-88,2017. DOI: <https://doi.org/10.6018/eglobal.16.3.250481>

ESTUMANO, V.K.C. *et al.* Violência obstétrica no Brasil: casos cada vez mais frequentes. **Revista Recien – revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v.7, n.19, P. 83-91, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24276/rrecien2358-3088.2017.7.19.83-91>

JARDIM, D.M.B. *et al.* A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas características. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, 26: e 3069,2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2450.3069>

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, n.8, P: 2811-2824, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017>

LEMONS, T.A.B. *et al.* Humanização como forma de superação da violência obstétrica: papel do enfermeiro. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 23, P. e 207 – e 207, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e207.2019>

MESSIAS, A.L.S. *et al.* Violência obstétrica: experiências de puérperas primíparas em uma maternidade pública/ Obstetric Violence: experiences of puerperal primiparae in a public maternity, **Ciência, cuidado e Saúde**, v.17, n.1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v17i1.40258>

MOURA, R.C.M. *et al.* Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v.9, n.4, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1028391>

PEREIRA, J. S. *et al.* **Violência obstétrica: ofensa a dignidade humana**. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, v. 15, p. 103-108, 2016. Disponível em: http://www.mastereditora.com.br/periodico/20160604_094136.pdf

ROCHA, M. J; GRISI, E. P. Violência obstétrica e suas influências na vida de mulheres que viveram essa realidade. **ID on line Revista de Psicologia**, v. 11, n. 38, p. 623-635, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v11i38.931>

ROCHA, N. F. F; FERREIRA, J. A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 556-568, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012521>

SANTIAGO, D. C; SOUZA, W. K. S. Violência Obstétrica: uma análise das consequências. Orientadora: Renata Fernandes do Nascimento. **Revista Científica da FASETE**, v.148, n.13, 2017. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/internas/conteudo/resumo.php?id=242>

SAUAIA, A.S.S; SERRA, M.C.M. Uma dor além do parto: violência obstétrica em foco. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Brasília, V.2, n.1, P. 128-147, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0022/2016.v2i1.1076>

SILVA, D. M; SERRA, M. C. M. Violência obstétrica: uma análise sob o prisma da autonomia, beneficência e dignidade da pessoa humana. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 3, n. 2, p. 42-65, 2017. DOI: [10.26668/IndexLawJournals/2526-0111/2017.v3i2.2586](http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0111/2017.v3i2.2586)

SILVA. F. M; SILVA. M. L; ARAUJO. F. N. F. Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de município do nordeste brasileiro. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, v. 3, n. 4, P. 25-34, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26694/repis.v3i4.6924>

VELOSO. R. C; SERRA. M. C. M. Reflexos da responsabilidade civil e penal nos casos de violência obstétrica. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 2, n. 1, p. 257-277, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2016.v2i1.1048

ZANARDO, G.L.P. *et al.* Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa, **Psicologia & Saúde**, Porto Alegre, 29: e155043, 2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Mayara Marinho Borges Lima RA 36849

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a: Mayara Marinho Borges Lima; Talita Ferreira Duarte; Vanessa Pereira de Souza.

AUTORIZAÇÃO (*)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

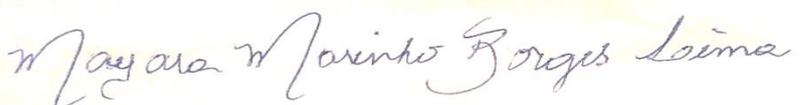
Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Atuação do Enfermeiro na Prevenção da Violência obstétrica: evitar manobras e procedimentos desnecessários

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: EVITAR MANOBRAS E PROCEDIMENTOS DESNECESSÁRIOS.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espíndula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso



Assinatura do representante do grupo



Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.
Goiânia, 14 de dezembro de 2020

**COMORBIDADES QUE LEVAM IDOSOS A ÓBITO:
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO TEMPORAL EM GOIÁS DE 2009 A 2018**
*COMORBITIES THAT LEAD THE ELDERLY TO DEATH:
TEMPORAL EVOLUTION ANALYSIS IN GOIÁS FROM 2009 TO 2018*

ALESSANDRA SILVEIRA MIRANDA, GEOVANNA VIDDA SILVA NASCIMENTO,
GRACIELE MACEDO CAETANO GOMES DE ARAUJO, LUCIANA FERREIRA DA
SILVA¹.MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO².

RESUMO

O objetivo do presente estudo é analisar as comorbidades que levam os idosos a óbito em Goiás, no qual foi realizado um estudo de evolução temporal, com o universo de óbitos da população idosa (> de 65 anos). Os coeficientes de mortalidade foram calculados e padronizados pelo método direto para subgrupos etários, sexo e a causa principal dos óbitos. Sendo assim, foram realizadas análises descritivas e de regressão linear de 2009 a 2018. No Brasil, no período de 2009 a 2018 estimou-se 4.844 casos de óbitos em idosos entre mulheres e homens relacionados às Doenças Isquêmicas do Coração em Goiás, 9.868 relacionado às Doenças Hipertensivas, 11.595 relacionado às Diabetes Mellitus, 15.110 por Pneumonia e 20.431 óbitos relacionados às Doenças Cerebrovasculares. (DATASUS, 2020). Dentre os óbitos analisados das principais doenças, a população masculina apresentou maior risco de morte em comparação ao grupo feminino. Entre os cinco principais riscos para a mortalidade, se encontram a hipertensão arterial sistêmica e a diabetes mellitus, que são fatores de riscos para as doenças cardiovasculares e as causas principais de óbitos nos idosos. Sendo assim, é importante a continuidade de estudos com maior nível de evidência a fim de se estabelecer intervenções de enfermagem capaz de modificar o atual contexto dos idosos na atualidade.

Palavras-chave: Mortalidade, idosos, Goiás, Sistemas de Informação.

ABSTRACT

The objective of the present study is to analyze the comorbidities that lead the elderly to death in Goiás, in which a study of temporal evolution was carried out, with the universe of deaths of the elderly population (> 60 years). Mortality rates were calculated and standardized using the direct method for age, sex and the main cause of death subgroups. Therefore, descriptive and linear regression analyzes were carried out from 2009 to 2018. In Brazil, in the period from 2009 to 2018 it was estimated 4,844 cases of deaths in the elderly among women and men related to Ischemic Heart Diseases in Goiás, 9,868 related to Hypertensive Diseases, 11,595 related to Diabetes Mellitus, 15,110 due to Pneumonia and 20,431 deaths related to Cerebrovascular Diseases. (DATASUS, 2020). Among the analyzed deaths from the main diseases, the male population had a higher risk of death compared to the female group. Among the five main risks for mortality are systemic arterial hypertension and diabetes mellitus, which are risk factors for cardiovascular disease and the main causes of death in the elderly. Therefore, it is important to continue studies with a higher level of evidence in order to establish nursing interventions capable of modifying the current context of the elderly today.

Keyword: Mortality, elderly, Goiás, Information Systems.

¹Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Unida de Campinas.
E-mails: alessandramiranda00@gmail.com, geovidda@hotmail.com, gracielem.c@outlook.com, lucianafdasilva@hotmail.com.

²Orientação: Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro, professora Doutora em Ciências da Saúde e Mestre em Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

O idoso, segundo o Ministério da Saúde e o Estatuto do Idoso, é aquele indivíduo que tenha 60 anos ou mais de idade (PNPI, 2006), independentemente de seu estado biológico, psicológico e social. Atualmente, os especialistas no estudo do envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos. (PAPALIA, OLDS E FELDMAN, 2006).

O termo idoso jovem geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam estarem em ativas, cheias de vida e vigorosas. O idoso velho, de 75 a 84 anos, é o idoso mais velho, de 85 anos ou mais. São aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar algumas atividades da vida diária. (PAPALIA, OLDS & FELDMAN, 2006).

Por outro lado, o envelhecimento pode ser compreendido em diferentes idades: cronológica, biológica, psicológica e social. A idade cronológica é a que mensura a passagem do tempo decorrido em dias, meses e anos desde o nascimento. Já a idade biológica é definida pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento. (HOYER, ROODIN, 2003).

Também existe a idade social, que é definida pela obtenção de hábitos e status social pelo indivíduo para o preenchimento de muitos papéis sociais ou expectativas em relação às pessoas de sua idade, em sua cultura e em seu grupo social e por fim, Hoyer e Roodin (2003), definem a idade psicológica como as habilidades adaptativas dos indivíduos para se adequarem às exigências do meio, pelo uso de várias características psicológicas, como aprendizagem, memória, inteligência, controle emocional, estratégias de *coping* etc.

Nesse sentido, existem muitas variações que envolvem a saúde do idoso, como a genética, o ambiente físico e social, inclusive as moradias, casas e comunidades, e seus determinantes pessoais como o sexo, etnia ou *status* sócio econômico. Enfim, principalmente o envelhecimento biológico, e os idosos mais velhos, têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade na autonomia e independência.

No Brasil, a população idosa vem aumentando sua expectativa de vida, e esse crescimento é ponto positivo, uma vez que ficam em evidência importantes fatores sociais que determinam o aumento supracitado, como: a qualidade de vida da população; a melhoria das condições de vida e dos serviços médicos a essa população; a melhoria da tecnologia e da ampliação da cobertura do saneamento básico, aumentando a escolaridade e a renda. (IBGE, 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o envelhecimento saudável como o “processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar na idade avançada”. Conforme essa definição chegou-se à seguinte análise: envelhecer de forma saudável é avançar na idade, porém sem que a pessoa perca sua autonomia referente ao seu autocuidado, como: cozinhar, tomar banho, alimentar-se, continuar tendo a capacidade de resolver e finalizar tarefas diárias como ir ao banco, supermercado, farmácia, entre outras. Ou seja, o idoso consegue se adaptar e conviver com o envelhecimento da melhor forma possível, independente de terceiros nas suas atividades do cotidiano (OMS, 2018).

No entanto, envelhecer com qualidade, nem sempre é a realidade. No Brasil, no período de 2009 a 2018, estimou-se 4.844 casos de óbitos relacionados a Doenças Isquêmicas do Coração entre mulheres e homens idosos. Em Goiás, 9.868 relacionado a Doenças Hipertensivas, 11.595 relacionado a Diabetes Mellitus, 15.110 por Pneumonia e 20.431 óbitos relacionados a Doenças Cerebrovasculares (DATASUS, 2009-2018).

A população brasileira, mantendo sua tendência de envelhecimento, ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, passando da marca de 30,2 milhões de pessoas idosas em 2017. Seguindo as projeções do IBGE para o País e o Estado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído, enquanto o índice de envelhecimento tem aumentado (IBGE, 2017). E no Brasil os registros de idosos tem se apresentado de forma crescente. Como marco legal das Políticas de Saúde para o idoso no Brasil, destaca-se a criação do Estatuto do Idoso, com sua criação em 2003 e da Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI de 2006, responsáveis pela legitimação de direitos do idoso, em razão das orientações quanto à prevenção, recuperação e preservação da saúde dessa população (VERAS, 2001).

A população de idosos teve um grande crescimento nos últimos anos, e o envelhecimento, antes considerado um fenômeno, hoje faz parte da realidade da maioria das sociedades, sendo esse crescimento mais acentuado nas sociedades ocidentais (CAMPOS, 2013).

Em Goiás, a população total de idosos atualmente é de 7.113.540 pessoas, segundo o IBGE. Sendo assim, as doenças cerebrovasculares têm sido classificadas entre as de maior impacto em termos de morbimortalidade. Dentre os principais fatores de risco cardiovascular, a hipertensão arterial sistêmica (HAS) representa o agravo de maior relevância, fazendo-se necessárias ações de saúde visando minimizar os fatores de impacto que são determinantes na saúde da população. (IBGE, 2020).

Outro fator que vale ressaltar é que nesses anos houve um aumento das doenças crônicas não transmissíveis – DCNT (Silva, 2014), de forma que a hipertensão arterial, o colesterol

elevado, a obesidade e o diabetes seguem em tendências ascendentes na população idosa. (MALTA, 2014).

Diante do exposto, é importante enfatizar que a mortalidade de idosos no estado de Goiás entre o período de uma década, ou seja, de 2009 a 2018, ocorreram com as cinco principais causas de mortalidade entre os idosos, uma vez que o envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre naturalmente.

A tábua de mortalidade anualmente divulgada, apresentando a expectativa de vida das idades até 80 anos, tem sido utilizada como um dos parâmetros necessários à determinação do chamado fator previdenciário para cálculo de valores relativos à aposentadoria dos aposentados (IBGE, 2018).

Nesse sentido, é válido analisar a evolução temporal de óbitos, para que possibilite o profissional de enfermagem a promover ações de saúde voltadas para essa população. E apesar de tal importância, poucos estudos analisaram especificamente o padrão de mortalidade entre indivíduos idosos, já que há evidência de interferência de fatores como sexo, idade e o país de origem. (AMORIM-CRUZ 2007), e também os relacionados a algumas condições mórbidas. (RAMOS *et al*, 2001).

2 OBJETIVO

2.1 Geral

Analisar a evolução temporal das principais comorbidades que levam os idosos a óbito em Goiás no período de 2009 a 2018.

2.2 Específicos

- Analisar a evolução em dez anos das comorbidades segundo o sexo;
- Analisar a evolução em dez anos das comorbidades segundo a faixa etária;
- Analisar a evolução em dez anos das comorbidades segundo a causa principal;
- Analisar a sobrevivência do idoso na atualidade;
- Demonstrar a importância da qualidade de vida.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo retrospectivo de análise temporal e utilização de dados secundários de uma década das principais comorbidades que causam óbitos em idosos, de acordo com a faixa etária, o sexo e a causa principal em Goiás no período de 2009 a 2018. A identificação do tema “As comorbidades que levam os idosos a óbito”, se deu por meio do interesse em apresentar intervenções que propiciem melhoras na qualidade da assistência de enfermagem, e conseqüentemente proporcionar melhora da qualidade de vida ativa ao idoso.

Tal levantamento foi possível após experiência vivenciada em estágio curricular e na vida pessoal, onde foi observada a falta de conhecimento sobre a causa que realmente leva os idosos a óbito. Sendo assim, os pesquisadores entraram em consenso para abordar sobre a temática proposta nesse estudo.

A pesquisa foi norteada pelas seguintes questões: Quais as principais comorbidades que levam os idosos a óbito em Goiás no período de 2009 a 2018? Como prevenir tais comorbidades e promover ações para que se tenha uma melhor qualidade de vida entre estes idosos?

A busca dos artigos foi realizada em setembro e novembro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados do Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), que é uma base de dados de acesso público e gratuito, sem identificação dos participantes, dispensando apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Saúde do Brasil nº 466/12. (EDUSP, 2008).

Foi utilizada também na metodologia, a busca no Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso, que tem como objetivo fornecer aos gestores e profissionais de saúde informações e indicadores que auxiliem na tomada de decisões e no planejamento de ações voltadas à população idosa, tanto no âmbito municipal como estadual. A finalidade do Sistema é disponibilizar de forma universal, políticas e indicadores relacionados a diferentes dimensões da saúde dos idosos (SISAP, 2020), bem como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os artigos da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), onde os resultados foram obtidos através de leitura e interpretação precisa para que seus dados fossem avaliados e agrupados em tabelas que foram realizadas em Microsoft Word, por meio de estatística simples, comparando os dados com outros estudos ou dados nacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme a relação dos dados coletados no SIM (Sistema de Informações em Mortalidade), extraídos da base de dados no Ministério da Saúde no DATASUS, foram elaboradas cinco tabelas. Importante ressaltar que nas análises de pesquisa foram encontradas as principais comorbidades que levam os idosos a óbito, levando em consideração a faixa etária detalhada e o sexo, conforme a demonstração nas tabelas a seguir:

Tabela 1. Mortalidade em Goiás - Óbitos por Doenças Isquêmicas do Coração em idosos no período entre 2009 a 2018, de acordo com o sexo e faixa etária.

Faixa etária detalhada	Masculino	Feminino	TOTAL
TOTAL	2.758	2.086	4.844
60 a 64 anos	527	285	812
65 a 69 anos	525	354	879
70 a 74 anos	523	393	916
75 a 79 anos	478	353	831
80 anos e mais	705	701	1.406

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS (2020).

Quanto às Doenças Isquêmicas do Coração, conforme a tabela “1” foram notificados 4.844 casos de óbitos relacionados a esta doença, dos quais, 2.758 eram pessoas do sexo masculino e 2.086, do sexo feminino, o que demonstra claramente que os casos mais frequentes acontecem no sexo masculino e com pessoas com idade acima de 80 anos.

Em acordo com os dados apresentados no Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso, utilizando-se na busca pela causa de mortalidade CID 10 e na proporção de óbitos em idosos por doenças Isquêmicas do Coração de 2009 a 2018, notou-se que no Brasil, seus índices vêm diminuindo, porém em Goiás de 2011 para 2012 houve um aumento de aproximadamente 89% de casos, mas que logo após em 2013, diminuiu 91%, e em 2015 para 2017 aumentou em poucas porcentagens. (SISAPI, 2020).

Apesar da oscilação do número de casos, tais dados são preocupantes, haja vista que segundo a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020), estima-se que 17,7 milhões de pessoas morreram por doenças cardiovasculares em 2015, representando 31% de todas as mortes em nível global. Desses óbitos, estima-se que 7,4 milhões ocorrem em razão de doenças

cardiovasculares e 6,7 milhões devido a acidentes vasculares cerebrais. (OPAS, 2020).

Sendo assim, o número de óbitos ainda é alto, e segundo a Folha Informativa da OPAS, o que pode ser feito para diminuir estes índices de doenças do coração, é principalmente intervir em benefícios e programas de atenção primária para a detecção precoce desses indivíduos que estão expostos aos fatores de risco. (OPAS, 2020).

Às pessoas com fatores de risco, como por exemplo, os que estão com obesidade é importante fornecer uma alimentação saudável, diminuindo alimentos com gordura, açúcar e sal, sabendo a dosagem certa de cada nutriente e incentivar a prática de atividades físicas. E quanto aos fumantes e alcoólicos é fundamental que se faça intervenções com programas e estratégia a fim de reduzir o uso dessas drogas lícitas, para então melhorar os níveis da hipertensão arterial e da hipercolesterolemia. (OPAS, 2020).

Desta maneira, a OPAS alerta que, para as pessoas com doenças cardiovasculares ou com alto risco cardiovascular é fundamental o diagnóstico e tratamento precoce por meio de serviços de orientações e aconselhamento ou manejo adequado de medicamentos. (OPAS, 2020). E cabe ao profissional de enfermagem a promoção da saúde para essa parcela da população, em especial do sexo masculino, com idade acima de 80 anos, para a redução dos índices de morbidade e mortalidade.

Tabela 2. Mortalidade em Goiás - Óbitos por Doenças Hipertensivas em idosos no período entre 2009 a 2018, de acordo com o sexo e faixa etária.

Faixa etária detalhada	Masculino	Feminino	TOTAL
TOTAL	4.712	5.156	9.868
60 a 64 anos	616	458	1.074
65 a 69 anos	669	573	1.242
70 a 74 anos	771	723	1.494
75 a 79 anos	850	878	1.728
80 anos e mais	1.806	2.524	4.330

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS (2020).

Quanto às Doenças Hipertensivas, conforme notificado na tabela houve 9.868 casos de óbitos relacionados a esta doença, dos quais 4.712 de pessoas do sexo masculino e 5.156, do sexo feminino, onde mostra claramente que os casos mais frequentes acontecem no sexo feminino e com mais de 80 anos.

Em contrapartida, pode-se observar que numa segunda coleta de dados retirados do

SISAPI (Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso), a diferença entre os números é bastante visível. Na tabela acima o número total de óbitos chega a quase 9.000 (nove mil) nos 10 anos citados, já no SISAPI o número total de óbitos no mesmo período cai para 5.430,71. (SISAPI, 2020).

Ainda segundo os dados deste Sistema de Informações, o ano com maior índice de óbitos por Doenças Hipertensivas foi em 2009 com um total de 699 mil. Observa-se também que os números entram numa tendência de diminuição chegando a um número bem inferior no ano de 2018 com 407,59 e 2019 com 424,20, o número de óbitos registrados. (SISAPI, 2020).

Essa queda nos números de óbitos em idosos por Doenças Hipertensivas pode ser atribuída a um trabalho de prevenção realizada através de políticas públicas voltadas para o Idoso. Nesse sentido, é importante ressaltar que o enfermeiro está diretamente ligado a esse processo de prevenção através de orientações. Outro fator relevante que diz respeito às políticas públicas voltada para a prevenção de doenças, que vale destacar, é a ESF (Estratégia de Saúde da Família), onde o enfermeiro possui maior visibilidade acerca da realidade, bem como autonomia e poder de atuação. (BRASIL, 2010).

Em se tratando das Doenças Hipertensivas em idosos podemos citar o seguinte fator: ao envelhecer, as grandes artérias gradualmente se enrijecem e as pequenas artérias podem ficar parcialmente bloqueadas. Alguns estudiosos acreditam que esse enrijecimento combinado com o estreitamento de pequenas artérias pode explicar, em parte, a razão do aumento da pressão arterial com a idade mais avançada. (GEORGE, BAKRIS, UNIVERSITY, 2019). Como indicativo de intervenção para diminuição dos números de óbitos em idosos por Doenças Hipertensivas é primordial uma conscientização por parte dos profissionais de saúde a esse público sobre a importância do estilo de vida saudável.

Dentre os vários estilos de vida saudável podemos citar as seguintes atitudes: alimentação com baixo teor de sódio; consumo de frutas e verduras; diminuição do consumo de alimentos ricos em gorduras; prática diária de exercícios físicos como: caminhada, natação entre outros; consultas regulares ao médico para acompanhamento e diagnóstico precoce evitando um agravamento e complicações da doença; evitar fumo e bebida alcoólica e controlar doenças como Diabetes e Hipertireoidismo. Vale ressaltar que a participação da família para com esse público idoso é de extrema necessidade, haja vista suas limitações físicas e emocionais.

A tabela 3 mostra que foram notificados 11.595 casos de óbitos relacionados à Diabetes Mellitus, na qual 5.141 eram do sexo masculino e 6.454 eram do sexo feminino, onde mostra claramente que os casos mais frequentes acontecem no sexo feminino e com mais de 80 anos.

Tabela 3. Mortalidade em Goiás - Óbitos por Diabetes Mellitus em idosos no período entre 2009 a 2018, de acordo com o sexo e faixa etária.

Faixa etária detalhada	Masculino	Feminino	TOTAL
TOTAL	5.141	6.454	11.595
60 a 64 anos	883	838	1.721
65 a 69 anos	947	1.029	1.976
70 a 74 anos	1.010	1.130	2.140
75 a 79 anos	923	1.214	2.137
80 anos e mais	1.378	2.243	3.621

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS (2020).

Segundo o estudo nacional de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas, feito via VIGITEL - Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (BRASIL, 2016), no Brasil, mais de 12 milhões de pessoas possuem essa doença. Dentre os estados do Brasil, Goiás ocupa o 15º lugar em número de óbitos de idosos por Diabetes, ficando atrás do Rio Grande do Sul.

As capitais brasileiras com maiores percentuais de portadores da doença são: Rio de Janeiro (10,4%), seguido por Belo Horizonte e Natal (10,1%); e São Paulo (10,0%). As capitais com os menores índices são: Boa Vista (5,3%), Manaus (5,6%), Palmas e Rio Branco (5,8%) e Goiânia, por sua vez, apresentou percentual de 7,6% (BRASIL, 2016).

De acordo com o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB, 2015), em 2015, 46.478 pessoas adoecidas por Diabetes foram cadastrados em Goiás. Contudo, 4.775 desses não tiveram acompanhamento médico, provavelmente em razão de decorrência da falta de orientações e desinformações advindas de profissionais de saúde no passado, ocasionando problemas no futuro.

Ou seja, quando a pessoa tem acesso a Assistência primária básica, isto é, informações e orientações desde cedo acerca da prevenção das referidas doenças, a situação se ameniza, e quando isso não acontece, a situação se complica, já que não contamos com a facilidade no que diz respeito à acessibilidade aos serviços de saúde, sendo esse um dos principais desafios enfrentados pela assistência social e médico hospitalar.

O desenvolvimento dessa doença tem sido associado a fatores de risco não modificáveis como: idade e histórico familiar, que são fatores predisponentes. Por outro lado, há também fatores de risco modificáveis como sobrepeso, aumento da circunferência abdominal, Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), sedentarismo e tabagismo. Assim, a prevenção e o

controle da Diabete Mellitus demandam mudanças no estilo de vida das pessoas, principalmente dos idosos. (RODRIGUES, 2011).

Neste contexto, examinando as taxas de Diabetes Mellitus em Goiás, cabe ao enfermeiro refletir a necessidade de medidas de intervenções a fim de facilitar aos profissionais da saúde o seu exercício nas atividades da prática clínica, bem como ao governo colocando em prática políticas públicas voltadas à prevenção e controle da doença, fortalecendo os serviços para diagnóstico precoce e orientando a população para o autocuidado, aderindo aos estilos de vida saudáveis.

Tabela 4. Mortalidade em Goiás - Óbitos por Pneumonia em idosos no período entre 2009 a 2018, de acordo com o sexo e faixa etária.

Faixa etária detalhada	Masculino	Feminino	TOTAL
TOTAL	7.384	7.726	15.110
60 a 64 anos	578	472	1.050
65 a 69 anos	796	596	1.392
70 a 74 anos	996	867	1.863
75 a 79 anos	1.283	1.170	2.453
80 anos e mais	3.731	4.621	8.352

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS (2020).

Quanto às Pneumonias, conforme a tabela 4 verifica-se que foram notificados 15.110 casos de óbitos relacionados a esta doença, dos quais 7.384 eram pessoas do sexo masculino e 7.726, do sexo feminino, o que mostra claramente que os casos mais frequentes acontecem no sexo feminino e com mais de 80 anos.

De acordo com os dados apresentados no Sistema de Indicadores de Saúde do Idoso, notou-se que as taxas de mortalidade de idosos por pneumonia ou gripe de 2009 a 2017 no Brasil vem diminuindo, porém no estado de Goiás de 2015 a 2016 houve um aumento de 28,7. (SISAPI, 2020)

Sendo assim, podemos concluir e comparar entre os dados coletados que houve um aumento discreto de casos de incidência por Pneumonia no estado de Goiás, e nestes casos particularmente, “Os idosos são mais susceptíveis ao seu ambiente próximo e são mais vulneráveis a mudanças cognitivas e físicas, o que pode diminuir sua capacidade de lidar com as características desfavoráveis do ambiente, podendo na diminuição da sua capacidade de caminhar e, conseqüentemente, da capacidade funcional” (CLARKE, 2009).

A melhor prevenção é a vacina contra a gripe, a vacina *anti-pneumocócica*, que reduz o risco de infecções graves causados pelo *streptococcus pneumoniae* (“pneumococo”). Essa bactéria é a causa mais comum de infecções respiratórias. Só em 2010, 42.947 idosos morreram de pneumonia no sistema único de saúde (SUS), de um total de 208.302 internações em decorrência da doença, segundo o sistema de informações sobre mortalidade, do ministério da saúde. (NASCIMENTO, 2012).

À vista disso, é de suma importância a assistência primária de prevenção e orientação, como: evitar contato com pessoas infectadas; lavar as mãos com água e sabão após tossir e uso de álcool em gel; proteger de choques térmicos; fazer atividades físicas e fazer uma boa alimentação; se manter hidratado, e principalmente manter a atualização do calendário vacinal. Sendo assim, todos esses fatores são importantíssimos para a diminuição do índice de mortalidade de Pneumonia.

Outro fator relevante diz respeito à segurança do paciente internado, principalmente aqueles submetidos à intubação, uma vez que são mais propensos a desenvolverem pneumonia. Em torno de 13% a 18% de todas as infecções adquiridas nos hospitais do Brasil são do trato respiratório. (OLIVEIRA FLD. ET AL. 2011). Porém, existem diversas medidas preventivas que podem contribuir para a redução dessa incidência. Estas estratégias de monitoramento ou *Bundles* de cuidados têm sido adotadas com a produção de protocolos dentro das UTIs, e praticados de forma multiprofissional e interdisciplinar. (RAMIREZ, 2012).

Nos estudos recentes, há um consenso quanto às medidas preventivas, correspondendo à higiene oral com clorexidina 0,12%, higienização das mãos do profissional, elevação da cabeceira do paciente entre 30- 45° monitoramento da pressão do *cuff*, cuidados durante a aspiração das vias aéreas superiores e com circuito ventilatório, bem como a educação continuada da equipe multiprofissional que trabalham na UTI. (RAYMOND *et al*, 2016).

De acordo com a tabela 5, referente às Doenças Cerebrovasculares, as informações são de que foram notificados 20.431 casos de mortalidade relacionada a esta doença, das quais 10.709 eram do sexo masculino e 9.722, do sexo feminino, o que mostra claramente que os casos mais frequentes acontecem no sexo masculino e com mais de 80 anos.

Tabela 5. Mortalidade em Goiás - Óbitos por Doenças Cerebrovasculares em idosos no período entre 2009 a 2018, de acordo com o sexo e faixa etária.

Faixa etária detalhada	Masculino	Feminino	TOTAL
TOTAL	10.709	9.722	20.431

60 a 64 anos	1.308	953	2.261
65 a 69 anos	1.586	1.208	2.794
70 a 74 anos	1.929	1.470	3.399
75 a 79 anos	2.055	1.758	3.813
80 anos e mais	3.831	4.333	8.164

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS (2020).

Em acordo com os dados apresentados no Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso, notou-se que as taxas de mortalidade de idosos por doenças cerebrovasculares de 2009 a 2018 no Brasil vêm diminuindo, porém em Goiás, de 2016 para 2017 houve um aumento de aproximadamente 12,32 % de casos a mais. (SISAPI, 2020).

E podemos concluir ao comparar estes dados coletados que houve um aumento de incidência nessa doença em Goiás, pelos fatores de risco não modificáveis como o sexo e a idade, e pelo simples fato em comum em todas as comorbidades.

Segundo a Folha Informativa da OPAS (2020), existem diversas medidas que devem ser adotadas para diminuir os riscos de doenças crônicas como as cardiovasculares, ataques cardíacos e doenças vasculares cerebrais. Por exemplo, a cessação do tabagismo, diminuição do sal na dieta, consumo de frutas e vegetais, prática de atividades físicas regulares e uso não nocivo do álcool. Além disso, o tratamento medicamentoso da diabetes, hipertensão e hiperlipidemia, podem ser necessárias para a redução destes riscos. (OPAS, 2020).

E quando houver o diagnóstico precoce das Doenças Cerebrovasculares, deve-se iniciar o tratamento imediatamente para minimizar os danos cerebrais, restabelecendo o fluxo sanguíneo e o fornecimento de oxigênio para o cérebro, a fim de prevenir outros acidentes. (GIRALDO, 2017).

Diante do exposto, podemos concluir que o papel do enfermeiro é incentivar os pacientes, familiares e a população em geral, a adotarem e manterem comportamentos salutar, lembrando que é essencial a adoção por parte do governo, de práticas que elevam a saúde para implementação de ambientes propícios para escolhas saudáveis e acessíveis (OPAS, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a evolução temporal das principais comorbidades que levam os idosos a óbito em Goiás no período de 2009 a 2018. Foi possível concluir que dentre os óbitos decorrentes das principais doenças, a população masculina apresentou maior

risco de morte em comparação ao grupo feminino.

Muitos índices de mortalidade entre os idosos vêm se desenvolvendo no sexo masculino, porque o adoecimento muitas vezes é entendido pelos homens como sinal de fragilidade e eles julgam-se invulneráveis, contribuindo para se cuidarem menos e se exporem mais às situações de risco. (MACEDO, 2010).

Os cinco principais riscos para a mortalidade são: a hipertensão arterial sistêmica e a diabetes mellitus, que são fatores de riscos para as doenças cardiovasculares e as causas principais de óbitos nos idosos.

Observou-se também que a escolaridade e a raça são um determinante social das condições de saúde dos idosos. Os dados nacionais revelam que pessoas com nível baixo de escolaridade, e raça como por exemplo, pessoas afro-descendentes e indígenas têm grande influência quanto à aquisição de doenças crônicas em razão da falta de acesso às oportunidades sociais ao longo da vida, aumentando a vulnerabilidade desse subgrupo, e esse é um fator desfavorável na velhice.

Importante ressaltar que a Política Nacional do Idoso, segundo a lei 2.528/2006, assegura direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e reafirmando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do SUS. (PNSPI, 2006), e que esses direitos devem ser respeitados.

O profissional da enfermagem exerce um importante papel, já que o foco é melhorar a qualidade de vida dos idosos, haja vista que envelhecer é diferente de adoecer, uma vez que além de implementar os protocolos de prevenção, como o protocolo de quedas que é bastante comum entre os idosos em razão de sua fragilidade, é ter uma política adequada para fazer a distribuição e acesso racional para adquirir os medicamentos públicos, como por exemplo, para a pressão arterial, controle da glicemia e etc.

O Ministério da Saúde apresenta algumas estratégias dirigidas ao profissional de saúde e em especial aos da atenção básica, como implantação da caderneta de saúde da pessoa idosa, a ampla divulgação e distribuição do caderno de atenção básica sobre o envelhecimento e saúde da pessoa idosa, além disso, uma função fundamental nessa ampliação e qualificação do acesso é a identificação das pessoas idosas no território, mapeando os idosos mais vulneráveis, de forma a atender suas necessidades de saúde (BRASIL, 2014).

Ou seja, não só exercitar a escuta, mas propiciar que está se traduza em responsabilidade e resolutividade, o que leva ao acionamento de redes internas, externas e multidisciplinares (BRASIL, 2014). Sendo assim, é extremamente importante que o profissional de enfermagem nesse processo de envelhecimento saudável, não vise apenas resolver a doença pertinente ao

idoso, mas também é preciso saber envolver a família como o principal aliado no cuidado.

Outro fato importante a ser considerado é que para a população idosa, não se restringe ao controle e à prevenção de agravos de doenças crônicas não-transmissíveis. A saúde da pessoa idosa é a interação entre a saúde física, saúde mental, a independência financeira, a capacidade financeira, a capacidade funcional e o suporte social. (RAMOS, 2002).

A atuação integrada, desenvolvida pelas equipes multiprofissionais que constituem nos Núcleos de Atenção Primária com as equipes de saúde da família (ESF), as equipes de atenção básica para população específica e com programa academia da saúde, além das equipes dos demais níveis de atenção, permite realizar discussões de casos clínicos, atendimento compartilhado entre profissionais tanto na Unidade de saúde como nas visitas domiciliares (BRASIL, 2014).

Por fim, é indispensável a continuidade dos estudos com maior nível de evidência, com o propósito de que seja possível estabelecer intervenções fundamentais de enfermagem para os idosos, uma vez que esses profissionais são os responsáveis por realizar ações que atendam às necessidades do indivíduo.

Por essa razão, o enfermeiro deve estar preparado e qualificado para desenvolver planos de intervenções a fim de priorizar a melhora da qualidade de vida do idoso, permitindo assim que ele continue com sua autonomia, suas capacidades físicas e mentais íntegras. Dessa forma, o resultado será a existência de um idoso mais participativo na sociedade, na família e conseqüentemente mais realizado e feliz.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, J.A.C. *et al.* Gender, cohort and geographical differences in 10-year mortality in elderly people living in 12 European towns. *J Nutr Health Aging*.[s.l], v.4, n 6, p.74-269, 2002.

BAKRIS, George L., *California University of Science and Medicine School of Medicine*. **Emergências Hipertensivas, 2018. Manual MSD versão Saúde para Profissionais da Saúde**. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/doen%C3%A7ascardiovasculares/hipertens%C3%A3o/emerg%C3%AAscias-hipertensivas>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS: proposta de modelo de atenção integral **XXX Congresso Nacional De Secretarias Municipais De Saúde**, 2014. Disponível: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf. Acesso em: 20 de out. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil**: Estimativas sobre frequência e distribuição sócio demográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal em 2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2016_fatores_risco.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional do idoso**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf. Acesso: 20 de nov. 2020.

_____. Ministério da Saúde/SVS/CGIAE – **SIM/DATASUS**, Informações de Saúde (TABNET), 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10go.def>. Acesso em: 20 set. 2020.

_____. Ministério da Saúde/Organização Mundial de Saúde. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10. 10. rev. São Paulo: **EDUSP**, 2008. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/cid-10-1/>. Acesso em: 09 out. 2020.

_____. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - **PNSPI**, 2006. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 15 de set. 2020.

CAMPOS, M.O. *et al.* Impacto dos fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis na qualidade de vida. *CienSaude Colet*, [s. l], v. 3, n. 18, p. 873-882, 2013.

CLARKE, P.; NIEUWENHUISEN, E.R. *Environments for healthy ageing: a critical review*. *Maturitas*, [s. l], n. 64, p. 9-14, 2009.

GIRALDO, E.A. *California University of Science and Medicine School of Medicine*. **Considerações gerais sobre o acidente vascular cerebral, 2018. Manual MSD versão Saúde para a Família**. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BARbios-cerebraisdamedulaespinalenedosnervos/acidentevascularcerebralavc/considera%C3%A7%C3B5es-gerais-sobre-o-acidente-vascular-cerebral>. Acesso em: 15 nov. 2020.

HOYER, W.J.; ROODIN, P.A. *Adult development and aging*. New York: The McGraw-Hill, 2003.

MACEDO, M.M.K. *et al.* Atenção integral à saúde masculina: a busca por atendimento psicológico em uma clínica-escola. *Psicol Teor Prat*. [s. l], v. 1, n. 12, p. 154-170, 2010.

MALTA, D.C. *et al.* Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos: estudo transversal, Brasil, 2011. *Epidemiol Serv Saude* [s. l], v. 22, n. 3, p. 423-434, 2013.

NASCIMENTO, CS, **Óbitos de Idosos por Pneumonia no Brasil (2012-2016)**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075MD2_SA2_ID697_12092017100205.pdf. Acesso dia 10/11/2020. Acesso em: 15 de out. 2020.

OLIVEIRA, F.L.D. *et al.* Fatores associados à pneumonia nosocomial em indivíduos hospitalizados. *Rev Assoc Med Bras* [s. l], v. 57, n. 6, p. 630-636, 2011.

OPAS - **Organização Panamericana de Saúde do Brasil**, 2020. Doenças Cerebrovasculares e Doenças Isquêmicas do Coração. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil> . Acesso em: 20 de out. 2020.

PAPALIA, D.E; OLDS, S.W; FELDMAN R.D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

RAMOS, L.R.; SIMÕES, E.J.; ALBERT, M.S. *Dependence in activities of daily living and cognitive impairment strongly predicted mortality in older urban residents in Brazil: a 2-year follow-up*. *J Am Geriatr Soc*, [s. l], v. 1, n. 49, p. 75-168, 2001.

RAMIREZ, P.; GIANLUIGI, L.B.; TORRES, A. *Measures to prevent nosocomial infections during mechanical ventilation. Curr Opin Crit Care.* [s. l], v. 1, n. 18, p. 86-92, 2001.

RAYMOND, K. *et al. The impact of implementing multifaceted interventions. American Journal of Infection Control.* [s. l], n. 44, p. 6-320, 2016.

RODRIGUES, D.F. *et al. Prevalence of Risk Factors and Complications of Type 2 Diabetes Mellitus in Users of a Family Health Unit. Revista Brasileira de Serviços da Saúde,* [s. l], v. 18, n. 5, p. 1-11, 2011.

SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica, 2020. **Informações estatísticas de Goiânia - GO, 2011 a 2015.** Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=04> Acesso em: 09 de out. 2020.

SILVA, M.S. *et al. Risco de doenças crônicas não transmissíveis na população atendida em programa de educação nutricional em Goiânia (GO), Brasil. CienSaudeColet,* [s. l], v. 5, n. 19, p.1409-1418, 2014.

SISAPI - Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso, FIOCRUZ, 2020. Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/por-uf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

VERAS, R.P.; OLIVEIRA, M. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciênc Saúde Colet**, v. 23, n. 6, p.1929-1936.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu _ GRACIELE MACEDO CAETANO GOMES DE ARAÚJO

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (x)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, _____ do _____ artigo intitulado: _____

_____ De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espíndula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso

Assinatura do representante do grupo

*Marislei Espíndula Brasileiro*_____

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À GESTANTE COM DOENÇA HIPERTENSIVA ESPECÍFICA DA GESTAÇÃO: AMPARO E HUMANIZAÇÃO

NURSING CARE FOR PREGNANT WOMEN WITH SPECIFIC HYPERTENSIVE DISEASE OF PREGNANCY: PROTECTION AND HUMANIZATION

BRENDA SILVA DOS SANTOS, FERNANDA SILVA TÍNEL, KÁTILLA CAROLINE SOUSA FERNANDES, MARISLEI DE SOUSA ESPÍNDULA BRASILEIRO¹

RESUMO: O objetivo do presente estudo é identificar, por meio de evidências científicas, as intervenções de enfermagem para mulheres com Hipertensão Gestacional. O método utilizado para identificar essas evidências foi uma revisão integrativa da literatura, por meio das seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que culminou com a seleção de sete artigos científicos sobre a temática pesquisada. A partir dos estudos analisados, constatou-se a importância do amparo e da humanização exercidos pelo enfermeiro, a necessidade constante de qualificação do enfermeiro para avaliar e aplicar as intervenções necessárias de forma adequada à gestante e o acompanhamento rigoroso do pré-natal para reduzir os riscos de complicações decorrentes da Doença Hipertensiva Específica da Gestação. Faz-se necessária, porém, a continuidade de estudos com maior nível de evidência para que se possa estabelecer intervenções de enfermagem capazes de modificar o atual contexto que a gestante com Doença Hipertensiva Específica da Gestação se encontra.

Palavras-chave: Hipertensão. Gestação. Cuidados. Enfermagem. Assistência.

ABSTRACT: *The aim of the present study is to identify, through scientific evidence, nursing interventions for women with Gestational Hypertension. The method used to identify this evidence was an integrative literature review, using the electronic databases: Virtual Health Library (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), which culminated in the selection of seven scientific articles on the researched theme. From the studies analyzed, it was found the importance of the support and humanization exercised by the nurse, the constant need for the nurse's qualification to evaluate and apply the necessary interventions in an appropriate way to the pregnant woman and the strict prenatal monitoring to reduce the risks of complications resulting from Specific Hypertensive Disease of Pregnancy. However, it is necessary to continue studies with a higher level of evidence in order to establish nursing prevention capable of modifying the current context that the pregnant woman with hypertensive disease specific to pregnancy is in.*

Keywords: *Hypertension. Pregnancy. Care. Nursing. Assistance.*

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado, “Assistência de Enfermagem à Gestante com Doença Hipertensiva Específica da Gestação”, surgiu através do contato com o assunto durante a matéria de Obstetrícia, na qual observamos a necessidade de uma assistência qualificada à gestante a fim

¹ Elaboração: Acadêmicos do 10º período do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Unida de Campinas. E-mails: silvabrenda285@gmail.com, ftp.1908@gmail.com, kallita.fernandes17@gmail.com. Orientação: Prof.^a Dra. Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro. E-mail: marislei@cultura.trd.br.

de reduzir o índice de agravos advindos dessa doença e a necessidade de se realizar um diagnóstico precoce e eficaz, prezando pela qualidade de vida da gestante e do bebê.

A enfermagem exerce um papel fundamental para a assistência de qualquer ser humano em todos os seus aspectos, visto que o primeiro contato com a gestante no seu acolhimento é de suma importância para uma assistência humanizada e criteriosa, a fim de resguardar sua saúde.

A gravidez é um evento resultante da fecundação do óvulo (ovócito) pelo espermatozóide. Esse se constitui como um momento de grandes transformações para a mulher, para seu(sua) parceiro(a) e para toda a família. Durante o período da gestação, o corpo vai se modificar lentamente, preparando-se para o parto e para a maternidade. A gestação (gravidez) é um fenômeno fisiológico cuja evolução ocorre, na maior parte dos casos, sem intercorrências (BRASIL, 2019).

A Doença Hipertensiva Específica da Gestação (DHEG) é uma enfermidade exclusiva da mulher no período gestatório. Essa enfermidade inicia-se, manifesta-se, agrava-se e complica-se durante a gravidez, desaparecendo completamente após o parto, não deixando sequelas se a assistência à mulher for realizada adequadamente (CORREIA, 2004).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2019), a Hipertensão Gestacional consiste na elevação dos níveis pressóricos igual ou acima de 140x90 mmHg, sem presença de proteinúria, e que aparecem após a 20ª semana da gestação com retorno aos níveis normais após a 12ª semana de puerpério.

Diante desse distúrbio, faz-se necessário um pré-natal de qualidade e que integre todos os níveis de atenção: promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, buscando assegurar a evolução normal da gestação. A gestante, quando diagnosticada com a síndrome, deverá ser encaminhada para o pré-natal de alto risco, todavia, continuará sendo assistida pela equipe primária, na qual o enfermeiro assume o papel fundamental de esquematizar uma assistência adequada a fim de reduzir os riscos e as complicações dessa gestante, evitando, dessa forma, uma possível pré-eclâmpsia ou, até mesmo, uma eclâmpsia.

Para reduzir os riscos advindos da Hipertensão Gestacional, a assistência ao pré-natal precisa acontecer de forma articulada e responder a um parâmetro de excelência que favoreça a sobrevivência materna e fetal. Alguns cuidados devem ser realizados, como: aferição da pressão de forma fidedigna, orientações quanto ao repouso, dieta e, principalmente, orientação sobre a importância do pré-natal adequado.

Diante desse quadro, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema: cuidados da equipe multiprofissional para as gestantes com distúrbios hipertensivos específicos da gestação. Através dessa revisão foi possível reconhecer a importância sobre o conhecimento da pré-eclâmpsia e eclâmpsia e os cuidados que a equipe, especialmente o enfermeiro, deve oferecer (VIEIRA, 2013).

Uma segunda revisão bibliográfica foi realizada a partir das informações disponíveis no manual técnico da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, constatando-se que a execução inadequada do pré-natal tem contribuído para o aumento do índice de doenças hipertensivas específicas da gestação, principalmente em gestantes que vivem em situação de risco, onde existem fatores predisponentes que podem desencadear a doença (RIBEIRO, 2014).

A Síndrome Hipertensiva da Gravidez (SHEG) é apresentada como uma das mais importantes complicações durante o ciclo gravídico-puerperal, e a sua etiologia ainda permanece desconhecida. A pré-eclâmpsia evolui naturalmente e quando não tratada/interrompida, na gestação, ocorre o seu desenvolvimento para as formas mais graves, especialmente a eclampsia e a síndrome HELLP.

Esse estudo se configura como bibliográfico, descritivo e exploratório, cujos dados foram buscados no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (LILACS), na *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e nos Bancos de Dados em Enfermagem (BDENF) (ABRAHÃO, 2013). Trata-se de uma revisão integrativa, sem delimitação temporal, realizada em cinco bases de dados, nos idiomas inglês, espanhol e português, no mês de junho de 2017, obtendo 75 artigos selecionados por meio de instrumento já validado. As seguintes categorias foram identificadas: “Tratamento medicamentoso/suplementação”, destacando a possibilidade de complicações quando iniciado precocemente; “Estilo de vida”, mediante o incentivo de práticas saudáveis que implicam a melhora da saúde do binômio; e “Assistência pré-natal”, salientando a necessidade de mais ações direcionadas à atenção para com as gestantes de alto risco (THULER, 2014).

Outra revisão integrativa percorreu seis etapas para sistematizar a pesquisa. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados eletrônicas: LILACS, Canal, Scopus e MEDLINE. Não foi determinado um tempo de publicação, justamente por se tratar de um desenho de estudo específico que procurava associação positiva entre atividade física na gestação com a redução de síndrome hipertensiva gestacional. Nesse contexto, essa associação positiva foi

verificada em 64,7% dos estudos, enquanto 29,4% não observaram esse efeito (GASPARIN, 2018).

Uma terceira revisão integrativa, realizada a partir das bases de dados LILACS, MEDLINE, CUMED, BDNF e IBECs, com artigos publicados no período de 2000 a 2016, utilizando os descritores em Saúde: Hipertensão Gestacional e Fatores de risco; a amostra final foi constituída por 17 produções. Observou-se a prevalência da Base de Dados LILACS, totalizando 11 (64,7%) artigos, com nove (52,9%) de língua portuguesa; nível de evidência IV em oito (47,06%) dos periódicos e estudos publicados no ano de 2014 com quatro (23,5%) produções (ARAÚJO, 2017).

Esses estudos concordam sobre a importância de o pré-natal ser realizado de forma adequada, pois detecta precocemente a DHEG, evitando o agravamento do quadro e diminuindo fatores de risco. Concordam, também, sobre o enfermeiro ter conhecimento e domínio da DHEG, para avaliar a gestante e prestar os cuidados necessários a ela. Porém eles não trazem as evidências científicas a respeito da assistência de enfermagem às gestantes com Doença Hipertensiva Específica da Gestação, por isso, a presente pesquisa é importante para salientar ao enfermeiro a relevância da assistência e da orientação adequada às gestantes.

2 OBJETIVO

Analisar as evidências científicas a respeito da assistência de enfermagem às gestantes com Doença Hipertensiva Específica da Gestação e levantar um olhar crítico e humanizado à assistência a essas gestantes, visando a prevenção do número de agravos à saúde materna e perinatal.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual consiste na síntese de diversos estudos já realizados, permitindo a análise de dados relevantes ao tema proposto, com a finalidade de compreender um fenômeno particular na área de estudo, possibilitando a construção de novos conhecimentos sobre a temática, fundamentados em resultados pautados em portais de estudos (MENDES *et al.*, 2008).

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o delineamento metodológico proposto por Mendes, Silveira e Galvão (2008), que consiste em seis etapas, sendo: a) identificação do tema e seleção da hipótese; b) busca na literatura; c) seleção e categorização dos estudos; d) avaliação dos estudos incluídos; e) interpretação dos resultados; e f) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. O uso dos resultados de estudos já publicados dá suporte para a Prática Baseada em Evidências (PBE).

3.1 Identificação do Tema e Seleção da Hipótese

A identificação do tema, “Assistência de Enfermagem nas Gestantes com Doença Hipertensiva Específica na Gestação”, surgiu através do contato com o assunto durante a matéria de Obstetrícia, na qual pode ser observada a necessidade de uma assistência de excelência   gestante, a fim de reduzir o  ndice de agravo proveniente dessa doença e realizar um diagnóstico prévio e eficiente, prezando pela qualidade de vida da gestante e do bebê. Sendo assim, os pesquisadores entraram em consenso para abordar tal temática neste presente estudo. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: quais estratégias sobre a assistência que os profissionais de enfermagem devem realizar ao prestar cuidados às pacientes com Doença Hipertensiva Específica na Gestação?

3.2 Busca na Literatura

A busca dos artigos foi realizada em setembro de 2020, a partir de levantamentos bibliográficos nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Inicialmente, utilizamos os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs) “Hipertensão Gestacional”, “papel do enfermeiro na Hipertensão Gestacional”, “cuidados de enfermagem” e “hipertensão induzida pela gestação” conectados com o operador *booleanoAND*.

Entretanto, a busca gerou poucos artigos e decidimos realizar uma pesquisa adicional. Sendo assim, optamos por refazê-la com novos DeCs e o uso de uma palavra-chave. Utilizamos os DeCs “Gestação”, “Enfermagem” e a palavra-chave “Hipertensão” conectados com o operador *booleanoAND*. Nessa segunda busca, adicionamos a quantidade de artigos à busca anterior. Por fim, foram identificados 21 artigos científicos nas bases de dados, sendo 14 artigos disponíveis na BVS e 07 artigos na base de dados SCIELO.

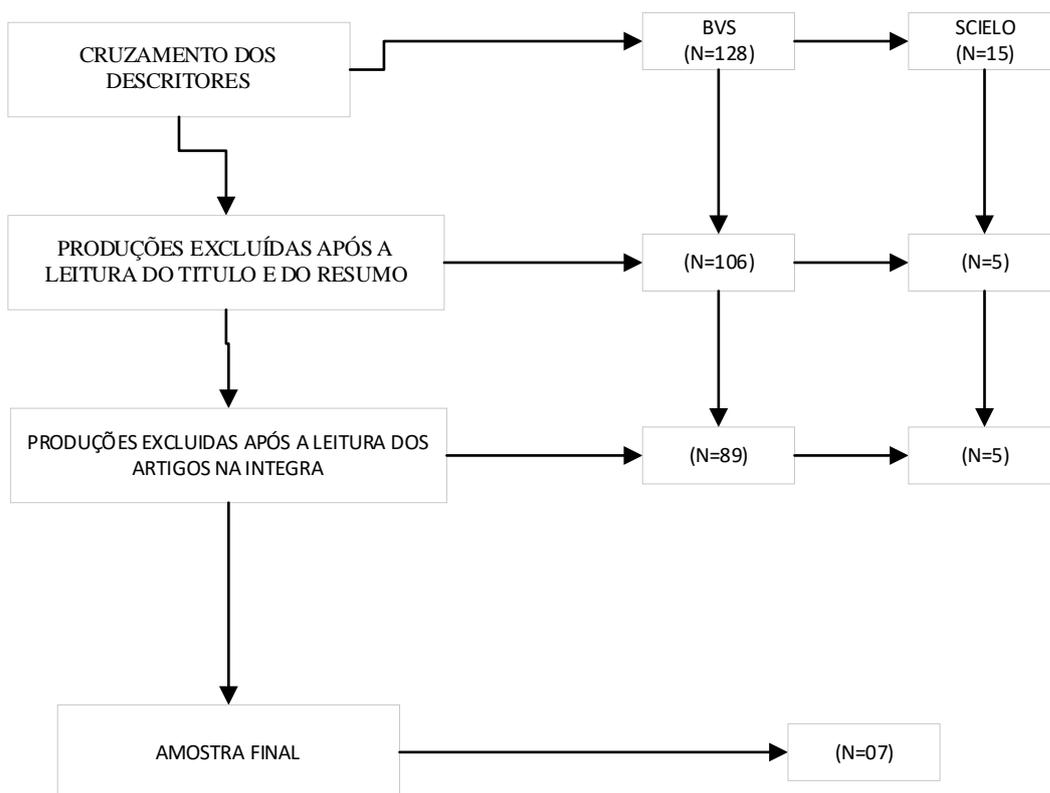
3.3 Seleção e Categorização dos Estudos

A seleção dos artigos científicos para compor esta revisão teve como critério de inclusão o recorte temporal entre os anos de 2004 até 2020, e publicações nos idiomas espanhol, inglês e português. Assim, identificamos 21 artigos nas bases de dados.

Para o recorte dos artigos incluídos na amostra final, quatro etapas de avaliação fizeram-se necessárias, são elas: leitura dos títulos, leitura dos resumos, disponibilidade do texto e leitura analítica do texto. Foram excluídas publicações duplicadas, textos não disponíveis, revisões de literatura e produções acadêmicas em nível de pós-graduação, pois não apresentam interesse ao estudo proposto. Ao final das etapas de avaliação, selecionamos 7 artigos que viabilizaram a execução deste estudo (Figura 1).

Para a categorização dos dados, empregamos um instrumento de coleta que abrange informações referentes à identificação do artigo (autor, título, periódico, ano de publicação e local de busca), e dados referentes à amostra do estudo, como os objetivos, a metodologia empregada e os resultados, conforme proposto por Mendes *et al.*(2008).

Figura 1. Estratégia para a seleção dos artigos.



Fonte: Os autores.

3.4 Avaliação dos Estudos Incluídos

Os estudos selecionados foram analisados detalhadamente para que os dados fossem avaliados e agrupados conforme o nível de evidência, para isso, utilizou-se uma tabela elaborada no *Microsoft Word* (Tabela 1), proposta por Brasileiro (2017).

Tabela 1. Classificação dos níveis de evidências.

Força	Nível	Prática baseada em evidências
Forte	1	Metanálise de múltiplos estudos controlados.
Forte/moderada	2	Estudo experimental individual.
Forte/moderada	3	Estudo quase experimental como grupo único não randomizado, controlados com pré e pós-testes, ou estado, tipo, caso, controle.
Moderada/Fraca	4	Estudo não experimental, descritivo correlacional, qualitativo ou estudo de caso.
Moderada/Fraca	5	Relatório de caso ou dados obtidos sistematicamente de qualidade verificável, ou dados de programas de avaliação.
Moderada/Fraca	6	Opinião de autoridades, comitês, órgãos legais.

Fonte: BRASILEIRO, 2017.

3.5 Interpretação dos Resultados

Os resultados dos artigos foram obtidos através de uma leitura precisa e de uma interpretação concreta, para que seus dados fossem avaliados e agrupados.

3.6 Síntese do conhecimento evidenciado e analisado nos artigos pesquisados e apresentação da Revisão Integrativa

Os resultados dos artigos foram obtidos através da avaliação crítica dos estudos incluídos por meio da comparação dos dados que atende o interesse do estudo proposto. Os dados foram avaliados e agrupados. As informações obtidas serão demonstradas a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a elaboração e o alcance do objetivo proposto, organizou-se dois quadros com a descrição dos resultados encontrados; observou-se que essas gestantes possuem perfis específicos (quadro 1), e que há necessidade de capacitação dos profissionais enfermeiros para prestarem uma assistência de qualidade para gestantes com Hipertensão Gestacional (quadro 2).

Após a análise dos estudos, foi possível incluir sete publicações nesta pesquisa, das quais um trata-se de estudo quantitativo (nível 4), publicado em 2010; um estudo transversal (nível 4), publicado em 2004; e cinco são pesquisa de campo (nível 4), publicadas em 2015. Quanto ao idioma, todos foram publicados em português. Publicados por enfermeiros e acadêmicos de enfermagem. O total de amostra dos estudos foi de 7.144 gestantes e 19 enfermeiros graduados.

Segundo dados pesquisados pelo DATASUS (BRASIL, 2018), nos últimos 10 anos ocorreram 3.299 óbitos de gestantes com Hipertensão Gestacional. De acordo com pesquisa realizada pela OMS (2018), 75% das gestantes que morrem por complicação de partos no Brasil tem como principal causa o desenvolvimento da Hipertensão Gestacional. Já em outra pesquisa, executada pelo portal do Fio Cruz, entre os anos de 1996 a 2018, um dos destaques obtidos foi a constatação de 8.186 óbitos causados pela Hipertensão Gestacional. Essa doença tem prevalência de 0,6% a 2,0% em mulheres com faixa etária de 18 a 29 anos, e de 4,6% a 22,3% naquelas cuja faixa etária está entre 30 a 39 anos (BRASIL, 2020).

Quadro 1. Resultados dos artigos pesquisados.

N	Referências	Resultados
1	REZENDE <i>et al.</i> , 2020.	No presente estudo, foram incluídas um total de 385 mulheres, a maioria delas tinha idade de >35 anos, era multípara, majoritariamente branca e obesa antes da gravidez. Um terço teve pré-eclâmpsia em gestação anterior, e 17% apresentava lesão de órgão-alvo associada à Hipertensão Crônica.
2	BACELAR, <i>et al.</i> , 2017.	6.094 puérperas da Região Nordeste do Brasil, sendo que 48,6% (2.960) pertenciam a faixa da adolescência e juventude. Deste grupo, 4,6% (135) apresentou SHEG, as quais 59,3% (80) eram adultas jovens. De acordo com a classificação, 97,8% (132) apresentaram hipertensão arterial crônica, pré-eclâmpsia e síndrome de HELLP e 8,2% (11) apresentaram eclâmpsia.
3	OLIVEIRA, GRACILIANO, <i>et al.</i> , 2013.	As prevalências de SHG e DHG foram, respectivamente, de 18,4% e 6,5%; o ganho ponderal excessivo mostrou-se um fator independente associado à prevalência de SHG (RP 2,91; IC _{95%} 1,58;5,35); idade \geq 35 anos (RP 4,33; IC _{95%} 1,61;11,69).
4	COELHO, <i>et al.</i> , 2004.	60,8% das gestantes não tiveram proteinúria detectada, ou era menor que o valor de 0,3g./24h; em 39,2% de gestantes estavam incluídas as complicações de pré-eclâmpsia ou síndromes hipertensivas da gestação.
5	SOUSA, <i>et al.</i> , 2020.	Dentre as entrevistadas, 43% tinham Hipertensão Crônica. 33,3% apresentaram o quadro da doença com até 20 semanas de gestação; 23,7% apresentaram o quadro da doença após a 20ª semana da gestação; 62,3% tinham idade entre 18 e 35 anos; 78,1% tinham antecedente familiar com hipertensão arterial; 11,4% com idade entre 36 a 45 anos estavam na primeira gestação; e 26,3% com idade entre 36 a 45 anos estavam a partir

	da segunda gestação.
--	----------------------

Os cinco estudos chamam a atenção para a Hipertensão Crônica, para as complicações durante a gestação e também para os perfis das gestantes, como, faixa etária, se são puérperas ou multíparas, adultas jovens são mais atingidas. A maioria dessas gestantes têm antecedentes familiares portadores de hipertensão arterial.

Observando o Quadro 1, verificou-se que dentre as cinco publicações selecionadas, as evidências mais citadas na assistência de enfermagem à gestante com Doença Hipertensiva Específica na Gestação foram:

- Faixa Etária;
- Adolescentes e Adultas;
- Complicações durante a gestação;
- Fatores de risco.

O primeiro artigo refere-se a um estudo realizado em um hospital durante cinco anos, e detectou que a Hipertensão Crônica é uma das doenças mais importantes em todo o mundo, é o principal fator de risco para doenças vasculares e complicações neurológicas, que é a primeira causa de morte em ambientes de renda alta e média (REZENDE, 2020). Pode-se dizer que 3 a 5 % das gestantes podem ter complicações durante a gestação. A assistência de enfermagem é fundamental para realizar um atendimento especializado, para melhorar os resultados maternos por meio de um acompanhamento pré-natal mais rigoroso e com diagnóstico precoce.

No que se refere ao estudo do segundo artigo, feito com puérperas adolescentes e adultas jovens atendidas nas maternidades selecionadas da Região Nordeste, de 68 unidades de saúde em 54 municípios, mostrou que adolescentes tendem a apresentar menos adequação da assistência pré-natal, tanto pelo início tardio quanto pelo menor número de consultas, fatores esses que aumentam os riscos da gestação, especialmente naquelas mais jovens (BACELAR, 2017). Observando esse estudo com 8,5% das adolescentes e adultas jovens realizando o pré-natal corretamente, essas gestantes têm menos interesse em saberem informações concretas sobre a maternidade, a realização do parto e as complicações que podem ocorrer durante a gestação.

Um estudo realizado no ano de 2013, no hospital universitário do município, foi aplicado um formulário padronizado, com avaliações antropométricas realizadas em consultas médicas, no qual diz que a Síndrome Hipertensiva da Gravidez ou Pré-eclâmpsia são doenças

específicas do ciclo gravídico puerperal, relacionadas com o aumento da morbimortalidade materna e perinatal (OLIVEIRA; GRACILIANO, 2015). A SHG foi apontada como umas das principais causas de morbidade e mortalidade materna e fetal, observada em cerca de 2% a 10% das gestações. Os fatores de risco estão relacionados à idade avançada, sobrepeso e ganho ponderal excessivo na gravidez, demandando uma atenção a mais para os profissionais de saúde, pois esses fatores de risco precisam ser analisados e considerados, e pretende-se melhorar o resultado da gravidez, prevenindo a Síndrome Hipertensiva da Gravidez.

Observando o estudo do quarto artigo, foi realizada uma pesquisa com 334 gestantes, no estado de São Paulo, na qual foi considerada a proteinúria presente quando do valor encontrado $\geq 0,3\text{g}/24\text{h}$, a hipertensão arterial foi definida com a aferição da pressão arterial $\geq 140 \times 90$, as gestantes hipertensas merecem cuidados especiais, exigem seguimento pré-natal diferenciado, exames laboratoriais específicos, avaliação fetal minuciosa e maior possibilidade de hospitalização durante a gestação, em vista dos riscos maternos e fetais associados (COELHO, 2004). A hipertensão gestacional é um alvo de atenção diferenciada para a saúde, os agravos maternos e fetais estão relacionados ao maior risco de sobreposição da pré-eclâmpsia. Com isso, todas as unidades de saúde deveriam disponibilizar meios eficazes para possibilitar as melhores assistências possíveis às gestantes.

Nesse contexto, foi realizada uma coleta em um ambulatório do Pré-Natal de alto risco e na enfermaria da maternidade em um hospital público no estado de São Paulo. Diz-se que afecção de elevada incidência e mortalidade, a HAS, prevalece em quase metade da população brasileira e evolui mundialmente em mortalidade, sendo classificada como pandemia longitudinalmente progressiva (SOUSA, 2020). No perfil epidemiológico diz que 62,3% das gestantes tinham entre 18 e 35 anos, e 37,7% diz que as gestantes tinham entre 36 e 45 anos de idade, além disso, aponta que essas idades são consideradas como uns dos fatores de risco maternos. As assistências de enfermagem para as gestantes têm um papel fundamental para a prevenção dos riscos de morbidade e de mortalidade materna e perinatal, pois a hipertensão gestacional ainda pode ser impedida em todos os casos, pode ser prevenida.

É importante ressaltar que a assistência de enfermagem tem um papel fundamental para garantir que a gestante tenha uma gravidez tranquila, e que possa estabelecer o diagnóstico com suas devidas intervenções, proporcionando uma gestação com menos risco para mãe e o bebê.

Quadro 2 – Atuação do enfermeiro.

1	LIMA, PAIVA <i>et al.</i> , 2010.	A realização de ações educativas no decorrer de todas as etapas do ciclo gravídico-puerperal é muito importante, mas é no pré-natal que a mulher deverá ser orientada para que possa viver o parto de forma positiva.
2	OLIVEIRA, <i>et al.</i> , 2017.	O estudo possibilitou analisar que a assistência de enfermeiros a gestantes com síndrome hipertensiva gestacional é essencial na preservação e manutenção da vida da mulher e do feto, pois esse profissional possui diferencial, como, autonomia e senso crítico, além de conhecimento técnico científico, que quando somados a uma equipe multidisciplinar torna o trabalho dinâmico e resolutivo.

Observando o estudo de Lima (2010), verificou-se que a capacitação dos profissionais é indispensável, uma vez que o enfermeiro com conhecimento técnico-científico, capacitado para dar suporte às gestantes diagnosticadas com hipertensão gestacional, reduz as chances dessa gravidez ter um desfecho desfavorável. Destacou-se a importância de se criar projetos de intervenções capazes de dar suporte, orientação e acompanhamento, que sejam efetivos e contínuos durante todo o período necessário.

Em um segundo estudo, dessa vez de Oliveira (2017), pode-se perceber que profissionais da enfermagem devem obter atualizações sob a dinâmica dos cuidados no atendimento a essas gestantes, buscando sempre prestar uma assistência que, junto à equipe multidisciplinar, garantirão um cuidado de qualidade e resolutivo. Através desse conhecimento adquirido os profissionais conseguirão orientar de forma segura os cuidados adequados pelas gestantes para a prevenção e para a cautela, buscando não agravar o quadro quando possui a doença instalada.

Para reduzir os riscos de adquirir uma hipertensão gestacional ou mesmo não agravar os casos em que a doença já se encontra instalada, faz-se necessário aprimorar a qualidade das intervenções, cuidados de enfermagem e orientações quanto a alimentação, a atividade física, o repouso adequado, a aferição rigorosa da pressão arterial, ao exame físico de qualidade e a verificação de resultados de exames. Deve-se orientar a gestante sobre todo o processo da doença e realizar atividades educativas que objetivam o físico e o emocional das gestantes para a redução dos agravos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão da literatura sobre a assistência de enfermagem às gestantes com Doença Hipertensiva Específica da Gestação, foi possível reconhecer a necessidade do acompanhamento às gestantes diagnosticadas com Hipertensão Gestacional, para que aumente as chances de uma gravidez com menos complicações, coibindo de forma eficaz qualquer resultado negativo sobre a vida dessas mulheres.

Através dos resultados obtidos, verificamos que:

- o pré-natal realizado de forma adequada aumenta a possibilidade de detecção da doença de forma precoce e reduz os riscos de complicações, quando a gestante já possui a DHEG;
- prestar uma assistência de qualidade e acompanhar as gestantes de perto, dando as orientações cabíveis para auxiliar nessa fase tão importante é primordial.
- é necessário que os profissionais da saúde sejam capacitados, sendo indispensável enfermeiros com conhecimento técnico-científico, qualificados para dar assistência às gestantes.

Tais dados nos fazem compreender a importância do desenvolvimento das intervenções de enfermagem, deveres e instruções como a refeição, a atividade física, o descanso apropriado, a aferição meticulosa da pressão arterial, a avaliação corporal de qualidade, a avaliação de resultados de exame.

Verifica-se que é fundamental a continuação de estudos com máximo grau de indício, para que seja capaz de designar assistência de enfermagem essencial para a gestante portadora de Doença Hipertensiva Específica da Gestação, uma vez que os capacitados de enfermagem

são os responsáveis por realizar o diagnóstico, pelo encaminhamento para uma unidade especializada e pelo acompanhamento da gestante de risco, atendendo às necessidades dela.

É fato que a assistência de enfermagem na Hipertensão Gestacional é um assunto pouco estudado e explorado, o que dá ênfase no valor desta pesquisa aos profissionais da área da saúde.

6 REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Ângela Caroline Martins; SANTOS, Raimunda Fernanda; VIANA, Sílvia Regina de Gois; VIANA, Suezé Moraes; COSTA, Christina Souto Cavalcante. Atuação do Enfermeiro a paciente portadoras de Síndrome Específica da Gestação. **Rev. Cient. da Esc. Estadual Saúde Pública Goiás “Candido Santiago”**, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-1095878>. Acesso em: 03 out. 2020.

BACELAR, Eloisa Barreto. **Fatores associados à Síndrome Hipertensiva Específica da Gestação em puérperas adolescentes e adultas jovens da Região Nordeste do Brasil: análise múltipla em modelos hierárquicos**. Recife, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151938292017000400673&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Mortalidade Materna no Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/mortalidade-materna-no-brasil-boletim-epidemiologico-n-o-20-ms-maio-2020>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O que é Gravidez**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/gravidez>. Acesso em: 22 set. 2020.

COELHO, Tarcísio Mota; MARTINS, Marília da Glória; VIANA, Eder; MESQUITA, Maria Rita de Sousa; CAMANO, Luiz; SASS, Nelson. Proteinúria nas síndromes hipertensivas da gestação: prognóstico materno e perinatal. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010442302004000200040&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 03 out. 2020.

GASPARIN, Vanessa Aparecida; ALBRECHT, Cristiane Carla; FAVERO, Débora Cristina; GREGOLIN, Karen Regina; PITILIN, Érica de Brito; SILVA, Débora Tavares de Resende e. Atividade Física em Gestantes como Prevenção da Síndrome Hipertensiva Gestacional. **Rev. enferm. UFPE online**, Recife, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-970528>. Acesso em: 03 out. 2020.

LIMA, Erika Mayara Alves; PAIVA, Luciana Ferreira. Conhecimento e atitudes dos enfermeiros diante de gestantes com sintomas da doença hipertensiva específica da gestação atendidas em unidades básica de saúde. **J. Health Sci. Inst**, 2010. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/lil-644814?view=mobile>. Acessado em: 01 out de 2020.

OLIVEIRA, Alane Cabral Menezes de; GRACILIANO, Nayara Gomes. Síndrome hipertensiva da gravidez e Diabetes Mellitus gestacional em uma maternidade pública de uma capital do Nordeste brasileiro, 2013: prevalência fatores associados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 441-451, 2015. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/ress/2015.v24n3/441-451/>>. Acesso em: 03 out. 2020.

OLIVEIRA, Gleica Sodré. Assistência de enfermeiros na síndrome hipertensiva gestacional em hospital de baixo risco obstétrico. **Revista Cuidarte**, v. 8, n. 2, p. 1561-1572, 2017. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-904769?view=mobile>>. Acesso em: 01 out. 2020.

REZENDE, Gabriela Pravatta. Resultados maternos e perinatais de gestantes hipertensas crônicas acompanhadas em pré-natal especializado. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 42, n. 5, p. 248-254, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-032020000500248&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03/10/2020.

RIBEIRO, Varcilene Oliveira Silva. **Atua o do enfermeiro na preven o da doença hipertensiva específica da gravidez**, 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/una-5367?view=mobile>>. Acesso em: 01 out. de 2020.

SOUSA, Marilda Gonçalves de et al. Epidemiologia da hipertensão arterial em gestantes. **Einstein (São Paulo)**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082020000100209&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 03 out. 2020.

THULER, Andréa Cristina de Moraes Chaves; WALL, Marilene Loewen; BENEDET, Deisi Cristine Forlin; SOUZA, Silvana Regina Rossi Kissula; SOUZA, Marli Aparecida Rocha de. Medidas Preventivas da Síndromes Hipertensivas da Gravidez na Aten o Primária. **Rev. enferm. UFPE online**, p. 1060-1071. Recife, 2014. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-970697>>. Acesso em: 03 out. 2020

VIEIRA, Carolina Viana. **Cuidado da equipe de enfermagem para as gestantes com diagnósticos de doença hipertensiva específica da gravidez**, 2013. Disponível em: <<https://www.pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/una-5046>>. Acesso em: 01 out.2020



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Kátilla Caroline Sousa Fernandes RA 28041

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (x)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Assistência de Enfermagem á Gestante com Doença Hipertensiva Específica da Gestação: Amparo e Humanização , De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra Marislei Espíndula Brasileiro

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Enfermagem. Modalidade afim: Trabalho de Conclusão de Curso

Kátilla Caroline S. Fernandes

Assinatura do representante do grupo

Marislei Espíndula Brasileiro

Assinatura do Orientador (a):

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020

A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: REVISÃO INTEGRATIVA

THE IMPORTANCE OF PALLIATIVE CARE IN NA INTENSIVE CARE UNIT: INTEGRATIVE REVIEW

Amanda Cardoso de Caldas¹

Laura Beatriz Evangelista de Oliveira Campos²

Mylena Naiara da Silva Sá³

Jaqueline Rodrigues Stefanini⁴

RESUMO

Objetivo: Analisar as evidências disponíveis na literatura sobre a importância dos cuidados paliativos fornecidos pela equipe de enfermagem na UTI. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa em que a busca pelos estudos primários foi realizada nas bases de dados *Lilacs*, BDNF e SciELO, com descritores controlados. Foram analisados 9 artigos publicados entre os anos de 2015 e 2020. **Resultados:** A promoção do conforto foi a principal conduta citada pela equipe de enfermagem nos artigos analisados com o intuito de alcançar a promoção da qualidade de vida, e consequentemente uma morte com dignidade. **Conclusão:** Conclui-se que é necessária a realização de novos estudos visto que a equipe de enfermagem possui certo despreparo na assistência ao paciente em cuidados paliativos, devido principalmente à falta de conhecimento.

Descritores: Enfermagem. Unidade de Terapia Intensiva. Cuidados Paliativos.

ABSTRACT

Objective: To analyze the evidence available in the literature about the importance of palliative care provided by the nursing staff in the ICU. **Methods:** This is an integrative review study, from which 9 articles published between 2015 and 2020 were analyzed, in the *Lilacs*, BDNF and SciELO databases. **Results:** The promotion of comfort was the main conduct cited by the nursing team in the analyzed articles, in order to achieve the promotion of quality of life, and consequently a death with dignity. **Conclusion:** It is concluded that it is necessary to carry out new studies since, the nursing team has some unpreparedness in assisting the patient in palliative care, mainly due to the lack of knowledge.

Descriptors: Nursing. Intensive Care Units. Palliative Care.

¹ Amanda Cardoso de Caldas. Graduanda em Enfermagem. E-mail: amandacardoso.enf@gmail.com

² Laura Beatriz Evangelista de Oliveira Campos. Graduanda em Enfermagem. E-mail: laurabeatrizoliveira42@gmail.com

³ Mylena Naiara da Silva Sá. Graduanda em Enfermagem. E-mail: naiaramylena@gmail.com

⁴ Jaqueline Rodrigues Stefanini. Doutora em Ciências da Saúde. E-mail: jaqueline.stefanini@facunicamps.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A palavra paliativo vem do latim “paliu”, ou seja, significa a diminuição de todo sofrimento e dor adquiridos pelo enfermo desde o diagnóstico até o momento em que não se pode mais ser amparado pela medicina (VERRI *et al.*, 2019).

Os cuidados paliativos (CP) são definidos como toda ou qualquer assistência que tenha como foco principal a melhora na qualidade de vida, tanto do paciente quanto do seu grupo familiar, prevenindo e tratando seus sintomas de maneira precoce. Na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) os cuidados paliativos são aqueles prestados aos pacientes em estado terminal, hemodinamicamente instáveis, que tenham um risco de morte elevado e comprometimento da qualidade de vida (LUIZ *et al.*, 2018).

Dentre os princípios dos cuidados paliativos está a promoção do alívio da dor, deixar em evidência que a morte é um processo natural, integralizar a espiritualidade no cuidado, fornecer ao paciente o suporte necessário para seguir a vida da maneira mais ativa possível, e oferecer à família assistência adequada desde a doença até o processamento do luto (VERRI *et al.*, 2019).

A equipe utiliza como base o processo de enfermagem onde se leva ao paciente e família ações como educação em saúde, apoio e orientações emocionais e sociais. De maneira mais clara, a equipe de enfermagem realiza uma consulta ampla envolvendo avaliação para identificar problemas, e fornece um diagnóstico de enfermagem onde é traçado todo o plano de cuidados único e individual, focando sempre no conforto, na dignidade humana e na diminuição do sofrimento (ONS, 2017).

A equipe de enfermagem pode enfrentar diversos desafios no ambiente como a UTI, nesse contexto, convivem com situações estressantes, limitando sua atuação satisfatória. É na UTI que se encontra a maioria dos pacientes críticos, dentre eles estão os caracterizados doente crônicos, os com situações clínicas reversíveis, e inclusive os sem perspectiva de melhora do quadro clínico, que evoluem para o estágio de terminalidade; nesse ambiente, a luta pela vida é amparada por técnicas e aparatos tecnológicos atuais e especializados, mas, mesmo assim, ainda se pode

ver a existência de despreparo profissional para implantação correta das ações (BARROS, 2012).

Aos Enfermeiros, ter conhecimento de como iniciar de maneira correta os CP, geraria importante significado na atuação e no lidar com os pacientes e sua família (SILVEIRA *et al.*, 2016).

Dentre os requisitos exigidos para a atuação no enfermeiro em CP, podemos destacar: manejo da dor, curativos em feridas tumorais, domínio na execução de hipodermóclise, cuidado especial com o asseio, higiene, melhora no conforto, gerenciamento da equipe de enfermagem, comunicação multidisciplinar e atenção à família, voltar às habilidades para avaliação de sinais e sintomas. Dados do Ministério da Saúde de 2002 trazem que 57 milhões de pessoas morrem por ano e destes, 33 milhões necessitam de CP, e é visando essa realidade que os CP vêm ganhando espaço por se tratar de uma inovação na assistência (CARVALHO, 2012).

O objetivo do estudo é analisar as evidências disponíveis na literatura sobre importância dos cuidados paliativos ofertados pela equipe de enfermagem ao paciente na UTI.

2 MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Dentre as abordagens metodológicas existentes, este método proporciona ampla revisão da literatura, pois além de incluir os estudos não experimentais também abrange os estudos experimentais, dados da literatura teórica e empírica, o que caracteriza uma análise mais satisfatória (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010).

Para a elaboração da RI são utilizadas seis fases: primeiramente se dá a criação da pergunta norteadora, que deve ser elaborada de maneira clara e objetiva; busca ou amostragem na literatura, sempre em concordância com a fase anterior; coleta de dados, utilizando um instrumento criado para maior confiabilidade; análise crítica dos estudos incluídos necessita organização e atenção para averiguar cada estudo incluído; discussão e resultados, fase de comparação dentre os dados coletados e; apresentação da revisão integrativa, objetiva fazer com que o leitor

consiga compreender todos os resultados alcançados (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010).

A RI tem crescido principalmente na área da saúde, pois consegue filtrar e direcionar todos os estudos encontrados em determinada área de atuação, fazendo com que hoje ela seja caracterizada como uma abordagem para Prática Baseada em Evidências (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010).

2.1 Elaboração da questão de pesquisa

Para condução desta RI foi utilizada a estratégia PICO, acrônimo de *patient* (P= população), *intervention* (I= intervenção), *comparison* (C= comparação), *outcomes* (O= Resultados), e foi formulada a seguinte questão norteadora: Qual a importância dos cuidados paliativos ofertados pela equipe de enfermagem ao paciente em Unidade de Terapia Intensiva?

Quadro 1. Estratégia PICO.

Acrônimo	Definição	Descrição
P	População	Equipe de enfermagem
I	Fenômeno de interesse	Cuidados paliativos na UTI
C	Não se aplica	Não se aplica
O	Resultados	Promoção de qualidade de vida

Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

2.2 Busca na literatura dos estudos primários

A busca na literatura foi realizada de maneira *online* em novembro de 2020 por três pesquisadoras de forma independente, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Para pesquisa nas bases de dados foi utilizado uma estratégia de busca feita a partir da PICO, em que os descritores controlados foram escolhidos de acordo com os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), disponíveis no Quadro 2. Foi utilizado para o cruzamento de cada estratégia o operador booleano “AND”, nas três bases de dados.

Quadro 2. Descritores controlados associados à estratégia PICO.

Acrônimo	Descritores em Ciência da Saúde (DeCS)
P	Enfermagem Nursing Enfermería
I	Unidade de Terapia Intensiva Intensive Care Units Unidade de Cuidado Intensivo
C	Não se aplica
O	Cuidados Paliativos Palliative Care Cuidados Paliativos

Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

Para a seleção dos estudos primários desta RI foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão descritos a seguir.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram:

- Estudos primários que investiguem os cuidados paliativos ofertados pelo profissional de enfermagem na UTI;
- Estudos publicados em português, inglês e espanhol;
- Estudos primários publicados nos últimos cinco anos (2015 a 2020).

O critério de exclusão delimitado foi:

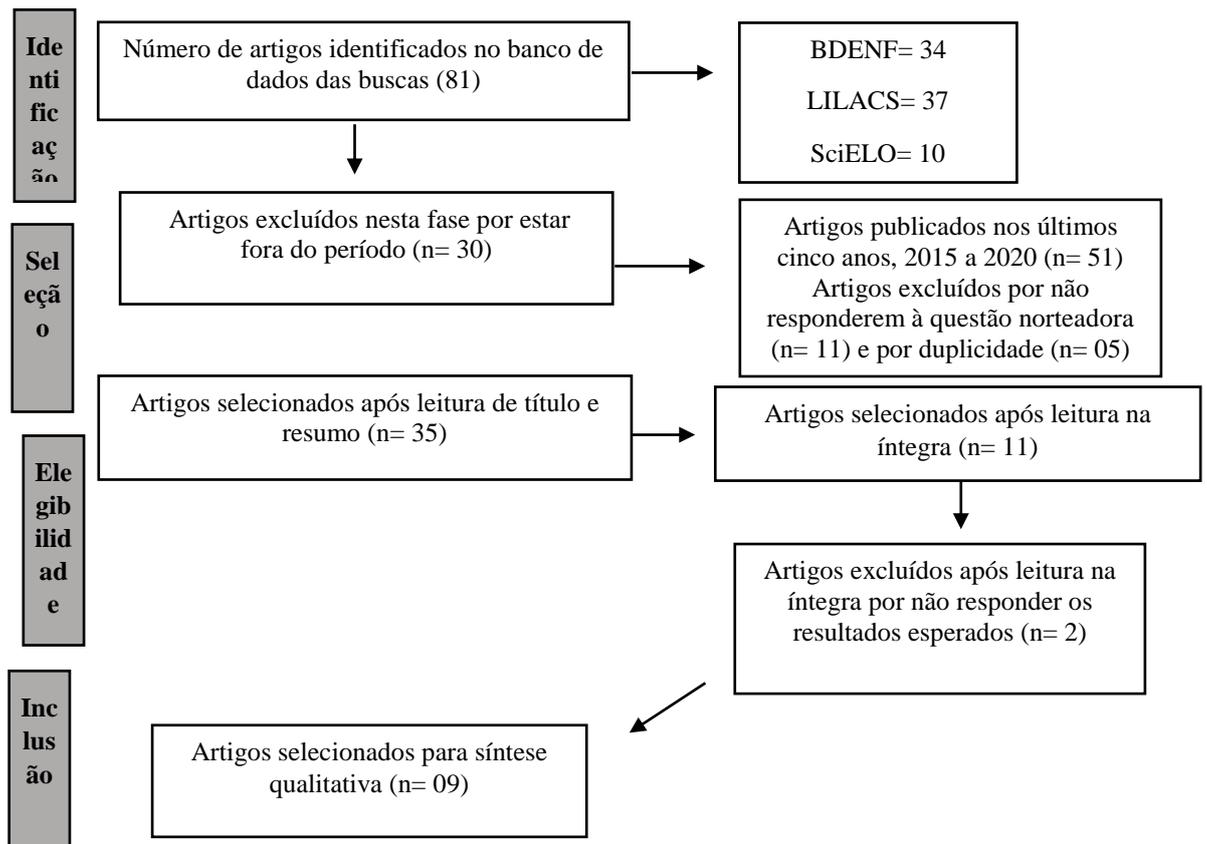
- Estudos de revisão, editoriais, estudos de casos, teses e dissertações.

2.3 Identificação dos estudos primários e seleção final

A busca teve como resultado 81 estudos dos quais foram pré-selecionados 51 artigos. Após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão restaram 25, sendo que 15 foram excluídos por apresentarem duplicidade entre as bases de dados. Após a leitura íntegra, a seleção final foi de 09 estudos primários incluídos nesta revisão integrativa.

Para assegurar a veracidade da pesquisa para formulação do presente estudo, foi realizado um fluxograma expondo os critérios de inclusão e exclusão dos estudos primários.

Figura 1. Fluxograma da busca dos estudos primários nas bases de dados selecionadas.



Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

Para extração dos dados e análise dos estudos primários incluídos nesta RI foi elaborado um quadro descritivo para cada estudo, que inclui: identificação, instituição sede do estudo, tipo de publicação, características metodológicas do

estudo e avaliação do rigor metodológico. Foi utilizado o instrumento para coleta de dados (validado por URSI, 2005), onde se deu o preenchimento de uma tabela para cada artigo incluído no presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando as bases de dados LILACS, BDEF e SciELO foram identificados 81 artigos e excluídos 30 após filtrar o período de publicação. Em seguida foi realizada a leitura do título e resumo dos 51 artigos e excluídos 26, 5 por duplicidade e 11 por não responder a questão norteadora. Após leitura na íntegra selecionamos 11 artigos e excluímos 2 por não responder a questão norteadora.

Para a realização deste estudo, foram analisados 09 artigos que responderam aos critérios de inclusão preconizados. No quadro 3, encontra-se disponível a caracterização dos estudos primários selecionados após critério de inclusão e exclusão, com a descrição do título, autor(es), ano de publicação, base de dados, país e revista em que foi publicado.

Quadro 3. Caracterização dos estudos desta revisão integrativa.

Estudo (E)	Título	Autor(es)/ano	Base de dados	País	REVISTAS
01	Vivências de enfermeiros no cuidado às pessoas em processo de finitude.	LOPES MFGL, et al., 2020	LILACS	BRASIL	Revista ciência plural 2020
02	Conforto no final de vida na terapia intensiva: percepção da equipe multiprofissional.	PIRES IB, et al., 2020	SciELO	BRASIL	Escola paulista de enfermagem
03	Profissionais de enfermagem: compreensão sobre cuidados paliativos	VERRI ER, et al., 2019	BDEF	BRASIL	Revista de Enfermagem – UFPE On Line

	pediátricos.				
04	Conocimientos sobre cuidados paliativos en un grupo de enfermeras en México	GUERRERO DO, et al., 2019	BDEF	MÉXICO	Revista colombiana de enfermería
05	Princípios dos cuidados paliativos na terapia intensiva sob a perspectiva da enfermagem.	CAVALCANTI IMC, et al.,2018	BDEF	COLOMBIA	Revista cuidarte
06	Cuidados Paliativos ao idoso na terapia intensiva: olhar da equipe de enfermagem.	QUEIROZ TA, et al.,2018	SciELO	BRASIL	Revista Brasileira de Enfermagem
07	Sufrimento moral dos enfermeiros, em situações de final de vida, em unidade de terapia intensiva.	COSTA MR, et al., 2017	BDEF	BRASIL	Revista de enfermagem – UFPE On Line
08	Cuidado Paliativo e enfermeiros de terapia intensiva: sentimentos que ficam.	SILVEIRA NR, et al., 2016	BDEF	BRASIL	Texto e contexto enfermagem
09	Conforto para uma boa morte: perspectiva de uma equipe de enfermagem intensivista.	SILVA RS, et al., 2015	SciELO	BRASIL	Escola Anna Nery

Fonte: Dados da pesquisa, Goiânia, 2020.

Dos 09 artigos incluídos na revisão integrativa, seis são de autoria de enfermeiros, um tem como autores médicos, um foi feito por enfermeiros e psicólogas e um por equipe multidisciplinar incluindo médicos, enfermeiras,

fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, nutricionistas, assistentes sociais e psicólogos.

Em relação ao ambiente em que os estudos foram desenvolvidos, sete foram desenvolvidos em Unidade de Terapia Intensiva - Adulto - e dois em instituições hospitalares nas áreas de medicina interna, cirurgia e emergências sendo que dois desses estudos foram realizados em mais de uma instituição e sete em uma única instituição.

Quanto ao delineamento de pesquisa dos artigos incluídos foram identificados: oito estudos descritivos com abordagem qualitativa e exploratória e um estudo quantitativo descritivo. A publicação dos artigos ocorreu em revistas de enfermagem geral (sete) e revistas de outras áreas relacionadas à saúde (dois), como ciências da saúde.

A partir da análise dos estudos foi possível identificar a importância dos CP para os pacientes que se encontram na situação paliativa, pois os CP promovem a qualidade de vida do paciente, promovem a criação do vínculo entre paciente, família e profissional como também a promoção do conforto no processo de finitude (SILVEIRA, 2016).

Diante disso, essa abordagem de cuidado ressalta o paciente como um sujeito de direitos. Nesse contexto, é direito do paciente morrer com dignidade, sendo cuidado e respeitado até o último minuto de vida independente se houver opção de tratamento terapêutico ou não (PIRES, 2020).

A promoção do conforto foi a principal conduta citada pela equipe de enfermagem na oferta dos CP, sendo considerada uma medida primordial para que o paciente alcance a promoção da qualidade de vida, enquanto está hospitalizado (SILVEIRA, 2016).

Constatou-se que a equipe de enfermagem possui visão holística ao paciente em cuidados paliativos, evidenciando a preocupação com os cuidados em todas as esferas que envolvem o paciente. Podemos destacar a espiritualidade como um fator observado pela enfermagem, que pode ser primordial para atingir o conforto do paciente e da família. A literatura científica apresenta que quando o paciente recorre à espiritualidade obtém-se uma resposta benéfica ao enfrentamento da finitude (PIRES, 2020).

Outro aspecto importante a ser destacado, é o alívio da dor. Notou-se que a equipe de enfermagem possui uma atenção especial para aliviar e minimizar

quaisquer desconfortos que o paciente esteja sentindo, pois a ausência de dor e desconfortos está diretamente ligada ao processo de ter uma boa morte.

De acordo com a literatura, algumas medidas para promover o alívio das dores utilizadas pela enfermagem são: realização de analgésicos prescritos, sedação adequada para alívio de desconfortos físicos, oferta de oxigênio para evitar desconfortos respiratórios e ainda, a disponibilidade de meios tecnológicos utilizados na TI que auxiliem na promoção do conforto e alívio da dor (SILVA, 2015).

O CP visa trazer conforto ao paciente em terapia intensiva no processo de finitude para que obtenha um bem-estar até o momento da morte (LOPES, 2020). Evitar procedimentos invasivos, medicações que não trarão alterações no prognóstico do doente, dentre outras condutas incômodas, são parte do procedimento de CP bem como a mudança de decúbito a cada 2 horas, banho no leito e massagens analgésicas, por exemplo, figuram ações dessa oferta de conforto (GONÇALVES, 2020).

A atuação profissional curativa ainda é muito evidente nos serviços de terapia intensiva, ou seja, os profissionais envolvidos na assistência buscam o tratamento curativo para o paciente. No contexto dos cuidados paliativos que muitas vezes não é possível alcançar a cura do paciente, nota-se uma frustração e sentimentos de incapacidade por parte dos profissionais (SILVEIRA, 2016).

A equipe de enfermagem é a mais próxima do paciente nesse setor hospitalar, devido algumas restrições da UTI, sendo assim, se torna a conexão entre paciente, equipe multidisciplinar e família. É visto que, desde a graduação do enfermeiro, pouco se fala sobre o processo de morte, sendo instruídos a lidar com a mesma com atitude de negação, visando apenas o processo curativo (LOPES, 2020).

Além deste episódio, outra situação se torna um obstáculo para a enfermagem em se tratando de CP, que seriam os demais pacientes da TI que necessitam de cuidados continuados, fazendo com que a atenção seja dividida em casos divergentes: cura e finitude. O foco da Enfermagem é o bem-estar do paciente, isso torna-os essenciais na equipe de CP (QUEIROZ, 2018).

Por fim, vale salientar a importância da equipe de enfermagem e sua valorização, enfatizando e reconhecendo o trabalho prestado nesse setor, dando voz à tomada de decisões e condutas principalmente em situações de fim de vida. Para que mantenham a sua autonomia profissional preservada, também é indicado que

estabeleçam canais fixos de comunicação entre a equipe de enfermagem e os demais profissionais de saúde (COSTA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou a relevância da enfermagem frente aos cuidados paliativos ao doente em processo de finitude onde recebe o seu destaque dentro da equipe multidisciplinar, uma vez que é colocada como ligação entre paciente, família e equipe, e torna-se a responsável pela promoção do bem-estar, abrandamento de dores, redução de sintomas e qualidade de vida.

Conjuntamente foi revelado que o despreparo dos enfermeiros com relação aos CP afeta diretamente a atenção a este paciente no qual tem certa dificuldade de planejar a conduta adequada ao mesmo. Esse déficit de conhecimento procede desde a formação acadêmica até a atuação profissional, onde pouco se fala sobre o assunto. Do mesmo modo, com a estratégia de busca utilizada identificamos escassez dos estudos sobre a temática, tornando-se dificultoso o aprofundamento do aprendizado. Nota-se então que estes fatores são um dos maiores desafios para os profissionais dessa área.

Propõe-se que, a fim de perscrutar tal conteúdo, sejam elaborados posteriormente novos estudos, para que desse modo possam aperfeiçoar o atendimento ao doente em tratamento paliativo.

REFERÊNCIAS

BARROS, N.C.B. OLIVEIRA, C.D.B. ALVES, E.R.P. FRANÇA, I.S.X. NASCIMENTO, R.M. FREIRE, M.E.M. Cuidados Paliativos na UTI: Compreensão, Limites e Possibilidades por Enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFSM**. Set/Dez, 2012.

CARVALHO, R. T.; PARSONS, H. A. (Org.) **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**. 2.ed. São Paulo: s. e., 2012.

COSTA, M.R.E. *et al.* Sofrimento moral dos Enfermeiros em situações de final de vida em unidades de terapia intensiva. **Revista de enfermagem UFPE on line**, 2017; 11(9): 3607-3616.

CAVALCANTI, I.M.C. OLIVEIRA, L.O. MACEDO, L.C. LEAL, M.H.C. MORIMURA, M.C.R. Gomes. Princípios dos cuidados paliativos em terapia intensiva na perspectiva dos enfermeiros. **Rev Cuid.** 2019; 10(1): e555. <http://dx.doi.org/10.15649/cuidarte.v10i1.555>

GONÇALVES DE LIMA LOPES , M. F.; TENÓRIO DE MELO , Y. S.; CARNEIRO DE LUCENA SANTOS, M. W.; LOPES OLIVEIRA , D. A.; SÁ BARRETO MACIEL, A. M. Vivências de Enfermeiros no cuidado às pessoas em processo de finitude. **Revista Ciência Plural**, v. 6, n. 2, p. 82-100, 11 jun. 2020.

MORITZ, RD, LAGO, PM, SOUZA, RP, SILVA, NB, MENESES, FA. OTHERO, JCB *et al.* Terminalidade e cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva. **Rev Bras Ter Intensiva.** 2008; 20(4): 422-8. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-507X2008000400016>

ORTEGA-GUERREIRO, Denise; ORTEGA-CANTERO, Jonathan-Agustín; GUERRERO-CASTAÑEDA, Raúl Fernando. Conocimientos sobre cuidados paliativos en un grupo de enfermeras en México. **Revista Colombiana de Enfermería.** 2019, v. 18, n. 1, e004. <https://doi.org/10.18270/rce.v18i1.2368>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Academia Nacional de Cuidados Paliativos; 2017. Acesso em 2020 nov.25. Disponível em: <https://paliativo.org.br/a-enfermagem-em-cuidados-paliativos>.

PIRES, Isabella Batista *et al.* Conforto no final de vida na terapia intensiva: percepção da equipe multiprofissional. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 33, eAPE20190148, 2020. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100436&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020. Epub June 10, 2020. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020ao0148>.

POLIT, DF. BECK, CT. HUNGLER, BP. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUEIROZ, Terezinha Almeida *et al.* CUIDADOS PALIATIVOS AO IDOSO NA TERAPIA INTENSIVA: OLHAR DA EQUIPE DE ENFERMAGEM. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 27, n. 1, e1420016, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100310&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Nov. 2020. Epub Mar 05, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018001420016>.

SILVA, C.F. SOUZA, D.M. PEDREIRA, L.C. SANTOS, M.R. FAUSTINO, T.N. Concepções da equipe multiprofissional sobre a implementação dos cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva. **Ciênc Saúde Coletiva.** 2013; 18(9): 2597-604. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000900014>

SILVEIRA, Natyele Rippel *et al.* Cuidado paliativo e enfermeiros de terapia intensiva: sentimentos que ficam. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 6, p. 1074-1081, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000601074&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0267>.

SILVA, Rudval Souza da; PEREIRA, Álvaro; MUSSI, Fernanda Carneiro. Conforto para uma boa morte: perspectiva de uma equipe de enfermagem intensivista. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 40-46, Mar. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100040&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20150006>.

SOUZA MT, SILVA MD, CARVALHO R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo). São Paulo, Jan/Mar, 2010.

VERRI, E. R. *et al.* Profissionais de Enfermagem: Compreensão sobre Cuidados Paliativos Pediátricos. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**; Recife, v. 13, n. 1, p. 126-136, 2019.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Amanda Cardoso de Caldas RA 27824

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: REVISÃO INTEGRATIVA.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra. Jaqueline Rodrigues Stefanini.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Graduação em Enfermagem. Modalidade afim: Presencial.



Assinatura do representante do grupo



Assinatura do Orientador (a)

Obs.: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo e-mail pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020.



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #5733eef3dab0471985cd9b41944dd64bf94832e3c9d48fb50f34479fa335816
<https://painel.autentique.com.br/documentos/00c6aebf3872754df6eb2d5c89b8e9a20afccf1a0806ef613>

facunicamps.
@facunicamps
#facunicamps



OS IMPACTOS DO BRINQUEDO TERAPÊUTICO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA

THE IMPACTS OF THE THERAPEUTIC TOY ON NURSING CARE: INTEGRATIVE REVIEW

Amanda Jorge dos Santos Silva¹

Daniela Cristina Rodrigues Paz²

Maenne Silvério dos Santos Vieira³

Jaqueline Rodrigues Stefanini⁴

RESUMO:

O objetivo deste estudo é analisar a produção do conhecimento científico acerca do impacto do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura em que a busca pelos estudos primários foi realizada nas bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *National Library of Medicine* (PubMed), com os descritores controlados. Foram selecionados para esta revisão 11 artigos científicos sobre a temática pesquisada, publicados no período de 2015 a 2020. A partir da análise dos estudos primários, constatou-se que o uso do brinquedo terapêutico como ferramenta na assistência de enfermagem traz benefícios para o processo de cuidado, como a formação de vínculo entre a criança, os profissionais e os familiares, promove confiança e melhor aceitação da assistência de enfermagem. O uso dessa ferramenta faz com que o ambiente hospitalar tenha menos impactos negativos na visão infantil. No entanto, é necessário destacar as dificuldades que os profissionais encontram para implementar o uso do brinquedo terapêutico na assistência. Essas dificuldades estão relacionadas à rotina de trabalho, falta de conhecimento sobre a ferramenta e estrutura dos serviços e saúde.

Palavras-chave: Enfermagem. Jogos e Brinquedos. Criança. Cuidados de Enfermagem.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze the production of scientific knowledge about the impact of therapeutic play on nursing care. This is an integrative literature review, in which the search for primary studies was carried out in the electronic databases Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online (SciELO) and National Library of Medicine (PubMed), with controlled descriptors. For this review, 11 scientific articles on the research theme were selected, published in the period from 2015 to 2020. From the analysis of primary studies, it was found that the use of therapeutic toys as a tool in nursing care brings benefits to the process of care, such as bonding between the child, professionals and family members, promotes trust and better acceptance of nursing care. The use of this tool means that the hospital environment has less negative impacts on children's vision. However, it is necessary to highlight the difficulties that professionals find to implement the use of therapeutic toys in care. These difficulties are related to the work routine, lack of knowledge about the tool and structure of services and health.

Keywords: Nursing. Play and Playthings. Child. Nursing Care.

¹ Amanda Jorge dos Santos Silva. Graduanda em Enfermagem. E-mail: amandajorge18@outlook.com

² Daniela Cristina Rodrigues Paz. Graduanda em Enfermagem. E-mail: dannycrp159@hotmail.com

³ Maenne Silvério dos Santos Vieira. Graduanda em Enfermagem. E-mail: maysilverio17@hotmail.com

⁴ Jaqueline Rodrigues Stefanini. Doutora em Ciências da Saúde. E-mail: jaqueline.stefanini@facunicamps.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Brincar é uma atividade considerada essencial para a criança, assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 16), esse documento garante que crianças e adolescentes tenham liberdade para brincar, praticar esportes e divertir-se (BRASIL, 1990). O brincar influencia a curiosidade da criança para o processo de aprendizagem, as relações estabelecidas entre a criança e o contexto em que está inserida e promove condições para que a criança estabeleça novos referenciais, valores e concepções que asseguram o seu desenvolvimento (ALMEIDA, FERREIRA, 2018).

A literatura científica mostra que o brincar faz parte da infância e é algo natural para a criança, no entanto, a experiência de hospitalização pode impactar de maneira negativa essa fase do desenvolvimento. No processo de hospitalização a criança é retirada do seu ambiente habitual, distante de seus familiares e cercada de pessoas desconhecidas do seu convívio social (JANSEN, SANTOS, FAVERO, 2010).

Quando hospitalizadas, as crianças podem apresentar problemas emocionais e comportamentais como mau humor, dificuldades no sono, dificuldades de alimentação, medo de situações novas, ficam preocupadas e inseguras, com dificuldades de cumprir ordens, apresentam também certo grau de impaciência e tendem a ficar agarradas ao cuidador, principalmente à mãe. Irritação, agitação e dificuldade de concentração são comportamentos apresentados pela criança no ambiente hospitalar. Esses comportamentos demonstram o quanto o ambiente hospitalar desestabiliza a criança na sua rotina habitual e impacta de forma negativa a sua experiência de hospitalização, o que interfere na assistência de enfermagem (HOSTERT, ENUMO, LOSS, 2014).

Na literatura científica é descrito ferramentas que podem amenizar essa situação e auxiliar na assistência de enfermagem, como o Brinquedo Terapêutico (BT) (CINTRA, SILVA, RIBEIRO, 2006). Segundo a definição da Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC- *Nursing Interventions Classification*) a intervenção com Brinquedo Terapêutico é o “uso proposital e orientado de brinquedos, ou outros materiais, para ajudar as crianças a comunicarem sua percepção e conhecimento do mundo e auxiliar a dominar seu ambiente” (BULECHEK, BUTCHER, DOCHTERMAN, 2010).

O BT segundo Vessey, Mahon, Walker e Jessee (1990, 1989, 1992, *apud* CINTRA, SILVA, RIBEIRO, 2006, p. 498) pode ser classificado em três tipos, conforme seu intento e finalidade. BT dramático quando a finalidade é fazer com que a criança externar os sentimentos, temores ou necessidades que não consegue ou não quer colocar em palavras,

também aliviar a tensão, ansiedade e estresse, identificando quais são as barreiras e medos. BT instrucional, aplicado quando o objetivo é informar e/ou preparar a criança para o procedimento que irá acontecer, facilitando seu entendimento quanto à necessidade de ser realizado. E o BT capacitador de funções fisiológicas com o objetivo de ensinar a criança no seu autocuidado, em específico quando há mudanças em relação a uma nova condição de vida, sendo aplicado conforme a idade de desenvolvimento para facilitar a compreensão.

A aplicação do BT é realizada por profissionais que tenham algum conhecimento prévio sobre como realizar, sendo que os recursos podem ser qualquer objeto que esteja na criatividade do profissional. Este objeto representa a ação, de forma que a criança compreenda ao ser instruída, o que será realizado ou pode ser utilizado como orientação para capacitá-la quanto ao autocuidado. É necessário que os objetivos sejam definidos para o uso do BT em uma sessão. Dentre alguns benefícios que o BT pode trazer com a sua aplicação está a oportunidade de esclarecer dúvidas e sanar curiosidades, redução do medo, ansiedade e nervosismo, estabelecimento de vínculo e confiança entre a criança e o profissional, facilitando aceitação da assistência (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; PESSOA *et al.*, 2018; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

O uso do BT como ferramenta no atendimento à criança pela enfermagem é protegido pela Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 295/2004, atualmente revogada pela Resolução nº 546/2017, que dá a equipe de enfermagem o direito ao uso da técnica que “deverá contemplar as etapas do Processo de Enfermagem com seu devido registro em prontuário, enquanto documento legal” (COFEN, 2017). No entanto, o BT na prática da enfermagem ainda é utilizado com menor frequência, sendo que nem sempre o enfermeiro se sente seguro para utilizá-lo no seu cotidiano (SANTOS *et al.*, 2020).

Pesquisas apresentam em seus resultados que o enfermeiro enxerga as dificuldades como sobrecarga de trabalho, levando à falta de tempo para a implementação, a escassez de materiais e a interferência dos familiares na assistência como obstáculos para introduzir o BT na sua rotina de trabalho, e entre os profissionais apresentam não possuir conhecimento técnico-científico sobre o BT e o lúdico no atendimento da criança, nos mostrando que falta preparo para a equipe de enfermagem introduzir a técnica no seu dia-a-dia (BERTÉ *et al.*, 2017; PAULA *et al.*, 2019). Este estudo tem como objetivo analisar a produção do conhecimento científico acerca do impacto do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem.

2. MÉTODO

O método que conduziu este estudo foi Revisão Integrativa (RI) da literatura, que consiste na integração da pesquisa empírica ou teórica, ou ambas, como amostragem para sintetizar conhecimentos com intuito de esclarecer alguma problemática e preencher lacunas de conhecimentos. A RI possibilita, com uma ampla fonte de dados, o aumento da compreensão holística do assunto de interesse do artigo (WHITTEMORE, KNAFL, 2005).

A condução desta RI foi pautada em seis etapas, sendo: identificação do tema de interesse, problema e questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, bem como busca dos estudos nas bases de dados; categorização dos estudos; análise crítica dos artigos incluídos na revisão; discussão/interpretação dos resultados; e apresentação/síntese do conhecimento (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

2.1 ELABORAÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA

Para condução desta RI foi utilizada a estratégia PICO, acrônimo de *patient* (P=população), *intervention* (I=Intervenção), *comparison* (C= comparação), *outcomes* (O= Resultados), foi formulada a seguinte questão norteadora: *Quais são os impactos do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem?* (Quadro 1).

Quadro 1. Estratégia PICO.

Acrônimo	Definição	Descrição
P	População	Profissionais de enfermagem
I	Fenômeno de interesse	Brinquedo terapêutico
C	Controle/Comparação	Não se aplica
O	Resultados esperados	Impacto do brinquedo terapêutico

Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

2.2 BUSCA NA LITERATURA DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS

A busca na literatura foi realizada online, no mês de outubro de 2020, por três pesquisadoras de forma independente, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em

Saúde (BVS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e *National Library of Medicine* (PubMed).

Para busca nessas bases de dados foi estabelecido uma estratégia de busca a partir da PICO, em que os descritores controlados foram selecionados de acordo com o vocabulário dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) (Quadro 2). Foi utilizado para cruzamento de cada estratégia de busca os operadores *booleanos AND* e *OR*, nas três bases de dados. Os cruzamentos com os *booleanos* foram feitos na forma: palavras dos acrônimos “P” *AND* “I” *AND* “O”, e palavras iguais em outras línguas utilizamos “português” *OR* “inglês” *OR* “espanhol”. Por exemplo: *Enfermagem AND Jogos e Brinquedos AND Cuidados de Enfermagem*, e *Enfermagem OR Nursing OR Enfermería*.

Quadro 2. Descritores controlados associados à estratégia PICO.

Acrônimo	Descritores em Ciência da Saúde (DeCS)
P	Enfermagem; <i>Nursing</i> ; <i>Enfermería</i>
I	Jogos e Brinquedos; <i>Play Therapy</i> ; <i>Play and Playthings</i> ; <i>Juego e Implementos de Juego</i> ; Criança; <i>Child</i> ; <i>Niño</i> ;
O	Cuidados de Enfermagem; <i>Nursing Care</i> ; <i>Atención de Enfermería</i>

Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

Para a seleção dos estudos primários desta revisão foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: estudos primários que investiguem o impacto do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem; estudos publicados em português, inglês e espanhol; estudos primários publicados nos últimos cinco anos (período de 2015 a 2020). O critério de exclusão delimitado foi: estudos de revisão, editoriais, estudos de casos, teses e dissertações.

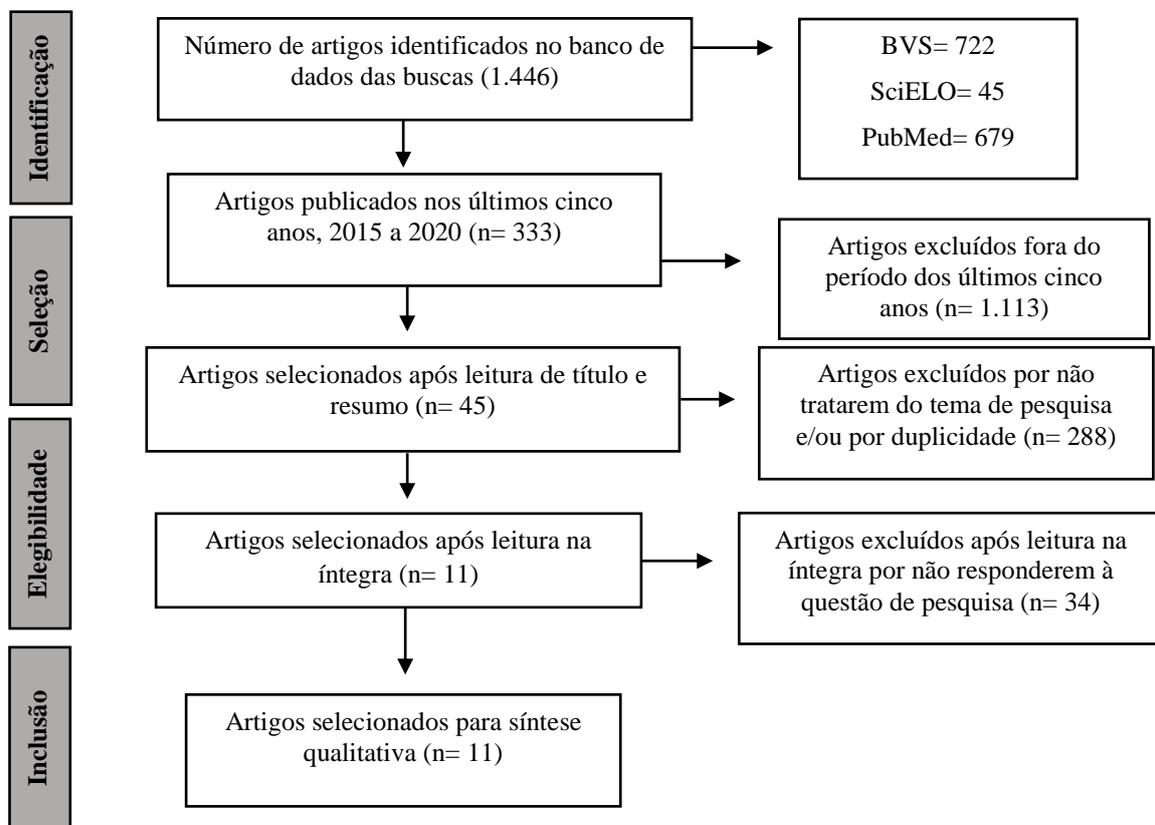
2.3. IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS PRIMÁRIOS E SELEÇÃO FINAL

A partir das buscas com os descritores controlados do DeCS nas bases de dados selecionadas foram identificados 1.446 estudos primários. Após a identificação desses estudos foram aplicados os critérios de exclusão, sendo eliminados os estudos fora do período de inclusão, e após essa filtragem foi gerado uma planilha de controle no editor de planilhas

Microsoft Office Excel (2016), com os artigos encontrados. A pré-seleção dos estudos sucedeu a partir da exclusão de duplicidades e leitura de títulos e resumos, em que foram selecionados 45 artigos para leitura na íntegra. Após leitura na íntegra, a seleção final foi de 11 estudos primários incluídos nesta revisão integrativa.

Com intuito de assegurar o rigor da condução da pesquisa para elaboração do artigo, utilizamos um fluxograma ordenado com a inclusão e exclusão da seleção dos estudos primários.

Figura 1. Fluxograma da busca dos estudos primários nas bases de dados selecionadas.



Fonte: Dados do autor, Goiânia, 2020.

Para extração dos dados e análise dos estudos primários incluídos nesta RI foi elaborado um quadro descritivo para cada estudo, que identifica: Número do estudo selecionado em ordem cronológica de publicação, periódico, ano de publicação, tipo de estratégia utilizada no estudo, nome do(s) autor(es), título, objetivo do estudo, detalhamento amostral, detalhamento da intervenção, resultado e conclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta RI foram encontrados 1.446 artigos nas bases de dados por meio da estratégia de busca utilizada. Na base de dados BVS identificou-se um número maior de resultados, com 772 referências, seguido pela base de dados PubMed (679 artigos) e SciELO (45 artigos). O número de exclusão das referências após aplicação do filtro por período de publicação foi de 1.113. Nos 333 estudos que restaram foi feita exclusão das duplicidades e leitura de títulos e resumos, 288 artigos foram excluídos. Dos 45 artigos lidos na íntegra, 34 foram excluídos por não responderem à questão de pesquisa, resultando em 11 estudos primários.

Os estudos selecionados foram publicados em revistas de cuidados de enfermagem. Em relação à base de dados oito foram selecionados na base de dados BVS e três da base de dados SciELO. Não foram incluídos os artigos encontrados na base de dados PubMed por não atenderem aos critérios de inclusão desta RI. Em relação ao período de publicação, três estudos foram publicados em 2020, um em 2019, um em 2018, dois estudos em 2017 e quatro em 2016. Não foram encontrados estudos que respondessem à questão de pesquisa no ano de 2015. Dez artigos incluídos na revisão foram publicados no idioma português e um espanhol, trata-se de uma pesquisa desenvolvida em território brasileiro que foi publicada em uma revista espanhola. Após leitura na íntegra dos 11 artigos identificamos que todos os estudos foram realizados em hospitais públicos, dentre eles, três hospitais escola/universitários, quatro hospitais com atendimento especializado ao público infante-juvenil, dois hospitais municipais, um estadual e um estudo realizado na unidade de pronto-atendimento (UPA). As pesquisas foram desenvolvidas nos estados de São Paulo (2), Rio de Janeiro (2), Santa Catarina (2), Rio Grande do Sul (1), Minas Gerais (1), Paraná (1), Ceará (1) e Piauí (1).

Nos estudos de revisão da literatura é utilizado um sistema de classificação de evidências, caracterizado de forma hierárquica a depender do tipo de abordagem realizada no estudo primário (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010). Nesta RI os estudos incluídos foram analisados sob essa perspectiva. Quanto à abordagem metodológica e classificação do nível de evidência foram encontrados na amostra: um estudo quase-experimental (nível 3 de evidência), sete estudos descritivos exploratórios (nível 4), um estudo descritivo (nível 4), um estudo exploratório (nível 4) e um estudo de estratégia convergente-assistencial, modalidade de pesquisa qualitativa (nível 4).

No Quadro 3 apresenta-se a caracterização dos estudos primários incluídos nesta RI.

Quadro 3. Caracterização dos estudos primários incluídos na RI segundo a ordem cronológica de publicação, autor (es), título, ano de publicação, país, periódico e base de dados.

Estudo	Autor	Título	Ano	País	Periódico	Base de Dados
1	Ribeiro <i>et al.</i>	A percepção do enfermeiro sobre o brincar e o impacto dessa prática na assistência pediátrica	2020	Brasil	Revista de pesquisa: Cuidado é fundamental Online	BVS
2	Silva <i>et al.</i>	O uso do brinquedo terapêutico na administração por inalação em pré-escolares	2020	Brasil	Revista de Enfermagem UERJ	BVS
3	Barroso <i>et al.</i>	Percepção das crianças acerca da punção venosa por meio do brinquedo terapêutico	2020	Brasil	Acta Paulista de enfermagem	SciELO
4	Paula <i>et al.</i>	Estratégias lúdicas no cuidado de enfermagem à criança hospitalizada	2019	Brasil	Revista de enfermagem UFPE	BVS
5	Falke, Milbrath e Freitag.	<i>Percepción del equipo de enfermería sobre el enfoque lúdico al niño hospitalizado</i>	2018	Espanha	<i>Cultura de los Cuidados</i>	BVS
6	Fontes, Oliveira e Toso.	Brinquedo terapêutico em unidade de terapia intensiva pediátrica	2017	Brasil	Revista de enfermagem UFPE	BVS
7	Berté <i>et al.</i>	Brinquedo terapêutico no contexto da emergência pediátrica	2017	Brasil	Revista baiana de enfermagem	BVS
8	Marques <i>et al.</i>	Lúdico no cuidado à criança e ao adolescente com câncer: perspectivas da equipe de enfermagem	2016	Brasil	Escola Anna Nery	SciELO
9	Oliveira <i>et al.</i>	O brincar e a criança hospitalizada: visão de enfermeiras	2016	Brasil	Revista baiana de enfermagem	BVS
10	Caleffi <i>et al.</i>	Contribuição do brinquedo terapêutico estruturado em um modelo de cuidado de enfermagem para crianças hospitalizadas	2016	Brasil	Revista Gaúcha de enfermagem	SciELO
11	Gomes, Silva e Capellini.	Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a utilização do brinquedo no cuidado as crianças hospitalizadas	2016	Brasil	Revista de enfermagem UFPI	BVS

Fonte: Dados da pesquisa, Goiânia, 2020.

Dos estudos incluídos nesta RI sete abordaram a visão da equipe de enfermagem sobre o uso do brinquedo terapêutico, como lúdico, no atendimento de enfermagem. Observou-se nesses estudos que o conhecimento da enfermagem é necessário para utilização dessa ferramenta, no entanto, há dificuldades enfrentadas pela equipe para implementar essa abordagem na sua assistência. Quatro dos estudos incluídos abordaram os resultados provocados pelo uso do brinquedo terapêutico nas crianças.

Os estudos que abordaram a equipe de enfermagem foram realizados no modo entrevistas semiestruturadas e gravadas para posterior transcrição e organização do conteúdo. Eram profissionais que atuavam na pediatria em setores como postos de enfermagem, ambulatórios, setor de urgência e emergência pediátrica / pronto-socorro e em uma das pesquisas foi requisito que atuassem com pacientes oncológicos.

E os estudos que abordaram a implementação do brinquedo terapêutico nas crianças foram realizados em etapas, seguindo o formato de observar o comportamento das crianças antes, durante e após a implementação do brinquedo, para que pudessem comparar os resultados positivos e/ou negativos da aplicação da técnica. As pesquisas foram realizadas em uma unidade de pronto-atendimento (UPA), postos de enfermagem (ala de internação) e em uma unidade de terapia intensiva pediátrica (UTIP).

Mediante a extração e análise dos dados dos estudos primários incluídos na revisão, emergiram subcategorias de interpretação dos resultados, apresentadas nesta RI como: 3.1 Benefícios do brinquedo terapêutico; 3.2 Percepção dos pais e profissionais da equipe de enfermagem quanto à implementação do brinquedo terapêutico; 3.3 Dificuldades que a equipe de enfermagem encontra para implementar o brinquedo terapêutico.

3.1 BENEFÍCIOS DO BRINQUEDO TERAPÊUTICO

Em um estudo^{E1} os enfermeiros relataram que o benefício da aplicação da estratégia lúdica é mútuo, tanto a criança quanto a enfermagem gozam das atribuições dessa estratégia, pois proporciona um cuidado menos traumático à criança melhorando sua resposta ao tratamento (RIBEIRO *et al.*, 2020). Afirmando esse pensamento por parte da enfermagem, profissionais em outro estudo^{E4} relatam que na aplicação do lúdico as crianças ficam mais à vontade com a equipe possibilitando o vínculo de confiança do profissional com a criança e familiares, facilitando assim, a aceitação da assistência de enfermagem (PAULA *et al.*, 2019). Os estudos apresentam-se em consenso com este resultado em que as crianças em tratamento hospitalar mostram efeitos positivos na mudança de comportamento com uso do brinquedo

terapêutico (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Quatro estudos^{E2, E3, E6 e E10} que abordaram a criança que foi submetida à assistência com uso do brinquedo terapêutico mostraram em seus resultados que em grande maioria, após aplicação do brinquedo, as crianças compreenderam melhor os procedimentos e sua real necessidade, contribuindo para melhora do quadro clínico, além disso os resultados apresentados mostraram que algumas crianças se interessavam em auxiliar os profissionais na aplicação do procedimento e realizaram perguntas a respeito da assistência que o profissional estava realizando. Esses resultados evidenciam que o uso da aplicação do brinquedo terapêutico na assistência torna as crianças mais acessíveis para os profissionais, e com isso facilita a prestação de cuidados pela equipe de enfermagem (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Uma pesquisa^{E10} em que a criança dramatizava (brincando em uma sessão de brinquedo terapêutico) foi possível notar que a medida que as sessões se seguiam as crianças atribuíam melhora no quadro dos bonecos, demonstrando a compreensão que a criança tem entre a relação à permanência em um hospital com a melhora do quadro clínico, e também algum relato de dor ou choro do boneco durante o procedimento realizado pela criança^{E3}, demonstrando assim, que o brinquedo terapêutico além de uma atividade recreativa para a criança, proporciona ao profissional que o está implementando a oportunidade de observar o que a criança entende sobre o ambiente hospitalar, os sentimentos dela durante o processo de cuidado e o que pode se modificar nessa visão para que a criança contribua com o seu tratamento (CALEFFI *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2020).

Após uma sessão de brinquedo terapêutico foi observado pelos pesquisadores^{E6} que as crianças aceitaram melhor a assistência dos profissionais, e demonstraram satisfação, prazer e carinho pela pesquisadora que aplicou a sessão de brinquedo terapêutico (FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017). O que corrobora com os resultados encontrados nesta RI, de que o brinquedo terapêutico tem auxiliado os profissionais de enfermagem como uma ferramenta para gerar vínculo e relação de confiança entre os envolvidos no cuidado à criança (profissionais, criança e os pais/responsáveis).

Três das pesquisas em que foram abordados os profissionais de enfermagem^{E4, E5 e E8}, a diz compreender que estratégias lúdicas, o brinquedo terapêutico incluso dentre elas, visam proporcionar a criança um ambiente hospitalar mais acolhedor, e é utilizada para um cuidado integral à criança, sendo um dos objetivos desmitificar a visão das mesmas sobre o ambiente

hospital (PAULA *et al.*, 2019; FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; MARQUES *et al.*, 2016).

A respeito do ambiente hospitalar de forma mais acolhedora para as crianças, pesquisas afirmam em seus resultados que uma brinquedoteca no ambiente de hospitalização infantil, tornam o local mais propício para o desenvolvimento da criança, auxilia na redução da irritabilidade infantil, deixando-a mais à vontade e proporcionando socialização entre as crianças internadas, os profissionais e familiares (LUCIETTO *et al.*, 2018; CESÁRIO *et al.*, 2020).

Conforme foi identificado nas pesquisas, a implementação do brinquedo terapêutico como estratégia lúdica torna o cuidado menos traumático, melhora a resposta da criança ao tratamento, diminui a sensação mitificada pela sociedade que o hospital é um ambiente desagradável, diminui respostas de comportamento como ansiedade, estresse, medo e apreensão, gera vínculo entre a criança, família e profissional de enfermagem, diminui o medo que esses pacientes possuem em relação ao profissional, envolve a família no cuidado, e torna o ambiente hospitalar mais agradável na visão de todos (RIBEIRO *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; PAULA *et al.*, 2019; FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; BERTÉ *et al.*, 2017; MARQUES *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016; CALEFFI *et al.*, 2016; GOMES, SILVA, CAPELLINI, 2016).

3.2 PERCEPÇÃO DOS PAIS E PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO DO BRINQUEDO TERAPÊUTICO

Uma das pesquisas^{E7} elaboraram uma aplicação do brinquedo terapêutico para profissionais da equipe de enfermagem e pais (responsáveis) observarem e responderem a um questionário logo após. Os profissionais reconheceram o benefício do brinquedo conforme o observado na melhora do comportamento da criança após a sessão, demonstrando entusiasmo na implementação do brinquedo com os bons resultados. Os pais participantes relataram aceitação para aplicação do brinquedo e interesse na continuidade dessa estratégia no cuidado ao seu filho, demonstrando que não haviam vivenciado implementações desse tipo de atendimento anteriormente, e observaram também que houve melhora no comportamento da criança quando comparado a outras vivências semelhantes, sem o uso do brinquedo terapêutico (BERTÉ *et al.*, 2017).

A pesquisa^{E7} de forma eficaz mostra o quanto os pais podem influenciar no tratamento do seu filho e o quanto é importante incluí-lo no cuidado à criança, pois estes exercem sua influência como cuidador no comportamento da criança e podem auxiliar os profissionais na

assistência (BERTÉ *et al.*, 2017). Corroborando com a afirmativa da importância de os pais serem incluídos no cuidado, um estudo em seus resultados demonstrou o quanto os pais incentivaram o uso do brinquedo terapêutico na assistência do seu filho, ou seja, os pais têm influência sobre a criança como figura de cuidado e se eles demonstrarem disposição e incentivarem a sessão do brinquedo terapêutico, a criança também ficará mais disposta a aceitar essa estratégia no seu tratamento (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

Uma das pesquisas^{E4}, realizada no litoral do Rio de Janeiro, a equipe de enfermagem é abordada por pesquisadores quanto a percepção dos profissionais acerca da implementação de estratégias lúdicas, à criança hospitalizada, e a equipe em questão apresentou diversas formas de interpretação em relação à do que se trata a estratégia, em grande maioria relataram que acreditam ser uma forma de entretenimento e distração para a criança dentro do ambiente hospitalar (PAULA *et al.*, 2019). Contribuindo com essa percepção profissionais em estudos^{E5} e ^{E9} relataram não saber o que exatamente é a abordagem lúdica, porém pensam que seja o “brincar” e outros agradeceram a presença de uma psicopedagoga e psicólogos(as) que os ajudam muito na questão do “brincar” em entretenimento para a criança (FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2016). Os profissionais, neste caso, não veem essa ferramenta como um instrumento de trabalho para efetividade da assistência. Nessa perspectiva o profissional não apresenta conhecimento técnico sobre o uso da ferramenta atribuindo seu uso como “distração para criança”.

Estudos^{E2, E3, E6 e E10} que apresentaram em seus resultados que após a aplicação do brinquedo terapêutico as crianças apresentaram mudanças de comportamentos satisfatórias, contestam esse pensamento da equipe de enfermagem sobre o brinquedo terapêutico como ferramenta de entretenimento, e o apresenta por meio desta RI como algo para desenvolvimento da criança, tanto emocional quanto psicológico (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Em geral, nos estudos^{E1, E4, E5, E7 a E9 e E11} que abordaram os profissionais de enfermagem, a maioria aparenta não saber do que se trata a estratégia, e uma parte diz ter conhecido o brinquedo terapêutico e atividades lúdicas em apresentações de oficinas terapêuticas (ações solidárias, companhias e ligas acadêmicas do “riso”) que vão esporadicamente fazer apresentação nos hospitais, ou obtiveram conhecimento por busca de iniciativa própria em artigos científicos e alguns especialistas fizeram sua própria capacitação fora do ambiente de trabalho para adquirir conhecimento. Nenhum dos profissionais relatou que já recebeu capacitação dessa estratégia como treinamento e educação permanente no próprio hospital em que trabalha. O que nos mostra um grande déficit na orientação dos

profissionais que trabalham na pediatria e que necessitam desse tipo de estratégia para adicionar benefícios à sua rotina diária (RIBEIRO *et al.*, 2020; PAULA *et al.*, 2019; FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; BERTÉ *et al.*, 2017; MARQUES *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016; GOMES, SILVA, CAPELLINI, 2016).

3.3 DIFICULDADES QUE A EQUIPE DE ENFERMAGEM ENCONTRA PARA IMPLEMENTAR O BRINQUEDO TERAPÊUTICO

Apesar dos benefícios evidenciados na literatura científica sobre o uso do brinquedo terapêutico na assistência de enfermagem à criança hospitalizada, nesta RI foi identificado em sete estudos^{E1, E4, E5, E7 a E9 e E11} que os enfermeiros enfrentam dificuldades para o uso desta ferramenta, como a falta de tempo para implementação, sobrecarga de trabalho e déficit no conhecimento dos profissionais acerca do lúdico e do brinquedo terapêutico (RIBEIRO *et al.*, 2020; PAULA *et al.*, 2019; FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; BERTÉ *et al.*, 2017; MARQUES *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016; GOMES, SILVA, CAPELLINI, 2016).

Sobre a sobrecarga de trabalho, fator principal que está relacionado à falta de tempo que os profissionais relataram nas entrevistas, uma das pesquisas^{E7} em que o brinquedo terapêutico foi aplicado para observação dos profissionais, salienta o tanto que a sobrecarga afeta na implementação dessa ferramenta, pois priorizando os afazeres e o cumprimento da rotina de trabalho alguns profissionais não conseguiram participar da observação da aplicação do brinquedo pelos pesquisadores (BERTÉ *et al.*, 2017).

Outras dificuldades identificadas na implantação da ferramenta foi a escassez de recursos materiais, o medo que a criança tem do profissional e do ambiente e os familiares, que interferem na assistência (PAULA *et al.*, 2019). Afirmando os resultados presentes nesta RI sobre a importância de incluir os pais e familiares no cuidado à criança, de modo a incentivá-la a aceitar a aplicação do brinquedo terapêutico, para formação do vínculo de confiança entre a criança e profissional, conseqüentemente diminuindo ou acabando com o medo que a criança tem do ambiente hospitalar e do próprio profissional de enfermagem.

Quanto à escassez de recursos relatada pelos profissionais em uma das pesquisas^{E4}, foi possível identificar nos estudos^{E2, E3, E6 e E10} que abordam a criança com a implementação do brinquedo terapêutico, que o mesmo foi feito com materiais do próprio ambiente hospitalar e do ambiente doméstico da criança, como bonecos adaptados para os procedimentos, que estiveram presente em todas as pesquisas, inalador feito de sucata (garrafa reciclável)^{E2}, algodão, luva de procedimento, álcool, esparadrapo, fita microporosa, flaconetes de solução fisiológica 0,9%, tubos para coleta de sangue, e uma bexiga inflável com água e corante cor

de rosa para simular o sangue^{E3}, brinquedos que pudessem ser lavados e desinfetados por álcool 70%, estetoscópio, esfigmomanômetro, seringas, termômetro, instrumentos de exames físicos, equipo e suporte de soro, máscara, gorro, propé^{E6}, objetos de uso doméstico, materiais para desenho e pinturas^{E10}, todos de forma criativa adaptados para a simulação, orientação, instrução que seria dada de uma forma que a criança compreendesse e que depois pudesse realizar sua própria versão da "brincadeira" (PAULA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Nessa questão, citada anteriormente, observamos que os materiais utilizados para as sessões são de baixo custo, alguns até recicláveis, do ambiente doméstico da criança e materiais do próprio ambiente hospitalar, ou seja, a aplicação da prática utiliza muito mais do recurso criatividade do profissional e da criança, do que a disponibilidade e compra de materiais para a sessão (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Ainda que os benefícios do brinquedo terapêutico sejam comprovados por diversas pesquisas, como já foi pontuado anteriormente, em um estudo^{E6} foi possível observar que algumas crianças não quiseram manipular os brinquedos durante a sessão, não respondia às perguntas sobre fome, dor e necessidades fisiológicas, e um dos pacientes não quis manipular por relato de dor, mas pediu que a boneca ficasse ao seu lado (FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017). Com esse resultado é possível notar as barreiras, como a dificuldade na comunicação verbal, que podem ser encontradas com a tentativa de implementar a técnica na assistência. No entanto, o brinquedo terapêutico vem como uma ferramenta para quebrar essa barreira e facilitar a comunicação, pois nos estudos^{E2, E3, E6 e E10} a maioria das crianças apresentaram desejo de reproduzir nos bonecos as intervenções que foram explicadas pela pesquisadora anteriormente e simulavam situações que já haviam vivenciado no ambiente hospitalar (SILVA *et al.*, 2020; BARROSO *et al.*, 2020; FONTES, OLIVEIRA, TOSO, 2017; CALEFFI *et al.*, 2016).

Foi possível perceber por meio das análises dos sete estudos que abordam os profissionais de enfermagem^{E1, E4, E5, E7 a E9 e E11}, que ainda que compreendam os benefícios que essa ferramenta atribuí a sua assistência, utilizam a técnica de forma reduzida em sua prática, por conta das dificuldades relatadas anteriormente nesta RI (RIBEIRO *et al.*, 2020; PAULA *et al.*, 2019; FALKE, MILBRATH, FREITAG, 2018; BERTÉ *et al.*, 2017; MARQUES *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2016; GOMES, SILVA, CAPELLINI, 2016).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo apresentado, constatou-se que a utilização do brinquedo terapêutico, como estratégia lúdica, é eficaz no tratamento da criança, tornando o atendimento mais humanizado e integral.

O brinquedo deve ser utilizado, sendo incluído na rotina de cuidado, para que através dele a enfermagem consiga os benefícios dessa técnica, como a melhor aceitação da criança a presença dos profissionais e procedimentos a serem realizados, gerando um vínculo de confiança, instruir e orientar a criança com intuito de que compreenda a sua situação e também para obter da criança a visão que a mesma tem de tudo que está acontecendo ao seu redor.

Há dificuldades e barreiras que os profissionais precisam enfrentar e necessitam de apoio para isso, seja a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho, falta de recursos ou interesse na prática, esses obstáculos devem ser superados para a aplicação dessa técnica, que em grande maioria auxiliam a criança e contribuem para que ela tenha um cuidado mais holístico, consequentemente colaborando para que a assistência de enfermagem seja realizada de forma mais tranquila e receptiva.

No entanto, faz-se necessário que a equipe de enfermagem receba uma capacitação para aplicação da técnica, recursos materiais e humanos adequados que auxiliem na redução da sobrecarga de trabalho, para que seja possível cumprir a rotina de cuidados de enfermagem com o uso do brinquedo terapêutico. É importante que nos ensinos de formação da enfermagem (técnicos e graduação) seja incluso no currículo conteúdos que abordem as estratégias lúdicas, como o brinquedo terapêutico, para que conheçam pelo menos o mínimo do assunto no início da sua prática profissional.

Desta forma, espera-se que esse estudo contribua para os profissionais que atuam na assistência de enfermagem, com ampliação da visão sobre o cuidado lúdico com a criança, e que influencie na decisão do uso desta ferramenta na rotina de trabalho como um benefício mútuo para a criança, profissionais, pais e familiares presentes no cuidado. Ainda que os resultados da pesquisa apontem para o benefício eficaz da prática do brinquedo terapêutico, poucos profissionais o aplicam na sua rotina, entre as dificuldades está a falta de conhecimento sobre a estratégia, sendo necessário mais estudos sobre a formação profissional para o uso do brinquedo terapêutico.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Raquel S.; FERREIRA, Victor S. A importância do brincar no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. **Revista de Pós-Graduação Multidisciplinar**, São Paulo, vol. 1, n. 5, p. 115-26, out/dez 2018. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/801/738>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BARROSO, Maria Clara C. S.; SANTOS, Ravini S. F. V.; SANTOS, Antonio Eduardo V.; NUNES, Michelle D. R.; LUCAS, Eduardo Alexander J. C. F. Percepção das crianças acerca da punção venosa por meio do brinquedo terapêutico. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, vol. 33, p. 1-8, ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0296>. Acesso em: 22 out. 2020.

BERTÉ, Caroline; OGRADOWSKI, Karin R. P.; ZAGONEL, Ivete P. S.; TONIN, Luana; FAVERO, Luciane; JUNIOR, Renato L. A. Brinquedo terapêutico no contexto da emergência pediátrica. **Rev. baiana enferm.**, Salvador, vol. 31, n. 3, set. 2017. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502017000300311. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília - DF: Presidência da república, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BULECHEK, Gloria M.; BUTCHER, Howard K.; DOCHTERMAN, Joanne McCloskey. **Classificação das intervenções de enfermagem – NIC**. Tradução: Soraya Imon de Oliveira *et al.* 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ISBN 978-85-352-3442-8. p. 212-13.

CALEFFI, Camila Cristina F.; ROCHA, Patrícia K.; ANDERS, Jane Cristina; SOUZA, Ana Izabel J.; BURCIAGA, Verônica B.; SERAPIÃO, Leonardo da S. Contribuição do brinquedo terapêutico estruturado em um modelo de cuidado de enfermagem para crianças hospitalizadas. **Rev. Gaúcha de enferm.**, Porto Alegre-RS, vol. 37, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.02.58131>. Acesso em: 27 out. 2020.

CESÁRIO, Fernanda A.; PINTO, Suelen Fernanda C.; ANICETO, Thaís F.; JARDIM, Alessandra S. L.; ARAÚJO, Claudirene M.; TORRES, Lilian M. Papel da brinquedoteca na recuperação da criança hospitalizada sob a ótica de pais e responsáveis. **New Trends in Qualitative Research**, vol. 3, p. 239-50, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36367/ntqr.3.2020.239-250>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CINTRA, Silvia Maria P.; SILVA, Conceição V.; RIBEIRO, Circéia Amália. O ensino do brinquedo/brinquedo terapêutico nos cursos de graduação em enfermagem no Estado de São Paulo. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 497-501, ago. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000400005>. Acesso em: 07 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 546/2017, de 9 de maio de 2017. **Atualiza norma para utilização da técnica do Brinquedo/Brinquedo Terapêutico pela Equipe de Enfermagem na assistência à criança**

hospitalizada. In: Conselho Federal de Enfermagem [legislação na internet]. Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-546-17.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

FALKE, Ana Cláudia S.; MILBRATH, Viviane M.; FREITAG, Vera Lucia. Percepción del equipo de enfermería sobre el enfoque lúdico al niño hospitalizado. **Cultura de los Cuidados (edición digital)**, Valência, vol. 22, n. 50, p. 12-24, a. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14198/cuid.2018.50.02>. Acesso em: 24 out. 2020.

FIGUEIREDO, Camila R.; LIMA, Cássio A.; PRADO, Patrícia F.; LEITE, Maisa T. S. Brinquedo terapêutico no cuidado integral à criança hospitalizada: significados para o familiar acompanhante. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, vol. 17, n. 2, ago/dez 2015. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/401>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FONTES, Cassiana M. B.; OLIVEIRA, Ananda Stéfani S.; TOSO, Lis Amanda. Brinquedo terapêutico em unidade de terapia intensiva pediátrica. **Rev. enferm. UFPE online**, Recife, vol. 11, n. 7, p. 2907-15, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/9518/19200>. Acesso em: 26 out. 2020.

GOMES, Maria Fernanda P.; SILVA, Isabella D.; CAPELLINI, Verusca Kelly. Conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre a utilização do brinquedo no cuidado as crianças hospitalizadas. **Rev. enferm. UFPI**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 23-7, mar. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1033847>. Acesso em: 29 out. 2020.

HOSTERT, Paula C. C. P.; ENUMO, Sônia Regina F.; LOSS, Alessandra B. M. Brincar e problemas de comportamento de crianças com câncer de classes hospitalares. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, vol. 16, n. 1, p. 127-40, jan/abr 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v16n1/11.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

JANSEN, Michele F.; SANTOS, Rosane Maria; FAVERO, Luciane. Benefícios da utilização do brinquedo durante o cuidado de enfermagem prestado a criança hospitalizada. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, vol. 31, n. 2, jun 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000200007>. Acesso em: 12 nov. 2020.

LUCIETTO, Grasielle Cristina; LIMA, Livia Tatiana S.; GLERIANO, Josué S.; JUSTI, Jadson; SILVA, Rondinele A.; BORGES, Angélica P. Brinquedoteca como ferramenta auxiliar no cuidado hospitalar: percepção de profissionais de enfermagem. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, Curitiba, vol. 12, n. 10, p. 89-103, 2018. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/870>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARQUES, Elisandra P.; GARCIA, Tírzá M. B.; ANDERS, Jane Cristina; LUZ, Juliana H.; ROCHA, Patricia K.; SOUZA, Sabrina. Lúdico no cuidado à criança e ao adolescente com câncer: perspectivas da equipe de enfermagem. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 3, set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000300218&lang=pt. Acesso em: 27 out. 2020.

MENDES, Karina D. S.; SILVEIRA, Renata Cristina C. P.; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, vol. 17, n. 4, p. 758-64, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 14 out. 2020.

OLIVEIRA, Joseph D.; MIRANDA, Madona L. F.; MONTEIRO, Maria de Fátima V.; ALMEIDA, Vitória de Cássia F. O brincar e a criança hospitalizada: visão de enfermeiras. **Rev. baiana enferm.**, Salvador-BA, vol. 30, n. 4, p. 1-8, dez. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/16414/pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

PAULA, Geicielle Karine; GÓES, Fernanda G. B.; SILVA, Aline C. S. S.; MORAES, Juliana R. M. M.; SILVA, Liliane F.; SILVA, Maria da Anunciação. Estratégias lúdicas no cuidado de enfermagem à criança hospitalizada. **Rev. enferm. UFPE online**, Recife, vol. 13, a. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.238979>. Acesso em: 24 out. 2020.

PESSOA, Anyara V. C.; SANTOS, Anderson F.; CRUZ, Déa S. M.; MARQUES, Daniela K. A.; LUBENOW, Juliana A. M. Brinquedo terapêutico: preparo de crianças em idade pré-escolar para punção venosa. **Rev. Ciências Saúde Nova Esperança**, João Pessoa, vol. 16, n. 1, p. 64-72, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17695/issn.2317-7160.v16n1a2018p64-72>. Acesso em: 14 out. 2020.

RIBEIRO, Aclênia Maria N.; RIBEIRO, Eullâynne Kassyanne C.; BALDOINO, Luciana S.; SANTOS, Ariane G. A percepção do enfermeiro sobre o brincar e o impacto dessa prática na assistência pediátrica. **Rev. pesq.: cuid. fundam. online**, Rio de Janeiro, vol. 12, p. 1017-21, jan. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7415>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, Vera Lucia A.; ALMEIDA, Fabiane A.; CERIBELLI, Carina; RIBEIRO, Circéa A. Compreendendo a sessão de brinquedo terapêutico dramático: contribuição para a enfermagem pediátrica. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, vol. 73, n. 4, jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0812>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Maria Paula C.; BELISÁRIO, Mariane S.; ROCHA, Nylze Helene G.; RUIZ, Mariana T.; ROCHA, Jesislei B. A.; CONTIM, Divanice. O uso do brinquedo terapêutico na administração por inalação em pré-escolares. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, vol. 28, jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2020.48443>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Marcela T.; SILVA, Michelly D.; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Journal Einstein**, São Paulo-SP, vol. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing** [online], vol. 52, n. 5, p. 546-53, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>. Acesso em: 14 out. 2020.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

Eu Maenne Silvério dos Santos Vieira RA 27558

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: OS IMPACTOS DO BRINQUEDO TERAPÊUTICO NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA.

De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Dra. Jaqueline Rodrigues Stefanini.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Graduação em Enfermagem. Modalidade afim: Presencial.



Assinatura do representante do grupo



Assinatura do Orientador (a)

Obs.: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo e-mail pessoal do mesmo.

Goiânia, 14 de dezembro de 2020.



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #819197e0eb2da6af2f9673bd77a9acfc5b764e4d4aff953bc0740385283acbd0
<https://painel.autentique.com.br/documentos/18632bc11a620f4ddb1b402a55047a7090a84c4423884e61c>

facunicamps.
@facunicamps
@facunicamps

